



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVII SUP. ÚNICO AO Nº 160, TERÇA-FEIRA, 4 DE OUTUBRO DE 2022

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton Rocha (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz Carlos do Carmo (PSC-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PL-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Elaboração de Diários

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES E SUBCOMISSÕES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2022	5
Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de julho de 2022	18
Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2022	81
Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2022	110

1.2 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de julho de 2022	186
Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2022	209

1.3 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

1.3.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de agosto de 2022	250

1.4 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

1.4.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Ata da 11ª Reunião, realizada em 9 de maio de 2022	259
Ata da 12ª Reunião, realizada em 23 de maio de 2022	281
Ata da 13ª Reunião, realizada em 30 de maio de 2022	305
Ata da 14ª Reunião, realizada em 6 de junho de 2022	322
Ata da 15ª Reunião, realizada em 13 de junho de 2022	353
Ata da 16ª Reunião, realizada em 20 de junho de 2022	373
Ata da 17ª Reunião, realizada em 27 de junho de 2022	397
Ata da 18ª Reunião, realizada em 8 de agosto de 2022	431



Ata da 19ª Reunião, realizada em 15 de agosto de 2022	459





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quatorze horas e trinta e nove minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Dra. Eudócia, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Fabiano Contarato, e ainda dos Senadores não membros Angelo Coronel e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 29, de 2022 que: "Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar informações sobre os motivos que levaram à Polícia Rodoviária Federal negar acesso aos procedimentos administrativos dos agentes envolvidos na morte do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, em Umbaúba, Sergipe" **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado na forma de convite ao Ministro. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado nº 68, de 2013 - Terminativo** - que: "Altera o Código de Defesa do Consumidor para atribuir a natureza de título executivo extrajudicial ao acordo celebrado perante órgãos de defesa do consumidor." **Autoria:** Senador Ciro Nogueira (PP/PI). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação, com duas emendas que apresenta, e pela rejeição das emendas 1 e 2 da CCJ. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado nº 134, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar o custo econômico estimado na concessão de seguro de crédito à exportação, por operação de crédito, em sítio público, e disponibilizar ao Tribunal de Contas da União, a metodologia de cálculo e os parâmetros utilizados." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2016 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, para obrigar a CAMEX a publicar em sítio público informações sobre as decisões de concessão de seguro de crédito à exportação." **Autoria:** Senador Aécio Neves (PSDB/MG). **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do PLS 134/2016, nos termos do substitutivo, e pelo arquivamento do PLS 135/2016. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2017 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para incluir como cláusula abusiva aquela que obrigue o pagamento de fatura de compra de produtos exclusivamente no estabelecimento do fornecedor." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu (MDB/TO). **Relatoria:** Senador Renan Calheiros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei nº 2206, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, com a finalidade de garantir ao usuário residencial dos serviços de água e esgoto inadimplente um prazo de carência para quitar seus débitos antes da interrupção completa dos serviços, ao longo do qual lhe será garantido o fornecimento de água mínimo suficiente para a sua sobrevivência e de sua família,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhado do esgotamento sanitário correspondente." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta e pela rejeição da emenda 1 da CI. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Lei nº 3183, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, para dispor sobre a divulgação do valor das mensalidades dos cursos financiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Telmário Mota. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei nº 3614, de 2019 - Terminativo** - que: "Acrescenta o art. 31-A à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para determinar que as concessionárias de serviços públicos ofereçam aos seus usuários a opção de inclusão, nas faturas para cobrança, de nome de cônjuge, companheiro ou outra pessoa, para efeito de comprovação de residência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei nº 4315, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de produto alimentício industrializado contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outra providência." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei nº 5544, de 2019 - Terminativo** - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para prever a penalidade de reembolso do valor do frete a empresas que descumpram o prazo de entrega de produtos acordado em contrato." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 30, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC seja incluído o nome do Senhor Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 31, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recomendações dadas pelo Ministério da Defesa ao TSE para o aprimoramento do processo eleitoral." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 32, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre notícia veiculada no portal de notícias G1, publicada no dia 27 de junho de 2022, com alegações de que o celular corporativo da Petrobras, por ele utilizado, conteria mensagens e áudios que poderiam incriminar o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 33, de 2022** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 4.315, de 2019, que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de produto alimentício





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

industrializado contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outra providência”." **Autoria:** Senadora Margareth Buzetti (PP/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 34, de 2022** que: "Requer, nos termos do art. 102- A, Inc. II, c, do regimento interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Supremo Tribunal Federal que encaminhe por escrito à esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, os gastos feitos quanto aos inquéritos: 4828/DF e 4781/DF." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor nº 35, de 2022** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que ao Requerimento de numero 34/22- CTFC, seja aditada a solicitação das seguinte informações ao STF: do que se trata o programa adotado pelo tribunal de nome TORS - tecnologia de Otimização de Redes Sociais, qual o seu objetivo e o valor que foi gasto." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/06/28>

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Leitura de avisos, ofícios e demais documentos recebidos na Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico o recebimento dos seguintes documentos:

- Ofício 409, de 2022, da Câmara Municipal de Ribeirão Preto;
- Ofícios 6 e 140, de 2022, de Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
- Ofício 21, de 2022, do Conselho de Administração da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.;
- Ofício 480, de 2022, da NAV Brasil – Serviços de Navegação Aérea S.A.;
- Ofícios 13.382 e 17.087, de 2022, da ANTT;
- Carta 124, de 2022, da Pré-Sal Petróleo S.A.;
- Aviso 786, de 2022, do Tribunal de Contas da União;
- Ofício 12.077, de 2022, do Banco Central;
- Ofício 20, de 2022, da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.;
- Ofício 7, de 2022, da Emobras;
- Ofício 7, de 2022, da Companhia Docas do Pará;
- Carta 1, de 2022, das Indústrias Nucleares do Brasil S.A.;
- Ofício 128, de 2022, da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.;
- Ofício 3.270, de 2022, do Cade;
- Ofício 117, de 2022, da Anatel;
- Ofício 95, de 2022, do Banco do Nordeste;
- Ofício 114, de 2022, da Antaq;
- Ofício 183, de 2022, da Anac;
- Ofício 66, de 2022, da Aneel;
- Ofício 467, de 2022, do Comitê Brasileiro de Clubes.

Os documentos lidos estarão disponíveis na página da Comissão, na seção Documentos Recebidos, com *link* para acesso ao seu conteúdo, por um prazo de 15 dias, de forma que os Srs. Senadores possam se manifestar, caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, os documentos serão arquivados, nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos à pauta.

Primeiro, checar o quórum. Como estamos de quórum? (*Pausa.*)

Bom, apesar de nós já termos conseguido quórum, nenhum dos autores de requerimento está presente, assim como não temos quórum para votação de projetos terminativos na Comissão.

Eu vou aguardar cinco minutos se chega algum dos autores de requerimento, bem como se conseguimos um quórum maior para projetos terminativos, bem como se chega algum relator que ainda não tenha lido o seu relatório.

Aguardarei cinco minutos aqui para ver se chega algum dos autores dos requerimentos ou relator dos projetos. (*Pausa.*)

Bom, com a chegada do Senador Fabiano Contarato, que é autor do requerimento que é o primeiro item da pauta, o Requerimento da CTFC nº 29, de 2022...

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 29, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a convocação do Senhor Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça e Segurança Pública para prestar informações sobre os motivos que levaram à Polícia Rodoviária Federal negar acesso aos procedimentos administrativos dos agentes envolvidos na morte do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, em Umbaúba, Sergipe.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, §2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, §1º e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Sr. Anderson Gustavo Torres, Ministro da Justiça, para que compareça a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os motivos que levaram a Polícia Rodoviária Federal a negar acesso aos procedimentos administrativos dos agentes envolvidos na morte do Sr. Genivaldo de Jesus Santos, em Umbaúba, Sergipe.

Eu vou passar a palavra ao Senador Fabiano Contarato, autor do requerimento.

Antes quero dizer, Senador Fabiano, que o Ministro, através da assessoria parlamentar, já se dispôs a vir e fez uma solicitação para que pudesse ser um convite. Com a disposição dele de vir, caso seja da concordância de V. Exa., ficaria transformado em convite o requerimento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra a V. Exa. para defender o seu requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Perfeitamente, Sr. Presidente. Mais uma vez, quero parabenizar V. Exa. à frente, na condução desta tão importante Comissão de Transparência do Senado Federal.

Esse pedido se fundamentou numa violação expressa ao art. 37 da Constituição Federal. A Constituição Federal é clara ao estabelecer que são princípios que regem a administração pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Nós também temos uma violação à Lei de Acesso à Informação. É inadmissível negar acesso à população brasileira. Eu, enquanto delegado de polícia, apurei, por 27 anos, salvo casos excepcioníssimos, quando decretado sigilo por ordem judicial... Agora, num procedimento desses, em que foi violado o principal bem jurídico de uma forma tão aviltante, nós não podemos permitir que esse fato fique assim. Foi isso que motivou a gente a fazer a formulação dessa convocação.

Obviamente, o querido Senador Portinho manteve contato comigo ainda hoje, e eu falei que não tem problema nenhum. Se o Ministro se predispõe a vir aqui o mais rápido possível prestar os esclarecimentos, eu não vejo óbice em transformar a convocação em convite.

É essa a manifestação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Perfeito, Senador Fabiano.

O Senador Carlos Portinho está pedindo a palavra para discutir.

Passo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Presidente, Senador Reguffe.

Eu queria agradecer a menção do Senador Contarato. De fato, não há necessidade de uma convocação; é um primeiro convite. E eu aqui, como Líder do Governo, inclusive, já estou encaminhando à secretaria de Governo para que a gente possa o quanto antes marcar a presença dele, por convite então, como faz o Senador Contarato, a quem eu agradeço.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Portinho.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento do Senador Fabiano Contarato.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo agora ao item 10 da pauta, que também é de autoria do Senador Fabiano Contarato.

ITEM 10**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 30, DE 2022**

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 18/2022 - CTFC seja incluído o nome do Senhor Bob Everson Carvalho Machado, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (PT/ES)

Passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, para defender o requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

O requerimento é simples, é apenas para que seja incluído o convidado que V. Exa. citou. E eu peço o apoio dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Fabiano.

Em discussão o requerimento do Senador Fabiano Contarato. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passo ao item nº 11 da pauta, de autoria do Senador Eduardo Girão, que está aqui presente.

ITEM 11



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 31, DE 2022****- Não terminativo -**

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as recomendações dadas pelo Ministério da Defesa ao TSE para o aprimoramento do processo eleitoral.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, para defender o seu requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Pela ordem, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Eu pediria a compreensão de V. Exa. e do querido Senador Eduardo Girão, já que eu estou vindo nesses dois encaminhamentos.

O Senador Rogério Carvalho, no item 12... Eu só queria subscrever o requerimento, que é de autoria dele. Eu faço este apelo a V. Exa. que o considere subscrito por mim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Perfeito, Senador Fabiano. Tão logo votemos este, eu votarei, em seguida, o do Senador Rogério, subscrito por V. Exa.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Antônio Reguffe, muito obrigado pela oportunidade.

É um requerimento simples de uma Comissão de transparência, governança, fiscalização e controle, que é o que se espera de uma Comissão como esta, de uma forma serena, de uma forma tranquila. É algo clássico que está dentro das prerrogativas de uma Comissão, que é esse debate que, de uma certa forma, inquieta parte da sociedade. Que a gente possa, como Senado Federal, de alguma forma, participar disso, ouvir os lados que estão dentro dessa questão com relação as eleições, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito importante, sobre a questão da transparência nas eleições, que a gente possa ouvir – até para acalmar um pouco a sociedade e procurar levar dados que possam, de uma certa forma, tranquilizá-la –, chamar aqui, nesta sessão, o Sr. General Paulo Sérgio Nogueira, que é o Ministro da Defesa; a título de convite – que fique muito claro –, o Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Presidente do TSE; o Exmo. Sr. Filipe Barros, que é Deputado e foi o Relator da PEC que tratou desta questão lá na Câmara dos Deputados, da questão da transparência nas eleições; o Sr. Márcio Nunes de Oliveira, que é o Diretor-Geral da Polícia Federal; e também o representante da organização Transparência Internacional.

Então, eu acredito que vai ser muito importante esse debate sereno, tranquilo, que busca acalmar um pouco a sociedade. Já que ninguém tem nada a temer com relação a esse assunto, que a gente possa ouvir as partes.

Eu lhe agradeço muito, pela inclusão na pauta desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Perfeito, Senador Eduardo Girão.

Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Girão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo agora ao item nº 12 da pauta.

ITEM 12

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 32, DE 2022

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, V, da Constituição Federal, que seja convidado o Senhor Roberto Castello Branco, ex-presidente da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre notícia veiculada no portal de notícias G1, publicada no dia 27 de junho de 2022, com alegações de que o celular corporativo da Petrobras, por ele utilizado, conteria mensagens e áudios que poderiam incriminar o atual Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro.

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE).





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento é de autoria do Senador Rogério Carvalho e foi subscrito pelo Senador Fabiano Contarato, a quem passo a palavra para defender o requerimento.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu faço um apelo aos colegas para deliberarem e aprovarem esse requerimento, o qual eu também subscrevi, e de que V. Exa. já citou o conteúdo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Em discussão o requerimento do Senador Fabiano Contarato. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado. *(Pausa.)*

Bom, como nós não temos quórum para votação de projeto terminativo, eu queria fazer um aviso aqui. Eu vou passar a palavra para a Senadora Margareth. Antes de falar, eu queria deixar aqui um aviso para os membros dessa Comissão.

Na próxima terça-feira, nós teremos uma audiência pública aqui, às 14h30. Na terça-feira subsequente, eu vou abrir o painel para votação dos projetos terminativos. Espero que os Srs. Senadores estejam presentes aqui, para que possamos fazer um esforço de votar todos os projetos terminativos.

Então, na próxima terça-feira teremos audiência pública e na terça-feira subsequente eu colocarei em votação todos os projetos terminativos. Espero que todos – pode inclusive haver presença *online*, virtual – deem o quórum necessário para esta importante Comissão para a sociedade brasileira. Isso é responsabilidade de cada um, isso não é um favor para a sociedade. Eu espero que nós consigamos ter o quórum aqui para votar esses projetos terminativos.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 33, DE 2022

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 4.315, de 2019, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquisição de produto alimentício industrializado contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outra providência”.

Autoria: Senadora Margareth Buzetti (PP/MT)

Passo a palavra à Senadora Margareth.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MT. Para encaminhar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Está sobre a mesa um requerimento, nos termos do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, para a realização de uma audiência pública com o objetivo de instruir o PL 4.315/2019, que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de produtos alimentícios industrializados contendo em seu interior corpo estranho enseja a compensação por dano moral, ainda que não tenha havido a ingestão do produto pelo consumidor, e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Perfeito, Senadora Margareth.

Eu vou colocar esse requerimento em votação extrapauta, o requerimento de V. Exa.

Em discussão o requerimento da Senadora Margareth. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento da Senadora Margareth Buzetti.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas também seguindo aqui o pleito que eu quero fazer ao senhor, um requerimento extrapauta que eu gostaria de que o senhor colocasse em pauta, que é justamente: requeiro, nos termos do art. 102-A, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Supremo Tribunal Federal que encaminhe por escrito à esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, os gastos feitos quanto aos Inquéritos 4.828, do Distrito Federal, e 4.781, do Distrito Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque é outro assunto que tem, realmente, deixado a sociedade um pouco incomodada. E, como envolve dinheiro meu, da Sra. Senadora, do senhor, de quem está nos assistindo no Brasil, a gente precisa deixar às claras. Esta Comissão de Transparência pode cumprir o papel. Eu tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal não vai se negar – está aqui, bem fundamentado – para que se faça essa explanação desses dados.

Só queria fazer um adendo. Eu o faço de forma oral, mas o mando também por escrito.

Há um programa chamado Tors, que é um programa de monitoramento de rede social que o Supremo divulgou que contratou. Então, eu queria entender sobre esse sistema, qual é o objetivo dele, qual é realmente a demanda importante com relação a isso e o valor do contribuinte, o dinheiro do cidadão que está aplicado nesse sistema de monitoramento das redes sociais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Senador Eduardo Girão, eu também vou acolher o requerimento de V. Exa. e também colocarei o requerimento de V. Exa. extrapauta.

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 34, DE 2022

Requer, nos termos do art. 102- A, Inc. II, c, do regimento interno do Senado Federal, que seja solicitado ao Supremo Tribunal Federal que encaminhe por escrito à esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, os gastos feitos quanto aos inquéritos: 4828/DF e 4781/DF.

Autoria: Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE)

Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Girão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Então, está aprovado também o requerimento do Senador Eduardo Girão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só fazer uma solicitação aos Senadores para que os requerimentos também possam ser apresentados anteriormente para poderem ser colocados na pauta, para conhecimento público, mas tanto os assuntos são pertinentes a esta Comissão, são extremamente procedentes, e considero por bem colocá-los aqui, extrapauta, em votação.

Agradecendo a presença de todos, nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e oito minutos do dia cinco de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Reguffe e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Marcos do Val, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Esperidião Amin e Vanderlan Cardoso, e ainda do Senador não membro Lasier Martins. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Dra. Eudócia, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 27/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Debater o ativismo judicial e o princípio da separação dos poderes da República. **Participantes:** Ives Gandra Martins, Advogado e Jurista; Ivan Sartori, Advogado e Ex-Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; Djalma Pinto, Advogado e Jurista; Fernando Carioni, Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; e Wildemar Felix Assunção e Silva, Advogado e Jurista. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/07/05>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater o ativismo judicial e o princípio da separação dos Poderes, em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2022, de autoria do Senador Eduardo Girão.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, ou pelo telefone da Ouvidoria do Senado Federal 0800 0612211. (*Pausa.*)

Hoje recebemos os seguintes palestrantes, os quais pessoalmente agradeço por terem aceitado o convite desta Comissão: o Dr. Ives Gandra Martins, Advogado e Jurista; o Dr. Ivan Sartori, Advogado e ex-Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo; o Dr. Djalma Pinto, Advogado e Jurista; o Dr. Fernando Carioni, Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; e o Dr. Wildemar Felix Assunção e Silva, Advogado e Jurista.

Antes de passar a palavra aos convidados desta Comissão, quero dizer ao público que eu, desde que assumi a Presidência desta importante Comissão do Senado Federal, fiz questão de que absolutamente tudo que há nessa Comissão seja colocado em votação. Esta Presidência não engaveta absolutamente nada. E considero o tema desta audiência pública um tema extremamente pertinente ao Brasil de hoje e um tema que faz parte da temática desta Comissão, que é a Comissão de Fiscalização e Controle.

Cabe ao Poder Judiciário também ser investigado, ser fiscalizado por parte desta Comissão. Esta Comissão serve ao país, serve ao Brasil e não pode se eximir da fiscalização e do debate de quaisquer que sejam os temas de interesse da sociedade brasileira, inclusive dos que dizem respeito ao Poder Judiciário, que também deve ser acompanhado por esta Comissão.

Então, quero aqui parabenizar o Senador Eduardo Girão, autor desse requerimento. Fiz questão de colocá-lo em votação e fiz questão de marcar esta audiência para a tarde de hoje.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, aos quais darei 8 minutos, para que possamos ter também um debate e uma troca de ideias e para que esta audiência pública possa avançar no seu debate; depois possamos também dar um tempo para uma conclusão, para uma réplica, para cada um dos convidados também, para eles não ficarem apenas com a fala inicial.

Então, antes de passar a palavra aos nossos convidados, eu passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, autor do requerimento desta audiência pública, para que possa fazer as suas considerações sobre esta audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.)
– Muitíssimo obrigado, Sr. Presidente desta Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Antônio Reguffe.

Eu não tenho a menor dúvida de que são uma tarde e uma noite – isso aqui deve entrar um pouco pela noite – históricas no Senado Federal, cumprindo o seu dever de uma instituição centenária, que, pela primeira vez, de uma forma democrática, oportuniza a Ministros do Supremo Tribunal Federal e também a eminentes juristas – aqui temos ex-Presidente de Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, autores de livros de direito eleitoral, enfim, no momento que o país vive de tantos desafios

E o senhor é como eu e o Senador Espiridião Amin, como o Senador Marcos do Val e outros que aqui estão e virão: nós andamos nas ruas, nós andamos nas praças, nós vamos a mercados, andamos de avião de carreira, e é um grito geral, Presidente Reguffe. As pessoas estão incomodadas, sejam de direita, sejam de esquerda; transcende se é contra Governo, se é a favor de Governo. Elas estão incomodadas com arbitrariedades vindas da nossa Suprema Corte, que, eu repito, é importantíssima.

O Supremo Tribunal Federal é uma instituição importantíssima para a democracia no Brasil. É um pilar da nossa democracia, mas que ultimamente tem perdido a mão. Alguns de seus membros têm cometido abusos sucessivos, o que tem colocado a democracia em risco. Então, o Senado está fazendo, finalmente, aqui um papel de pacificação, dando a oportunidade... Eu não sei se os ministros vão vir, mas eu tenho a convicção de que eles serão superbém respeitados, tanto o Ministro Luís Roberto Barroso quanto o Ministro Alexandre de Moraes. Nós podemos ser adversários em campos políticos. Quando eu digo "políticos" é porque eu vejo algumas atitudes desses ministros como politiquês, muitas vezes atuando como partidos de oposição. E eu tenho críticas a este Governo, sempre deixei claro isso. Mas não é justo que se prive o atual Governo Federal de tomar decisões. E o que a gente vê aí são realmente arbitrariedades no sentido oposto, de atrapalhar o país, de jogar contra o país. E aí nós somos Brasil – nós somos Brasil. Independente de governo que passa ou que não passa, a gente não pode dar oportunidades para acontecer o que está acontecendo no Brasil e ver juízes de primeira instância tomando atitudes com base em arbitrariedades recentes do Supremo Tribunal Federal, de alguns ministros do Supremo.

Então, não sei se eles virão. Nós estaremos aqui até o final para ouvi-los. A sociedade está conectada aqui, muita gente lotando esse auditório, mas também muita gente assistindo pelos meios de comunicação da TV Senado. E a minha palavra inicial é para dar as boas-vindas a todos os palestrantes, a esses expositores que aqui estão, que estão conectados também, que não puderam vir presencialmente, como o Dr. Ives Gandra Martins, um dos maiores constitucionalistas deste país, e também o Dr. Fernando Carioni, que é Presidente do TRE de Santa Catarina, desembargador, e que vai participar remotamente. Falei com o Ministro Francisco Rezek. Acho que foi o único ministro, duas vezes, do Supremo Tribunal





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal. Ele agradeceu, tinha outros compromissos, mas está atento, está acompanhando esta sessão. E que ela seja um passo importante para o Brasil.

Repito, nós podemos ser adversários no campo político, mas jamais seremos inimigos, porque nós somos irmãos, filhos do mesmo Deus. Então, aqui a regra da boa convivência é o respeito, e nós estamos aqui para nos respeitarmos e para aprendermos uns com os outros. Mas chegou a hora de os Poderes estarem equilibrados, harmonizados, e não um acima dos demais, porque isso não é correto com a nação brasileira.

Muito obrigado.

E parabéns por essa audiência histórica, Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu vi que o Senador Esperidião Amin pediu a palavra.

Eu apenas pergunto a V. Exa., Senador Amin, porque eu passei a palavra ao Senador Eduardo Girão como autor do requerimento, e estava programado, está programado, para ouvir os palestrantes e debatedores. Eu queria saber se V. Exa. gostaria de fazer alguma...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Então, eu passo a palavra a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Não é promessa de político, é respeito a todos.

Eu quero me congratular com o Senador Girão, porque eu sou, de alma e coração, subscritor desse requerimento, como sou de todos os requerimentos que ele tem apresentado, requerimentos respeitosos, de convite. Aqui magistrados que só chegaram ao seu posto – porque não foram eleitos pelo povo – porque Senadores respaldaram a sua indicação, e que, neste momento, preferem dar entrevistas fora do país para fazer críticas que faltam com a verdade no seu conteúdo, mas se recusam a prestar contas ao Senado para indagações respeitosas. Então, eu subscrevo. O senhor me considere subscritor, assim como, mesmo não sendo membro da Comissão que V. Exa. preside, aqui estou.

Friso duas coisas a mais: primeiro, eu não tenho dúvida de que o Brasil pagará vexame internacionalmente quando o Inquérito 4.781 for analisado por alguma corte internacional. Eu duvido que algum país civilizado considere esta inquisição como parte do Estado democrático de direito. E quero aprender, para, quem sabe, aceitar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, tenho certeza de que esta reunião que V. Exa. preside vai iluminar o nosso caminho futuro. Ela não será *A Lanterna na Popa* – título do livro do Roberto Campos –, mas será uma lanterna na proa, para indicar um caminho que nos restitua uma coisa para todos os Poderes: autocontenção.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Amin.

Quero também citar a presença do Vice-Presidente desta Comissão, Senador Marcos do Val, que vai falar mais na frente, após os palestrantes.

Convido para fazer uso da palavra agora o Dr. Ives Gandra Martins. O senhor tem 8 minutos.

O SR. IVES GANDRA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Em primeiro lugar, quero cumprimentar o Senador Presidente, os eminentes Senadores presentes. Em um prazo de 480 segundos, vou tentar expor alguns pontos que me parecem fundamentais.

O primeiro deles é que a Constituição brasileira, em 1988, a Constituinte, durante 20 meses, procurou fazer o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes. Nós vínhamos de um regime de exceção, onde o Poder Executivo era o superpoder – por decretos-leis governava, sem que o Congresso pudesse contestar, ou, se tivesse que não aprovar, teria que não aprovar por inteiro – não podia apresentar emendas. Então, havia um superpoder.

Isso foi discutido amplamente. No art. 1º da Constituição, existe a preocupação de dizer que todo o poder emanaria do povo, o Legislativo e o Executivo; e no 2º, que os poderes seriam harmônicos e independentes, para sair daquele sistema de um Poder predominante e dois Poderes acólitos, secundários.

Dentro dessa linha é que, no Título IV da Constituição, nós tivemos exaustivamente colocadas todas as competências e atribuições dos Três Poderes – de 44 a 69, do Legislativo, o primeiro poder, porque aí está a situação e oposição, o maior dos poderes, porque lá está a situação e a oposição; em segundo, de 76 a 91, o Poder Executivo, onde está a situação; e, por fim, o Poder Judiciário, que não representa o povo, representa a lei, que não faz, e essa lei é feita sempre pelo Legislativo ou, excepcionalmente, pelo Executivo, cabendo sempre a revisão final por ato do Legislativo.

Essa foi a intenção de tudo que construímos, das conversas que eu tinha com o Bernardo Cabral, de audiências públicas de que participei com o Deputado Ulysses Guimarães. Ainda falava com o Senador Bernardo Cabral, que foi o Relator da Constituição, há dois domingos, e ele dizia que estava inteiramente de acordo com a nossa posição, com aquela do Senador Eduardo Girão: não poderia haver predominância de um Poder sobre o outro. Cada Poder teria que responder rigorosamente pelas suas competências e atribuições exaustivamente colocadas pelos Constituintes. O que nós estamos vendo é uma corrente jurídica que não foi encampada pela Constituinte, que não foi encampada na Constituição, que é a do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamado consequencialismo jurídico, neoconstitucionalismo ou jurisprudência constitucional, em que poderia o Poder Judiciário, com flexibilidade máxima na sua interpretação, atuar nos vácuos legislativos ou corrigir os rumos do Executivo, quando o povo pedisse e nem o Congresso nem o Executivo atuassem. A consequência jurídica equivaleria... Ou vale dizer, em outras palavras, que os fins justificariam os meios.

Poderia até o Constituinte ter adotado essa corrente. Há países que discutem essa matéria, mas a Constituição brasileira foi escrita com outro perfil, o perfil do constitucionalismo clássico, da harmonia e independência dos Poderes, com cada Poder não podendo invadir a competência dos outros, tanto é verdade que nós tivemos uma definição clara de que, mesmo nas ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, o Judiciário não poderia legislar no lugar do Legislativo e teria, pelo art. 103, §2º, a obrigação de, uma vez declarada a inconstitucionalidade *(Falha no áudio.)*...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Acho que houve um problema aí na transmissão do Dr. Ives Gandra. Peço à Secretaria para ver se conseguimos reconectar. *(Pausa.)*

Vamos ter um minuto de paciência.

Voltamos.

Obrigado, Dr. Ives Gandra.

O senhor está com a palavra.

O SR. IVES GANDRA MARTINS *(Por videoconferência.)* – Senador, eu pergunto: em que ponto eu parei na minha exposição? *(Pausa.)*

Eu vou repetir brevemente, porque eu acho que deve ter se perdido uma grande parte.

O que eu gostaria de dizer é o seguinte: como os Constituintes de 1988 claramente definiram que cada Poder teria sua competência exaustivamente colocada na Constituição, nós não poderíamos ter jamais a invasão de competência de um Poder em relação ao outro. E foram colocados mecanismos. No art. 103, §2º, nas ações de inconstitucionalidade por omissão, obrigou-se o Poder Judiciário, quando definisse a inconstitucionalidade por omissão do Congresso, que deveria fazer uma lei por determinação constitucional e não a fez, a que comunicasse ao Congresso que estava em uma omissão inconstitucional, mas não poderia fazer a lei.

Eu mesmo sugeri ao Bernardo, ao Sydney Sanches, que era o Ministro que representava o Supremo nas discussões da Constituinte, que se adotasse um prazo, e o Sydney me disse: "Não é possível". O Bernardo também concordou. Foi posto, em um jantar que fizemos, que não valeria a pena, porque, se, em seis meses, que era o prazo que eu tinha sugerido, não se adotasse o sistema, nós teríamos que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prender, à época, 503 Deputados e 81 Senadores se não cumprissem, por desacato, a ordem judicial. E Sydney Sanches disse claramente que isso não seria possível, de tal maneira que preferiria que, declarada a omissão inconstitucional do Congresso, o Supremo só poderia pedir ao Congresso que fizesse a lei, sem dar prazo nenhum.

Por outro lado, o art. 49, XI, mandou o Poder Legislativo zelar pela sua competência normativa perante os outros dois Poderes. O que nós tivemos é que, de rigor, se o legislador colocou que caberia ao Legislativo zelar, não seria o Supremo que teria que zelar pela competência do Legislativo quando o próprio Supremo invadissem a competência do Legislativo.

Freios e contrapesos foram colocados na Constituição para que nós tivéssemos harmonia e independência dos Poderes: Poder Judiciário não poderia invadir; Poder Legislativo teria sua competência definida como o Poder mais representativo do povo; e o Poder Executivo também. E nós temos tido invasão de competência.

Por exemplo – sem nenhum preconceito aos homossexuais, cada um deles pode ter a opção que quiser, todos nós temos que respeitar essa liberdade –, nós não poderíamos nunca criar uma hipótese que o Constituinte não quis criar. A corte constitucional da França, quando isso foi discutido – o Conselho Constitucional da França, o tribunal constitucional –, disse: "Essa não é matéria nossa, é matéria do Legislativo". E o Legislativo aprovou o casamento entre homossexuais. No Brasil, o Supremo fez aquilo que o Constituinte não quis. Os debates constitucionais queriam que seja entre homem e mulher – poderia mudar, mas teria que ser mudado pelo Congresso Nacional.

Prisão do Deputado Daniel... Não estou de acordo com nada que disse o Deputado, mas não poderia ser preso. Foi discutido no Congresso por que teria que ser "inviolabilidade por quaisquer manifestações ou palavras". Discutiu-se... Inclusive, foi o Deputado José Roberto Batocchio, Deputado Federal, que falou com o Deputado Abi-Ackel, também Deputado na época, que não poderia ser só no exercício das suas funções, que teria que ser imunidade ampla, porque um Deputado representa dezenas de milhares de eleitores. E se transpôs a Lei de Segurança Nacional, lei infraconstitucional, acima da Constituição.

Nós temos tido invasões claríssimas, o que representa, de rigor, que, apesar da admiração que tenho pelos ministros – tenho livros escritos com sete deles e sou companheiro de academia dos outros –, a verdade é que nós temos tido uma invasão de competência. Essa invasão de competência do Poder Judiciário é baseada nessa corrente que o Constituinte não assumiu, que o Constituinte não aceitou. O Constituinte queria a separação clássica de Poderes, para que houvesse harmonia e independência de Poderes. Nós estamos vivendo um momento em que o Poder Judiciário se transformou em um superpoder da República, tendo o direito de corrigir os rumos do Executivo. Como dizia o meu querido amigo Luís Roberto Barroso, "vou legislar nos vácuos do Legislativo", sem perceber o silêncio eloquente que muitas vezes o Legislativo faz, porque eles é que representam o povo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em um debate que tive recentemente, aliás, de duas semanas atrás, com o Ministro Gilmar Mendes – estou terminando, Sr. Presidente, a minha manifestação –, ele dizia: "Se o Legislativo não age, e nós temos que dar uma resposta ao povo que vem até nós, nós temos que tomar determinadas posições". E eu entendo que, quando o Legislativo não age, é porque os representantes do povo sentem que o povo não quer que seja adotada aquela legislação naquele momento.

Por essa razão, com toda a admiração – tenho livros escritos com sete desses Ministros, todos eles muito bons juristas –, a corrente que eles adotam poderia ter sido adotada pelo Constituinte, mas não o foi. Nós estamos no constitucionalismo clássico de harmonia e separação de Poderes, e nenhum Poder tem competência de invadir a competência de atribuições do outro.

Era, na minha manifestação inicial, Sr. Presidente, o que eu queria apresentar, tendo ultrapassado uns 30 segundos dos 480 segundos que me foram dados.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Dr. Ives Gandra Martins. Agradeço muito o fato de o senhor ter aceitado o convite desta Comissão. Após a fala de todos, vou também passar a palavra, ao final, para V. Exa. de novo, também para o caso de alguém ter algum questionamento a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Antes, Senador Eduardo Girão, eu recebi aqui uma carta do Ministro Francisco Rezek, que gentilmente respondeu ao convite desta Comissão, inclusive ao contrário de outros ministros que não responderam ao convite, e eu faço questão de ler a carta do Ministro Francisco Rezek, que teve a gentileza de enviá-la a esta Comissão.

A S. Exa. o Senador Reguffe, Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado Federal.

Eminente Senador Reguffe, eleitor que sou em Brasília, embora passe na capital apenas parte do tempo, tenho acompanhado sua carreira e lhe devoto, pelo que tem sido o seu desempenho na política, notadamente no Senado Federal, um particular apreço.

É com pesar, em vez disso, que declino respeitosamente do seu convite para participar de uma audiência pública que tem por finalidade debater o ativismo judicial e o princípio da separação dos Poderes da República, atendendo a um requerimento do ilustre Senador Eduardo Girão.

Reconheço não apenas a propriedade desse debate, mas sua importância no que concerne ao exato entendimento e à garantia do primado da Constituição, que nos impõe a todos.

Estimo, entretanto, que a participação de integrantes, atuais ou passados, do Supremo Tribunal Federal não seria conveniente do ponto de vista da amplitude do debate e do alcance de suas conclusões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queira acolher, eminente Senador, a garantia de minha admiração e do meu profundo apreço por V. Exa.

Ministro Francisco Rezek.

Fiz questão de ler esta carta dele aqui, porque ele teve a gentileza de responder ao convite desta Comissão e colocar a posição dele, a opinião dele, que precisa ser democraticamente colocada nesta Comissão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pela ordem, rapidamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Pela ordem, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – É só a título de procedimento. É só para entender como é que vai se dar esta audiência. Nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Todos os palestrantes terão direito a oito minutos, com direito a uma prorrogação, se for necessária. Após isso, eu vou abrir a palavra aos Senadores presentes. E, após isso, os palestrantes poderão responder a questionamentos dos Senadores, e também cada palestrante terá direito a fazer uma consideração final após a fala de todos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Passo a palavra agora ao Dr. Ivan Sartori, ex-Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. O senhor tem oito minutos.

O SR. IVAN SARTORI (Para expor.) – Eminente Senador Reguffe, Presidente desta Comissão, quero cumprimentá-lo pela trajetória, pela sua justeza no exercício do seu cargo e agora também por pautar esta audiência pública.

Quero cumprimentar o meu querido Senador Girão, homem de coragem, homem que pensa efetivamente no povo brasileiro e que tem feito muito para combater esta situação, este estado de coisas que nós estamos presenciando aqui.

Quero cumprimentar o Senador Esperidião Amin, cumprimentar o Senador Marcos do Val, cumprimentar todos os presentes, senhores e senhoras, e dizer da minha satisfação de estar aqui nesta audiência pública. Inclusive, cumprimento o meu querido amigo Ives Gandra, parceiro e nosso mestre, pela exposição que fez.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamento muito, Sr. Presidente, que nenhum dos ministros convidados tenha comparecido. Quando fui Presidente do Tribunal de Justiça, em 2012 e 2013, eu recebia quem passasse na rua e nunca me furtei de participar de qualquer debate que fosse. O Judiciário está a serviço do povo – o povo está acima dos Poderes; a vontade do povo é que deve prevalecer.

Nós sabemos que, desde Montesquieu, a atuação do Judiciário tem sido flexibilizada. Até Hans Kelsen, que é um positivista por excelência, admite essa flexibilização e essa expansão da atuação jurisdicional, mas sempre com o tempero e com a salvaguarda do nosso Prof. Canotilho, que efetivamente diz que a lei pode admitir, sim, diversas interpretações, mas desde que cada interpretação dessa esteja de acordo com a lei. Houve um avanço efetivamente nessa flexibilização, e o ativismo comedido ganhou força. Nós temos aí, inclusive, os arts. 4º e 5º da Lei de Introdução ao Código Civil, hoje chamada Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que realmente permitem que o juiz recorra à analogia, aos costumes, aos princípios gerais e que também observe os fins sociais da lei. Entretanto, Sr. Presidente, o que nós estamos vendo agora no país, com todo o respeito que mereçam os Ministros do Supremo – com alguns deles, inclusive, tive oportunidade de privar de muitas conversas e de nos ajudarem e até auxiliarem lá no Tribunal de Justiça –, é que o Judiciário agora se transformou no único Poder da República que realmente tem voz e que realmente comanda o nosso povo brasileiro.

Nós temos uma série de questões aí lamentáveis que correm à margem da Constituição Federal. Nós estamos vendo, inclusive, restringido e cassado o nosso direito – é uma garantia prevista na Constituição – individual, liberdades individuais que, inclusive, são cláusulas pétreas, nos termos do art. 60, §4º, da Constituição, ou seja, elas não podem ser modificadas por emenda constitucional, a não ser que advenha uma nova Assembleia Constituinte. E, nem em situação mais extrema e anômala, permite a Constituição que esses direitos sejam postergados. E o que nós vemos aí é uma situação bastante difícil para o povo brasileiro, uma verdadeira ditadura.

Agora, por exemplo, não se pode falar das urnas eletrônicas, do voto auditável, uma discussão que o próprio Supremo ou o próprio TSE deveria ter promovido com o povo brasileiro amplamente, porque se trata do princípio máximo da cidadania que é votar – o cidadão poder votar com garantia de quem deve ser realmente eleito pela sua vontade, de acordo com a sua vontade. Isso virou tabu para os Ministros do TSE ou para o dirigente do TSE – os dirigentes subsequentes. Isso virou tabu. Isso não pode ser mais discutido, quando nós tínhamos uma lei a respeito disso, uma minirreforma eleitoral, implantando o voto auditável. O próprio Ministro Barroso fez demonstração a respeito do voto auditável. E, no entanto, agora, isso simplesmente virou pó, porque não se quer discutir essa questão. Não digo, não vou entrar no mérito se houve ou não houve violação das urnas. O que importa é que o povo tenha a garantia – a garantia efetiva – de que sejam eleitos realmente aqueles que foram votados, os seus representantes. Isso é importante! O Judiciário tem que dar satisfação para o povo. O povo é soberano. Essa é a grande realidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós estamos vendo aí esse princípio, essa garantia individual da liberdade de expressão, incisos IV e IX, da Constituição Federal, preterida. E lembrem-se: muito se lutou no curso da evolução da humanidade, foram batalhas sangrentas para que esses direitos e garantias individuais fossem concretizados. E nós agora simplesmente estamos jogando tudo isso pelo ralo.

Aconteceu isso já na covid, nos protocolos de covid. A gente acha realmente que os protocolos sanitários deveriam ser implementados, mas nunca proibindo, por exemplo, o trabalho, que é um valor que está no art. 1º, inciso IV, da Constituição Federal e não pode ser afastado nem pelo estado de sítio ou de defesa – e está também dentro do artigo 5º da Constituição Federal, inciso XIII, se não me engano.

Nós estamos vendo uma situação complicada. Hoje nós temos presos políticos, nós temos exilados políticos: o Allan dos Santos, o Senador Jefferson – desculpe, o ex-Deputado Jefferson, Presidente do PTB –, o nosso Deputado Daniel Silveira... Uma situação bastante complicada e difícil.

Aliás, com relação ao Deputado Daniel Silveira, nós vimos que não foi observado o art. 53. Os §§2º e 8º do art. 53 não foram observados. Para cassar a imunidade de um Deputado Federal, é preciso dois terços – dois terços! – de votação do Congresso Nacional – nem da Câmara, é do Congresso Nacional! E o Ministro relator desse processo desse inquérito, desse processo dessa ação penal o cassou, efetivamente, numa penada – numa penada.

E o que eu fico mais envergonhado com tudo isso é que o Presidente do Senado e o Presidente da Câmara se omitiram, se acovardaram, com todo o respeito que mereçam. Eu fico indignado com essa situação, porque buscar um Deputado dentro da sua Casa, um Deputado eleito pelo povo, eu nunca vi isso na minha vida! Eu nunca imaginei que nós iríamos passar por isso no alto dos meus 38 anos de magistratura! O Senado e a Câmara têm poder de polícia. Está lá no art. 52, inciso XIII, que não se pode invadir o Senado e a Câmara, e muito menos para se buscar um Parlamentar. O Parlamentar representa o povo e tem o direito de se manifestar e o dever e a prerrogativa de se manifestar sem amarras, porque ele fala pelo povo, é o Parlamento, é a ideia de parlamentar, de representar o povo. E isso me causa espécie. Eu acho que foi um golpe fatal na democracia!

Ainda que esse Deputado tenha sido inconveniente e tenha mostrado falta com o decoro parlamentar, isso caberia ser decidido na Comissão disciplinar respectiva. O Deputado deveria responder ali, nunca no Supremo Tribunal Federal. Aliás, nós temos, inclusive, o Roberto Jefferson sendo processado e julgado lá no Supremo Tribunal Federal. O relator tem um processo civil em que Roberto Jefferson foi condenado a pagar indenização ao relator, o Ministro Alexandre de Moraes. Ele não tem efetivamente parcialidade suficiente para julgar o Roberto Jefferson e também não tem competência, porque Roberto Jefferson não é mais Parlamentar. É o juiz de primeiro grau.

Nós estamos numa situação em que o ativismo judicial vindo do neoconstitucionalismo, ou da jurisprudência de valores, ou seja lá como queiram chamar... Até certo ponto, nós podemos concordar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com essa expansividade do Judiciário, mas não a ponto de desrespeitar a Constituição flagrantemente! Com isso nós não podemos concordar, com todo o respeito que mereça o Ministro. E aqui não vai nenhuma ofensa pessoal e não vai nenhum menoscabo aos ministros, que eu respeito muito, mas é opinião minha, como cidadão, e eu posso falar e tenho que falar! O cidadão pode falar o que quiser! Se houver algum excesso, que responda, então, nos termos do art. 5º, inciso XIII, da Constituição, que menciona exatamente que haverá indenização por danos morais e as consequências também dos crimes contra a honra, mas nunca uma prisão em um crime que sequer é inafiançável.

Nós precisamos, sim... E eu cumprimento muito o Senador Girão por ter me dado a oportunidade de falar aqui nesta audiência. Eu, como cidadão, como homem respeitável, como ex-Presidente de tribunal, um homem que sempre cumpriu o seu dever, na humildade, porque nós não somos mais do que ninguém... Ninguém é mais do que ninguém! Nós podemos estar lá em cima, mas vamos ter que descer – e não se sabe se vamos descer no beijo e no abraço ou no corredor polonês! A grande verdade é que nós não somos mais do que ninguém. E nós agentes públicos – eu fui agente público – estamos a serviço do povo, devemos satisfação ao povo. É isso que nós devemos fazer.

Agora, nesse inquérito de *fake news*, por exemplo, onde está tipificada *fake news*? Onde existe a tipificação? Houve pedido de arquivamento pela Procuradora-Geral da República Raquel Dodge, e não foi arquivado – foi arquivada uma parte, foi ressuscitada a outra. Eu trago aqui, tenho aqui uma jurisprudência vasta de que realmente o Supremo sempre decidiu que, com a Procuradoria-Geral da República pedindo o arquivamento de um inquérito, o Supremo tem que arquivar. É uma jurisprudência que o... Eu vou não citar todos os acórdãos aqui, mas os deixo à disposição de todos que queiram efetivamente tomar conhecimento desses acórdãos. Olhem, é uma lista enorme, inclusive com Celso de Mello, Ministro Fux, Teori Zavascki, Roberto Barroso também, com todos dizendo que, com a Procuradoria-Geral pedindo o arquivamento de inquérito, ele tem que ser arquivado, porque não existe o art. 28 no Supremo Tribunal Federal. Não se pode recorrer a um órgão maior, como acontece em primeira e segunda instâncias ou em instância especial. É diferente a situação! Então, o que eu vejo é que existe, sim, um ativismo mais do que judicial. Está existindo um ativismo político, com todo o respeito que merecem os ministros. E nós não podemos aceitar isso, que o Brasil caminhe para esse rumo. A democracia tem que ser ressaltada. Nós não estamos, inclusive, no sistema do *common law*. Nós estamos no sistema do *civil law*. No *common law*, como se sabe, os precedentes têm força jurisdicional; mas, aqui no *civil law*, é a lei que tem força. O tribunal pode interpretar, o juiz pode interpretar a lei o quanto quiser e de uma forma bastante elástica, mas desde que esteja de acordo com o texto da lei, princípio da razoabilidade, princípio da proporcionalidade. Nunca, jamais, se afastar da lei, como está acontecendo aqui: afastamento da lei, da Constituição. Realmente isso precisa ser discutido, e precisava ser discutida, sim, a questão das urnas efetivamente. Todos nós podemos nos manifestar. É um direito, é uma garantia.

(Soa a campanha.)

O SR. IVAN SARTORI – Estou terminando, eminente Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um direito, é uma garantia do cidadão que não pode ser postergada. Impedir a manifestação do cidadão é o mesmo que ceifar-lhe a cidadania.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Dr. Ivan Sartori.

Passo a palavra agora ao Dr. Djalma Pinto. *(Pausa.)*

O SR. DJALMA PINTO (Para expor.) – Saúdo na pessoa do eminente Senador todos os presentes.

Quero fazer uma apresentação rápida, Sr. Presidente.

Em 1995, o Tribunal Superior Eleitoral constituiu uma comissão de engenheiros qualificados para a criação da urna eletrônica. Essa urna eletrônica, entretanto... Para o funcionamento dessa urna eletrônica, havia a necessidade de autorização dos delegados da soberania popular, dos Parlamentares, representando o povo. E essa autorização foi concedida através da Lei 9.100, de 1995, e, nessa lei, para autorizar a impressão do voto... para autorizar a utilização da urna eletrônica, o representante do povo, no exercício da delegação da soberania popular, exigiu a impressão do voto.

Portanto, não existiria voto eletrônico na República sem que houvesse a autorização ou a permissão para a impressão do voto. Está consagrada desde 1995, portanto, há 27 anos, o legislador exigiu na República a impressão do voto. É certo que, em 1995, foi criada a Lei Geral das Eleições. Entretanto, essa lei não revogou a exigência da impressão do voto. Na verdade ela tipificou como crime, com pena de reclusão de cinco a dez anos, a tentativa de alterar a apuração ou a contagem dos votos.

Em 2002, nova lei reafirmou a necessidade da impressão do voto. É certo que, em 2003, a Lei 10.740 revogou a obrigatoriedade dessa impressão. Entretanto, em 2004, nesta Casa, o Senador Hélio Costa apresentou o Projeto de Lei 234, exigindo a impressão do voto. E, na fundamentação do seu projeto, ele relatou fatos que estão sendo reverberados na sociedade brasileira do ano de 2022. O projeto, entretanto, foi rejeitado.

Mas, em 2009, o Parlamento brasileiro, na condição de delegado da soberania popular, voltou a exigir a impressão do voto através da Lei 12.034 – voto com impressão sem contato manual do eleitor. Entretanto, essa lei foi considerada inconstitucional pela ADI 4.543, sob o fundamento de violar o segredo do voto.

Em 2015, Sr. Presidente, pela quarta vez, os delegados da soberania popular voltaram a exigir a impressão do voto, desta feita pela Lei 13.165, sem contato manual. Essa lei tem uma particularidade: ela foi aprovada e submetida à sanção da Presidente da época. Houve veto. A Presidente vetou o dispositivo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que exigia a impressão do voto, mas esse veto foi derrubado pelo Parlamento brasileiro, em sintonia com a grande exigência da população.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por mais de 427 votos na Câmara, houve a derrubada do veto, que eu tive o privilégio de orientar, e a emenda que resultou nesse dispositivo foi apresentada pelo Deputado Jair Bolsonaro.

O SR. DJALMA PINTO – Sr. Presidente, essa lei com essa expressiva maioria foi considerada inconstitucional pela ADI 5.889, sob o argumento de que havia a quebra do sigilo do voto. Mas, no julgamento dessa ADI, em 2020, o Ministro Gilmar Mendes reconheceu que a impressão do registro do voto não é um retrocesso, não é fonte de desconfiança no processo eleitoral e decorre de uma escolha dos representantes eleitos. Essa mesma manifestação do Ministro Gilmar Mendes responde àquela motivação do legislador de 1995, que queria apenas permitir que houvesse uma fiscalização em relação à apuração dos votos.

Como reação do Parlamento, foi apresentada a Emenda 135, exigindo, mais uma vez, a impressão do voto sem contato manual. O Plenário da Câmara, por 229 votos favoráveis e 218 votos contrários rejeitou essa PEC, que foi arquivada por não alcançar três quintos dos votos exigidos para a aprovação de uma emenda.

Mas fica claro, Sr. Presidente, que, mais uma vez, a maioria dos Parlamentares na Câmara Federal, pela quinta vez, reafirmou a exigência da impressão do voto. Essa é a verdade.

Por não haver contato manual com a cédula exibida exclusivamente ao eleitor, não há como ser quebrado o sigilo do voto. Se houvesse, Sr. Presidente, quebra do sigilo do voto, essa matéria não poderia ser objeto sequer de emenda constitucional, porque estaria violando a cláusula pétrea descrita no art. 60, §4º, inciso II, da Constituição.

Agora, quem atestou para a sociedade brasileira que a impressão do voto não quebra o sigilo? O próprio colendo Tribunal Superior Eleitoral, através da Resolução 23.521, de março de 2018. Lá no art. 3º está escrito pela Corte, com votação unânime.

Todos os integrantes do colendo Tribunal Superior Eleitoral em 2018 aprovaram essa resolução que tem no seu art. 3º a seguinte redação: "A impressão do voto destina-se à verificação, pelo eleitor, da correspondência entre o teor de seu voto e o registro impresso, assim como o exibido pela urna eletrônica".

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só rapidamente aqui, pedindo permissão Sr. Presidente, o Dr. Ives Gandra está repercutindo aqui que não está conseguindo ouvir. Eu não sei se isso está chegando à mesa através de outros... A audiência está enorme, mas algumas pessoas têm reclamado. Eu queria só saber se está o.k. o sistema aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – A informação que eu tenho aqui é que está tudo o.k. na TV Senado. Agora eu peço à Secretaria que confira, por gentileza, se no sistema interno em que o Dr. Ives Gandra está escutando está tudo o.k.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – No YouTube do Senado está tudo o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Vou checar também. A TV Senado está o.k.

Eu devolvo a palavra ao Dr. Djalma Pinto.

O SR. DJALMA PINTO – Sr. Presidente, esse §1º do art. 3º da resolução do TSE é muito emblemático:

§1º O eleitor não terá contato manual com o [...] [registro impresso do voto].

§ 2º Os [...] [registros impressos dos votos] serão utilizados, subsidiariamente, para verificação da contabilização dos votos eletrônicos pela urna [...].

§ 3º Excepcionalmente [Sr. Presidente], os [...] [registros impressos dos votos] poderão ser utilizados para recuperação do resultado da votação, na hipótese de perda do resultado eletrônico.

§ 4º Do [...] [registro impresso do voto] não constará nenhuma informação que permita a identificação do eleitor.

Essa resolução foi elaborada pelos técnicos, que são competentes, do TSE; são idôneos e merecem todo o respeito da República.

Sr. Presidente, agora eu passo para o segundo ponto, que eu reputo também relevante: é a necessidade do cancelamento da Súmula 72 do colendo Supremo Tribunal Federal.

Essa súmula permite que o ministro que votou no Tribunal Superior Eleitoral, quando da apreciação do recurso no Supremo, possa votar em relação ao tema que ele apreciou na instância anterior. Essa súmula foi editada em 1963, na vigência da Constituição de 1946 e uso do Código de Processo Civil de 1939. Esse código de 1939 tratava de forma muito incipiente, apenas se reportando à suspeição; não falou em impedimento.

O código de 1973 reconheceu o impedimento do ministro, desde que ele atuasse no primeiro grau de jurisdição tendo proferido sentença. Portanto, na vigência da legislação anterior, o ministro podia votar no processo julgado do TSE desde que ele não tivesse atuado no primeiro grau de jurisdição como juiz, mas a Constituição de 1988 consagrou o devido processo legal. No art. 5º, inciso LIV, ela considerou o devido processo legal como essencial para a fruição dos direitos na democracia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou quase concluindo, Sr. Presidente.

O Código de Processo Civil de 2015, que entrou em vigor em 2016, consagrou o impedimento de forma muito enfática: há impedimento do juiz sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo de que conheceu em outro grau de jurisdição, tendo proferido decisão. Portanto, a inobservância desse impedimento por qualquer magistrado importa a nulificação do seu julgado, acarretando ou legitimando a propositura de ação rescisória para desconstituição dessa decisão.

Esse impedimento está consagrado em diversos tratados que o Brasil subscreveu. Portanto, o art. 144 do CPC, inciso II, não é inconstitucional. Ele dá efetividade ao art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição. Portanto, há necessidade de um cancelamento, *concessa venia*, com todo o respeito a essa súmula.

(Soa a campainha.)

O SR. DJALMA PINTO – Por fim, Sr. Presidente – agora para concluir –, outro ponto também em que o ativismo judicial merece uma reflexão.

O legislador, através do art. 35-A, da Lei 9.504, proibiu a divulgação de pesquisa 15 dias antes da eleição. Entretanto, essa norma foi considerada inconstitucional pela Suprema Corte, sob o fundamento de que havia violação à liberdade de expressão e ao direito à livre informação. Mas, nesse julgado – isto é muito importante para candidatos e para quem participa do processo eleitoral –, houve uma ressalva. De quê? Pesquisa errada que causa dano ao candidato sujeita o seu executor ao pagamento de indenização por dano moral e material. Em 2015, a Câmara dos Deputados tentou implantar uma CPI para analisar e discutir essas questões das pesquisas eleitorais erradas. Entretanto, o Presidente da Casa não aceitou a implantação da CPI, e o Supremo Tribunal Federal ratificou a não instalação.

Mas, Sr. Presidente, pesquisas incorretas divulgadas na véspera do pleito induzem ao erro o eleitor, causam danos irreparáveis àquele candidato que é apresentado como derrotado. V. Exa. imagine um candidato apontado 25 pontos atrás do seu concorrente e que não pode refutar essa pesquisa errada, e, quando abertas as urnas, a diferença é de apenas dois pontos. Eles não têm como refutar. Se ele juntar eleitores no dia da eleição para dizer que a pesquisa está errada, que a situação dele é muito mais favorável, ele vai ser preso em flagrante, vai ser multado e ainda vai ser sujeito a uma pena de seis meses a um ano de detenção.

Quem exerce a atividade de pesquisa exerce uma atividade de risco e, como tal, pode ser responsabilizado pelos danos causados ao candidato prejudicado. E essa responsabilidade é objetiva, está consagrada no art. 927, parágrafo único, do Código Civil. Há necessidade, portanto, de a Justiça Eleitoral e este Parlamento examinarem formas de aplicar penas, aplicar sanções pecuniárias para aqueles institutos que acintosamente erram. Divergindo da margem de erro, argumentam que o eleitor muda de ideia até na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hora da votação. Mas é preciso que haja um fato inusitado, bizarro que justifique essa mudança após a coleta das amostras pelos pesquisadores.

Com essas considerações, eu agradeço a oportunidade de estar nesta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Dr. Djalma Pinto.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o Dr. Fernando Carioni, Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O SR. FERNANDO CARIONI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Meu boa-tarde a todos.

Sr. Presidente da Comissão, senhores debatedores convidados, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores, é com subida honra que, convidado pelo Senador Eduardo Girão e pela Presidência da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, compareço na Casa do Povo, a qual, como dito em oportunidade pretérita, é o foro adequado para o debate dos temas nacionais, participando com eminentes debatedores, todos detentores de predicados pessoais, sociais, políticos, profissionais e acadêmicos, e profundo conhecimento da matéria.

Abro aspas: "Prometo bem e fielmente cumprir os deveres em conformidade com a Constituição e as leis da República", fecho aspas. Lembro inicialmente o juramento solene prestado por todos os juízes, desembargadores e ministros da República no dia em que assumem suas funções no Poder Judiciário nacional. Seus integrantes devem ser imparciais ao exercerem a função de julgar.

O ativismo judicial e o princípio da separação dos Poderes da República é tema de relevância nacional e tenho plena convicção de sua significância e de sua agrura, pois todos os cidadãos, mesmo os mais humildes, se não detentores de compreensão das letras, sentem, no dia a dia de suas vidas, o efeito destrutivo do vilipêndio do seu eu político, de sua cidadania.

Abro um parêntese: quicá em virtude de minha recente passagem pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina como Corregedor Regional e Presidente, de março de 2020 a março de 2022, onde, coerente com a minha formação pessoal democrática, defendi a instituição, a partir da restrita observância da lei, insurgindo-me contra as tentativas de interferência interna e externa nas competências constitucionais da Justiça Eleitoral e do cargo que exercia.

Reafirmo, para muito além do ramo do Poder Judiciário, os valores e os compromissos de respeito à Constituição, à Justiça, ao cidadão, à democracia e à República. Digo isso porque o cenário é muito mais amplo que os excessos do Tribunal Superior Eleitoral com relação aos regionais, onde sua atuação ultrapassa a posição de órgão central do sistema da Justiça Eleitoral, órgão central, que literalmente centraliza, suprimindo competências constitucionais por ato administrativo ou com relação a segmentos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Poder Legislativo, agindo e interferindo no rumo de ações parlamentares e tramitações legislativas, literalmente imiscuindo-se em searas alheias.

Preocupa-me, sim, muito mais, o rumo das relações institucionais de poder, em que a base e as instâncias inferiores não passam de instrumentos, a visão sistêmica é retórica, a Constituição sendo interpretada com humor oscilante. E a sociedade, mandatária de todo o poder, é, como sempre, a vítima e principal prejudicada.

Pode parecer exagerado – o que pessoalmente não acho; acho trágico, não exagerado –, mas temos hoje um Estado judicial forte, com o Legislativo e o Executivo acuados e a sociedade rendida. Sobejam fatos e situações em que, hoje, por meio do Supremo Tribunal Federal, vivenciamos condutas absolutamente incompreensíveis e inexplicáveis e, no âmbito da administração da Justiça Eleitoral, não é diferente do Tribunal Superior, presidido por integrantes do Pretório Excelso – deter-me-ei neste e não naquele.

É público e notório que o Tribunal Superior Eleitoral, utilizando-se de recomendação da Polícia Federal e alegando economicidade, patrocinou a centralização da totalização das eleições em Brasília, processo histórica e competentemente realizado no âmbito dos tribunais regionais, observada a competência jurisdicional – juiz de zona eleitoral, tribunal regional eleitoral e Tribunal Superior Eleitoral –; economicidade que não se mediu, eficiência que não se confirmou.

Lembro o apagão no processamento do primeiro turno das eleições de 2020 e segurança que se questiona, uma vez que, salvo melhor juízo, os dados centralizados não têm redundância de processamento, ou seja, havendo um apagão ou ataque no TSE, não há redundância em outro tribunal.

Na mesma linha e dentro das recomendações da Polícia Federal tantas vezes propaladas pelo TSE e no mesmo laudo, recomendou o aperfeiçoamento dos sistemas de auditoria por meio do registro impresso do voto. Item 14 do relatório pericial da Polícia Federal SEI/PF/8461272, firmado em 2 de outubro de 2018, e desde então de pleno conhecimento dos ministros do TSE, abro aspas:

Que sejam envidados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de auditoria. Por mais confiáveis que sejam todas as pessoas envolvidas no processo do sistema eleitoral e por mais maduro que sejam *softwares*, eles sempre possuirão possíveis vulnerabilidades e necessidades de aperfeiçoamentos. Um *software* não basta ser seguro, ele precisa parecer seguro e transparente para o cidadão comum sem conhecimentos tecnológicos. Um meio físico de auditar a segurança deste brilhante projeto nacional, que são os *softwares* do sistema eleitoral brasileiro, consiste em um fator que trará maior confiança à população neste processo e servirá como meio mais seguro de auditoria do processo eletrônico de votação [fecho aspas].





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assunto esse não só segregado pela Corte Eleitoral, mas também creio que o Legislativo Federal o desconhecia, mas que mereceu a intervenção pessoal do então Presidente junto a um grupo de líderes parlamentares para assegurar a rejeição da PEC 135, de 2019, seguindo o mesmo destino das Leis 10.408, de 2002; 12.034, de 2009; e 13.165, de 2015, consideradas inconstitucionais pela Corte Suprema.

Lembro, por ser oportuno, que o objeto da PEC, ao contrário do que se quer divulgar como verdade, era instituir, aspas, "no processo de votação e apuração das eleições, dos plebiscitos e dos referendos, independentemente do meio empregado para o registro do voto, é obrigatória a expedição de cédulas físicas conferíveis pelo eleitor", fecho aspas, e não o retorno à votação em cédulas de papel e apuração manual. Esclareço que jamais houve quaisquer proposições e/ou discussões sobre essa matéria. É bom lembrar que o voto auditável impresso faz parte da história da Justiça Eleitoral, uma vez que é existente desde a fase inicial da implantação das urnas eletrônicas.

Efetivamente a severidade do cenário ultrapassa a condição dos meios e dos resultados. A centralização da totalização, e/ou a discordância com relação à auditoria das eleições também por meio da impressão do voto, e/ou o desalinhamento do discurso acerca da segurança absoluta é a realidade. E a paúra de ataques cibernéticos são nada se compararmos à gravidade quanto à forma, à origem, à atitude, uso parcial e conveniente da informação, *lobby*, ativismo, segredos e meias verdades, e inverdades, fatos e sentimentos. Triste momento da vida política nacional em que uns acusam, outros negam ou silenciam envoltos em ativismo e/ou omissão.

Por mais incompreensível que seja, só o debate para expor a indignação e buscar soluções; tema tão complexo e importante que permite ser visto e vivenciado de forma lógica, clara e objetiva. Como seria mais simples se cada protagonista apenas cumprisse o seu papel constitucional para o qual aponto dois deles democraticamente eleitos e, se permitisse que o Legislativo legislasse, o Executivo administrasse e o Judiciário julgasse, mas não. No caldo dessa situação, ainda temos um Judiciário a ditar à nação o que é verdade e o que é inverdade, um novo modal de cerceamento de liberdade, agora, o de opinião, as *fake news*.

Andamos esforçados para sermos, de fato, o país da piada pronta, ao ponto do inacreditável sentimento de desconfiança naquele que deveria ser o guardião da Constituição, realidade que já se reflete no seio da população brasileira, que não se sente representada pelo também órgão máximo do Poder Judiciário – trágico e triste! Quando o Poder Judiciário como um todo é atacado e a defesa suprema é o discurso, a retórica e a ação fora da linha de competência constitucional, constrói-se efetivamente uma realidade desfavorável ao todo, com a parte comprometendo o todo.

Esse estado de coisas tem reflexos imensuráveis em todos os segmentos da vida em sociedade, da pessoa como indivíduo, da pessoa com suas relações, da sociedade como grupo, do Estado como ente (*Falha no áudio.*) ... as suas inter-relações. O resultado não é a crise de civilidade; é a desconstrução e o desgoverno, frutos da usurpação do poder.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poderes harmônicos e independentes são uma ficção filosófica e um recurso retórico cujos devaneios autoritários vêm em desfavor da sociedade como nação. E, nesse ponto, alio-me aos usurpadores, mas, do lado oposto, aquele que tem pagado um alto preço. Alarga-se a aplicação do ativismo.

Somente para exemplificar, aponto trecho da crônica do jornalista florianopolitano Sérgio da Costa Ramos, publicado no jornal ND, de circulação estadual, no último dia 30 de junho, intitulada "Floripa e suas prefeituras" – abro aspas:

Tempos estranhos esses em que estamos vivendo. As pessoas votam para cargos representativos, especialmente do executivo – e os seus eleitos não podem governar. Substituídos por um simples funcionário público ou alguém do judiciário hiperativo. O prefeito pode até achar que tem os poderes constitucionais para administrar a cidade. Mas a concorrência "estabelecida" não para de crescer: são procuradores de justiça, promotores, juízes, funcionários de repartições ambientalistas ou culturais. Todos se arrogam o direito a um "decreto" ou a uma "portaria" para dispor sobre a cidade, suas ruas, seu plano diretor e até sobre o material que deve revestir o entorno das praças. Ou seja, todos querem ser prefeitos, sem o defeito original: não ter sido eleito. Todos sugerem medidas práticas, interditam obras, barram o administrador titular, paralisam a construção de praças públicas, em nome de tudo e de nada, por arqueologia ou "palpitologia". [...]

No Brasil de hoje é escassa a governabilidade das administrações eleitas pelo regime democrático-representativo. A autoridade atribuída a um mandato executivo é hoje compartilhada por dezenas de "mandatários" não eleitos e não habilitados, cada um exercendo o seu "achômetro" ilegal e particular.

E assim termino, Sr. Presidente. Não me permito silenciar diante da injustiça, pois, na lição de São Tomás de Aquino – abro aspas –, "não se opor ao erro é aprová-lo, não defender a verdade é negá-la", fecho aspas. E agradeço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Dr. Fernando Carioni, Desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

O Senador Esperidião Amin pede a palavra rapidamente pela ordem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu gostaria, Sr. Presidente, de, primeiro, cumprimentar o meu coestaduano Fernando Carioni, Desembargador. Não posso deixar de enaltecer também a citação do Sérgio da Costa Ramos, que foi meu colega de ginásio e companheiro de jogo de botão, adversário muito ruim de enfrentar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero justificar que, ao contrário de outros que desdenharam o convite, o Desembargador Fernando Carioni – eu tenho esta informação – não está aqui por um dever de saúde, em face de sua esposa ter sido submetida a uma intervenção cirúrgica na última sexta-feira. Então, ele está cumprindo com o seu dever, respeitando quem o convidou, e deveria ser exemplo para quem ainda pode corrigir a sua postura. E quero cumprimentá-lo, afinal, pelo conteúdo que se autoexplica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra agora ao último palestrante.

Após o Dr. Wildemar, nós passaremos a ouvir os Senadores. Já temos alguns Senadores aqui inscritos: Senador Lasier, Senador Marcos do Val, Senador Styvenson. Ouviremos, após o Dr. Wildemar, os Senadores que estão inscritos.

Com a palavra o Dr. Wildemar, por oito minutos.

O SR. WILDEMAR FELIX ASSUNÇÃO E SILVA (Para expor.) – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de agradecer pelo convite a V. Exa.; ao Senador Eduardo Girão, grande amigo, batalhador ativo nessa dimensão do ativismo judicial; e aos demais Senadores, Senador Esperidião Amin, Senador Marcos do Val.

Agradeço aos alunos da Faculdade Filos; aos alunos do curso de Direito aqui presentes; ao Prof. Fernando Parente, Coordenador do Curso de Direito; aos demais juristas que compõem e participam deste evento.

É com grande satisfação que estamos aqui para discutir ou, pelo menos, trazer uma visão mais ampla da situação do ativismo no Brasil.

Infelizmente, quando falamos em ativismo judicial, o modelo ao qual nós assistimos na República Federativa do Brasil é totalmente contrário à sua essência. Quando o ativismo judicial foi criado nos Estados Unidos e na Inglaterra, seu objetivo era interpretar diante de uma lacuna prevista em um caso concreto. Esse era o objetivo.

O poder emana do povo, e os legitimados para fazer as leis estão aqui no Congresso Nacional. Portanto, não compete a nenhum juiz o dever de legislar – não lhe compete. Quem tem o dever de legislar nada mais é que o Poder próprio competente. Portanto, a abertura interpretativa, de todo, é saudável; no entanto, ela não pode, em hipótese nenhuma, interditar previamente a jurisdição de cortes, como ocorre atualmente no Brasil pelo Supremo Tribunal Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso é que, na minha tese de doutorado, eu não chamo nem de ativismo judicial, porque seria uma afronta ao instituto; eu chamo de "ativismo do Brasil". E por que eu chamo de "ativismo do Brasil"? Porque nós não podemos simplesmente comparar a realidade que vivemos em nosso país com a essência desse instituto maravilhoso, criado no direito americano, criado no direito britânico.

E, dentro desse viés, o que eu chamo aqui à atenção, nestes breves minutos, refere-se à questão de que o Judiciário busca examinar simplesmente critérios intrínsecos adotados dos que nós chamamos de ramos eleitos pela população, ou seja, o Legislativo e o Executivo. E, nessa premissa, o que ocorre com o Poder Judiciário? O Poder Judiciário vem intervindo diretamente em todas as questões que são competentes aos legitimados do povo. Quantas vezes, nesta Casa, neste Congresso Nacional, o Judiciário interveio no Orçamento? Ao intervir no Orçamento, estava prejudicando uma nação. E a quem compete analisar o Orçamento? A esta Casa, o Congresso Nacional.

Aí, veja, hoje, por fim, nós estamos tratando – e vemos o flagrante instrumento – dessa dimensão praticada pelos magistrados em nosso país em casos do direito penal. O nosso jurista e eminente Desembargador citou a questão fatídica em matéria penal que o Supremo Tribunal Federal vem exercendo diuturnamente, numa circunstância absurda, pelo próprio convencimento pessoal, num viés político. E esse convencimento pessoal num viés político eu chamo de atentado à democracia, porque cada um dos Poderes e cada autoridade legitimamente constituída têm uma função, têm uma prerrogativa, e ao Judiciário não compete interpretar.

Um dos autores a que dediquei grande parte da minha vida acadêmica é Ronald Dworkin. Quem aqui é da área do direito conhece ou já ouviu falar muito sobre Dworkin, que é um filósofo americano que, na década de 70, deixou um grande legado acerca do que seria o verdadeiro ativismo. O verdadeiro ativismo nada mais é, Senador Girão, que aquele que nós vamos interpretar no caso concreto, pensando no bem maior da coletividade. Um exemplo que ele cita em sua obra é o caso do *snail darter*, um peixe pequeno da região do Tennessee. Eles tinham um grande dilema: se construíam uma barragem para abastecer a cidade ou se preservavam a vida do peixe. E, pasmem, o que a Suprema Corte americana decidiu? Preservar a vida do peixe, e não a construção de uma barragem para a expansão daquela população que ali vivia, porque iria demandar a degradação do meio ambiente. Se estivéssemos diante de uma discussão dessa natureza no Brasil, eu tenho certeza de que a decisão seria outra – tenho certeza de que a decisão seria outra.

Então, neste primeiro momento, eu quero chamar a atenção dos senhores para o fato de que, quando falamos em ativismo, Ronald Dworkin diz que os juízes não podem ser reféns do convencimento, tampouco especialmente decidir diante de um instrumento que é responsabilidade política, que é responsabilidade e atribuição de outros Poderes, que é responsabilidade e atribuição de quem tem competência para fazê-lo. Juiz não tem competência para legislar. Com todas as vênias a todos os magistrados deste país, eles não têm competência para legislar; a competência é processar e julgar diante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de fatos concretos e na forma da lei. E, se a lei ou o caso concreto não trazem a forma, nós devemos, sim, interpretar. Mas de que forma? A atender o bem comum.

Quando Dworkin traz, na sua obra, a questão do aborto nos Estados Unidos, faz referência ao que a Suprema Corte decidiu: a admissão do aborto até a terceira semana de gestação. E esse debate acerca do aborto a Suprema Corte norte-americana, na semana passada, consolidou a partir de uma fatídica disposição ocorrida pelo Judiciário brasileiro, o que provocou um debate internacional acerca do aborto, no qual a Suprema Corte norte-americana se posicionou.

Então, dentro dessa dimensão do ativismo do Judiciário no Brasil, a primeira coisa que nós devemos observar é que é lamentável que aqueles que ali estão legitimados para exercer a judicatura interpretem levando as suas condições pessoais, as suas condições ideológicas, as suas condições políticas para o caso concreto, elevando a população brasileira a uma circunstância total de descrédito em relação a esse Poder. Um Poder que antes, pelo menos na minha época de acadêmico, quando se falava em Supremo, era sinônimo de respeito. Todo mundo tinha orgulho: "Nosso Supremo Tribunal Federal!". Você via um ministro, você tinha uma referência; você via um magistrado, você tinha uma referência. Agora, hoje a própria população, quando se encontra diante de um magistrado, diante da mácula implantada por alguns juízes, já olha para o magistrado com um olhar totalmente... "O que que essa pessoa agora vai fazer contra a minha vida, contra a vida do meu povo?".

E hoje, infelizmente, Senador Girão, nós temos nas mãos daqueles que julgam, que são vitalícios nos cargos, instrumentos para que possam usurpar não só a competência deste Poder como a competência do Poder Executivo. A função típica de legislar é deste Congresso Nacional. A função típica do Judiciário é processar e julgar e não trazer às suas decisões uma manifestação meramente pessoal, política, casuística para resolver temas tão sensíveis, temas tão relevantes, temas que são extremamente importantes para a sociedade brasileira, para o povo brasileiro, o que faz com que, infelizmente, nós aqui, como meros pesquisadores que estamos aqui participando dia a dia, como servidor desta Casa, estando aqui, podendo contribuir para este debate e trabalhando numa forma de trazer limites a essas circunstâncias... Assim, infelizmente, com duas ou três pessoas apenas, não vamos conseguir mudar tudo isso. É preciso que todos tenham uma reflexão de que uma interpretação justa e real é cada um no limite da sua competência. Se o magistrado está diante de algo que ele não pode decidir porque não há instrumento legal, que ele tome a decisão, como nosso eminente Desembargador citou, respaldado no que está ali na lei, e que, quando não, os princípios sejam ali alicerçados, mas sempre respeitando a moralidade, sempre respeitando os direitos precípuos da nossa Constituição, do nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente, chamo a atenção, não só aqui neste momento do nosso país, dos nossos magistrados – e muitos nos ouvem neste momento: que possam efetivamente tomar suas decisões, mas que tenham prudência, que tenham responsabilidade e que não firmem o princípio básico, que é o da imparcialidade, para que possam deliberar com eficiência, com justeza e com qualidade e que, de fato, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso país possa avançar, possa crescer, respeitando as devidas competências que cada um dos Poderes assim o tem.

Portanto, Sr. Presidente, agradeço o convite. Estamos à disposição para eventuais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) –
Muitíssimo obrigado, Dr. Wildemar Felix Assunção e Silva, advogado, jurista, servidor desta Casa,
professor.

Eu quero, antes de iniciar aqui a fase de debate propriamente dita – nós já tivemos as exposições –, fazer um pedido aqui à Mesa da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle. Eu gostaria de saber se alguns dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, Dr. Luís Roberto Barroso e Dr. Alexandre de Moraes, irão participar desta sessão; se sinalizaram de alguma forma oficial ou não, com relação à participação, porque existe uma expectativa enorme.

Nós estamos agora com 6 mil, quase 7 mil pessoas no YouTube – eu vi agora há pouco tempo –, e as audiências aqui de Plenário, em dia de votação importante, não dão 500 pessoas. Então, é um anseio legítimo da população brasileira. E este é o espaço democrático para se fazer.

Então, eu gostaria de perguntar à Mesa se tem alguma confirmação, porque a gente vai iniciar a fase de debates e perguntas. Eu mesmo fiz perguntas para Ministros do Supremo, para os Srs. Exmos. Ministros. Eu queria saber se tem. Não?

O SR. WILDEMAR FELIX ASSUNÇÃO E SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Nós estávamos aqui aguardando o Ministro Barroso, mas a sua assessoria informa que, de fato, ele não virá.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) –
Então, nem o Ministro Barroso, nem o Ministro Alexandre de Moraes comparecerão a esse convite respeitoso desta Casa, num diálogo com Senadores da República, que os sabatinaram no momento devido. Nós temos aqui juristas, uma população representada, e, infelizmente, fica, pelo menos para mim, essa frustração nesta audiência pública.

Vamos passar para os Senadores inicialmente, porque já tem inscritos. O Senador Lasier está desde o início aqui. Depois, nós vamos passar para as considerações finais do nosso querido constitucionalista, meu irmão Dr. Ives Gandra Martins, que continua aqui atento assistindo a tudo; do Dr. Fernando Carioni também, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e Desembargador, que também está conectado conosco aqui e atento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra para o Senador Lasier Martins, o primeiro inscrito. Depois nós teremos: Senador Marcos do Val, Senador Styvenson Valentim, Senador Amin e, por último, eu vou ter que distribuir minhas perguntas aos palestrantes aqui, eu fico inscrito por último.

Então, Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, muito obrigado pela sua participação. O senhor tem oito minutos para as suas considerações, perguntas. Eu lhe agradeço a presença.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Eduardo Girão. Eu é que agradeço muito o privilégio de estar acompanhando esta magnífica aula de Direito que estivemos acompanhando até agora, com os nossos brilhantes convidados, respectivamente: Ives Gandra Martins, Ivan Sartori, Djalma Pinto, Fernando Carioni, Wildemar Felix e Silva.

Agora, louvando a sua iniciativa, repito, Senador Girão: fico muito preocupado. Quando nos reunimos aqui em torno de cinco juristas de notório saber, como acabaram de demonstrar, e todos verberando contra os excessos, os transbordamentos de atribuições de Ministros do Supremo Tribunal Federal, quando constatamos isso, mais cresce a nossa inquietação, a nossa preocupação com os rumos da sociedade brasileira, porque se trata hoje de uma sociedade – por que não? Acho que não exagero –, de uma sociedade brasileira refém de um Poder que exorbita de suas atribuições. Essa é a realidade que nós estamos vendo. Passam dos limites Ministros do Supremo Tribunal Federal por uma grande lista de decisões que vêm tomando, e a própria ausência dos Ministros convidados demonstra hoje – por que não? – prepotência. Eu não estranho a ausência dos Ministros, porque eles se julgam acima do raio e do trovão. Eles se encontram no limbo – no limbo, não! Eu quis dizer no Olimpo –, eles se encontram no Olimpo, onde estiveram os deuses gregos, e se equiparam a eles. Desbordam dos freios e contrapesos que são necessários à repartição dos Poderes. É o que nós estamos vendo.

Isso nos leva a uma grande preocupação, que eu quero transformar numa ou duas perguntas, Senador Eduardo Girão, porque disse bem um dos nossos ilustres palestrantes que o Senado Federal tem sido omissor. O Senado Federal não tem reagido, Senador Reguffe. Então, eu quero perguntar ao Dr. Ivan Sartori o que podemos fazer. Eu quero ouvir uma opinião, uma diretriz, um caminho, porque o único órgão, a única instituição que tem poder para processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, que de forma aberrante têm contrariado a própria Constituição que juraram cumprir... O que nos resta? O que fazer quando os Presidentes, todos eles, os últimos quatro Presidentes do Senado Federal, nem sequer permitem, Dr. Ivan Sartori, ao menos, que os incontáveis – já são 46 de que tenha conhecimento, 46 – pedidos de *impeachment* de ministros que atropelaram a Constituição mereçam uma avaliação, um exame, uma análise, um julgamento – por que não? –, de onde até poderiam sair inocentes? Nem isso tem sido permitido, pela autonomia que se tem atribuído e de que se tem arvorado o Presidente do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que fazer? Essa é uma pergunta que faço ao Dr. Ivan, porque certamente ele vai dizer que, ao menos conforme diz a Lei 10.079, a Lei do Impeachment, uma vez recebido um pedido de *impeachment* contra qualquer daqueles Ministros infratores, seja Alexandre de Moraes, seja Dias Toffoli, o criador do famigerado Inquérito 1.947 – se não estou enganado, é esse o número; e o Sr. Alexandre de Moraes tem cumprido, há mais de três anos, um inquérito completamente ilegal –, seja lá qualquer dos santos Ministros que tenha infringido, como o Ministro Barroso, que vai ao exterior falar mal do Brasil, que tem feito pronunciamentos políticos a todo instante...

Num conjunto de atitudes, esses Ministros vêm extrapolando não apenas a área jurídica, mas eles, há muito tempo, enveredaram para o terreno político e se transformaram hoje num tribunal ideológico, descrição que já fiz várias vezes da tribuna do Senado. Talvez, junto com o Senador Girão, ninguém tenha verberado mais da tribuna do Senado contra os excessos de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal, a tal ponto que o desprestígio, a perda de confiança nesses Ministros já alcança a sociedade.

No meu Rio Grande do Sul, por exemplo, duas palestras foram canceladas, nos Municípios de Bento Gonçalves e Gramado, porque os Ministros convidados – respectivamente, Fux, que até não tem sido dos piores, tem procurado equilibrar a situação, mas, principalmente, o Ministro Toffoli – não foram recebidos. Houve a necessidade do cancelamento, por falta de segurança, da presença desses Ministros no Rio Grande do Sul. E agora os Ministros do Supremo estão preocupados com a posse da Ministra Rosa Weber na Presidência do Eleitoral, porque ela sofreria um desgaste muito grande, quando ela não tem sido a principal responsável. É uma Vice-Presidência, aliás, que deverá ser entregue a ela.

Em suma, faço uma pergunta ao Dr. Ivan Sartori: o que fazer? Vamos continuar submissos a esse desregramento de um Poder que se atribui superioridade aos demais Poderes?

Essa é a minha pergunta, Sr. Presidente dos trabalhos, José Antônio Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Lasier.

As perguntas aos palestrantes... Nós vamos, primeiro, ouvir todos os Senadores; depois, será dado um tempo para cada um dos palestrantes responder em bloco, até porque já há um pedido da Mesa de que já abriu a sessão do Congresso Nacional. Então, nós vamos ouvir todos os Senadores e depois vamos dar um espaço para cada um dos palestrantes responder aos questionamentos e também fazer as suas considerações finais.

Passo a palavra agora ao Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos os Senadores presentes; ao Eduardo Girão, em especial, por esse requerimento, ouvindo a todos os palestrantes atentamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A todos que aceitaram o convite nossas honras e agradecimentos, e ao povo brasileiro também.

Eu vou fazer duas perguntas.

A minha primeira pergunta vai na mesma linha da do Senador Lasier, para a mesma pessoa, o Sr. Ivan Sartori. O Senador Lasier, na verdade, pede uma sugestão a todos os que estão participando – isso serve a todos, e eu vou nessa linha –, mas a minha pergunta vai além de uma sugestão.

Primeiro, quero saber, do ponto de vista dos senhores juristas, se existe realmente essa harmonia. Eu ouvi de algum palestrante que parece que esse termo é uma ficção: é algo que está na Constituição, mas que não é exercido. Então, primeiro, se existe. E, no caso de ela não existir, se assim for respondido pelos palestrantes e pelo Sr. Ivan Sartori, qual seria o motivo? Qual é o motivo dessa desarmonia em que a gente vive hoje?

A gente cria, Senador Reguffe, leis – eu estou há três anos e seis meses no Senado –, de acordo com a vontade do povo, pela qual fomos eleitos, e logo elas são afastadas pelo STF por casuísmo, com a observância ou sem a observância da própria Constituição. O Senador Lasier...

Eu vou só ajudar no raciocínio sobre o que alguns Senadores estão passando: na própria Casa, que é o Senado – e eu creio que o Sr. Ivan vai citar a Constituição como ferramenta para esse equilíbrio de Poderes –, eu posso citar o exemplo aqui do nosso Senador Kajuru, nosso irmão, contra quem houve uma decisão que permitiu a abertura de seis ações. O Senador Kajuru é bem ativo também e não está presente nesta Comissão, mas certamente estaria se não se sentisse ameaçado justamente por essas seis ações que o STF abriu, retirando dele a sua imunidade parlamentar, afastando a imunidade parlamentar. E – pasmem! – essa queixa-crime por difamação e injúria já tinha sido arquivada em 2019 pelo Ministro Celso de Mello.

Então, a pergunta, complementando a do Senador Lasier, para o Sr. Ivan ou para quem dos participantes achar que deve responder, é: por que há velocidade, pressa em certos processos e lentidão de julgamento de processos por corrupção contra membros do Senado que há anos estão parados e que não se movimentam? Um processo tão rápido de injúria e difamação em que se tira a imunidade...

O que eu consigo enxergar aqui, Sr. Ivan – e o senhor me corrija se eu estiver muito equivocado –, é que não existe o mesmo peso e a mesma medida, uma vez que o Brasil assiste a que certos magistrados, no exercício de suas funções, cometam crimes gravíssimos e tenham como prêmio uma aposentadoria compulsória. Eu não consigo enxergar a mesma pressa da retirada dessa imunidade por parte de tribunais superiores para que haja uma punição. Isso leva a entender que existe uma diferenciação dentro desses meios legislativos.

E a segunda pergunta, Sr. Reguffe, nosso Presidente, é para o Sr. Ives Gandra Martins.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ives, a magistratura é regida pela Lei Complementar nº 35, de 14/03/79, a chamada Lei Orgânica da Magistratura Nacional, ou simplesmente Loman, cujo art. 36, inciso III, dispõe que é vedado ao magistrado "manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais". Dito isso, Sr. Ives, gostaria de saber se esse ordenamento serve para todos os magistrados, em especial ministros dos tribunais superiores, incluindo o STF. E, da mesma forma, pergunto ao senhor, com base na Lei de Abuso de Autoridade, se alcança a todos que exercem essa função pública. Assim, por fim, concluindo, como eu ouvi alguém falar sobre a imparcialidade do magistrado durante todo o processo, isso é ou não uma garantia prevista no nosso ordenamento? É quase impossível separar da pessoa os valores, as ideias, a gratidão por ter sido indicado ao cargo que está ocupando hoje e não ter esse posicionamento que a gente enxerga hoje. Então, para o senhor também cabe essa pergunta. Eu quero saber do senhor se existe essa imparcialidade e o porquê de hoje a gente estar assistindo a tudo isso na forma de telespectadores, até mesmo aqui no Senado.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço mais uma vez pela audiência perfeita.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Styvenson, Senador que é sempre presente nesta Comissão.

Eu vou ter que passar a Presidência para o Senador Eduardo Girão. Nós estamos com sessão do Congresso Nacional e também com uma série de atividades ao mesmo tempo aqui. Aí eu vou passar a Presidência para o Senador Eduardo Girão completar os Senadores inscritos. E, depois, os convidados responderão aos questionamentos e também terão suas considerações finais.

Apenas quero dizer ao Senador Eduardo Girão e a todos presentes que eu penso que esta Casa deveria ter instalado a CPI da Lava Toga. A CPI da Lava Toga era muito importante – é muito importante – para este país. O Poder Judiciário não pode ficar isento de investigações e tem que também ser fiscalizado e investigado no que estiver de errado. Fiz questão de assinar o requerimento de constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito da Lava Toga. E acho que esta Casa faria um grande serviço para o país instalando essa Comissão, assim como desengavetando os pedidos de *impeachment* dos Ministros do STF. É importante que isso seja analisado por esta Casa, que tem essa responsabilidade constitucional.

E quero agradecer mais uma vez pela presença de todos os palestrantes, por terem aceitado o convite para estar aqui nesta importante audiência pública e quero também parabenizar o Senador Eduardo Girão por ter feito esse requerimento.

Passo a palavra, agora, ao Senador Esperidião Amin.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu queria só complementar a sua observação. Eu também assinei a CPI da Lava Toga. E assinei só a sua segunda versão, porque, na primeira, o primeiro subscritor, o nosso querido amigo Senador Alessandro Vieira, não tinha mencionado os fatos determinados. E eu ajudei a colocar os fatos determinados, como é exigível para toda CPI. Então, a segunda versão eu assinei, convencido de que isso não era um insulto, mas era uma demonstração de que todos nós devemos nos aperfeiçoar, inclusive no Judiciário.

Eu farei aqui três observações muito singelas.

Primeiro, eu vou oferecer ao Dr. Djalma um subsídio a mais, além dos votos, 422 ou 427 votos, que derrubaram o veto da Presidente Dilma para inserir o art. 59-A, que exigia o voto impresso sem contato com o eleitor, ou seja, cairia em uma peça autônoma em relação à urna eletrônica, mas acoplada e em *tickets* que impediriam que se soubesse, pela ordem de votação, quem é que votou, com esse cuidado, portanto. Como corolário da auditabilidade do voto – eu não falo em auditabilidade do sistema, e o sistema pode ser auditável e pode ser também objeto de *hacker*, eu falo de apuração, auditabilidade do voto –, então, eu quero lhe oferecer, para seu exame, a Apuração Eleitoral nº 1091-65.2014.624.0000, da eleição de 2014, em que, na Seção Eleitoral nº 458, da cidade de Içara, Santa Catarina, a urna eleitoral travou depois de 287 eleitores votarem. A urna tinha 420 eleitores, um pouco mais do que isso; votaram 287. A urna foi substituída por outra urna, que não funcionou, e os remanescentes votaram no papel – cerca de 120, era uma urna grande. A esses 287 votos deles foi dado perdimento por decisão da Justiça Eleitoral, ouvido o TSE. Esses 287 votos foram perdidos, a eles foi dado perdimento. E o número da ação está aqui. Chama-se AE com esse número citado... Eu vou entregar. É para demonstrar o anseio por termos a auditabilidade do voto – eu não estou falando de fraude, não estou falando de *hacker*, estou falando em auditabilidade do voto – que aquele papelzinho lá daria, por amostragem ou em casos tais. Pelo menos na modelo um, que foi desenvolvida, faltou ali... A primeira vez que foi usada a urna eletrônica foi em Santa Catarina, na cidade de Brusque, em 1988, nas quatro primeiras sessões; depois, em 1992. Então, nós não temos nada contra o progresso; pelo contrário, queremos é que o progresso seja sempre aperfeiçoado e não transformado em tabu. Então, esse é um oferecimento que eu dou à sua pesquisa muito bem apresentada.

Segundo, eu não posso deixar de mencionar, depois de ter ouvido o Dr. Sartori, que esse Inquérito 4.781...

Sartori é Vêneto ou é Trentino?

O SR. IVAN SARTORI (*Fora do microfone.*) – É Vêneto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Anche io. (Risos.)*





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Io sono Busetto Marini por parte de mãe. O meu avô materno – e na Itália não se diz que era pedreiro – era artesão e trabalhou em locais que serviram à Inquisição. Então, havia restos de instrumentos de persuasão, e ele ficou profundamente anticlerical por isso.

De vez em quando, ele comparece aqui para me dizer: "Isto é inquisição!". Abre um processo com base no Regimento Interno, não tipifica crime e deixa a porta aberta com um torquemada aqui dentro chamando um, chamando outro; pega aquele lá, manda investigar, julga e fica por isso. Isso é inquisição! Para quem estuda direito, isso vai ser um dia reconhecido por uma corte internacional como um momento de rachadura – mas botem rachadura nisso – no Estado democrático do direito que nós estamos vivendo.

E eu quero repetir aqui: o Inquérito 4.781 é inquisitorial, porque não respeita as normas básicas do Estado democrático de direito. E eu concordo com o que o senhor falou. A Procuradora-Geral da República Raquel Dodge não faltou com o seu dever; ela denunciou e mandou arquivar, isso em março de 2019. E este vampiro em que ninguém consegue colocar uma estaca de madeira, de boa qualidade naturalmente, continua af. Se Deus permitir, ele vai ser enterrado no mínimo silenciosamente, sem pedido de arrependimento, mas vai ter a sua memória resgatada.

E há a terceira contribuição que eu quero dar à Comissão. Aqui está, senhores, o relatório da Polícia Federal de 2 de outubro de 2018. Lembram-se da eleição de 2018? Esse da urna é de 2014, eleição proporcional na eleição nacional; este aqui tem os tais itens mencionados, zelosamente, pelo Dr. Fernando Carioni. Eu vou ler o item 14 da recomendação da Polícia Federal e vou entregar este documento com as tarjas pretas que lhe foram impostas, porque nenhum Tribunal Regional Eleitoral do Brasil tinha recebido esta cópia até o dia da nossa audiência pública – nenhum! Repito: isto aqui foi entregue ao Tribunal Superior Eleitoral logo depois do dia 2 de outubro, e nenhum TRE foi dele comunicado até o dia da nossa audiência pública, à qual também não compareceu o Presidente do TSE, o Ministro Luís Roberto Barroso.

Vamos lá. É verdade que aqui se recomenda que haja a totalização centralizada. Isso contraria o que pensamos o Desembargador Fernando Carioni e eu também, mas é verdade, está aqui. A Polícia Federal, para a proteção do sistema, ou seja, vislumbrando insegurança no sistema, recomendou a totalização centralizada – é o item 13. Agora, o item 14 é o seguinte, faz parte do documento – esse vai demorar um pouquinho mais, porque eu vou ler por inteiro:

[...] Recomendamos que sejam envidados todos os esforços para que possa existir o voto impresso para fins de auditoria [quer dizer, vale uma coisa, mas não vale a outra; vale a totalização centralizada, que descumpra a lei, que manda que os TREs a façam]. Por mais confiável que sejam todas as pessoas envolvidas no processo do sistema eleitoral e por mais maduro que sejam os *softwares*, eles sempre possuirão possíveis vulnerabilidades e necessidades de aperfeiçoamento [ou seja, é em nome do aperfeiçoamento; não é para execrar, nem para denunciar fraude, não; é para aperfeiçoar]. Um *software* não basta ser seguro ele





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa parecer seguro e transparente para o cidadão comum [como lembrou o Desembargador Fernando Carioni], [...] [para aquele que não tem] conhecimentos tecnológicos. Um meio físico de auditar [não é para apurar, é para auditar, até por amostragem] a segurança deste brilhante projeto nacional [o Desembargador Fernando Carioni leu isso] que são os *softwares* do Sistema Eleitoral Brasileiro consiste em um fator que trará mais confiança [...] neste processo e servirá como um meio mais seguro de auditoria do processo eletrônico de votação. Tenho por bem atendimento a demanda solicitada [...]

E assina o Diretor-Geral da Polícia Federal.

Eu vou entregar esse documento.

E, retificando, "recomendamos que seja realizada uma revisão criteriosa na arquitetura de servidores *web* e de banco de dados do processo de totalização". Esse é o item 5 desse documento de 2 de outubro de 2018.

E, para que ele não seja reeditado neste ano, é bom que mais pessoas leiam, especialmente os senhores que aqui deram a sua contribuição, porque não existe sistema humano perfeito, nem indevassável.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, meu querido irmão, meu amigo Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina, um político que é uma referência para nós aqui no Senado Federal, que tem uma sabedoria muito grande e equilíbrio.

Tem alguns Senadores que pediram para falar, mas, neste momento, estão ausentes.

Eu já quero, neste momento, em primeiro lugar, dizer o seguinte: nós precisamos aqui, nesta sessão, dentro do rito que o Presidente da sessão estabeleceu, ouvir as respostas dos palestrantes.

Eu vou ser o último a fazer aqui perguntas, mas eu tenho uma boa notícia. Eu tenho uma boa notícia não apenas para este auditório lotado que está aqui hoje, nesta terça-feira, dia 5 de julho, mas para as mais de 8 mil pessoas – porque subiu o número – que estão nos assistindo pelo YouTube, fora outros canais que estão transmitindo esta sessão. Nós aprovamos – eu peço à Secretaria que traga o requerimento, por favor – aqui na sessão passada, Senador Amin, uma outra audiência pública, ou seja, vai ser uma nova oportunidade para a qual nós estamos convidando o TSE, o seu Presidente, para que possa vir aqui junto com o General Paulo Sérgio, que é das Forças Armadas do Brasil, Ministro da Defesa do Brasil, e outros membros que estão de alguma forma participando da Comissão de Transparência das Eleições 2022. O próprio TSE convidou as Forças Armadas, e depois nós ouvimos aí falas do Ministro Barroso questionando, não gostando de algumas recomendações, mas foram convidadas pelo TSE. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sociedade fica no meio desse fogo cruzado. Nós precisamos ter serenidade, nós precisamos aqui fazer o nosso papel para acalmar os ânimos, procurar baixar um pouco a bola, entender o que está acontecendo e tentar facilitar. Então, a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado Federal aprovou um requerimento muito importante aqui de outra audiência, que vai ser marcada pelo Presidente Reguffe – espero que seja antes do recesso constitucional, que está marcado para o próximo dia 15.

Olhem só quem vai ser convidado para participar dessa audiência pública, com o objetivo de debater as recomendações dadas pelo Ministério da Defesa ao TSE para o aprimoramento do processo eleitoral: o primeiro convidado é o Exmo. Sr. General Paulo Sérgio Nogueira, Ministro da Defesa; o Exmo. Sr. Alexandre de Moraes, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; o Exmo. Sr. Filipe Barros, que é Deputado, Congressista, Parlamentar, que foi o Relator – se eu não me engano – dessa PEC do voto auditável; o Sr. Márcio Nunes de Oliveira, Diretor-Geral da Polícia Federal, também uma das entidades mais acreditadas do Brasil; e um representante, senhoras e senhores, da organização Transparência Internacional.

Já foi aprovado esse requerimento, por unanimidade, pelos Senadores desta Casa. E nós esperamos que o Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que hoje viria aqui para discutir conosco, debater sobre o ativismo judicial, mas que não aceitou o convite, pelo menos a esta Mesa não deu satisfação, possa vir aqui nessa próxima audiência pública. Eu tenho certeza de que a sociedade espera a presença dele e dos demais convidados, para que a gente possa jogar luz a esse assunto e procurar entender o que está acontecendo.

Eu tenho umas perguntas a fazer aqui.

Eu vou dividir da seguinte forma as perguntas, que eu iria fazer aos Ministros do Supremo Tribunal Federal, que não vieram para esta audiência. Então, a primeira pergunta eu quero destinar ao meu amigo e irmão, esse grande brasileiro, um dos maiores constitucionalistas do país, torcedor do São Paulo. Viu, meu querido irmão Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*)
– Ninguém é perfeito. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu queria fazer as seguintes perguntas ao Dr. Ives Gandra Martins: o Ministro Dias Toffoli, num evento em Portugal, afirmou que o Brasil já vive um sistema semipresidencialista, com poder moderador exercido pelo próprio STF. Tal declaração coloca em xeque – essa é uma das perguntas – o princípio da harmonia e separação de Poderes? Essa afirmação, Dr. Ives Gandra, se sustenta? Qual a opinião do senhor sobre o ativismo judicial e o seu impacto na relação entre os Poderes da República constitucionalmente constituídos? Essas são perguntas para o Dr. Ives Gandra. Daqui a pouco ele responde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o Dr. Ivan Sartori, ex-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, um homem muito democrático, que, quando eu nem sonhava em estar aqui no Senado Federal... Eu quero dar esse testemunho. Há dez anos, mais ou menos, eu não imaginava jamais ter tido essa benção de servir aqui a esta Casa respeitada. Eu, como uma pessoa que se interessa pela política, fico muito feliz, porque cada vez o brasileiro está gostando mais de política, está acompanhando, cobrando os seus representantes. Isso é um ótimo sinal de mudança positiva, sempre com base na cultura da paz, do respeito, de forma pacífica.

O Dr. Ivan Sartori, como Presidente do Tribunal de Justiça, me recebeu, na época, com o Vereador Calvo, lá em São Paulo, onde estava tendo um debate sobre um tema, na Defensoria Pública de São Paulo, que não estava sendo democrático. O Dr. Ivan Sartori ligou para o Presidente, de forma muito harmônica, e pediu para que houvesse o contraponto, que houve a partir da intervenção do Dr. Ivan Sartori, Presidente do Tribunal de Justiça. Eu quero lhe agradecer publicamente por esse seu gesto. Eu acho que nem o senhor se lembrava desse momento, mas eu lhe agradeço.

A pergunta que eu lhe faço, Dr. Ivan Sartori, é a seguinte: os Inquéritos 4.828 e 4.781, relativos à promoção de, abro aspas – aí as aspas são minhas –, "atos antidemocráticos e do uso de *fake news*", fecho aspas, foram considerados por muitos juristas e grande parte da população brasileira que estudou o assunto como inconstitucionais, bem como evidentes perseguições a personalidades de viés conservador, pois, na prática, transformou a mais alta Corte da Justiça brasileira em vítima, investigadora e juíza do caso.

Diante desse cenário, que atenta contra o Estado democrático de direito, qual a opinião do senhor sobre a relação entre o ativismo judicial, a violação do devido processo legal e do sistema acusatório? Essa é a pergunta que eu faço para o Dr. Ivan Sartori.

A pergunta que eu faço – eu peço permissão de chamar de para Prof. Wil – ao meu amigo irmão Wildemar Felix: recentemente, o Ministro Luís Roberto Barroso, que foi convidado para esta audiência pública, realizou uma conferência em um evento da Universidade do Texas, nos Estados Unidos, intitulada, acreditem se quiser, abro aspas, "Livrando-se de um Presidente", fecho aspas, numa clara demonstração de atividade político-partidária, totalmente incompatível com o cargo de Ministro da Suprema Corte, podendo inclusive tal conduta ser enquadrada como crime de responsabilidade, pois a Lei do Impeachment veda a ministros do Supremo Tribunal Federal o exercício desse tipo de atividade.

Nesse sentido, a pergunta que eu faço é: V. Exa. poderia comentar sobre a relação entre o ativismo judicial-político, as manifestações ideológicas e a conduta de magistrados em aparente colisão com os princípios da magistratura? Essa é a pergunta que eu lhe faço.

A outra que eu queria fazer para ministro e eu não posso fazer para o senhor é sobre ele ter feito palestras internacionais também sobre o tema aborto, defendendo a legalização do aborto no Brasil como militante ideológico-político-partidário, defendendo a liberação das drogas como a maconha, que não é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada inofensiva para nossa sociedade, fazendo palestras sobre isso, e se ele acha correto não se declarar suspeito como ministro do Supremo para julgar esse tipo de coisa. É uma pergunta que eu gostaria de fazer, mas ele não veio a esta sessão. Espero que um dia eu possa fazer.

Pergunta para o Dr. Fernando Carioni, que muito gentilmente... Desejo tudo de bom para sua esposa, que tenha dado tudo certo no procedimento. Muito obrigado por considerar esta Comissão, esta Casa revisora da República ao participar desse evento. E a pergunta que eu lhe faço, Desembargador Fernando Carioni, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina: na rica e importantíssima história do Supremo Tribunal Federal nunca existiram tantos e sucessivos desvios de conduta de magistrados, atitudes totalmente incompatíveis com o decoro exigido daqueles que têm por missão serem os guardiões da Constituição Federal. Pergunta que eu faço para o Desembargador Fernando Carioni: qual o ponto de vista do senhor sobre a relação entre o ativismo judicial e o princípio da imparcialidade dos magistrados?

Mais uma pergunta, a penúltima, para o Dr. Djalma Pinto.

O Dr. Djalma Pinto, para quem não sabe, foi Procurador-Geral do estado. Ele é paraense, mas está radicado no Ceará, na terra da luz, há muitos anos. Eu tenho uma profunda admiração por ele. Dr. Djalma Pinto, o Judiciário, com o Supremo em sua cúpula, não é representante direto do povo, pois não foi submetido ao voto popular. O Supremo é o guardião da Constituição, mas não pode legislar. Quem faz a Constituição é o Congresso. Quem legisla é o Parlamento e, em certa medida, o Executivo. O Supremo não pode, a pretexto de sanar omissão do Poder Legislativo, produzir leis por vias transversas causando tumulto em nosso ordenamento jurídico. Nesse contexto, pode-se dizer que está havendo uma tentativa de intervenção do Poder Judiciário sobre as competências dos outros Poderes da República?

Eu vou dar um exemplo bem clássico aqui. Infelizmente, o Dr. Barroso, o Ministro Barroso não está aqui para responder. Às vésperas da votação da PEC do voto auditável no Congresso Nacional, o Ministro Barroso, Presidente então do TSE, veio a esta Casa, veio ao Congresso Nacional e se reuniu com lideranças partidárias. Sim, com lideranças dos partidos aqui que compõem o Congresso Nacional. Coincidentemente, depois dessa reunião – às vésperas, repito, da votação da PEC do voto auditável –, foi mudada a composição dos partidos, colocando Deputados que já tinham até se declarado a favor da PEC e colocados pelos Líderes depois Parlamentares contra... Isso é ou não é uma intervenção direta de um Poder sobre outro? Uma invasão de competência? Então, essa é a pergunta.

E a última pergunta – peço desculpa aí por ter me alongado –, que eu faço ao nosso querido Dr. Ives Gandra Martins, é a seguinte: a prisão e a ação penal contra o Parlamentar Deputado Federal Daniel Silveira são medidas que representam expressa violação da imunidade e prerrogativas da função legislativa conferida ao Parlamentar pela Constituição Federal de 1988, principalmente em expressar sua opinião, liberdade de expressão. Eu concordo – essa é a minha visão – que o Deputado Federal se excedeu, sim, em suas manifestações, porém o caso deveria ter sido conduzido pela Câmara dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados, lá na Comissão de Ética, num eventual processo de cassação por quebra de decoro parlamentar, e não pelo Supremo Tribunal Federal.

Essa é a minha visão clara. Ele devia cumprir o devido... Devia haver aí o devido processo legal, de acordo com o ordenamento jurídico do Brasil, e ele ser punido pelas eventuais manifestações que excederam – e estão lá: calúnia, difamação e tudo, para ser punido.

Para além disso, a Suprema Corte parece não querer reconhecer a regular concessão pelo Presidente da República da graça ao Parlamentar, o que comprova o sentimento de perseguição daquela Corte não só a esse Congressista como a outros Parlamentares cassados por crime de opinião. Aí nós estamos vendo a mãe do Deputado Daniel Silveira sendo perseguida, a esposa, não é? E é como se não acontecesse a graça, é como se não existisse a graça, sabe? É aquela coisa de botar a venda nos olhos, e "não, isso aqui não existe".

Então, eu pergunto para o Dr. Ives Gandra Martins: qual a visão do senhor sobre essa chamada ditadura do Judiciário, como o nosso Plenário lá... Ruy Barbosa, o grande patrono do Plenário do Senado Federal, coloca que contra ela... É a pior das ditaduras porque contra ela não há a quem recorrer.

Eu encerro as minhas perguntas e já passo aqui, na mesma ordem que foi feita, com que nós abrimos a palavra aos palestrantes que vieram prestigiar... E mais uma vez eu agradeço, em nome do Senado Federal, a consideração, o respeito de cada um de vocês, que vieram aqui atendendo a esse convite do Senado Federal, e também agradeço ao Ministro Francisco Rezek, duas vezes Ministro do Supremo Tribunal Federal, que não pôde vir e justificou, mandou uma carta respeitosa. A gente compreende a ausência dele.

Mas eu já passo a palavra aqui, por seis minutos, com a tolerância de mais dois, para o Dr. Ives Gandra Martins iniciar essa fase final da audiência.

Muito obrigado, Dr. Ives, pela sua participação.

O SR. IVES GANDRA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eminentíssimo Senador Girão, eu gostaria de dizer o seguinte: como eu fui o único que respeitei o prazo de oito minutos na minha exposição e todos os outros ultrapassaram longamente, eu peço um pouco mais de tolerância nessa observação se eu não seguir rigorosamente os oito minutos.

A primeira observação que eu faço é no sentido de que, já respondendo e como considerações finais também, houve um jurista italiano que escreveu como se deveria interpretar o direito, escreveu normas de interpretação na década de 60, o Ferrara. Ele dizia que o que pode existir de pior num Poder Judiciário, num magistrado ou num intérprete de direito é pôr na lei o que na lei não está por uma questão de preferência pessoal ou tirar da lei aquilo que está na lei por uma questão de antipatia. O jurista tem que ser imparcial, de tal maneira que, cada vez que um jurista, um professor de Direito, um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

doutrinador ou um magistrado, principalmente, não é imparcial, evidentemente ele não está exercendo corretamente a magistratura.

Já dentro dessa linha, respondendo, por exemplo, ao Senador Lasier, que foi o primeiro a se manifestar, algo que me parece extremamente importante, ele perguntou: o que fazer? A meu ver, a Constituição dá os caminhos. Um dos caminhos é, evidentemente, não aceitar a intervenção, o que chamaria de invasão de competência de atribuição ou competência normativa. Se a Constituição declara zelar pela sua competência normativa perante os outros Poderes – 49, inciso XI –, é evidente que, se o Supremo legisla onde não pode legislar, é evidente que caberia um decreto legislativo. O art. 59 da Constituição não explicita o que é um decreto legislativo, diz apenas que é um decreto legislativo, mas é um instrumento próprio que o Poder que pode zelar pela própria competência, que é o Congresso Nacional, venha a fazê-lo.

Eu tenho a sensação de que no dia em que o Congresso... Por exemplo, o Supremo legisla. Na questão do aborto, o Supremo legislou. Se o Código Penal, no art. 128, apenas considera duas hipóteses de não punição, quando o meu querido amigo Luís Roberto Barroso, com quem tenho livros escritos, declarou que poderia haver aborto até três meses, está legislando.

É interessante que, na decisão da Suprema Corte americana, e eu participei dessa decisão, o que houve foram três partes como advogando na questão: a primeira, o Estado do Mississippi; a segunda, um grupo, uma associação de mulheres defendendo os direitos da mulher; e a terceira, um grupo de 141 juristas de cinco continentes. Eu e minha filha assinamos, para nos tornarmos *amicus curiae* lá na Suprema Corte americana, e o que nós defendemos é algo muito simples: em relação ao aborto, não há nenhuma legislação mundial que diga que é direito da mulher, direito fundamental da mulher ao seu corpo matar seus filhos no seu ventre. E dissemos, por outro lado, que grande número, enorme, de países defendem a pessoa do nascituro, que ainda não é pessoa jurídica, mas é uma pessoa humana desde a sua concepção. E a nossa petição foi aceita, mostrando que o Supremo não poderia aceitar, como um direito fundamental a ser examinado constitucionalmente pela Suprema Corte, e, sim, examinar por cada estado, porque não era matéria de direito fundamental. Esse foi o recorte, decidi de acordo com a nossa petição, dos 141 juristas que foram admitidos no processo de julgamento do Supremo e mais o Estado do Mississippi.

Então, cada vez que o Supremo exerce a função legislativa, a meu ver – 49, inciso XI –, independente de legislação infraconstitucional, já justificaria o decreto legislativo. Quando o Supremo, pela primeira vez, fizer... Quando o Senado, pela primeira vez, fizer o uso, tendo a Presidência do Congresso Nacional, do 49, inciso XI, dizendo: "A lei não é essa, nós não aceitamos", de tal forma que não é obrigado a obedecer, daí, mantém a legislação anterior ou faz uma nova lei, eles perceberão que não poderiam invadir. Porque não é como diz o meu amigo Luís Roberto Barroso. Se, por acaso, invadir a competência, cabe ao Poder Judiciário – ao Poder Legislativo – ir ao Supremo Tribunal para saber se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

houve ou não invasão de competência. Ora, quem tem que zelar é o Poder Legislativo, não é o Poder Judiciário.

Já respondendo também ao Senador Valentim, está claríssimo na Loman, na Lei Complementar nº 35, uma lei que é anterior à Constituição... Algo que me impressiona é que a Constituição Federal, de certa forma, por ter modificado diversas disposições do Poder Judiciário, exigia uma nova lei complementar, mas, como aquela era confortável, a Lei Complementar 35, até hoje não houve modificação. E realmente esse dispositivo existe, tem que haver uma imparcialidade total. Não pode fazer manifestação pública.

O Ministro Moreira Alves – diziam que, se o Supremo era o guardião da Constituição, o Ministro Moreira Alves era o guardião do Supremo –, mesmo tendo eu escrito 31 livros com ele e tendo ele aberto todos os simpósios que eu organizei durante 43 anos, dizia o seguinte: "Toda questão que vai ser discutida no simpósio que eu possa ter que decidir na Suprema Corte, sobre ela não me manifestarei". Não se pode manifestar sobre questões que possam até ser discutidas, como acontecia com o Ministro Moreira Alves, o Ministro Sydney Sanches, Ministro Ilmar Galvão e uma série de ministros que fizeram a grande imagem do Supremo até 2003. Então, o Senador Valentim tem toda razão: teria que ser cumprida, mas não é cumprida.

Para o Senador Amin, eu queria lembrar o seguinte: não foi desmentido até agora o que disseram todos aqueles que foram favoráveis à urna com voto auditado de que só três países do mundo adotam o sistema antiquíssimo da urna eletrônica exclusiva como está no Brasil, Butão, Bangladesh e Brasil. Não houve desmentido. Não se mostrou o que outros países adotam. Agora, também não houve o desmentido de que 37 países já utilizam a urna auditável de segunda geração. E, mais do que isso, nós temos o Paraguai já utilizando urna de terceira geração. E nós continuamos com um processo quase como se fosse uma vaca sagrada dos indianos, intocável. Isso é a urna antiquada, anterior. E, como disse o Senador Amin, nós estamos aqui com demonstrações inequívocas de que se poderia ter adotado já, como um progresso, como uma evolução, a urna eletrônica auditada.

Eu gostaria ainda, meu caro Senador Girão... Aliás, como eu presido o conselho dos cardeais do São Paulo, fui Presidente também do Fortaleza, o tricolor do Ceará, como sócio número 14 do São Paulo, isto é, desde 1943, torço pelo tricolor do meu estado.

Para o Senador Girão, há algo que me parece fundamental: se nós não procurarmos fazer com que o Supremo volte a ser o que era no passado – e só o Senado Federal poderá fazê-lo –, isto é, um legislador negativo, um guardião da Constituição, aquele que tem a responsabilidade de não permitir apenas as leis inconstitucionais, mas que não pode legislar no lugar do Senado, do Legislativo, e não pode conduzir rumos do Executivo, certamente nós vamos continuar com aquela pesquisa que me impressionou muito negativamente, a da *Folha*, de três ou quatro meses atrás, que dizia que 63% da população acham, julgam, entendem que o Supremo Tribunal Federal põe em risco a democracia – 63%





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da população! É uma notícia que foi colocada lá embaixo, porque o que interessava era dizer que 71% da população entendiam que o Executivo a punha em risco. Mas colocaram, senão na quarta página, que 63% da população brasileira, dois terços da população, consideravam que o Supremo punha em risco a democracia. Ora, quando nós temos uma avaliação popular que chega a esse ponto em relação a um Poder, a um Poder que representa a lei, que tem que respeitar a lei que não faz, a lei que é feita pelo Poder Legislativo e, eventualmente, pelo Executivo, sempre com a revisão do Legislativo, é porque alguma coisa está errada na nossa democracia.

Como eu conheço os Ministros da Suprema Corte, como eu tenho livros escritos com sete deles, como com os outros participamos de academias em que realmente eles foram aceitos por mérito próprio – sei da competência de cada um –, toda a minha luta, nesses últimos meses ou, eu diria, nesses dois ou três últimos anos, tem sido neste sentido: voltem a ser aquilo que o Supremo era! Têm competência para isso, têm valor para isso, são bons juristas, mas não são políticos, não foram eleitos pelo povo, mas por um homem só e, por essa razão, não representam a vontade popular. Quem representa a vontade popular são aqueles que fizeram o teste da urna e que sabem perfeitamente como avaliar o que o povo pensa.

Por essa razão é que eu digo: não ataco a idoneidade – ao contrário, considero-os idôneos –, não ataco a competência – considero-os extremamente competentes –, mas não têm competência de invadir a competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo. E toda a minha luta, com o constrangimento de um amigo que sou, de coautor de obras com eles, é no sentido: voltem a ser aquilo que eram os Ministros que fizeram da Suprema Corte uma das instituições mais respeitadas da República.

Era o que eu tinha a dizer, meu querido Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muiíssimo obrigado. Muito, muito grato mesmo, Dr. Ives Gandra Martins, uma referência do Brasil nessa área jurídica.

Eu quero dizer para o senhor que toca na alma, no coração, esse apelo que o senhor faz aos seus colegas, com quem escreveu livros e que hoje são Ministros do Supremo Tribunal Federal. Eu não tenho a menor dúvida de que nada acontece por acaso e que, se estão lá, é porque deveriam estar. Mas esse apelo que o senhor faz, com a elegância com que o senhor o faz, com o coração aberto, é muito bonito de se ver, sempre dando uma oportunidade de reflexão e de que se possa ter um encaminhamento correto daqui para a frente.

Eu gosto muito do... Um grande humanista e pacifista brasileiro, para mim, é Chico Xavier. Ele dizia uma frase que é muito forte: "Não podemos voltar atrás para fazer um novo começo, mas todos nós podemos, a partir de agora, fazer um novo fim".

Então, é muito bonita e emocionante essa sua fala, na verdade, Dr. Ives Gandra.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero comunicar que esta sessão está no *trending topics* do Brasil no Twitter. O brasileiro está abraçando esta sessão. A audiência tem repercussão total, de forma muito democrática, como tem que ser, cumprindo o seu papel. Se parte da grande mídia não está dando essa importância – não sei o porquê –, as redes sociais estão fazendo o seu papel.

Aqui nós temos políticos da base do Governo, políticos independentes, políticos de oposição. Este assunto aqui não é de nenhum político, este assunto aqui é de interesse da nação. Os fins não justificam os meios. Não é porque se quer de alguma forma sangrar e derrubar um governo que se deve fechar os olhos para aquilo que está errado. Por quê? O errado é errado, mesmo que todos o façam; o certo é certo, mesmo que ninguém o faça. Então, é muito importante esse trabalho.

Agora, Esperidião, meu querido Senador, o Dr. Ives Gandra falou do tricolor dele, de São Paulo, o tricolor vermelho, preto e branco, e falou do meu, que é lá do Ceará, o Fortaleza, que é azul, vermelho e branco, mas a gravata dele faz homenagem ao seu Avaí. Não sei se o senhor percebeu isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um azul muito fraco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tem que ser um azul mais forte, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mano, mano... Eu só respondo com isto: mano, sabe por que é que a Globo só transmite jogo do nosso Corinthians? Por questão de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Vamos passar agora aqui a palavra, para responder aos questionamentos e fazer as suas considerações finais, para o Dr. Ivan Sartori, que foi Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Muito obrigado pela sua presença aqui, mais uma vez. Veio acompanhado dos dois filhos, Guilherme e Marcelo.

O senhor tem seis minutos, com a tolerância desta Casa, para responder às perguntas e fazer os seus questionamentos.

Muito obrigado.

O SR. IVAN SARTORI (Para expor.) – Senador Eduardo Girão, fico muito feliz de estar aqui. Eu sou um cidadão brasileiro de coração mesmo; não é só porque assim me foi atribuído pela Constituição, mas é o coração da pátria, dos valores da família e da pátria. E eu estou sempre à disposição desta Casa. Quando precisar dos meus préstimos, convoque-me, e eu vou, efetivamente, cumprir a determinação.

Cumprimento o Senador Lasier Martins – agradeço as perguntas que me foram dirigidas – e o Senador Styvenson Valentim também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o nosso querido Senador Esperidião Amin, sempre admirado e respeitado. Há muito tempo, acompanhamos toda a carreira política do nosso querido Esperidião Amin, um homem realmente positivo, que fez muito pelo povo brasileiro e por esta Casa, assim como V. Exa., Senador Girão.

O que eu vejo é que, em primeiro lugar, o Senado tem se omitido. O Senado seria, efetivamente, o órgão, o Poder que, realmente, poderia fazer alguma coisa, nessa situação, para restabelecer o equilíbrio entre os Poderes.

A gente tem os *impeachments* ali, que estão represados, e o Supremo já decidiu que não há nenhum prazo para que a Presidência do Senado inclua esses expedientes em pauta – MS 38.034, MS 38.133, MS 38.208. A solução, então, seria, efetivamente, mais essa do decreto legislativo, porque é de competência exclusiva do Senado. Se ela é invadida, realmente, o Senado pode recobrar esse seu poder constitucional mediante o decreto legislativo. Mas nós estamos vendo que o Senado não está agindo – não está agindo. Então, não há como partir para esse caminho, Senador Lasier Martins, que eu cumprimento também pela trajetória, por ser um defensor da democracia.

Então, eu vejo a solução no art. 142 da Constituição Federal, que é bastante claro: às Forças Armadas compete, efetivamente, manter a lei e a ordem e restabelecer o equilíbrio entre os Poderes. Então, o poder coacto, que, no caso, são os Poderes Executivo e Legislativo, poderia, efetivamente, por qualquer de seus integrantes – aqui, no caso, o Congresso e o Presidente da República –, recorrer, mediante representação, às Forças Armadas, para que esse equilíbrio se restabeleça. Não é fechar o Supremo, não é desestabilizar os princípios democráticos, não é, efetivamente, qualquer tipo de golpe, AI-5, qualquer coisa desse tipo. É simplesmente pontual – como, aliás, venho defendendo, juntamente com o nosso querido Prof. Ives –, é pontual, apenas para que esse equilíbrio se restabeleça.

É lógico que nós não temos uma normatização efetiva com relação a esse dispositivo da Constituição, que não pode ser considerado letra morta, como muitos aí estão apregoando, mas nós poderíamos, efetivamente, criar uma comissão, em caráter urgente, por meio de representantes da sociedade, para que esse procedimento, protagonizado pelas Forças Armadas, viesse a ter lugar da forma como deva ser e de forma efetiva.

Mas acontece que o Presidente da República, Comandante em Chefe das Forças Armadas, se ele é o poder coacto que representa, neste momento, não o seria. Aí, as Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – passariam, então, a proceder de acordo com o art. 142, com autonomia, para cumprir o seu papel constitucional. É isso o que eu penso, com todo o respeito. Não é nenhum golpe militar, não é AI-5, nada disso. É uma intervenção pontual. Se falha o Senado, no tocante aos procedimentos de *impeachment*; se falha o Senado, com relação ao decreto legislativo mencionado pelo Prof. Ives, então, a solução que apregoo é essa, até secundada pelo mesmo professor.

Com relação aos Inquéritos 4.828 e 4.871...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. IVAN SARTORI** – É o 4.781, perdão!

Quanto ao 4.781, tenho a dizer que não tem nenhuma forma, nem figura de um processo efetivo penal, de um processo apuratório e inquisitório penal. Aquilo é realmente ditatorial. É um processo que corre à margem da Constituição efetivamente. E, correndo à margem da Constituição, que, inclusive, nós já mencionamos, não foi arquivado por conta de um entendimento que contraria frontalmente toda a jurisprudência do Supremo, porque, pedindo a Procuradoria-Geral da República, como pediu, o arquivamento de inquérito, ele deve ser arquivado, já que nós não temos uma instância ministerial superior do Ministério Público para aplicar o art. 28. Então, a jurisprudência era toda nesse sentido. Esse processo prossegue, e confundem-se ali vítima, acusador, julgador, e, além de tudo, muitos que estão ali envolvidos no inquérito não estão, efetivamente, incluídos na competência do Supremo por prerrogativa de foro.

Então, é um inquérito que corre mesmo à margem da Constituição. E ele não tem tempo para acabar, não tem objeto definido. Eu costumo comparar esse inquérito àquele personagem do filme "A Bolha Assassina", em que a bolha vai crescendo e vai absorvendo as pessoas sem parar. Só que aí a bolha é seletiva e corre mais para a direita. Então, é isso que eu penso desse inquérito, desse malfadado inquérito.

Inclusive, já foi dito aqui, Presidente, para a doutora – e eu estou sabendo, todos nós sabemos – que tem sido negada vista aos advogados para examinar esse inquérito, contra a Súmula 14, vinculante, do Supremo Tribunal Federal. Foi a Dra. Bárbara que mencionou aqui, com toda a razão.

Então, a solução que eu colocaria seria essa. Agora, o apelo que nós fazemos a esses Ministros realmente é que voltem a ser Ministros do Supremo Tribunal Federal, que não prossigam nessa senda antidemocrática e que realmente possam, efetivamente, cumprir o seu papel. Eles não foram eleitos pelo povo e não representam o povo. A política e a representação do povo são papéis do Congresso Nacional e do Executivo – Presidente, Governador, Prefeito –, não de Ministros do Supremo Tribunal Federal. E que muito menos eles sigam nesta senda de criar, cada um deles, um dispositivo constitucional de acordo com o seu entendimento. Nós temos uma Constituição, temos aqui o sistema *civil law*. Temos que observar a Constituição. Por mais que nós aprovemos um ativismo judicial moderado de acordo com a doutrina, ele não pode, efetivamente, contrariar a lei e a Constituição, porque o juiz está preso ao direito posto. Essa é a grande realidade, e isso tem que ser pensado.

Aliás, Senadores e presentes, eu vejo também um instituto, um instrumento completamente antidemocrático que foi criado pela Emenda 45/04, da reforma do Judiciário, que é a súmula vinculante. A súmula vinculante já é antidemocrática, porque a súmula vinculante confere aos Ministros o poder de dizer o que a Constituição diz, de modo que, se a Constituição diz que tal assunto deve ser levado para o Congresso e se o Supremo entender que, nesse assunto, pela súmula vinculante, a Constituição diz que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não é assim, vai prevalecer a súmula vinculante, quer dizer, a súmula vinculante está acima da Assembleia Constituinte. Então, é um mecanismo que deveria ser cassado imediatamente. Começa por aí.

E agora nós estamos vendo que nem da súmula vinculante se estão utilizando os ministros que costumam seguir essa trilha à margem da Constituição, porque eles são a Constituição, eles representam tudo por que anseia o povo brasileiro segundo o que pensam, segundo o que entendem. Mas não é assim, eles têm que cair na realidade e entender que nós temos aqui uma democracia e nós temos aqui a separação dos Poderes, o sistema de controle de pesos e contrapesos, os *checks and balances*. Isso tem que ser respeitado e tem que ser aplaudido.

Lamento muito este momento que nós estamos vivendo, triste momento. Eu não imaginava, do alto dos meus 38 anos de magistratura e dos meus 65 anos, presenciar um momento tão triste, tão lamentável.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nós é que agradecemos, Dr. Ivan Sartori, por sua presença aqui na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que realiza esta sessão histórica de forma muito democrática, serena, respeitosa. É assim que a gente precisa cada vez mais agir, o exemplo precisa vir de cima. A gente percebe uma polarização grande no país; de um lado e de outro você vê intolerância, mas nós precisamos dialogar.

Então, o senhor ter vindo aqui, ter participado, como também os demais palestrantes, mesmo que virtualmente, estar presente conosco aqui é um sinal não apenas de respeito a esta Casa, mas também de abertura ao diálogo, com humildade, para buscarmos soluções para o nosso país, porque todos nós queremos o bem do país.

Eu já passo a palavra imediatamente ao Presidente do TRE de Santa Catarina, Desembargador Fernando Carioni, que muito nos honra e alegra também com sua presença.

Muito obrigado ao senhor, ainda mais em sua situação pessoal, por estar aqui conosco, prestigiando este evento com um desafio pessoal. Eu lhe agradeço muito e lhe passo a palavra por seis minutos, com a tolerância desta Casa, para que o senhor possa responder aos questionamentos que lhe foram feitos e fazer suas considerações finais nesta sessão do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO CARIONI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

Inicialmente eu quero só colocar uma correção. Eu fui Presidente do TRE de Santa Catarina, mas eu transmiti o cargo já em março deste ano ao Desembargador que hoje ocupa aquela Presidência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de, primeiro, fazer a minha saudação ao mestre dos mestres de todos nós, Dr. Ives Gandra Martins e, a partir da fala de S. Exa., eu gostaria também de lembrar um pouco do passado.

Em Santa Catarina nós somos um povo ordeiro, cumpridor das nossas obrigações. O Senador Esperidião Amin é um catarinense de mão cheia, florianopolitano como eu, nascemos inclusive no mesmo ano – neste ano, inclusive, em agosto agora, eu sou um pouco mais velho do que S. Exa., eu completo 75 anos e vou para a minha aposentadoria da magistratura. Eu sou Desembargador pelo quinto constitucional.

Quando o Dr. Ives Gandra Martins fala de um retorno dos ministros para a Suprema Corte, me faz lembrar tempos passados quando nós aqui em Santa Catarina convidávamos os senhores ministros do Supremo Tribunal Federal, tanto pela OAB, quanto pelo Tribunal de Justiça, quanto pelo Ministério Público, para aqui palestrarem, nos ensinarem. Eles vinham com o maior prazer. Cito alguns que, com maior frequência, vinham a Santa Catarina: Ministro Sydney Sanches, Ministro Paulo Brossard e tantos outros que vieram com suas presenças aqui. Era uma satisfação ímpar recebê-los.

No plenário de todas as suas palestras era impossível, pela quantidade que acorria para escutá-los, ter espaço físico para abrigar todos, tanto que se renovavam muito as solicitações para que eles retornassem. Infelizmente, o que nós estamos hoje apreciando é forma totalmente inversa.

É triste nós apreciarmos uma situação dessas, quando um Ministro, na quinta-feira da semana passada, veio a Santa Catarina, a Florianópolis, e realmente não conseguiu terminar a palestra que iria conceder no teatro do CIC: já de início com manifestações contrárias do povo; depois, dentro do salão da palestra, dentro do teatro; e depois na saída.

Infelizmente, isso traz um descrédito para a população não só catarinense, mas brasileira, haja vista que anteriormente ocorreu no Rio Grande do Sul também o cancelamento de duas palestras de dois ministros da nossa Suprema Corte.

Então, esse conselho que o Dr. Ives Gandra Martins lhes dá tomara que eles escutem, para que nós possamos novamente retornar ao povo brasileiro a tranquilidade do país democrático em que nós vivemos. Não podemos viver nessa incerteza.

O nosso país é um país jovem. Nós temos que dar tranquilidade à juventude, que vem representar em todos os níveis a continuidade deste país democrático em que nós vivemos até hoje. Gostaria muito que meus netos vivessem ao menos a infância que eu tive, a juventude que eu tive. E até hoje vivendo de uma forma tranquila ainda.

Espero que há de continuar para que o nosso povo se sinta firme nas suas razões de decidir, quando chamados a participar das eleições de todos os níveis da nossa nação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito satisfeito, Senador Eduardo Girão, pelo convite feito. E em todas as oportunidades em que o convite for a mim dirigido, com certeza, estarei presente. Gostaria muito de estar aí de forma física, mas infelizmente não pude atender, e para mim seria uma satisfação muito grande, em vista de uma ocorrência com a minha esposa. Mas tenha certeza, eu saio desta sessão, mais uma vez, muito satisfeito, engrandecido com as aulas que tive, abastecendo, cada vez mais, a minha cultura e o meu ser.

Eu agradeço muito, Senador Eduardo Girão, Senador Esperidião Amin, e ao mestre dos mestres, Dr. Ives Gandra Martins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Gratidão, Dr. Fernando Carioni. Quem agradece e quem aprendeu com o senhor e com todos os palestrantes aqui fomos nós, todos nós que tivemos a oportunidade de participar desta audiência histórica. Um homem simples, o Dr. Fernando Carioni.

Eu tive a oportunidade de ser recebido pelo Senador Esperidião Amin, há cerca de 20 dias, lá em Florianópolis, na lindíssima capital catarinense, e eu fui ao Mercado Municipal. Fui lá conhecer. Aliás, eu já conhecia. Eu fui dar uma volta, era um sábado, e eu me encontrei...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já tinha ido lá inclusive secar o Havaí, não é?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... com o Dr. Fernando Carioni, numa coincidência – e para mim não existe coincidência, e sim "jesuscidência". E a gente estava lá com seu neto no mercado, um homem simples, de contato com as pessoas, que vai à praça, que vai ao mercado. E é assim, porque todos nós somos iguais, na verdade, não é? E eu acho muito bom esse exemplo desse grande catarinense, o Dr. Fernando Carioni.

Que Deus abençoe o senhor e a sua esposa! Que fique tudo bem!

Eu já passo a palavra aqui agora ao Dr. Djalma Pinto, ex-Procurador-Geral do Estado do Ceará. Tem também livros publicados, *Direito Eleitoral* e vários outros. Ele, que é uma pessoa muito querida, é um paraense que está radicado no Ceará, mas que é muito querido por onde passa.

Muito obrigado pela sua presença, mais uma vez, Dr. Djalma. O senhor tem seis minutos e mais uma tolerância da Casa, para que possa responder aos questionamentos feitos e fazer suas considerações finais.

O SR. DJALMA PINTO (Para expor.) – Eu gostaria de participar deste evento, observando, pelas suas indagações, Sr. Senador Girão, que quem julga realmente não pode legislar. Quem julga e legisla não pode usufruir do princípio da vitaliciedade.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A presença do Presidente do TSE no Parlamento, por ocasião da apreciação da Emenda Constitucional 135, realmente estimulando a rejeição da emenda, se mostra contraditória, na medida em que o próprio TSE, na Resolução 23.521, subscreveu, aprovou, por unanimidade, a impressão do voto. E essa impressão do voto não significa desconfiança no sistema de votação eletrônico. Inclusive, essa providência poderia ter resolvido o problema trazido pelo Senador Esperidião Amin – a adoção da impressão – em que mais de 300 votos foram prejudicados, não foram validados.

Imagine se a eleição tivesse sido decidida por uma quantidade pequena, muito pequena de votos? Esses 300 votos que não puderam ser apurados, apreciados poderiam ter interferido na decisão daquele município...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E influenciaram na eleição de um Deputado Estadual...

O SR. DJALMA PINTO – Isso prova...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque a diferença entre dois Deputados defensoria pública PSDB foi inferior a 30 votos, que foi a média que o prejudicado fez nas outras seções eleitorais do mesmo local, do mesmo local de votação.

O SR. DJALMA PINTO (*Fora do microfone.*) – Isso só comprova...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, pelo menos há a possibilidade de ter influenciado, porque ninguém conhece os votos. Se seguisse a média das outras seções do mesmo local de votação, teria influenciado.

O SR. DJALMA PINTO – Isso só comprova, Sr. Presidente, que não é questão de desconfiança; é questão de aprimoramento. Não existe nem um carro praticamente trafegando nas ruas do Brasil com a tecnologia de 1995. Os carros vão para o museu com 27 anos de utilização.

Então, é preciso que haja realmente uma harmonia, nós precisamos desarmar os espíritos para que possamos ter uma conciliação mínima nas divergências.

Eu deixaria, então, registrado que a presença, ou melhor, que a preservação da independência e da harmonia entre os Poderes é essencial para a construção da sociedade livre, justa e solidária, destacada como grande objetivo da República no art. 3º da Constituição.

Para alcançarmos todavia o patamar de uma sociedade justa, é necessário que cada um de nós cultive a justiça como virtude, que se resume em não fazer com o outro aquilo que você não deseja que lhe façam.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, as paixões que se agigantam em momento de alternância do Poder, não devem soterrar a razão, sobretudo, daqueles que estão investidos nas funções relevantes do Estado.

Todos nós devemos lutar com todas as nossas forças para a preservação do Estado democrático de direito, a fim de que possamos legar às gerações futuras uma democracia sólida que assegure prosperidade a todos e os meios para que cada um possa buscar a felicidade.

Muito obrigado pela oportunidade de participar desse evento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Djalma Pinto, advogado, jurista ex-presidente... Eu sempre falo "presidente", mas é ex-Procurador-Geral do Estado na época do Governo do Senador Tasso Jereissati – é isso? – nosso colega aqui.

Eu já passo aqui a palavra imediatamente...

Tem muitas perguntas chegando, que eu vou encaminhar para os senhores. São muitas perguntas, tanto do telefone gratuito do Senado Federal quanto... E seria bom até que se pudesse trazer o número do telefone do Senado e o endereço do portal para, até o final desta sessão, quem quiser perguntar, poder fazê-lo, que a gente encaminha todas as perguntas aqui. O Senador Lasier Martins está levantando a mão e está pedindo, Prof. Wil, pela precedência aqui da Casa, para fazer uma intervenção.

Então, antes do último orador, que é o Prof. Wildemar Felix Assunção e Silva, tem a palavra o Senador, meu querido amigo, Lasier Martins, torcedor do Colorado. A gente falou aqui de Tricolor, de Avaí e tudo, mas ele é torcedor do Inter e ele quer fazer uma intervenção.

Muito obrigado pela sua participação, meu querido Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – O.k., Senador Girão. Vou ser bem objetivo. Agradeço muito.

Agradeço também a resposta dada por aquele a quem eu requeri uma pergunta, o Dr. Ivan Sartori. Mas eu quero confessar que não fiquei satisfeito, porque disse bem o Dr. Ivan que cabe, pelo art. 59, decreto legislativo, que é o instrumento próprio quando houver invasão de competência pelo STF, quando eu perguntei o que caberia, o que fazer diante das arbitrariedades, da ultrapassagem das suas atribuições pelo Supremo.

Em segundo lugar, disse o Dr. Ivan que, não tendo efeito o decreto legislativo, por uma razão ou outra, caberia o art. 142. E aí é que eu quero saber – sei que é uma pergunta delicada, muito delicada – o que caberia na hipótese: se é cabível às Forças Armadas, ao se destinarem à garantia dos poderes constitucionais, por iniciativa de qualquer destes, à lei e à ordem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos supor: não é atendido o decreto legislativo. Aí vamos para a última das últimas instâncias, que são as Forças Armadas. O que as Forças Armadas podem fazer? Por exemplo, mandar uma notificação, dizendo: "Srs. Ministros do Supremo, os senhores infringiram o artigo tal da Constituição, os senhores não podem mais infringir, ultrapassar os seus limites". E fica por isso mesmo? Ou cabe mais alguma iniciativa, mais alguma ação às Forças Armadas?

Por que eu pergunto isso, Presidente dos trabalhos Eduardo Girão? Porque nós estamos num desenrolar tão assustador de arbitrariedades pelo Supremo que não está descartada uma hipótese de, ali adiante, na proximidade das eleições, inclusive com o Ministro que é adversário do Presidente da República, acontecerem novas violências, novas decisões completamente descabidas. Então, o *modus faciendi*, o que podem fazer, o que fazem as Forças Armadas nesse desenrolar?

Eu não sei se o Dr. Ivan quer responder a essa minha pergunta.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – O.k.

Senador Lasier, para a gente não quebrar aqui, eu quero ouvir as considerações finais e a resposta do Dr. Wildemar Felix Assunção e Silva, advogado, jurista, funcionário desta Casa. Inclusive, quero cumprimentar seus alunos da universidade aqui do Distrito Federal.

O Dr. Ivan Sartori já disse que quer responder.

E o Dr. Ives Gandra Martins, que foi um dos que, na época da Constituição, abordou, jogou luz sobre este tema – ele já me contou sobre isso –, também quer dar uma complementação depois.

Vamos ouvir o Prof. Wildemar Felix Assunção e Silva, para responder aos seus questionamentos e também fazer as suas considerações finais, em seis minutos, com a tolerância desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. WILDEMAR FELIX ASSUNÇÃO E SILVA (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Girão, é interessante que essa conferência no Texas foi uma indagação que me foi feita em Coimbra, quando da ocasião em que eu estava falando sobre a minha dissertação de mestrado sobre a aplicação do princípio da moralidade política no processo de *impeachment*.

Eu participei, *in loco*, nesta Casa, do processo de *impeachment* da Presidente Dilma. E, na minha dissertação, eu afirmo que o *impeachment* não foi um golpe, porque seguiu o devido processo legislativo, o devido processo legal, mas deixou um cheiro de golpe, pois o *impeachment* nada mais foi do que a aplicação da falta de governabilidade do relacionamento entre Poder Executivo e Poder Legislativo, razão pela qual a Presidente Dilma, fatidicamente, naquela sessão em que se rasgou a Constituição, uma vez





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Constituição é bem clara: a perda de mandato ensejará também a suspensão dos direitos políticos... E abriu-se uma exceção neste Plenário, nesta Casa, em que Senadores foram investidos de juristas naquele momento, presididos pelo Supremo Tribunal Federal, e os direitos políticos da Presidente Dilma acabaram sendo mantidos.

Já que eu participei *in loco* de todas as fases, até mesmo da construção do relatório, perguntaram-me o seguinte: "O que o senhor acha em relação à posição do Ministro do Supremo Tribunal Federal?". Pela forma como ele colocou na palestra, ele deixa bem claro que quem vai tirar o Presidente da República são os ministros. E o Poder Judiciário do Brasil é quem está retirando o Presidente da República, não de fato, mas de direito, pois, com relação a todas as decisões do Presidente da República, o Supremo modifica todas.

E isso vem exatamente em consonância com a pergunta que V. Exa. me fez em relação à política ideológica do ativismo judicial. Infelizmente, no Brasil, nós estamos, hoje, assistindo a esta fatídica página da história. Eu digo e classifico como fatídica página, porque o Judiciário, nessa condição que eu chamo de imoral... E me perdoem aqueles que têm posições contrárias, mas, no âmbito acadêmico e no âmbito das ideias, nós temos liberdade de expressão, que é garantia constitucional. Essa prerrogativa de atuação do Poder Judiciário é uma circunstância pela qual é inadmissível, em um Estado laico, em um Estado em que a democracia é matriz e mãe de todos nós, se permitir qualquer disposição ideológica, seja em qualquer circunstância, seja em qualquer mérito. Em virtude de quê? De que, infelizmente, nos últimos 20 anos neste país, nós estamos vivendo uma tragédia, uma tragédia que cada dia mais se acentua em decisões judiciais que estão totalmente contrárias ao que devia de fato coexistir, devia de fato estar na sua essência original, e que, por sua vez, acabam simplesmente tirando de todos nós uma voz altiva, uma voz altiva no que tange às questões básicas dos direitos sociais, às questões básicas dos direitos que atingem grande parte da população brasileira.

E, hoje, para além dos direitos sociais, nós temos ainda essa dimensão que está estruturada em um viés totalmente de disputa. Esse é o termo com que eu classifico. É uma disputa entre os Poderes, em que a infelicidade do Exmo. Sr. Ministro, na sua colocação, que muitos questionam... Em todos os lugares onde eu vou ministrar, sempre me fazem esta pergunta: "E a política ideológica do Supremo como você classifica?". Eu respondo categoricamente: é uma falência do sistema, da cúpula do Poder Judiciário brasileiro, porque ideologia não cabe a quem é o guardião da Constituição. Primeiro, a Suprema Corte deveria, originariamente, exercer o que lhe compete constitucionalmente, que é resguardar a Constituição, e, na verdade, o Supremo faz tudo menos resguardar a Constituição, como deveria, originariamente.

E, lógico, para além de tudo, nós temos ainda erros. Não estou dizendo que o Executivo e o Legislativo não erram. Erram, sim, como nós erramos, inclusive, na semana passada e estamos errando neste momento no Congresso Nacional, com a PEC da flexibilização do teto de gastos, casuística, como várias PECs aqui são casuísticas. Ora, onde já se viu fazermos uma emenda constitucional que tem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

validade somente até 31 de dezembro de 2022?! Vejam que absurdo! É uma situação em que se discutem dimensões do tipo: "Ah, não podemos, porque a situação econômica está estarrecedora, e o único mecanismo e a única circunstância é essa". Perfeito, perfeito. Até quando nós estaremos nesse afogadilho de buscar interesses e saídas, ou o jeitinho brasileiro, violando a Constituição, violando as leis, trazendo visões pessoais, muitas vezes equivocadas, que não cabem em hipótese nenhuma, em circunstância nenhuma?

É triste, como brasileiro, pois, tendo nós a oportunidade de levar esse conhecimento para além das fronteiras do nosso país, temos aí a crítica, com as pessoas ainda nos olhando e falando bem assim... Teve um cidadão na Espanha que disse assim: "Professor, eu, se fosse brasileiro, estaria de luto, porque o que vocês vivem lá é um verdadeiro circo". Para nós brasileiros que acreditamos que podemos mudar essa história, é doloroso; para nós que dedicamos a nossa vida para construir algo, para ajudar a melhorar, é doloroso, é triste – é triste.

De fato, a dimensão ideológica da infelicidade com que o Supremo Tribunal Federal infelizmente anda se pronunciando, se manifestando publicamente é, de fato, prejudicial à República Federativa do Brasil, é prejudicial às instituições de Estado, é prejudicial principalmente ao povo brasileiro, porque o povo fica alheio a essa guerra.

Reparem que hoje eu encontro pessoas que não têm conhecimento técnico algum e dizem bem assim para mim: "O que é que o senhor acha dessa guerra entre o Supremo e o Presidente da República? Essa guerra entre o Supremo e o Legislativo? Você que trabalha no Senado poderia me explicar por que é que o Supremo tem mais poder do que vocês, na Casa de vocês? Você poderia me explicar isso?". E, para a gente que está aqui vivendo o dia a dia, lutando, é você parar e responder para a pessoa exatamente o seguinte: infelizmente o superpoder atribuído e a invasão da competência legítima fazem todos pagarem um preço caro, porque não convém a nós julgarmos aqui o fato em concreto, em si, do que ocorreu, mas, sim, a violação direta ao que está na nossa Carta Maior. Quem decide se perde ou não o mandato é esta Casa – está lá na Constituição. Se o Supremo quer mudar isso, por meio de uma decisão judicial, isso é inconstitucional, porque, até onde eu sei, nós não temos uma Assembleia Nacional Constituinte feita pelo Supremo Tribunal Federal para poder diuturnamente tomar decisões nesse prisma. É triste, mas infelizmente é uma prática que está se tornando rotineira neste país.

Agradeço a V. Exa. o convite.

Espero, neste pouquíssimo espaço de tempo, ter trazido uma reflexão acerca do tema. E sou totalmente aversivo a esse ativismo jurídico brasileiro.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Nós é que agradecemos, em nome do Senado Federal, a sua importante contribuição, Prof. Wildemar Felix Assunção e Silva, que também é funcionário desta Casa, advogado, jurista.

Inclusive, quero só complementar, antes de já passar a palavra ao Dr. Ivan Sartori, para responder ao nosso querido Senador Lasier Martins, e também ao Dr. Ives Gandra, que quer fazer um complemento.

A gente fica triste, mas a gente tem que manter a esperança no bom senso, que o bom senso vá prevalecer. A gente fica triste quando vê alguns Ministros do Supremo indo lá fora dar satisfação, lá do outro lado, lá na Europa, nos Estados Unidos, e aqui, no Brasil, não vêm à Casa revisora da República dialogar com os Senadores. Isso é triste. Fazer palestra lá fora pode, mas aqui não. Outra coisa são as frases que a gente ouviu falar e que deixam o cidadão de bem, realmente, indignado: "Eu barrei isso!", "Eu sou do bem, eles são do mal". A gente ouviu, nessas palestras, este tipo de situação: "Eu que não deixei essa história de voto não sei o quê...". É quase uma confissão da intervenção nesta Casa.

Vamos lá.

Dr. Ivan Sartori, se o senhor puder responder o Senador Lasier Martins, nós lhe agradecemos demais. Depois, eu passo a palavra ao Dr. Ives Gandra, que foi um dos que estavam lá na Constituição, auxiliando o Relator, na época.

O SR. IVAN SARTORI (Para expor.) – Quero cumprimentar o Dr. Wildemar, o Dr. Djalma, porque não me referi a eles, e também o Dr. Carioni.

Essa pergunta do nosso Senador Lasier é uma pergunta difícil de responder, simplesmente, porque o art. 142 não foi regulamentado. Não há nenhuma regulamentação acerca do art. 142, mas, se ele, realmente, vier a ser aplicado ou se houver espaço para isso, evidentemente, as medidas a serem tomadas serão aquelas necessárias para que se restabeleça o equilíbrio entre os Poderes, sendo elas até coercitivas, porque, para se fazer valer uma determinada situação, é preciso que se tenha força cogente. Agora, como isso vai ser aplicado, como isso vai ser regulamentado, como isso vai ser processado, tudo isso é uma questão que nós resolveríamos se, evidentemente, viesse o Presidente ou a Casa – o próprio Congresso – se valer do art. 142. Agora, seria interessante, efetivamente, uma discussão prévia a respeito dessa aplicabilidade, inclusive convocando setores da própria sociedade e também representantes do povo, para que estabeleçam um consenso, no sentido de dar efetividade a essa disposição, mas eu não tenho a resposta clara e efetiva, porque não houve regulamentação, mas, se algo tiver que ser feito, evidentemente, a inobservância da ordem permite uma força cogente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Dr. Ivan Sartori.

O Dr. Ives Gandra Martins gostaria também de complementar sobre esse aspecto específico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IVES GANDRA MARTINS (Para expor. *Por videoconferência.*) – Até para esclarecer uma posição que foi muito mal interpretada através de um artigo meu, quero dizer o seguinte.

Eu acompanhei, algumas vezes, naquela ocasião, quando ia ao Estado do Rio Grande do Sul e era entrevistado pelo meu querido amigo Senador Lasier Martins, um dos mais brilhantes jornalistas que nós tivemos na história do Brasil...

Quando se discutiu essa matéria, os Senadores tiveram, inclusive, a presença de alguns militares, inclusive o próprio General Leônidas, que conversava com o Presidente Sarney e, principalmente, com o, primeiro, consultor e, depois, Ministro da Justiça Saulo Ramos.

Como é que foram definidos o Título IV e o Título V? Nós tínhamos a Constituição com oito títulos. Primeiro, foi o Estado democrático de direito, depois direitos e garantias individuais, administração pública... Quando chegou ao IV, era a organização dos Poderes. Para que os Poderes fossem harmônicos e independentes, houve exaustiva atribuição de competências para evitar... Então, como é o título do Título IV? Da organização dos Poderes. Daí, se pensou no Título V. E qual é o título do Título V da Constituição? Da defesa das instituições democráticas e do Estado. Quando todos os Poderes, que devem ser harmônicos e independentes, não encontram solução, quando a democracia corre risco, nós os constitucionalistas da época, quando interpretamos a Constituição... E os senhores veem aqueles volumes azuis que estão ali e que são os 15 volumes em que Celso Bastos e eu interpretamos a Constituição de 1988 a 1998, tendo participado ativamente dos debates no sentido de audiências públicas e de assessorar... Ulysses Guimarães, sobre o parlamentarismo, veio assistir a uma palestra minha e se mostrou um grande parlamentarista. Naquele momento, entendeu-se o seguinte: nós temos que encontrar um regime constitucional das crises. Vale dizer: se, apesar de ser um Estado democrático de direito, nada der certo, tem que haver uma solução para a crise a fim de a democracia não ser sacrificada. Por isso é que o Título IV só fala em organização dos Poderes, e o Título V fala da defesa das instituições democráticas de direito, das instituições democráticas e do Estado. A defesa das instituições democráticas cabe ao Título V. É interessante que nós, na época, chamávamos como? Regime constitucional das crises. Se houver uma crise insuperável para a harmonia e a independência dos Poderes, o regime é estado de defesa, estado de sítio e Forças Armadas na sua tríplice função: função de defesa da pátria, função de garantia das instituições e, por solicitação de qualquer dos Poderes – são só três –, a função de repor a lei a ordem, garantir a lei e a ordem. Então, a intervenção seria sempre pontualíssima.

Eu vou dar um exemplo. Por exemplo, vamos admitir que a Câmara tivesse negado ao Supremo Tribunal Federal a prisão do Deputado Daniel Silveira, que o Supremo resolvesse manter – "não, eu vou manter essa prisão" – e que o Poder Legislativo fosse às Forças Armadas... Mantém-se ou não? Os comandos da Forças Armadas, quer dizer, não poderiam, a meu ver, cada vez que houvesse conflito entre Poderes, ficar nem com o Presidente da República... São essas aulas que eu dou há 33 anos na Escola de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comando e Estado-Maior do Exército para aqueles coronéis que vão ser generais. Não poderiam ser, porque teriam que ser uma instituição do Estado e não do Governo.

Os comandantes das Forças Armadas, esses, sim, decidiriam de que maneira deveria ser aplicada aquela decisão. Caberia ao Supremo realmente manter a prisão ou caberia ao Congresso Nacional dizer que teria que ser solto? Se entendesse que foi o Congresso Nacional, pura e simplesmente mandariam soltar, e acabou aquela que seria a solicitação de um Poder para repor a lei e a ordem naquele ponto.

Então, o que é preciso considerar é o seguinte: os Poderes têm que se entender entre si, isso foi o que o Constituinte pretendeu. Agora, se eles não se entendessem e pusessem em risco a democracia, uma instituição do Estado, para garantir a democracia, para a defesa das instituições democráticas, como está escrito no Título V, essa instituição apenas reporia naquele ponto que estava, de certa forma, sendo ferido para criar problemas à democracia, reporia a lei e a ordem.

Lembrando-se que esse é um dispositivo menor da instituição. O regime constitucional das crises tem no estado de defesa e no estado de sítio os instrumentos maiores para garantir a democracia. Então, a interpretação é apenas uma intervenção pontual que pode ser tomada independentemente de legislação que ainda não surgiu, porque, de rigor, a crise pode existir e tem-se que ter uma solução.

Vou dar um exemplo na Constituição. Durante muito tempo nós não tivemos uma lei para regular a ação direta de inconstitucionalidade. O comando da Constituição de 88 só veio em 99. Durante onze anos o que eles fizeram? Eles aplicaram, no Supremo Tribunal Federal, o velho instituto da representação contra a inconstitucionalidade. O que vale dizer: o fato de haver o dispositivo constitucional sem uma legislação infraconstitucional... Eles aplicaram o dispositivo até que viesse a lei.

Nesse caso concreto, por exemplo: a lei anterior não admitia a sustentação oral preliminar. Quando veio a lei, admitiu-se a sustentação oral para a concessão de uma liminar. Agora, nesse caso se aplicaria exclusivamente aquele ponto para equacionar os três instrumentos para garantir a democracia. Repor a lei e a ordem pontualmente era o menor dos instrumentos numa crise constitucional. O estado de defesa é maior e o estado de sítio é total, mas tudo para garantir a democracia.

Isso foi discutido. Se os senhores forem aos debates constituintes, verão que isso foi colocado com essa intenção, e nós sempre chamamos, desde os comentários que fizemos... Isso até 1988, depois o Celso faleceu e eu não fiz mais atualizações – nós dividimos em 15 volumes, eu escrevi sete e meio e ele escreveu sete e meio.

E eu dizia sempre o seguinte. Uma vez, quando De Gaulle entrou e fez com que a França também adquirisse a tecnologia de artefatos nucleares, fizeram-lhe uma pergunta: "O senhor acha que com isso o senhor vai poder ganhar uma guerra contra a Rússia ou contra os Estados Unidos?". Ele disse: "Não, mas eu tenho que ter uma *force de frappe*, uma possibilidade para uma retaliação tão grande que todos tenham receio de entrar em guerra pelo perigo que iriam criar".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse art. 142, como foi discutido, eu sempre coloquei. Foi lá colocado para nunca ser utilizado, para que os Poderes entendessem que têm que ser harmônicos e independentes e que funcionaria como a *force de frappe* do Presidente De Gaulle, no sentido de que lá estava para nunca ser utilizado. Servir como espécie de retaguarda máxima se a democracia entrasse em crise.

Então, na minha interpretação da Constituição, dado que eu todo ano leciono quando falo sobre o 142 dessa forma, é um regime constitucional das crises para nunca ser utilizado, mas que poderia ser usado independente de legislação infraconstitucional. E seria sempre pontual, para repor a lei e a ordem naquele ponto em que a lei e a ordem geraram um conflito insolúvel entre os três Poderes.

E, como eu disse, o Presidente é o Chefe das Forças Armadas. Se o Presidente for, o Poder Executivo, aquele que provocou e solicitou, ele não poderia evidentemente ser parte da decisão, porque, nesse caso, ele seria parte do processo. E as Forças Armadas são exclusivamente uma instituição do Estado, evidentemente a serviço dos três Poderes. Mas como instituição do Estado, aí, sim, para esse ponto exclusivo, seria um poder moderador.

É essa interpretação, meu caro Senador Girão, que eu sempre dei e não vou mudar. O Ministro Luís Roberto Barroso certa vez disse que a minha interpretação estava além do erro e eu respondi da seguinte forma: eu tenho esperança de nunca ser utilizado e a sua interpretação também não pode ser confirmada. Só se um dia houver uma crise insuperável é que nós vamos saber qual é a interpretação correta, a minha ou a sua. Eu tenho impressão que a minha é a correta numa situação insuperável.

Era isso que eu queria acrescentar, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Dr. Ives Gandra Martins, Dr. Ivan Sartori.

Pergunto ao eminente Senador Lasier Martins se está respondido o seu questionamento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Olha, estou aqui maravilhado, Senador Girão, primeiro com a resposta do Dr. Ivan e agora, por último, com essa aula, não de mestrado, de doutorado do Dr. Ives, que sempre admirei.

Ele lembrou que, no meu tempo de jornalista, muitas vezes eu o entrevistei, tanto pessoalmente em Porto Alegre, diante de câmeras, como diante de microfones, por ser uma figura que é indispensável ao Brasil de hoje. É uma voz orientadora. É uma bússola jurídica para todos nós.

Fico muito agradecido pela resposta e preparado para usar algumas de suas expressões que anotei aqui e darei o crédito quando for necessário, porque não está descartada a hipótese de termos de recorrer ao 142 ali adiante. Foi dito aqui que foi criado art. 142 talvez para nunca ser utilizado, mas, já que está aí, quem sabe lá seja necessário.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Senador Lasier Martins, do Rio Grande do Sul, sempre muito atuante com relação a vários temas de interesse da nação e do seu povo gaúcho, mas esse que está afligindo a todos os brasileiros, que é essa escalada autoritária de alguns dos ministros do nosso Supremo Tribunal Federal.

Nós oportunizamos aqui, esta Comissão convidou gentilmente dois desses ministros, que têm sido aí os campeões de ativismo judicial, de pedidos, de convites de debates, de *impeachment*. Mas hoje infelizmente eles não compareceram a esta Comissão para poder esclarecer, poder jogar um pouco de luz sobre essas decisões, no meu modo de entender, abusivas que nós temos tido no Brasil.

Para encerrar esta sessão, eu queria só dizer que já foi inclusive passado, a Mesa nos disse, o telefone desta Comissão, que recebeu muitas perguntas. Eu passo novamente, pelos minutos finais aqui, 0800 0612211, telefone gratuito, para quem queira participar, perguntar. Eu me comprometo a passar todas as perguntas aqui para os palestrantes, assim como também pela internet, o Portal do Senado, o Portal e-Cidadania, que é www.senado.leg.br/ecidadania. Depois, no final aqui, eu vou ler algumas perguntas apenas, mas encaminho as demais para os palestrantes aqui.

Tem três pessoas neste auditório que pediram a palavra. E como nós somos uma Comissão, e como deveria ser aqui na Casa do povo, aberta, transparente, democrática, eu vou passar a palavra para três pessoas que pediram, que estão acompanhando esta sessão. Só peço que a gente observe o tempo de três minutos. Nós já estamos com três horas e meia, mais de três horas e meia de sessão, e eu peço, até por outras demandas que nós vamos ter, estamos tendo votação do Congresso, e eu peço que observemos os três minutos para as considerações da Bárbara Marcelo, que é cientista política e ativista, do Dr. Antônio Cláudio Macedo da Silva, que é Juiz Federal da 1ª Região, está aqui conosco, e também do Dr. Alex Canuto, que é da Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil.

Então, a Bárbara pode começar. Está certo? E depois a gente passa a palavra. Muito obrigado.

A SRA. BÁRBARA MARCELO – Acabei de ligar o microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Está aberto.

A SRA. BÁRBARA MARCELO (Para expor.) – Obrigada, Senador. Obrigada, Presidente, pela palavra.

Eu vou fazer uma pergunta aqui, em nome do advogado do jornalista Allan dos Santos, do Renor Oliver Filho, que, aliás, é um advogado de muita coragem de assinar essas peças para poder defender o jornalista Allan dos Santos, que é exilado hoje nos Estados Unidos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo sabe que o jornal Terça Livre foi fechado de uma forma violenta aqui no país. E eu gostaria de perguntar aos palestrantes que estão aqui e também aos membros do Judiciário que não vieram, aos advogados presentes sobre as medidas cautelares gravíssimas que foram decretadas nesses inquéritos do Ministro Alexandre de Moraes, como, por exemplo, os bloqueios financeiros, a remoção de todos os canais das plataformas digitais desses jornalistas e até mesmo as prisões dos jornalistas, não é? E também esses inquéritos já perduram há meses sem o desfecho natural, como uma eventual denúncia ou o arquivamento da investigação criminal.

E mais grave, como eu disse, os advogados não têm acesso, eu já tinha falado aqui, aos autos, mesmo após a intervenção da OAB.

Eu penso que nem no período, Senador, do regime militar ocorreu tamanha perseguição política por meio de inquéritos, o que a gente está vendo acontecer hoje no país. O que a gente está vendo é um regime de exceção, caracterizado pela criação de um juiz com superpoderes e competência para investigar quem quer que seja sobre fatos ocorridos em qualquer lugar do território nacional e, por isso, tipificando crime de abuso de autoridade. E, uma vez que esses inquéritos são decretados, medidas gravíssimas por juízo incompetente, sem especificar quais os supostos fatos típicos na lei penal, objetos de investigação. Então, assim, é muito preocupante o que está acontecendo.

E, por último – eu vou falar rapidinho –, já que o Supremo não pode legislar, eu pergunto ao Senador e aos Parlamentares, aos Senadores aqui presentes por que os ministros estão implantando a Agenda 2030 aqui no país? Porque estão lá na página do STF os *links*. Inclusive, eu entrei no Portal do STF. Para quem não sabe, a Agenda 2030 é uma agenda internacional que foi criada na ONU, tem 17 selos, que são os selos ODS, de desenvolvimento sustentável, com 169 metas universais para serem alcançadas até o ano de 2030.

Isso é muito grave, Senador, porque, ontem, não sei se vocês acompanharam, na Holanda, teve um grande protesto de caminhoneiros, de fazendeiros e a Corte lá da Holanda... Foi ontem? Foi ontem, não. Foi dia 4 de julho. Fazendeiros holandeses protestaram contra a Agenda 2030. Agricultores, pecuaristas, pescadores do país se revoltaram contra as novas regras para reduzir as emissões de gases que poderão levar 30% do setor à falência. As medidas foram decididas pela Suprema Corte da Holanda e podem levar ao fechamento de 30% das fazendas do país. Tudo isso para seguir as ordens da agenda internacional criada na ONU, a Agenda 2030, o que aqui no Brasil está se repetindo pelos ministros do STF.

Podem entrar lá, Senador, podem conferir, lá no Portal do STF, a Agenda 2030, a todo vapor, sendo implementada aqui no país pelos ministros do STF. Isso é ativismo judicial e, assim, eu penso, Senador, que eles não estão respeitando nem... Não estão respeitando vocês, que são os Parlamentares que poderiam legislar, que poderiam criar leis nesse sentido, e eles estão passando por cima, estão atropelando.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministro Fux, inclusive – vou falar só essa frase –, disse que tem enorme satisfação em pautar os processos que irão entrar em julgamento antes dos outros que têm os selos ODS da Agenda 2030. Esses processos, inclusive, na Corte do Supremo, estão tendo prioridade em detrimento dos processos que estão, há anos, tramitando na Corte. A Juíza Ludmila Grillo tem feito várias denúncias a respeito desses processos que estão no Supremo e estão tendo prioridade dos ministros por terem os selos da Agenda 2030.

Isso é muito grave, Senador. Muito grave. Fico muito preocupada com isso. Aliás, eu acho que tem muita gente que conhece essa Agenda 2030 e está preocupada como eu estou também.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

A SRA. BÁRBARA MARCELO – Obrigada, Senador, pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu é quem agradeço, Bárbara Marcelo, pela sua participação. Veio aqui acompanhar, uma cidadã, e fez aqui o seu desabafo.

Daqui a pouco, eu abro a palavra.

Há alguém que se sinta, algum dos palestrantes que se sinta confortável em respondê-la?

Não sei se alguém gostaria.

Eu vou falar sobre isso, sobre essa questão da Agenda 2030, mas a resposta, um pouco, está muito na cara. Mas eu vou responder daqui a pouco, está bom?

Eu quero passar logo a palavra para o Dr. Antônio Cláudio Macedo da Silva, que é Juiz Federal da 1ª Região, por três minutos – peço que observe o tempo.

Eu agradeço a sua vinda ao Senado Federal.

O SR. ANTÔNIO CLÁUDIO MACEDO DA SILVA (Para expor.) – Paz de bem. Eu que agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Girão.

E a primeira coisa que eu peço é: não esqueçamos da Lava Toga! Eu estou sendo hoje perseguido, com um processo aberto no CNJ de forma abusiva. Inclusive, representarei criminalmente, porque defendi publicamente a Lava Toga – e continuo defendendo – e estou à disposição para depor nesta Casa em CPI porque sou um membro do Judiciário e sei como funciona por dentro.

Temos aqui um ilustre membro do Judiciário, que é o Desembargador Ivan Sartori, que foi eleito por seus pares o mais novo Presidente do TJ de São Paulo, exatamente, porque havia juízes como eu também lá que queriam renovação. E dessa renovação está se precisando no Judiciário federal também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O problema, e eu peço tolerância ao eminente Senador e a esta Casa, a esta Comissão – sei do adiantado da hora –, mas o problema do Judiciário e, principalmente, da Suprema Corte do Brasil, e aqui quem fala é alguém que tem mestrado nos Estados Unidos, curso na Deutsche Richterakademie, que é a escola federal alemã, e que tem 25 anos de magistratura federal, que foi Promotor de Justiça, Procurador do Estado, professor concursado em universidade federal.

Então, aqui está alguém que conhece, que está na trincheira da magistratura há 25 anos, juiz de primeira instância, porque quero, inclusive, na CPI da Lava Toga, desvendar como é que são as promoções por merecimento, principalmente, no Judiciário federal.

Agora, o grande problema do Judiciário – e aí vai do Supremo Tribunal Federal à primeira instância – é um problema, eminente Senador Eduardo Girão, psicanalítico. O problema do Judiciário brasileiro é o narcisismo judicial. Os juízes querem fazer política pública e se esquecem... Só lembram dos precedentes das cortes internacionais que lhes interessam.

Mas há um precedente da Corte Constitucional americana, que estabeleceu, num caso daquela petroleira Chevron, um *standard* chamado *Chevron standard*, que diz, em resumo, para não me alongar, que, quando há uma questão de política pública, deve o Judiciário ter deferência à administração pública e ao Congresso.

A revogação recentemente de *Roe versus Wade*, nos Estados Unidos, que é um *case* da década de 1970 que disse que o direito ao aborto existia, vejam só, na penumbra do direito à intimidade da mulher. Esse foi o argumento de *Roe versus Wade*.

O que a Suprema Corte fez agora? Ela não revogou as legislações estaduais, ela apenas disse o seguinte: "Olha, está devolvido aos estados – porque aqui é uma Federação – o direito de cada estado legislar de acordo com o que democraticamente seus representantes quiserem, então, em favor do aborto ou contra". Foi isso o que a Suprema Corte decidiu.

Bom, há um debate grande nos Estados Unidos entre aqueles que defendem o *judicial activism* e aqueles que defendem o *judicial restraint*. Eu, em minhas decisões judiciais, sempre defendi o *judicial restraint*.

O juiz deve sempre duvidar de seus poderes.

Eu peço tolerância, porque eu também quero tocar na questão da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É claro! Eu só quero lembrar ao senhor que eu já lhe dei um minuto extra.

O SR. ANTÔNIO CLÁUDIO MACEDO DA SILVA – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – E nós temos umas perguntas a serem lidas.

Para encerrar, vou lhe dar mais um minuto. Pode ser?

O SR. ANTÔNIO CLÁUDIO MACEDO DA SILVA – Gratíssimo! Pode ser. Eu agradeço.

Quanto à questão desse artigo, eu vou pedir vênua ao "príncipe dos constitucionalistas", que é o Professor Ives Gandra da Silva Martins – eu estudei as obras dele –, e ao eminente Desembargador Ivan Sartori, que foi um dos grandes Presidentes do TJ de São Paulo, para dizer o seguinte: a resposta é sistêmica. O sistema da Constituição diz que o Presidente da República é o Comandante em Chefe das Forças Armadas. Se as Forças Armadas são procuradas por um Poder, queixando-se que outro Poder invade sua competência, elas devem consultar o Presidente da República. Se o Legislativo entra em choque, deve consultar o Presidente da República, que é o Comandante em Chefe, que tomará as medidas necessárias e mínimas, porque aí tem que ser minimalista, para a resolução do problema. Se o conflito for com o Presidente da República, evidentemente, aí se põe um grande problema, porque o Presidente é interessado, se ele for a parte conflitante nesse problema. Nesse caso, o Presidente deve propor as medidas ao Congresso.

Esse é o meu entendimento, de quem estudou *Constitutional Law*, com o Professor Daniel Halberstam, uma das maiores autoridades nos Estados Unidos também em Direito Constitucional Europeu, e *Federal Jurisdiction*, com o autor do tratado de jurisdição federal mais importante dos Estados Unidos, que é o Professor Edward Cooper.

Muito obrigado, Senador.

Desculpe-me a incisividade, mas eu trago essa denúncia da minha perseguição, porque impetrarei as medidas judiciais cabíveis e as representações criminais cabíveis. E quero trazer o fato ao Senado, porque entendo até que pode ser levado para a CPI da Lava Toga.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – MUITÍSSIMO obrigado pela sua participação, Dr. Antônio Cláudio Macedo da Silva, Juiz Federal da 1ª Região.

Eu já quero aqui passar a palavra...

Antes quero registrar a presença da Promotora Gabriela Manssur, que está presente aqui conosco. Seja muito bem-vinda ao Senado Federal!

Eu queria passar a palavra agora para a terceira pessoa – aqui a gente se comprometeu – que pediu a palavra – de forma democrática, a gente a está abrindo –, que é o Dr. Alex Canuto, da Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem três minutos, conforme o combinado, para fazer as suas colocações. Eu lhe agradeço.

O SR. ALEX CANUTO (Para expor.) – Senador Girão, muito obrigado pela oportunidade. Na sua pessoa, também cumprimento todos os demais debatedores aqui presentes.

Muito se discutiu hoje aqui sobre a questão do ativismo judicial, de quando o Judiciário ocupa o lugar do Legislativo, legislando, ou até do Poder Executivo, executando políticas públicas, até como advogado e gestor público – eu entendo isso que o senhor falou aqui –, digamos assim, sempre com o argumento da omissão: "Ah, o Legislativo está se omitindo em fazer tal lei". Mas o Legislativo pode decidir não fazer, por entender que a legislação atual é adequada. E esse argumento é usado para que o Judiciário venha a legislar no lugar do Legislativo com o argumento da omissão.

A gente vê que estamos tão decadentes nesse ponto, que parece que já estamos abaixo do ativismo judicial e entramos no ativismo político, em que membros do Poder Judiciário, principalmente os da mais Alta Corte... Não é que eles ocupam o lugar dos outros Poderes na execução de suas atribuições, eles fazem política.

Hoje ministros da Suprema Corte ocupam o lugar dos membros da carreira diplomática ao se reunirem com embaixadores para fazerem uma articulação de um gesto político a respeito do resultado das eleições. Então, eles vêm ao Parlamento fazer articulação, o que é papel dos Parlamentares, dos Líderes partidários. Eles vêm para se reunirem com Líderes partidários. Isso não é papel de juiz. Isso é papel de político. E hoje juiz faz papel de político.

Então, a gente vê essa questão, esse extravasamento das atribuições do Judiciário. E é complicado porque a Constituição não coloca, como foi muito debatido hoje aqui, que um Poder está acima do outro ou vale mais que o outro. Porém, a gente vê o Judiciário extrapolando isso. Ora, as competências do Supremo estão no art. 102 da Constituição. O que não está escrito ali não é competência do STF. E, se a Constituição é omissa, não cabe necessariamente ao STF sobrepor o entendimento dele ao dos outros Poderes. Agora, se o próprio STF entende que ele pode se sobrepor, é um entendimento apenas do STF. O outro Poder pode ter um entendimento diferente sobre determinada matéria. E não está escrito em lugar nenhum que o entendimento do Judiciário se sobrepõe ao entendimento do Executivo ou ao entendimento do Legislativo. Quando isso acontece, tem duas soluções possíveis: uma é sentar à mesa, conversar e chegar a um entendimento; a segunda é acionar o art. 142. Como o Prof. Ives bem colocou, como o Prof. Sartori bem colocou, não é intervenção militar, não é isso que o povo está dizendo na rua. É um ajuste pontual em que as Forças Armadas são a entidade legítima, com legitimidade na população, para fazer esse arbitramento da divergência dos Poderes e buscar a harmonia que o país tanto necessita.

Também foi muito colocada aqui a questão da urna eletrônica, da confiabilidade da apuração. Isso está sendo questionado por vários setores da sociedade. Na questão da urna eletrônica, como o Senador





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amin colocou, às vezes, não é simplesmente um questionamento para tentar, vamos dizer assim, sabotar ou invalidar o resultado, mas para evoluir o sistema de apuração. E hoje há esses questionamentos.

Do jeito que a coisa está caminhando, é possível que o art. 142, que não foi acionado até agora, venha a ser acionado após a divulgação do resultado eleitoral, porque, do jeito que a coisa está, se não houver transparência, o TSE não vai ter legitimidade perante a população. Por mais que ele se arroge a legalidade para divulgar o resultado, ele não vai ter legitimidade perante a população, e estaremos em risco de crise institucional.

Há precedentes de intervenção das Forças Armadas nesse caso. Há pelo menos duas situações na história do Brasil em que o resultado da eleição presidencial foi questionado e em que as Forças Armadas arbitraram o resultado, uma hora, de um jeito e, em outra hora, de outro, em 1930 e em 1955. Em 1930, a eleição de Júlio Prestes foi questionada por acusações de fraude eleitoral. As Forças Armadas fizeram a intervenção institucional para ajustar o resultado da eleição e falaram: "Esse resultado realmente foi fraudado. Assume o segundo colocado". Getúlio Vargas assumiu em 1930. Em 1955, a eleição do Presidente Juscelino Kubitschek também foi questionada pela UDN, na época, que era a força política conservadora que existia. O então Ministro da Guerra, que é equivalente ao Comandante-Geral do Exército hoje, o Marechal Henrique Teixeira Lott, chegou com a campanha da legalidade e disse: "Não, a eleição, a votação foi legítima, a apuração do Presidente Juscelino foi correta. Ele toma posse".

Então, de um jeito ou de outro, as Forças Armadas já fizeram intervenção para garantir a estabilidade no Brasil. Há precedentes disso. A gente espera que, neste ano, isso não seja necessário. Mas, caso seja necessário, nós vamos saber se nós vamos voltar a 1955 ou a 1930, dependendo de como as coisas serão encaminhadas após o fechamento das urnas.

Muito obrigado.

Fiz no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) -
Muitíssimo obrigado, Dr. Alex Canuto, que é da Ordem dos Advogados Conservadores do Brasil.

Tenho dito, no Plenário do Senado, há muito tempo, que nós estamos vivendo hoje, no meu modo de entender - respeito quem pensa diferente -, uma caçada aos conservadores do Brasil.

Veja os canais que são desmonetizados, como o da Bárbara, sua xará, do Te Atualizei, e o do Gustavo Gayer. Vários outros aí que tiveram seus canais desmonetizados, coincidentemente, são conservadores. Então, estão incomodando o ativismo que vive o outro lado aí, que não quer que essas ideias tenham força.

Aqui todo mundo que pediu a palavra a teve, nós a abrimos. Nós vamos sempre respeitar a democracia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero saber... A Bárbara fez duas perguntas aqui: uma para o Parlamento, para os Senadores para e eventuais Deputados; e outra para alguns dos palestrantes sobre o caso específico que ela citou.

Alguém gostaria de se manifestar sobre as perguntas da Bárbara? Algum de vocês? Ou eu já posso respondê-las aqui?

Gostaria, Prof. Wil?

O Prof. Wil gostaria de dar a resposta.

O SR. WILDEMAR FELIX ASSUNÇÃO E SILVA (Para expor.) – A situação em questão, acerca da violação, eu digo mais além, a censura, que é atribuída pelo Judiciário à imprensa de modo geral... Não há hoje, no contexto contemporâneo, nesse processo, especificamente, maior condição de aplicabilidade ideológica de interesses específicos nessa causa. Se, de fato, nós tivéssemos a condição necessária ou se o magistrado estivesse ouvindo, a primeira coisa seria se declarar suspeito para decidir e encaminhar para uma redistribuição, para que, de fato, o processo seguisse a via do devido processo legal, porque, da forma como está sendo conduzido, nós temos uma atrocidade de violação processual, violação às disposições normatizadoras do Estado de direito e, sobretudo, uma divisão totalmente da violação do princípio da imparcialidade.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Prof. Wil.

Respondendo à Barbara Marcelo sobre essa questão da Agenda 2030, eu queria dizer que nós, inclusive, aprovamos aqui um pedido de informações ao Supremo Tribunal Federal sobre um sistema, um programa de acompanhamento de redes sociais que foi divulgado por eles mesmos, chamado Tors, que eles estão adotando lá. Então, nós não entendemos sobre isso. Eu, particularmente, falei com os colegas aqui, e eles disseram: "Realmente é estranho". Vamos saber, porque há esse negócio de algoritmo, certas palavras você não fala, certas coisas começam a bloquear. A gente quer saber o que está por trás disso. Então, por que o Supremo Tribunal Federal estaria adotando um sistema como esse? Para saber quem é que está falando mal? Como é que é isso? Por que esse temor?

Então, sobre a Agenda 2030, eu vou também trazer para a próxima reunião da Comissão, especificamente, um pedido de esclarecimento sobre isso. Eu lhe agradeço essa oportunidade.

Eu quero encerrar esta sessão histórica do Senado Federal lendo poucas perguntas aqui e algumas manifestações dos cidadãos que nos estão assistindo desde o começo.

Gilberto Neves, do Distrito Federal: "Esse ativismo do Judiciário não seria uma ausência ou até mesmo uma falha do Senado Federal?". É uma pergunta dele.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ubirajara Guimarães, do Distrito Federal: "Uma vez que não se trata de uma definição de simples aproximação, como delimitar de forma crítica a conceituação de ativismo judicial?"

Mauro Eugênio, do Paraná: "Por que o Judiciário vem abrindo inquéritos, julgando e prendendo Parlamentares, e a Câmara dos Deputados e o Senado nada têm feito?". Por quê? Ele é do Paraná.

Há um caso famoso lá do Deputado Francischini, que foi eleito Deputado Estadual com quase meio milhão de votos e, numa canetada, foi cassado por *fake news*. O que é *fake news*? Quem é que diz o que é *fake news*? É um negócio... Existe isso no nosso ordenamento jurídico? O que é isso?

Então, é um negócio muito subjetivo que, repito, coincidentemente, vem contra conservadores. Antigamente, meu querido irmão Djalma Pinto, dois mil anos atrás, jogavam os conservadores para as feras. Agora é o travamento, é a perseguição – eu vejo isso acontecendo no Brasil com muita preocupação –, é a lacração, é aquela coisa toda.

Nelson Fontes, de São Paulo: "Qualquer cidadão sabe o que é ingerência de um Poder sobre outro. Precisa-se criar critérios de punição quando isso ocorrer".

Luís Lago, de São Paulo: "O arquivamento de processos deveria acabar para os representantes públicos. Serve de instrumento para chantagem e negociatas".

Aí vem um grande problema do Congresso – e o Senado já fez a parte dele –, que é acabar com o foro privilegiado. Está lá na Câmara dos Deputados aguardando a votação dos Parlamentares. Eu acho que o grande guarda-chuva, que faz a grande blindagem e faz com que um Poder acabe protegendo o outro, é o foro privilegiado, com o qual, se Deus quiser, nós vamos acabar neste país.

Muito obrigado a todos pela audiência e pela participação.

Foi uma sessão realmente em que eu, particularmente, apreendi muito. Nós não queremos absolutamente fazer aqui nenhum julgamento. Peço desculpa se, em alguma fala, de alguma forma, eu fui desrespeitoso, mas, muito pelo contrário, eu tenho muita esperança e fé que nós vamos encontrar um caminho dentro da democracia do Brasil para se equilibrarem os Poderes de forma harmônica. É o bom senso. É o que a gente chama no Ceará de "semacol". É quando as partes começam: "Poxa, realmente eu estou exagerando, eu estou indo por um caminho..."

Há uma pergunta que foi feita aqui pelo Pedro Inácio, de Minas Gerais: "Qual é o papel do povo na luta pela rejeição do ativismo judicial?"

Sumaia Pinheiro, de Minas Gerais – esta foi uma das perguntas que não deu tempo de fazer: "Por que o Senado e o Congresso não [...] [fiscalizam]? Essa inércia pode ser combatida por qual instituto?"

Sérgio Jaime, do Rio Grande do Sul: "Até quando irão permitir que o STF interfira na nossa Constituição e continue a legislar?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí é uma resposta que eu dou como Parlamentar: no voto, pela democracia, trazer Senadores para esta Casa que tenham, de certa forma, condição de enfrentar, no bom sentido da palavra, a CPI da Lava Toga, pedido de *impeachment* de ministros. Se pudesse dar sequência a isso, eu acho que seria muito pedagógico. Na minha maneira de ver, eu acho que a gente evitaria algo mais grave que eu não gostaria que ocorresse no nosso país.

Eu sou da paz. Acredito que a gente deve buscar o diálogo até o limite, embora a gente esteja vendo uma escalada autoritária. De nossa parte, aqui do Senado, nesta Comissão, vai ter uma escalada democrática.

Nós vamos ter agora outra audiência pública. Espero que os ministros venham, que o Ministro Alexandre de Moraes, que não veio hoje, possa vir a esta Comissão, junto com o Ministro da Defesa, com Paulo Chagas, com a Polícia Federal, com a Transparência Internacional, para podermos conversar sobre as eleições de 2022 e outros requerimentos que nós vamos aprovar.

Então, muitíssimo obrigado.

Que Deus abençoe a todos!

Cumprida a finalidade desta sessão, eu a declaro encerrada.

Muita paz a todos!

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 03 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às quinze horas e onze minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Reguffe, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Eliane Nogueira, Dra. Eudócia, Roberto Rocha, Eduardo Girão e Wellington Fagundes, e ainda dos Senadores não membros Flávio Arns e Carlos Portinho. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Margareth Buzetti, Mara Gabrilli, Marcos do Val, Irajá, Paulo Rocha, Telmário Mota, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro**, atendendo ao requerimento REQ 8/2022 - CTFC, de autoria Senador Reguffe (PODEMOS/DF). **Finalidade:** Comparecimento do Ministro da Saúde a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a qualidade da saúde pública no Brasil. **Participante:** Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Reguffe

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/07/06>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade o comparecimento do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em atendimento ao Requerimento nº 8, de 2022, da CTFC, de minha autoria.

O Ministro já está aqui ao meu lado.

O Ministro terá trinta minutos para fazer sua exposição, a que se seguirá a fase de interpelação pelos Senadores inscritos, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 398, inciso X, do Regimento Interno.

O objetivo desta audiência pública... Esta é a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, que deve fiscalizar não só o uso dos recursos públicos, mas também a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos brasileiros. A vinda de ministros de Estado a esta Comissão deve ser encarada como algo absolutamente normal e natural.

Não tem, Ministro, nenhum fato desabonador da sua conduta que tenha motivado esta vinda a esta Comissão, mas sim o desejo do Parlamento e da sociedade brasileira de uma prestação de contas de V. Exa., visto que a saúde é recorrentemente um motivo de grande crítica por parte dos brasileiros, o serviço público de saúde que é prestado aos cidadãos brasileiros.

O objetivo desta reunião é fazer alguns questionamentos a V. Exa. e também abrir um espaço para V. Exa. poder fazer aqui uma prestação de contas do que é o seu trabalho no Ministério da Saúde, um ministério muito importante para a sociedade brasileira.

Então, eu passo a palavra a V. Exa. pelo prazo de 30 minutos.

Agradeço a V. Exa. por estar aqui nesta Comissão.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Olá, Senador!

Inicialmente eu gostaria de cumprimentar o ilustre Exmo. Sr. Senador Reguffe, Senador pelo Distrito Federal, da nossa Brasília, capital do nosso Brasil; cumprimentar o Senador Portinho, Líder do Governo do Senado; cumprimentar a querida amiga Senadora Eliane Nogueira, do nosso querido Piauí; cumprimentar os secretários do Ministério da Saúde que nos acompanham aqui hoje nesta audiência e todos aqueles que nos acompanham pelas redes sociais do Senado e pela TV Senado, se esta audiência estiver sendo transmitida.

Em primeiro lugar, Senador Reguffe, gostaria de registrar a admiração que nós temos pela sua brilhante trajetória como homem público, seja como Parlamentar distrital, seja como Senador, pela transparência e ética que o senhor tem imprimido à sua carreira. Nós, inclusive, temos... Eu, na minha





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paraíba, e o senhor também tem relações com o meu estado... Já tive oportunidade de cumprimentá-lo pessoalmente por esse ponto.

Hoje o Senador falava sobre os reclames acerca da prestação de serviços de saúde, mas, no ano de 2022, em que nós temos o deslinde da maior emergência de saúde pública que o mundo já viu, há um reconhecimento crescente ao Sistema Único de Saúde. Foi com o Sistema Único de Saúde presente nos 5.570 municípios desta grande nação, que é o Brasil, que nós conseguimos enfrentar e superar a maior emergência de saúde pública que o Brasil e o mundo já viram.

E é necessário que se faça o devido crédito ao Congresso Nacional, que, em 1988, por intermédio da nossa Constituição Federal, a chamada Constituição Cidadã, criou o Sistema Único de Saúde, um dos maiores e mais complexos sistemas de acesso universal, integral e gratuito do mundo. Esta Constituição estabelece como compromisso básico do Estado democrático de direito da República Federativa do Brasil o respeito à dignidade da pessoa humana, e não se pode falar em dignidade da pessoa humana sem ter a saúde como um direito fundamental.

Como está expresso no art. 196 da nossa Carta Magna, que deve ser de conhecimento de todo brasileiro, a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas, sociais e econômicas. Então, são essas políticas públicas a que cada brasileiro tem direito, e essas políticas públicas devem ser o norte para que consigamos melhorar a vida de todos aqueles que precisam de assistência à saúde. Então, o SUS é a maior ferramenta para nós promovermos a justiça social em nosso Brasil.

Ao longo desses 30 anos, a luta por maiores recursos, por investimentos na saúde foi crescente. Destaco o trabalho do Prof. Adib Jatene, que resultou na CPMF; destaco também a Emenda Constitucional 29, que trouxe mais recursos para a saúde.

Lamentavelmente, nos anos que felizmente se encerraram em 2015, foi possível buscar uma recuperação do Sistema Único de Saúde, mas infelizmente este Congresso teve que aprovar um teto de gastos, porque não se prezava pela responsabilidade fiscal.

Mas o atual Governo, o Governo do Presidente Bolsonaro, tem priorizado a saúde. Somente durante a pandemia da covid-19, foram investidos, de recursos públicos, recursos do povo brasileiro, cerca de R\$493 bilhões para enfrentamento dos problemas de saúde pública no Brasil, e para isso teve a participação importante do Congresso Nacional. O orçamento de guerra, em 2020, foram mais R\$50 bilhões, e, em 2021, através de créditos extraordinários, o orçamento do Ministério da Saúde foi complementado em mais R\$50 bilhões.

Com isso, nós implementamos uma série de políticas públicas. A principal delas, com R\$38 bilhões, foi justamente a aquisição das vacinas. Mais de 500 milhões de doses de vacinas já foram distribuídas para a população brasileira. Mais de 80% da população brasileira já tem o esquema vacinal





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

completo, ou seja, duas doses de vacina, e mais de 105 milhões de doses de reforço já foram aplicadas. Com isso, foi possível reduzir o número de óbitos decorrente dessa doença.

É sempre bom, Senador Reguffe, solidarizarmo-nos com os familiares que perderam seus entes queridos, o que infelizmente no Brasil foram 670 mil; com aqueles que ainda sofrem por complicações da doença covid-19, que deixa complicações crônicas; com aqueles que perderam oportunidade no Sistema de Saúde, seja por doenças cardiovasculares, seja pelo câncer... O senhor é um grande defensor da luta do enfrentamento ao câncer no Brasil. Enfim, quero externar a minha solidariedade e a solidariedade de todos aqueles que fazem o Ministério da Saúde.

Mas não foi só vacinação. Nós ampliamos a atenção primária à saúde, que é fundamental para o enfrentamento e para a mudança de desfechos graves que afetam a vida dos cidadãos. A Secretaria de Atenção Primária à Saúde foi criada pelo Governo do Presidente Jair Bolsonaro. A atenção primária, Senador Portinho, antes era relegada a um segundo plano, ficava lá no fundo do corredor do ministério o departamento de atenção primária. Hoje, nós temos a Saps (Secretaria de Atenção Primária à Saúde), que não é uma sigla, é um compromisso! É um compromisso com a melhora da qualidade de vida dos brasileiros.

Já estamos promovendo uma mudança no modelo de remuneração. Antes era o modelo *per capita*, distribuíam-se cerca de R\$23 *per capita*; hoje, através do modelo de captação ponderada, nós temos metas, porque o nosso Governo estabelece metas, ao contrário de outros que não estabeleciam metas e depois diziam que dobravam. Não! Nós estabelecemos metas. E a meta é, por exemplo, cadastrar a população brasileira através do Conecte SUS, Senadora Eliane. Hoje, 85% da população brasileira está cadastrada no Conecte SUS.

Controle da hipertensão arterial, controle do diabetes. Eu sou cardiologista. Controlando a hipertensão arterial e o diabetes, nós vamos reduzir mortalidade cardiovascular. A realização dos exames de prevenção do câncer do colo do útero, através da realização do Papanicolau. A aferição do esquema vacinal das nossas crianças, que é fundamental. A política de vacinação – já falei – não é só para covid, existem inúmeras outras, uma série de doenças que são evitáveis por vacinas e que são disponibilizadas através do Programa Nacional de Imunizações, que foi criado em 1975, no Governo do Presidente Ernesto Geisel. Então, isso é uma meta da atenção primária no Brasil. Com isso, nós vamos fazer efetivamente mudanças.

Na área da atenção especializada à saúde, nós ampliamos o número de leitos de terapia intensiva. Antes, eram cerca de 23 mil leitos de terapia intensiva; durante a pandemia, Senador Reguffe, nós habilitamos 45 mil leitos de terapia intensiva no Brasil. E não foi só habilitar o leito, foi habilitar e equipar: distribuímos 17 mil respiradores, monitores, bombas de infusão, qualificamos as equipes, e hoje o número de síndromes respiratórias agudas graves diminuiu, mas nós deixamos um legado: mais 6,5 mil





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

leitos de terapia intensiva no Sistema Único de Saúde. Isso representa R\$1,2 bilhão todos os anos, a mais, para o financiamento da terapia intensiva no Brasil.

Em relação à vigilância em saúde, nós triplicamos a capacidade de vigilância em saúde. Os centros de inteligência e vigilância estratégica em saúde eram 55. Quantos são hoje? São 164. Os laboratórios com capacidade de fazer vigilância genômica eram 3: Adolfo Lutz, Evandro Chagas e a Fiocruz. Hoje, todos os estados desta grande nação, incluindo o Distrito Federal, têm capacidade nos seus laboratórios públicos de fazer o sequenciamento do vírus. Isso não é só para covid, isso aumenta a capacidade de resposta do sistema de saúde para enfrentar todos esses tipos de problema.

O Brasil hoje representa todos os países da América no organismo negociador intergovernamental da Organização Mundial da Saúde, que vai escrever o tratado de pandemias, que está sendo discutido na Organização Mundial da Saúde.

Nós investimos – eu não vou dizer gasto – cerca de 10% do nosso PIB em saúde: 5% são do privado, para atender 25% da população; e os outros 5% são do setor público. É algo que precisa ser equilibrado; nós precisamos de mais investimentos na saúde do setor público. Porém, eu não vou aqui pedir ao Senador Reguffe, nem ao Senador Portinho, nem à Senadora Eliane para criar um novo imposto para a saúde enquanto nós não tivermos uma eficiência maior na prestação de serviços de saúde. Eu acho que é para isso que o Senador Reguffe me convoca hoje aqui, para buscarmos e discutirmos como melhorar a eficiência do sistema de saúde e assim atender todos os cidadãos brasileiros.

Em relação à saúde privada, quero destacar uma iniciativa do Senador Reguffe, que trouxe um assunto que estava esquecido: a morosidade para a incorporação de tecnologias na saúde suplementar. Foi a iniciativa do Senador Reguffe, com um projeto de lei que não foi sancionado pelo Presidente da República – não pelo mérito, mas por conta de outras questões menores, como, por exemplo, a fixação de preços pela Cmed, que impossibilitava ter em 48 horas as medicações no rol da saúde suplementar para o tratamento do câncer, a quimioterapia oral –, que propiciou uma solução definitiva para o problema, através de uma medida provisória que o Presidente Jair Bolsonaro encaminhou aqui para o Congresso Nacional e que foi convertida em lei.

E, hoje, os tratamentos oncológicos têm que ser avaliados pela agência em até 120 dias. Se não o fizerem, automaticamente serão incorporados.

E essa ação do Senador Reguffe também resultou na agilização das outras terapias. Se, em 180 dias, não forem analisadas, serão automaticamente incorporadas. E deixou de legado essa mudança na legislação, um procedimento administrativo claro, Senador Wellington Fagundes, transparente, por meio do qual os brasileiros podem saber o que é que a Agência Nacional de Saúde Suplementar efetivamente faz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa área do câncer, Senador Girão, é uma das atenções que nós temos com o Governo Federal na área da saúde. Por quê? O Brasil vive uma transição demográfica. Nos anos 70, o Brasil era um país de jovens. Hoje o Brasil não, é um país que tem pessoas cada vez mais com os cabelos, assim, ficando grisalhos e brancos, como o meu, e isso aumenta o número de doenças crônicas não transmissíveis, e é necessário que cuidemos das doenças cardiovasculares, do câncer.

Só para se ter uma ideia, nós investimos mais, Senador Girão, de R\$4,6 bilhões no enfrentamento ao câncer. Desses 4,6, na atenção especializada à saúde, cerca de 900 milhões no tratamento cirúrgico, 500 milhões na radioterapia e 2,6 bilhões na quimioterapia.

O tratamento do câncer, sobretudo nos tumores sólidos, é mais efetivo quando realizado de maneira precoce. Então, há um desbalanceamento entre os gastos no tratamento cirúrgico, no tratamento radioterápico e na quimioterapia.

Então, precisamos mais uma vez, recorrer a protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas que sejam sólidas, que sejam respeitadas pela classe médica, para que tenhamos mais incorporações de tecnologias no sistema de saúde.

A melhor forma de ampliar o acesso, seja a um medicamento para o câncer, seja a um tratamento para uma doença cardiovascular, como a terapia valvar aórtica – e eu fui um dos grandes defensores da inclusão desse tratamento no passado –, ou de uma doença rara, como a atrofia muscular espinhal, é através da sustentabilidade do sistema de saúde. Sem sistema de saúde sustentável, não há ampliação de acesso.

A judicialização tem sido uma das opções que a sociedade tem buscado. Aqui eu não critico o brasileiro que busca o Judiciário para a implementação de um direito individual, mas o direito individual não pode se sobrepor ao direito coletivo.

Em 2011, está aqui o Rafael Comparin, que é o assessor jurídico do ministério, da Advocacia-Geral da União: nós gastamos R\$200 milhões com judicialização. Hoje, Senador Girão, em 2021, R\$2 bilhões, para tratar 6 mil brasileiros. Isso é quase o custo da Farmácia Popular do Brasil, um programa que abrange a população brasileira. Então, há algo que gera iniquidade dentro do sistema de saúde.

Então, é necessário que cheguemos a um entendimento, para que esse ativismo judicial diminua. E temos que acreditar nas avaliações técnicas que o Ministério da Saúde faz. São servidores públicos que estão na Conitec, 13 membros. Depois, é necessário que se ratifique a decisão pela Secretaria de Ciência e Tecnologia. E essas pessoas estão ali não para prejudicar a sociedade brasileira.

E estamos buscando ampliar o acesso a medicações. Ampliamos as incorporações no tratamento do câncer. Aqui eu vou citar o nivolumab, usado para tratar o melanoma maligno, Senadora Eliane; novos tratamentos; a cirurgia de Hipec, que é uma cirurgia para tratar um tipo grave de câncer peritoneal. Nós já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os incorporamos no Sistema Único de Saúde, mas nós vamos exigir que sejam seguidos os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas. Eu não posso entregar os recursos públicos da sociedade brasileira à indústria farmacêutica, nem à indústria de equipamentos médicos de forma nenhuma. Temos que verificar as avaliações econômicas. Os indicadores de custo-efetividade precisam ser avaliados. Está em consulta pública na Conitec a definição do RCEI, que é chamada Razão de Custo-Efetividade Incremental.

Então, quando nós temos uma alternativa de tratamento, quando se apresenta uma inovação, quem é que faz a diferença entre uma inovação ou uma novidade? É o Ministério da Saúde. Inovação é o que muda a vida das pessoas. Novidade é o que só serve para propaganda e para o enriquecimento de alguns que não devem enriquecer com o dinheiro do tributo dos brasileiros.

Então, nós estamos colocando em consulta pública, a exemplo do que acontece em outros sistemas de saúde universais, como é o caso do NHS, o valor da Razão de Custo-Efetividade Incremental – uma vez o PIB *per capita* por ano de vida, salvo ajustado ao Qaly.

Talvez os que nos acompanham aqui pela TV Senado não entendam isso, mas a quem eu estou falando entende o que eu estou falando. Já estão combinando aí para fazer, na consulta pública, umas contribuições; em vez de contribuir individualmente, vêm contribuir de maneira associada. Nós sabemos diferenciar o joio do trigo e estamos atentos para todos esses aspectos, porque nós precisamos defender a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde.

Mas eu falava das medidas que foram implementadas no âmbito do Sistema Único de Saúde. Essas medidas fizeram com que eu tivesse a honra de, no dia 17 de abril, em cadeia nacional, anunciar o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. E demos um prazo de 30 dias para que, nesse prazo, os regulamentos, a legislação estadual, às vezes até federal, e resoluções de agências fossem adequadas.

À época, o Conselho Nacional de Secretários de Saúde pediu um prazo maior, 90 dias. Esses 90 dias expirariam agora, no dia 17 de julho. Vejam, nós estávamos certos quando encerramos a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Nesse interregno, o que houve? Carnaval Rio de Janeiro-São Paulo; Parada LGBTQIA+; Marcha da Maconha; festas juninas; ou seja, não se fazem esses eventos todos dentro de uma ambiência de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, não é?

Então, estamos trabalhando para fortalecer a Rede Nacional de Dados em Saúde, para que tenhamos os dados, porque sem os dados não se faz gestão. Está aqui até o Senador Izalci Lucas, que é dessa Comissão e que tem defendido essa pauta. Nós concordamos com isso e com a RNDS. Agora, em agosto, nós vamos colocar um piloto do DRG. Isso é um trabalho em conjunto com o Ministério da Saúde da Dinamarca. E nós já temos um embrião, o chamado QualiSUS Cardio, que muda o modelo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remuneração da cardiologia e faz com que os pagamentos estejam vinculados às entregas feitas para o sistema de saúde.

Nós qualificamos os centros, os 300 centros, em quatro níveis. O nível A, Senador Reguffe, receberá um incremento de 75% no valor do preço da tabela; o nível D recebe 35%, ou seja, não há aquela história de que todos vão perder, não; aqui todos vão ganhar, porque vai ganhar quem entregar mais. E quem entrega mais? É quem entrega redução de mortalidade, é quem entrega diminuição do período de internação hospitalar, é quem entrega menos reinternações, é a meritocracia instituída no SUS: mais R\$500 milhões na assistência cardiovascular de alta complexidade. E os recursos vieram de onde? Os recursos vieram da correção de distorções que havia no sistema de saúde. Então, existiam dispositivos que o SUS reembolsava a R\$50 mil, mas nós adquiríamos esses dispositivos no Instituto Nacional de Cardiologia, que é um instituto federal, vinculado ao Ministério da Saúde, por R\$18 mil. Eu não posso adquirir algo por R\$18 mil e reembolsar por R\$50 mil. Isso gera distorções. Então, corrigimos isso.

Com essas correções, nós ampliamos o recurso para a saúde, de maneira correta, com a alocação adequada de recursos; corrigimos distorções antigas... Por exemplo, para a circulação extracorpórea, usada para cirurgia cardíaca, nós demos um aumento de mais de 100% no valor desse insumo estratégico, aumentamos os preços das válvulas e criamos um embrião do que deve ser a remuneração no sistema de saúde no futuro. E essa remuneração, essa mudança no modelo de remuneração não deve atingir somente o setor público; tem que atingir o setor privado.

Como eu falei, 5% do PIB é investido no setor privado. O que aconteceu no setor privado – o que nós chamamos de saúde suplementar, que foi regulamentada no final dos anos 90, por uma lei do Presidente Fernando Henrique e do Ministro José Serra? Tínhamos 2 mil operadoras de planos de saúde; hoje nós temos cerca de 700, ou seja, uma concentração empresarial muito forte. Verticalização: operadoras de plano de saúde adquiriram hospitais, ou seja, passaram a ser operadoras e prestadoras, gerando a atenção dos órgãos que regulam a concorrência no Brasil. E nós temos observado o movimento de quê? De planos empresariais, sejam planos empresariais das próprias empresas ou planos por adesão, e a redução dos chamados planos individuais e familiares. Isso gera distorção dentro do sistema e é necessário se incentivar uma portabilidade mais rápida do plano. Hoje em dia leva em torno de 90 dias para haver essa portabilidade. Temos tratado disso com a Agência Nacional de Saúde Suplementar, com o Presidente Paulo Rebello, para criar, a exemplo do que acontece no sistema bancário, com o *open finance*, o *open insurance* e o *open health*. O que isso trouxe? Redução de 16% na concentração de um setor altamente concentrado, que é o setor bancário. O Pix, por exemplo, é algo que caiu no gosto do brasileiro. Que tal um sistema como esse para facilitar a portabilidade nos planos de saúde?

Então, é necessário fazer uma reforma no sistema de saúde. Este ano de 2022 é um ano propício para nós discutirmos. O Governo Bolsonaro tem tomado todas as medidas para fazer com que o sistema de saúde seja mais eficiente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para falar em relação à saúde suplementar, o ministério não interfere na agência, em nenhuma, nem na Agência Nacional de Saúde Suplementar nem na Anvisa, mas o Ministro é o Presidente do Conselho Nacional de Saúde Suplementar, o chamado Consu, que é composto por mim, pelo Ministro da Economia, Ministro Paulo Guedes; pelo Ministro Anderson, Ministro da Justiça; e pelo Ministro Ciro Nogueira, Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República. Então, pela primeira vez na história desse país, foi editada, Senador Portinho, uma política pública direcionada ao setor da saúde suplementar. Em 20 anos, essas reuniões de Consu – e se conta nos dedos das mãos o número de reuniões que houve – não editaram sequer uma política pública direcionada a um setor importante que atende 50 milhões de brasileiros.

Então, são essas ações que eu trago aqui para a apreciação dos Srs. Senadores. E tenho certeza de que essa audiência será muito importante para que eu leve aqui os subsídios trazidos pelos Srs. Senadores para que possamos ter ainda mais eficiência no setor de saúde.

É claro que nem tudo são flores, não é? Nós temos problemas no sistema de saúde, como o Senador Reguffe já tratou aqui. Como era antes de 2019? Nós tínhamos vagas suficientes nas terapias intensivas? Sim ou não? Não. As cirurgias como eram? Havia fila para cirurgia? Como estavam as UPAs, as urgências? É só para reflexão daqueles que nos assistem.

As cirurgias eletivas, por exemplo, foram represadas durante a pandemia. O Governo Federal, através do Ministério da Saúde, liberou R\$300 milhões para atender as cirurgias que estão represadas. É claro que o SUS é tripartite. Não é o Ministério da Saúde que implementa essas políticas na ponta; quem implementa isso são os municípios e os estados. E o recurso do Ministério da Saúde é o componente federal; os estados têm obrigação de alocar 12% do seu orçamento na atenção à saúde, e os municípios 15%.

Agora, o município lá do meu interior da Paraíba que só recebe o Fundo de Participação dos Municípios fica com dificuldade, não é, Senador? É algo para que a gente precisa buscar uma forma de dar mais condições aos municípios. Eu sou alguém que defende fortemente o municipalismo para que tenhamos a efetividade das políticas públicas.

Antes de vir para a audiência, eu estava verificando as perguntas dos cidadãos aqui, no portal da Comissão, e alguns reclamavam do Mais Médicos: "Por que essa cidade aqui não tem Mais Médicos?". Nós substituímos o Mais Médicos pelo programa Médicos pelo Brasil. Esses programas têm um objetivo comum: levar médicos para atender em áreas remotas. E o Ministério da Saúde, com o Mais Médicos, tinha esse médico, mas esse médico não tinha vínculo nenhum, não gerava uma condição para que o médico se estabelecesse no município; com o Médicos pelo Brasil, não. Esses médicos são selecionados pela Dapes, é uma agência que foi criada com essa finalidade. Eles têm o vínculo CLT, e, até o final do ano, mais 5 mil médicos estarão atendendo os brasileiros, sobretudo nas áreas remotas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um grande desafio levar um atendimento à área remota, mas hoje... Ontem, o Senado Federal aprovou, na Comissão de Seguridade Social e Família, o projeto de lei da telessaúde. É importante, a telessaúde será fundamental para ampliarmos o acesso na atenção primária, ampliarmos a participação da enfermagem na atenção primária à saúde.

Nós temos cerca de 3,5 milhões de profissionais de enfermagem no Brasil. É uma mão de obra qualificada que nós precisamos valorizar. E esta Casa aqui valoriza a enfermagem, e o Ministro da Saúde também valoriza, assim como valoriza os agentes comunitários de saúde. Até o final do mês, mais R\$1,2 bilhão estarão na conta dos municípios para que os nossos agentes comunitários de saúde sejam reconhecidos. Eu já falei e aproveito a oportunidade que os senhores me dão para dizer que os agentes comunitários de saúde são os olhos e os ouvidos do SUS na casa de cada cidadão brasileiro.

Então, finalizando, queria aqui externar o meu otimismo em relação ao Sistema Único de Saúde do nosso país. Hoje temos a população do nosso lado.

Há cerca de um ano e três meses, o Presidente Bolsonaro me convidou, me convocou para cumprir essa missão, e eu estou aqui fazendo o que eu posso para ajudar a população brasileira. E foi uma oportunidade para eu me encontrar com o Sistema Único de Saúde.

Três letras apenas, Senadora Eliane. Três letras como mãe. Então, o SUS faz a diferença, e é um dever de todos nós defender o Sistema Único de Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Ministro Marcelo Queiroga.

Vamos aqui às minhas perguntas como autor do requerimento.

Ministro, a questão da saúde é um recorrente problema e questionamento por parte dos brasileiros. Claro que isso não dialoga apenas com a atual gestão; é um problema que vem de muito tempo no Brasil e um problema cuja solução a população reclama. Nós temos o tempo inteiro visto cenas deprimentes em hospitais, em UPAs, com pessoas sofrendo dores muito agudas e sem atendimento, nós temos visto pessoas dormindo em chão de hospital, nos corredores dos hospitais e em situações até desumanas e nós temos uma série de problemas que precisam ser colocados. Um deles é que hoje o paciente demora para conseguir uma consulta; quando consegue a consulta, o médico pede um exame, e ele demora para conseguir o exame. Então, precisa conseguir aproximar consultas e exames para isso ser feito no mesmo dia ou próximo. Não tem cabimento uma pessoa demorar para conseguir uma consulta, muitas vezes levando mais de um ano para conseguir uma simples consulta na rede pública, e aí chegar na consulta, o médico pedir um exame e a pessoa ainda ter que esperar meses para esse exame.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria, no primeiro questionamento objetivo, o que o ministério tem como política pública ou se está planejando alguma política nesse sentido, seja criar clínicas populares de consultas e exames, seja o que pode ser feito pelo Ministério da Saúde para que nós tenhamos a consulta e o exame no mesmo dia ou próximos.

O segundo questionamento – eu vou fazer todos e V. Exa. pode responder de uma vez.

V. Exa. colocou que destinou R\$300 milhões para agilizar a questão das cirurgias. Essa questão das cirurgias também é uma questão muito grave. Hoje nós temos uma série de pessoas, no Brasil inteiro, que estão há quatro, cinco anos esperando uma cirurgia, e isso não está chegando na ponta para o cidadão. Aqui no Distrito Federal mesmo, que é uma unidade pequena da federação, nós temos mais de 24 mil pessoas esperando uma cirurgia eletiva. Então, eu queria saber se o ministério pretende ter alguma política, do ponto de vista nacional, em termos de mutirão de cirurgias – se vai ter alguma política, ou se é apenas esse repasse desses recursos para as unidades da federação, visto que é um problema também recorrente e visto que é um fato que hoje nós temos uma série de brasileiros que estão esperando há quatro, cinco anos uma cirurgia, e isso não pode ser encarado como algo normal e natural.

O terceiro ponto diz respeito um pouco à covid. Um dos problemas da questão da covid é que, em muitos brasileiros, ela deixou sequelas. O Ministério da Saúde trata esse problema? Ou é apenas a vacinação que o ministério está tratando? Existe alguma política pública, por parte do Ministério da Saúde, com relação ao tratamento das sequelas oriundas da covid? Esse é o terceiro questionamento.

O quarto questionamento diz respeito à atenção primária. Nos países mais desenvolvidos do mundo, a atenção primária vem sendo estimulada no sentido de criar uma prevenção, no sentido de evitar custos posteriores no próprio sistema, nos hospitais, etc. Na atenção primária, os médicos da família fazem um excelente trabalho, mas é uma coisa que precisa ser ampliada no Brasil – ainda é muito diminuta e precisa ser também ampliada no trabalho que é feito. Poderiam ser feitos também coleta laboratorial, hemogramas completos nessas visitas na casa das pessoas. Poderia se criar um aplicativo – nós vivemos num mundo digital –, em que tivesse lá as taxas de cada pessoa. Um médico que pegasse a pessoa daqui a seis anos, que ele pudesse ter todo o histórico das taxas da pessoa. Eu acho que isso seria um cuidado com as pessoas – e fica aqui como sugestão minha, não só na ampliação da atenção primária, mas na atenção primária, ter também coleta laboratorial, poder fazer um hemograma. Pelo menos, para as pessoas acima de 50 anos, seria algo também importante.

Um outro ponto, Ministro, um outro questionamento. Em 2011, foi criada a Rede Cegonha, que ampliou a assistência ao parto humanizado e diminuiu a mortalidade materna, seguindo orientações da OMS (Organização Mundial da Saúde) e também modelos mundiais de sucesso em países desenvolvidos. Agora foi criado um novo modelo, a Rami, que desconstrói esse modelo da Rede Cegonha e vai contra a orientação da própria OMS, como, por exemplo, acabando inclusive com os centros de parto normal, que utilizam as boas práticas de assistência ao parto e que precisam ser incentivados. Essa questão do parto





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

humanizado é uma questão que vem sendo muito colocada, inclusive por vários profissionais da saúde, neste momento.

Eu queria saber a posição do senhor e por que a Rede Cegonha foi desativada, já que tinha uma aceitação muito grande por parte da população e também dos profissionais da saúde.

E o último questionamento a V. Exa. diz respeito à saúde suplementar que V. Exa. colocou.

Eu queria fazer aqui um agradecimento a V. Exa. pelos elogios à minha pessoa, pelo reconhecimento ao meu mandato, ao meu trabalho. Fico feliz com esse reconhecimento. Nessa questão do câncer, eu me senti dando uma contribuição, porque acho que a medida provisória era um problema que estava há anos e que nunca teria saído se não fosse o meu projeto, se não fosse toda a minha luta nessa questão do câncer.

Uma questão envolvendo os planos de saúde que passa pela ANS, mas também passa pelo Ministério da Saúde e que pode também ter o incentivo do Ministério da Saúde, é que hoje, no Brasil, nós temos uma situação esdrúxula em que os planos de saúde se negam a vender planos individuais e vendem apenas planos coletivos, em que o consumidor – e esta também é uma Comissão de Defesa do Consumidor – não tem direito a... No caso de uma doença grave, aquele plano pode ser cancelado, não renovado unilateralmente pela operadora de plano de saúde. No mundo inteiro, há saúde suplementar, mas se vendem planos individuais, não obrigam as pessoas a terem que se associar a um sindicato, a uma associação para consumirem planos coletivos. Então, essa é uma situação esdrúxula. Os planos coletivos não têm algumas garantias que têm os individuais e, às vezes, deixam o consumidor desprotegido no momento da sua maior dor. Então, eu queria saber também se há, por parte do Ministério da Saúde, essa preocupação e se há alguma sugestão, alguma proposta do Ministério da Saúde também na saúde suplementar, nesse ponto específico.

E, por último, quero agradecer a V. Exa. por ter vindo a esta Comissão. Eu acho que este é o trabalho desta Comissão, e V. Exa. presta contas não só aos Parlamentares, mas à sociedade brasileira que está vendo esta sessão.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Muito obrigado, Senador, pelas perguntas.

Eu vou começar aqui em relação a consultas e exames especializados. Como é que nós vamos diminuir essa fila? Nós diminuimos essa fila fortalecendo a atenção primária à saúde. Eu aqui já falei que o atual Governo ampliou de R\$17 bilhões para R\$25 bilhões o orçamento da Secretaria de Atenção Primária. E 80% de todos os problemas podem ser resolvidos e devem na atenção primária com mais eficiência. E, para termos mais eficiência, é preciso que, na ponta, tenhamos profissionais qualificados, como aquele médico clínico antigo, chamado clínico geral, um médico generalista, que o sistema inglês chama de *general practitioner*. Então, esse médico é alguém que realmente está ali com o paciente para resolver o problema do paciente, ele não está ali para empurrar. Não é a "empurroterapia", aquela coisa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que eu atendo você hoje aqui e solicito um exame; você está com uma dor de cabeça, eu solicito uma tomografia. Aí o coitado do paciente faz uma via-crúcis para conseguir a tomografia; quando ele consegue a tomografia, a dor de cabeça dele melhorou e ele não volta ao médico. Isso o que é? É ineficiência do sistema de saúde. Então, para diminuir essas filas, é melhorar a atenção primária.

A telessaúde é um instrumento de aproximar o especialista da atenção primária. Então, temos o médico que está ali na saúde da família que pode ter o acesso a um cardiologista. Quais são os problemas? Os problemas frequentes não são tantos assim, por exemplo, hipertensão arterial: ter o concurso de um cardiologista que vai orientar; a questão do diabetes; a oftalmologia. Então, entendo que quanto à saúde digital, nós inclusive nos antecipamos à aprovação da lei e editamos uma portaria regulamentando a saúde digital no âmbito do SUS, e nos municípios remotos, em 323 municípios, nós alocamos recursos, mais esses que se eu não me engano foram R\$12 milhões – se for mais ou menos é pouca coisa – para fortalecer essa ação, essa estratégia da atenção primária. E a parte dos exames, a telepatologia, pode nos ajudar. Imagina, uma senhora que vai fazer um exame de prevenção do câncer do colo. Então, ali na atenção primária, quando se faz o exame do colo, o papanicolau, através de técnicas especiais, por fotografia, mesmo com um celular que tenha uma câmara mais potente, você pode enviar aquela fotografia lá, e através de inteligência artificial, já suspeitar se ali tem uma área com uma lesão pré-maligna.

Então, essa ação do fortalecimento da atenção primária vai melhorar muito essa questão das consultas com especialistas. Mas mesmo assim há necessidade de consultas com médicos especialistas. Mas se eu tirar 80% desses que iam para os centros especializados buscar uma consulta que não era necessariamente uma consulta do especialista, nós vamos descontingenciar os centros especializados e essas consultas serão ofertadas em um volume maior. Quem executa essa política da prática não é o Ministério da Saúde, quem executa é o município; estados e municípios na ponta têm que executar a política pública, e nós temos que cobrar eficiência. Não só a eficiência na assistência, mas também alocação apropriada dos recursos.

Não será num virar de chave que isso aqui vai melhorar. Como eu falei, precisamos qualificar os profissionais, precisamos também qualificar mais a nossa enfermagem. Os agentes comunitários de saúde, na minha cabeça aqui, têm um *tablet* com o qual já vão na casa de cada cidadão e vão pegar todos esses dados.

Eu visitei agora, com o Deputado Julio Lopes, que é do Rio de Janeiro, a cidade de Mesquita. Se o senhor tiver oportunidade, eu o aconselho. O Prefeito de lá é muito atuante e toda população de Mesquita está cadastrada. Sabe quantos hospitais tem em Mesquita? Nenhum. O que tem lá é Unidade Básica de Saúde e funciona bem. E os pacientes têm acesso aos exames, os quais estão todos disponíveis para o paciente no celular. Então, esse é o futuro do sistema de saúde e penso que temos que trabalhar para implementar essa política pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às cirurgias, à época do Ministro Serra houve mutirões: mutirão da catarata, mutirão da cirurgia de próstata. O que nós fizemos foi alocar esses recursos para cirurgias eletivas. Tem Parlamentares que alocam recursos de emendas para a realização dessas cirurgias. Essas políticas são pactuadas no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Então, temos discutido e o que pactuamos foi alocar esses recursos para que eles sirvam para diminuir essa fila das cirurgias.

Eu quero dizer que tem muita cirurgia de que se fala: Ah, está esperando a cirurgia há 5 anos. Às vezes, quem está esperando a cirurgia há 5 anos é porque essa cirurgia não é tão necessária assim. Na minha área mesmo, cateterismo cardíaco, tem muitos procedimentos de desobstrução de coronária, sobretudo da doença coronária crônica, que não têm indicação de serem feitos.

Então, tem que melhorar a indicação dos procedimentos médicos, porque muitas vezes se está na fila sem necessidade.

Mas há até outras cirurgias que não têm o condão de mudar a mortalidade. Vou dar um exemplo: cirurgia de hérnia. Eu mesmo estou com uma aqui e tenho que operar. Isso aqui não vai me matar, a não ser que crie uma obstrução intestinal, mas incomoda as pessoas.

Então, a gente faz a cirurgia para melhorar a vida das pessoas, e elas precisam ter acesso a essas cirurgias eletivas. Nós acompanhamos, alocamos recursos num primeiro momento e vamos acompanhar com os estados e municípios como tem sido o desempenho dessas filas, até porque, durante a pandemia, houve um represamento das cirurgias, e a gente vai...

Por que o represamento? O sistema de saúde estava em colapso. Não tinha vaga em UTI. Os pacientes estavam internados, intubados nas UPAs. Agora a gente vai ter que correr atrás do prejuízo. Tem uma onda de doenças cardiovasculares, o tratamento na atenção primária também foi diminuído... Lembram-se do início, como era? "Fique em casa. Não vá para a unidade básica de saúde. O resto a gente resolve depois". Então, isso também retardou o atendimento do paciente com câncer, diagnóstico precoce do câncer... Vamos ter que trabalhar mais para atender a essas demandas.

E o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Atenção Primária, tem uma portaria para o enfrentamento da covid. Porque muitos problemas são resolvidos na atenção primária, mas tem outros que ficaram sequelados. A covid pode levar a AVC, pode levar a infarto... Há pessoas que fizeram transplante de pulmão por conta da covid.

Nós temos uma rede, o senhor sabe, os Centros Especializados em Reabilitação, um dos mais conhecidos aqui da Rede Sarah, que é o CER IV... Então, nós temos uma estrutura de CER capaz de fazer reabilitação e nós temos alocado recursos para que seja feita essa chamada reabilitação pós-covid.

Em relação à atenção primária, eu já mencionei a rede nacional de dados em saúde. Nós já estamos com essa rede bem avançada. Agora estamos com tratativas, para todos os dados do Ministério da Saúde





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficarem aos cuidados do Serpro, que é uma empresa pública, e eu penso que o setor público... Tem que estar muito ligado ao setor público, sobretudo nessas áreas estratégicas. Queremos parcerias privadas, mas não naquilo que é o nosso coração e o nosso cérebro. Isso tem que ficar sob a tutela do Estado, até porque é atividade típica do Estado.

Então, nós estamos consolidando a rede nacional de dados em saúde, existe um conjunto mínimo de dados que o Ministério da Saúde já tem condição de coletar...

Os hospitais... Os dois prontuários eletrônicos que são mais conhecidos são o MV e o Tasy. Então, nós temos condições, hoje, de receber dados desses prontuários eletrônicos e temos um conjunto mínimo de dados, por meio dos quais nós vamos avaliar o desempenho do sistema de saúde, desde a atenção primária até a atenção especializada à saúde. Desde aquele que vai a uma unidade básica de saúde para fazer uma consulta simples e faz um hemograma, vai estar lá o dado do hemograma. Hoje já é possível. Não sei se o senhor já viu o seu Conecte SUS. O senhor entra no Conecte SUS, e, se o senhor tiver feito algum exame em laboratório público, o exame vai estar lá. As vacinas, por exemplo: está lá no Conecte SUS. Se houver uma prescrição médica para a Farmácia Popular do Brasil, a prescrição vai estar lá. Então, foi com o Conecte SUS, com essa digitalização, que nós conseguimos identificar uma fraude de 2,5 bilhões de pessoas que se apropriavam indevidamente do CPF dos brasileiros e, de maneira criminosa, usava esse CPF para auferir benefícios. Então, isso foi em função da consolidação da Rede Nacional de Dados em Saúde.

A questão materno-infantil é uma das políticas prioritárias do Governo Federal e do Ministério da Saúde. O Presidente Jair Bolsonaro, mesmo antes de assumir o Governo, já enunciou um dos pilares da sua ação: defesa da vida desde a sua concepção. O Governo do Presidente Bolsonaro é contra o aborto; respeita as exceções da lei, mas a defesa da vida é intransigente. E não há defesa da vida do conceito sem a defesa da vida da mãe.

Esse nome Rede Cegonha é um nome interessante, simpático. Eu mesmo, quando era criança, perguntava à minha mãe de onde eu tinha vindo, e ela dizia: "Foi a cegonha que lhe trouxe". Então, a Cegonha trouxe os centros de parto normal.

Então, quantos centros de parto normal nós temos funcionando no Brasil, quantos? E o que isso resultou em termos de mudança de mortalidade materno-infantil? Eu vou dizer que são três, são três centros; se eu estiver errado, o Secretário Raphael Câmara pode me corrigir. Um deles é no Hospital Sofia Feldman, de onde é egressa a Secretária de Atenção Especializada à Saúde, Mayra Pinheiro. E esse centro de parto normal funciona dentro do ambiente hospitalar; não é dissociado do ambiente hospitalar.

Tem um aqui em Brasília, mas, pelo que eu tive notícia, há o interesse de desativá-lo. E, no Rio de Janeiro, tem um centro que realiza menos de três... O Raphael está dizendo um parto por dia. Por quê? Porque as pessoas buscam as maternidades. Meu pai, natural da cidade de Piancó, no interior da Paraíba,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nasceu em casa com a parteira; eu já nasci num hospital de parto normal; para os meus três filhos a minha esposa decidiu que seria cesariana, ela optou pela via de parto, e acho que é um direito legítimo dela.

Então, em relação à essa questão da Rede Cegonha, nós não só não desestruturamos a atenção materno-infantil, como ampliamos os recursos para a atenção materno-infantil. Eram R\$800 milhões por ano; nós dobramos esses recursos com 1,5 bilhão para a assistência materno-infantil, para priorizar a gestação de alto risco; 300 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Ministro...

O SR. MARCELO QUEIROGA – Só um pouco, Senador, para eu concluir – 300 milhões para o Programa Cuida Mais Brasil, para dar a opção de pediatras e obstetras na atenção primária.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Ministro, só um aparte, um questionamento nessa colocação de V. Exa. A mãe que quiser fazer cesárea eu acho que é um direito e precisa ser assistido por parte do poder público. Agora, quanto aos centros de parto humanizado, não deveria se ter um incentivo aos partos humanizados?

O SR. MARCELO QUEIROGA – Claro, todo parto tem que ser humanizado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – O parto normal humanizado.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Então, mas, quanto ao parto normal, o que nós defendemos? É que isso tem que acontecer das maternidades. Quais são as três principais causas de óbito materno? Infecção, sangramento e crise hipertensiva. Esses centros de parto normal não resolvem nada em relação a esses aspectos de mortalidade materna. E, quanto aos centros de parto normal, apenas o Ministério da Saúde entende que não se devem estimular os centros de parto normal, porque não entendemos isso como algo que vá mudar a mortalidade materno-infantil. Nós preferimos incentivar as maternidades. E aí a maioria dos partos são cesarianas. São cesarianas, não, desculpem-me, são partos normais.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Mas os profissionais da saúde defendem os centros de parto. Eles consideram um avanço e são contra o fechamento dos centros de parto.

O SR. MARCELO QUEIROGA – Bom, mas se o estado e o município quiserem manter o seu centro de parto lá, ele mantém. Agora, eu garanto ao senhor que uma mulher vai sempre preferir uma maternidade, não vai para o centro de parto normal para ser assistida num parto sem médico. Não é que todo parto precise ser assistido por médico. Eu mesmo falei aqui que meu pai nasceu com uma parteira. Nossos respeitos a todas as parteiras, que hoje são chamadas de obstetras e que, em sua grande maioria, são enfermeiras. Mas é necessário que tenha um médico. Existe a imprevisibilidade, e nós temos que ter um responsável técnico que esteja ali presente para assistir em complicações relativas ao parto. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não acabamos com os centros de parto normal. Se estados e municípios assim o desejarem, podem fazer. Nós, inclusive, alocamos mais Recursos da Média e Alta Complexidade, Recursos MAC. Os municípios podem pegar do seu recurso de 15% e investir nos centros de parto normal. Os estados, 12% do seu orçamento, invistam em parto normal. Só que eu quero dizer que as mães brasileiras vão preferir ter seus filhos nas maternidades, de forma humanizada. Não tem essa história de que o tratamento é desumano. Bom, há vicissitudes no sistema de saúde, mas nenhum profissional de saúde vai tratar de maneira desumana o seu semelhante que chega lá. P

Por exemplo, episiotomia. Ontem, eu fui à Câmara dos Deputados... "Ah, é uma violência obstétrica terrível!" Bom, quem vai decidir se vai fazer episiotomia é o médico. Isso não pode ser uma conduta sistemática, mas eu não posso tirar a autonomia do médico de, em algum momento, adotar uma situação como essa. "Ah, não, porque cesariana é violência obstétrica!" Cesariana é violência obstétrica? Claro que não! Agora, nós não temos condições de implantar a cesariana por escolha da mulher ainda em todo o sistema de saúde. Isso seria, na minha opinião, o desejável. Então, se se discute, por parte de alguns, grupo do qual eu não faço parte, dar à mulher o poder de interromper a gestação por vontade própria, por que não dar o direito à mulher de escolher a via de parto?

Eu sei que esse é um tema sensível, cujas discussões a gente precisa aprofundar, mas eu quero aqui assumir o compromisso com o senhor e com os Srs. Senadores de que nós não reduzimos nenhum centavo na assistência materno-infantil. Nós aumentamos esses recursos, e o Governo do Presidente Jair Bolsonaro, deixa bem claro, defende a vida do conceito e da mãe, as duas vidas, da mãe e do bebê, do conceito.

Em relação à saúde suplementar, eu já fiz aqui as considerações para o senhor acerca do sistema de saúde suplementar. Nós, inclusive, lançamos a proposta do *open health*. Foi até o Roberto Campos, que eu considero uma pessoa de altíssimo nível, que me sugeriu que nós fizéssemos essa discussão no âmbito da saúde suplementar. Aí eu escrevi um pequeno artigo para a *Folha de S.Paulo*. Aí, a *Folha de S.Paulo* ilustrou, Senador Wellington Fagundes, uma ratoeira, um rato e um queijo. Eu não sei quem é a ratoeira, quem é o rato e quem é o queijo. O que acontece é que, a cada composição da saúde suplementar, a gente tem surpresas. Então, veja que, no início dos anos 2000, em meados dos anos 2000, surgiram esses planos empresariais por adesão. Então, aparece lá uma associação dos cortadores de unha, com todo o respeito aos cortadores de unha, e lança um plano, e o sujeito bota lá um plano com duas vidas, com três vidas.

Isso aí é uma forma disfarçada de burlar a legislação para não dar a opção dos planos individuais, para fugir da esfera regulatória. Claro que não sou eu que faço a regulação, porque, se eu aqui falar, dirão: "Não, o Ministro está intervindo na saúde suplementar." Não é meu objetivo intervir em agência nenhuma, mas, através do Consu, através dessa diretriz... Se o senhor puder ler, vai ver que tem lá um ponto onde nós discorremos a esse respeito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A plataforma Open Health é para ampliar a concorrência. Nós não nos opomos a que as redes privadas cresçam, a que elas se constituam pelo país inteiro. Agora, nós não podemos entregar a assistência privada do Brasil a dois ou três, tem que haver concorrência, e a concorrência implica, necessariamente, benefício para o cidadão que contrata o plano de saúde, que, no âmbito da saúde suplementar, é chamado de beneficiário – o senhor, que é da defesa do consumidor, chama de consumidor, mas é a mesma coisa. Nós queremos mais concorrência e, para isso, precisa haver transparência. São dois pilares: concorrência e transparência.

O custo da saúde suplementar é um dos problemas: é repassado integralmente para o beneficiário. E há a questão da relação dos médicos com a indústria, seja a indústria farmacêutica, seja a indústria de dispositivos médicos. É por isso que, em breve, o Presidente da República vai enviar para o Congresso Nacional uma proposta para deixar tudo mais transparente.

Nos Estados Unidos essa lei é chamada de lei *sunshine*, sol brilhando. Kant dizia: "O que mais me enche de orgulho e satisfação é o sol brilhando sobre mim e a consciência moral dentro de mim.". João: "E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.". A dogmática de João e as estéticas de Kant para ajudar o beneficiário do sistema de saúde privado do Brasil a ter acesso a planos que sejam melhores e com um custo compatível com o que eles podem pagar. Eu sei que o senhor vai ser um aliado nosso nessa batalha.

Em relação à questão...

Já respondi todas ou tem mais alguma?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Ministro.

Só que nessa questão da saúde suplementar nós vivemos realmente uma situação esdrúxula, porque hoje, se o consumidor quiser adquirir planos individuais no mercado, ele não consegue, as operadoras de planos de saúde não disponibilizam planos individuais. Ele tem que se cadastrar num sindicato ou numa associação para adquirir um plano coletivo, plano esse que pode ser rescindido pela operadora de forma unilateral quando ele mais precisar desse plano. Então, é a área de regulação, mas também parte para uma política que o Ministério da Saúde também pode...

O SR. MARCELO QUEIROGA – Através do Consu.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Exatamente, o Ministério da Saúde pode atuar, mas é preciso que se ponham planos individuais no mercado, para que a pessoa não tenha que fingir, forjar uma associação a um sindicato para poder ter acesso à saúde suplementar se ela assim o desejar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO QUEIROGA – A regulação apropriada é a chave para que tenhamos um sistema que tenha mais equidade, é isso que nós temos defendido.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Ministro.

Vou passar a palavra agora para o Senador Wellington Fagundes.

V. Exa. tem 5 minutos para os questionamentos ao Ministro.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, como o Senador Roberto Rocha já me pediu... Ele tem outro compromisso, então eu aguardo e ele fala, até porque ele é Líder, ele é chefe, é o nosso Líder do PTB. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu só quero registrar aqui, Presidente, com satisfação, o reconhecimento do Ministro do nosso querido Roberto Campos – acho que o senhor estava falando hoje do Neto, não é? Mas Roberto Campos nasceu em Mato Grosso, e agora, essa semana, foram comemorados os 105 anos de nascimento dele aqui no Congresso Nacional.

É uma figura que nós todos de Mato Grosso reverenciamos muito. Ele teve a oportunidade de ser Deputado Federal, Senador pelo nosso Estado. Então, todos nós, mato-grossenses, ficamos felizes quando é registrado esse nome.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Bom, com a anuência do Senador Wellington Fagundes, passo a palavra ao Senador Roberto Rocha para os questionamentos ao Ministro.

V. Exa. tem cinco minutos.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PTB - MA. Para interpelar.) – Muito bem.

Senador Reguffe, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar o Ministro Marcelo Queiroga, cumprimentar meu companheiro Wellington, que gentilmente declinou para que eu pudesse fazer uso da palavra, porque eu vou ter que sair agora para uma audiência, mas eu não podia deixar de vir aqui para dar uma palavra de reconhecimento àquilo que nós testemunhamos em nosso país nessa guerra, Ministro, mundial contra um inimigo invisível e letal que tirou a vida de milhões de pessoas pelo mundo e aqui





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, no Brasil, tirou a vida de muitas pessoas queridas nossas inclusive. Esse é o sentimento que fica para todos nós.

E eu quero dizer que, apesar de tudo, apesar de todas as dificuldades que nós do mundo inteiro vivenciamos com essa pandemia, com essa crise, o Governo brasileiro, e eu quero aqui registrar o trabalho do Ministro Marcelo Queiroga, foi capaz de enfrentar essa pandemia, destacando-se inclusive no cenário mundial.

O meu estado, o Estado do Maranhão, que é do Nordeste, o mesmo Nordeste do Ministro Queiroga, enfrentou também muitas dificuldades e continua enfrentando – a ausência de equipamentos públicos e, enfim... –, mas ainda assim teve todo o apoio do Ministério da Saúde, do Governo Federal e deste Senado Federal, que participou ativamente daquele momento mais difícil da covid. Lembro muito bem essa época ano passado.

Então, eu quero apenas, sem me alongar, fazer esse registro e dizer que não saímos completamente ainda, mas os casos a que estamos assistindo, eu mesmo na minha família estou tendo aí vários casos, mas são casos mais leves. A pessoa está sendo infectada, mas está tirando, vamos assim dizer, de letra.

E, Ministro, eu queria deixar aqui uma sugestão a V. Exa. e a esta Comissão, para o Presidente Reguffe com V. Exa. tentar levar ao Governo Federal. Dada a boa relação que existe do Governo Federal com o Governo do GDF, talvez fosse o caso de se construir na Esplanada, no Eixo Monumental aqui em Brasília – e o Senador Reguffe é bom porque é de Brasília, conhece melhor que nós –, em algum local aqui do Eixo Monumental, um memorial das vítimas da covid.

Eu acho que a gente precisa deixar isso para a eternidade. Colocar uma ala inclusive especial para aqueles que são profissionais da saúde, que trabalharam arriscando as suas vidas para salvar as nossas – e alguns foram vítimas fatais.

Então, eu acho que a gente precisa, Senador Wellington, fazer essa homenagem. Uma homenagem aqui em Brasília, capital da República, com a construção de um memorial em algum local, uma construção moderna, bonita, e que a gente possa lá ter uma relação de pessoas que foram vitimadas por essa guerra invisível, essa pandemia maldita, que agora a gente ainda não terminou de vez.

E estamos com uma guerra por cima da outra, não é? Agora estamos com uma guerra mundial, uma outra, que é a guerra da Rússia com a Ucrânia, que termina afetando todos nós, na medida em que altera o preço de tudo, sobretudo de energia e combustível. Está lá do outro lado do mundo, mas aqui nós estamos pagando o pato, pagando o preço.

Então eu fico apenas com essas palavras, para deixar a V. Exas. essa sugestão, para levar tanto ao Presidente da República como ao Governador do GDF essa sugestão de fazer, aqui em Brasília, aqui, em algum local nobre, algum local que seja privilegiado – e qualquer lugar do Eixo Monumental é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

privilegiado –, um memorial em que a gente possa fazer a homenagem a essas pessoas que foram vítimas dessa pandemia.

Era essa a minha participação e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Muito obrigado, Senador Roberto Rocha.

Passo a palavra agora ao Senador Wellington Fagundes. Depois o Ministro pode responder em conjunto.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Presidente Reguffe, eu gostaria de pedir um tempo a mais, já que eu fiquei aqui, o Senador Portinho pediu que eu falasse em nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Perfeito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Então, eu acho que é uma oportunidade que todos nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Terá a tolerância da Mesa, desta Presidência. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas eu quero parabenizá-lo, Senador Reguffe, pela propriedade de a gente estar aqui nesta Comissão, fazendo esta reunião, esta audiência pública de esclarecimento.

V. Exa. sabe o que é o sofrimento de um pai, não é? A saúde sempre, para nós todos, é algo que toca muito. E, claro, como disse aqui o Senador Roberto Rocha, a gente tem, sim, que ter uma deferência com essas famílias. Quem não teve um membro da família ou um amigo que não tenha sido envolvido nessa terrível doença?

Ministro... E aqui em especial também, como eu tive a oportunidade de participar da Comissão da Covid, aqui do Senado, a Comissão Temporária da Covid, presidida pelo Senador Confúcio Moura, muito bem presidida, também o Vice-Presidente Styvenson Valentim, que esteve comigo em várias andanças por este país, e eu tive a oportunidade então de ser Relator.

E aqui, Ministro, eu quero agradecer também a parceria de V. Exa. Tem momentos históricos na vida da gente. Eu me lembro de que eu ia ter uma audiência com V. Exa., no primeiro dia em que V. Exa. assumiu o ministério, aí eu disse para o senhor: Olha, eu falei com o Presidente Bolsonaro agora sobre o nosso projeto das vacinas. Aí V. Exa. disse: "O Presidente acabou de me ligar. Olha, Senador Wellington, eu não sou especialista em produção de vacina, minha questão é cardiologia. Mas nós temos que resolver.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente me ligou, e vamos buscar isso." E aí eu tive a felicidade de apresentar esse projeto. Foi aprovado por unanimidade no Senado, aprovado na Câmara, sancionado pelo Presidente da República.

E aí é importante dizer, porque muitas pessoas dizem: "Ah, mas o Presidente Bolsonaro é contra a vacina?". O Governo do Presidente Bolsonaro foi o Governo que foi buscar vacina onde tivesse. E hoje nós podemos aqui dizer que o Brasil – eu queria a confirmação de V. Exa. – é o país que mais vacinou no mundo.

E aqui eu estava lendo alguns dados. Foram 38 campanhas de vacinação, não é? Investimentos, 1,9 bilhão, envolvendo a produção de insumos farmacêuticos ativos, para nós os produzimos aqui no Brasil. E aí eu queria, inclusive, também, um comentário de V. Exa. sobre isso, porque, no Brasil, então, já temos aqui vacina contra a covid, produzida no Brasil pelos nossos cientistas brasileiros.

E aí eu quero destacar, Ministro, que eu tive a oportunidade de ser Relator do Ministério da Educação neste ano, com o orçamento deste ano, e, pela primeira vez, nós fizemos um orçamento conectado: educação, saúde, ciência e tecnologia, até o Ministério da Agricultura também, pela importância dos laboratórios.

No Brasil, hoje, eu tive oportunidade de estar com o Ministro da Ciência e Tecnologia, o nosso astronauta, Marcos Pontes, lá em Salvador, aplicando a primeira vacina brasileira no braço de brasileiros. Aqui em Brasília estivemos juntos, quando V. Exa. também lançou.

Então, é importante que V. Exa. faça algum comentário sobre isso.

E eu quero destacar aqui, ainda, está aqui registrado, duas megacampanhas de vacinação, sendo uma de alcance nacional e outra em todos os estados da Região Norte do país e também na divisa. Na faixa de fronteira, foi feito isso. Um investimento, então, que aqui eu quero destacar, para o meu estado. V. Exa. pode falar do investimento total que foi feito, R\$537 bilhões – R\$537 bilhões, isso é importante que a população saiba – entre os anos de 2020 e 2022 no Governo Bolsonaro.

No meu estado, Mato Grosso, nós recebemos, os municípios de Mato Grosso receberam R\$5 bilhões, só em função da pandemia para a saúde, e o Estado de Mato Grosso, mais R\$1,5 bilhão. Então, foram R\$6,5 bilhões que o Governo Bolsonaro e o Ministério da Saúde investiram só no meu estado, o Estado de Mato Grosso. E eu falo muito lá que foi a maior transferência de recursos da história do Brasil para estados e municípios. E aí é importante, como o próprio Presidente sempre tem dito, mais Brasil e menos ministérios, menos burocracia, fazendo com que o recurso chegue lá na ponta.

Então, Ministro, eu tenho algumas perguntas. Eu poderia estar aqui falando de outros tantos dados, mas...

Ah, eu tenho um dado importante também. O investimento que foi feito nas nossas santas casas e hospitais filantrópicos – isso é importante que a população saiba –, R\$2 bilhões que foram investidos



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

nessas instituições, às quais, é claro, eu quero aqui também render as minhas homenagens, porque são parceiros que fazem... Muitas pessoas trabalham de forma totalmente benemerita, sem cobrar um tostão, e ajudam muito, também, no Brasil, o sistema de saúde.

Eu quero aqui poder destacar também, Ministro, a saúde indígena. O trabalho... Eu sou de Mato Grosso. Em Mato Grosso, nós temos uma população indígena muito grande, muitas etnias. No início, o trabalho que foi feito pelo ministério lá, com os xavantes, na região do Araguaia, até com mortalidade, infelizmente, e graças à chegada imediata do Secretário Nacional de Saúde Indígena – como é o nome? Ainda continua o mesmo ou não?

O SR. MARCELO QUEIROGA (*Fora do microfone.*) – O Robson.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito bom, o Robson, eu quero aqui registrar...

Bom, então, eu tenho algumas perguntas que eu gostaria de fazer aqui, Ministro.

A saúde pública brasileira passou por um momento muito complicado durante a pandemia da covid-19 – isso é uma afirmativa –, absorvendo uma demanda para a qual nenhum país ou governo do mundo estava preparado, e foram feitos investimentos extraordinários, como eu já disse aqui, com liberação de recurso emergencial.

E aí eu pergunto: qual é o legado, Ministro, que fica para o SUS? Porque o SUS, todos nós sabemos, é o maior programa mundial de atendimento público, e eu gostaria de que V. Exa. fizesse esse comentário também sobre o que representa esse programa para o Brasil. Quanto desse investimento se transformou em estrutura concreta no serviço de saúde em todo o Brasil, porque muitos perguntam: "Mas esse dinheiro foi jogado fora?". O que sobrou de aprendizado e, principalmente, de conhecimento, como a pesquisa de que nós já falamos aqui? É muito importante que V. Exa. fale sobre isso.

Uma outra pergunta, com uma colocação primeiro: o Brasil começou a pandemia da covid-19 com muita dificuldade na área de vigilância, e alguns serviços de análise, como exames, ficaram sobrecarregados e não davam conta de tantos processamentos naquela época. Mas hoje, felizmente, parece que a gente não ouve mais falar de problemas ou atrasos nas análises, exames e detecção de novas variantes como a Ômicron. O que mudou, Ministro? Qual é, na verdade, a realidade hoje dessa nossa vigilância?

E ainda: Quais são as diferenças entre os programas Mais Médicos e Médicos pelo Brasil? Haverá falta de profissionais nas regiões mais remotas do país?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de que, se possível, o senhor fizesse um comentário também sobre a abertura de cursos novos de Medicina. Agora mesmo nós tivemos lá, no Mato Grosso, a implantação de um novo curso na cidade de Sorriso, uma universidade privada de Minas, uma coisa extraordinária, numa região extremamente importante, porque... Eu quero falar exatamente da Amazônia e de uma região como Mato Grosso. Em Mato Grosso nós temos 900 mil quilômetros quadrados, com uma população ainda pequena de 3,5 milhões de habitantes, mas é o estado que mais abre novas fronteiras. Então, nós estamos, inclusive, na luta pela implantação do curso de Medicina na única região que ainda não tem, que é a do Araguaia, lá em Barra do Garças. Então, eu gostaria desse comentário de V. Exa.

E ainda: o Ministério da Saúde foi responsável por uma MP, uma medida provisória que deu origem à Lei nº 14.307, que modificou o prazo para incorporação de procedimentos pela Agência Nacional de Saúde. Aí eu pergunto: Qual é o benefício dessa lei para os milhões de brasileiros usuários dos planos de saúde?

Isso é importante porque há uma reclamação muito grande dos planos de saúde. Aí eu quero saber, por parte do Ministério, qual é o comentário, não só nesse aspecto, mas também sobre o atendimento dos planos de saúde no Brasil.

E ainda: O Brasil... Eu falei da vacina produzida e eu quero também que o senhor faça um comentário do complexo industrial brasileiro. Como a pandemia mudou o cenário da produção nacional de insumos e o que ela mostrou nessa área? Quais são os próximos desafios?

Sabemos que a Fiocruz... Lá eu estive com toda a Comissão junto com vários Parlamentares, como o Senador Styvenson Valentim, e vi ali a Fiocruz fazer um trabalho brilhante, a indústria que está sendo ampliada. Como está essa situação tanto do Butantan como da Fiocruz?

Eu acho que eu encerro, Ministro. Espero que eu tenha feito todas as perguntas. Claro, há mais perguntas ainda, mas eu não posso me delongar e abusar do nosso Senador Reguffe também por me conceder esse tempo a mais.

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para expor.) – Quero agradecer ao Senador Roberto Rocha e ao Senador Wellington Fagundes pelas perguntas.

Eu acredito que o que o Senador Roberto Rocha propõe é algo muito importante, e todos nós nos associamos a essa homenagem. Aqui já externei a nossa solidariedade aos familiares daqueles que perderam as vítimas, mas é importante deixar isso materializado para que, na posteridade, saibam desse momento tão difícil que a saúde pública do Brasil e do mundo viveu.

O legado para os SUS.

Em 2012, todos nós assistimos às Olimpíadas da Inglaterra. Na abertura, quem foi o grande homenageado? Foi o NHS (Sistema de Saúde Inglês). Se fizéssemos hoje um evento esportivo daquela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

magnitude, não temos dúvida de que o Sistema Único de Saúde seria homenageado. Então, o principal legado é o reconhecimento do Sistema Único de Saúde. Hoje é mais fácil para o Ministro da Saúde vir aqui, no Senado Federal, fazer algumas solicitações para o SUS, na Câmara dos Deputados e onde quer que nós estejamos. Então, este é o primeiro legado: o reconhecimento do SUS.

O segundo legado é o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Esse fortalecimento foi transversal. Na minha fala inicial, já falei da vigilância em saúde. Triplicamos a nossa capacidade de vigilância em saúde: 55 Cievs; hoje, 64. Os laboratórios têm capacidade de fazer o sequenciamento do vírus. Não é só o sequenciamento do SARS-CoV. Agora mesmo, temos a *MonkeyPox*. É um outro vírus. Não é um vírus de RNA. É um vírus de DNA. É um *Orthopoxvirus*. Nós já temos quatro laboratórios que foram colocados, num primeiro momento, para a confirmação desses diagnósticos, mas a rede de Lacens pode já fazer.

Então, este é um legado da pandemia: o fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde.

O Senador Wellington Fagundes já citou a Fundação Oswaldo Cruz. A Fundação Oswaldo Cruz e o Ministério da Saúde se confundem: um é parte do outro. Aliás, a Fundação Oswaldo Cruz existe antes do Ministério da Saúde; o Ministério da Saúde veio lá pelos anos 1950. Então, é a fundação do Ministério da Saúde que atua em diversas áreas: na área da pesquisa, na área da educação, nos programas de medicina preventiva, que são realizados pela Fundação Oswaldo Cruz, e através do Complexo Industrial da Saúde e da assistência especializada.

Então, Farmanguinhos tem parcerias de desenvolvimento produtivo, as chamadas PDPs. Foi concluída a primeira agora. Essas parcerias de desenvolvimento produtivo como políticas públicas foram inauguradas à época da gestão do Ministro Alexandre Padilha. Então, temos uma década de PDP. Precisamos fazer uma análise crítica a respeito das PDPs e de qual é o seu legado, para que essa política pública seja aprimorada.

Nós temos o desafio da química fina, em que ficamos para trás, pois perdemos para os países da Ásia. Hoje a gente está com dificuldade de IFA de dipirona, o que é inaceitável. Mas também temos a questão dos biológicos. Essa ação de PDPs trouxe, através de uma parceria da Janssen com a Fiocruz e com a Bionovis, que é a junção de várias empresas brasileiras, já há a iminência da transferência de tecnologia do imunobiológico que é o infliximabe. E nós temos um legado do Complexo Industrial da Saúde aí estabelecido.

Então, é fundamental que essa política do Complexo Industrial da Saúde seja fortalecida.

O Governo Bolsonaro é um Governo liberal. Ele defende a participação crescente da iniciativa privada. Nós não queremos atrapalhar a iniciativa privada com cargas tributárias escorchantes. Defendemos a transferência de tecnologia para os laboratórios públicos. Mas, se privatizarmos a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eletrobras, não vamos criar uma espécie de "remediobras" no Brasil! Então, queremos trazer a iniciativa privada.

E foi nesse sentido, Senador Wellington Fagundes, que a Pfizer BioNTech fez uma parceria com a Eurofarma. Através dessa parceria, já este ano, Senador Reguffe, nós vamos ter a produção de vacina de mRNA aqui, no Brasil, fruto dessa parceria.

Por outro lado...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Que é a tecnologia mais moderna do mundo, não é?

O SR. MARCELO QUEIROGA – É uma tecnologia que se soma às outras.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Avançada, não é?

O SR. MARCELO QUEIROGA – Que se soma às outras. Até falei aqui, na minha fala, que a gente deve diferenciar novidade de inovação. E a gente deve medir resultados.

Então, vetor viral recombinante é uma tecnologia nova. E ter essa tecnologia é importante porque, dessa tecnologia do vetor viral recombinante, se produz a vacina Fiocruz, mas também pode haver uma tecnologia para o enfrentamento da questão das doenças raras.

O fato é que nós precisamos dominar essas tecnologias, seja a do vírus inativado, seja a tecnologia do vetor viral recombinante, seja a tecnologia do mRNA, que pode ser usada no futuro, quem sabe, para o câncer, para as doenças cardiovasculares.

Então, esse é um legado.

E essas políticas públicas devem ser compreendidas pela população como parte do Sistema Único de Saúde em si. Lá atrás, não se prestigiou o complexo industrial da saúde, e, hoje, vejam como está a nossa situação!

A gente vive o cenário, hoje, do que nós chamamos de "medicina de precisão", através da genômica. Nós temos uma parceria com o instituto Catapult, no Reino Unido, em relação ao nosso projeto Genomas, para que nós possamos saber que, por exemplo, para uma paciente que tem um câncer de mama, aquele medicamento antineoplásico não funciona; ou, em uma doença rara, aquela inovação não vai funcionar naquele caso. Então, essa é uma evolução que nós temos doravante.

Em relação ao programa Mais Médicos e ao programa Médicos pelo Brasil, eu já fiz algumas considerações. Quanto a esses programas, tirando a politização de lado, pois eu sou um ministro técnico,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

embora um técnico bolsonarista – falam que sou bolsonarista; então, se sou bolsonarista, eu sou um técnico bolsonarista –, nós entendemos que tanto o Mais Médicos como o Médicos pelo Brasil têm o mesmo objetivo: levar médicos para áreas remotas. Só que nós não importamos profissionais de saúde de ditaduras para virem para o Brasil, para, depois, ficarem com 80% do que esses agentes de saúde tinham direito. Entenderam? Nós não defendemos isso.

A principal diferença do Médicos pelo Brasil para o Mais Médicos é isto: é dignidade para o profissional médico; é uma carreira de Estado para esses médicos, um vínculo através da CLT. Uma agência que vai selecionar esses médicos. Então, é a meritocracia na seleção dos médicos. É um vínculo estável para esses médicos, para que esses médicos possam se identificar com a população. Um médico de família se identifica com a população. Se não houver uma política para fixar esse médico, ela não vai ser tão eficiente como nós queremos.

E aí vem a outra questão, que é a questão da escola médica. O Brasil hoje só perde para a Índia, em número de escolas médicas. Então, não é a solução abrir escolas médicas de maneira indiscriminada. O que houve nesse período?

Desde o Governo Fernando Henrique, incentivou-se a abertura de escolas médicas. Houve uma privatização das escolas médicas, houve uma interiorização, mas isso não fixou o médico nos pequenos municípios. Então, nós precisamos ser mais eficientes em relação a essas políticas.

Antigamente, as mulheres escolhiam muito a pediatria e a ginecologia e obstetrícia. Hoje, Senador Reguffe, o senhor sabe qual é a especialidade mais buscada pelas nossas médicas? Dermatologia. Seguramente não é para tratar hanseníase. Não tenho nada contra a dermatologia estética.

Então, é o Estado que está errado. Tem que fomentar que os profissionais busquem as áreas estratégicas de que o Ministério necessita, de que o SUS necessita. Os médicos não são formados para si mesmos; eles são formados para atender ao sistema de saúde.

Então, do que nós precisamos hoje? Nós precisamos de médicos de saúde da família, que são os médicos generalistas, nós precisamos de médicos emergencistas – é uma nova especialidade médica, Senador Wellington Fagundes e Senador Reguffe –, nós precisamos de médicos intensivistas, nós precisamos de médicos pediatras, intensivistas pediátricos...

Não há intensivista pediátrico. Por que não há intensivista pediátrico? Isso é uma falha das políticas públicas. Nós temos 3 mil leitos de terapia intensiva pediátrica.

O programa Renasce é um programa para as cardiopatias congênitas, e aqui no Distrito Federal nós temos um instituto, que é o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, que tem um centro de excelência, mas nós não conseguimos ampliar a assistência nas cirurgias cardíacas infantis, hoje, não é por conta do cirurgião, é porque nós não temos uma boa condição de terapia intensiva pediátrica.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa questão das escolas médicas tem que ser discutida de maneira mais aprofundada, para que, não só tenhamos a abertura de escolas médicas, mas que tenhamos a abertura de escolas médicas para formar profissionais de boa qualidade para atender o sistema de saúde. Então, se nós, lá atrás, planejamos ter um sistema de saúde de acesso universal, integral, igualitário e gratuito, para atender 200 milhões de brasileiros, isso não pode ser dissociado de termos, por exemplo, o Complexo Industrial da Saúde forte e termos profissionais de saúde para atender nesse sistema.

Então, é uma ação tridimensional. E o sistema de saúde, além de ter essa obrigatoriedade, essa prerrogativa de implementar o direito à saúde, que é um direito humano fundamental, é uma oportunidade de negócio. Eu fui, na sexta-feira passada, visitar a Santa Casa de Belo Horizonte, porque, infelizmente, teve um incêndio lá. Pois bem, Senador, o senhor sabe quantos empregos diretos geram esta Santa Casa? São 5.400 empregos.

A Santa Casa de Porto Alegre gera mais de 8 mil empregos. Isso gera três vezes mais empregos do que uma indústria, uma montadora automobilística, e pode verificar que a taxa, o *ticket* médio de salário não é inferior, e o sistema de saúde tem uma característica, é uma política anticíclica. Nas fases em que há depressão econômica, o sistema de saúde cresce.

Então, são vários motivos para que o Brasil encare o seu sistema de saúde como um patrimônio de todos os brasileiros, invista para fortalecer o sistema de saúde, e eu tenho certeza de que, nesta Casa, aqui é por onde começam e por onde terminam essas discussões, que não terminam nunca, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – Obrigado, Ministro Queiroga.

Quero agradecer aos...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, eu queria fazer aqui a minha réplica para concluir. Não vou demorar.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF) – É porque já está começando o Plenário, Senador Wellington; tem que ser bem rapidinho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu não vou demorar.

Presidente, a gente falou aqui da homenagem às famílias que perderam os seus entes queridos, os mortos, mas eu penso que também a gente precisa registrar aqui, neste final, o nosso agradecimento a esses milhares de profissionais da saúde que estiveram salvando vidas. Se não fossem os agentes de saúde, enfim, toda a rede de saúde pública e privada, com certeza, nossa situação seria muito mais crítica. E aí eu quero registrar, entre essa estrutura, também os hospitais universitários.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Através da Ebserh, eu tive a oportunidade, inclusive, de aprovar um projeto de lei para que fossem chamados aqueles concursados. Aí eu tenho que registrar aqui toda a Diretoria da Ebserh, toda Presidência da Ebserh, na pessoa do General Ferreira. E é importante, Ministro, se o senhor puder dizer, quantos milhares de funcionários também há na Ebserh.

Eu quero também registrar aqui o meu agradecimento, principalmente ao trabalho desenvolvido por essas universidades, mas também pelos centros de pesquisa. Nós temos que valorizar os nossos pesquisadores. Não é possível que não acreditemos em nós mesmos, brasileiros.

Então, eu concluo aqui, como médico veterinário, reconhecendo o papel desses cientistas brasileiros, de todos os professores, de todos os pesquisadores.

É isso, Ministro.

Muito obrigado, Senador Reguffe.

O SR. PRESIDENTE (Reguffe. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - DF. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Wellington.

Ministro, eu queria agradecer a sua presença, queria agradecer aqui ao senhor, por ter vindo a esta Comissão e ter feito essa prestação de contas, e queria pedir a V. Exa. que pense nesses pontos que foram colocados como sugestões à V. Exa.

Quero agradecer a todos.

Encerro esta presente reunião, antes convocando reunião desta Comissão, uma reunião deliberativa ordinária, para a próxima terça-feira, às 14h30, aqui mesmo, neste Plenário.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 44 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezessete minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Margareth Buzetti, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Telmário Mota e Humberto Costa, e ainda dos Senadores não membros Zequinha Marinho, Angelo Coronel, Plínio Valério, Esperidião Amin e Maria das Vitórias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho, Eliane Nogueira, Mara Gabrilli, Dra. Eudócia, Marcos do Val, Reguffe, Irajá, Paulo Rocha, Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 31/2022 - CTFC, de autoria Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Finalidade:** Debater as recomendações dadas pelo Ministério da Defesa ao TSE para o aprimoramento do processo eleitoral. **Participantes:** General Paulo Sérgio Nogueira, Ministro de Estado da Defesa; Michael de Freitas Mohallem, Representante da Transparência Internacional - Brasil; Delegado Sandro Torres Avelar, Diretor Executivo da Polícia Federal; e Deputado Federal Filipe Barros. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/07/14>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Fala da Presidência.) – Paz e bem a todos vocês!

Sob a proteção de Deus, eu declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade debater as recomendações dadas pelo Ministério da Defesa do Brasil ao TSE para o aprimoramento do processo eleitoral, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2022, de minha autoria.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet. Eu vou falar aqui o endereço, e é importante que as pessoas o anotem. Quem quiser fazer perguntas... Não sei se vai dar para fazer todas, mas a Secretaria desta Comissão vai selecionar, para que a gente possa fazer as perguntas aos convidados aqui, nesta sessão. É www.senado.leg.br/ecidadania. Repito: www.senado.leg.br/ecidadania. E o telefone, gratuito, da Ouvidoria do Senado Federal é 0800 0612211. Repito: 0800 0612211.

Antes de começar a sessão... Nós já recebemos aqui, com o anúncio da sessão, várias perguntas de brasileiros interessados nesse assunto.

Hoje nós temos aqui o privilégio, a alegria e a honra de receber os seguintes palestrantes, aos quais agradeço por aceitarem o nosso convite: o General Paulo Sérgio Nogueira, Ministro de Estado da Defesa; o Deputado Federal Filipe Barros, que foi o Relator da PEC do voto auditável; o Delegado Sandro Torres Avelar, Diretor Executivo da Polícia Federal; e Michael – perdoe-me se eu estiver enganado na pronúncia – Freitas Mohallem, representante da Transparência Internacional no Brasil.

Eu gostaria, antes de a gente combinar o rito, como é que nós vamos fazer, de primeiro fazer uma leitura de uma justificativa que eu acabo de receber do Tribunal Superior Eleitoral. Nós aprovamos aqui, por unanimidade, entre os Senadores desta Comissão de Transparência do Senado o convite ao atual Presidente do TSE. E nós recebemos aqui uma resposta, que está datada do dia 12, que só recebi agora, que diz o seguinte:

De ordem do Excelentíssimo Senhor Ministro Alexandre de Moraes, Vice-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, no exercício da Presidência, agradeço o convite para participar da Audiência Pública que será realizada no dia 14 de julho de 2022, quinta-feira, às 10h (dez horas), no Plenário 6, Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, do Senado Federal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Contudo, compromissos assumidos anteriormente para aquela data impossibilitam Sua Excelência de participar da referida audiência.

Renovo meus protestos de consideração.

Com os meus mais cordiais cumprimentos,

José Levi Mello do Amaral Junior

Assessor-Chefe

Gabinete do Ministro Alexandre de Moraes.

Repito que nós aprovamos aqui o convite para o Presidente do TSE. Na época, aqui, a gente até divulgou o nome de Alexandre de Moraes, que é o próximo, mas corrigimos, e a Mesa mandou o convite para o Sr. Ministro Edson Fachin, que é o atual Presidente do TSE, que não vai comparecer aqui a esta sessão, atendendo a esse convite.

Eu gostaria de fazer um breve pronunciamento.

Na semana passada, fizemos uma audiência aqui, histórica também assim como esta, no Senado Federal, para dialogar sobre o ativismo judicial que a gente vive no nosso país. E nós recebemos figuras ilustres, renomados juristas, como o Dr. Ives Gandra Martins, como o ex-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo Dr. Ivan Sartori, como o Dr. Fernando Carioni, que é ex-Presidente do TRE, Desembargador de Santa Catarina. Tivemos vários outros palestrantes. Acho que são simbolizados no Dr. Ives Gandra, um constitucionalista, um dos maiores juristas desta nação. E foi muito produtivo, foi muito esclarecedor.

Nós tivemos uma audiência recorde nessa sessão, com o povo brasileiro gostando do assunto, participando da vida pública, mas, infelizmente, novamente dois ministros do Supremo Tribunal Federal que foram convidados respeitosamente para virem ao Senado não deram nem retorno, nenhuma carta dizendo que não viriam, nem nada. Simplesmente, não aceitaram o convite o Sr. Ministro Alexandre de Moraes nem o Sr. Luís Roberto Barroso.

Nós vamos continuar aqui, no Senado Federal, essa escalada democrática – nós não vamos desistir – na busca pelo diálogo, pelo entendimento, pela cultura da paz, pela verdade. E, nesta audiência, mesmo não vindo aqui nenhum representante do TSE, nós vamos buscar informações importantes. É o Senado fazendo um papel, acredito, de mediador, de buscar esclarecimentos para sociedade.

Reza a tradição que não basta a rainha ser honesta; ela tem de parecer honesta. Acredito que isso se aplica muito bem ao processo eleitoral, uma das rainhas de qualquer democracia que se preze. Todo o processo eleitoral é elemento fundamental do funcionamento democrático de um país. Por isso, ele precisa ser o mais isento possível de qualquer questionamento, precisa estar livre de todo e qualquer resquício de suspeita.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro de menos de 80 dias, o Brasil viverá um momento eleitoral único. Os sinais são inequívocos de que esse pleito de 2022 deverá ser um dos mais polarizados da história recente da nossa nação. Portanto, diante do atual acirramento político que assola o Brasil, nunca foi tão imprescindível que o processo eleitoral esteja afastado de toda e qualquer desconfiança, podendo, assim, convencer e tranquilizar o maior número possível de cidadãos. Diante disso, é preciso reconhecer que uma parte expressiva da população brasileira tem dúvidas acerca da lisura do processo eleitoral. Esse é um problema que não podemos ignorar.

Eu quero deixar claro que, por causas que eu abraço, eu ando pelo país inteiro. E é impressionante como as pessoas estão incomodadas. E eu não tiro o direito legítimo de as pessoas questionarem, não é?

Eu fui um dia desses a São Paulo, fui a um local e tive que deixar com o manobrista o carro. Eu estava de máscara. Era o período ainda em que a gente estava muito preocupado com a questão da pandemia, e ele nem me reconheceu. Assim, o manobrista pegou o carro, foi lá, e eu, esperando na fila para entrar, vi-o conversando com o colega, dizendo: "Olha, para tudo a gente tem um comprovante, tem algo que nos dê a segurança". Aí, falou quando vai pagar o cartão de crédito, quando vai comprar com nota fiscal uma certa coisa. E, aí, ele disse: "Até o carro aqui. E desse negócio que está acontecendo [aí perguntando para o outro] que você acha?". Então, isso é um anseio da sociedade, e, se são 30%, se são 20%, se são 50% da população, não importa: todas as pessoas, os brasileiros precisam receber o máximo de informações para se tranquilizarem sobre isso. E é isto que a gente está buscando: levar informações e levar serenidade neste momento.

Eu acredito que o caminho para isso é o diálogo, o debate aberto e respeitoso, porque o respeito é a regra da boa convivência. Precisamos cooperar uns com os outros. Esse é precisamente o motivo de estarmos aqui reunidos neste momento. O assunto é espinhoso, mas totalmente contornável, quando a gente está aberto ao diálogo, e nós vamos continuar insistindo nisso, porque todos os aspectos que envolvem essa questão tão cara e delicada ao convívio democrático precisam ser discutidos sem receios, afinal a população brasileira espera de nós uma atitude responsável.

Desse modo, com os devidos cuidados, preciso externar, uma vez mais, como eu disse aqui no início, o meu desconforto com o ativismo político muito claro por parte de alguns ministros do STF e do TSE. Repito que essas duas instituições são fundamentais para a nossa democracia, mas talvez esteja existindo aí algum exagero de alguns dos membros, em especial quando este Congresso – este Congresso – discutia a reforma do processo eleitoral, com a possibilidade de adotar a impressão do voto. Fomos surpreendidos pela interferência direta do Ministro do STF e à época Presidente do TSE Luís Roberto Barroso, que, através de uma ingerência, no meu modo de ver – respeito quem pensa diferente –, que foi uma ingerência inoportuna, se reuniu com Líderes de partidos, tendo conseguido alterar, porque foi uma coincidência, se reuniu na véspera da votação da PEC do voto auditável. No dia seguinte, alguns dos membros que iriam votar a favor, que já tinham até se manifestado, foram substituídos por membros que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votaram contra. Então, é um avanço sobre um Poder. Onde está a harmonia, a independência entre os Poderes?

O mesmo Sr. Ministro Luís Roberto Barroso, em outro momento, convidou as Forças Armadas para dar seu parecer sobre a segurança do sistema. Convidou. Nós vamos hoje entender melhor sobre isso. Como o parecer não foi de seu agrado – pelo menos essa foi a minha interpretação, posso estar errado –, depois disso, ele fez duras críticas à instituição, que é uma das mais respeitadas pelo povo brasileiro.

Por outro lado, nós temos presenciado manifestações de ministro da mais alta Corte, principalmente feitas no exterior, que parecem querer profetizar o caos nas nossas próximas eleições. Eu me pergunto até que ponto tais afirmações não estão colaborando para uma indesejada situação de intranquilidade social.

Eu quero deixar claro que o TSE é um órgão sério e merece todo o nosso respeito. Não se trata de questionar absolutamente sua competência, muito menos sua autoridade no processo eleitoral. O que está em jogo, no entanto, é a confiança da população nas urnas, no resultado do pleito. E nós estamos aqui buscando, aos 47 minutos do segundo tempo, um entendimento. É possível algum acordo de pontos que estão soltos e que podem, neste momento, na altura do campeonato, ser corrigidos? Porque legislativamente nós não temos mais o que fazer. Agora é questão de boa vontade, é questão de humildade, é questão de diálogo pelo bem do Brasil.

Foi, com esse espírito de diálogo, de restauração da confiança e na busca de uma cultura de paz, que requeri a realização desta audiência pública. Delicadas ou não, todas as questões envolvendo o processo eleitoral que se avizinha precisam ser adequadamente tratadas. E este é um fórum onde podemos e devemos fazer isso. A rainha de nossa democracia precisa ser e parecer honesta aos olhos de todos os brasileiros.

Então, nós temos aqui um Poder da República... Um dos Poderes é o Executivo, temos o Legislativo também representado, estávamos aguardando o Poder Judiciário. Essa é a harmonia que a gente busca e da qual não vai desistir. Não é porque hoje não vieram que a gente não vai fazer. Nós vamos buscar aqui, em agosto, porque vai ter o recesso constitucional, esse entendimento e, com a graça de Deus, vamos conseguir para o bem do país e da democracia do país.

Eu gostaria de imediatamente passar a palavra para os convidados, mas eu queria combinar um rito se todos concordarem. O Ministro General Paulo Sérgio Nogueira tem uma apresentação, que inclusive foi feita na Câmara dos Deputados, e pediu cerca de 40 minutos para fazê-la. Geralmente a gente tem aqui entre 10 e 20 minutos que concede aos palestrantes convidados. Eu pergunto se teria algum problema a gente manter 20 minutos para todos – são poucos convidados – e, como o TSE não compareceu, pegar esses 20 minutos para ter um detalhamento maior da apresentação que vai ser feita pelo Ministro da Defesa do Brasil. Tem algum problema com relação aos convidados? (*Pausa.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Podemos, Dr. Michael? Podemos? (*Pausa.*)

Muito obrigado, então.

Então, todos concordam? (*Pausa.*)

Então, vamos iniciar, Ministro Paulo Sérgio. O senhor fique à vontade. O senhor tem 40 minutos para fazer a sua explanação. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente da Comissão – desta reunião, perdão –, Senador Eduardo Girão.

Na pessoa dessa autoridade, eu cumprimento os Senadores e Senadoras presentes ou quem nos acompanha virtualmente nesta audiência; Srs. Senadores que compõem a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; Deputado Filipe Barros, aqui presente, satisfação em revê-lo; Sr. Sandro Torres Avelar, Diretor-Executivo da Polícia Federal, satisfação em revê-lo; Sr. Michael Freitas Mohallem, representante da Transparência Internacional Brasil, que participa desta audiência virtualmente; público que nos assiste virtualmente; senhoras e senhores.

Inicialmente, Senador Eduardo Girão, agradeço o honroso convite do senhor de possibilitar ao Ministério da Defesa e suas Forças Armadas mostrar, eu diria prestar contas à sociedade do trabalho técnico e altamente competente ao qual militares das Forças Armadas, ao serem solicitados a colaborar com o processo eleitoral, dedicaram-se, desde setembro, um trabalho colaborativo em prol do Tribunal Superior Eleitoral.

Apenas corrigindo o senhor, Senador Girão, essa apresentação que farei eu não fiz na Câmara dos Deputados. Lá foi outra apresentação, na Credn. Quando a esta apresentação, é a primeira vez que o Ministério da Defesa realiza.

Eu gostaria de ressaltar que a minha participação neste evento é com o intuito de trazer para a discussão um assunto que reflete bastante a nossa atuação como colaboradores do Processo Eleitoral 22 e com o foco em oferecer à população brasileira dados para a transparência e a segurança do processo eleitoral.

As Forças Armadas, chamadas pelo TSE, têm atuado estritamente na legalidade, à luz do estabelecido pela Corte Eleitoral, para colaborar com o aperfeiçoamento do processo, de forma a chegar ao nível mais elevado possível de confiabilidade. Essa é a nossa intenção.

Nosso trabalho tem sido eminentemente técnico, sem viés político, baseado em estudo de situações que possam interferir tanto na execução quanto no resultado do pleito, por exemplo. Atuamos com atenção aos princípios da legalidade, da impessoalidade e da eficiência e buscamos oferecer às





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades que conduzirão o processo todas as informações e subsídios que possam ser úteis para a condução das eleições.

Historicamente, nossas Forças Armadas são convocadas a atuar nos processos eleitorais em nosso país, as chamadas operações de garantia de votação e de apuração. Portanto, a parceria e o apoio à Justiça Eleitoral são atitudes já consolidadas em nossas instituições. Nosso serviço visa a oferecer à sociedade brasileira, da qual todos os militares são oriundos e da qual fazem parte de forma indissolúvel, o melhor resultado, baseado em considerações factíveis, e, havendo analisado probabilidades de ocorrência, por exemplo, de situações que possam afetar a segurança que todos almejamos. Manifestamos nosso vigor em atender a qualquer ação que promova segurança e transparência e que possa fortalecer a democracia no Brasil, pois democracia, assim como soberania, são questões essenciais do Estado brasileiro e questões de segurança nacional.

Eu passo, a seguir, a uma exposição para que possamos compreender a atuação das Forças Armadas no contexto da Comissão de Transparência das Eleições, bem como no prosseguimento da colaboração com o TSE atuando como entidade fiscalizadora ao lado de outras instituições da vida nacional.

Então, esse é o título, e eu faço questão de começar com o título "A colaboração das Forças Armadas nesse aperfeiçoamento". Seguiremos nosso roteiro, já estamos numa introdução. Falarei do trabalho realizado pela Comissão de Transparência das Eleições, que ainda está acontecendo; falarei um pouco e, depois, passarei a palavra a um técnico para tratar da fiscalização do sistema eletrônico de votação como entidades fiscalizadoras, e uma conclusão.

Na introdução ainda, qual o perfil da atuação das nossas Forças Armadas nesse trabalho? Dentro da legalidade, um trabalho técnico absoluto e com espírito colaborativo. Na legalidade, porque fomos instados, convidados por uma portaria, de setembro de 2021, a participar da Comissão. E, no seu art. 1º, I, a servidão, que é a ampliação da transparência e a segurança de todas as etapas de preparação e realização das eleições.

E aí vêm outros números que dizem respeito à instituição propriamente dita. No seu art. 2º, ele fala das etapas que esta Comissão prosseguirá – e eu também não posso perder muito tempo, porque é curto –, mas eu ressalto o planejamento de ações de ampliação da transparência do processo eleitoral, o acompanhamento, no inciso II, e a fiscalização das fases de desenvolvimento dos sistemas eleitorais e de auditoria do processo eleitoral, no final podendo opinar sobre os trabalhos e recomendar ações adicionais. Está escrito no art. 2º: "[...] podendo opinar sobre os trabalhos e recomendar ações adicionais". Junto com as Forças Armadas, vários outros membros foram chamados a participar dessa Comissão.

Na parte técnica, após o recebimento da missão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, reunimos uma equipe de técnicos militares altamente especializados em Tecnologia da Informação e em Defesa Cibernética. E aqui faço um aparte: o Exército Brasileiro e as Forças Armadas são referência mundial na área de Defesa Cibernética. O Exército, particularmente, possui uma equipe altamente capacitada que ficou pronta a apoiar nesse sentido junto à Comissão de Transparência das Eleições.

Através de estudos e de entendimento do processo eleitoral, nós solicitamos inicialmente ao TSE uma gama de documentos para que essa equipe técnica reunida pudesse opinar com propriedade, em uma dedicação exclusiva dessa equipe desde setembro até os dias atuais.

Sempre que fomos chamados a colaborar com o TSE, estivemos prontos. Apresentamos propostas plausíveis e exequíveis. Não tem nada de outro mundo. Participamos de todas as reuniões da comissão. Sempre buscamos o diálogo permanente – e eu sou testemunha porque, como ministro, a partir de 1º de abril, quando assumi o ministério, busquei esse diálogo pessoalmente com o Tribunal Superior Eleitoral, que consegui naquela oportunidade – e a contribuição para o aperfeiçoamento da segurança e da transparência. Esse é o nosso maior objetivo.

A comissão propriamente dita foi criada lá no dia 8 de setembro. O TSE instituiu a CTE e o Observatório da Transparência das Eleições, com que nós não temos ligação específica.

De setembro a dezembro, aconteceram, salvo melhor juízo, duas reuniões, e as Forças Armadas realizaram os primeiros questionamentos técnicos ao TSE visando a conhecer o processo eleitoral. Então, para iniciar o trabalho, nós buscamos informações no tribunal para que a equipe entendesse o processo e, aí sim, iniciasse as suas propostas, por exemplo.

No dia 17 de dezembro, as Forças Armadas encaminharam oito propostas iniciais. Vejam bem, nós não tínhamos ainda os dados solicitados anteriormente e por isso ainda não havia o conhecimento completo para que a equipe pudesse colocar propostas mais concisas. Mesmo assim, nós encaminhamos, em dezembro, oito propostas iniciais.

De dezembro a fevereiro, vejam bem, algum tempo se passou, o TSE respondeu aos questionamentos técnicos feitos pelas Forças Armadas. Em 10 de fevereiro, nós recebemos um documento com mais de 700 folhas, que eram os questionamentos técnicos nossos.

No dia 22 de março, as Forças Armadas, fruto desse primeiro relatório que chegou... Nós nos debruçamos e apresentamos mais sete propostas adicionais – algumas dessas eram até coincidentes com as iniciais. Então, as informações chegadas possibilitaram à equipe se especializar mais, entender melhor, e nós mandamos mais sete propostas, repito, algumas até repetitivas, com detalhamento a mais, tendo em vista o conhecimento novo adquirido com as respostas do TSE.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu assumi o Ministério da Defesa no dia 1º de abril. No dia 6 de abril, busquei o TSE, numa reunião excelente de trabalho com o Ministro Fachin e o Ministro Alexandre, em que eu me apresentei e falei dos objetivos, de como pretendia conduzir os trabalhos, de como nossa comissão trabalharia, e foi uma reunião produtiva.

De 6 a 20, nós ficamos aguardando mais alguma necessidade, porque, na primeira reunião, eu já tratava de reuniões técnicas necessárias e de algumas ações que poderíamos fazer em conjunto. No dia 20, eu também busquei e consegui uma nova reunião de trabalho no Tribunal Superior Eleitoral. Desta feita, eu solicitei para levar o trabalho que tinha sido feito. Ali, montamos um PowerPoint e, durante um bom tempo, nós apresentamos tudo o que a equipe tinha feito bem sumariamente. Era um tempo de 30 minutos, mas ali nós já tínhamos as propostas efetivas que a gente tinha feito ao TSE na busca de mais transparência, de mais segurança e condições de auditoria.

Foi muito interessante essa reunião, porque o tribunal todo assistiu – técnicos, um público bastante grande na sala de reuniões. No entanto, não houve, naquela oportunidade, discussão técnica. Naquele momento, não houve tempo para essa discussão técnica, mas eu saí dali também solicitando que a nossa equipe pudesse se reunir com a equipe do TSE para que divergências, dúvidas, entendimentos, possibilidades de oportunidade de melhoria acontecessem nessa reunião técnica.

Já em maio, no dia 5 de maio, o MD propôs ao TSE a divulgação dos documentos ostensivos que tinham sido produzidos pela comissão. Não houve problema. O tribunal respondeu positivamente. A maioria desses documentos já são públicos porque, a cada relatório que é colocado, no *site* do TSE ou no próprio *site* da Defesa, esses documentos praticamente ficaram quase que todos públicos.

Nesse ínterim, nesse período, nós recebíamos muita LAI, muito requerimento de informação. Até esses documentos se tornarem públicos, a gente ficou preso a orientações do próprio tribunal, desde o início da comissão, de que os assuntos tratados no âmbito da comissão seriam assuntos da Comissão de Transparência Eleitoral. A partir do momento da publicidade, a sociedade tomou conta do que estava acontecendo; era o nosso objetivo e era o que nós queríamos.

O TSE divulgou depois as respostas técnicas sobre as propostas, as outras propostas, um documento de 37 folhas em que ele bateu cada proposta e que possibilitou à Defesa uma tréplica, porque ele dizia que havia divergências quanto às premissas e aos parâmetros de informações e que tinham rejeitado algumas propostas. Então, a comissão se reuniu novamente e trabalhou em cima de uma tréplica, tentando justificar alguma coisa e mostrando que poderíamos progredir e avançar em algumas propostas.

Desde junho, o MD apresentou considerações sobre as respostas técnicas. Então, nós fizemos a tréplica, um documento extenso em que a gente foi bastante incisivo naquilo ali.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em junho ainda, o TSE respondeu às considerações da Defesa, agradeceu e enfatizou a atuação na próxima etapa, que já é essa de agora com uma entidade fiscalizadora, conforme resolução do próprio TSE.

No dia 15 de junho, eu formalizei ao TSE um agendamento de encontro entre as equipes técnicas mais uma vez, assuntos, enfim. No dia 20 de junho, eu reiterei a necessidade dessas reuniões técnicas para que a gente pudesse dirimir dúvidas e deixar de ficar só no papel para lá e para cá.

E aí, senhores, perdão, só não vou entrar em detalhe porque tecnicamente não é o caso e não tem tempo.

Das oito propostas iniciais de dezembro: três foram acolhidas, algumas simples; uma foi acolhida parcialmente; nós tivemos duas em estudo para pleitos futuros – os senhores verão que essas em estudo para pleitos futuros são consideradas importantes e fundamentais para a nossa equipe e para a proposta, no final dessa apresentação, que eu vou fazer –; e duas não foram acolhidas. Resumindo, nas propostas iniciais, esses números por vezes são diferentes dos números aos que o TSE se refere, porque são pontos de conhecimento. O que para mim é uma ideia, para o tribunal pode não ser. Então, esses números podem não bater com os números do Tribunal Superior Eleitoral. Então, essas são as oito propostas iniciais.

Aí nós tivemos aquelas sete outras propostas de março: duas foram acolhidas parcialmente, uma delas vai ao encontro do que a gente precisa; e cinco propostas não foram acolhidas, uma delas é uma outra proposta que a gente vai tentar prosseguir para o bem da transparência e da segurança. É o que a gente deseja. Este é um resumo das propostas adicionais: duas acolhidas parcialmente e cinco não acolhidas.

E do total das 15, as oito mais sete: três acolhidas, três parcialmente, duas estudando para pleitos futuros e sete não acolhidas. Repito: esse número não bate por vezes com as considerações do tribunal, porque eles têm o ponto de vista deles. Aqui é somente uma apresentação da nossa comissão. O.k.?

Por favor.

Finalizando todo esse trabalho, nós consideramos que com três propostas entendidas como importantes e fundamentais, se acolhidas – é possível e há tempo de acolher –, nós resolveríamos muita coisa. Com certeza essa pressão, com certeza essas discussões todas seriam minimizadas se nós conseguíssemos isto que eu vou apresentar aqui agora e que foi apresentado ao longo do processo: a realização do teste de integridade das urnas nas mesmas condições da votação, inclusive com a utilização da biometria do próprio eleitor na urna em teste.

A finalidade é reduzir a possibilidade de um código malicioso furtar-se ao teste. Os senhores vão saber um pouco mais do que é isso, o que é teste de integridade, o que é um código malicioso, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próxima apresentação, do Coronel técnico, porque ele vai entrar um pouco nesse detalhamento para que a sociedade entenda o que é um teste de integridade, por exemplo. Não é nada complicado, não.

A segunda proposta diz respeito às novas urnas: 39% das urnas que serão utilizadas são de um lote novo, diferente. E, salvo melhor juízo, não foi feito teste público de segurança nessas urnas. Uma das justificativas, quando veio o documento do tribunal, foi que eram urnas altamente tecnológicas, com sistemas criptográficos de altíssima geração e que não haveria necessidade do TPS. Os nossos técnicos, a nossa equipe acha bom fazer esse teste para não ter dúvida nenhuma. E a finalidade desse teste é assegurar que o *hardware*, a máquina, e o *software*, que é o sistema, funcionem de forma integrada, adequadamente e com menores riscos de segurança, pois esse modelo da urna representa cerca de 39% do total. Então, é uma outra proposta.

Segundo os técnicos, não é difícil realizar isso. A primeira proposta, segundo os técnicos, também é possível realizar.

E a terceira e última é o próprio tribunal tornar efetiva a fiscalização e auditoria pelas entidades fiscalizadoras em todas as fases do processo. Então, nesse processo, agora, nós teremos oito fases. A partir de agora, tem um calendário, tem uma resolução que especifica tudo que tem que acontecer, o local, quem pode participar, as entidades, tudo. Então, se, nessas oito fases, nós tivermos efetivamente por parte do tribunal essa efetividade nessa fiscalização... Não seria nem uma proposta; seria uma consideração de reforçar cada vez mais a necessidade de termos essa fiscalização e essa auditoria.

E aí a Comissão de Transparência das Eleições, um trabalho parcialmente terminado, relatórios em fase de conclusão. A comissão, em condições de ser acionada para se reunir, para trabalhar se necessário.

E aí a gente vai passar para a segunda parte da apresentação, que é o processo em si, a partir de agora, com o calendário eleitoral, que o TSE chama de fiscalização do sistema eletrônico de votação. Eu vou fazer a introdução e, a seguir, o Coronel Nogueira vai se pronunciar.

Então, na Resolução 23.673, de dezembro de 2021, no art. 6º, consideram-se, como entidade fiscalizadora, legitimada a participar do processo, das etapas do processo – está lá em azul –, as Forças Armadas, assim como várias outras instituições, órgãos... E a gente já tem conhecimento de que metade dessas instituições estarão participando como entidade fiscalizadora durante o processo, o que é muito bom, o que dá muita transparência.

Nós informamos, no dia 20 de junho, que participaríamos como entidade fiscalizadora.

No dia 22, nós indicamos os nomes dos integrantes da nossa equipe, inicialmente dez militares das três Forças Armadas – são três militares de cada Força –, todos especialistas em sistema, todos engenheiros, todos com experiência na área de defesa cibernética, gente que pode ser usada, vamos dizer assim, para ajudar esse processo. E, no próprio dia 22, o próprio tribunal... Nós recebemos um ofício





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizendo, intimando as instituições legitimadas como entidade fiscalizadora do sistema eletrônico a manifestarem o interesse e a informarem o nome dos representantes. Nós até nos antecipamos: houve uma coincidência, que a gente indicou no próprio dia da intimação, respondendo ao ofício do dia 20. Perdão, complementando o ofício do dia 20.

E, aí, agora é um outro processo, não é? A nossa equipe, para trabalhar em cima do sistema como um todo, ela precisa e tem a necessidade de ter o subsídio do TSE, a documentação que trata do processo, para estudar aquilo ali e poder ajudar em alguma fase. Então, nós encaminhamos ao TSE uma solicitação de subsídios técnicos para estudo, com vistas à atuação como entidade fiscalizadora.

A partir de agora, a gente vai passar a palavra aqui para um técnico, que vai fazer considerações sobre eventuais oportunidades de melhoria do nosso sistema eletrônico de votação. Então, eu encerro aqui inicialmente e volto na conclusão, para a gente fechar a nossa apresentação.

Muito obrigado, inicialmente.

O SR. MARCELO NOGUEIRA DE SOUZA (Para expor.) – Srs. e Sras. Parlamentares, demais autoridades aqui presentes, público que nos assiste em casa, a intenção minha aqui é explicar e elucidar algumas considerações técnicas sobre eventuais oportunidades de melhoria do sistema eletrônico de votação.

Antes de mais nada, é bom ressaltar – o Ministro aqui tocou neste assunto, mas eu acho importante enfatizar – que todo o trabalho, todas as ações da equipe de fiscalização das Forças Armadas estão amparadas e reguladas pela Resolução 23.673 do Tribunal Superior Eleitoral. Lá estão previstos os sistemas, como eles são auditados, como são as fases. Aqui, só para elucidar e para ressaltar, a própria resolução estabelece o que é o ecossistema da urna, que são todos os *softwares*, todos os equipamentos que cuidam da votação, da justificativa eleitoral, da apuração e demais aplicativos. É óbvio que o sistema, como um todo, tem uma gama grande de aplicativos, mas a gente vai focar nesses aqui.

A resolução também define determinados termos técnicos e determinado vocabulário. O que é estabelecido como lacração dos sistemas... Então, os sistemas que vão tanto nos computadores como na urna, eles vão evoluindo, a programação vai melhorando, e em determinado momento é congelada aquela versão do sistema que vai ser usada durante a eleição. Existe uma cerimônia de gravação daquela mídia depois que o sistema é compilado, e aquela mídia fica num envelope de papel dentro do cofre do Tribunal Superior Eleitoral.

Outra definição importante – e desta é bom ir no detalhe – é que existe lá a definição do que é um teste de integridade das urnas eletrônicas.

E está escrito lá na resolução: é um evento de auditoria, de verificação do funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso – isso está bem frisado na resolução.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O teste público de segurança é um evento que visa aprimorar os sistemas eleitorais. Então, vários especialistas analisam tanto o *hardware* quanto o *software* e o funcionamento integrados deles e fazem propostas para melhorar a solução de engenharia do sistema.

Agora, é importante trazer aqui à discussão alguns termos de literatura especializada. Eu coloquei algumas referências aqui, que vão estar disponíveis.

O que se entende na comunidade de segurança da informação como vulnerabilidade é uma falha, um defeito ou uma fraqueza que visa violar a política de segurança do sistema.

Na questão do código malicioso, *malware* – as pessoas falam vírus, que é um tipo de *malware* –, é um programa instalado, usualmente às escondidas, que tem a intenção de comprometer a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade de dados, aplicações ou sistema operacional da vítima.

Também da literatura de referência, quando se pensa nos pilares da segurança de sistemas computacionais, existe a abordagem de considerar as pessoas, os processos e os equipamentos. Então, existem normas de boas práticas em relação a como é o treinamento das pessoas que lidam com a concepção, com a operação e com o sistema em si, a como é o controle de acesso, a como são feitas auditorias, a como é feita a rastreabilidade de colaboradores externos e internos ou colaboradores que eventualmente participaram em alguma fase do processo no passado; em relação a processos, a como são implementados o gerenciamento, a governança, a fiscalização e a auditoria. A auditoria, pela literatura de referência, tem que ser independente, tem que ser livre de qualquer acionamento da equipe que está fazendo para a equipe que está auditando. E, no equipamento, também existem boas práticas de conformidade, rastreabilidade de fornecedores, controle dos fornecedores.

Na literatura de referência, também é definido o que é uma ameaça interna e uma ameaça externa. Isso tem a ver com o perímetro de segurança do desenvolvimento do sistema. Então, as pessoas que têm acesso a alguma fase do desenvolvimento do sistema estão dentro de um perímetro interno e são consideradas uma ameaça interna. Não necessariamente é um colaborador do órgão ou um funcionário do órgão, mas é alguém que participou e teve acesso a alguma fase desse sistema. E ameaça externa são aquelas pessoas que estão fora do perímetro de segurança.

Dito isso, eu puxei também algumas literaturas de referência, e, então, aqui, tem uma literatura de 2020: é possível que o código malicioso esteja no *chip*, no *hardware*. Isso são possibilidades reais. É possível também que o código malicioso faça o equipamento operar de forma diferente. Então, temos um exemplo aqui de uma montadora de automóveis muito conhecida: para o automóvel burlar o sistema de fiscalização lá dos Estados Unidos em relação à emissão de gás carbônico, o automóvel sabia que estava sob avaliação e operava de uma forma diferente e, quando não estava sob avaliação, operava de uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma normal. Então, é possível que o código malicioso seja colocado e faça esse efeito final no equipamento.

Outra coisa que a gente também puxou da literatura de referência – isso são testes, pesquisas, avaliações: 60% dos problemas em *softwares*, em equipamentos de TI, em soluções cibernéticas provêm de ameaças internas, provêm de alguma falha, alguma pessoa em algum momento ou um equipamento que conseguiu, no perímetro interno, colocar essa falha. Então, com essa legislação, existem também normas e boas práticas para mitigar essas ameaças.

Em relação à auditoria, existem normas da INTOSAI que são utilizadas para auditoria de TI, são utilizadas aqui no Brasil pelo próprio TCU. Existem normas que dão algum assessoramento, como se fosse um *framework*. Para desenvolvimento da solução de TI, a gente pegou uma norma aqui do Centro de Defesa Cibernética da Otan, e basicamente tem lá uma receita de bolo do que atentar; e no próprio Brasil existem as normas brasileiras da ABNT que tratam de como implementar técnica de segurança para o desenvolvimento seguro.

Mas para que eu falei tudo isso? Antes de entrar na análise da votação em papel, é importante a gente lembrar que no passado o eleitor tinha uma cédula, ele escolhia e ele depositava a cédula na urna. Na verdade, o próprio eleitor é que checava a seleção que ele fazia. Então ele marcava, escolhia lá o seu voto e colocava, depositava em uma urna. Agora, quando a gente analisa o sistema eletrônico de votação na versão atual, existe um teclado e uma tela, o eleitor seleciona lá a sua opção, existe um *hardware* e um *software* que fazem aquele processamento e, ao término da votação, ao término do dia, é gerado um boletim de urna. A questão de engenharia que se coloca é como assegurar que o sistema processa e registra corretamente a ação do eleitor. Por isso que se faz necessário checar tanto o funcionamento do *hardware* como o do *software* e fazer testes físicos nessa solução.

A própria resolução do TSE aponta para vários testes, e a gente considera aqui fundamentais o teste público de segurança e o teste de integridade, como está estabelecido na própria norma do TSE. O problema é que o teste público de segurança... Como é que ele é feito? A urna é colocada em condições de funcionamento e, tanto na análise do *hardware* como do *software*, especialistas tentam verificar as falhas ou vulnerabilidades da solução integrada e tentam propor algum tipo de melhoria para a solução de engenharia. Então, essa é a ideia do teste público de segurança.

O teste de integridade é feito hoje da seguinte forma: urnas são escolhidas – então, a gente tem 577 mil urnas para o pleito eleitoral, e algumas dessas urnas são escolhidas –, essas urnas são levadas às sedes dos TREs, na sede do TRE existem funcionários, colaboradores que fazem uma votação paralela, ou seja, uma votação em papel e uma votação utilizando a urna com uma câmera que filma a ação do usuário lá na urna, e, ao término dessa votação – desculpe, passei aqui –, as cédulas são conferidas com o boletim de urna, ou seja, verifica-se que a urna está operando corretamente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, em relação às ameaças, até o momento, com a documentação entregue, com a informação que a gente tem, a nossa equipe estudou o problema e apontou algumas ameaças que ainda persistem tanto na urna como no sistema.

Em relação à urna, por exemplo, a gente nota que o TSE, ao longo dos anos, vem implementando muitas soluções de arquitetura, de processamento, de *software* – a gente reconhece que houve um avanço incrível na segurança da urna eletrônica e do sistema eletrônico de votação –, só que essas contribuições, essas evoluções foram feitas muito baseadas numa ameaça externa ao perímetro de segurança de desenvolvimento. Então, em relação a essa ameaça externa, a gente considera que há, sim, um grande nível de proteção: a urna não se conecta à internet, não tem outras ligações. Realmente, para uma vulnerabilidade externa, é muito difícil.

No que tange à ameaça interna ou à vulnerabilidade interna, até o momento, a gente ainda não tem disponível a documentação que nos leve a formar uma opinião conclusiva de que a solução é segura em relação à ameaça interna. Na verdade, como ameaça, como vulnerabilidade, é possível que um código malicioso, dada a ameaça interna – como eu tinha falado que, nos sistemas informatizados, hoje, mais de 60% acontecem por ameaça interna –, tenha sido inserido na urna e fique lá latente, esperando algum tipo de acionamento. E, da nossa análise, esse código malicioso pode, sim, funcionar para fazer a urna furta-se ao teste. A exemplo do que eu falei da grande montadora cujo carro sabia que estava sob avaliação, é possível também que algumas considerações esse código malicioso faça, programado para ser acionado em condições específicas. A primeira dela é a entrada da biometria real. Por quê? O teste feito no TRE... O teste de integridade, na versão atual, é feito na sede do TRE, onde não há biometria. O fluxo ou o ritmo de votação dos registros na urna realizado na urna de teste é diferente de uma urna real ou de uma urna em condições reais de operação. É possível que tenha um código de acionamento de tecla feito pelo eleitor, um eleitor cooptado. É possível que a urna saiba que o horário de votação é diferente do horário normal e o código malicioso seja acionado. E é possível também que esse código malicioso esteja instalado nas urnas reservas. Até o momento, a gente percebe que as urnas reservas não entram no rol de urnas selecionadas para fazer o teste de integridade. E, pelos dados do próprio TSE, cerca de 10% das urnas são trocadas pelas urnas reservas. E pode ter outro tipo de acionamento.

Em relação a ameaças ao sistema, lembro: o sistema foi compilado, lacrado e guardado no cofre lá do TSE. Esses programas depois são verificados, com várias verificações conduzidas pelos técnicos, e depois esse programa é distribuído para os TREs e para o Brasil todo, para todas as urnas.

Esses programas depois são verificados, várias verificações são conduzidas pelos técnicos. E, depois, esse programa é distribuído para os TREs e para o Brasil todo, para todas as urnas.

Um código malicioso que esteja dormente no programa matriz pode, sim, ser transmitido e ser instalado em todas as urnas. Então, a gente percebe que, como um item a mais, uma fase a mais de verificação, deveria, sim, antes de transmitir, verificar o funcionamento daquele código que está lacrado,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como uma etapa a mais de verificação. E aí, com a possibilidade de ter, pela referência mostrada, algum código malicioso causado por um agente interno, seja em *hardware*, seja em *software*, a gente propõe uma pequena alteração no que está estabelecido, sendo coerente com a própria resolução do TSE.

A resolução do TSE, lembrando o que eu falei atrás, prevê o teste das urnas em condições normais de uso. Então, como é que seria um teste desse? Urnas seriam escolhidas da mesma forma que a própria resolução estabelece, só que, em vez de levar essa urna para a sede do TRE, essa urna seria colocada em paralelo na sessão eleitoral, onde você teria os eleitores com a biometria, de forma tranquila. Então, o eleitor faria a sua votação e seria perguntado se ele gostaria de contribuir para testar a urna. Ao fazer isso, ele geraria um fluxo de registro na urna-teste similar à urna original. Após isso, os servidores fariam a votação em cédulas de papel. E, depois dessa votação em cédula de papel, ela seria conferida com o boletim de urna. Essa abordagem aqui, pela escolha aleatória das urnas, com as urnas escolhidas para o teste, modificaria pequenos procedimentos no que está estabelecido, mas traria um grau de segurança, um grau de certeza maior em relação tanto a uma possível ameaça do código interno, como a uma ameaça de *hardware*.

Agora eu termino minha participação. Eu sei que a apresentação foi muito simples, mas eu vou ficar aqui disponível para esclarecer algumas coisas.

Eu gostaria de ressaltar que o trabalho da equipe de fiscalização das Forças Armadas, como uma das equipes das diversas entidades convidadas, tem se pautado pelo que está previsto na resolução do TSE. Nós estamos estudando o problema, analisando vulnerabilidades e vendo como, nas oito fases, podemos contribuir para o processo eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Prossequindo, Sr. Presidente, eu me esqueci de me referir a respeito de alguns dados do Coronel Marcelo Nogueira de Souza. Ele tem doutorado em Processamento de Sinais da Universidade de Tecnologia de Ilmenau, na Alemanha; mestrado em Engenharia de Micro-Ondas na Universidade de Tecnologia de Munique, na Alemanha; e mestrado em Engenharia Elétrica na UnB. É formado em Engenharia de Comunicações pelo Instituto Militar de Engenharia e também é oriundo do Curso de Comunicações da Academia Militar das Agulhas Negras. Ele chefiou a área de comunicações estratégicas e defesa cibernética do Comando Militar da Amazônia e gerenciou diversos projetos na área de comando e controle de guerra eletrônica do Exército Brasileiro.

Então, já na conclusão, mais uma vez, eu volto à atuação, aos três pilares da atuação das Forças Armadas como Comissão de Transparência Eleitoral e entidade fiscalizadora legalmente instituída pelo TSE. É um trabalho técnico. Os senhores viram aqui o nível dessa apresentação técnica do nosso engenheiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto aqui é um resumo de uma grande apresentação, que tem muito mais dados técnicos de possibilidade de acontecer quando se trabalha com sistemas.

Nunca vamos esquecer que fomos instados, convidados, e, a partir deste momento – e, nas Forças Armadas, quando a gente recebe uma missão, a gente chama assim –, a dedicação é total. E, no cumprimento da missão, que é entregar ao Tribunal Superior Eleitoral as condições de melhoria da transparência, da segurança e da auditoria, nisso a gente vai até o fim, e é isso que tem sido feito.

Não tem viés político, gente. Não tem dúvida. Não tem aqui que colocar em xeque ou em dúvida quem quer que seja. Tecnicamente, de posse dos dados, é apresentar um trabalho. E aí a decisão, a aceitação não cabe à gente, cabe ao Tribunal Superior Eleitoral, logicamente, que tem suas nuances de logística, de capacidade, de recursos, de tudo. Mas não poderíamos deixar de apresentar esse trabalho como estamos buscando apresentar.

Ainda como itens da conclusão, não há sistema informatizado imune a ameaças internas e externas. Está aqui o técnico que me orientou. Os programas e as máquinas sempre necessitam de aperfeiçoamento, inspecionados e auditados, e a verificação da integridade do sistema deve ser feita em condições mais próximas possível da realidade.

Eu reitero as três propostas que nós entendemos como essenciais. E aí concitamos a que possamos conversar sobre essas propostas; a realizar o teste de integridade com biometria nas mesmas condições da eleição na seção eleitoral; a realizar o teste público de segurança nas urnas 2020. E quem faz não deve ser quem audita. Então, a auditoria é independente. E aí o próprio TSE amarra muito bem na sua documentação que partidos políticos e empresas contratadas por partidos políticos têm essa incumbência. Então, é incentivar e tornar efetiva essa auditoria independente.

Eu, já concluindo, fui buscar no Tribunal Superior Eleitoral e fazer a ligação de como nós estamos alinhados com o TSE quando tratamos de transparência, de segurança, de auditoria. Esta é a visão do TSE, que eu compilei do *site* do TSE, em que ele fala da visão de futuro: "Transparência [ele fala], legitimidade, inovação". Inovação!

Ainda no aspecto de valores, vejam a atuação das nossas Forças Armadas, alinhada aos valores do TSE: "Transparência, melhoria contínua, alianças estratégicas, democracia".

Então, o que se escuta muito... O que me deixa bastante chateado como Ministro e como membro das Forças Armadas é, por vezes, ouvir e ler "ataques à democracia" como se nós estivéssemos atacando a democracia ao mostrar um produto acabado de algo interessante para o sistema eleitoral brasileiro, que é essa parte técnica.

E olhem a missão do TSE! A missão fala em legitimidade do processo eleitoral e em fortalecer a democracia – tem tudo a ver com o que a gente quer também, muito alinhado à nossa Corte eleitoral –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com segurança, com transparência e com auditoria. Não tenham dúvida de que a gente tem confiabilidade, credibilidade, tranquilidade e paz social. E é o que a gente deseja neste momento: paz social! É um momento muito sensível, com uma polarização muito grande, e todos temos que estar juntos e unidos para que tenhamos essa transparência, essa confiabilidade, essa tranquilidade, para que tenhamos, ao final, uma eleição tranquila, fortalecendo, com isso, a nossa calejada e forte democracia. O Brasil é um país democrático.

Então, eu queria, mais uma vez, agradecer.

Perdoe-me se eu passei do tempo, Senador. É que realmente o assunto é muito palpitante.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado!

Sejam muito bem-vindos a esta Casa, General Paulo Sérgio Nogueira, Ministro de Estado da Defesa, e também o Coronel Marcelo Nogueira de Souza! Vocês foram muito didáticos, de uma forma muito serena. Especialmente, eu agradeço o respeito de vocês, assim como o dos convidados que aqui estão, por esta Casa. Eu acho que é muito importante a gente buscar incessantemente o diálogo.

Eu fiquei feliz, muito feliz com essa apresentação, pela qual eu agradeço. É inédita, não é? Não tinha sido apresentada ainda na Câmara dos Deputados. A primeira vez que está sendo apresentada é aqui, no Senado Federal. Então, é uma honra para a gente. É uma apresentação, repito, extremamente didática, simples, com a qual eu fiquei feliz, porque são três pontos... A gente diz lá no Ceará, no Nordeste: "O que é que está pegando?". O que é que está pegando? São três pontos; de tudo isso, três pontos! E a gente vê ali simplicidade nos pontos, objetividade. Então, eu tenho convicção... Eu gostaria muito que o Presidente do TSE estivesse aqui, porque esse entendimento é plenamente viável, não é? São três pontos apenas que nos separam de um acordo, de algo que possa, efetivamente, levar a essa tranquilidade de que todos nós precisamos.

Então, nós vamos tentar fazer, com todas as limitações e imperfeições deste Parlamentar que aqui está, marinheiro de primeira viagem... Nós podemos até ser adversários no campo político, mas jamais seremos inimigos. Nós somos irmãos e filhos do mesmo Deus. Este país é a maior nação católica do mundo, a maior nação evangélica do mundo, a maior nação espírita do mundo, em que todo mundo se dá bem. Agora, é um entendimento técnico; é técnico. O que a gente viu aqui foi ciência pura, não é? E a boa vontade e a humildade vão definir isso aí para o bem dos brasileiros. Que a verdade e a justiça triunfem nesta nação!

Eu quero registrar a presença aqui, neste plenário da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, do Senador Styvenson Valentim, que teve de sair, mas que, daqui a pouco, volta; do Senador Humberto Costa, que assistiu a toda a apresentação também; do Deputado General Peternelli; do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado General Girão e do Deputado José Medeiros, que é um eterno Senador, sempre muito querido aqui por todos os funcionários desta Casa.

Sejam muito bem-vindos todos vocês!

Imediatamente, eu já quero passar aqui a palavra ao Dr. Michael.

Eu vou lhe pedir perdão, doutor! É Micael ou Michael? Até agora eu não... O senhor vai me perdoar!

Ele é o representante da Transparência Internacional – Brasil.

Micael de Freitas Mohallem ou Michael de Freitas Mohallem, muito obrigado pela sua presença.

Ele está em São Paulo, se não me engano, e fez questão de atender a esse convite para o diálogo, em nome da nossa democracia, em nome da transparência, aqui no Senado Federal.

Muito obrigado pela sua presença. O senhor tem 20 minutos para fazer as suas colocações.

Muito obrigado.

O SR. MICHAEL FREITAS MOHALLEM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador Eduardo Girão, muito bom dia! Obrigado, novamente, pelo convite.

Em nome da Transparência Internacional – Brasil, ficamos muito honrados em fazer parte deste debate importante na Comissão de Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, debatendo com os senhores, com o Senado e – por que não? – com a sociedade brasileira.

Sobre o meu nome, o senhor o pronunciou corretamente. Infelizmente, com nome estrangeiro, estou acostumado com as pequenas diferenças de pronúncia, mas o senhor o pronunciou quase corretamente. Meu nome é Michael Freitas Mohallem.

Eu queria também, além de agradecer ao senhor pelo convite e pela Presidência desta sessão, dizer que me honra muito dividir esse espaço de discussão, de debate, como cidadão, com o Sr. General Paulo Sérgio Nogueira, Ministro da Defesa; com o Dr. Marcelo Nogueira, que participou dessa exposição; também com o Sr. Deputado Filipe Barros; com o Sr. Delegado da Polícia Federal Sandro Torres Avelar; com todas as Sras. e Srs. Senadores e demais participantes desta audiência pública.

Para nós da Transparência Internacional – Brasil, esse é um tema caríssimo, e eu diria que é um tema caro para a sociedade civil como um todo, para a sociedade brasileira. Portanto, me parece muito justa e oportuna a presença de um representante da sociedade civil, de uma organização da sociedade civil para fazer colocações e trazer reflexões. Espero que possamos contribuir com esse debate.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria começar justamente enaltecendo ou reforçando pontos que já foram brevemente colocados. O primeiro ponto é justamente a importância do debate sobre reformas legais. Em qualquer democracia, nós devemos estar preparados para lidar com o debate, com as propostas, ainda que elas questionem instituições, regras já postas, proponham reformas, proponham alterações, e é o caso justamente do debate sobre a urna eletrônica. Parece-me importante estabelecer que não há temas que sejam tabus. Talvez, em dado momento, nesse debate sobre a urna eletrônica, por parte de atores da nossa sociedade, tenha-se criado uma perspectiva de que essa é uma instituição imutável, de que essa é uma regra que não pode ser questionada ou não pode ser alterada.

Parece-me que essa é uma perspectiva equivocada. A gente já teve, em outros momentos – recentes, inclusive – da nossa história, temas que, por algum momento, foram colocados fora do debate político, como se não pudessem ser alterados. Inclusive, em alguns deles se criminalizou o debate, a tentativa alteração legal, a tentativa de alteração legislativa, e essas não foram boas experiências. Portanto, esse debate, assim como qualquer outro, desde que, evidentemente, não afrontem direitos humanos, não promovam discursos de ódio, não promovam discursos contra a democracia, evidentemente, dentro dessas balizas, que são as próprias balizas constitucionais e legais, o debate tem que ser promovido, tem que ser respeitado – friso isso.

Dito esse aspecto introdutório, é importante lembrar que esse debate em específico, ou talvez uma vertente inicial do debate que fazemos aqui hoje já foi, claro, pautado – o Senador Eduardo Girão lembrou disso – no momento em que se debatia a PEC do voto impresso, do voto auditável. Foi a Proposta de Emenda à Constituição nº 135, de 2019, e foi rejeitada no debate, legitimamente rejeitada pelos legítimos representantes do povo, na Câmara dos Deputados. Portanto, uma parte desse debate já foi feita e superada, mas há uma outra vertente desse debate, que se coloca agora, que são as medidas adicionais de transparência e uma eventual auditoria independente, por parte de alguma instituição, das Forças Armadas ou de outras instituições. Portanto, é importante que a gente debata se há previsão legal e se são medidas bem-vindas para o nosso processo eleitoral.

Esse primeiro ponto me parece importante também de lembrar. Ainda que esse debate deva acontecer, nós precisamos ter em mente que os debates, na nossa democracia, a Constituição estabelece que certos debates devem ser feitos no momento apropriado e pelos atores apropriados. Então, a Constituição estabelece isso; são as tais limitações temporais e circunstanciais para o debate legal, para um debate de reformas legislativas.

Um princípio que é muito conhecido de todos nós é o da anualidade eleitoral; então, impede que certas mudanças sejam feitas nas regras eleitorais. Elas devem ser feitas há mais de 12 meses para valerem no processo eleitoral seguinte. Eu sei que não falamos de regras eleitorais aqui, mas de medidas de segurança da própria urna.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu trago essa referência a essa regra de cautela da nossa Constituição ao lado de outras regras da Constituição que dizem que, em certos momentos de conturbação social, em estados específicos, estados de defesa da Constituição, não é recomendável que reformas sejam feitas. Não se trata exatamente disso, mas são princípios de cautela que a nossa Constituição traz que me parecem ser importantes que se lembre, que se reforce, porque a gente vive um momento de relativa tensão social, de uma expectativa grande para o processo eleitoral, como vários dos senhores que me antecederam falaram, e há receios de toda sorte em relação ao processo eleitoral. Há receios claros, manifestados repetidamente e reiteradamente, de que o processo eleitoral pode não se concluir, pode haver ruptura democrática por parte de um campo da sociedade, e por outro há receios de que o processo não seja conduzido ou que haja fraudes no processo eleitoral. Portanto, é um ambiente conturbado, é um ambiente que nos sugere a necessidade de cautela e de parcimônia, inclusive no debate sobre mudanças, sobre adoção de reformas, sejam elas quais forem, procedimentais, mas que tragam um componente maior de insegurança.

Parece-me interessante também lembrar, de forma introdutória aqui, que, no processo eleitoral, como em vários processos eleitorais no mundo, há diversos modelos, sejam modelos de eleição, sejam instrumentos para captação do sufrágio, do voto, evidentemente uma parcela pequena dos países adota a urna eletrônica. Mas, quanto à confiança nas urnas, à confiança no processo eleitoral, não há uma correlação, não está diretamente relacionada com o uso da tecnologia. O nosso modelo adota. Dados do *The International Institute for Democracy and Electoral Assistance*, conhecido como *International IDEA*, dão conta de que, dos 178 países avaliados: 17 fazem o uso de urnas eletrônicas. Portanto, é uma parcela pequena; dez promovem algum tipo de votação *online* inclusive; nove utilizam escâneres óticos; e quatro apenas utilizam máquinas de impressão de cédulas.

Portanto, esse não é o elemento. Há certamente, evidentemente, inúmeras outras democracias que não usam nenhum sistema eletrônico e são muito confiáveis, assim como há inúmeros sistemas com votos, por exemplo, de papel, com cédulas em papel e que não inspiram confiança na sua própria sociedade ou não são vistos dessa forma por observadores internacionais independentes, como era o caso do Brasil antes da adoção da urna eletrônica, na década de 90. Portanto, eu queria destacar que os processos muitos deles são lentos e buscam ampliar a confiança no processo eleitoral.

Vale lembrar, eu queria destacar uma nota técnica importante da organização, no Artigo 19, que se debruça sobre esse tema, que lembra muito corretamente que, ainda que nós vivêssemos antes da década de 90, da implementação do voto por urna eletrônica no Brasil, uma implementação gradual, ainda que vivêssemos uma situação de reconhecida e relativa, enfim, estudos indicavam a existência de fraudes eleitorais em escala significativa, compra de voto. Portanto, havia uma urgência para sanar aquele ambiente de insegurança e de ilegalidade em relação ao processo eleitoral, mesmo nesse contexto em que havia uma urgência em melhorar, em aprimorar as fraudes que eram conhecidas ou pelo menos que se sabia que aconteciam, embora fosse difícil identificá-las individualmente. Nosso processo foi lento. O processo de urna eletrônica... A Justiça Eleitoral começou a implementação desse processo em 1986, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o cadastramento dos eleitores – naquela ocasião, cerca de 70 milhões de eleitores. E esse cadastro foi armazenado de forma magnética no primeiro momento. Mas vejam que, a partir dessa estrutura apenas, o voto eletrônico pôde ser iniciado em 1994; de 1986 para 1994, depois progressivamente houve a contagem, a ampliação até, a partir das eleições de 2000, a informatização completa, total.

Portanto, essa é a perspectiva. Quero trazer esse primeiro argumento, esse primeiro ponto de que mudanças no processo eleitoral devem ser colocadas numa perspectiva de médio e longo prazo. Ainda que, como foi no passado, havia ali a ciência de uma situação de risco, não é o que vivemos hoje. Hoje há apenas a perspectiva de risco em tese. Existe, em tese, a possibilidade de que algum sistema eletrônico seja violado, mas a gente não tem experiência, não tem casos; não há evidência empírica de que essas experiências tenham acontecido. Então, esse é o primeiro ponto que eu queria trazer.

Mas queria também, para contribuir com esse debate – e muito respeitosamente – lembrar que as Forças Armadas têm inúmeras atribuições da maior importância e grandeza para o país. Isso me parece inquestionável. Mas vale lembrarmos que, dentre as suas competências – e são muitas e importantes, como eu disse –, não se incluem, não há competências explícitas para se assumir o papel de protagonista no debate sobre reformas eleitorais, muito menos de revisor dos resultados da eleição. Há, sim, como bem colocado, na Resolução 23.673, do TSE, a previsão de participação, ao lado de outras instituições, como mais uma instituição fiscalizadora do processo eleitoral. Mas qualquer... E não digo que tenha sido apresentado dessa forma, mas o debate se coloca de uma forma conturbada na sociedade, e muitas vezes se enxerga uma pretensão que extrapola as competências legais, constitucionais das Forças Armadas.

Então, ainda que... Se houver uma pretensão de se tornar um agente, um ator político ou, melhor dizendo, um ator institucional com papel complementar de revisor dos resultados da eleição, parece-me que essa seria uma perspectiva claramente, uma pretensão claramente inconstitucional. Não me parece ter sido essa a proposta colocada hoje aqui, mas é importante que se diga que nós vivemos uma situação que demanda esse olhar atento da sociedade e uma absoluta cautela com a preservação das competências constitucionais e legais de todos os atores institucionais envolvidos.

Temos competências adicionais às Forças Armadas trazidas pela Lei Complementar 97, de 1999, e, naturalmente, elas incluem uma atribuição subsidiária geral de cooperar com o desenvolvimento da nação, com a defesa civil, mas não há, evidentemente, nenhuma prerrogativa expressa de participação ativa como protagonista, como proponente de reformas no modelo eleitoral, no modelo de urna que Brasil utiliza. No modelo brasileiro, entendeu-se que a Justiça Eleitoral deve ser a responsável não só por organizar o processo eleitoral, mas também por julgar eventuais casos e também, claro, uma competência bastante dilatada do modelo adotado pelo Brasil – nem todos os países adotam esse modelo –, a competência de fiscalizar, com a participação do Ministério Público e de entidades de organização dos partidos políticos e de organizações complementares. Mas são papéis complementares: o papel central, parece claro, é o da Justiça Eleitoral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse debate, na perspectiva que eu colocava anteriormente, é de que seja feito de forma dilatada no tempo, com a perspectiva de que no momento do calor eleitoral não se contamine um debate importante sobre a ampliação da segurança das urnas. E parece importante que a gente tenha em vista que outras instituições e outros atores estão mais bem posicionados para esse debate: os próprios Parlamentares, os partidos políticos, a academia, de muita qualidade no Brasil, enfim, e o próprio TSE, entre outros atores.

Portanto me parece importante que as Forças Armadas assumam um espaço proporcional adequado às suas competências e se ausente dessa participação protagonista do debate nacional. Parece-me que há uma diferença entre compor uma comissão instituída pelo Tribunal Superior Eleitoral e compartilhar suas impressões, sua opinião técnica naquele ambiente, isso me parece diferente de uma posição, uma postura de protagonista num debate nacional. Talvez essa confusão venha acontecendo, seja na percepção, seja na condução.

E vai ser oportuno lembrar: o Senador Eduardo Girão abriu esta sessão lembrando – colocou muito bem – que o processo eleitoral não precisa apenas ser justo, mas ele deve aparentar ser justo. Em outras palavras – mas me parece que a ideia é importante que tenha sido essa apresentada pelo Senador Girão –, isso me parece uma reflexão correta. Esse raciocínio nos permite refletir, nos permite trazer que as Forças Armadas são percebidas por uma parte da população como um ator envolvido e interessado na condução eleitoral, talvez pela proximidade e pela presença inédita e com a presença significativa, em grau inédito, no Governo Federal, em cargos importantes, em cargos típicos da política, talvez por essa razão, mas o fato é que há uma percepção por parte da população. E, ainda que não seja essa a intenção – e me parece não ter uma razão para duvidar da palavra do General de que não é essa a intenção de atingir um resultado político-eleitoral –, mas, diante da percepção significativa e com bases muito razoáveis de parte da população, me parece razoável que se espere o seu distanciamento de qualquer iniciativa, seja uma iniciativa mais açodada de mudanças de regras, seja de qualquer papel, como eu disse, protagonista na fiscalização ou na auditoria dos resultados das eleições. As nossas instituições já preveem essas possibilidades, e os atores políticos, muitos atores políticos e institucionais, já têm a possibilidade de apresentar as suas eventuais observações no momento adequado.

Eu estou ciente do meu tempo: tenho poucos minutos para concluir. Queria, por fim, trazer, ou lembrar, ou reforçar que, e me baseando na premissa colocada na apresentação anterior de que não há sistema informatizado imune a risco...

E foi uma frase importante. Se essa é uma premissa correta – e me parece que é –, é também verdade que não há sistema manual imune a risco. Portanto, o que a gente discute... Trata-se, aqui e no debate mais ampliado que faremos ao longo dos próximos anos, de optar pelo modelo de menor risco, com maior confiabilidade, e de buscar constantemente a minimização desses riscos existentes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, eu queria enaltecer ou reforçar – e me parece que já houve essa... –, em alinhamento com a fala anterior... Foram muito importantes algumas medidas tomadas pelo TSE ou agora pelo Congresso, pelo Senado, ao promover este tipo de debate.

Eu queria reconhecer rapidamente, para finalizar, a importância de medidas como a instituição da Comissão de Transparência das Eleições, que trouxe espaço para inúmeras instituições da sociedade civil e instituições relevantes como as Forças Armadas, e como também a instituição do Observatório de Transparência das Eleições.

Eu queria reforçar que me parece estratégica também a antecipação da inspeção dos códigos-fontes nas dependências do TSE. Vejam que, nas eleições de 2022, que se aproximam – menos de 90 dias –, esse período da inspeção começou um ano antes do primeiro turno, sendo que, nos pleitos anteriores, eram seis meses. Então, há uma dilatação significativa desse prazo.

Da mesma forma, a publicação dos códigos-fontes me parece uma medida muito significativa. Nas eleições de 2022, pela primeira vez, três instituições terão acesso a esses códigos fora das dependências do TSE. Portanto, é um projeto piloto de ampliação da transparência, um tema, um campo muito relevante para a Transparência Internacional Brasil, a qual eu represento hoje neste momento.

Por fim, houve a evolução dos testes de integridade. E me parece que foi importante também o reconhecimento do Dr. Marcelo Nogueira de que, de fato, há uma segurança significativa, principalmente contra os riscos externos. Portanto, há evolução dos testes. Nas eleições de 2022, esse número de urnas de amostragem vai chegar a 612 equipamentos, o que é seis vezes maior que o do pleito anterior. E me parece que, nesse sentido, em relação às colocações da equipe técnica das Forças Armadas, integrantes desta Comissão de que há necessidade de se ampliar essa amostragem, não vejo razão para que não se amplie essa amostragem, na medida da possibilidade, mas me parece que já é significativo, que se alcançou um universo grande.

Da mesma forma, nas eleições deste ano, os boletins de urna serão divulgados imediatamente assim que recebidos às 17h no dia da eleição. Então, é possível fazer também, como já é desde 2016, o monitoramento paralelo, o acompanhamento paralelo. É importante que se diga que muitas das organizações da sociedade civil que fizeram esse acompanhamento pararam de fazer o acompanhamento, porque não havia divergências em todas as amostragens que levantavam, ou seja, a contagem paralela da sociedade civil, dessas organizações ou dos partidos em relação ao resultado. As seções eleitorais e as urnas tinham a mesmíssima contagem de votos. Portanto, me parece que isso é algo importante de se ressaltar.

Eu queria parar por aqui, porque cheguei aos meus 20 minutos, mas reforço o agradecimento por convidarem a Transparência Internacional Brasil, a sociedade civil. Eu acho que posso dizer que falo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também em nome de outras organizações que teriam o interesse de ter esta oportunidade, mas agradeço, Senador Eduardo Girão e demais colegas desta mesa, por esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Sr. Michael Freitas Mohallem, representante da Transparência Internacional Brasil, quem tem que agradecer somos nós. Em nome do Senado Federal, eu lhe agradeço a participação aqui nesta sessão histórica do Senado Federal, que busca o diálogo, busca esclarecer, apaziguar. Essa é a intenção.

E o nosso General Paulo Sérgio pediu para fazer um pequeno esclarecimento com relação à fala do Sr. Michael.

Eu quero deixar muito claro: nós vamos conceder tranquilamente, mas quero deixar muito claro que todos os palestrantes ao final... Nós estamos recebendo aqui centenas de perguntas de todo o Brasil. Não vai dar para a gente fazer muitas, mas nós estamos selecionando aqui, há algumas parecidas, para ao final da sessão dar cinco minutos para cada um para as considerações finais e a gente concluir. Eu quero deixar muito claro que nós temos quase 3 mil pessoas assistindo *online* no YouTube do Senado esta sessão. Geralmente, nas sessões aqui do Senado de votação, você tem 200, 300 pessoas. Então, é o interesse. E isso vai ficar no YouTube para pesquisa depois.

A última sessão que nós tivemos aqui, semana passada, já está com 140 mil visualizações – a do ativismo judicial. Então, o Senado está cumprindo o seu papel após um silêncio ensurdecedor, mas finalmente está aqui graças... Eu quero agradecer ao Presidente desta Comissão, Senador Reguffe, aqui do Distrito Federal, que teve a coragem e a ousadia de votar o requerimento que foi aprovado, por unanimidade, para que a gente possa ouvir, a sociedade ouvir os ministros, que até agora não vieram, do Supremo Tribunal Federal e nem do TSE. Mas nós vamos continuar na escalada democrática, vamos fazer outros convites, porque a gente acredita sempre que o bom senso vai prevalecer.

Eu queria registrar a presença da Senadora Maria das Vitórias, que é do Acre. Ela chegou antes de mim aqui – eu lhe peço até perdão. Da última vez, ela chegou antes de mim nesta sessão, foi uma das primeiras pessoas a chegar e está ali assistindo a tudo, anotando. Eu lhe agradeço muito pela sua presença, é uma honra para essa Comissão tê-la aqui conosco.

Também quero registrar a presença da Deputada Federal Bia Kicis. Muito obrigado pela sua presença; a do Deputado Federal Paulo Martins, do Paraná. A Bia Kicis é aqui do Distrito Federal.

Vamos agora imediatamente dar sequência, ouvindo... Aliás, vou lhe conceder, se você puder fazer aí, para não perder o *timing*, não é? E, de forma democrática, a gente passa aqui a palavra.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço as colocações do Sr. Michael de Freitas, colocações muito pertinentes. E eu só reitero aquilo que falei na apresentação. Até fiz um comentário jocoso, que foi o convite às Forças Armadas. E nós, quando somos chamados a alguma missão, a dedicação é exclusiva, a gente vai fundo, estudar, se dedicar, e talvez, por isso, o nobre senhor se refira a protagonismo.

Não queremos protagonismo; nós é que nos engajamos. Talvez até... E aí eu incentivo outras instituições, outros órgãos a se engajarem, seja na CTE, seja como entidade fiscalizadora, para que a gente possa ter mais ideias, mais discussão e assim por diante. Então, o senhor se referiu, por exemplo, a revisor de eleições. Em absoluto, jamais, em tempo algum, seremos revisores de eleições. E tudo que a gente tem feito é seguindo rigorosamente, Senador, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral. Sempre. Talvez, por as Forças Armadas, pela tradição, pela história, pelo nome que têm, terem se engajado mais fortemente nesse processo, a convite... A própria mídia especializada, a grande mídia... Porque tudo que diz respeito às Forças Armadas normalmente aparece mais, e aí dá a impressão de que a gente é o protagonista; o protagonista é o Tribunal Superior Eleitoral, o protagonista é o povo brasileiro, o protagonista é a transparência, a segurança, que a gente tanto quer. Esses que eu penso terem o protagonismo.

Então, era esse o complemento que eu queria passar.

Muito obrigado, Michael, muito inteligentes as suas colocações. Anotei alguns tópicos aqui para a gente poder também trazer essas ideias para o nosso trabalho. Está bem?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) -
Muito obrigado, General Paulo Sérgio Nogueira.

Mais uma vez, multíssimo obrigado, Michael de Freitas Mohallem, pelas suas colocações extremamente serenas, respeitadas, colaborando aqui com esta Comissão, que está ouvindo também a sociedade civil. É importante, porque nós estamos com o auditório lotado aqui; o auditório mais uma vez lotado, da Comissão. Eu acho que é a última – se eu não me engano, é a última – audiência pública antes do recesso que nós estamos fazendo aqui. Eu agradeço a presença de todos. Muitas pessoas mandando perguntas e querendo a oportunidade de falar. Nós vamos ver se no final teremos aí uns dois minutos para conceder um comentário, algo de forma, repito, democrática aqui, para a gente poder levar o maior número de informações e esclarecimentos às pessoas.

Eu já passo imediatamente aqui a palavra ao Delegado Sandro Torres Avelar, que é Diretor-Executivo da Polícia Federal, outra entidade que é respeitadíssima, instituição respeitadíssima pelo povo brasileiro, e que aceitou o convite para este diálogo aqui. Eu agradeço muito a sua consideração, a consideração da Polícia Federal com esta Casa e a sua presença conosco aqui. Muito obrigado.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor tem 20 minutos, se quiser utilizar tudo, para fazer a sua exposição.

O SR. SANDRO TORRES AVELAR (Para expor.) – Senador, nós da Polícia Federal é que agradecemos a oportunidade de estarmos aqui, esta oportunidade de ouvir explanações tão bem-feitas, tão bem colocadas.

Eu tenho para mim, Senador, que a transparência nos protege. E é isto que nós estamos vendo aqui: um debate transparente, colocações técnicas muito bem-feitas. Então, eu acho que nós estamos no lugar correto. Quando a gente se coloca aqui na Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle, é o local certo para a gente travar esse tipo de debate, com a imprensa cobrindo, com Parlamentares de bancadas diversas. Enfim, isso é fundamental para que a gente alcance aquilo que a gente quer, que é debater a fundo e identificar as melhores formas de transmitir essa segurança de que a população precisa e que deseja neste momento delicado que nós estamos vivendo, um momento que não é nem pré-eleitoral, acho que já estamos vivendo, de certa forma, o momento eleitoral.

Senador Girão, agradeço o convite e cumprimento muito o Ministro Paulo Sérgio Nogueira pela apresentação que fez e também o Coronel Nogueira, que fez uma explanação muito bem fundamentada, muito técnica. Quisera eu ter condições de tecnicamente argumentar como argumentaram aqui tanto o Coronel quanto o General. Eu acho que nós estamos no lugar correto para isso. Quero cumprimentar o Deputado Filipe Barros e também o Sr. Michael de Freitas Mohallem falando em nome da Transparência Internacional, que fez considerações muito interessantes também.

Eu reforço que este é o local onde se pode oportunizar o que foi oportunizado por V. Exa. ao trazer aqui uma posição tratada com muita franqueza, com muita clareza, tecnicamente. E isso é o que consta num dos principais tópicos, na minha concepção, que foram trazidos na justificativa para esta reunião, para esta audiência pública, que foi: "Será de grande relevância tomarmos ciência detalhadamente sobre as sugestões que foram oferecidas pelas Forças Armadas, bem como quais os motivos que os levaram a fazê-las". Então, isso que nós estamos tendo aqui hoje é a oportunidade de ouvir as Forças Armadas, que, lembre-se, assim como a Polícia Federal, foram convidadas pela resolução do TSE a fazer parte desse grande organismo de fiscalização que foi criado e que querem naturalmente se fazer ouvir, mas assim, com transparência, através do debate, que é o que se oportunizou aqui hoje nesta Casa.

Conforme eu falei, quisera eu ter condições de debater tecnicamente. Agora, na Polícia Federal, nós temos condições de debater tecnicamente e temos contribuído para isso, temos peritos especializados. Assim como o General Paulo Sérgio fez questão de frisar o currículo, cuja capacidade técnica é inquestionável, nós também temos, na Polícia Federal, colegas de indiscutível capacidade técnica que estão debruçados sobre esse assunto, sempre com o espírito de colaborar. Esse é o espírito, é o espírito colaborativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, na Polícia Federal, eu lembro, nós fazemos não só esse trabalho de análise dos códigos-fonte, também com essa intenção de impedir eventuais ataques cibernéticos, com essa intenção profunda de contribuir para esse processo.

Nós temos também outras atribuições nesse período eleitoral, sobre as quais estamos debruçados também e lidando com as dificuldades pertinentes a esse assunto. Por exemplo, nós somos a Polícia Judiciária Eleitoral. Numa mudança recente da legislação, nós ficamos ainda numa condição de atuar ainda com maior responsabilidade, porque a nova legislação nos impõe as condições para instaurarmos investigações agora de ofício, não mais dependendo de autorização do Poder Judiciário. Isso é uma responsabilidade a mais, é um trabalho a mais, ao qual nós estamos procurando corresponder e haveremos de corresponder, com certeza.

E outra ação sobre a qual estamos debruçados é a segurança dos presidencialistas. É um assunto também de imensa importância e é atribuição da Polícia Federal, não no caso do Presidente da República, porque é o GSI que faz a segurança do Presidente da República, mas no caso de todos os demais candidatos é responsabilidade da Polícia Federal coordenar esses trabalhos, essa é uma atribuição constitucional, e vai fazer, não vai medir esforços, enfrentando todas as dificuldades e, claro, acompanhada das forças de segurança dos estados, dos nossos serviços de inteligência de órgãos federais e estaduais, das Forças Armadas... Enfim, todos nós nos debruçamos sobre esse propósito de garantir eleições limpas e seguras.

Então, Sr. Presidente, eu não vou mais me alongar, mas quero registrar que, com muito orgulho, eu estou aqui representando uma instituição que conta com a credibilidade da população, conta com o respeito da população, e cada vez mais nós nos esforçamos para fazer jus a esse respeito, sem medir esforços para que continuemos a ser uma polícia republicana, uma polícia de Estado, que não protege e que não persegue.

Então, agradeço muitíssimo esta oportunidade e o cumprimento uma vez mais. É um privilégio poder estar aqui, dividindo este espaço e ouvindo pessoas que têm espírito de colaborar, assim como nós também o temos na Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Quem agradece somos nós, Delegado Sandro Torres Avelar, Diretor-Executivo da Polícia Federal, que gentilmente atendeu aqui ao nosso convite para este diálogo fraterno, este diálogo buscando a segurança, a transparência nas eleições, buscando pontos de encontro, para que a gente possa, nesse pleito que se aproxima, ter tranquilidade.

Então, eu vou agora... Nós vamos ouvir agora o último palestrante convidado, que vai fazer a sua exposição, que é o Deputado Federal Filipe Barros, que foi o Relator da PEC do voto auditável, que eu





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falei aqui no início que, por uma – no meu modo de entender; respeito quem pensa diferente – interferência, uma ingerência, um avanço de um Poder sobre o outro, foi mudado na véspera da votação, a partir de uma visita do Ministro Luís Roberto Barroso, então Presidente do TSE.

Coincidentemente, mudou-se ali a composição partidária. Através da reunião dos Líderes, foram mudados ali membros que eram contra, que já tinham se declarado contra, que saíram, e entraram membros... Membros que eram a favor saíram e entraram membros contra a PEC, o que tirou também um pouco o nosso direito aqui, do Senado, de aproveitar o debate da Câmara e sequenciar aqui, fazer, discutir sobre esse assunto. No meu modo de ver, isso não é bom para a democracia, mas é o que temos para hoje. Vamos buscar sempre o diálogo aí, buscar a resolução.

Eu queria avisar que daqui a pouco a gente abre a palavra para os Parlamentares. Vamos só ouvir agora o Deputado Filipe Barros. Muitíssimo obrigado, Filipe Barros, do Paraná; muitíssimo obrigado por ter aceitado o nosso convite aqui da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle.

O senhor tem 20 minutos para a sua exposição.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para expor.) – Obrigado, Senador Eduardo Girão, autor do requerimento de convite para esta audiência pública. Quero cumprimentar também o Dr. Sandro, Diretor Executivo da Polícia Federal, o Ministro General Braga Neto e o Coronel Nogueira, e também o Dr. Michael Freitas, da Transparência Internacional.

E cumprimento também meus amigos, Deputada Bia Kicis, autora da PEC 135, a PEC do voto impresso; o Deputado Paulo Martins, que foi o Presidente da Comissão Especial do Voto Impresso; Deputado General Girão; General Peternelli, Deputado José Medeiros e os demais presentes nesta audiência.

Antes de iniciar minha apresentação, Presidente, Senador Eduardo Girão, eu não poderia começar sem antes rebater respeitosamente alguns pontos que foram colocados pelo Dr. Michael Freitas, da Transparência Internacional. Ele disse, num dado momento de sua fala, que parte desse debate havia sido vencido porque a Câmara rejeitou o voto impresso. E, num momento posterior, ele fala sobre uma suposta interferência, um suposto exagero das Forças Armadas no debate sobre a transparência e a segurança das eleições. Eu gostaria de relembrar a todos que a PEC foi rejeitada na Câmara dos Deputados por uma interferência não das Forças Armadas, mas por uma interferência dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, que saíram do tribunal e foram para dentro da Câmara dos Deputados convencer lideranças partidárias e presidentes de partidos a mudarem os integrantes da Comissão Especial para que a PEC fosse rejeitada. Isso, sim, é interferência. Não compete ao Tribunal Superior Eleitoral esse tipo de interferência no processo legislativo, diferentemente daquilo que acontece com as Forças Armadas, que foram instadas, que foram convidadas a participar desse debate, dentro da Comissão de Transparência Eleitoral, pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante a gente fazer essas premissas para que o debate seja posto sempre dentro daquilo que, de fato, aconteceu, e não dentro de ilações, inclusive alimentadas pela grande mídia. O General Ministro Paulo Sérgio mostrou as resoluções feitas pelo Tribunal Superior Eleitoral que colocam as Forças Armadas como membros da Comissão de Transparência e quais são as atribuições dessa comissão.

Portanto, se houve interferência, não foi das Forças Armadas; a interferência foi do Tribunal Superior Eleitoral, não de todos os ministros, mas nós sabemos os ministros que foram a campo tentar interferir no processo legislativo, numa decisão da Câmara dos Deputados.

O Dr. Michael disse também que nunca houve fraudes, e a pergunta que eu sempre gosto de fazer é a seguinte: nunca houve fraudes ou nunca investigaram possíveis fraudes? Porque nós temos aquele inquérito de 2018, que eu e o Presidente Bolsonaro divulgamos na *live*, inquérito que não estava sob sigilo, diga-se de passagem, e, posteriormente, o Ministro Alexandre de Moraes abriu um inquérito para investigar a divulgação do inquérito de 2018 por mim e pelo Presidente Jair Bolsonaro. E o delegado responsável pela investigação de 2018, quando foi prestar depoimento para a Delegada Denisse – que é a delegada que toca todos os inquéritos do Ministro Alexandre de Moraes, selecionada a dedo, inclusive, para isso –, disse o seguinte – abro aspas: "que, em razão da divulgação da mídia, em novembro de 2018, da suposta invasão aos sistemas do TSE, o Diretor-Geral determinou que representantes das unidades da Polícia Federal e da Superintendência da Polícia Federal fossem até o TSE para participarem de uma reunião com representantes da Secretaria de Tecnologia da Informação para entenderem o que teria ocorrido; que, nessa oportunidade, os policiais, inclusive o declarante, foram informados de que o TSE suspeitava de que a suposta invasão de setembro de 2018 podia ter tido relação com outra suposta invasão que teria ocorrido em abril de 2018; que tais dados sobre a suposta invasão em abril de 2018 não teriam sido comunicados até então para a Polícia Federal".

Ou seja, naquela oportunidade, Dr. Sandro, o TSE soube de uma invasão – em abril – e nem sequer a comunicou à Polícia Federal.

Então, a pergunta que sempre tem que ser deixada, Presidente, Senador Eduardo Girão, é: nunca houve fraude ou nunca investigaram possíveis fraudes, nunca investigaram denúncias de possíveis fraudes? Isso também é importante nós pontuarmos.

E um terceiro ponto, para rebater, respeitosamente, o Dr. Michael Freitas, é sobre os países que ainda utilizam as urnas eletrônicas, porque ele se utiliza do mesmo argumento que o Tribunal Superior Eleitoral e cita vários países que supostamente utilizam urnas eletrônicas como as nossas, quando, na verdade, apenas Brasil, Bangladesh e Butão continuam utilizando urnas de primeira geração, que são as nossas, em que o voto é exclusivamente eletrônico.

Nós temos, por exemplo, a Índia. A Índia utiliza urnas de voto eletrônico? Utiliza. Só que, na Índia, no dia da eleição, todos os partidos políticos escolhem um determinado número de urnas eletrônicas para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nelas serem acopladas impressoras – no dia da eleição. E diversos outros países também assim o fazem, de modo que apenas Brasil, Bangladesh e Butão ainda utilizam urnas 100% eletrônicas.

Então, feitas essas três premissas, eu faço rapidamente a minha apresentação sobre o aprimoramento do nosso processo eleitoral.

Aqui nós vemos que a implementação do nosso sistema eletrônico de votação foi algo gradual: começou em 1996 e só foi atingir a sua universalização em 2000. É curioso... E eu fiz questão de colocar esse primeiro eslaide para demonstrar que, em todo esse período, o Congresso Nacional, por diversas vezes, debateu a implementação do voto impresso ou debateu melhorias no nosso sistema eletrônico de votação. Mesmo antes de universalização do voto eletrônico em 2000, o Congresso Nacional, portanto, os legítimos representantes do povo brasileiro, atendendo aos anseios da população, sempre desconfiou e quis um aprimoramento no nosso sistema.

E quem, ao longo desses anos, quer o voto impresso? Quem defendeu o voto impresso?

A primeira lei aprovada, cabe lembrar, foi do Senador Roberto Requião, à época do MDB, hoje membro do Partido dos Trabalhadores. Esse projeto foi aprovado. Nós tivemos, em 2002, a primeira experiência com o voto impresso, em que muitos professores, doutores e pós-doutores, oriundos das nossas universidades públicas, que acompanharam o teste de 2002, com o voto impresso, relataram, nas audiências públicas da comissão especial, que o TSE boicotou e fez de tudo para dificultar a implementação do voto impresso em 2002, de modo que, em 2003, graças a mais uma interferência do TSE, o Congresso revogou a lei que havia sido recentemente aprovada em 2002, revogando o voto impresso.

Outras leis e projetos que leis que dispõem sobre o voto impresso. Nós tivemos aqui o Projeto de Lei nº 5.498, de 2009, de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, cujos signatários pertencem aos mais diversos partidos: MDB, PT, PSDB. Foi a minirreforma eleitoral, e ali esteve presente o voto impresso, no art. 5º.

Outros projetos de lei também, outros Deputados do Partido dos Trabalhadores, MDB, PR.

Esse é um projeto de lei, à época, do ex-Deputado José Dirceu, que, posteriormente, virou Chefe da Casa Civil do Partido dos Trabalhadores, em que ele, inclusive...

Apareceu alguma coisa aí. Se puder... Essa pesquisa do Ministro Edson Fachin não tem nada a ver comigo, viu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR) – Na justificativa desse projeto de lei do ex-Deputado José Dirceu, ele afirma categoricamente – e esse projeto de lei é de 1999 –: "Não existem garantias plenas de que o voto digitado pelo eleitor realmente é idêntico àquele totalizado pelo sistema eletrônico de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apuração". E ele afirma ainda "que o sistema eletrônico de votação é passível de falhas e de fraudes, exigindo-se, dos eleitores e dos partidos, um nível de confiabilidade exclusivamente subjetiva". Isso quem disse não fui eu, não foi o Presidente Jair Bolsonaro; foi o ex-Deputado, preso inclusive, o Deputado José Dirceu.

O Suplicy também já defendeu o voto impresso.

Em pesquisa recente, feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, de zero a dez, os entrevistados dão nota cinco para as urnas eletrônicas, mas, quando nós pegamos para ver, de fato, a pesquisa – vejam isso, Prof. Felipe Gimenez, aqui presente – 20% da população deram nota zero às urnas eletrônicas – 20%, Senador Eduardo Girão, é uma parcela considerável da população –, e outros 18% da população deram nota de um a quatro, ou seja, metade da população não confia nas nossas urnas eletrônicas.

Aqui um rápido trecho de um artigo feito pelo jornalista Reinaldo Azevedo, em que ele elogia, em 2014, a conduta do PSDB em pedir auditoria. Diz ele: "Considerando que se trata de uma urna e de eleição, e não de uma usina nuclear, é justo que o eleitor queira saber mais a respeito".

Esse assunto, Deputado Paulo Martins, não pertence ao Presidente Jair Bolsonaro, não pertence a mim, não pertence a um partido político; esse assunto pertence ao povo brasileiro. As eleições, afinal de contas, pertencem ao povo brasileiro. Aqueles que defendiam o voto impresso tempos atrás simplesmente deixaram de defender recentemente por uma simples razão, porque o Presidente Jair Bolsonaro virou Presidente e passou a defender mais incisivamente a transparência e a segurança nos nossos sistemas eleitorais. Mas esse é um assunto que sempre esteve presente em todos os partidos políticos.

E o que dizem os especialistas? Eu acho que talvez a palavra que a gente mais tenha escutado na pandemia seja "ciência": ciência, ciência, especialistas, ciências. Eu gostaria de ver esse mesmo empenho em falar sobre ciência do Tribunal Superior Eleitoral, porque, se existe um consenso científico hoje, é o de que as nossas urnas são ultrapassadas e são vulneráveis.

Está aqui uma entrevista do Prof. Diego Aranha, talvez um dos grandes professores que tenha, junto com sua equipe, participado dos testes públicos de segurança. Inclusive, nesses testes públicos de segurança, que o Tribunal Superior Eleitoral sempre minimiza, inúmeras vulnerabilidades foram encontradas. Conseguiram quebrar o sigilo do voto, conseguiram explorar vulnerabilidades, as mesmas vulnerabilidades por mais de uma vez, nos testes públicos de segurança. Ele é uma das grandes referências sobre esse assunto, assim como o Prof. Amílcar Brunazo, que está acompanhando esta audiência; o Prof. Pedro Rezende, que é daqui de Brasília; e inúmeros outros professores.

Fazendo um rápido parêntese aqui – aqui continua a entrevista, eu não vou ler essas perguntas e respostas, a entrevista é pública –, a Profa. Rebecca Mercuri, que é Ph.D. na Universidade da Pensilvânia, foi a criadora das chamadas urnas de segunda geração, aquelas urnas em que o voto é eletrônico, mas é também impresso, caso haja necessidade de conferência do voto. Ela diz o seguinte:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sistemas de votação baseados em computador oferecem promessas de fácil acessibilidade e rápida tabulação em troca de uma variedade de riscos que nem existiam ou que são piores que aqueles encontrados em sistemas de votação manual. Alguns problemas, como os que envolvem fraudes em larga escala, travamento do sistema e a incompatibilidade do voto secreto com auditoria da apuração, são inerentemente sem solução.

Essa é uma grande professora, talvez uma das grandes referências mundiais hoje sobre esse assunto. Portanto, é a ciência falando.

Eu quero aqui, aproveitando esse eslaide sobre a Profa. Rebecca Mercuri, dizer o seguinte: muito se compara o nosso sistema atual com o sistema passado de cédulas manuais de votação. Nunca pretendemos, na PEC, retornar àquele sistema, apesar das inúmeras *fake news* divulgadas pelo próprio Ministro Luís Roberto Barroso, pelo TSE, de que nós estávamos pretendendo voltar ao voto em cédulas de papel. Eles sempre se utilizam de um argumento, que foi até rapidamente utilizado também pelo Dr. Michael, de que o sistema manual seria mais inseguro do que o sistema eletrônico, o que é uma falácia, porque, no sistema passado, Deputado Paulo Martins, com as votações em cédula, de fato ocorriam problemas e fraudes pontuais, muitas fraudes pontuais, só que essas fraudes, Dr. Sandro, não conseguiam ter o condão de alterar o resultado de uma eleição em larga escala, não conseguiam alterar o resultado de uma eleição presidencial, por exemplo, porque haveria de ter uma grande conspiração de milhares de mesários para que uma fraude pudesse mudar o resultado de uma eleição presidencial. No nosso sistema eletrônico de votação, é o contrário: basta uma única pessoa, de dentro ou de fora do TSE, para alterar todo o resultado de uma eleição.

Então, é fato: o sistema eletrônico nos traz benefícios, como a agilidade, etc., mas também nos traz mais responsabilidade e nos traz mais insegurança, porque qualquer falha pode ter um resultado numa eleição em nível nacional. E é por conta disso que a academia criou o termo chamado "independência do *software*". Eu não sei se eu cheguei a colocar aqui, na apresentação, o termo "independência do *software*", mas, de qualquer modo, eu vou falar sobre ele agora.

A independência do *software* diz basicamente o seguinte: que falhas não detectáveis no *software* não podem causar falhas não detectáveis no resultado da eleição, ou seja, se o *software* da urna tiver uma falha, intencional ou não, nós temos que ter instrumentos que não dependam desse *software* para auferir o resultado daquela eleição, para garantir que aquela eleição tenha ocorrido dentro do processo de lisura e de normalidade necessário. E foi com base nesse princípio que a academia criou a partir dos anos 2000, aproximadamente, que todos os países democráticos do mundo passaram a utilizar as urnas de segunda geração e deixaram de utilizar as nossas urnas eletrônicas, as urnas em que o voto é exclusivamente eletrônico.

Nós temos um sistema hoje que depende 100% do *software*, que depende 100% de uma fé cega naqueles que estão dentro do Tribunal Superior Eleitoral. E não é qualquer falta de respeito eu dizer para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos vocês que a democracia se constrói na desconfiança. Eu não sou obrigado a confiar nos técnicos do Tribunal Superior Eleitoral. Eu não sou obrigado a confiar que o meu voto será registrado, apurado e totalizado corretamente por pessoas que eu não sei nem quem são. Eu, como eleitor, portanto titular do meu voto, tenho o direito de saber se o meu voto foi registrado corretamente, se foi apurado corretamente e se foi totalizado corretamente, sem precisar confiar em qualquer outra pessoa estranha a esse processo.

Eu faço sempre questão de citar esse relatório da Universidade de Nova York encabeçado pelo Prof. Ronald Rivest, que talvez seja hoje o pai da criptografia moderna. Nesse estudo que eles fizeram recentemente, eles avaliaram três sistemas distintos de votação: as urnas DRE, que são as nossas urnas; as urnas de segunda geração, em que o voto é eletrônico somado com a impressão do voto; e também as urnas com leitoras óticas, que é aquele modelo em que o eleitor vota numa cédula e em que depois uma leitora ótica lê aquela cédula, apura e totaliza aquele voto. Eles estudaram e fizeram uma avaliação e identificaram 120 possíveis fraudes de acontecer dentro desses três sistemas de votação. E, dentro desses 120 possíveis modelos de fraude, eles identificaram qual seria a fraude mais fácil de acontecer. E a fraude mais fácil de acontecer é aquela que envolve as nossas urnas, as urnas DRE, as urnas de primeira geração, porque basta um menor número possível de pessoas para que uma fraude aconteça numa escala maior. Mais uma vez, isso é a ciência; isso é a academia; isso são os especialistas falando.

Rapidamente, no tempo que me resta, vou falar sobre a cadeia de custódia do voto, ou seja, as fases de votação.

Antes das urnas eletrônicas, nós tínhamos cada um dos processos de votação muito separado e delimitado. A partir das urnas eletrônicas, nós concentramos dentro do *software*, dentro da urna eletrônica, todas as fases da cadeia de custódia do voto. Então, nós temos a primeira fase que é o registro do voto, que é o momento em que o eleitor, na sua individualidade, garantido o sigilo do exercício do voto, se dirige até a urna eletrônica e digita sua manifestação de vontade. Esse é o registro do voto. A segunda fase é a apuração, que é a soma dos votos em uma determinada urna eletrônica. E a terceira fase é a totalização, que é a soma de todos os votos de todas as urnas eletrônicas.

É curioso eu dizer isto para vocês, mas, apesar de, na década de 1990, nós termos sido uma grande referência no processo de informatização do voto – e hoje nós já estamos atrasados porque estamos só junto com Bangladesh e Butão –, o Brasil foi o único país do mundo que informatizou todas as três fases para dentro da urna eletrônica. Todos os outros países que informatizaram, num dado momento, os seus processos eleitorais não informatizaram os três processos. O Brasil não! Informatizou o registro do voto, a apuração e a totalização, de modo que a urna eletrônica e o seu *software*, obviamente, é que fazem todo esse processo dessas três fases da votação.

A independência do *software* era exatamente isso que eu falava para vocês, cuja solução também é um consenso científico. Qual é a solução para isso? É o eleitor conferir com seus próprios olhos o seu voto através da impressão do voto. Isso é um consenso científico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, rapidamente, é a PEC 135, de 2019, de autoria da Bia, da Deputada Bia Kicis. O primeiro texto que nós fizemos de relatório... Eu usei como base – prestem atenção nisto, porque é importante –, nesse primeiro texto, um artigo científico feito pelos próprios servidores do Tribunal Superior Eleitoral, assinado pelo servidor Rodrigo Coimbra, que é um servidor do Tribunal Superior Eleitoral ainda hoje, em que eles afirmam aquilo que seria necessário construir para a implementação do voto impresso. Esse artigo científico foi publicado e elogiado, à época, pela academia, etc. Eles publicaram esse artigo quando da última aprovação do voto impresso pelo Congresso Nacional, e eu simplesmente peguei esse artigo científico feito pelo Tribunal Superior Eleitoral e o traduzi sob forma de um substitutivo à PEC da Deputada Bia Kicis. O que eu percebi, Ministro General Paulo Sérgio, é o seguinte. O TSE sempre se apega a detalhes técnicos, não é? Então, eu peguei aquilo que eles próprios haviam sugerido, e depois disse o próprio TSE: "Ah, não! Isso não dá para fazer. Veja, isso é impossível. Isso vai causar problema. Isto aqui, se for de outra maneira, a gente consegue fazer. Desse modo que você está propondo não é possível fazer". Então, nós ficávamos discutindo num emaranhado técnico.

O debate técnico é importante, o debate científico é importante – nós estamos fazendo isso aqui; eu até, agora, falei sobre essas questões técnicas e científicas –, mas também é preciso caminhar ao lado do debate técnico com outro debate, que é o debate jurídico: o direito do eleitor. A eleição é do eleitor, não do TSE.

Quando eu percebi que a PEC não avançaria por esses detalhes técnicos e por essa interferência indevida do Tribunal Superior Eleitoral na Câmara dos Deputados, eu parti para outro texto, trazendo conceitos jurídicos, trazendo como se dava – isto o próprio Prof. Felipe Gimenez falou e fala por diversas vezes – aquilo que é direito do eleitor.

Recentemente – já estou partindo para o final da minha apresentação –, veio a público aquela fala do Ministro Barroso dizendo o seguinte: "Olhem, eles pretendiam a contagem manual dos votos". Para quem estudou direito, a gente sabe que isso se chama falácia do espantalho. Então, ele coloca o espantalho – na política, é o chamado bode na sala – ou o bode na sala, para depois alguém tirar o bode, e, enquanto isso, ele vai fazendo outras coisas. O Ministro Barroso diz isso, até em tom pejorativo, como se o eleitor não tivesse a prerrogativa e o direito de saber se o seu voto foi apurado corretamente.

Aqui eu quero relembrar o ocorrido nesta Casa em 2019, quando da eleição da Mesa diretiva do Senado Federal, em que houve, possivelmente, uma tentativa de fraude naquela eleição, em que uma cédula a mais foi identificada. E essa cédula a mais só foi identificada, porque a apuração das cédulas era pública. Os Senadores contavam os votos para o Brasil inteiro ver! (*Palmas.*)

Agora, imaginem a situação: o próprio Senador que acrescentou a cédula a mais na urna entra para dentro dessa sala, volta e diz que o resultado da contagem foi esse; a gente diz que a gente discorda e quer conferir, mas ele diz que não pode conferir e que o resultado é esse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A apuração é e deve ser essencialmente pública, para que o eleitor tenha a certeza e a garantia de que o seu voto foi registrado corretamente, de que o seu voto foi apurado corretamente e, por final, de que seu voto foi totalizado corretamente.

Houve essa mudança de perfil dos meus relatórios.

Sobre dificuldade de implementação, nós já sabemos.

E, só para finalizar nestes dois minutos que me sobram, esse foi um ofício que o próprio Tribunal Superior Eleitoral nos respondeu, à época da Comissão do Voto Impresso, em que eles afirmam que, das aproximadas 500 mil urnas que são utilizadas nas eleições, um número próximo de 225 mil urnas já está apto a receber a impressora ao seu lado. Elas estariam aptas. É claro que não tem a impressora, mas tem toda a estrutura necessária para que seja acoplada ao seu lado a impressora.

Então, faço um resumo.

O Congresso busca aprimorar o processo eleitoral mediante a adoção do voto impresso antes mesmo da universalização da urna eletrônica. A implementação do registro impresso de voto soluciona o problema levantado pelo então Deputado José Dirceu de que “não existem garantias plenas de que o voto digitado pelo eleitor realmente é idêntico àquele totalizado pelo sistema eletrônico”; resolve também grande parte das questões apontadas pelos especialistas, brasileiros ou não; e, por fim, vai ao encontro do anseio de significativa parcela da população brasileira.

Essa é a minha apresentação, Senador Eduardo Girão, a quem mais uma vez agradeço a possibilidade de estar aqui falando com todos vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Muiíssimo obrigado, Deputado Federal Filipe Barros, pela sua presença aqui, por ter aceitado esse convite. Estava com agendas no seu estado e resolveu dar uma modificada para nos atender, mostrando, então, respeito a esta Casa. Eu lhe agradeço muito por isso.

Eu compreendo, de forma muito respeitosa o seu desabafo. A gente vê. Eu sou um Parlamentar que também ando nas ruas, vou aos mercados, vou às feiras, e, por onde eu ando, o cidadão de bem está incomodado com essa situação de alguns de nossos respeitosos ministros irem ao exterior fazer palestras com teor político, falar inclusive em verdades, como foi colocado... Não sei se foi em Oxford, se foi em Nova York ou em Lisboa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Foi em Oxford, então, que se falou do que seria a contagem manual. Não foi isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – E não vêm, não atravessam a rua; vão ao exterior, preferem fazer palestras no exterior e não atravessam a rua para vir aqui. É a segunda audiência que a gente está fazendo, querendo debater. Você tem dúvida que alguém vai destratar? Jamais! Olha o clima disso aqui: sereno, tranquilo, não é? Nós estamos buscando aqui o diálogo, o entendimento.

E olha só, eu quero repetir, são três pontos, pelo que eu entendi. Foi muito didático aqui. São três pontos que estão fugindo aí desse entendimento para se resolver a questão. Três pontos, que me pareceram pontos simples, objetivos e de resolução tranquila. Agora é a questão da boa vontade, da humildade. E a gente acredita sempre na capacidade de reflexão do ser humano para um bem maior e pela democracia.

Se fala tanto em democracia, não é? Se fala tanto em democracia, e a disponibilidade, na prática, para o diálogo, a disponibilidade para que se possa conversar e encontrar um caminho? A política, eu tenho aprendido aqui, é a arte da boa convivência e de buscar caminhos. Cede ali, aqui, mas vamos buscar a coisa. Então, eu espero que a gente consiga isso. É o que o brasileiro, o cidadão de bem quer.

Eu queria já passar a palavra aos Parlamentares. O Senador Espiridião Amin pede a palavra, e eu já imediatamente passo a palavra aqui de Brasília para Santa Catarina.

Muito obrigado pela sua presença, Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, prezado amigo, Presidente desta sessão que eu considero histórica.

Quem passou por aí foi a minha neta. Eu penso muito na neta e nos meus netos quando discuto sistema eleitoral, porque eu quero uma democracia para sempre em aperfeiçoamento.

O senhor usou agora, com muito mais elegância, a frase que eu proferi na nossa última reunião: há pessoas investidas de grande responsabilidade que preferem dar entrevistas, muitas vezes faltando com a verdade nas suas afirmações, do que atravessarem a rua – em uma linguagem figurada – para debater com a Casa, cujos representantes, atuais ocupantes do Senado, viabilizaram as suas nomeações, tornaram possíveis. Nunca mais, o.k.? Em *recall* nem pensar, entrevistas... Por exemplo, e aí eu vou me cingir, cumprimentando a todos os palestrantes, à parte final da exposição do Deputado Filipe Barros, quando ele citou a Profa. Rebecca Mercuri e a expressão travamento, travamento que pode ocorrer nas urnas eletrônicas, especialmente de primeira geração. Foi isso que aconteceu na urna da Sessão 458, da cidade de Içara, Santa Catarina, em 2014: 287 eleitores já tinham votado – a urna tinha uns 420 eleitores. A todos esses votos foi dado perdimento por sentença transitada em julgado. Urna 458, cidade de Içara, Santa Catarina, 2014.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi por isso que, em 2015, na Comissão da Reforma Política, presidida pelo atual Senador, então Deputado, querido amigo, Marcelo Castro, o então Deputado Jair Bolsonaro apresentou emenda para que fosse acoplada à urna não para fins de contagem, mas para fins de auditabilidade do voto, a que este modelo de urna não satisfaz. Em outras palavras, foi isso que o Deputado Filipe Barros descreveu e é esse o ponto que eu considero. Sempre que se vai debater, alguém diz: "Querem voltar ao voto impresso, em cédula. Querem fazer a contagem manual dos votos". Eu tenho insistido sempre nisto: a auditabilidade do voto, ou seja, aquilo que o então Deputado José Dirceu pedia em 1999, que a Polícia Federal pediu no relatório de 2 de outubro de 2018, no item 13 do relatório de 2018, é isto que se reclama: a possibilidade de auditar. Se o voto computado eletronicamente por amostragem, pelo menos, como se faz na Índia – o Deputado Filipe Barros foi muito feliz ao trazer esse exemplo –, por amostragem aleatória, claro, como toda amostragem... Olha, no dia da eleição, se acopla o equipamento às urnas e estas vão ser auditadas para saber o quê? Se aquilo que é computado eletronicamente e totalizado eletronicamente corresponde materialmente ao voto que, para fins de auditoria, foi computado, impresso e não entregue ao eleitor, mas que ele viu, ele sabe, ele conferiu e os auditores poderão conferir por amostragem.

É isso que nos falta, como falta também acreditar que a urna é um grande benefício – a urna eletrônica. Santa Catarina foi pioneiro, o estado pioneiro nisso. Agora ela não é um ente perfeito, muito menos divino. Ela é uma ferramenta, que é vulnerável e, acima de tudo, aperfeiçoável, assim como todos os instrumentos, inclusive os legais, que tornam o processo eleitoral o fundamento da democracia por permitir a expressão da vontade do povo e, portanto, a entrega da rédea, da representatividade do governo a quem é votado. Então, eu me congratulo com a iniciativa e insisto nisto: auditabilidade do voto é algo que nós temos que conquistar e aperfeiçoar. E me congratulo com todos os que participaram.

Eu me restrinjo a essa observação, Presidente, até porque eu não sou palestrante, eu sou um participante que aplaude a iniciativa e gosta do contraditório. Eu não tenho medo do contraditório, eu não tenho medo de aprender.

Se um ministro do TSE se dignasse a participar de um debate como este, ele poderia sanar muitas dúvidas. Ao não participar, ele amplia as dúvidas. No que a gente tem razão, quem tem razão não foge do debate e da controvérsia.

Por índole, já lhe falei do meu avô materno. Eu acho o contraditório fantástico, assim como acho que a curiosidade é que fez com que a humanidade se movesse.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) –
Muitíssimo obrigado, Senador Esperidião Amin, um dos Senadores mais sábios que a gente tem aqui no Senado Federal, uma referência para todos nós, muito experiente e sempre participando, buscando a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, buscando o diálogo. Foi muito boa a sua colocação e um aprendizado. É muito importante a gente poder esclarecer e levar informações à população, neste momento, para sanar as dúvidas.

Convidamos, repito, quem ligou agora, quem assiste, o Presidente do TSE, da mesma forma com que nós convidamos, na semana passada, os Ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes para dialogarem sobre o flagrante ativismo judicial que a gente está vendo no Brasil e que está inquietando a todos. Infelizmente, não tivemos a presença deles, mas tivemos um debate de altíssimo nível, com juristas renomados do país, entre eles, o conterrâneo do Senador Esperidião Amin, o Desembargador Fernando Carioni; também o Dr. Ivan Sartori, ex-Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; e o Dr. Ives Gandra Martins. O Dr. Ives Gandra é um grande constitucionalista, um homem sábio e que deu um jeito para, mesmo virtualmente, participar conosco daquela sessão histórica, que quem não assistiu pode acessar pelos canais do YouTube do Senado, porque está lá na íntegra. Foram quase quatro horas de debate. E eu aprendi bastante, porque todo dia a gente aprende uns com os outros, e é na divergência que a gente aprende mais, não é?

Eu passo a palavra aqui imediatamente – ela foi citada algumas vezes – à Deputada Bia Kicis, que é autora da PEC do voto auditável.

Eu queria combinar, passando a palavra aos Parlamentares inicialmente, depois... Já recebi aqui as inscrições. Vamos ver se a gente consegue ouvir o cidadão que está aqui, que veio participar desta audiência, mas eu queria combinar se daria para a gente fazer três minutos, os Parlamentares, com a tolerância de dois, para ficar cinco. Fechou? (*Pausa.*) (*Risos.*)

O.k.

Muito obrigado, viu, Deputada? Tudo de bom.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para expor.) – Bom dia.

Muito obrigada, Senador Eduardo Girão, querido amigo, que preside esta reunião. Quero cumprimentar o nosso Ministro da Defesa, General Paulo Sérgio, e cumprimento todos os demais da mesa por conta da restrição do tempo. Tenho que cumprimentar o Deputado Filipe, que foi o Relator da PEC.

Bom, eu acho que esta audiência é muito importante, e nós vamos ter que aprofundar muito no que está sendo dito aqui ainda, porque esta audiência não será suficiente para que a gente atinja o nosso objetivo, que é o de transparência, porque hoje nós estamos vivendo um momento em que a gente se sente até, de certa forma, coagido, porque, pelo simples fato de você buscar falar sobre o tema, você duvidar, você chega a ser intimidado. E eu digo isso, como Parlamentar, como autora da PEC, que a gente tem sofrido perseguições, seja por parte da mídia, seja por parte até mesmo de integrantes do TSE que nos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acusam de querermos provocar um debate antidemocrático, de querermos desafiar as instituições. Então, eu considero que nós estamos vivendo um momento extremamente grave, Presidente Eduardo Girão.

Bom, eu tenho aqui, trouxe aqui, apenas para exemplificar, dois cadernos que têm denúncias, nos quais constam denúncias. É, eu vou ler aqui, começando o primeiro... Mas esses cadernos, esses dois cadernos me foram entregues por eleitores de Minas, de Minas Gerais. Somente aqui, várias denúncias de dificuldades – eu vou chamar assim –, dificuldades que o eleitor encontrou ao ir votar; por exemplo, quando chegava para votar, ele era informado que ele já havia votado. Ele dizia: "Não, mas eu não votei!". E, assim, senhoras, pessoas, pessoas decentes. Não estamos falando aqui de estelionatários, fraudadores; são cidadãos, eleitores que se dão ao trabalho de sair da sua casa para votar; chegavam lá e recebiam a notícia de que já haviam votado.

E aí eles informam, levam para a polícia. E aí a polícia fala: "Ah, você não chamou na hora, a gente não tem...". E aí vai para a Justiça e, para todos esses casos, invariavelmente, qual é a resposta? Eles mandam arquivar, a Justiça Eleitoral manda arquivar, dizendo que não tem como comprovar algo que aconteceu algumas horas... Não tinha como comprovar.

Então, isso já mostra que o sistema é, sim, vulnerável. E eu não estou aqui dizendo se foi fraude, o que foi que houve.

Antes de ontem à noite, aqui, na Câmara dos Deputados, os dois sistemas redundantes falharam ao mesmo tempo. A sessão teve que ser suspensa, e a gente até fica: "É, o único sistema que nunca falha é o sistema eleitoral do TSE". Porque qualquer outro equipamento, qualquer outro sistema é passível de dar problema.

E aqui a gente pode levantar, sim, a suposição de fraude, porque o sistema eleitoral tem a participação de pessoas, e pessoas são corruptíveis. Então, nós sabemos e temos informações, pelos técnicos, pelos estudiosos, pela academia, de que a fraude pode ocorrer dentro e fora.

Pode ocorrer de dentro do TSE e pode ocorrer por fora, porque não é o fato de dizer que a urna não está ligada à internet que não possa haver um *hacker* que consiga entrar no sistema, tanto é que isso aconteceu no inquérito, que depois acabou se tornando sigiloso, que foi, antes disso, revelado pelo Presidente da República e o Deputado Filipe Barros, que corria na Polícia Federal. E, estranhamente, o TSE não comunicou a existência dessa invasão do sistema.

Então, é legítimo, sim, a gente desconfiar. Eu represento milhões de eleitores que desconfiam. No ano passado, eu fiz uma campanha durante a tramitação da PEC, uma campanha pelo voto auditável. Em três semanas, nós já tínhamos milhares de pessoas, milhares de pessoas que haviam se inscrito e se cadastrado para dizer que estavam dispostas, sim, a lutar pela transparência eleitoral. Em três semanas, 500 mil pessoas, 500 mil brasileiros do Brasil inteiro. Isso mostra, só confirma aquela pesquisa de que o brasileiro não confia, pelo menos uma boa parcela. E o TSE erra ao se colocar como o destinatário do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processo eleitoral. Ele não é o destinatário, ele é um servidor. Todos os agentes, seja ministro, seja servidor público, são servidores públicos que têm que servir a população. Então, se nós temos uma população que não acredita no sistema, a função dele seria vir, explicar, esclarecer, ouvir quais são as dúvidas e sempre implementar uma melhora no sistema.

Então, aqui, para não me alongar mais, eu quero dizer que esse debate é muito importante, mas nós temos muito o que avançar. E que o brasileiro, sim, espera que as Forças Armadas, pela *expertise* dos seus técnicos, possam colaborar. Nós não queremos que as Forças Armadas sejam afastadas do processo. Nós queremos a participação das Forças Armadas para trazer o mínimo de segurança para essa angústia que hoje habita a mente, a consciência, o coração dos brasileiros com relação ao sistema eleitoral.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muiíssimo obrigado, Deputada Federal Bia Kicis, que foi a autora da PEC do voto auditável. Muito obrigado pela sua presença aqui. Pode ter certeza de que, se depender deste Parlamentar, nós vamos, eu vou dar o meu melhor, no limite das minhas forças, pelo diálogo, pelo bem da democracia. Então, a gente sabe que esse é um assunto que está em todas as camadas sociais e que as pessoas estão realmente querendo respostas. O Senado está iniciando essa jornada aqui, mas tudo acontece na hora certa, e nós vamos fazer o nosso papel.

Eu queria, primeiro, registrar a presença do Deputado Coronel Armando aqui nesta Casa. Muito obrigado por sua presença, daqui a pouco a gente lhe passa a palavra, e também do Senador Wellington Fagundes, que esteve conosco aqui acompanhando.

Já passo a palavra, imediatamente, ao nosso querido ex-Senador da República e hoje Deputado Federal José Medeiros. Muito obrigado por voltar! O bom filho à casa retorna, como se diz, não é?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT. Para expor.) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão, em nome do qual cumprimento a todos da mesa, em nome da celeridade.

Vou ser bem sucinto aqui, quase um Twitter em cada tópico.

Respeito ao Congresso Nacional. Tenho, lamentavelmente, de dizer que hoje não há respeito por parte do TSE ao Congresso Nacional. Não é de hoje.

Assim que o voto impresso foi aprovado pela Câmara e pelo Senado; depois, vetado pela Presidente Dilma; derrubado o veto pelo Congresso Nacional; e sancionado, eu comecei a ver o TSE se preparando – inclusive, o Filipe relatou aqui sobre esse artigo que saiu –, chegaram a fazer algumas urnas, mas, daí a pouco, eu vi começar a costear o alambrado do desrespeito ao que foi votado aqui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi uma entrevista daquele servidor que sempre aparecia falando em nome dos técnicos – eu ainda estava no Senado –, dizendo o seguinte. Perguntaram sobre a implementação e como seria a votação, e ele falou: "Não, a gente não tem certeza ainda se esse sistema será implantado". Na época, eu subi à tribuna do Senado e falei: "Como é que é? Como é que é? O senhor não tem certeza se o sistema vai ser implantado? Quer dizer que vocês estão cogitando desrespeitar o que foi votado pela Câmara, pelo Senado e ratificado pelo Congresso Nacional?". Pois foi o que aconteceu. Foram costeando o alambrado, costeando o alambrado e, daí a pouco, pularam a cerca. Usaram o STF, e nós precisamos mudar isso. Tem que acabar com essa simbiose de um ministro mandar um ofício para ele mesmo lá no STF pedindo para ele julgar uma coisa que ele pediu aqui... Que ignomínia é essa? Bom, então, não há respeito. Vamos colocar aqui que não há respeito, por tudo que o Filipe colocou aqui.

O ministro confessou lá em Oxford – e eu gosto da fleuma com que o Ministro Barroso fala: "Eu evitei", não é? Ele salvou o país da volta ao voto em papel. A sorte é que o brasileiro tem sangue latino, dois explodiram lá no plenário e falaram: "O senhor está mentindo". E ele falou: "Olha, o problema do brasileiro é a descortesia, é a falta de...". Mas, num momento desse, o que resta ao cidadão, diante de uma coisa daquela?

Bem, os ministros têm falado e falado muito. E agora eu vou falar para eles: Ministros, eu sei que os senhores estão assistindo. Os senhores não vieram aqui, mas eu sei que estão em conferência assistindo a esta sessão aqui com avidez, sorvendo cada palavra e balançando a cabeça a cada vez que não concordam – e devem ter balançado muito.

Mas vamos lá! Sobre a interferência: isso dá *impeachment*, isso é *impeachment*! Mas é incrível como o respeito à Casa não há nenhum mais. Sabe por quê? Isso me faz lembrar – me perdoem os ministros – daquela parábola do juiz iníquo, que a Bíblia diz que ele não tinha nada e nem ninguém. Nós chegamos a esse ponto por quê? E agora vai o *mea culpa*. Eu falei isso quando eu estava no Senado ainda. Quem se comporta como verme não pode reclamar quando é pisado. O Congresso brasileiro se comportou como verme, foi se abaixando, se abaixando, se abaixando, e hoje os ministros descobriram: "Eu posso pisar, eu posso nem ir lá". Do Senado inteiro, poucos Senadores se levantaram. E aí eu quero dizer que a viagem que eu fiz em campanha lá para o Ceará para dar apoio ao Senador Eduardo Girão valeu a pena. (*Palmas.*)

O senhor representa os anseios da população brasileira.

Mas vamos à confiabilidade das urnas. Tem um fato interessante. Eu fui candidato à Presidência do Senado aqui contra o Eunício de Oliveira, um colega Senador aqui. À época, quando se colocou a urna eletrônica, eu chiei, e alguns Senadores ainda brincaram comigo e falaram: "Por quê? Você está com pretensão de ganhar de Eunício?" Eu falei: "Não, mas eu quero saber quantos votos eu tive – que seja um, eu quero saber".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, o Presidente era o Senador Renan Calheiros – isso está no YouTube; se vocês puxarem, vocês vão ver.

O Senador Renan Calheiros anuncia o resultado da eleição antes de ter apurado a urna: "Quero parabenizar o Senador Eunício pela vitória e tal". Eu falei: "Renan, o que é isso?". "É que era natural que ele ganhasse". Que natural que ele ganhasse? E quem disse isso? Era natural que Bolsonaro ganhasse a eleição? Não, parecia que não; ganhou.

Então, o que acontece? O que a gente percebe é que essa confiança parece que não era cega, porque, na eleição seguinte, que Renan disputava com Davi, a eleição foi no papel.

Bem, agora, o que é impressionante é o seguinte: como se fala democracia neste país. A democracia, a democracia, a democracia, a democracia, a democracia, o ataque à democracia e tal. Olha, isso passou a ser falado desde que Lula foi preso, e parece que canonizaram: Lula é igual à democracia; PT é igual à democracia – ou seja, qualquer coisa que desagrade é um ataque à democracia.

Democracia pressupõe e se sustenta em alguns pilares. Aliás, num só, ao meu ver o mais forte de todos: é a Constituição, o respeito a ela. A partir do momento em que nós estamos numa situação em que a Constituição pode ser, de um extremo ao outro, o que eu quiser, fica difícil. Fica difícil por quê? Porque todos os que se colocaram, se meteram a dar sugestões foram demonizados.

Eu acabo de ouvir uma fala polida, bonita. Dr. Michael, parabéns! O senhor é um bom debatedor, mas o que o senhor quis passar aqui é justamente a narrativa que está por aí, colocada pela mídia nacional e pelo TSE. Por quê? Porque, com certeza, há um arrependimento. "Ah, chamamos os milicos para cá", aspas aqui. Acontece que milico não brinca. Militar cumpre missão. Eles não estão lá *pro forma*.

Eu me lembro de que, certa feita, na minha cidade, eu era presidente de um partido e fui investigar as urnas, participar dessa auditoria. Estava eu e o juiz eleitoral. Naquela época, era disquete: vai disquete, vem disquete, vai disquete. Eu olhei para ele e falei: "Nós estamos fiscalizando o que mesmo aqui?". Ele falou: "É mesmo, né? Se esse moleque – era um rapazinho – quiser mudar tudo, ele mudou". Por quê? Porque ele se tornou inaudível. "Ah, mas tem isso, tem aquilo". "Rapaz, talvez, nesta sala aqui, o único que tenha condições, num processo desses, se estiver perto, vendo uma fraude técnica e consiga ver, seja o Dr. Marcelo". Que dirá o cidadão médio brasileiro, o cidadão que coloca o se voto ali. Ele não tem como auditar isso; é inaudível o sistema brasileiro, sim, porque, o que não está claro...

Olha, eu fiz matemática, meu curso é matemática. Tem um certo parentesco com a área de sistemas e tal – até a gente estuda um pouco. Gente, é impossível, aqui ou em qualquer lugar... Eu me lembro de quando surgiu o CD, em uma entrevista, o Bill Gates dizia muito bem: eles pirateavam tudo o que saía. Ele falou: "Olha, a gente contrata técnicos, gasta bilhões; duas semanas depois, um menino com sarda na cara quebrou a criptografia".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como foi falado aqui, o que nós queremos? Nós queremos demonizar o TSE? Não, queremos ser parceiros. Que diacho é isso, que eu chamo as Forças Armadas, eles trazem profissionais de excelência, e eu começo a demonizar? Que conversa é essa, Ministro Fachin? Com todo o respeito, o senhor esteve aqui, foi sabatinado – eu estava presente –, e o senhor disse que o processo eleitoral vai ser comandado pelas forças desarmadas, e não pelas Forças Armadas".

E quem falou que vai ser pelas Forças Armadas? Vocês convidaram e estão arrependidos, porque eles estão fazendo o trabalho deles.

Nós temos que fazer esse debate. Parece ser duro, mas tem que ser duro por quê? Porque, quando os ministros saem do tribunal, da sua pauta, dos autos e vêm para a seara política, aqui tem réplica. É uma pena que estejamos sendo presos por fazer réplica. É uma pena que estejamos todos sendo processados por sugerir. Filipe Barros está sendo processado por vendeta. Eu comentei de um caso da urna em Mato Grosso, estou com inquérito no Supremo Tribunal Federal porque eu falei da urna. Eu disse que confio nas urnas tanto quanto eu confio no sistema eletrônico bancário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Só para concluir.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – Sim, só para concluir.

Eu confio tanto quanto confio no sistema eletrônico bancário. Eu acho seguro para caramba – o Dr. Marcelo falou aqui –, mas ele tem falhas eventuais. E nós precisamos evitar essas falhas eventuais.

E termino dizendo o seguinte: tinha um juiz – para terminar; o Atlético ganhou ontem, ou perdeu ontem – em Belo Horizonte que dizem que era atleticano doente, e aí, no calor do jogo, a bola saiu, ele esqueceu que ele era o juiz e falou: "A bola é nossa. A bola é nossa. A bola é nossa". Ele ficou apelidado de "bola nossa". Eu torço para que o nosso sistema eleitoral não fique rotulado assim, porque três ministros ali já podem levar o rótulo de "bola nossa", eles estão contra um candidato e totalmente a favor de outro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, eterno Senador, Deputado Federal José Medeiros.

Falar de futebol, talvez, o Ministro não goste muito, porque ele é lá do Ceará também, e ontem o Fortaleza ganhou, que é o meu, ganhou do time dele. E Atlético e Flamengo ontem teve uma...

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (*Fora do microfone.*) – O Fortaleza perdeu ontem, mas no placar agregado ganhou.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perdeu, mas ganhou. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PL - MT) – O Flamengo até que enfim ganhou uma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Mas, olha, é esta a leveza que a gente precisa ter na vida: buscar enfrentar as situações, os desafios, mas... Estão dando 15 segundos até para mim? (*Risos.*)

Dá uma toleranciazinha a mais? Eu vou me dar uma tolerância.

Mas, olha, eu já quero só... Eu acho que, em momentos assim difíceis, a gente precisa sempre lembrar dos grandes pacifistas, dos grandes humanistas que nós já tivemos. Eles deixaram muitas mensagens. Tem uma – enquanto o Senador falava há pouco – frase de Martin Luther King Jr. que diz o seguinte: "A injustiça num lugar [...] é uma ameaça à justiça em todo lugar".

O que a gente está vendo é um questionamento, uma escalada de abusos realmente de alguns ministros, deixando claro que a instituição é muito importante, o Supremo Tribunal Federal, mas está todo mundo vendo, está todo mundo vendo aí Deputados sendo cassados, inclusive falando... Teve um lá no Paraná – não é isso? –, o Francischini, que foi cassado pelo TSE; dez minutos antes da eleição ele estava questionando como um Deputado Federal, não era nem como candidato. Ele era candidato, mas ele estava ali como Deputado Federal também, com imunidade no exercício parlamentar, e foi cassado. Onde é que nós vamos parar desse jeito?

Já tem Senadores aqui falando pianinho. E Deputados também. Um dia que teve uma votação polêmica, eu vi lá – não lembro se foi essa do voto –, eu vi a Deputada Carla Zambelli dando uma entrevista, dizendo: "Estou medindo as palavras aqui".

Nós temos jornalistas – jornalistas – sendo aí presos; desmonetizados canais que estão levando informação às pessoas. Se tem *fake news*... Quem é que diz o que é *fake news*? Como é que é isso? Se tem difamação e calúnia, tem o devido processo legal; está previsto. Mas não se pode, numa canetada, resolver. Poxa, a gente precisa de bom senso, de serenidade com relação a isso.

E eu repito: eu acredito sempre na capacidade de reflexão do ser humano. Então, as coisas estão muito claras. E a gente está buscando dar transparência, e as pessoas fazem o julgamento que querem. A gente vai buscar aqui o diálogo sempre respeitoso.

Imediatamente, pedindo desculpa pela demora, eu já passo a palavra para o Deputado General Peternelli. Muito obrigado pela sua presença, assistindo a toda essa audiência desde o início.

O senhor tem aí três minutos, com mais uma tolerância de dois da Casa.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. GENERAL PETERNELLI (UNIÃO - SP. Para expor.) – Senador, inicialmente eu gostaria de parabenizá-lo. Nós todos estamos aqui com o mesmo objetivo – e eu dizia que era o objetivo principal do Tribunal Superior Eleitoral –, que é dar transparência e credibilidade ao sistema eleitoral brasileiro. Quando não se tem a presença do representante do Tribunal Superior Eleitoral, isso o coloca em dúvida; em vez de dar transparência, caminha numa direção contrária.

Gostaria também... Foi falado sobre as Forças Armadas. Gostaria de complementar, àqueles que estão participando, com alguns aspectos interessantes. A Lei 4.737, que é o Código Eleitoral brasileiro, de 1965, também a 97 e também a Constituição, prevê a participação das Forças Armadas, inclusive na votação e na apuração. E esse processo ocorre há muito tempo, tanto que normalmente as Forças Armadas participam empregando em torno de 25 mil militares, 2,5 mil viaturas, 140 embarcações aproximadamente e 30 aeronaves, exatamente para garantir isso que está previsto na legislação. E o que as Forças Armadas estão executando nada mais é do que a sua missão.

Gostaria também... Nem todos têm a plena consciência de alguns aspectos. A política e a estratégia e o Livro Branco de Defesa atribuem ao Exército Brasileiro a responsabilidade pela defesa cibernética do país. Então, se algum aspecto cibernético pode colocar em dúvida aspectos brasileiros de relevância, como é o caso da votação, nós temos que fazer cumprir exatamente aquilo que nós acreditamos, que é a política, a estratégia e o Livro Branco de Defesa. Então, não tem nada de anormal nessa participação; pelo contrário, é a pessoa certa para estar trabalhando.

E gostaria de concluir que é dever de todos nós, muito mais do Tribunal Superior Eleitoral, traduzir credibilidade, dar transparência no processo eleitoral. Não se pode dar uma transparência num processo eleitoral se você não sabe o que o programa-fonte vai somar. Não adianta... Inclusive, se fosse manual, se você contou e lançou esse dado num computador, qual seria o programa-fonte com que ele estaria somando? Isso daí é básico. E esse programa-fonte lança programas em cada urna para poder fazer a consolidação. Se não tem transparência no programa-fonte, se não tem as auditagens, que a própria legislação prevê, de um elemento externo – o Tribunal de Contas da União, no meu ver é uma boa referência, junto com todas essas partes – e os partidos políticos que estão lá previstos para que isso ocorra, se você não tem transparência no programa-fonte, o sistema acaba gerando dúvidas e não permite a transparência que todos nós desejamos.

Portanto, de maneira como o Senador tem colocado, com muita educação, com muito respeito, nós temos que estar aí ombro a ombro com o Tribunal Superior Eleitoral, para que todo brasileiro efetivamente acredite no processo eleitoral – e para isso são necessárias a transparência e as verificações mínimas de um processo.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Federal General Peternelli, muito atuante lá no Congresso. A gente sempre também conversa, troca ideias, e fico muito feliz com a sua participação aqui.

Só para informar que nós estamos ao vivo na TV Senado também, parece que desde o começo da audiência. E, só no YouTube, nós já temos agora quase 4 mil pessoas assistindo, fora a audiência da TV Senado, ou seja, é um assunto, repito, que desperta o interesse natural das pessoas. E vai ficar esse debate à disposição para quem quiser consultar depois no tempo, no final de semana, enfim. Vai ficar lá aberto e nos *Anais* desta Casa.

Eu já passo imediatamente a palavra a outro cearense como nós, General, só que esse passou por Roraima e hoje adotou o Rio Grande do Norte, que é uma terra também muito querida, vizinha nossa, que é o nosso General Girão. O senhor tem aí três minutos, com a tolerância aí da Casa para fazer a sua exposição.

Muito obrigado.

O SR. GENERAL GIRÃO (PL - RN. Para expor.) – Boa tarde a todos.

Obrigado, meu primo.

Gostaria de saudar a todos e dizer da iniciativa desta audiência – de maneira nenhuma deixaria de estar presente aqui. A saudação especial ao meu comandante aí, o General Paulo Sérgio, porque realmente a gente tem orgulho das Forças Armadas, e esse orgulho aumenta mais ainda quando a gente se lembra de que nós estamos neste plano terrestre, aqui, movidos por uma missão, uma missão de Deus, uma missão de amor à pátria, uma missão também de respeito às tradições das nossas famílias e em busca da liberdade, não é? É tudo que a gente quer: é a liberdade de escolher. A liberdade é, acima de tudo, talvez uma das palavras mais fortes no dia de hoje.

Eu lembro muito bem que... É engraçado: quando a gente vê uma criança que está começando a crescer assim e se desenvolver, ela começa a fazer muita pergunta: "Por quê? Por que isso? Por que aquilo?". O "por que" é a curiosidade, o "por que" demonstra a inteligência, o "por que" demonstra a vontade de conhecer. Então, é muito bacana a gente ver isso na criança. Aí eu pergunto... Nós temos um órgão eleitoral, que existe só para isso, ele existe só para isso! E a gente pergunta: "Por que vocês estão querendo que as urnas sejam indevassáveis e totalmente seguras, se elas não são?". Nenhum meio eletrônico é.

Não quero ser repetitivo, é muito difícil falar depois de alguns oradores, como a Bia Kicis e o próprio Medeiros, mas o que aconteceu na Câmara dos Deputados... Nós chegamos até a sugerir, em tom de deboche, que o Presidente Arthur Lira deveria pedir as urnas eletrônicas do TSE emprestadas para que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as votações na Câmara pudessem acontecer com essas urnas que são invioláveis – pelo menos eles acham que são.

É lamentável isso daí. E a gente espera que o TSE não se negue o aperfeiçoamento.

E eu lamento que um órgão responsável pela transparência internacional não esteja preocupado com a transparência! Porque é a transparência, ora! Se é transparência, por que está sendo contra?! Não! A gente quer transparência, queremos a realidade do meu voto, a realidade do voto daqueles que confiavam nos nossos mandatos para que possamos defendê-los aqui. Se nós não falarmos, se nós formos proibidos de falar... E aí é aquilo que o senhor acabou de falar, Senador Eduardo Girão: estão querendo nos proibir de falar, mas não vão! Não vão! Não vão, porque cabra de peia não se dobra a qualquer um!

Não existe protagonismo. Nós não podemos é ser o faz de conta: "Ah, vamos chamar o Presidente dos Estados Unidos para acompanhar as eleições". Ora, bolas, diplomacia em uma hora desta?! O que vai acontecer? Chamar a OEA. O que vai acontecer com a OEA? Representante da ONU, da OEA, do raio que o parta! O cara não é técnico, vai ser diplomata!

Nós queremos, sim, a contagem pública dos votos, porque ela vai traduzir para nós a segurança da votação. E queremos, sim, a participação do componente mais sério que o TSE colocou naquela composição ali toda, porque está fazendo um trabalho e é o único que está apresentando questionamentos, que são as Forças Armadas! Os nossos técnicos... Não tem nenhum cabra ali para poder ficar fazendo faz de conta, não. São técnicos que levantaram, como foi apresentado aqui, os pontos sensíveis. É disso que a gente precisa! É isso que a população brasileira exige! Se o Congresso Nacional não fizer a sua parte, nós seremos envergonhados! Eu não quero estar envergonhado por isso.

Eu espero que esta audiência pública de hoje seja replicada mais vezes, que, toda semana, a gente tenha um pedido de audiência pública com a presença de alguém do TSE, para que eles possam vir aqui, se apresentarem e dizerem as suas razões, o porquê de eles continuarem pensando assim.

Eu digo que a pressa é inimiga da perfeição. Então, por que essa rapidez na totalização dos votos? Calma! Nós queremos é confiabilidade, e não pressa. É uma brincadeira esse troço aí, tipo um trocadilho. Não queremos pressa.

Eu lamento muito que algumas autoridades – já estou concluindo, Presidente – brasileiras, como já falaram aqui o próprio Senador Eduardo Girão e o Deputado Filipe Barros, estejam indo para fora do Brasil ou até mesmo dentro do Brasil para questionar a vontade da população brasileira, dizendo que nós somos imbecis e que estamos querendo voltar à cédula de papel. Não! O que a gente quer é só que haja confiabilidade nas eleições. Lamento muito isso daí. Foi preciso que as nossas Forças Armadas estivessem presentes para que a gente pudesse levantar essa lebre, levantar esses pequenos deslizes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E eu lamento muito – e peço desculpas ao Dr. Sandro; eu não estou fazendo nenhuma crítica ao senhor ou a qualquer um dos seus colegas –, mas Polícia Federal é a polícia judiciária da União; a polícia eleitoral é feita pela Polícia Federal. Nós precisamos ser muito mais ativos na hora das eleições, porque nós sabemos que existe compra de votos, nós sabemos que existem e existiram fraudes e que essas fraudes contaram, talvez, com a leniência ou se virou o rosto, e nenhuma denúncia efetiva foi feita para que a gente tivesse apuração rigorosa do que aconteceu. Esses dados presentes aqui assim, a Justiça Eleitoral acabou arquivando, mas o delegado tem a fé de exercer a Justiça e, como já falou aqui o Senador Eduardo Girão, justiça tardia ou inexistência da justiça realmente não formam o Brasil. A Polícia Federal é muito forte nas ações dela. Eu respeito bastante, mas eu acredito que a gente precisa, sim, na hora do processo eleitoral, ser muito mais rigoroso agora, mas muito mais mesmo, na busca da coibição dessas irregularidades na democracia.

E concluo dizendo que lamento muito, como já falou aqui o General Paulo Sérgio, que talvez a palavra mais prostituída que exista hoje no Brasil seja a palavra democracia. Ela é falada da boca para fora por algumas pessoas que não têm nada de democratas. Está certo? E a gente lamenta muito que isso esteja acontecendo. Eu espero que a gente tenha uma auditoria feita, uma fiscalização feita pelas Forças Armadas, pelos nossos técnicos; eu espero que a gente tenha uma fiscalização feita pela Polícia Federal, que vai coordenar, sim, a segurança das eleições como polícia judiciária da União, e que as secretarias de segurança pública também sejam instadas para fazerem a coibição do deslocamento de dinheiro no dia, na véspera, na antevéspera das eleições; que a circulação de dinheiro, de moeda nesses dias que antecedem o pleito eleitoral seja fiscalizado desde, sei lá, 30 dias antes, que isso seja fiscalizado, para que a gente possa ter uma democracia plena, sem compra de votos, uma democracia de verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Federal General Girão. É uma honra recebê-lo aqui também nesta Comissão de Transparência Fiscalização e Controle neste debate histórico.

Antes de passar a palavra para o próximo orador, Deputado Federal Paulo Martins, eu queria conceder a palavra à Senadora Maria das Vitórias, que foi a primeira a chegar aqui nesta Comissão. Ela teve que sair, mas não se desligou um minuto; estava aqui acompanhando no sistema remoto. E ela pede a palavra.

Fique à vontade para as suas considerações, Senadora.

A SRA. MARIA DAS VITÓRIAS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Meus parabéns, inicialmente, pela iniciativa desta audiência.

Quero fazer uma pergunta ao Sr. Ministro da Defesa: o Ministério da Defesa, por intermédio das Forças Armadas, ainda pode contribuir com o processo eleitoral? Ainda há tempo para implantar as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propostas apresentadas pelo Comando de Defesa Cibernética? Essa é a minha pergunta e eu acho que é a pergunta de muitos ouvintes da nossa audiência.

Muito obrigada pela consideração, muito obrigada por participar desta importante audiência.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senadora Maria das Vitórias. Obrigado pela sua atenção aqui desde o início, por sua participação.

Eu já, pegando o *timing*, passo – e peço aos próximos oradores que me deem essa oportunidade – a palavra para o General, para já responder o questionamento da nossa colega aqui.

Muito obrigado.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – É uma satisfação muito grande, Senadora do Acre, lá de Cruzeiro do Sul, coração do Acre! Eu tive a oportunidade de conhecer bem a sua terra, terra abençoada, de um povo bom. É uma satisfação muito grande revê-la! Conheci seu esposo, um homem honrado lá do Acre. Então, é uma satisfação muito grande, Senadora Maria!

É claro que as Forças Armadas ainda podem ajudar em alguma coisa. A minha apresentação foi toda voltada para o trabalho da Comissão de Transparência Eleitoral e, daqui para frente, como uma entidade fiscalizadora.

Então, temos um trabalho muito técnico. Além do Coronel Nogueira, aqui na plateia nós temos três técnicos que vieram para ouvir, para anotar alguma observação, para continuar no trabalho depois dessa... Todo dia, a gente recebe colaboradores na Defesa que trazem alguma nova ideia, para que a gente possa estudar.

É claro que, reforçando o que eu disse no início da minha apresentação, o que disse o General Peternelli, nós temos um órgão muito forte, que é o nosso Comando de Defesa Cibernética, com nossos homens e mulheres que ali trabalham, especialistas muito capacitados, que têm todas as condições de contribuir ainda mais junto ao Tribunal Superior Eleitoral, ao processo eleitoral. Então, esse é o nosso desejo.

Eu acredito, Senadora, que a sua pergunta só corrobora, só reforça aquilo que nós das Forças Armadas apresentamos nesta Comissão. E eu não paro de agradecer ao Senador Girão pela oportunidade que dá ao Ministro da Defesa, às Forças Armadas de virem aqui tornar públicas, para todo o povo brasileiro saber, com muita transparência, a vontade e a disposição da nossa comissão e da nossa equipe de, cada vez mais, buscar a transparência, a segurança, as melhores condições de auditoria. É tudo que o povo brasileiro quer neste ano eleitoral.

Muito obrigado, Senadora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senadora Maria das Vitórias, pela participação.

Eu já vou aqui, imediatamente...

Está respondido, Senadora? Está o.k.? *(Pausa.)*

Eu não estou ouvindo o seu áudio. Se puder abrir o áudio dela aí... Pronto!

A SRA. MARIA DAS VITÓRIAS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AC. *Por videoconferência.*) – *(Falha no áudio.)* ... ao Ministro pela consideração.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pronto! Muiíssimo obrigado.

Já passo aqui a palavra ao Deputado Federal Paulo Martins, que é do Paraná.

Muito obrigado também pela sua honrosa presença aqui nesta Casa, Deputado.

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PL - PR. Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os componentes da mesa.

Quero parabenizar o Senador Eduardo Girão pela iniciativa não só desta audiência, mas da audiência também a respeito do ativismo judicial. V. Exa. está honrando o bóton que o povo brasileiro lhe colocou. O bóton de Senador ou de Deputado não é um mero acessório, é uma delegação popular, e assim ela tem que ser respeitada. Nem todos estão exercendo esse respeito no nosso país, infelizmente, mas V. Exa. engrandece esta Casa e honra essa delegação popular.

Eu quero ampliar um pouco esse tema, porque é isto que hoje me incomoda: nós não estamos num debate meramente sobre o modelo de urna. Até iniciou-se assim – e esse é um debate que deve ser até permanente, porque aprimoramentos são necessários sempre, nunca é demais –, mas existe hoje uma contaminação popular, é um debate da sociedade brasileira. Queiram ou não os técnicos do TSE, é um debate da sociedade brasileira.

Há uma parcela significativa da população que desconfia do sistema, e desconfia porque não o compreende. Eu não digo nem que o sistema é violável, não, nem entro nessa esfera, mas ele tem que ser compreensível, inteligível. O mais simples dos homens tem que confiar que a escolha dele foi respeitada, que aquilo que ele depositou na urna é o que realmente vai ser apurado. O sistema não é para engenheiros de tecnologia da informação. O sistema é para esses engenheiros, mas é também para o analfabeto. Nós comemoramos o voto dos analfabetos há alguns anos. Então, o sistema é para eles também e tem que ser confiável.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fala-se tanto em democracia, mas esses que banalizam essa palavra não consideram que, junto de democracia, tem uma outra que é indispensável, que é legitimidade. Não há democracia se os escolhidos não forem verdadeiramente escolhidos, ou seja, não forem legítimos, não tiverem a anuência da população.

É por essa razão que, por exemplo, o Tribunal Constitucional alemão decidiu que o nosso voto lá, esse eletrônico puramente, é inconstitucional, porque o voto tem que ser compreensível pelo mais simples dos homens. E por que isso? Porque o mais simples dos homens, ou seja, todos, tem que acreditar que o Deputado que ele escolheu foi eleito, que o Senador que ele escolheu foi eleito, que o Presidente que ele escolheu foi eleito. Do contrário, nós podemos ter até um sistema totalmente inviolável, 100% seguro, mas, se não houver a confiança das pessoas de que ele realmente é seguro e de que a sua escolha é respeitada, um governante eleito é ilegítimo, as pessoas não respeitam essa autoridade. E isso implica inquietação social, conflitos sociais, instabilidades sociais.

E me assusta a insensibilidade de ministros do Supremo Tribunal Federal, pessoas juridicamente cultas, e dos membros do Tribunal Superior Eleitoral ao desconsiderarem este ponto essencial da manutenção de uma democracia saudável, que é a confiança das pessoas e a legitimidade. Isso é bizarro, realmente assustador! E tentam sufocar o debate em vez de esclarecer os pontos e estabelecer essa confiança e, conseqüentemente, a legitimidade. O caminho está completamente invertido. É um mau caminho para a nossa democracia. Assim não pode ser!

Tive a honra de presidir a Comissão que debateu a PEC que popularmente era conhecida como a PEC do voto impresso, de autoria da Bia Kicis, onde o Relator foi o meu amigo Filipe Barros. Foi incrível o que vi naquela Comissão, numa ação totalmente imprópria do então Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, articulando politicamente uma posição dentro do Parlamento, reduzindo o Parlamento, e o Parlamento aceitando.

Hoje, na prática, na realidade, a percepção popular é a de que o Parlamento brasileiro, o Congresso brasileiro é uma mera concessão do Poder Judiciário. Só se faz aqui o que eles autorizam. Isso está errado. Estamos indo por um caminho errado.

Os Ministros não compareceram a uma reunião como esta só comprova o que eu acabei de falar. Os Ministros têm agenda para fazer *live* com Felipe Neto; os Ministros têm agenda para fazer *live* com Deputados do PCdoB e do PT, na qual se concluiu que é preciso fazer algo para barrar a ascensão da extrema direita. Está lá, na *live*! Têm agendas de amigos advogados, jantares, mas, para comparecer ao Senado da República para esclarecer algo que é vital para a nossa democracia... Podem até convencer os Parlamentares ou aqueles que nos acompanham e que hoje desconfiam do sistema de que o sistema é realmente confiável. Podem até vir a convencê-los, mas abrem mão dessa oportunidade, num claro ato de desrespeito! Não há outra palavra, é desrespeito! E, conseqüentemente, é irresponsabilidade, porque, se





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se esclarece, você tem desconfiança, e, com desconfiança, volto àquele ponto que citei, onde há contaminação da legitimidade.

Não tem como isso terminar bem. Nós temos que inverter isso. Temos que ter um debate intelectualmente honesto, aberto – é um tema de interesse de todos –, para que o sistema seja confiável, para que o mais simples dos homens confie e entenda "eu escolhi estar lá e, se eu perdi a eleição, eu vou respeitar quem venceu", para que a gente tenha a nossa paz social. É sobre isso também, ou principalmente, esse debate.

Eu não sei se os arrogantes conhecem a história do Brasil, mas muita gente aqui a conhece razoavelmente bem. Foi por desconfiança em sistema eleitoral que nós tivemos uma revolução neste país, a Revolução de 30. Foi sobretudo por conta disso. E a resposta da Revolução de 30 foi justamente a criação do Tribunal Superior Eleitoral, de uma Justiça eleitoral, para trazer confiança para os processos eleitorais no Brasil. E aí os membros dessa estrutura de hoje se negam a debater publicamente e a estabelecer a confiança da população, cuja desconfiança hoje é altíssima. Ou são ignorantes ou não respeitam o Parlamento ou escondem algo. É a dedução possível! E eu falo isso como uma percepção. Não é uma acusação. Não é uma acusação! Então, isso precisa ser modificado. Essa postura não soma.

Na Comissão do voto impresso, nós aprovamos requerimentos convidando o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral à época, os técnicos do Tribunal Superior Eleitoral. Nenhum compareceu. Nenhum compareceu! Qual é o problema desses senhores em debater o sistema, em explicar o sistema? Qual é o problema?

Isso só contribui para a desconfiança que a população tem com o nosso sistema eleitoral, o qual não acuso de fraudes. Nunca falo isso. A minha crítica é ao modelo, porque ele é pouco inteligível e sempre pode implicar um problema de legitimidade.

Mas, meu nobre Presidente, peço para que V. Exa. não desista do trabalho que está fazendo. Apesar do desrespeito que está havendo aqui, com a não presença da autoridade que deveria estar nesta Comissão, que V. Exa. continue e reitere os convites, nem que, para que eles se tornem mais atrativos, o senhor tenha que transferir uma reunião desta para Lisboa e ressaltar, no convite, a qualidade do vinho.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Deputado Federal Paulo Martins.

Eu disse, inclusive, na última sessão histórica que nós tivemos, na semana passada, sobre ativismo judicial, que o desrespeito não é apenas ao Senado, à Casa revisora da República. O desrespeito é com quem nos colocou aqui; é com quem nos colocou aqui! Somos Parlamentares eleitos diretamente pelo povo. Se alguém quiser fazer ativismo político de alguma forma, vai lá e se candidata. Ali é o local. Aí





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

you will have a vote, you will have representativeness, but each one in their own square. It is so! This is a very elementary thing! But I continue to bet always on common sense, on the capacity for reflection of the human being. And we are going, within the limits of our forces, with all the limitations and imperfections – I know that I have –, to try to do what is right. The right is right, even if no one does it; the wrong is wrong, even if everyone does it. This is a philosophy.

I wanted to pass the word now, before passing to our dear Congressman Colonel Armando, for Senator Plínio Valério, from Amazonas, who is connected, assisting here to the session. I am now going to pass the word to him, for him to pronounce here in this historic session.

Thank you very much, Senator.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, meu amigo Girão.

I am sorry to the one who is debating and who was in the place.

I was assisting here from the office, in Manaus. I did not go this week to Brasília, but I cannot let myself also register, as Senator of the Republic, my solidarity to you and to all who are here. I respect the ladies, I respect myself, as Senator, and I respect the Senate.

Some of these ministers of whom we talk – and, when we talk "some", among them is Barroso, is the Fachin, is the Alexandre de Moraes, who are the three that we always cite – they have to understand that in the Senate not everyone is silenced. As an example of the Girão, we are some who always complain of this disrespect, of this intromission, of this usurpation that they do, because they are usurpers of the ministers. They enter the Legislature as if they were... And we live insisting. Since I arrived at the Senate three years and a half ago, this person thinks that he is a demigod, that he is in Olympus, but he is not.

Only an institution can do something in this country in the name of the Brazilians who are dissatisfied, who are we, Senators. And, for this disrespect always constant, clear, crystal clear that they demonstrate, we already have a thousand motives and dozens of requests to impeach one of these ministers.

So, I do not want to lose this opportunity, Girão, to say that I am solidary to his fight, solidary to the fight of all who are here, and in the way that I have to demonstrate this, as Senator of the Republic, is, once more, to demand the *impeachment* of one of these three ministers. We can do this and we must do this. It is a way... Am I radicalizing? No! Are we revidando? No! We are saying that they are not demigods, they are not lords of truth. This political activism practiced by these three ministers that I cite is not acceptable. And, as Senators, we have a duty... It is not only the fact of having the privilege of being able to say no, but it is the fact of saying yes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão de que o Barroso mente lá fora... Quando ele fala que a gente quer a volta do voto impresso, ele mente descaradamente, presta um desserviço ao país, e fica por isso mesmo! Como disse o companheiro há pouco aí agora, eles aceitam participar de *lives*, desde que sejam de esquerda, e não aceitam vir pessoalmente. É um desrespeito!

Então, estou sendo solidário ao senhor. Eu deveria estar com você aí, Girão, ao seu lado, para lhe dizer que você não está só nessa luta, mas estou em Manaus, cumprindo agenda aqui, e quero, sim, ser solidário a todos que estão aí e dizer: senhoras e senhores que estão aí, vocês não estão sós. Este Senador da República aqui, Plínio Valério, do Amazonas, está junto com o Girão. Nós temos que enfrentar o Supremo Tribunal Federal e acabar com isso enquanto é tempo – enquanto é tempo. Daqui a pouco, vai ser tarde.

Um grande abraço e boa tarde a todos!

Obrigado, meu amigo Girão. Desculpe eu ter atropelado aí, mas eu não pude suportar, não consegui me segurar, irmão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Que é isso, querido? Senador Plínio Valério, do Amazonas, um amigo, um irmão, que tem sido, desde o início do mandato, muito coerente, muito centrado e sereno contra uma escalada autoritária que a gente vê, infelizmente, de alguns ministros do nosso Supremo Tribunal Federal.

E uma das responsabilidades é nossa, é por isso que está acontecendo. Não tenho dúvida. Nós temos que fazer um *mea culpa* perante a sociedade brasileira por uma omissão aqui desta Casa, por várias legislaturas, de nunca sequer, em 133 anos da República, a gente ter deliberado sobre um pedido de *impeachment* de um dos ministros que eventualmente tenha cometido desvio de conduta. Enfim...

Essa é uma marca nossa, mas, como a gente sabe, a população está acompanhando, está gostando de política, e é através do voto, através, às vezes, de mudanças, arejando esta Casa, que a gente vai conseguir, porque a natureza não dá saltos, mas a consciência das pessoas está avançando muito nesse sentido. Eu sou muito otimista e muito esperançoso com o futuro.

Eu queria já passar a palavra para o Deputado Coronel Armando para fazer as suas considerações.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. CORONEL ARMANDO (PL - SC. Para expor.) – Senador Girão, é uma honra estar participando desta sessão.

Ministro Paulo Sérgio, nosso amigo, Ministro da Defesa e companheiro da Aman; Diretor da Polícia Federal, demais autoridades da Mesa, ouvintes e Parlamentares aqui presentes, primeiro, eu queria destacar a importância desta audiência. Esta audiência tem que ser feita por mais vezes. Ela foi feita, na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana passada, de forma indireta, lá na Câmara, onde esse assunto voltou, e lá eu defendi, de forma mais exaltada, as Forças Armadas e a confiança que a população tem nas Forças Armadas. Isso se expressa em todos os momentos e também, ao mesmo tempo em que revela grande confiança nas Forças Armadas sobre esse tema, revela a desconfiança no TSE e nos ministros do STF. Então, isso é uma gangorra: nós temos que chegar a um ponto de equilíbrio. Este é o nosso ponto: buscar o equilíbrio.

A gente estranha – e isso eu comentei na outra vez – que não vemos defensores da esquerda nem representantes do STF e do TSE nesta audiência. Parece que, para eles, não há importância ou existe segurança quanto ao resultado das eleições, para a esquerda, porque, se eles tivessem algum grau de desconfiança, eles estariam do nosso lado, aqui, cobrando e querendo mais transparência. E a gente não vê; quando a gente vê uma intervenção, é um Senador do Amazonas, de direita, é a Senadora do Acre, e eu não vi – ou talvez tenha, por incorreção, não vi toda a sessão – a participação deles aqui, mas eu confesso que eu não vi.

Isso só reforça as dúvidas que nenhum de nós quer ter. É essa dúvida que nós não queremos ter. Nós queremos ter certeza de que, no final das eleições, foi eleito aquele que a população escolheu para governar o país por mais quatro anos e conduzir o nosso futuro. Então, nós temos que tirar a dúvida que nós não queremos ter. Isso é muito importante, e essa é a razão de a população confiar nas Forças Armadas.

Aí eu vou lembrar um pouquinho uma fraude em eleição, não com urnas eletrônicas, mas com sistema eletrônico: o Caso Proconsult, no Rio de Janeiro. O Caso Proconsult foi uma tentativa de fraude das eleições de 1982 para impossibilitar a vitória de Leonel Brizola, candidato do PDT ao Governo do Rio de Janeiro, de modo a favorecer Moreira Franco. A Fraude consistia em um sistema informatizado de apuração de voto, feito pela empresa Proconsult. A mecânica da fraude consistia em transferir votos nulos ou em branco para que fossem contabilizados para o Moreira Franco, com isso, invertendo o resultado das eleições.

Olha, nós estamos falando de algo que o Brizola saiu e gritou, a equipe dele, porque não confiou, e hoje nós não podemos gritar antes. Nós temos que ir como um boi para o matadouro. É para isso que nós estamos sendo conduzidos, conduzidos a um matadouro. Nós estamos dizendo: já ouve um caso, e parou porque se gritou. A população brasileira está cobrando isso do Senado, está cobrando do Congresso, mas está cobrando principalmente do STF, que se faz de surdo à população. E isso, cada vez mais, reforça a desconfiança.

Então, além disso, nós não podemos esquecer as atitudes e palavras dos ministros do STF e do TSE. Aí eu falo do Barroso, quando aqui – já foi citado – veio a mudar o grupo que estava votando o voto impresso, 11 partidos mudaram os seus Parlamentares indicados. E aí nós perdemos o voto auditável – não impresso –, perdemos ali a oportunidade de passar. Quando o Barroso veio aqui, no Congresso, e disse que a eleição não se ganha, a eleição se toma. Quando ele fala no exterior isso, quando o Fachin





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convida as Forças Armadas e desconvida, porque nós estamos chegando perto, a população confia, quando o Alexandre de Moraes mantém um inquérito para calar os Parlamentares.

Então, nós não podemos aceitar isso; senão, nós estamos indo para o matadouro. E quem está indo para o matadouro, junto conosco, é o regime democrático, porque nós estaríamos dentro de uma ditadura do Judiciário. Então, nós não podemos permitir.

E aí eu quero ressaltar a importância da sua atuação, Senador, dos Senadores nesse processo, porque nós não podemos fazer cumprir a Constituição. O art. 39 da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, que fala do *impeachment*, diz o seguinte:

[...] [constituem] crimes de responsabilidade dos Ministros do [...] [STF]:

.....
3 - exercer atividade político-partidária [...].

A Lei do Impeachment diz que é crime de responsabilidade. Será que nós não conseguimos enxergar ou a população não vê isso? Ou nós não queremos ver? Então, cabe ao Senado fazer cumprir isso.

Eu, numa audiência lá na Comissão de Relações Exteriores, da qual eu sou membro desde que eu ingressei aqui, com o Ministro da Defesa na época, o General Braga Netto, fui último a falar, e eu disse: democracia só funciona com pessoas honestas. Enquanto nós não formos honestos com a população que nos escolheu, a nossa democracia é fachada. E o Brasil não quer a fachada, ele quer confiar nos homens públicos escolhidos, não só aqui, mas nós podemos ser tirados. Mas os ministros do STF... Eu olhei até quando Alexandre Moraes vai estar lá. Até 2043, quase 21 anos. Vários ministros ainda estarão lá podendo tomar todas essas atitudes. E eu acho que, a cada momento em que eles ficam mais fortes, nós enfraquecemos, o Brasil enfraquece e a democracia enfraquece.

Então, eu queria dizer ao senhor que as minhas palavras hoje foram calmas, sem exaltação como da outra vez, porque eu estou numa Casa onde eu tenho que respeitar muito mais.

Eu quero dizer da minha confiança no Ministro Paulo Sérgio, na dificuldade da missão das Forças Armadas, porque elas estão entrando numa missão que não é a principal delas, mas para o Brasil é. O controle dessas eleições, a confiança das eleições vai definir o nosso futuro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Deputado Federal Coronel Armando, pela sua presença aqui conosco nesta sessão.

Já encaminhando para o fim, eu recebi aqui três pedidos de cidadãos que estão acompanhando aqui, daqui a pouco eu vou ler as perguntas. Quem quiser responder fique à vontade. Quem se sentir





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confortável para responder fique à vontade, nos cinco minutos que a gente vai ter de considerações finais de cada um. Então, são três pessoas que pediram aqui para falar. Eu vou pedir só que seja muito breve, se possível. Eu queria combinar, ver se dá para fazer a pergunta ou o comentário em três minutos.

Felipe Marcelo Gimenez, que é da OAB – é isso? –, seccional do Mato Grosso.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ – O som abriu aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pronto.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ (Para expor.) – Procurador do Estado de Mato Grosso do Sul, mas falo aqui como cidadão e ativista dessa matéria.

Obrigado, Senador.

Quando o Sepé Tiaraju, lá em Sete Povos das Missões, vê os espanhóis invadindo a sua tribo guarani, ele disse: "*Oje'évo Co Yvy Oguereco Yara*". Esta terra tem dono! Esta terra tem dono! General, eu não consigo falar com o senhor pessoalmente, então vou falar daqui olhando nos seus olhos. Aqui. Estou aqui, General. Como eu não tenho acesso ao senhor, eu vou dizer para o senhor aqui: eleição é tema de segurança nacional, General, é tema dos senhores, porque, se não são os donos desta terra que controlam essa eleição, este país está em risco. E cabe aos senhores a segurança desse, porque esta terra tem dono.

Há muitos erros no tratamento dessa matéria, muitos. Sabem por quê? Essa matéria é sempre tratada sob a ótica da ferramenta. É como se nós falássemos sobre churrasco e ficássemos discutindo o espeto, o sal grosso; nós não falamos do churrasco. Por exemplo, Senador, o senhor disse aí que não dá mais legislativamente. Senador, me desculpe, é um erro terrível, que infelizmente a assessoria desta Casa e de muitos dos ministérios cometem: a interpretação teleológica do princípio da anualidade não é essa. O bem jurídico protegido pelo princípio da anualidade é a paridade de armas na disputa pela vaga eletiva.

Esta Casa pode, sim, legislar sobre essa matéria até a véspera do dia da eleição, porque essa matéria não se submete ao princípio da anualidade. E o que eu estou dizendo está na jurisprudência do STF, senhores. Procurem a interpretação teleológica do princípio da anualidade e entendam: o instrumento de coleta de votos não se submete ao princípio da anualidade porque não causa vantagem ou prejuízo, não fere a paridade de armas. Então, esta Casa pode, sim, se o povo exigir, regulamentar essa matéria.

E o que os senhores precisam fazer é trazer conceitos jurídicos. Não façam mais proposições singelas, prevendo impressora, papel, cadeira, mesa. Não! Os senhores têm que dizer o conceito, o conceito jurídico do instituto, porque quem está do outro lado dessa guerra dialética são operadores do direito e tudo que os senhores fazem aqui é derrubado lá através de sofismas jurídicos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gloriosa equipe cibernética... Tem alguém da AGU orientando a equipe cibernética para que saiba qual é o trabalho a ser feito? Porque tecnologia é a capacidade de realizar trabalho. Eu primeiro preciso saber qual o trabalho que vai ser feito, para depois descobrir a ferramenta. Qual é o trabalho a ser feito, senhores? É o sufrágio universal... Algum profissional da AGU foi explicar para os senhores o que é o sufrágio universal? Porque o Estado, no seu sentido amplo, é artifício da ciência do direito; não é da informática.

Eu admiro as portas lógicas, Dr. Marcelo. Se não fosse um menino pobre, teria feito mecatrônica lá na década de 80, mas eu não podia ir para a cidade onde havia mecatrônica. Fui fazer faculdade já muito tarde, na idade adulta, mas era meu sonho. Trabalhei com eletrônica desde os dez anos de idade. Eu admiro as portas lógicas, mas o Estado não é objeto da informática, Dr. Marcelo. O Estado é objeto da ciência do direito. Os senhores precisam entender o problema dentro da ciência do direito, para saber qual é a solução, para aplicar a tecnologia correta. O problema não é de informática. Qual é o setor? É o direito. Qual é o trabalho a ser feito? O sufrágio universal. E como se trabalha no sufrágio universal? Respeitando o poder do povo nesse momento crucial, que é a escolha dos seus representantes, porque o sufrágio é a relação jurídica do povo e o voto é objeto.

E, se querem falar sobre tecnologia, avanço e retrocesso em direito. Avanço é aquisição de direito; retrocesso é perda de direito, senhores. E, mesmo especificamente a respeito das urnas eletrônicas, entendam os senhores da informática a diferença da primeira para a terceira geração. Quem fez essa classificação foi o Prof. Pedro Dourado de Rezende, que não está aqui porque está doente.

Entendam que a terceira geração consiste exatamente em devolver ao povo a contagem do voto, através da materialização do voto.

Há muito que ser dito aqui, senhores. Não dá para desmontar essa armadilha, que dura 30 anos, em dois ou três minutos, mas eu não tenho acesso aos senhores, eu não consigo falar com os senhores. Eu já adianto: eu não estou à procura de nenhum favor pessoal, eu estou preocupado com o futuro dos meus filhos a partir do mês de outubro. É imprescindível que haja contagem pública de votos, porque o que a Corte Constitucional alemã decidiu na essência é o que Tiaraju disse aos espanhóis: "Esta terra tem dono" – a eleição não é dos ministros do STF nem do TSE. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Dr. Felipe Marcelo Gimenez, que é Procurador de Mato Grosso do Sul. Muito obrigado.

Quando terminar a sessão, eu me coloco à sua disposição para a gente trocar uma ideia. Está bom?

Já quero aqui passar a palavra para o Sr. Antonio Vagner Pimentel, que é da Convergências, DF. Tonho Vagner.

O SR. ANTONIO VAGNER PIMENTEL (Para expor.) – Boa tarde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabenizo a iniciativa do Senador para tentar apaziguar toda essa situação.

E a pergunta rápida e direta vai ao Ministro da Defesa, ao Coronel Marcelo também e ao próprio Diretor-Executivo da Polícia Federal, quanto a uma denúncia feita pelo próprio Ministro Fachin, em fevereiro deste ano, em 15 de fevereiro, de que o TSE já pode estar, segundo as palavras dele – abre aspas – ao *O Estado de S. Paulo*, ao jornal *Estadão*, gravíssimas, de que o TSE já pode estar "sob ataque hacker". E, segundo as palavras dele, a origem seria russa. Desde então não se têm notícias sobre isso, do que já foi feito, do que pode ser feito.

E a pergunta, para finalizar, é: em outubro, nós estamos preparados para suportar ataques *hackers* em massa de um país específico ou de qualquer origem? – nem que seja ali do lado, ali, sei lá. Então, assim, vai a pergunta para os peritos aí dessa situação.

E quanto a uma última... Voltando à fala do Fachin, enquanto não houver esclarecimentos... Eu até queria elucidar e posso até estar um pouco equivocado, mas o senhor é melhor conhecedor. Enquanto não houver esclarecimentos, o Ministro já ocorre em crime de prevaricação. É o meu entendimento. Então cabe aí os senhores analisarem essa situação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Perfeito. Já está anotada a pergunta aqui, para a resposta. Eu vou... Para a gente dar uma celeridade, o senhor vai responder-lhe diretamente. A pergunta que ele fez foi para o Ministro e...? Foi só para o Ministro, não é?

O SR. ANTONIO VAGNER PIMENTEL (*Fora do microfone.*) – Não, para a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Para a Mesa. Então está bom. Então está anotado aqui.

Eu já passo para o último cidadão que pediu aqui a palavra, que é o Sr. Thomas Korontai, que veio de Curitiba, ele que é coordenador nacional também da coalizão Convergências. O senhor tem três minutos, e lhe peço, se puder, sintetizar o seu comentário ou uma pergunta direcionada à mesa.

Muito obrigado pela sua presença.

O SR. THOMAS KORONTAI (Para expor.) – Perfeitamente, Senador. Muito obrigado pela palavra.

Quero propor uma... Vou corroborar praticamente o que o Dr. Felipe Gimenez falou. O problema das eleições brasileiras não é cibernético, é jurídico. E, dentro desse pensamento, o pior mal é aquele com o qual nos acostumamos. São 26 anos de aplicação de eleições em cujos resultados somos obrigados a confiar, nos administradores eleitorais, ainda que o Estado seja laico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não percebemos que a democracia foi retirada de nossas mãos, suprimindo sorrateiramente o nosso direito de simplesmente contar os votos e realizar a completude do sufrágio universal, previsto no art. 14 da nossa Constituição Federal. Perdemos, como povo, nossa democracia, nossa tranquilidade e nossa segurança política e jurídica.

Sabemos todos, servidores e sociedade privada, da obrigatoriedade da publicidade em todos os atos praticados pelos órgãos da administração pública do país, prevista no art. 37 da Constituição Federal. Sabemos e a exigimos!

Mesmo que viéssemos a ter o melhor sistema eletrônico das galáxias, senhoras e senhores, continuará ilegal o processo eleitoral se não houver respeito ao ordenamento jurídico do país, pois os votos continuarão a não existir senão apenas em bits e passíveis de qualquer coisa.

Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, está claríssimo que o processo aplicado às eleições brasileiras está incompleto e, portanto, ilegal, porque o sufrágio é composto do sigilo da votação e da publicidade do escrutínio. E onde está o escrutínio? Foi substituído pela contabilização eletrônica de bits, cujo *software* manda converter em votos. Isso é imoral! Se o poder emana do povo, a eleição é exatamente o exercício desse poder.

E é por essa razão, no exercício desse poder, que nós enviamos cartas a todos os embaixadores lotados no Brasil para alertá-los sobre a visita que fizeram ao TSE, um convite inusitado, para ser elegante, feito pelo Ministro Fachin, uma atribuição do Presidente da República (art. 84, incisos VII e VIII, da Constituição Federal).

A única solução, já que não há, no meu entender, mais tempo para o voto impresso, é a mesma que Japão – e não Butão –, Alemanha – e não Bangladesh – e vários outros países adotam: a cédula de papel com urnas de lona ou caixas lacradas.

Aliás, devemos agradecer ao TSE por ter criado cerca de 570 mil seções eleitorais em todo o país, obedecendo a Lei 9.504, de 1997, que estabelece, em um de seus artigos, o limite de 400 eleitores em cada uma delas. Pergunto, Sr. General, Ministro da Defesa: será tão difícil contar no máximo 400 votos na mesma seção onde ocorreu o pleito, anotando o resultado em uma ata assinada por todos os presentes, fiscais de partido, mesários e até eleitores? Como bem disse o Deputado Filipe Barros, no processo de eleição com papel, é praticamente impossível fazer o que se faz com um processo de eleição eletrônica. Por que a narrativa da prensa desairada, se os eleitos só tomarão posse dois meses depois?

Temos oportunidade de pôr fim ao mal que assola o país e a nação, basta cumprir as leis existentes já. Para bom entendedor, meia frase basta.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Ministro da Defesa, General Paulo Sérgio, permita-me entregar esta pasta com diversas informações para seu conhecimento, as quais modestamente julgo fundamentais para a operação empreendida junto ao TSE.

Temos, senhoras e senhores, de proteger o nosso país dos ataques que vem sofrendo de inimigos internos e externos, blindando com a lei o nosso processo eleitoral, resgatando a ordem, a segurança jurídica e a soberania nacional, garantindo a paz social. Viva o Brasil! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua participação, Dr. Thomas Korontai, que veio de Curitiba especialmente participar desta sessão, ele que é Coordenador pela Seccional...

O SR. JOAQUIM GOMES (Para interpelar.) – Senador, pela ordem.

Eu peço apenas um minuto, sem mais. Eu quero apenas fazer uma provocação aqui aos ministros do Supremo.

Em primeiro lugar, onde está a grande mídia neste momento com esse assunto tão importante?

Em segundo lugar, parabenizar o Exército Brasileiro, que veio, atendeu ao chamado desta Casa, e o TSE não, os ministros não, tá? E, por último, eu proponho aos Ministros Barroso, Fachin e o futuro Presidente do TSE, Alexandre de Moraes, debater, sob a luz da Constituição e do Código Eleitoral, com o Dr. Felipe Gimenez abertamente, onde eles quiserem.

É só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Obrigado pela sua participação.

Eu quero agradecer ao Dr. Thomas Korontai, Coordenador Nacional da Coalização Convergências, que veio especialmente de Curitiba participar desta sessão.

Então, a gente já está com adiantada hora, e eu vou fazer aqui algumas perguntas. Há umas que eu gostaria de fazer aqui... Infelizmente, o Ministro Edson Fachin não veio, não compareceu, mas é uma pergunta que eu vou deixar no ar para quando puder responder, talvez em uma próxima sessão.

O TSE informou que fará uso, nas eleições deste ano, de programas de detecção de *fake news*. Não há dúvidas de que é grande a dificuldade para definir o que seja *fake news*, pois a maioria das informações tem nuances que dificultam a sua identificação como notícia falsa. O fato é que, na sanha de combater as ditas notícias falsas, temos visto por parte da mais alta Corte do Brasil uma flagrante perseguição a políticos e a jornalistas conservadores, tendo como exemplo maior dessa realidade a instauração do Inquérito 4.781, onde o STF figura como vítima, investigador e julgador ao mesmo tempo, em uma clara violação ao sistema acusatório e ao devido processo legal.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, nós elaboramos aqui algumas perguntas para o Ministro Edson Fachin, que eu vou fazer, embora ele não tenha vindo; mas vai ficar aí.

Por que a Justiça Eleitoral não se preocupava tanto com o enfrentamento das ditas notícias falsas nas eleições passadas? O que mudou?

Segunda: o que V. Exa. tem a dizer sobre o combate a *fake news* pelo TSE? Como é o processo? Quem diz o que é *fake news*?

Outra pergunta que eu quero fazer, dessa vez ao Deputado Filipe Barros, é a seguinte: não compreendo a resistência do TSE quanto ao aperfeiçoamento tecnológico para garantir maior segurança e transparência ao processo eleitoral. Nós, os representantes do povo, já aprovamos legislação para adoção de uma urna eletrônica com acessório que permita ao eleitor conferir se o seu voto corresponde à sua escolha, mediante visualização do voto impresso. Isso causa estranheza, pois a quem interessa a manutenção de um sistema baseado em votação abstrata, sem correspondência com a realidade concreta, que é o voto conferível? Estou falando aqui, porque foi aprovado e, depois, como foi bem explicado aqui, foi vetado – não foi? – à época pela Presidente Dilma.

Outra pergunta que eu quero fazer, para encerrar, é também ao Deputado Federal Filipe Barros: o que o senhor extrai desse momento eleitoral, em que autoridades que comandam o processo eleitoral e que deveriam zelar pela isenção de sua atuação ultrapassam o seu papel institucional para tentar influenciar as decisões eleitorais da população? O que muito me diz a população nas ruas... As pessoas comuns, sejam de direita, sejam de esquerda, sejam a favor do Governo, sejam contra o Governo, têm uma percepção hoje que me preocupa muito de que o Supremo Tribunal Federal age como um partido de oposição. Isso é algo que está na percepção de muita gente de diversos espectros. E eu lhe digo isso porque eu sou um Senador independente aqui neste Senado Federal, eu voto a favor do Brasil. Eu tenho posturas aqui muito claras de críticas ao atual Governo em várias pautas, em várias práticas, reconheço também coisas positivas, mas, como um democrata que sou e procuro ser, ele foi eleito por 58 milhões de brasileiros. Tem que respeitar. E o que a gente vê infelizmente é um ativismo muito forte no sentido de interferências.

Ao nosso Michael Freitas – e é a última pergunta que eu faço –, representante da Transparência Internacional, eu pergunto o seguinte: a credibilidade quanto ao resultado das eleições é essencial para que a regra do jogo seja respeitada por todos os eleitores e pelas instituições políticas. É preciso que não haja qualquer dúvida quanto aos números da apuração eleitoral. Caso permaneça qualquer suspeita, a legitimidade dos eleitos para assumir os seus cargos será contestada e no limite poderá até mesmo resultar em uma crise. O Estado democrático de direito se sustenta na vontade popular e no respeito às leis. Quando a Justiça Eleitoral se torna enviesada – o que parece, respeito quem pensa diferente, estar acontecendo em nosso país, em várias decisões recentes –, há grande risco de uma parcela de eleitores se sentirem lesados nos seus direitos políticos, provocando um problema na paz social.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pergunto ao Michael Freitas Mohallem: qual é a opinião do senhor sobre o nosso processo eleitoral sem que sejam acatadas as reclamações de quem exige maior transparência nos feitos eleitorais?

Eu tenho aqui centenas de perguntas e comentários da população brasileira.

O pessoal está participando de São Paulo, como a Pherla: "Se nada existe a ser escondido, não vejo o porquê de não ser auditável. Tudo na vida se recicla. Por que não ser auditável?"

O Gilberto Pereira, do Distrito Federal: "O que o TSE teme em relação à auditoria proposta pelo Ministério da Defesa?"

A Luiza Solano, do Rio de Janeiro: "Haverá inspeção no código-fonte, visto que a última ocorreu em 2021?"

O Cristian Azambuja, do Rio Grande do Sul: "Atualmente, há um debate sobre o retorno do voto impresso. Há algum teste qualitativo comprovando a maior segurança desse tipo de voto?"

O Reginaldo Noronha, do Amapá: "O medo de intervenção no processo democrático pode influenciar no resultado das eleições?"

Todos participando pelo Portal e-Cidadania.

O Mauro Gildo, de São Paulo: "Como se garante que não existem sub-rotinas, ativadas por condições lógicas, na programação das urnas?"

A Ivelise Fátima, do Rio Grande do Sul: "Se em tudo na vida tem comprovante, como nos bancos e supermercados, por que não posso ter o comprovante do meu voto?"

O Firmino Ricardo, de São Paulo: "Pode o Ministro Presidente do TSE ser publicamente oposto à candidatura de algum candidato nessa eleição de 2022?"

A Vivian Barros, do Mato Grosso: "O que o Ministro da Defesa entende sobre o comportamento do Presidente do TSE, que se nega a participar de todas as reuniões a que foi chamado?"

O Adalberto Júnior, de Alagoas: "As Forças Armadas nos garantirão eleições limpas e transparentes?"

O Islander Henrique, de Minas Gerais: "Depois de várias eleições, por que as Forças Armadas insistem em urnas na atual eleição? Onde estavam as Forças Armadas nos outros pleitos?"

O Fábio Gomes, de São Paulo: "Por que os votos auditáveis aprovados no passado, sendo alvo de propaganda por parte do TSE e defesa dos ministros, não foram implementados?"

O Aroldo Luiz Moraes, do Paraná: "Por que os Congressistas, Ministros do TSE e STF não aceitam o voto impresso?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Felipe Alves, do Ceará: "Sempre haverá deficiência em alguns pontos, mas acho que o sistema eleitoral do Brasil é um dos mais eficientes do mundo".

O Edilson José, do Pará: "O voto é o maior símbolo da democracia de um país soberano e com respeito ao seu povo! O voto tem que ser transparente e auditável!".

A Leidiane Alves, de Goiás: "O cadastramento das digitais representa um grande avanço na garantia da segurança do voto no Brasil".

O Ubirajara Guimarães, do Distrito Federal: "Há algum indício de fraude contra o sistema eleitoral que justifique a preocupação militar? Por que a preocupação agora?".

O Neto de Melo, do Ceará: "Se o TSE deve garantir a lisura do pleito, qual o motivo de não querer implementar mais ferramentas de auditoria?".

O Cristian Tavares, do Rio Grande do Sul: "Atualmente, há um debate sobre o retorno do voto impresso. Há algum teste...". Essa aqui ele já tinha feito, não é? Foi duplicado.

A Suzane Santos, do Distrito Federal: "Se o TRE confia no sistema, qual o verdadeiro motivo de querer barrar o voto impresso?".

O José de Souza, do Rio Grande do Sul: "Qual o maior custo para a democracia: uma fraude ou a confecção das impressoras?".

Eu lembro... Não sei qual foi o Ministro que disse: "Olha, mas isso vai custar R\$2 bilhões aos cofres do contribuinte". Não sei se vocês se lembram disso. Lá atrás. Posso estar errado. Aí eu fico imaginando aqui, nas votações que eu faço aqui no Congresso Nacional: para o fundo eleitoral, para bancar campanha com dinheiro nosso, com dinheiro do contribuinte, 5 bilhões. R\$5 bilhões. Então, qual é o preço da segurança? Qual é o preço da transparência? Enfim...

O Marcondes Soares, da Paraíba: "Qual a segurança que o eleitor tem de que o voto dado a um candidato realmente foi registrado no boletim da urna?".

O Lázaro Gomes, do Espírito Santo: "Se os juízes deveriam se pronunciar apenas nos autos, por que o Ministro do TSE foi aos gabinetes pressionar os Líderes contra o voto auditável?".

O Ricardo Alves, do Rio de Janeiro: "Como se dá a segurança lógica e física do código de programação previamente validado e utilizado nas urnas?".

Jéter Silva, do Distrito Federal: "Para o aprimoramento do processo eleitoral, não poderia, no ato da votação, o eleitor ter em mãos um comprovante dos votos realizados?".

Última página.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O André Castro, de Minas Gerais: "Mais de 1,5 milhão de manifestações de apoio à PEC do voto impresso, um recorde no e-Cidadania do Senado Federal. Merece consideração!".

O Josenílton Rodrigues, de Pernambuco: "O sistema eleitoral brasileiro é seguro e confiável. Até hoje não houve comprovação de fraude. As Forças Armadas deveriam ficar fora das eleições".

O Luan Felipe, do Rio de Janeiro: "O Brasil vive uma polarização e o sistema eleitoral é atacado a todo instante. Isso é muito ruim para a imagem do país".

Então, as perguntas que chegaram eu li aqui, de forma democrática, com contraponto, e quem se sentir confortável para responder a algumas delas, nós vamos ter agora a rodada final de cinco minutos para as considerações finais ou para responder a algumas perguntas dos nossos palestrantes aqui.

Eu quero começar de trás para frente, se for possível. A gente já vai iniciar aqui com o Deputado Filipe Barros, que foi o Relator da PEC do voto auditável na Câmara, a quem eu agradeço profundamente por ter desmarcado compromissos previamente assumidos e ter ficado aqui em Brasília para participar desta audiência. O Senado Federal lhe agradece essa consideração.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para expor.) – Eu que agradeço e já parabenizo mais uma vez V. Exa., Senador Girão, pela iniciativa.

Quero, antes de entrar nesses últimos cinco minutos, pedir desculpa ao Ministro Paulo Sérgio, porque me alertaram aqui pelo WhatsApp que, num dado momento da minha apresentação, eu o chamei de Ministro Braga Neto, que foi o antecessor de V. Exa. Então, eu peço desculpa. V. Exa., natural de Iguatu, do Ceará, me desculpe por esse ato falho.

Quero cumprimentar também e parabenizar e agradecer as palavras do Senador Espiridião Amin e dizer mais uma vez aquilo que eu disse na minha apresentação: a democracia se constrói na desconfiança. Governos que exigem de seus cidadãos fé cega, confiança inabalável são os governos ditatoriais. A democracia se constrói na desconfiança, e é justamente daí que surgem as instituições. As instituições surgem como um pacto social ante a barbárie para a construção de acordos perante toda a sociedade, justamente para que a desconfiança seja amenizada e para que as instituições cumpram o seu papel perante a população. As instituições têm que servir à população, e não o contrário. E dessa ideia me parece que o TSE simplesmente se esqueceu. Existe uma disfuncionalidade no Tribunal Superior Eleitoral que, no final das contas, Senador Eduardo Girão, é a origem deste problema que nós estamos debatendo, de boa parte das origens do ativismo judicial, que é a disfuncionalidade do nosso Judiciário como um todo, e, em especial, em decorrência do tema desta audiência pública, do TSE. Nós temos uma Corte Eleitoral que julga, que julga partidos políticos, que julga candidatos, que julga o processo eleitoral como um todo, que julga as contas dos partidos e que julga as nossas prestações de contas eleitorais. Portanto, nós temos uma Corte Eleitoral que, além de julgar, legisla, inclusive muitas vezes contra a vontade deste





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional. Não raras vezes, nós deliberamos determinados assuntos aqui e o TSE, por portarias e resoluções, delibera o contrário. E é o mesmo TSE que administra as eleições.

Então, essa concentração de poderes no Tribunal Superior Eleitoral é, no final das contas, a origem de todos os problemas que nós estamos debatendo e que debatemos aqui nesta manhã. O administrador das eleições, que é o TSE, não pode ser ele próprio quem cria regras para auditoria. E o que nós estamos vendo é que o administrador das eleições, que é quem depois vai falar se o processo eleitoral foi feito numa lisura e numa segurança ou não, ele próprio se autofiscaliza, impõe restrições para entidades externas fiscalizarem e cria regras para auditoria e fiscalização. Isso não existe. Isso não pode continuar acontecendo, para o bem da nossa democracia.

Eu, nesta manhã, lembrei-me de uma das mais famosas frases de um dos mais célebres livros, *O Pequeno Príncipe*. Num dado momento, a raposa diz ao Pequeno Príncipe o seguinte: "O essencial é invisível aos olhos". Isso funciona muito bem nas nossas relações interpessoais, nas nossas relações familiares, nas nossas relações com os nossos amigos, mas isso não pode funcionar quando se fala de voto. O eleitor tem que ver, com seus próprios olhos, o seu voto sendo materializado; tem que ver, o eleitor, com seus próprios olhos, o seu voto sendo registrado, apurado e totalizado corretamente.

Quando nós fomos ao TSE na visita técnica com a Comissão Especial, um servidor do TSE nos disse o seguinte, publicamente: "Olha essas propostas de vocês não podem avançar porque o voto tem que ser sigiloso, inclusive para o próprio eleitor". Se o voto há de ser sigiloso para o próprio eleitor, não tem nem como ele ser contabilizado. Então, essa é a lógica que permeia todo esse debate quando envolve o Tribunal Superior Eleitoral. Aquilo que a raposa disse para o Pequeno Príncipe, de que o essencial é invisível aos olhos, não pode funcionar numa democracia. O voto, que é essencial para a democracia, tem que ser visível aos olhos do seu próprio eleitor.

Para finalizar, Senador, eu trouxe comigo alguns documentos relativos ao inquérito de 2018, que eu gostaria de deixar com V. Exa. para que V. Exa. tome as medidas que entender cabíveis.

Rapidamente, para não tomar muito tempo, esse inquérito foi aberto após o *hacker* divulgar aquilo que havia feito para o site *TecMundo*.

No dia 8 de novembro de 2018 – portanto, logo após as eleições de 2018 –, o delegado responsável pelo caso pediu ao TSE, no tópico 4 dessa portaria de instalação do inquérito, os *logs*, os IPs suspeitos e demais documentos que pudessem ajudar nas investigações. Um desses documentos é um relatório assinado pelo então Secretário de Tecnologia da Informação, Sr. Giuseppe Janino, em que ele descreve, de uma maneira breve e resumida, possíveis impactos do ataque *hacker* naquele ano, o que é muito preocupante.

Esse pedido que havia sido feito em novembro de 2018 pelo delegado, dos *logs*, foi respondido só em junho de 2018, portanto, sete meses depois, por um servidor – cujo nome eu não vou citar, por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de privacidade do servidor, mas vou deixar esse documento com V. Exa. –, que disse que a equipe da empresa Global IP havia apagado todos os *logs* que estavam arquivados. Esse mesmo servidor que responde ao delegado sete meses depois é o servidor que, segundo o próprio relatório do TSE acostado ao inquérito, teve a sua senha utilizada pelos *hackers* na invasão. E é esse mesmo servidor que posteriormente pede investigação contra mim e contra o Presidente Jair Bolsonaro. Esse servidor continua como servidor do TSE na mesma função, e nada foi feito.

O delegado, como eu li mais cedo, responsável pelo caso, num outro momento do mesmo depoimento dele, afirma que não lhe foi permitido fazer uma perícia dentro do Tribunal Superior Eleitoral, e simplesmente esse caso ficou por isso mesmo.

Então, um servidor do TSE teve a sua senha utilizada, e esse próprio servidor que seria o responsável pela guarda dos *logs* e que só responde sete meses depois ao delegado responsável pelo caso, informa que uma empresa terceirizada apagou os *logs*. E é esse mesmo servidor que, depois, pede investigação contra mim e contra o Presidente Bolsonaro.

Eu não sou delegado, Dr. Santos, mas sou formado em Direito, e tudo isso me parece muito estranho. Não posso fazer nenhuma acusação infundada, não seria irresponsável nem leviano, mas esses são os problemas decorrentes de sistemas que dependem exclusivamente de *software*, como é o nosso sistema eleitoral.

Obrigado, mais uma vez, Senador Eduardo Girão, pela audiência pública e pela oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – MUITÍSSIMO obrigado, Deputado Federal Filipe Barros, pela sua presença, ele, que foi o Relator da PEC do voto auditável, que mobilizou bastantes brasileiros de todas as regiões e que, no meu modo de entender, não prosseguiu nesta Casa, no Congresso Nacional, por uma interferência direta do então Presidente do TSE.

Eu queria já passar a palavra imediatamente ao Delegado Sandro Torres Avelar, Diretor Executivo da Polícia Federal, uma das entidades mais acreditadas pelos brasileiros. Muito obrigado! É uma honra recebê-lo nesta sessão. O senhor tem cinco minutos para responder, eventualmente, a alguma pergunta ou fazer as considerações finais.

Muito obrigado pela sua presença.

Muito obrigado. É uma honra recebê-lo nesta sessão. O senhor tem cinco minutos para responder, eventualmente, a alguma pergunta ou fazer as considerações finais.

Muito obrigado pela sua presença.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SANDRO TORRES AVELAR (Para expor.) – Mais uma vez, muito obrigado, Senador Girão, pelo convite à nossa instituição.

Quero cumprimentá-lo e cumprimentar também o Ministro Paulo Sérgio Nogueira, o Coronel Marcelo Nogueira e o Deputado Filipe Barros.

Acho que foi uma oportunidade excelente para ouvir coisas importantíssimas aqui. Aprendi muito também com as perguntas que foram feitas, com as colocações dos Parlamentares e dos cidadãos aqui presentes, que tiveram essa participação.

Quero dizer que a Polícia Federal é uma instituição que tem aproximadamente 13 mil policiais para fazer cumprir as atribuições constitucionais, que são muitas, num país de dimensões continentais, com todas as dificuldades de que todos nós somos sabedores. A Polícia Federal vem fazendo o seu papel.

Neste ano, além de todas as nossas atividades do nosso dia a dia, como investigar o crime organizado, investigar o tráfico de entorpecentes e fazer polícia de imigração, controle de segurança privada, controle de armas, emissão de passaportes, enfim, além de todas as nossas atividades rotineiras, muitas vezes, com grande visibilidade, inclusive em termos internacionais, como aconteceu agora, recentemente, nesse episódio que envolveu o assassinato do jornalista inglês, o Dominic Phillips, e do indigenista, o Bruno... Enfim, além de todas essas atividades em que a Polícia Federal, muitas vezes acompanhada também de outras forças do Estado, atua no dia a dia, neste ano nós temos também as questões eleitorais, que, conforme foi colocado aqui, demandam também a nossa atenção. Em matéria de crimes eleitorais, a gente tem que combater desde a boca de urna, passando pela compra de votos e por fraudes das mais diferentes instâncias.

Além disso, há a questão da segurança dos presidencialíveis, conforme eu coloquei aqui. E também damos a nossa contribuição para este importantíssimo trabalho, que é trazer credibilidade ao processo eleitoral. Para isso, nós temos um grupo de trabalho instituído, em que peritos muito qualificados... Assim como o Coronel Nogueira, nós temos peritos muito qualificados, que estão fazendo esse trabalho, que é um trabalho técnico, mas que a gente tem desenvolvido com o maior cuidado, com a maior cautela, com o maior zelo.

Eu espero que, realmente, a Polícia Federal seja uma das instituições que possa contribuir, colaborar para que nós tenhamos eleições limpas, eleições confiáveis, que é o que todos nós aqui buscamos.

Então, eu o cumprimento, Presidente, mais uma vez, pela iniciativa e pela oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Delegado Sandro Torres Avelar, Diretor-Executivo da Polícia Federal. Muito





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obrigado por prestigiar esta Comissão do Senado Federal, a Casa revisora da República, vindo aqui participar do começo ao fim, aceitando esse convite para um diálogo respeitoso, de altíssimo nível, que a gente está vendo até aqui.

Eu quero já passar imediatamente a palavra para o Sr. Michael Freitas Mohallem, representante da Transparência Internacional – Brasil, a quem eu também agradeço muito a participação, colaborando aqui com o debate democrático.

A sociedade civil também está representada. Acredito que vai ser a primeira de muitas audiências. Vamos ouvir outras entidades também.

Eu lhe agradeço muito pela sua participação do começo ao fim, Sr. Michael Freitas Mohallem. O senhor tem cinco minutos para responder a alguma pergunta ou para efetivamente fazer suas considerações finais. Muito obrigado mais uma vez.

O SR. MICHAEL FREITAS MOHALLEM (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu é que agradeço. Reitero o agradecimento, Senador Eduardo Girão. É uma honra para a Transparência Internacional – Brasil e para mim estarmos presentes nesta importantíssima audiência pública.

Eu agradeço ao senhor e ao cidadão que fez a pergunta, uma pergunta fundamental... A pergunta, para quem talvez não se lembre – foram muitas –, se referia à credibilidade: como poderia se dar o processo eleitoral, caso essa credibilidade fosse abalada diante das suspeitas em relação ao TSE e a outras autoridades envolvidas?

Eu queria responder, concordando com a premissa da pergunta: a credibilidade do processo eleitoral é essencial. Eu diria, inclusive, que o principal objetivo, quando se debatem sistemas eleitorais, é justamente ter a confiança da população. A confiança da população não é só no processo eleitoral, mas ela naturalmente se reflete numa confiança na democracia, na confiança dos atos que vão ser tomados pelos eleitos por esse sistema nos próximos quatro anos, no ciclo eleitoral que se sucede à deliberação através das urnas.

Portanto, é possível dizer que o melhor sistema eleitoral é aquele em que se tem confiança, é aquele que gera a confiança da população, não necessariamente a urna eletrônica, não necessariamente a urna de papel, mas aquele sistema em que a população confia. Não por menos, o Deputado citava outros sistemas diferentes do nosso em que há plena confiança, de democracias maduras, desenvolvidas, sobre as quais não pesa nenhuma suspeita de que não sejam autênticas democracias. Isso é verdade, mas, ao mesmo tempo, é importante observar que, no caso brasileiro, o questionamento sobre a credibilidade parte de diversos espaços, quer dizer, o questionamento sobre a segurança do sistema de votação brasileiro é relativamente recente. Isso não é algo que o acompanha desde a sua origem, ao contrário. Eu falo de forma geral. Há vozes esparsas sempre sobre qualquer assunto trazendo posições diferentes. Mas, de modo majoritário, amplamente majoritário, nosso sistema era, há pouco tempo, considerado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

absolutamente seguro, não por menos elegeu, em diversos momentos, candidatos não previsíveis ou não esperados até certo momento do processo eleitoral.

Portanto, eu diria que a confiança no sistema eleitoral pode ser alcançada de diversas formas ou recuperada de diversas formas. Parece-me que, agora, na atual quadratura, a gente já vive um processo de questionamento sistemático, seja qual for a motivação, se de fato é uma sensação de insegurança ou se é uma estratégia eleitoral de questionar as urnas para posteriormente questionar o resultado. Isso acontece em democracias. Seja qual for a razão desse questionamento, o duro fato é que já existe um questionamento substantivo sobre a segurança das urnas. E me parece que é um processo irreversível o de ampliação da segurança, de ampliação com ainda mais segurança, ainda mais transparência. Parece-me que já há medidas satisfatórias sendo tomadas.

A questão que eu coloco – e espero que eu a tenha colocado com certa clareza aqui – é que esse é um processo que não pode se dar de forma açodada. Ele é um processo que tem que se dar ao longo dos próximos anos. Ele não deveria acontecer agora, a menos de três meses das eleições, porque, ao invés de trazer mais segurança, ele traz mais insegurança, porque ele gera uma dúvida, amplia a dúvida em relação ao atual sistema, que, me parece, embora existam elementos, espaços de desconfiança, é um modelo amplamente testado.

Então, este é o momento de responsabilidade, parece-me, de todos nós – e os senhores são todos muito responsáveis, não há dúvida disso, com a democracia brasileira – de projetar esse debate para momentos futuros, porque o debate agora não me parece colaborar com uma sensação de um pleito seguro. Não há tempo para mudanças profundas, mas eu concordo que o debate... Eu falei isso na minha abertura: não há tabus nesse debate. Não há tabus em debates na democracia, com exceção daqueles que frontalmente violam nossa Constituição, e, certamente, não é esse o caso. O modelo eleitoral pode ser discutido, e espero que isso seja feito ao longo dos próximos anos.

E há um último ponto que me parece muito relevante também: ao mesmo tempo em que o momento do debate não me parece o mais adequado, também não me parece adequado que certos atores, como as Forças Armadas, que são instituições respeitadíssimas... E, até por isso, para preservar o seu amplíssimo respeito e credibilidade, não deveriam ter um papel protagonista; ao contrário, deveriam ter um papel discreto, como sempre tiveram, um papel discreto e sólido durante o processo eleitoral. E as razões são óbvias pelas quais não é adequado que as Forças Armadas participem do debate de forma ativa. É um poder armado, é um poder que pode impor-se, se assim quiser. Portanto, as Forças Armadas não podem ser vistas como alinhadas... Eventualmente, se elas são vistas por uma parte da população como alinhadas com um candidato no processo eleitoral, há naturalmente um questionamento da imparcialidade dessa atuação. E eu não digo que há parcialidade – parece-me que há imparcialidade –, mas a dúvida existirá na medida em que essa participação for mais ativa. E quero dizer que não ser



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

protagonista no processo eleitoral é certamente diferente de não ter a sua opinião técnica considerada, respeitada, o que me parece que está sendo feito.

Então, mais uma vez, agradeço. Espero ter me expressado de forma respeitosa. Eu ouvi com muito interesse e respeito a opinião dos senhores e agradeço uma vez mais, Senador Eduardo Girão, a oportunidade, em nome da Transparência Internacional – Brasil, de estar aqui em nome – acho que posso dizer assim – da sociedade civil, que se fez representada neste debate.

Desejo uma boa tarde a todos e um bom debate.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Muitíssimo boa tarde! Eu é que lhe agradeço em nome do Senado Federal, Michael Freitas Mohallem, que é representante da Transparência Internacional – Brasil, por ter acompanhado esta sessão do início ao fim, por ter ficado conosco.

Eu vou passar a palavra agora, imediatamente, ao nosso Ministro General Paulo Sérgio Nogueira, que é Ministro de Estado da Defesa, para, de alguma forma, responder a algumas perguntas que foram feitas e fazer suas considerações finais.

Muito me marcou a apresentação inédita, pioneira, feita no início desta sessão, que depois eu vou assistir – vou voltar ao YouTube e assistir a toda a apresentação de novo com a equipe –, porque foi muito didática, simples e objetiva e trouxe uma boa notícia, eu acho, a de que nós estamos por três pontos ali, por três propostas, pendentes de um entendimento.

A minha avó sempre dizia – minha mãe também repetia muito isto, mas eu ouvi muito da minha avó lá do interior do Ceará – o seguinte: "Nunca deixe para fazer amanhã o que você pode fazer hoje". Então, se é algo simples, objetivo, que vai dar mais transparência e segurança, eu não entendo por que dizer: "Ah, não! Vamos deixar para a próxima. Vamos deixar para a próxima". É uma percepção minha. Então, isso causa até uma estranheza, não é?

Mas eu vou passar a palavra para o Ministro da Defesa, General Paulo Sérgio Nogueira, agradecendo de coração pela sua participação, pelo respeito que o senhor teve a esta Casa Legislativa, atendendo-nos prontamente. Foi um dos primeiros a confirmar a participação, logo quando foram emitidos os convites. E é uma honra para esta Casa e uma alegria grande poder dialogar. É isto que a gente quer buscar: o diálogo, sempre no limite das nossas forças, pelo bem, pela democracia.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho uma característica, nessas apresentações, que é a de não deixar ninguém sem resposta. Às vezes, eu demoro um pouco mais. Mas, por exemplo, quanto a esse questionário todo aí, naquilo que diga respeito às Forças Armadas, se mandar para a gente, com endereço eletrônico, a resposta vai chegar ao cidadão e à pessoa primeiro.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Procurador Gimenez e o Dr. Thomas falaram muito sobre a legalidade do registro de voto, a parte jurídica. E a gente aqui ficou muito na parte técnica da Comissão de Transparência e da entidade fiscalizadora. Então, eu me sinto... Falta base para discutir juridicamente isso daí, mas eu não deixaria de recebê-lo na Defesa para a gente... (*Palmas.*)

Eu não sei se o senhor já esteve na Defesa, Gimenez, conversando com algum assessor meu.

O SR. FELIPE MARCELO GIMENEZ (*Fora do microfone.*) – Eu estou à disposição do senhor.

O SR. PAULO SÉRGIO NOGUEIRA – Pronto!

Então, com relação aos dois, faço essa colocação.

Antonio Vagner, comentar palavras de um ministro, eu acho que não me cabe, até porque às vezes são ilações e tudo. Agora, a sua preocupação... Nós temos o Centro de Defesa Cibernética, que, como eu já disse aqui, é muito capacitado. Para vocês terem uma ideia, centenas de tentativas de ataque cibernético são realizadas diariamente aos nossos sistemas. E é esse Centro de Defesa Cibernética que tem a condição de evitar... E, quanto mais seguro, mais ataque tem, porque é um incentivo ao *hacker*. Quando ele sabe que o sistema é mais seguro, é que ele tenta mesmo, Senador, para poder tentar, pois é brinde, é troféu conseguir entrar em um *site* seguro, enfim... O que eu quero dizer com isso? Nós temos o Centro de Defesa Cibernética altamente capaz para nos defender de ataques cibernéticos.

Com relação ao Michael, eu respeito, novamente, a colocação, mas nós estamos cumprindo a missão, a convite do Tribunal Superior Eleitoral, de participar da Comissão de Transparência como entidade fiscalizadora, de maneira que não há nenhum viés político e nem tem time A ou B. Nós somos uma Força Armada, instituição secular de tradições históricas do Estado brasileiro. Então, nós estamos cumprindo a missão a convite do Tribunal Superior Eleitoral.

Eu queria fazer um adendo aqui, meu Presidente. Alguns veículos de comunicação, fruto da audiência desta sessão, estão publicando aí coisas equivocadas que eu vou aproveitar a oportunidade para esclarecer. Falaram como se eu estivesse propondo votação paralela em papel, Deputado! Quem assistiu sabe... Talvez a pessoa, o jornalista não tenha o conhecimento do que é um teste de integridade! Meus amigos, no teste de integridade, no dia da votação, há um voto na mão. É aquele elemento que faz ali – ou é um servidor do TSE, ou, se atenderem a nossa demanda, é um eleitor – à mão, que testa a urna e que confere se o que ele fez à mão é o que saiu na urna. Isso é que é integridade! E o TSE já faz esse teste normalmente. Então, isso dá a impressão... E eu recebo aqui de assessorias que tem gente dizendo que o Ministro da Defesa propõe votação paralela com cédula de papel! Então, estou esclarecendo isso aqui.

E, finalizando, Sr. Presidente, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade.

Eu retorno aos três pilares da nossa participação neste processo: a legalidade, ou seja, o TSE nos chamou, e nós estamos dentro de uma resolução; o trabalho técnico de uma equipe altamente capaz que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

propôs inovações, aperfeiçoamentos, algo factível, exequível; e o espírito altamente colaborativo, altamente colaborativo, de diálogo, de tudo... Se eu tivesse tido mais condição de integrar em reuniões técnicas, provavelmente muitas dúvidas que a gente está tendo aqui teríamos evitado com reuniões técnicas setoriais para discutir assuntos importantes.

As três propostas, Senador Girão, que poderão diminuir a possibilidade de falhas, de fraudes, de erros, que são dos meus técnicos, eu apenas memorizei para esta palestra... São essas pessoas aqui que dizem que um teste de integridade nas condições de votação no dia, usando o eleitor com biometria, dez! Se for feito o teste público de segurança nas urnas mais novas, a 2020, reforça bastante.

E, se o tribunal tornar efetiva a auditoria que vai acontecer nas oito etapas daqui até o final do processo eleitoral, auditoria de quem tem que auditar, fiscalização de quem tem que fiscalizar... Eu, por exemplo, sou entidade fiscalizadora, não sou auditora, mas um partido político, uma empresa contratada por um partido político que tem na resolução a capacidade de auditar tem condição realmente de ir mais a fundo na nesta auditoragem e termos a segurança necessária. Então, são essas três propostas.

Eu queria também, não podia deixar de registrar aqui a satisfação, Deputado Filipe Barros... Como eu aprendi com o amigo hoje aqui. É muita coisa de que eu não tinha noção exata, e a tua apresentação, a bibliografia, o histórico inclusive mostra que a demanda de transparência em urna eletrônica é histórica e é de todos os matizes da política. Então, a sua apresentação para mim foi excepcional, e nós acoplamos aqui conhecimentos e assim por diante.

Então, Senador, meu conterrâneo Eduardo Girão, muito obrigado, mais uma vez. Estou pronto para qualquer tipo de debate nesse nível, no caso da participação das Forças Armadas nesse processo, nessa missão que a gente está cumprindo. Muito obrigado. É uma honra estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Muitíssimo obrigado. É uma honra, uma alegria toda nossa, Ministro Paulo Sérgio Nogueira, General Paulo Sérgio Nogueira.

Eu quero também aproveitar para cumprimentar o Coronel Marcelo Nogueira de Souza. Esse Nogueira também é do Ceará?

O SR. MARCELO NOGUEIRA DE SOUZA (*Fora do microfone.*) - É do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) - Também é do Nordeste, olha aí, rapaz.

O SR. MARCELO NOGUEIRA DE SOUZA (*Fora do microfone.*) - Vou procurar na árvore genealógica para ver o nosso parentesco.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Pronto! Que coisa boa, que coisa boa!

Eu queria, antes de encerrar – nós já estamos há mais de quatro horas, com quase quatro horas e meia de sessão –, o Deputado Filipe Barros pediu um minuto. E eu peço que a gente obedeça a esse um minuto, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PL - PR. Para expor.) – Até menos, Senador, só para mostrar a todos como que é o *modus operandi* de parte do Tribunal Superior Eleitoral, em conjunto com as plataformas de redes sociais, uma vez que uma das perguntas foi sobre a questão de *fake news*.

Nós estamos nesse momento, aliás, a manhã toda debatendo sobre as urnas eletrônicas e nós abrimos o Twitter agora e aparece aqui: "Entenda por que as urnas eletrônicas são seguras segundo o TSE". Então, esses acordos que foram feitos ao longo dos últimos meses do TSE com as plataformas de redes sociais, sem a conceituação clara daquilo que seja *fake news*, notícias falsas, me parece que é algo para censurar qualquer crítica que se faça às urnas eletrônicas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É a famosa mordança, não é? E é muito interessante isso porque tem até um sistema – a gente pediu informações, Deputado –, o sistema chamado Tors. Aqui nós votamos um requerimento para pedir informações, porque é adotado lá pelo STF para saber que estão falando do STF, e a gente queria entender o porquê disso, como é que vai ser esse instrumento utilizado, dentro do princípio da transparência.

Aqui está cheio de técnicos, pessoas capacitadas que vieram também participar desta reunião. Não sei quem é bom de matemática, mas, de 1789 até hoje, até 2022, dá quanto, matemáticos de plantão? É uma coincidência de que fomos alertados aqui durante a sessão. De 1789... São 233 anos. Pois é, no dia 14 de julho de 1789, ocorreu um dos eventos mais marcantes da história dessa humanidade. A Bastilha era uma prisão onde permaneciam todos os presos políticos, inimigos do Rei Luís XVI e líderes que queriam o fim da Monarquia, com a instalação de uma República democrática. A França vivia uma profunda crise econômica, com o povo massacrado pelos impostos.

A Tomada da Bastilha foi um marco do início da Revolução Francesa, que perdurou por dez anos, degenerando infelizmente para a violência. Hoje, faz 233 anos da Queda da Bastilha.

E hoje, exatamente hoje, no dia em que a gente faz esta sessão, a gente relembra as ideias iluministas que inspiraram o movimento e eram essencialmente, na essência, pacifistas, com destaque para a sua bandeira, com ideais elevados até hoje, não alcançados pela humanidade: liberdade, igualdade e fraternidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A realidade, Deputado Federal General Peternelli, é que o Brasil vive um momento crítico. Somos um dos países mais ricos do planeta, com abundância de terra fértil, água, minérios, biodiversidade e todo tipo de energia, mas ainda somos uma nação injusta, com mais de 30 milhões de brasileiros vivendo, sobrevivendo na miséria.

A postura adotada... E aí eu faço aqui um apelo para que a gente busque sempre o diálogo com base na humildade, na fraternidade, mas a postura que a gente vê, constatação, adotada por alguns dos ministros da Suprema Corte brasileira tem uma forte semelhança com a Monarquia absolutista do século XVIII. Em 133 anos de República, nunca se abriu nenhum processo de *impeachment* de Ministro do STF, e só o Senado tem essa prerrogativa. É onde nós estamos deliberando sobre isso.

Quando se fala em democracia – e se fala muito do outro lado também, na nossa Corte –, a gente tem que falar, mas tem que praticar, tem que exercer. E, se vai a outros países para falar sobre a nossa democracia, enfim, que está sob risco e tal, me parece algo para inglês ver – literalmente, foi em Oxford, para inglês ver –, porque a gente está aqui do outro lado da rua para dialogar, numa sessão como esta, na sessão que teve semana passada, e a gente convidou respeitosamente os Ministros, que nem vieram semana passada, Sr. Alexandre de Moraes e Sr. Luís Roberto Barroso, nem hoje, o Sr. Ministro Fachin. A gente gostaria muito e a gente vai insistir nisso, para que a gente possa chegar aí numa verdadeira harmonia, numa verdadeira independência entre os Poderes, que não está havendo na nossa nação. Digo isso na minha percepção, com base em tantos procedimentos que estão vindo da Corte, numa escalada autoritária.

Então, para encerrar, eu quero relembrar o patrono desta Casa, do Senado Federal, cujo busto está lá no Plenário, que é Ruy Barbosa. E ele dizia o seguinte... Olha, tem frases dele maravilhosas, parece que ele está falando hoje, parece que ele está falando sobre hoje, frases maravilhosas sobre a questão de você ter vergonha de ser honesto. Tem uma série de frases que vale a pena a gente rememorar, mas tem uma dele que é muito em cima disso, que é a questão de a pior ditadura que existe ser a ditadura da toga, porque, contra ela, não temos a quem recorrer.

Que Deus abençoe a todos!

Cumprida a finalidade desta sessão, ela fica agora encerrada. Eu a declaro encerrada.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 57 minutos.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JULHO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia doze de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Jean Paul Prates e Rogério Carvalho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Simone Tebet, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Roberto Rocha, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Mecias de Jesus. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Izalci Lucas e Paulo Rocha. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Expediente subscrito por Rodolfo Cirne Amstalden, Sócio Diretor da Empresa Jornalística MT Publicações Ltda, com Sede em São Paulo (SP), declarando a composição do capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, em atenção aos artigos 3º e 4º da Lei nº 10.610/2002; Carta Aberta em apoio ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), subscrita pelas entidades representantes do setor produtivo, de inovação e de usuários dos serviços do INPI, solicitando a recomposição do orçamento do instituto para o ano de 2022 e a imediata aprovação de concurso para contratação de novos servidores. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros, a fim de que as matérias sejam analisadas pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ACCCE - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estrela para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marialva, Estado do Paraná." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), em substituição à Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angical do Piauí, Estado do Piauí." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Cidadania FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural de Cacimba Funda para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracati, Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brodowski, Estado de São Paulo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Bacabeira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bacabeira, Estado do Maranhão." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto com a Emenda nº 1-CCT. **ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2019 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuiense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **ITEM 11 - Ofício "S" nº 7, de 2017 - Não Terminativo** - que: "Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Jornalística Web Portal Paraná Ltda." **Autoria:** WEB PORTAL PARANA. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pelo conhecimento e posterior arquivamento do OFS 7/2017. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e posterior arquivamento do OFS 7/2017. **ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2021 - Terminativo** - que: "Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Lebermann FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiabeira, Estado de Minas Gerais." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. **Resultado:** Aprovado o relatório pela apresentação, ao Plenário do Senado, de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações. O Senador Rogério Carvalho assume temporariamente a Presidência para apreciação de requerimento de autoria do Senador Jean Paul Prates. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática nº 26, de 2022**, que: "Requer a inclusão de Representante da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.BR) na audiência pública, objeto do REQ 17/2022-CCT, destinada a debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates

Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/12>

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu vou ler os expedientes durante algumas esperas que, eventualmente, podem ocorrer aqui, para apressar.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião ocorre de modo semipresencial e conta com a possibilidade de os Senadores e as Senadoras votarem nas matérias terminativas por meio do aplicativo Senado Digital.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da plataforma.

Os itens 1 a 9 são terminativos e serão votados nominalmente, em bloco, após a leitura dos relatórios e da discussão das matérias.

Vou iniciar pelo item 9, concedendo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, que se encontra pelo remoto, para a leitura do seu relatório do PDL 302, de 2021.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

O Senador Chico Rodrigues estava presente até agora, mas foi dar uma volta exatamente agora.

O Senador Luis Carlos Heinze está *online*?

Vamos conceder-lhe então a palavra para que apresente o relatório do item 1.

ITEM 1
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 246, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ACCCE - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estrela para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra, para leitura do relatório do PDL 246, de 2021, relativo ao Município de Estrela, Rio Grande do Sul, ao Senador Luis Carlos Heinze. (*Pausa.*)

Microfone desligado, Senador Heinze. (*Pausa.*)

Agora sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Deu certo agora, Presidente? Está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é um prazer estar com V. Exa. e com os colegas.

Nós temos aqui o PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 246, de 2021, que aprova o ato de outorga à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estrela para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL 246, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 246, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Estrela para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze.

Eu gostaria de lhe pedir, se puder ficar mais um pouquinho aí *online*, ajuda para a leitura do item 5 e do item 8, assim que o Senador Acir fizer a leitura do seu relatório, para dar tempo de pegar o projeto para leitura.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador pode?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Posso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – O senhor vai me ajudar no projeto do autocontrole. Eu já estou lhe pedindo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está muito barato isso aí. (*Risos.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – O Senador Acir está aí também presente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é que é negociador, viu? O projeto lá é conceitual. Esses aqui são burocráticos. (*Risos.*)

Eu vou passar aqui a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O Senador Acir está presente? (*Pausa.*)

Senador Acir Gurgacz. (*Pausa.*)

Enquanto vocês contactam aí, vou ler aqui justamente a parte do expediente.

A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente externo:

– Expediente subscrito por Rodolfo Cirne Amstalden, sócio-diretor da empresa jornalística MT Publicações Ltda., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, declarando a composição do capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, titulares direta e indiretamente de pelo menos 70% do capital total e do capital votante, em atenção aos arts. 3º e 4º, da Lei 10.610, de 2002.

Outra comunicação:

– Carta aberta em apoio ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), subscrita pelas entidades representantes do setor produtivo de inovação de usuários do serviço do INPI solicitando a recomposição do orçamento do instituto para o ano de 2022 e imediata aprovação de concurso para a contratação de novos servidores.

Os expedientes lidos serão publicados na página da CCT, pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, a fim de que as matérias sejam analisadas por esta Comissão, conforme a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Senador Heinze, consegue acessar o item 2, do Senador Izalci Lucas, que nos autorizou a leitura *ad hoc*?

A Senadora Mailza Gomes também autorizou a leitura *ad hoc* do item 3.

Consegue visualizar aí? (*Pausa.*)

Está desligado o microfone. (*Pausa.*)

Agora sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Estão tentando fechar para mim. Eu ainda não peguei o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, está bem. Sem problemas. É porque, de fato, eu queria antecipar outro item para lhe dar esse tempo.

Vamos aguardar aqui, sem problemas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, o item 5 eu já tenho na mão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos fazer a leitura.

No item 5 também, o Senador Vanderlan Cardoso autoriza a indicação de Relator *ad hoc*.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 632, DE 2021
- Terminativo -





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Cidadania FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Vanderlan Cardoso

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Portanto, se V. Exa. puder, concedo a palavra ao Senador Luis Carlos Heinze para a leitura do relatório do item 5, que se refere ao PDL 632, de 2021.

Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – PDL 632, de 2021, que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Cidadania FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alexandria, no seu Estado do Rio Grande do Norte.

Nós somos do Rio Grande do Sul e o senhor é do Rio Grande do Norte. O pessoal diz que é "Ri" Grande do Norte e "Ri" Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – De costa a costa. No meio tem o Rio de Janeiro também. Do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Presidente, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto 2.615, de 3 de junho de 1998, e pela Portaria do Ministério das Comunicações nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, alterada pela Portaria do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações nº 1.909, de 5 de abril de 2018.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados destina-se a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Importante notar que o rito de exame dos processos de outorga e renovação de outorga das emissoras de rádio e televisão é complexo, iniciando-se no Ministério das Comunicações que, no presente caso, atestou o preenchimento de todos os requisitos técnicos e legais necessários para seu prosseguimento, passando pela Casa Civil da Presidência da República e pela Câmara dos Deputados até chegar ao Senado Federal.

De um lado, o procedimento estabelecido é positivo, já que possibilita a solução de eventuais pendências durante seu trâmite nos diferentes órgãos. Por outro, a longa tramitação empresta morosidade à aprovação dessas matérias, como no presente caso: a renovação da autorização em análise, pelo prazo de dez anos, deve chegar a termo no próximo mês de novembro, perto de uma provável nova renovação.

Assim, considerando o rito de exame da renovação da autorização em tela e o iminente término de seu prazo de vigência, votamos pela aprovação do PDL nº 632, de 2021.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 632, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação da Rádio Comunitária Cidadania FM para executar o serviço de radiodifusão comunitária no Município de Alexandria, Estado do Rio Grande do Norte, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze.

A relatoria original é do Senador Vanderlan Cardoso, que autoriza o Relator *ad hoc*, Senador Luis Carlos Heinze, a quem agradeço pela colaboração aqui com os trabalhos da CCT. Se tiver...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, eu tenho também o PDL 468, que posso ler também.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso. É o 468 ou 480? O 468 é o item 2 da pauta, do Senador Izalci Lucas, que também aquiesceu com a relatoria *ad hoc*.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marialva, Estado do Paraná.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Senador Luis Carlos Heinze, com a palavra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 468, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Marialva para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Marialva, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 468, de 2021, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

É o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze.

Estamos aqui aguardando a presença de mais um outro Relator.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. *Por videoconferência.*) – Presidente, eu tenho também aqui o PDL 480, do Senador Roberto Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu não estava querendo abusar da sua boa vontade, mas, se quiser ler para nós também, como Relator *ad hoc*, o Senador Roberto Rocha também autorizou.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 480, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Bacabeira para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Bacabeira, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Se puder, por favor. Com a palavra o Senador Luis Carlos Heinze, Relator *ad hoc* do item 8.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 480, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 315, de 25 de novembro de 2013, que deferiu a outorga ora analisada. Embora o processo de outorga tenha sido encaminhado ao Congresso Nacional durante a gestão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a referida portaria foi editada pelo Ministério das Comunicações.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 480, de 2019, a denominação "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações" por "Ministério das Comunicações".

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Heinze, mais uma vez. Agradecido aqui pela sua ajuda.

Estamos aguardando a vinda do Senador Rogério Carvalho, que está finalizando uma participação na Comissão de Assuntos Econômicos, e tem três projetos, três itens de sua relatoria.

O Senador Chico Rodrigues, que está voltando, também tem três itens da sua autoria.

O Senador Styvenson está *online*. Ele está com uma internet precária. Não vai ser possível ler.

Vamos aguardar mais uns minutos. (*Pausa.*)

Estamos fazendo a leitura dos itens 1 a 9, relacionados com radiodifusão, para colocar em discussão em globo e, em seguida, em deliberação.

Itens 1 a 9 da pauta de hoje. (*Pausa.*)

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 449, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural de Cacimba Funda para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

Concedo a palavra para a leitura do relatório do item 6 (PDL nº 449, de 2019), relativo ao Município de Aracati, Ceará, ao Senador Rogério Carvalho.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Presidente, peço permissão para ir direto à análise e, na sequência, ao voto.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, §7º, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagem. Por se tratar a distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se nesta Casa do Legislativo pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 449, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural de Cacimba Funda para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Aracati, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 449, de 2019, a denominação “Ministério das Comunicações” por “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Rogério.

A discussão e a votação serão realizadas em bloco, itens 1 a 9, ao final.

Passo a palavra, mais uma vez, ao Senador Rogério Carvalho, dessa vez, para o item 7, PDL 598, de 2021, relativo ao Município de Brodowski, São Paulo.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 598, DE 2021
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Brodowski, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Também, Presidente, lembrando que Brodowski é a terra do nosso grande artista Cândido Portinari, vizinha a Batatais, do lado de Ribeirão Preto.

Eu quero aqui prestar minha homenagem a todos da cidade de Brodowski, na pessoa do seu filho mais ilustre, Cândido Portinari.

Análise.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 598, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 7.038, de 16 de janeiro de 2018, que deferiu a outorga ora analisada.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 598, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização de outorga à Associação Portinari Comunitária de Cultura, Lazer e Comunicação de Brodowski, para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Brodowski, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 598, de 2021, a denominação "Ministério das Comunicações" por "Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações".

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Rogério.

Agora, vou dar um tempo para tomar uma água e passar aqui, se puder, a Relatoria *ad hoc*, Senadora Mailza Gomes, do item 3, relativo a São Miguel Arcanjo, que também é em São Paulo; e também o do nosso querido Estado do Piauí, relatório do Senador Acir Gurgacz, do item 4.

Portanto, o item 3

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 458, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Pela aprovação do projeto





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatora original Senadora Mailza Gomes.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu posso afirmar que há todos os critérios, toda a técnica legislativa. O decreto preenche todos os requisitos de constitucionalidade, respeitando o Regimento Interno das Casas Legislativas. Portanto, o exame da documentação que acompanha o PDL nº 458, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL 458, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação Rádio Aliança FM de São Miguel Arcanjo, para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de São Miguel Arcanjo, Estado de São Paulo, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

O próximo é o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical do Piauí para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angical do Piauí, Estado do Piauí.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Acir Gurgacz

Relatório: Pela aprovação do projeto com a emenda que apresenta.

Observações: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.

Relatoria original: Senador Acir Gurgacz

Com a palavra, para o item 4.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Da mesma forma, Sr. Presidente, o exame da documentação que acompanha o PDL nº 358, de 2019, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Registro apenas ser necessária a apresentação de emenda de redação para corrigir erro material na denominação da pasta responsável pela edição da Portaria nº 748, de 5 de junho de 2015, que deferiu a renovação da outorga ora analisada. O PDL indica o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e das Comunicações, quando, na verdade, a referida portaria foi editada pelo Ministério das Comunicações.

O voto.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 358, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato de renovação e autorização da outorga à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Angical do Piauí, para a execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Angical do Piauí, Estado do Piauí, com a seguinte emenda de redação:

EMENDA Nº – CCT (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 1º do Projeto de Decreto Legislativo nº 358, de 2019, a denominação “Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações” por “Ministério das Comunicações”.

Pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, mais uma vez, Senador Rogério Carvalho, pelas quatro relatorias – duas da sua lavra; duas *ad hoc*.

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, que se encontra no remoto.

Está nos ouvindo? Falta apenas o seu item, o item 9 dessa primeira série, que vai ter discussão em globo e votação em bloco logo a seguir.

Peço ao senador Rogério Carvalho que, após votar aí no Congresso, também assuma a Presidência temporariamente para a leitura de um requerimento de nossa autoria, e depois volto a presidir aqui para terminar a reunião.

Senador Chico Rodrigues, PDL nº 302, de 2021, relativo ao município de Santa Maria de Jetibá, no Espírito Santo, item 9, com a palavra.

ITEM 9

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação terminativa da CCT.*

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Meu caro Presidente, querido Senador Jean Paul Prates, V. Exa. é sempre gentil, conduz essa sessão de uma forma perfeita, com muita competência e acima de tudo com muita paciência, em função da hora. Eu vou relatar esse projeto da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

É o Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2021, que aprova a renovação da autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Eu peço a V. Exa. para ler apenas a análise e depois o voto, porque ele já está sendo de conhecimento de todos os colegas Senadores.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de serviço de radiodifusão sonora e de sons e de imagens, em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o que na verdade obedece e atende todos esses itens regimentais.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, deste Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, da nossa Constituição, da nossa Carta Magna, portanto, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDL nº 302, de 2021, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Portanto, Sr. Presidente, vou ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDL nº 302, de 2021, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização da outorga à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Maria de Jetibá para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o relatório e entendo que, obviamente, em função... Imagino a expectativa da população dessa cidade importante do Estado do Espírito Santo. Eles devem estar ansiosos para que, tendo essa outorga renovada, possam utilizar esse meio de comunicação, que eu chamo de meio de comunicação invisível, porque o rádio tem essa característica universal da comunicação em tempo real, onde as informações, as músicas, as notícias e tudo aquilo que o imaginário das pessoas pode navegar, chega até as suas casas, às fazendas, às estradas, aos automóveis, e vejo, sim, o rádio como um instrumento poderosíssimo de comunicação.

Obviamente, ao renovar essa outorga, nós estamos dando à população desse município a renovação, com esse instrumento que é poderosíssimo para toda a população, referente a esses itens que eu acabo de comentar aqui neste momento, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, esse é o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Coloco as matérias dos itens 1 a 9 em discussão, em bloco. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação, também em bloco, com a abertura do painel eletrônico neste momento. Votação dos Itens 1 a 9.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Chico Rodrigues, temos aqui o item 10 e o item 11, que nós podemos aproveitar para ler e permanecemos aqui para votação simbólica logo em seguida à votação em bloco.

Portanto, se V. Exa. estiver pronto, eu lhe concedo a palavra para o item 10, PDL 321, de 2019, relacionado ao Município de Ibicuí, Bahia; e, em seguida, o Ofício 7, de 2017, que seria o item 11.

Senador Chico Rodrigues com a palavra para leitura do item 10.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 321, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Ibicuense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Meu caro Presidente Jean Paul Prates, esse projeto que se encontra na Comissão de Ciência e Tecnologia obviamente é o Projeto de Decreto Legislativo 321, de 2019, que autoriza a outorga na Associação Comunitária Ibicuense Padre Eugênio Csizmásia para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Ibicuí, Estado da Bahia.

Nos mesmos termos do anterior, eu solicito a V. Exa. que, como é do conhecimento de todos, se possa ir logo ao voto e obviamente fazer o comentário do requerimento.

O voto, pelo que acabei de expor em relação ao projeto anterior, a importância de uma rádio comunitária é fundamental para toda a população, assim como as demais rádios FM, AM, enfim. Esse é um instrumento de divulgação localizada em que a população durante todos os dias da semana, 24 horas, eles escutam essas rádios porque elas têm um poder de comunicação mágico. A rádio faz a comunicação, vamos dizer assim, levando para as pessoas tudo aquilo a que acabei de me referir no item anterior e têm essa importância social, política, econômica para todas as comunidades.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente verifica nessa análise que foi atendida a constitucionalidade, a técnica legislativa, a juridicidade. Em sendo uma matéria de competência do Congresso Nacional, ela tem esse poder de ser votada exatamente hoje, nesse caso específico, na nossa Casa Legislativa, no Senado da República, na Comissão de Ciência e Tecnologia.

Portanto, eu gostaria de ir ao voto.

Tendo em vista o exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações o requerimento de informações a seguir e pelo sobrestamento da tramitação do PDL 321, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.

O requerimento proposto, Sr. Presidente, tem os seguintes termos:

REQUERIMENTO Nº , DE 2022

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2019:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais; e
- confirmação da inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Portanto, Sr. Presidente, por uma questão de cautela e por orientação, obviamente, da nossa Consultoria, nós estamos fazendo com que esse requerimento retorne até o Ministério das Comunicações, para que nós possamos, aí sim, de uma forma segura, apresentar esse importante projeto de renovação de outorga para essa entidade, no Município de Ibicuí, no Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

É importante a observação do Senador Chico Rodrigues. Esse projeto está em separado, justamente, porque é um pedido adicional de informação ao Ministério. Quando ocorre qualquer exigência a mais, os Senadores da Comissão requerem informações a quem de direito e, portanto, isso fica em separado aqui. E este é o nosso papel: não é, simplesmente, carimbar os pedidos de renovação ou de concessão e, sim, verificar todos os critérios atendidos.

Eu quero dar continuidade, Senador Chico Rodrigues, aproveitando o Ofício nº 7, que é por arquivamento. Rapidamente, se puder, a gente já também toma conta deste outro item, que é o item 11.

ITEM 11
OFÍCIO "S" Nº 7, DE 2017
- Não terminativo -

Comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Web Portal Paraná Ltda.

Autoria: WEB PORTAL PARANA

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pelo conhecimento e posterior arquivamento do OFS 7/2017.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para a leitura do relatório do item 11, relacionado ao OFS 7, de 2017. Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - RR. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Nobre Presidente Jean Paul Prates, eu o farei, já em seguida.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sobre o Ofício “S” nº 7, de 2017, que comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, alteração da composição do controle societário da empresa jornalística Web Portal Paraná Ltda. *(Falha no áudio.)* ...e peço a V. Exa. que possa me autorizar a ir direto à análise. *(Falha no áudio.)*

... De acordo com *(Falha no áudio.)* ... entre outras atribuições, examinar questões atinentes à comunicação e à imprensa.

No dia 28 de maio de 2002, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional nº 36, alterando a redação original do art. 222 da Carta Magna, que reservava a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos a propriedade de empresas jornalísticas e de emissoras de rádio e televisão. A partir da modificação do texto constitucional, as regras de propriedade e controle desses veículos de comunicação foram flexibilizadas, permitindo-se a participação de capital estrangeiro, limitado a 30% – repito, limitado a 30% –, em sua composição acionária.

Para dar efeito às regras previstas, a Emenda Constitucional nº 36, de 2002, determinou, de forma complementar, a elaboração de legislação específica para discipliná-las (art. 222, §4º), aprovada por meio da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, e a comunicação compulsória, ao Congresso Nacional, das alterações de controle societário nas empresas a que são aplicadas (art. 222, §5º).

Note-se, portanto, que a obrigação de encaminhar às Casas Legislativas comunicação acerca de alterações societárias das empresas jornalísticas e das emissoras de rádio e televisão passou a vigor em 2002, e tem como objetivo informar o Parlamento se as modificações na estrutura societária das referidas companhias respeitaram os limites de participação de capital estrangeiro impostos pela nova redação do art. 222 da Constituição Federal.

O detalhamento desse dispositivo está presente no parágrafo único do art. 3º da mencionada Lei nº 10.610, de 2002, que delegou ao Poder Executivo o envio, ao Congresso Nacional, da comunicação de alteração societária das emissoras de radiodifusão, e às próprias empresas jornalísticas a informação a respeito de modificações na composição de seu capital social.

Com o envio pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações da documentação registrada na Junta Comercial do Paraná restam claras a estrutura societária e as alterações de controle da Web Portal Paraná Ltda. realizadas desde sua criação.

Destaca-se, nesse histórico, a participação, na sociedade, da empresa jornalística Folha de Londrina S/A, entre 7 de janeiro de 2002 (3ª alteração contratual) e 3 de setembro de 2005 (6ª alteração contratual). Os documentos confirmaram também a nacionalidade dos sócios dos empreendimentos ao longo do tempo, todos brasileiros, sem qualquer participação de capital estrangeiro.

Verifica-se, portanto, que estão atendidos os requisitos legais e constitucionais que tratam da matéria.

Voto.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Opinamos pelo conhecimento e pelo subsequente arquivamento do Ofício “S” nº 7, de 2017.

Portanto, concluo aqui o parecer em relação a esse projeto, que é importante, de acordo com a demanda apresentada pela Web Portal Paraná Ltda. a este Congresso Nacional, e hoje em votação na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente. Obrigado, Senador Chico Rodrigues.

Quero colocar em discussão a matéria do item anterior, o item 10, imediatamente, para seguinte votação simbólica. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir o item 10, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório do Senador Chico Rodrigues em relação ao PDL 321, de 2019, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Coloco em discussão o item 11, o Ofício 7, de 2017, também relatado pelo Senador Chico Rodrigues.

Coloco em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passo à votação simbólica.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório do Senador Chico Rodrigues permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. *(Pausa.)*

Vamos ao item 12.

ITEM 12

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 597, DE 2021

- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação e Movimento Comunitário Rádio Lebermann FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Goiabeira, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações.

Observações: *A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.*

Também é requerimento de informação complementar.

Precisamos fazer a votação, então, aqui em separado.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho para o item 12, PDL 597, de 2021.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou direto à análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Detalhando o dispositivo, o art. 132, inciso III, da Portaria nº 4.334, de 2015, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Por sua vez, o art. 130, §6º, inciso II, da mesma portaria prevê que o ministério responsável pela renovação da outorga instruirá o processo, entre outros documentos, a partir do relatório de apuração de infrações da entidade, referente ao período de vigência da autorização.

Embora a Secretaria de Radiodifusão da pasta, por meio da Nota Técnica nº 27.160/2017/SEI-MCTIC, de 8 de dezembro de 2017, tenha se posicionado pelo deferido da renovação da outorga em tela, não foram localizados, nos autos do processo, nem a confirmação atestando a inexistência de vínculo da entidade nem o relatório de apuração de infrações da interessada. Assim, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado das Comunicações, na forma prevista no §2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essas lacunas.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado das Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 597, de 2021, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 597, de 2021:

- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

É mais um PDL para requerimento de informações e sobrestamento do próprio.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação simbólica.

Em votação.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Senadoras e os Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovado.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Eu peço ao Senador Rogério Carvalho que assuma temporariamente aqui a Presidência, para que eu possa ler o último requerimento, que é da minha autoria, e, em seguida, faremos a votação em bloco dos itens 1 a 9. (Pausa.)

Eu quero chamar o Senador Jean Paul, a quem concedo a palavra para a leitura do requerimento que é o item 13 da pauta.

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 26, DE 2022

- Não terminativo -

Requer a inclusão de Representante da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.BR) na audiência pública, objeto do REQ 17/2022-CCT, destinada a debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT).

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigado, Senador Rogério, Presidente.

O requerimento é nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado, para que, na audiência pública objeto do Requerimento nº 17/2022, seja incluído como convidado um representante da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br)

Portanto, queremos fazer este requerimento, o Requerimento nº 26, de 2022, e submetê-lo à aprovação desta Comissão, uma vez que a audiência pública deverá se realizar nos próximos dias.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Coloco em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Consulto se há quem queira usar da palavra para encaminhar a votação. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, a votação será simbólica... (Pausa.)

Aprovado.

Volto aqui a Presidência ao Senador Jean Paul Prates. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em votação os projetos constantes dos itens 1 a 9 nos termos dos relatórios apresentados e lidos.

Solicito a abertura do painel eletrônico para a votação.

Quem concorda com os Relatores vota "sim" aos projetos.

Os Senadores já podem votar. Quem concorda com os relatórios vota "sim".

(Procede-se à votação.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos encerrar a votação em um minuto. Um minuto para o encerramento da votação. (*Pausa.*)

Votos registrados: Senadora Simone Tebet, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Chico Rodrigues, Carlos Portinho, Acir Gurgacz e Rogério Carvalho.

Senadores presentes, além desses: Confúcio Moura, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Fabiano Contarato e Jean Paul Prates.

Encerrada a votação.

O resultado da votação será apresentado no painel eletrônico.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Wellington Fagundes também registrou o voto.

Votos SIM, 9; NÃO, 0.

Abstenção: 0.

Quórum: 10.

A Comissão aprova, por nove votos, os projetos constantes dos itens 1 a 9, nos termos dos relatórios apresentados.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 52 minutos.*)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2022, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e dois minutos do dia quatorze de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Styvenson Valentim, Plínio Valério, Flávio Arns, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Chico Rodrigues, Paulo Rocha e Acir Gurgacz. O Senador Rodrigo Cunha está licenciado do mandato de 24/05/2022 a 21/09/2022, conforme REQ nº 219 e 220/2022-CDir. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A Presidência comunica o arquivamento do Aviso nº 817-GP/TCU, do Tribunal de Contas da União, lido na décima reunião realizada em 29/06/2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de senador membro desta Comissão, para análise da matéria pelo Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à Audiência Pública Interativa, aprovada pelo Requerimento nº 17, de 2022-CCT, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN), aditado pelos Requerimentos nº 25 e 26/2022-CCT, com a finalidade de debater a proposta de nova Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de projeto de lei instituindo um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), com a participação de Paulo Alvim, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Sergio Freitas de Almeida, Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI); Sergio Machado Rezende, Professor de Física da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia no período de 2005 a 2010; Ildeu de Castro Moreira, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Gianna Cardoso Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Roberto Muniz, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT); e Fábio Guedes Gomes, Secretário Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jean Paul Prates

Presidente em exercício da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/07/14>





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunicação de arquivamento.

A Presidência comunica o arquivamento do Aviso nº 817, do Tribunal de Contas da União, lido na 10ª Reunião, realizada em 29/06/2022, sem que tenha havido manifestação de interesse de Senador membro desta Comissão ou de Senadora membro desta Comissão para análise da matéria pelo Colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Pauta.

A presente reunião ocorre de modo semipresencial e destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a Política Nacional de Ciência e Tecnologia e a minuta de um projeto de lei instituindo o novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, em debate no Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), em cumprimento ao Requerimento nº 17, de 2022, da CCT, de minha autoria, aditado pelos Requerimentos nºs 25 e 26, de 2022, desta mesma CCT.

O público interessado em participar desta audiência pública poderá enviar as perguntas ou comentários pelo endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou ligar para 0800 0612211.

Encontram-se presentes no plenário da Comissão os seguintes expositores, com muita honra, com muita gratidão pelas presenças: Ministro Paulo Alvim, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações – bem-vindo, Ministro; obrigado pela presença –; Gianna Cardoso Sagazio, Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Roberto Muniz, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia (SindGCT).

Encontram-se também presentes por vídeo... Não, aqui pela presença, primeiro os presentes que estão aqui...

Continuando: Secretário Sergio Freitas de Almeida, que é Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – muito obrigado também pela presença –; Roberto Muniz, já falei; Gianna, também já falei; Sergio Freitas de Almeida também já falei; Ildeu de Castro Moreira, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); Sergio Machado Rezende, Professor de Física da Universidade Federal de Pernambuco e Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia no período de 2005 a 2010 – obrigado, Ministro –; e Fábio Guedes Gomes, Secretário-Executivo da Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br). Agradeço a todos pela presença.

Nesta nossa audiência de hoje, estamos aqui primordialmente para ouvir o Governo, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e em seguida debater a respeito da proposta de uma nova política nacional de ciência e tecnologia.

Sabemos que o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia está concluindo uma minuta de projeto de lei para o novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. Ocorre que a sociedade civil e os pesquisadores têm manifestado algumas críticas à proposta, basicamente por desconsiderar algumas conquistas da ciência brasileira nos últimos anos, a autonomia das universidades e instituições de pesquisa, a necessidade de investimentos contínuos para viabilização de uma política nacional à altura das necessidades brasileiras e, sobretudo, o papel





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de cada ente federativo, estados, União, Distrito Federal e municípios, na estruturação da proposta.

Além do mais, recentemente chegou aqui ao Congresso o que eu chamo de infame PLN 17, de 2022, que tratava da destinação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), cujo um dos artigos justamente autorizava a redução de verbas desse fundo e que o dinheiro fosse utilizado para qualquer outra coisa que não a ciência.

E anteontem tivemos aqui, durante a votação, um destaque para retirada desse dispositivo e uma solicitação, de nossa parte, para votação nominal, porque eu acho que constrangeu um pouco a maioria dos Parlamentares e acabou virando o jogo. Nós conseguimos uma vitória por pequena margem, mas uma vitória importante. Com a consciência da maioria dos Parlamentares, vencemos e retiramos esse PLN de pauta.

Por isso também, gostaríamos de ouvir o Governo, que nos esclarecesse essas diretrizes de uma política nacional, diante desse contexto todo de ciência e tecnologia, para o futuro que nos espera, independentemente de Governo e matriz política futura, já que nós estamos tratando aqui de uma política de Estado, não é? Ciência, tecnologia e inovação devem estar acima de qualquer partido ou governo.

Nesse contexto, já iniciando a audiência, faço algumas observações e perguntas que podem ajudar aqui o debate, instigar um pouco as palestras e as exposições e, aqui, particularmente, em relação à presença do Ministro, que nos honra com a sua liderança nesse processo.

Conforme dados do próprio Ministério e do Banco Mundial, o Brasil investe cerca de 1,2% do seu PIB em pesquisa e desenvolvimento. Esses valores praticamente não se alteraram nos últimos anos. De forma oposta, países como Israel e Coreia do Sul não só investem mais de 4% do PIB em ações relacionadas à ciência e tecnologia, como têm aumentado continuamente seus investimentos ao longo dos anos. Essa tendência é verdade para diversos outros países como China, Austrália, Alemanha, que saíram de 1% para mais de 2% do PIB em investimento em ciência e tecnologia. Todos esses países não só investem patamares muito superiores ao brasileiro, como também têm dedicado cada vez mais recursos à ciência e tecnologia, em especial, em tempos de crise.

Dessa forma, pergunto: 1) como a nova política nacional de ciência e tecnologia pretende alterar esse cenário?; 2) como um dispositivo que permite a retirada de recursos do FNDCT, como esse que foi derrubado ontem, ajudaria a ciência? – obviamente não ajuda, mas é apenas para instigá-los –; 3) quais as medidas efetivas propostas pela nova política para aumentar os recursos destinados à ciência e tecnologia no País, mesmo que gradualmente, Ministro?

Tão importante quanto a existência de investimentos significativos em ciência e tecnologia é a estabilidade desses recursos, de forma a conferir previsibilidade aos agentes envolvidos nas atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no país. Isso é o contrário do que se tem observado no Brasil nos anos recentes, caracterizado por reduções recorrentes – e, às vezes, até surpreendentes – no orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Como o sistema novo, nacional, de ciência e tecnologia pretende encarar esse desafio de conferir maior previsibilidade ao orçamento destinado à ciência e tecnologia no país? E, finalmente, se há previsão de criação de fontes de recursos estáveis para o financiamento da ciência e tecnologia no país e quais seriam as fontes desses recursos.

Portanto, sem mais delongas, concedo logo a palavra ao Exmo. Ministro de Estado Paulo Alvim, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Obrigado, Ministro Paulo Alvim, pela presença.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO ALVIM (Para expor.) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Eu vou, primeiro, agradecer a oportunidade. Eu acho que este encontro aqui... Senador, eu fiz questão de vir. Nós estávamos finalizando a reunião do CD do FNDCT. Tive até a complacência dos conselheiros e se conseguiu cumprir no prazo a reunião, porque hoje a gente discutiu e aprovou a proposta do PLOA do FNDCT para o ano que vem. A gente faz essa discussão no âmbito do CD. É uma prática de governança que a gente resgatou e é fundamental nesse processo. Mas eu não poderia abrir mão, apesar de o Secretário Executivo, Dr. Sergio, estar com todas as perspectivas das respostas que nos foram encaminhadas.

Eu queria, primeiro, cumprimentar o meu ex-professor, Professor Ildeu, sempre meu professor. Eu fui professor dele. Toda vez que falo isso, eu tomo uma bronca dele depois, porque o pessoal faz conta. Quero cumprimentar o Ministro Sergio Rezende, companheiro de muitos trabalhos, e foi meu chefe na Finep, meu amigo Fábio, lá das Alagoas – então, eu me sinto em casa –, quero cumprimentar aqui a amiga Gianna, o meu secretário e o Roberto, que já teve algumas conversas lá comigo.

Veja bem, a primeira coisa que eu gostaria de colocar aqui é que nós temos a gratidão de trabalhar para o amanhã. Quem trabalha com educação, ciência e tecnologia trabalha com o amanhã e, muitas vezes, é essa a dificuldade de percepção da nossa iniciativa, da nossa ação, porque o dia a dia é muito pesado. E a gente sempre administra situações de déficit com o ontem.

Então, essa é a realidade de um país em desenvolvimento, que tem que construir o futuro, que precisa construir um futuro inclusivo e sustentável, mas que tem um dia a dia e um passivo muito difícil. E aí isso acaba caindo nas discussões orçamentárias, financeiras, quando, na verdade, as nossas discussões deveriam ser de para onde queremos ir. Essa é a grande discussão que se deve fazer.

E, nesse sentido, antes de entrar nas suas respostas propriamente ditas, logo que chegamos ao Governo, há três anos e meio, uma das discussões que se fazia era de que precisávamos resgatar alguns compromissos que não foram trabalhados no que se refere àquilo que não gera custo, além de toda a discussão de estabilidade de recursos para garantir estabilidade e previsibilidade.

Então, todo o esforço de regulação vem sendo feito nas diversas áreas de atuação e responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Uma dessas áreas, a mais visível, é a questão da política de ciência e tecnologia, algo que vem sendo trabalhado, mas nunca concretizado. Isso foi retomado. Outra é a grande dívida que se tinha, do tempo da Constituinte – e eu tive participação, nesta Casa, pude acompanhar essa discussão, o Ildeu liderou isso bastante naquela época, como a SBPC, eu me lembro –, que é a questão do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com um detalhe: o sistema evoluiu nesse tempo, mas a gente ainda tinha a dívida da proposta de lei para a sistematização, a regulação do sistema.

Isso foi retomado no âmbito do CCT e o Dr. Sergio vai ter oportunidade de detalhar todo esse trabalho que vem sendo conduzido no âmbito do CCT, com participação, mas que não morre nesse processo. E é isso que eu queria trazer, Senador. Todo trabalho de construção da proposta de projeto de lei do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, bem como a proposta da Política Nacional de Ciência, Tecnologia... Nós temos uma estratégia nacional de ciência e tecnologia que vence este ano. Só que, na boa formulação do planejamento, antes da estratégia, vem a política.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós este ano estamos, no Ministério, com a missão de construir a política e atualizar a estratégia nacional. Esse é um trabalho que nós abrimos no âmbito do CCT, que tem a responsabilidade de deliberar sobre esse assunto e, com isso, contribuir com o Executivo. Nós temos um papel fundamental e rápido. E qual foi a opção? Criamos diversos grupos, no âmbito do CCT, que conduziram esses temas. A Dra. Gianna, que participa como membro do CCT, inclusive liderou um desses grupos.

E esse processo de construção, que nós estamos finalizando, vai entrar em processo de consulta pública. Esta tem sido uma prática: no ambiente do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, todos os nossos marcos regulatórios têm ido a consulta pública. Foi assim com o marco legal das *startups*, foi assim com outros instrumentos que nós fizemos, como a estratégia de IA. Então, nós construímos ouvindo os atores públicos e privados, todo o ecossistema, e, a partir daí, colocamos em consulta pública. Essa tem sido a metodologia que nós temos usado. Nós temos nos utilizado do CGE, que tem uma *expertise* nesse processo de condução. Durante a pandemia, fizemos diversos desses trabalhos e conseguimos bons resultados.

Então, o Dr. Sergio vai ter a oportunidade de detalhar todo esse trabalho, onde estamos e os próximos passos.

Nossa expectativa, Senador, é que neste ano.... Eu vou só responder antes de passar para o Sergio.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Não temos pressa nenhuma, Ministro.

O SR. PAULO ALVIM – Nós estamos com a expectativa de mandar, ainda neste ano, para o Congresso Nacional a proposta de projeto de lei e submeter, neste ano, como ação do Executivo, a política nacional de ciência e tecnologia. Nós construímos a Política Nacional de Inovação seguindo esse procedimento, que está em vigor. Nós a desdobramos em uma Estratégia Nacional de Inovação. Esses dois instrumentos se incorporam à nova política, porque aí passamos a ter uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação que tem prazos de atualização, mecanismos de acompanhamento e monitoramento, tudo seguindo os bons preceitos do planejamento estratégico. Isso porque a política, como foi bem colocado, é uma política de Estado. Não dá para falar em ciência, tecnologia e inovação sem pensar em Estado, nação, porque é um compromisso com o desenvolvimento.

E aí, nesse sentido, quando você fala no desafio dos 2% do PIB, que é uma meta que temos perseguido, infelizmente, ficamos em uma senoide entre 0,8% e 1,2%, historicamente, desde que o Brasil se apercebeu de que tinha que investir em ciência e tecnologia, e é um esforço de diversos, ao longo principalmente das últimas duas décadas. Nós avançamos muito nos marcos regulatórios, nos instrumentos de apoio, nos instrumentos de fomento, precisando ainda trabalhar em aspectos de segurança jurídica, entre outros, em garantia de estabilidade e de previsibilidade – esse é um desafio permanente –, mas nós temos avançado, e isso tem que ser percebido. Na nossa curva, apesar de todos os altos e baixos, a gente tem conseguido avançar.

E avançamos bastante – eu quero registrar isso – nessa aproximação com o Parlamento. A gente avançou bastante nessa discussão ao trazer as questões de ciência e tecnologia para dentro do Parlamento. E o Parlamento abraçou a causa da ciência e da tecnologia porque tem a ver com o desenvolvimento. A gente não tinha dúvida de que seria diferente dessa forma.

E aí, no que se refere à participação no PIB – hoje, nós estamos em torno de 1,2% –, é variável, mas fica nesse entorno de 1,1%, 1,2%. O desafio de 2% não é fácil, não é apenas com recursos públicos. A experiência internacional demonstra que países que têm essa diferença têm maior presença de recursos privados. E captar recursos privados dentro de uma parceria público-





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

privada não é simplesmente tirar o dinheiro das empresas; é criar condições para que as empresas invistam com segurança jurídica, com apoio.

Então, precisamos avançar em mecanismos que deem essa segurança ao setor empresarial. O setor empresarial não quer se afastar desse papel, dessa missão – Gianna vai poder falar a esse respeito –, mas ele precisa de segurança, principalmente porque hoje, com situações de *compliance*, eles precisam ter estabilidade nas regras do jogo.

Então, o desafio é, por exemplo, na política, colocar como meta, mas não apenas colocar num papel como meta. É fundamental que a gente tenha mecanismos ao longo do tempo para perseguir o cumprimento dessa meta. E, para isso, para que a gente consiga avançar na questão dos 2% – para mim esse é um ponto fundamental –, nós temos várias empresas brasileiras em setores intensivos em conhecimento científico e tecnológico que já investem mais do que 4%, como é no padrão internacional, mas elas são a minoria. Elas são as empresas líderes que a gente conhece, e a gente tem orgulho, inclusive, de falar dessas empresas.

O grande desafio é a sociedade como um todo perceber que é por aqui que a gente começa um processo de transformação. E, nesse sentido, um trabalho que a gente vem conduzindo – temos uma secretaria específica para isso – é o da diversificação de fontes. E aí, quando eu falo de diversificação de fontes, não é captação de recurso apenas; é um conjunto de outros instrumentos que deem segurança para a sociedade de que, ao investir em ciência e tecnologia, quem ganha é a sociedade.

Então, isso que vem sendo trabalhado. A diversificação de fontes é algo que precisa ser percebido. Avançou-se muito nos últimos anos – está aí o nosso colega da FAP Alagoas – no investimento dos estados, os estados perceberam isso e estão sendo exemplo de que, ao investir com recursos públicos estaduais, você cria uma diferença nos estados. Hoje, já há uma percepção sobre isso, só que a percepção tem que ser transbordada para a sociedade como um todo.

Então, eu acho que esse é um desafio e, nesse sentido, a política se torna um instrumento fundamental. A definição clara do sistema nacional é importante porque dá segurança para a atração de novos atores que são fundamentais. Antes, a gente pensava em empresa, universidade e em algumas agências de fomento. Hoje, nós chegamos a um quadro, no Brasil, que, em muitos eventos internacionais, nós já somos citados em alguns territórios como casos de sucesso, tal o nível de envolvimento de atores, tanto que a gente brinca: "Já não se fala mais em *triple helix*, já se fala em várias hélices". Eu, como engenheiro, tenho medo de colocar muitas hélices, porque, de repente, o avião pode não sair do lugar. A gente precisa é de atores fortes, comprometidos e envolvidos com esse procedimento.

E, mais uma vez, ao passar para o Sergio, Senador, muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, você é sempre muito bem-vindo, como todos os que participam do Governo. A nossa função também aqui, além de ser fiscalizadora, que é uma coisa um pouco mais robusta, séria, até um pouco mais incisiva, é ouvir. A Casa tem interesse em participar, e não só em participar, como em ser o fórum de discussão de uma política nacional que, como todos aqui dissemos, é uma política de Estado. Então, são muito bem-vindos vocês todos, especialmente os que estão no comando do processo de executar essa política, mesmo que ainda esteja faltando essa parte final de consolidação.

Mas quero passar ao Sergio, Secretário Executivo do ministério, para, então, fazer a sua exposição.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria combinar com vocês também para a gente poder... Na verdade, o apito aqui, essa campainha que vocês ouvem sempre nas sessões – e eu sempre explico – é mais para avisar a pessoa que o tempo passou, porque a gente vai falando, e não percebe, não é?

O SR. SÉRGIO FREITAS DE ALMEIDA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quando vai ver, está falando há meia hora, e não percebe, a pessoa que está falando não percebe.

Então, para advertir, eu posso colocar 15 minutos aqui...

O SR. SÉRGIO FREITAS DE ALMEIDA – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... na campainha, para cada um? E, aí, havendo necessidade... Não há a necessidade também de se assustar com a campainha, é apenas para a gente ter uma noção do tempo e poder cumprir o horário também, para ninguém ficar com fome se ficar por último. Está bem?

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Está bom. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou colocar, então. Vamos fazer isso.

São 15 minutos, Sergio.

Obrigado.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Está bom. Obrigado.

Pode colocar os eslaides aí, por favor.

Primeiro, obrigado, Senador Jean Paul, Ministro Paulo Alvim, por ter conseguido sair a tempo da audiência. À Gianna, ao Roberto, ao pessoal que está aqui presente e ao pessoal que está participando à distância aí, muitíssimo obrigado.

Eu organizei a apresentação que eu vou fazer nesses 15 minutos de modo a mostrar para todos vocês o que nós estamos fazendo em termos institucionais, vamos chamar assim, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e nas atividades do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Eu aponto para lá ou para cá? (*Pausa.*)

Próximo eslaide.

Quem pode passar então? (*Pausa.*)

Bom, então, eu vou falar sobre três tópicos: as atividades do Conselho Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações – de Ciência e Tecnologia, perdão –; o projeto de lei do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, chamado SNCTI; a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Bom, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia foi criado, e estava sem realizar reuniões há algum tempo. No ano passado, o Ministro Marcos Pontes decidiu reativar, realizar novas reuniões desse conselho e, nessa reunião que aconteceu, do Conselho Nacional, ficou decidido que a gente iria elaborar um projeto de lei para o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e uma proposta de decreto para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Foram criados, então, vários comitês, várias comissões temáticas no âmbito do CCT, que é o conselho nacional; realizada a primeira reunião de abertura com todos; em seguida, 71 reuniões das comissões e 10 oficinas. Que comissões são essas? A comissão I é a de coordenação; a II, de planejamento, financiamento, acompanhamento e avaliação; a III, de capital humano; a IV, de pesquisa, infraestrutura e cooperação; a V, de estratégia digital,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia e inovação; a VI, marco legal e ações parlamentares. Então, a comissão VI está mais à frente da minuta do projeto de lei, mas todas as comissões têm participado e realizado reuniões para tratar desse assunto.

Por favor, outro.

A minuta do projeto de lei, que já está em fase muito avançada, já no seu art. 2º, define o que é esse Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele é muitíssimo abrangente e inclusivo. Ele abrange instituições políticas, científicas, econômicas do setor público e do setor privado no âmbito federal, estadual e municipal, todos trabalhando de forma articulada, de acordo com as estratégias nacionais de CT&I para produzir conhecimento científico e tecnológico, mas principalmente também para gerar inovação, riqueza e induzir o sistema brasileiro. A gente nunca pode perder de vista que todo trabalho de ciência, tecnologia e inovação tem como objetivo final o cidadão, a sociedade, o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda.

Próximo, por favor.

Então, todo o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia que está nesse projeto de lei se organiza segundo essas três grandes – vamos dizer assim – orientações: o de princípios, o de diretrizes e o de objetivos a serem alcançados. Então, o sistema é organizado dessa maneira. Os princípios estabelecem as orientações gerais, as diretrizes organizam esses princípios, e a gente então estabelece objetivos que têm que ser alcançados pela atuação de todo esse Sistema Nacional de CT&I.

O sistema tem quatro grandes – vamos chamar assim – ambientes: o ambiente político, o de produção, o de fomento e o de suporte. Só detalhando um pouquinho mais, o sistema, no âmbito político, abrange Governo, Legislativo e sociedade. No Governo, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação e os demais ministérios que têm interação com o tema de ciência, tecnologia e inovação, que é um tema essencialmente transversal, que se desenvolve ao longo de todos os setores da economia e também da administração pública federal, estadual e municipal, as secretarias estaduais e municipais, onde existem, e as agências reguladoras – por exemplo, a Agência Nacional do Petróleo e a Agência Nacional de Energia Elétrica. No Poder Legislativo, o Congresso Nacional, Assembleias e Câmaras. Na sociedade, as representações das comunidades científicas, dentre as quais se destacam a ABC (Academia Brasileira Ciências), a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e também há as representações empresariais, dentre as quais se destacam também a Confederação Nacional da Indústria, a MEI e o Sistema S tem um papel importantíssimo nisso também.

Fomento. Basicamente, os dois órgãos principais de fomento federais – três né? – no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação são o CNPq, a Finep e, na educação, a Capes; as fundações de apoio estaduais; o BNDES; a Embrapii e os gestores de fundos patrimoniais.

Na área de suporte a todo esse sistema, temos as fundações de apoio, a RNP, que é a rede nacional de pesquisa, uma organização social vinculada ao MCTI que faz um trabalho, vamos chamar assim, invisível, mas fundamental para o sistema de ciência, tecnologia e inovação, porque ela é responsável pela conexão e pela ligação entre todas as instituições de pesquisa, todo mundo que trabalha nesse setor, uma organização social extremamente eficiente, que tem projetos importantíssimos, inclusive na Região Amazônica – é sempre bom a gente divulgar esse trabalho da RNP, porque muita gente desconhece –; existe também, na área de proteção à propriedade intelectual, o Inpi; o Ipea; o CGEE (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos), outra organização social vinculada ao MCTI, que também faz um trabalho de apoio





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

importante para o setor, seja apoiando o desenvolvimento de instrumentos normativos, propostas de lei, decretos e normas internas, como também de articulação entre diversas entidades e setores empresariais da comunidade científica e da administração pública; o Ibict, que é uma unidade também de pesquisa vinculada, ligada ao MCTI; e os núcleos de inovação tecnológica.

Todo esse conjunto de participantes do sistema, na verdade, existem para apoiar quem de fato realiza o trabalho de ciência, tecnologia e inovação, que é justamente esse último conjunto de entidades e de instituições ligados à produção do conhecimento científico e tecnológico.

Na parte de cá, aqueles quatro retângulos laranja do primeiro bloco se referem à ciência e tecnologia e, no segundo bloco, à tecnologia e inovação. Nessa parte de ciência e tecnologia se destacam as universidades, unidades de pesquisa do MCTI, instituições de ciência, tecnologia e inovação, os chamados ICTs, e os INCTs. No segundo bloco, laranja, que se dedica à tecnologia e inovação, é basicamente o setor empresarial que atua, são as empresas inovadoras, são os parques tecnológicos, as *startups* e as incubadoras de empresas.

Por favor.

Então, todo esse sistema se organiza com áreas de interseção entre eles – isso é natural. A Coordenação-Geral, até pela própria existência do MCTI, é exercida pelo Ministério. É o Ministério que reúne todas essas organizações ligadas diretamente à pesquisa no âmbito da administração pública federal, se articula com outros ministérios, acompanha todas as atividades que são realizadas no âmbito federal, mas está também em conjunto e em contato permanente com as esferas estaduais e municipais.

Pois bem, nesse projeto de lei que a gente pretende encaminhar ao Congresso Nacional, existem dois colegiados que têm um papel fundamental: o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, que é esse órgão de assessoramento à Presidência República, que tem uma missão importantíssima de propor a política de ciência e tecnologia para o país; e a Câmara Técnica de Ciência, Tecnologia e Inovação, que é um outro colegiado, no âmbito desse sistema, que foi um pleito apresentado pela comunidade científica, com o qual nós concordamos em 100%.

Já existem outras esferas. E a gente entende que essa conversa, esse diálogo, esse trabalho conjunto de colaboração entre as diversas pessoas, setores, essas instituições envolvidas com o CT&I... Eles podem se reunir, discutir e propor iniciativas.

Próxima.

Uma das grandes vantagens que a organização do Sistema Nacional de CT&I e a Política Nacional de CT&I vão apresentar tanto para o Presidente da República quanto para o Congresso Nacional é que a gente passa a ter um ciclo de planejamento. Isso vem muito ao encontro, Senador, do que o senhor mencionou – e é sempre uma pergunta de todo mundo – a respeito da previsibilidade dos recursos para que esses projetos de CT&I tenham continuidade, não sofram paralisações. Então, isso é um fator importante em diversos setores econômicos. E na área de CT&I não é diferente. É fundamental que os projetos possam ser iniciados e os pesquisadores e as instituições que trabalham com esse assunto tenham tranquilidade para realizar seu trabalho com a garantia de que vão ter recursos durante a realização de todo o projeto até a entrega final.

Então, esse ciclo de planejamento é fundamental para o setor...

O SR. PAULO ALVIM – Uma observação: a atividade de ciência e tecnologia é diferente. Ela tem momentos distintos, entregas variadas, mas tem um compromisso com o avanço do conhecimento. Então, apesar de ela muitas vezes ser tratada como um projeto, ela é um processo. Por isso que muitas vezes há as dificuldades da percepção e o entendimento, seja por agentes de aporte de recursos, seja por órgãos de controle, seja pela sociedade. No fundo, nós





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvemos um processo de geração de conhecimento, de incorporação de conhecimento em produtos e serviços, mas usamos metodologias de projeto, que têm início, meio e fim claros, amarrados. Essa mudança é algo que a gente precisa comunicar bem à sociedade. Você tem entregas intermediárias ao longo de um processo desses que ficam, que são legados permanentes, mas que muitas vezes não são mensuráveis. Então, essa diferença é que leva muitas vezes à incompreensão. Por isso que a gente sempre fala que ciência e tecnologia são investimentos, porque é um processo que tem que ser continuado e cada vez mais percebido e apoiado pela sociedade.

Desculpa, Sergio.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Inclusive, se me permite aqui rapidamente, porque isso aqui aparentemente não é uma incongruência, não.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Não...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor está dizendo exatamente... O Ministro está colocando para quem é mais leigo nesse processo o seguinte: ciência e tecnologia... Permita-me aqui cometer um sacrilégio terrível, mas parece que se compara mais com a arte...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... do que com a engenharia.

Apertei a campainha eu mesmo, mas vou recuperar.

Então, mais com a arte do que com a engenharia.

Não tem um prazo final estabelecido para a criação e para o processo de pesquisa. Então, o prazo e continuidade são coisas meio relativas. E isso traduz exatamente o que o Sergio estava falando e é preocupação dos nossos participantes remotos também sobre a previsibilidade orçamentária.

Você tem que ter disponibilidade e, às vezes, tem que ter até uma margem de erro, porque o processo começa de um jeito e você não sabe, exatamente, como acaba. Não é que nem uma ponte, a comparação é esta: uma ponte você sabe quanto vai custar, orçou, fechou, bateu o martelo ali. Eventualmente, tem uma coisa ou outra que pode acontecer, mas é conhecido começo, meio e fim. Aqui, começo, meio e fim podem variar ao longo da linha de pesquisa, ao longo do processo todo.

E outra questão é a construção, que você mencionou. Uma árvore, a raiz, um tronco, no caso de pesquisa e, principalmente, inovação, começa de um jeito e pode terminar de outro, da mesma forma. O que fica ali – o tronco que se construiu – serve para mil outras coisas derivadas daquela mesma linha inicial.

Então, voltando aqui ao Sergio, é para corroborar essa questão, justamente...

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que é um dos principais pontos aqui: previsibilidade de recurso, sustentabilidade da pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Volto aí.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Obrigado, Senador.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou botar o tempo de volta. (*Risos.*)

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Obrigado, Senador. Obrigado, Ministro. Ótimo! Significa que estão prestando atenção no que estou falando, não é? Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ora, se não! (*Risos.*)

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Mas é superpertinente a sua observação. É isso mesmo. O Gontijo até me mandou agora aqui um exemplo disso que o Ministro acabou de falar. A ciência não acaba, não é? Ela não tem fim. Na verdade, é como se fossem degraus.

Eu mencionei essa história de projetos até a entrega final, mas, a partir dela, tem outros, tem o desenvolvimento. O computador não parou lá naquela tela pesadona, grande, não – foi evoluindo. Cada um aumenta um degrau e, a partir daquele degrau, vai-se construindo.

O Gontijo mandou uma mensagem aqui pelo WhatsApp, mencionando o caso do telescópio James Webb, que é um projeto que não é de hoje. Ele começou nos anos 80, foi idealizado lá nos anos 80, foi desenvolvido e só agora é que ele está sendo colocado em órbita – em órbita, não, desculpem-me, está sendo colocado no espaço.

Então, todo trabalho científico e tecnológico se baseia em alguma coisa anterior. Ele não nasce do zero, nem termina. Não há um fim da história, não há um fim da ciência ali.

Obrigado pela atenção. (*Risos.*)

Pois bem, a ideia de planejamento é fundamental porque uma grande e pertinente crítica, justamente, se refere à questão da permanência dos recursos, da garantia de continuidade dos recursos, para que as ações de ciência e tecnologia não parem, não sejam interrompidas, para que possam ter continuidade. Esse é um ponto fundamental, está em todas as discussões, em todos os níveis e grupos dos quais a gente participa.

É fundamental garantir recursos suficientes e constantes para ciência, tecnologia e inovação. Então, no caso, tanto do projeto de lei do Sistema Nacional quanto do decreto da Política Nacional de CT&I, a política, as estratégias, os planos setoriais, os planos anuais, a execução desse planejamento fica sob a coordenação-geral do MCTI. Existe uma previsão de atualização dessas normas no âmbito das estratégias, que são instrumentos próprios do MCTI, a cada quatro anos; no caso da Política Nacional de CT&I, a cada doze anos.

Nós, independentemente do que vier a ser decidido pelo Congresso Nacional, já estamos nos programando para realizar o primeiro encontro para tratar da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação no próximo ano, em 2023.

O monitoramento e a avaliação disso ficam a cargo do tanto do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia quanto do MCTI. No ano que vem, como eu mencionei, haverá a 1ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A primeira, não, mas a próxima, perdão. Já houve outras.

Bom, próximo eslaide, por favor.

Política nacional.

A Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, na verdade, tem um conjunto de desafios a serem superados e enfrentados. Foram desafios postos nessa amplíssima discussão em mais de 80 reuniões das diversas comissões temáticas que estão atuando no âmbito do Conselho Nacional.

O primeiro desafio é o de coordenar e articular de forma integrada todas as comunidades, seja a científica, seja a empresarial, seja a da administração pública. Ciência, tecnologia e inovação, repetindo, é 100% transversal e abrange não só todas as áreas do conhecimento





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quanto todas as esferas de ação da administração pública e dos órgãos e entidades que trabalham com esse assunto.

O segundo desafio, novamente, é encontrar um modelo de financiamento estável e suficiente, um modelo de financiamento e de investimentos públicos e privados. Os investimentos públicos dificilmente serão suficientes para atender ou para resolver todos os problemas que surgem e que são postos aí a todo momento para ciência e tecnologia.

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Exemplo claríssimo disso é o da pandemia. A pandemia trouxe, exigiu uma mudança radical no trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, mas também pelo setor privado e órgãos e entidades do âmbito estadual e municipal. Foi necessário deslocar recursos e pessoal para enfrentar a pandemia, seja desenvolvendo equipamentos e insumos, seja no desenvolvimento de vacinas, por exemplo, e os resultados apareceram e continuam a aparecer.

Pois bem. O terceiro desafio é modernizar e ampliar a infraestrutura de pesquisa e estimular o seu compartilhamento. Essas infraestruturas são caras, exigem conhecimento de profissionais especializados...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – ... e a infraestrutura tem que ser colocada à disposição de todos aqueles que trabalham com ciência e tecnologia.

Existe um *gap* a ser superado, que é o de modernizar um número grande de laboratórios já existentes. Muitos deles estão superequipados, outros nem tanto e precisam de aporte de recursos seja do FNDCT, seja de outras fontes públicas ou privadas.

O quarto desafio é tornar o Brasil um país competitivo. Ciência e tecnologia é fundamental pra isso. Não existe, não vai existir nenhum país competitivo sem investimento em ciência e tecnologia. O agro é um exemplo disso. O agro exige muita tecnologia. Os resultados que o agro apresenta, crescentes, visíveis, que todo mundo elogia e que têm ajudado enormemente o Brasil, são altamente dependentes de tecnologia.

Próximo, por favor.

O Desafio 5: expansão e consolidação do sistema nacional. A gente tem que expandi-lo para a fronteira do conhecimento. E nós podemos fazer isso, porque nós temos pessoas qualificadas, isso não falta no Brasil felizmente.

As infraestruturas: nós temos setores que estão muito bem equipados. Os que ainda não estão sendo apoiados, e o objetivo tem que ser sempre o de colocar esse desafio, tem que ser o de colocar o país na fronteira do conhecimento em áreas que são consideradas estratégicas e em áreas que favorecem o desenvolvimento, geração de renda e criação de empregos.

O Desafio 6: inclusão no sistema de todo mundo que trabalha com ensino, aprendizagem e produção de ciência e tecnologia, desde a educação básica até a educação superior. O MCTI tem feito um esforço muito grande para a popularização da ciência, para o apoio e o incentivo ao ensino de ciência, tecnologia, matemáticas etc. nas escolas para atrair crianças e jovens para o desenvolvimento de projetos e ações de ciência e tecnologia.

O Desafio Nacional 7 é fazer tudo isso com sustentabilidade, solidariedade, inclusão e bem-estar.

O Desafio 8: formar, atrair e fixar recursos humanos de ciência e tecnologia no país para evitar o que se chama de fuga de cérebros, evasão de cérebros, a perda de gente muitíssimo





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

talentosa que a gente tem aqui no Brasil e que é convidada por outras instituições porque aqui não encontrou oportunidades para se fixar e desenvolver seu trabalho.

Então, esses oito desafios são os que orientam todo esse trabalho que vem sendo feito pelo MCTI no âmbito do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia com a participação do setor empresarial e da comunidade científica de todas as áreas, também com a participação de estados e de municípios. Isso é que vem orientando o trabalho, é esse o razoável consenso que a gente encontrou; nunca vai ter unanimidade, mas esse é o razoável consenso a que se chegou nesses trabalhos das comissões.

Eixos estratégicos: planejamento, financiamento, acompanhamento e avaliação; capital humano; pesquisa; transformação digital, tecnologia e inovação. É isso que orienta as ações também dessas duas normas que estão sendo propostas.

Por favor.

Muitíssimo obrigado. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Até ele se assustou com o final! Ficou olhando o tempo... (*Risos.*)

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas está bem, estamos todos aqui produtivíssimos.

Vamos passar diretamente ao Prof. Ildeu, que está aqui no remoto.

Prof. Ildeu está por aí?

Eu vou dizer aqui qual é a ordem, até para quem está no remoto saber, porque eu já estive nessa situação e às vezes a gente não sabe a hora em que vai ser chamado.

Então, vamos colocar aqui: Prof. Ildeu, Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, como segundo painelistas; em seguida, a Gianna, para fazer aqui um revezamento remoto; em quarto, o Ministro Sergio Machado, logo em seguida, para fazer o contraponto; depois, Roberto Muniz; e, finalmente, Fábio Guedes.

O.k.? Todo mundo já sabe a sua ordem.

Com a palavra o Presidente de Honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ildeu de Castro Moreira. Por favor.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA (*Por videoconferência.*) – Desculpe, Senador. Acho que o Prof. Sergio Rezende está fazendo uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, pois não. Prof. Sergio, por favor, se quiser, pela ordem, usar a palavra. Você quer fazer a apresentação logo? Então, a gente faz uma inversão.

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE (*Por videoconferência.*) – Eu queria falar por cinco a dez minutos, no máximo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Ministro. Sem problema.

Com a palavra, então, o Professor de Física da Universidade Federal de Pernambuco, Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia no período de 2005 a 2010, Sergio Machado Rezende.

Obrigado, Ministro.

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE (*Por videoconferência.*) – Eu quero agradecer, inicialmente, ao meu colega Ildeu por ter cedido a vez.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma dificuldade, porque eu tenho um almoço, um compromisso profissional marcado com muita antecedência, e, como esta audiência seria ontem, eu acabei aceitando esse convite.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem problemas. Sem problemas. Compreendemos plenamente.

Você tem a palavra pelo tempo que precisar aí, até 15 minutos.

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE (*Por videoconferência.*) – Muito obrigado.

Eu vou ser rápido.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O sinal vai tocar, mas é só para avisá-lo.

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE (*Para expor. Por videoconferência.*) – Pode deixar.

Eu quero, inicialmente, Senador, cumprimentá-lo pela grande vitória do PL 17, dois dias atrás. E tinha uma situação completamente surrealista, ilegal. Este Congresso aprovou uma lei que proíbe o contingenciamento do FNDCT. E como é que o Governo agora quer contingenciar o FNDCT?

Quero cumprimentar o senhor, os Senadores presentes, o Ministro Paulo Alvim, o Secretário Executivo Sergio, que foi aluno da nossa universidade, onde eu estou agora, aqui em Recife, na Universidade Federal de Pernambuco.

Eu não posso deixar de dizer aqui que eu gostei muito da apresentação do Ministro e do Sergio. Agora, parece que eu estou em outro país, porque não é o que o atual Governo tem feito, nada do que eles estão propondo foi feito pelo atual Governo; e disso nós sabemos. E eu não vou me alongar muito nisso, mas eu não posso deixar de fazer algumas colocações sobre a questão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em 2004, quando assumi o Ministério da Ciência e Tecnologia, o nosso saudoso Eduardo Campos reuniu a comunidade científica, a CNI, os empresários, os órgãos do Ministério da Ciência e Tecnologia e elaborou, depois de muita discussão, uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação. Esse documento da política está nessa estante aqui atrás, em algum lugar.

Uns dois anos depois, Eduardo teve que voltar para o Congresso Nacional, e eu fui convidado a assumir o ministério, no final do primeiro mandato do Governo do Presidente Lula, um ano e meio, e o Presidente Lula foi reeleito. Logo que ele tomou posse, ele anunciou o Plano de Aceleração do Crescimento, e eu, então, levei a ele a ideia de fazer – ele me convidou para continuar no ministério – um plano de ação em ciência, tecnologia e inovação.

Qual é a diferença? É que uma política é uma carta de intenções; um plano de ação é muito mais concreto. É o resultado da discussão também com a comunidade científica, com este documento que está aqui na minha mão e que não é para encher linguiça, não.

Este documento tem, como eu falei, um plano. O plano é constituído de prioridades, linhas de ação e 87 programas. Cada programa está descrito neste documento com apenas três páginas, mas é que são 87 programas, então está volumoso. O que tinha em cada programa? Tinha objetivos, metas, instituições participantes, outras considerações, justificativa e orçamento. Tinha orçamento!

Esse plano foi... Quando eu levei ao Presidente Lula a ideia de fazer o plano, ele disse o seguinte: "Olha, é ótima a ideia, mas não é para ser um plano do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministério deve coordenar, mas é para ser um plano de governo. Desse plano devem participar o Ministério da Saúde, o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras, as





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fundações e assim por diante. E, se houver consenso, esse plano vai ser executado. Eu garanto que vai ser executado."

Resultado: passaram-se quatro anos, o plano foi executado. O FNDCT foi completamente descontinenciado em 2010, contingenciamento zero. Paul Alvim, que estava acompanhando de perto, sabe disso. A comunidade acompanhou de perto, sabe disso.

E esse plano fala várias vezes num Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação não precisa de uma lei para ser criado. Ele tem que existir desde que haja uma política. O plano não é tão necessário, ele foi importante numa certa fase...

(Soa a campanha.)

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE – ... o que nós precisamos ter é realmente uma política, mas não apenas como uma carta de intenções.

Então, o que o Ministro Paulo Alvim apresentou agora, como eu falei, é muito bom, é quase inacreditável que este Governo esteja propondo isso. Agora, a minha opinião franca, Ministro, Senador, é a seguinte. Não é em final de governo que um Governo que negou a ciência o tempo todo em todas as áreas... Foi esse Governo agora que quis contingenciar o FNDCT no próximo ano.

Então, eu não vejo muito sentido em ter uma lei para aprovar um Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia no final de um Governo que negou a ciência o tempo todo. Eu tenho visto as discussões, até dei alguns palpites. É importante que a comunidade esteja sendo ouvida, como está.

Também acho que tudo bem que o Governo apresente um projeto de lei, mas eu quero sugerir ao Senado Federal que segure esse projeto para que o próximo Governo, a partir de janeiro, discuta com mais calma e que isso possa ser feito numa outra perspectiva.

Eu sei que eu estou sendo meio radical, meio chato e tal, mas eu vou terminar dizendo isso. Não vejo sentido num Governo que negou a ciência o tempo todo, que levou os recursos a uma situação desprezível, agora fazer uma lei para organizar o Sistema de Ciência e Tecnologia. Não tem Sistema de Ciência e Tecnologia sem recursos federais.

Só isso que eu queria dizer. Desculpe pela minha posição radical. Agradeço a oportunidade.

Só vou poder ficar mais alguns minutos, porque, como eu falei, eu tenho um compromisso a que eu não posso chegar muito atrasado. Já vou estar atrasado, mas não muito mais. Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ministro, rapidamente. Primeiro, não é uma posição radical, é uma contraposição, e é natural na política. Segundo, a questão de uma política de Estado, acho que envolve realmente discussões e atualizações, de acordo com os governos que vão se sucedendo.

E obviamente a missão aqui do ministério, de todos os ocupantes, inclusive, do Ministro precedente, Ministro astronauta Marcos Pontes – faço aqui homenagem a ele e ao Paulo Alvim, Ministro atual. É uma missão difícil realmente, porque é contraditório todo o discurso e a prática. Mas o ministério aqui, eu tenho certeza e tenho sido testemunha disso, de uma certa resistência e até, ontem provavelmente ou anteontem, também comemoraram com a gente o fato de não ter sido retirado o recurso. Mas realmente é dicotômico, é complicado.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria sugerir o seguinte: com a permissão e a vênica, já que o Ministro vai se retirar, e há um debate importante aqui, Sergio, ou o Ministro Paulo Alvim, se quiserem responder, por dois minutos, e depois a gente retoma o processo, não é? Só antes, para que o Ministro possa ouvir também a resposta deles, e não fiquemos aqui no ar com a sua provocação, que eu acho que é extremamente legítima, e eu a corroboro também. Então, Sergio, se puder, rapidamente, dois ou três minutos.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E aí a gente retoma aqui o painel. Obrigado.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Obrigado, obrigado, Senador.

Eu pediria ao Ministro, até para responder.

O Prof. Sergio Rezende foi meu professor, viu, professor? O senhor foi professor de Física III. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso que ele falou com essa autoridade toda. (Risos.)

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – O seu monitor de Física III era o Sinval Zaidan Gama.

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE (Por videoconferência.) – Isso.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – O senhor deve conhecer, não é?

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE (Por videoconferência.) – Perfeitamente.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Ele foi Presidente da Chesf e tal, foi meu chefe também. Então, passei por média, viu, professor? Nota boa lá na matéria difícil, mas não decepcionei, não decepcionei.

O SR. SERGIO MACHADO REZENDE (Por videoconferência.) – Eu tinha feito umas continhas... (Risos.) (Falha no áudio.)

... se formou. Acho que isso poderia ter acontecido, mas não...

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA (Para expor.) – É verdade, é verdade.

Professor, Ministro, o senhor mencionou o fato, mencionou que o sistema não precisaria de lei para existir. É, de fato, assim, talvez não precisasse mesmo. Mas a questão é que houve uma emenda à Constituição, que é a Emenda 85, de 2015, que criou o art. 219-B, que instituiu formalmente o sistema. Isso, em 2015. E definiu que ele deveria ser organizado em regime de colaboração entre entes públicos e privados, para promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação. Então, isso foi uma determinação da Constituição.

E o §1º desse art. 219-B já determinava que lei federal deveria dispor sobre normas gerais de funcionamento do sistema.

Então, assim, desde 2015, existe um comando para que seja promulgada uma lei federal criando esse sistema. Então, o que nós estamos fazendo é dar cumprimento a esse comando constitucional, que não foi realizado desde 2015.

E por ser um comando constitucional, que determina que haja uma lei federal para isso, não há nenhuma relação entre se propor um projeto de lei em início de governo ou em fim de governo. Ele tem que ser feito. E a decisão de se elaborar esse projeto de lei também não foi tomada num final de governo.

A decisão foi de reativar... Reativar, não; retomar as reuniões do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia em 2021. Então, a gente não vai começar a falar que terceiro ano de governo é fim de governo. Nós estamos dando cumprimento ao que determina a Constituição,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós estamos elaborando esse projeto de lei com amplíssima participação da comunidade científica...

(*Soa a campanha.*)

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – ... e das entidades empresariais. E nós vamos submeter isso a consultas públicas para posterior remessa ao Congresso Nacional, que é quem decide se aprova ou não. Então, nós estamos é dando cumprimento a isso. Nós não estamos fazendo isso em fim de governo. Nós estamos observando o que a Constituição manda fazer. Tem uma série de dispositivos constitucionais que não entraram em vigor e que dependem de lei também. Mas, no âmbito do MCTI nós estamos fazendo isso, nós não estamos esperando que façam por nós. Está o.k.?

Então, esse era o esclarecimento que eu gostaria de dar. Quero agradecer, mais uma vez, a sua observação em relação a esse assunto. É importante que a gente esclareça esse tópico. Não é uma decisão tomada ao apagar das luzes do primeiro mandato do Presidente da República Bolsonaro, não. Nós estamos fazendo isso porque a Constituição mandou que nós fizéssemos. O.k.?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Convergimos. Muito bem.

Obrigado, Secretário Sergio. Convergimos, Ministro. Certamente não acontecerá este ano, posso lhe assegurar isso, pelo cronograma a que o próprio Secretário Sergio se referiu aqui, por conhecer o procedimento aqui da Casa também, as sugestões, a compilação, todos o processo. A versão inicial ainda será submetida à consulta pública, então, provavelmente, antes ainda de virar aqui uma proposição legislativa. Uma vez virando, é o tipo de coisa que não deixa de passar por pelo menos duas Comissões do Senado, se for proposta aqui, mais um Plenário, mais a Câmara, mais a volta ao Senado, ou vice-versa, se for proposta na Câmara, também o processo nas duas Casas.

Então, não há a menor condição de se acelerar e nem motivo para se acelerar o processo, agora, no final de uma legislatura. Não estou nem falando em um mandato, em um processo executivo, porque esse é um processo, como todos disseram aqui, composto, da sociedade, do Legislativo, do Executivo. Então, aqui nós também temos o nosso ritmo. E para um processo desse, que é um marco definitivo, ou pelo menos uma diretriz principal de um setor importante como esse, não há como fazer isso agora, em três meses, ainda mais com um período eleitoral em curso.

Então, Ministro, fique tranquilo! O Ministro aqui, também, tranquilo.

Eu queria passar logo, então, à pessoa de quem interrompi a ordem. Vou tomar a ordem através do Presidente da SBPC, Prof. Ildeu de Castro Moreira. Por favor, Ildeu, com a vênua de ter passado à frente. Foi bom até ter dado a ordem logo, porque vocês se manifestaram. Obrigado.

Com a palavra.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Com certeza, Senador.

Boa tarde a todos vocês. Queria agradecer, em primeiro lugar, ao Senador e à Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado pelo convite para participar desta audiência pública sobre um tema de extrema importância. Quero cumprimentar aqui, também, o Ministro Paulo Alvim. Como mencionou, parece-me que o Ministério, hoje, tem muitos ex-alunos de físicos aqui, o





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sergio Rezende e eu. Quero cumprimentar, também, o Sergio Freitas, a Gianna, nossos colegas – batalhadores constantes pela ciência, tecnologia e inovação –, o Fábio, o Sergio Rezende, que está agora saindo, o Roberto Muniz e todos aqueles que estão nos assistindo.

Em primeiro lugar, eu queria deixar claro que, apesar de eu ter sido Presidente da SBPC nos últimos anos, até 2021, falo aqui em meu nome pessoal, embora escorado na manifestação das entidades – eu vou me basear em boa parte delas –, recentes, inclusive, para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, eu vou externar opiniões pessoais, mas vou me basear, fundamentalmente, no que as entidades, em particular a SBPC, a Academia Brasileira de Ciências, a Andifes e outras, têm manifestado diante dessa situação.

Então, posto isso, eu vou tentar fazer uma apresentação aqui, se eu conseguir compartilhar a minha tela, colocando as... *(Pausa.)*

Estão conseguindo ver, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, sim.

Ele não está no modo de exibição, mas...

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA *(Por videoconferência.)* – Agora foi?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora foi. Agora encheu a tela.

Obrigado.

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA *(Por videoconferência.)* – Está certo. Muito obrigado, Senador.

Bem, então, eu acho que o Prof. Sergio Rezende já colocou alguns pontos gerais também, a preocupação dele política com o momento, que eu acho que é importante.

Eu queria também agradecer, Senador, o empenho do senhor, particularmente, e dos demais Senadores e Parlamentares em relação a essa vitória recente e importante sobre o PLN 17, que recupera aquilo que o Congresso Nacional tinha aprovado, que é a Lei Complementar nº 177.

Quero também valorizar a iniciativa de se aprovar, dois dias atrás, uma redução dos recursos para os reembolsáveis, através da LDO, para o orçamento de 2023, o que também é muito importante para investimento em ciência e tecnologia.

Então, quero agradecer esse esforço do Parlamento brasileiro em prol da ciência, tecnologia e inovação.

Bem, eu queria mencionar dois aspectos.

Indo um pouco na direção do que o Sergio Rezende mencionava, eu acho que essa discussão é importante, e o Secretário Sergio Freitas chamou a atenção de que é uma incumbência institucional, é constitucional fazer essa legislação sobre o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Eu queria valorizar o esforço do Ministro, do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, com a reativação do CCT, que é um órgão importante para discutir isso tudo, embora eu tenha discordância sobre o que ele chama de amplíssima discussão e razoável consenso. Pode ser que tenha uma amplíssima discussão dentro das câmaras, dentro das comissões do CCT, mas que não percorra a comunidade científica, num ponto de vista mais amplo, a comunidade que trabalha com ciência, tecnologia e inovação, as instituições que fazem ciência, tecnologia e inovação. Essa discussão ainda está longe de ser uma discussão abrangente e ampla, como ele menciona, a meu ver.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bem, então, eu acho que esse é um aspecto importante. Eu vou entrar, depois, com alguns comentários sobre os textos já propostos, mas é fundamental a gente ter uma discussão muito mais ampla e profunda. Como foi dito mesmo pelo Ministro Paulo Alvim, a gente está trabalhando com uma questão de uma política nacional e a expectativa é que dure pelo menos 12 anos. Isso significa uma política de Estado, e, para ser uma política de Estado, ela tem que, de fato, refletir os diversos atores envolvidos. Eles têm de participar do processo, não só de formulação, porque eles é que vão executar depois.

Então, os estados, os municípios, as instituições de pesquisa, as entidades, os diversos setores, os outros ministérios – eu cito aí uma lista que eu acho que é extensiva, mas que é importante de setores que têm que participar mais ativamente dessa discussão –, as universidades, os institutos federais, o setor dos trabalhadores, de que nós temos aqui, neste momento, o Roberto Muniz como representante, mas essa discussão tem que ser muito mais ampla. Ela não está ampla o suficiente, como eu vou, inclusive, demonstrar com o posicionamento das entidades, inclusive a SBPC, a ABC, a Andifes, que são entidades que têm assento no CCT e que têm uma posição de que as propostas têm muitas lacunas, não refletem a riqueza, a diversidade do sistema de ciência, tecnologia e inovação que, de fato, existe no país. Então, há que se amadurecer muito mais.

Eu fico satisfeito, Senador, que o senhor já apontou que os prazos do Legislativo, certamente, vão ser estendidos para que essa discussão, de fato, envolva muito mais a comunidade científica e a gente construa uma legislação que, de fato, seja útil e não apenas para cumprir uma designação constitucional.

Eu lembro que essa designação constitucional é importante, como chamou atenção o Secretário Sergio Freitas, só que existem outros artigos da mesma Lei de Ciência, Tecnologia e Inovação, da qual nós participamos lá na Constituinte, muitos anos atrás – e o Paulo Alvim lembrou isso –, que também não estão sendo respeitados.

Por exemplo, o §1º, que diz que pesquisa científica básica é prioritária. Não é prioridade cortar recursos drasticamente como está sendo feito nos últimos tempos. Então, isso não significa prioridade. Falta de recursos não é, porque tem recursos para outras áreas. Se está na Constituição brasileira que pesquisa científica básica e tecnológica é prioridade, o cumprimento dessa legislação constitucional deveria ser uma atribuição de todos os ministérios e de todo o Governo, e não tem sido.

O outro artigo que eu menciono é o art. 219. No art. 219, fala-se do mercado interno e se conclui o artigo dizendo que deve ser definido em lei federal. Isso não foi feito até hoje, desde 1988, quando a Constituição foi promulgada.

Eu chamo a atenção de que, no próprio Capítulo de Ciência, Tecnologia e Inovação da Constituição Federal, vários itens não estão sendo cumpridos adequadamente. Então, é claro que essa necessidade de legalizar esse processo é importante, mas ela deve ser vista dentro desse contexto mais amplo.

E, como aquilo para que o Ministro Sergio Rezende chamou atenção, a gente está envolvido, neste momento, em um processo eleitoral: eleição para Parlamentares, para o Congresso, para o Presidente da República, para os Governadores. Então, é um momento, digamos assim, pouco propício para uma discussão aprofundada sobre isso, acima das visões particulares dos diversos partidos, porque a gente está discutindo uma política de Estado. Então, é fundamental que a gente tenha mais tempo, mais discussão e que a comunidade científica e acadêmica e outros setores participem muito mais ativamente desse processo.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo: todo o setor de saúde, o setor de energia, o setor do meio ambiente, da agricultura, da defesa são setores que têm que estar envolvidos na discussão de uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, porque ela é transversal.

Bem, posto isso, eu queria justificar as minhas colocações iniciais com o documento que foi entregue, já encaminhado ao Ministro Paulo Alvim recentemente pela SBPC, pela ABC e pela Andifes, que reúne os reitores das instituições federais de ensino superior, que são membros do CCT, que são entidades que têm uma participação ativíssima, inclusive desde a Constituinte e também na formulação de todas as outras leis, marco legal e todos os processos, e profundamente envolvidas no CCT.

Essas entidades dizem que o texto necessita de aprimoramento e de discussão ampla entre os diversos setores. Então, ele não está maduro para ser colocado em votação no Congresso Nacional, que tem os seus ritmos. Mas é fundamental que a sociedade leve uma proposta muito melhor discutida e representativa da sociedade brasileira do que as que estão sendo aí colocadas. Essa é uma manifestação, portanto, de três entidades científicas importantes.

E lá, nesse texto... Eu não vou me alongar aqui, Senador, por causa do tempo, mas certamente o documento pode ser entregue – já foi entregue ao Ministro – à CCT, ao senhor e aos demais Senadores da Comissão, e esse documento detalha várias críticas a aspectos específicos da chamada Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, um dos pontos centrais é este de que a primeira referência deve ser a Constituição Federal, que não está sendo atendida em vários dos aspectos que estão colocados lá. Tanto uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação como um Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação devem refletir, estar articulados com aquilo que a nossa Carta Magna determina.

Como foi dito também pelo Ministro Sergio Rezende, essas entidades avaliam que é uma carta incompleta de intenções e sem maior aprofundamento sobre a questão do financiamento, sobre a questão da gestão do sistema. Faltam coisas importantíssimas como uma preocupação com o meio ambiente, com a sustentabilidade, com o desenvolvimento sustentável, com os acordos internacionais aos quais o Brasil está conectado, por exemplo, a Agenda 2030, os ODS ou com os acordos climáticos. Então, há uma necessidade de adaptar essas legislações propostas a esse quadro do contexto também internacional da política no qual o Brasil está inserido.

Há também o entendimento de que é importante fazer uma implementação mais efetiva do chamado marco legal que aprovamos em anos anteriores.

Bem, o documento – eu já mencionei – não leva em conta, acho que adequadamente, os artigos da Constituição brasileira, inclusive, o §1º do art. 218 e também o §4º, que fala sobre a importância de estimular as empresas, mas também de uma certa exigência social: "[...] que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado [...] participação dos ganhos econômicos [...]". Isso está escrito na Constituição brasileira. Então, isso deve estar se refletindo também nos documentos sobre uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Sobre o mercado interno eu já mencionei.

Bem, quanto aos oito desafios aí que foram colocados nas discussões do CCT e o Sergio Freitas apresentou, eu não vou entrar em detalhes, mas nesse documento da SBPC, da ABC e da Andifes são levantados vários pontos críticos a esses desafios, ausências que estão ali presentes como, por exemplo, a indicação de modelo de fontes de financiamento; modos de gestão; também as questões sociais mais amplas do país. Nós temos desafios imensos aos





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

quais o sistema de ciência, tecnologia e inovação deve estar conectado: a redução das desigualdades, a questão ambiental, o emprego das pessoas, a saúde do conjunto da população brasileira... Tudo isso são temas que têm profunda conexão com a ciência e tecnologia e inovação, que não estão adequadamente representados nesses documentos, nem em um, nem no outro.

Bem, um outro aspecto que os documentos não mencionam e que no mundo inteiro tem sido discutido nos últimos anos, nas últimas décadas, inclusive, é a questão da inclusão social, do desenvolvimento social, da inovação social, que é um termo que saiu, que emergiu da 4ª Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, e nem as tecnologias sociais, que estão sendo usadas já em várias universidades, em vários países, e pelo próprio ministério, que tem todo um programa voltado para isso.

Essa preocupação social está muito distante desse programa de ciência, tecnologia e inovação. A palavra "inovação" aparece dezenas, uma centena de vezes: mais do que educação, mais do que universidade, mais do que instituições de pesquisa, mais do que o social. Então, existe, eu acho, uma ótica desfocada em relação ao que que a ciência e tecnologia e inovação deve significar para o país.

Nós não estamos fazendo um sistema nacional de inovação, nós não estamos discutindo uma política nacional de inovação. Inovação é importante, mas não é só ela. Inovação sem ciência não vai acontecer. Portanto, a educação básica, a formação de pessoal qualificado, a presença de outros atores, as necessidades sociais do país, as riquezas do país, a biodiversidade, a Amazônia, que não estão presentes nisso aí... Então, que política é essa que tem uma visão redutora da realidade brasileira?

Então, esses são pontos que são apontados nesse documento da ABC, da SBPC e da Andifes, com os quais eu concordo inteiramente.

Também não está mencionada a conexão com outros sistemas importantes: o Sistema Nacional de Educação, o Plano Nacional de Pós-graduação. Sabemos que a pós-graduação é um setor fundamental para a própria ciência brasileira. Grande parte da pesquisa produzida vem da pós-graduação. Portanto, esses planos e esses sistemas têm que estar integrados profundamente com a educação.

Nós temos visto aí... E é fundamental a participação também, Senador, nessas audiências – e aí já vai uma sugestão – desses outros setores, para que sejam convidados para falar dos estudantes, pois grande parte está indo embora do país. Por que eles estão indo, se evadindo do país nessas circunstâncias? Como o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação deve se adequar para melhorar a condição dos pós-graduandos? Para impedir que os nossos jovens pesquisadores vão embora?

Então, esses também são setores que têm que ser envolvidos nessa discussão, assim como mencionei aqui – e está no documento da SBPC, da Andes e da Andifes – os sistemas estaduais, os sistemas locais e municipais, que têm de ter uma participação muito mais intrínseca nesse sistema, que é o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Não é um sistema federal de ciência, tecnologia e inovação; não é um sistema do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações; não é sequer um sistema do CCT; é um sistema nacional de política científica e tecnológica e de inovação, que deve refletir isso.

Portanto, tem de envolver os setores, senão vai ser aprovado um documento eventualmente que não vai ser utilizado na prática, porque as pessoas que fazem a produção da ciência, da tecnologia e da inovação, os pequenos e médios empresários, os empresários que





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

apostam em inovação, os trabalhadores do setor e os trabalhadores da área de saúde têm que estar envolvidos nesse processo.

Bem, portanto, sobre o documento, como eu mencionei, eu não vou entrar em outros detalhes, mas ele aponta para vários aspectos que deveriam constar de uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação.

Esse documento nós vamos certamente passar aí para os Senadores, se eles já não o têm. A meta, portanto, também é conectar esse sistema nacional de ciência e tecnologia e inovação com as condições de vida do povo brasileiro, com as condições reais, com a economia real brasileira. Então, eu acho que esse é um ponto fundamental que está ausente, a nosso ver, no documento que está sendo proposto.

Tem algumas avaliações incorretas nele, mas eu não vou mencionar aqui o que eu julgo.

Sobre a questão do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação também existem vários comentários de uma carta feita por essas entidades todas – possivelmente o Fábio Guedes vai mencionar isso –, que também alertam para vários pontos deficientes da proposta do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que está muito genérico e muito ralo. Nós achamos que não faz sentido atender a uma, digamos assim, exigência constitucional apenas para cumprir tabela. É importante que o Sistema Nacional...

Eu acho que o Ministro Paulo Alvim e o Secretário Sergio Freitas têm essa sensibilidade. Como já disseram, significa planos nacionais de impacto ao longo de uma década, no mínimo. Portanto, têm que ser mais discutidos. E essa participação da comunidade científica e tecnológica e a dos outros setores tem que ser melhor colocada e estabelecida, também no próprio processo de discussão.

Então, tem esse documento, que aponta vários aspectos. Eu vou só mencionar... Possivelmente a Gianna vai falar da proposta. A CNI também tem uma proposta para o sistema, que nós já discutimos dentro da SBPC. Temos críticas severas também à visão do documento que a CNI está propondo, porque nós achamos que ele tem uma visão estreita de inovação e obscura da ciência, que também é um elemento fundamental nisso. Ele também teve problemas – nós achamos – na gestão, na maneira como o sistema pode ser gerenciado e decidido, na questão das tomadas de decisão. Mas eu não vou me colocar aqui porque ela certamente poderá apresentar, para debate, essa proposta também, a alternativa que a CNI tem discutido e da qual nós discordamos também em boa parte.

Então, eu termino, Senador, agradecendo a possibilidade de falar aqui e insistindo na importância de que essa é uma questão central. Faço aqui novamente um elogio ao Ministro e ao ministério, pela valorização do tema, por virem discuti-lo abertamente, mas quero dizer que nós não estamos satisfeitos com o processo de discussão, que até agora está muito limitado a gabinetes em Brasília e que não chegou de fato às instituições de pesquisa, ao pessoal que produz a ciência, tecnologia e inovação. Então nós devemos fazer isso com mais cuidado. E o Parlamento deve refletir também essa preocupação de garantir um sistema e uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação que seja de fato um espelho daquilo que a população brasileira espera e merece.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente Ildeu de Castro Moreira, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Claro, rapidamente, o Ministro quer colocar aqui alguma coisa em relação justamente à construção desse processo, e nós em seguida passaremos aos demais painelistas.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Paulo Alvim.

O SR. PAULO ALVIM (Para expor.) – Professor Ildeu, tecnicamente falando, nós concordamos com muito do que foi falado aqui, tanto é que a equipe que está consolidando os documentos que vão à consulta pública está incorporando. Se nós pegarmos as duas correspondências que foram encaminhadas, elas sinalizam um monte de caminhos que nós devemos incorporar. Então, a primeira posição que eu queria colocar para o senhor é nesse sentido. Detalhe: antes só iria à consulta pública a proposta da política nacional. Em função das conversas e das contribuições, os dois documentos irão à consulta pública – tanto a proposta do projeto de lei como a proposta da política nacional.

Eu só queria complementar com duas questões.

A primeira, que é a questão – como foi apontado pelo Sergio – do sistema nacional, tem indicações da necessidade de o Executivo encaminhar uma proposta ao Congresso Nacional, e nós estamos simplesmente fazendo isso.

A segunda é mais complexa. Em relação à política nacional, nós tivemos questionamentos dos órgãos de controle, como aconteceu, por exemplo com a política e a estratégia nacional de inovação. Nós tivemos um questionamento, que foi encaminhado ao Governo, e o Governo cumpriu isso. A mesma coisa está acontecendo quando se fala da política de ciência e tecnologia, principalmente porque o questionamento aborda coisas do tipo: o país tem uma estratégia, mas não tem uma política. Foi mencionado pelo Ministro Sergio Rezende que, no passado, tinha, mas não houve uma atualização da política, e a política tem uma temporalidade. É nesse sentido como o Secretário Sergio bem colocou aqui, que nós estamos fazendo cumprimento de indicações que precisam ser cumpridas pelo Executivo, mas com uma característica, num processo de construção coletiva: primeiro, no âmbito do CCT, que tem essa responsabilidade para entrar num processo de consulta pública, com o detalhe de que uma parte dessa consulta depois será amplamente discutida no Congresso Nacional.

Então, a gente entende que o processo não se esgota. Ainda temos muita discussão, negociação e construção pela frente. Mas a gente precisa dar o *start*. O papel nosso foi muito no sentido de iniciar o processo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Ministro. Está compreendidíssimo e, mais uma vez, Presidente Ildeu, também, confirmo aqui a nossa disponibilidade total e irrestrita de ter aqui o Senado Federal como um dos principais locais de discussão para essas várias etapas desse processo de construção. Inclusive, vai à audiência pública ainda. Depois, virá na forma de proposta legislativa, que vai de novo provocar novas audiências públicas como esta que nós estamos tendo aqui, e em várias Comissões, inclusive, quanto à constitucionalidade, ao uso de recursos, tudo isso também. Mas é importante a gente seguir e ir se conciliando e abrindo espaço para essas discussões, com certeza.

Eu queria, rapidamente, ler aqui as colocações dos participantes pelo remoto, os cidadãos e as cidadãs que participam. Isso é muito importante, porque mostra a todos que estamos aqui discutindo, que não estamos só entre nós, mas estamos sendo assistidos por muita gente que tem interesse nesse tema.

Ubirajara Guimarães, do Distrito Federal: "Quais são as principais críticas da sociedade civil e dos pesquisadores em relação à proposta?". Acabamos de ver algumas.

Marcelo Painter de Figueiredo, do Rio Grande do Sul: "Quais os recursos que serão destinados [a esse segmento] ?". Também já falamos um pouco sobre isso.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Iuran Mello de Souza, do Distrito Federal: "Quais os objetivos propostos para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação?". Estamos tratando ao longo da audiência.

Natália Giacomolli Velasco, do Mato Grosso do Sul: "[...] Já se sabe qual será o valor necessário para este investimento?". Mesma pergunta do Marcelo de Figueiredo. Estamos aqui tratando também dessa questão. Claro que depende também das definições orçamentárias em geral.

Luan Felipe, do Rio de Janeiro, comenta: "O Brasil precisa investir em tecnologia. Investir em mão de obra tecnológica. Precisa avançar nesse setor econômico e estratégico".

Outro comentário vem de Orly Júnior, de Santa Catarina. "Qual a motivação da proposta de uma instituição de um novo Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, quais são as atuais dores e desafios?".

Samara Passos, de Minas Gerais: "Esse desenvolvimento nacional se fará de modo sustentável, e com apoio na produção de conhecimentos técnicos e científicos?".

Gabriella Souza de Araújo, do Mato Grosso do Sul, finalmente, pergunta: "Visto que a ciência em nosso país está sendo sucateada, essa nova política vem com estratégias de incentivo para a iniciação científica?".

Vou passar à Diretora de Inovação da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Gianna Cardoso Sagazio. Em seguida, Roberto e Fábio.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO (Para expor.) – Boa tarde às senhoras e aos senhores.

Eu saúdo e parabenizo o Senador Jean Paul Prates pela liderança na defesa dos recursos do FNDCT. Aproveito também para parabenizar o Senador Izalci Lucas, o Deputado Lippi, e tantos outros Parlamentares que apoiaram fortemente, e nós consideramos que os recursos do FNDCT são de uma importância estratégica para o futuro do nosso país. Então, parabéns por essa visão que realmente contribui muito para o nosso país.

A despeito da importância que a ciência, tecnologia e inovação vem ganhando nos últimos anos, a área de ciência, tecnologia e inovação no Brasil ainda não é uma prioridade. Então, a gente precisa avançar muito para que, de fato, a ciência, a tecnologia, a inovação e todas as áreas que se relacionam com esse tema, como a educação, em todos os níveis, o empreendedorismo, a melhor qualidade de vida... Então, a área de ciência, tecnologia e inovação deve ser o grande vetor de desenvolvimento do nosso país, assim como é em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ela vem ganhando importância.

Eu vou voltar aqui aos dados da OCDE. De fato, os países têm aumentado muito os investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A gente está falando aqui de países que hoje estão investindo, como Coreia e Israel, por volta de 5% do PIB em pesquisa e desenvolvimento.

E, Paulo, Ministro Paulo, 1% a gente estava investindo, por volta de 1%, em 2018. De lá para cá, nós tivemos os maiores cortes de orçamento do ministério, os maiores contingenciamentos do FNDCT. No ano retrasado, nós chegamos a ter 90% do orçamento do FNDCT contingenciado. E apesar de a gente ter aprovado a nova lei do FNDCT no ano passado, a gente gastou menos do que no ano anterior. Então, eu não sei se a gente está investindo hoje 0,5% do PIB. E isso significa que o Brasil está na contramão do que está acontecendo no mundo, porque, depois da pandemia, os países todos se conscientizaram da importância estratégica que essa área tem para o desenvolvimento. Não há como criar qualidade de vida para as pessoas, empregos, e empregos de qualidade, sem se investir em ciência, tecnologia e inovação. Então, esse tema é urgente. Não dá para esperar. A gente tem que discutir, sim, cada vez mais, ampliar





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a discussão, ver a perspectiva de todos os setores. A gente não pode esperar. A gente tem que continuar.

Então, nesse sentido, eu queria dizer que o ministério pode contar com a CNI, com a MEI, com a Mobilização Empresarial pela Inovação, para continuar essa discussão quanto tempo for necessário para que a gente avance rapidamente.

A gente está passando aqui, a gente está na iminência de uma recessão global, de um transbordamento da guerra para a Europa. As empresas estão fazendo deslocamentos das suas cadeias globais de valor. Isso pode significar uma oportunidade para o Brasil. Então, nós não podemos esperar para discutir nem a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, nem a consolidação do sistema nacional de ciência, tecnologia e inovação. Precisamos avançar.

E só para reforçar a urgência e a importância de a gente discutir esse tema, vocês sabem que a CNI e a MEI participam como *knowledge partner* do Global Innovation Index, e esse dado é relevante, porque a gente está se comparando com o mundo. Nesse Relatório de Inovação Global, o Brasil está 57º lugar, em 132 países. Ocorre que nós somos uma das maiores economias do mundo. Então, se a gente de fato não focar em ciência, tecnologia e inovação... E, aí, respondendo um pouquinho ao Ildeu, a nossa percepção de inovação inclui ciência e tecnologia, porque sem ciência e tecnologia não há inovação. Então, se a gente de fato não trabalhar para melhorar todo o ecossistema, fortalecer as políticas públicas, criar segurança jurídica, ter políticas robustas, ousadas, de longo prazo, com investimentos que correspondam à importância que se quer dar a essa área... Isso é muito importante. E ainda registro que, nos últimos dez anos, nós caímos dez posições no Global Innovation Index. Quando nós ocupamos a melhor posição no relatório foi exatamente quando nós ocupamos a melhor posição como economia no mundo. Então, existe uma correlação entre o país ser capaz de produzir inovações e desenvolvimento econômico e social. Então, isso aqui é só para situar a visão da indústria e do setor empresarial do quanto a gente precisa avançar ainda nessa área.

Com relação à política, na verdade, ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, de fato, Ildeu, nós fizemos uma proposta para a criação de uma Câmara de Ciência, Tecnologia e Inovação. Por quê? Porque esse tema é transversal à sociedade, você mesmo mencionou isso, e é de importância estratégica.

Então, no sentido de fortalecer, inclusive, o papel do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e entendendo que os vários Ministérios, as várias áreas conversam com o tema da ciência, tecnologia e inovação – exemplo: educação, meio ambiente, tantos outros, defesa –, todos os Ministérios, todas as áreas lidam com ciência, tecnologia e inovação, então, de fato, essa é uma proposta que vem sendo discutida na MEI há muitos anos.

A gente gostaria que esse tema tivesse um *locus* mais estratégico no Governo, e isso não enfraquece em nada, na nossa visão, o papel do Ministério – pelo contrário, ele reforça. Nós acreditamos que seja importante uma governança estratégica do tema no Governo. É assim que os países têm feito. Os Presidentes dos países conversam sobre ciência, tecnologia e inovação, dão as suas prioridades.

Então, quando nós fizemos a proposta que você mencionou que vocês são contra... Inclusive, gostaria de ter oportunidade de apresentar isto para vocês, porque eu não sei que versão do documento vocês leram, mas a gente tem uma proposta que está sendo discutida no CCT, junto com a MEI, que quer reforçar o papel de todos – setor acadêmico, científico, empresas e Governo, entendendo o Executivo, o Legislativo, todos.

O que a gente quer é reforçar e dar a prioridade para esse tema – de vez – para o nosso país, porque a gente não pode gastar a energia de todos aqui discutindo. A gente estava





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

discutindo um corte de R\$3 bilhões aproximadamente. O mundo está investindo trilhões de dólares – dólares!

Então, a gente precisa investir a nossa energia, de fato, e tornar o nosso país um país desenvolvido, que vai dar atenção aos desafios do desenvolvimento, de inclusão social, tratar das questões estratégicas, de energia, da Amazônia, e, para isso, a gente precisa focar. Então, na nossa visão, criar uma Câmara de Ciência, Tecnologia e Inovação pode ajudar em muito a governança e a priorização desse tema, no Governo, junto com a sociedade.

Ainda queria dizer que acreditamos que seja muito importante descrever, sim, todas as instituições que fazem parte do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. É imprescindível que todas as instituições da sociedade civil estejam presentes participando dessa sistematização, gostaríamos de afirmar a obrigação do Estado, que está em Constituição, de fomentar ciência, tecnologia e inovação. Acho que é necessário conferir uma maior representatividade, mais uma vez, para todos esses setores no documento. E, na nossa visão, seria também importante assegurar uma função deliberativa para a Câmara, porque nós vamos tratar dos investimentos totais do país na área de ciência, tecnologia e inovação. É importante, então, definir projetos prioritários de longa duração e de alto impacto para o desenvolvimento econômico do país com políticas orientadas a missões. Hoje, de manhã, a gente conversou sobre isso na reunião do Conselho Diretor do FNDCT.

Então, dessa forma, devem ter prioridade na alocação dos recursos de ciência, tecnologia e inovação as áreas prioritárias, que serão eleitas discutindo-se com toda a sociedade, e impedir que esses recursos sejam descontinuados, suspensos. Ciência, tecnologia e inovação exigem tempo, são desenvolvidos, como o Paulo mencionou, num processo, ao longo do tempo. Eu gostei muito da imagem que o Senador colocou, da arte. Então, são investimentos de longo prazo, que precisam ser maturados, as pessoas precisam ser capacitadas, preparadas, treinadas, educadas. Então, não pode existir essa descontinuidade.

Na seleção dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, os investidores priorizarão pesquisas que podem gerar produtos inovadores para o mercado e que tragam benefício para a sociedade brasileira. Além das instituições ligadas diretamente ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, temos os agentes estaduais, que já foram citados, os municipais, agentes temáticos e setoriais, que devem buscar articular a realização desses investimentos evitando sobreposições e descontinuidade de financiamento para os projetos de ciência, tecnologia e inovação.

É importante e crucial que entre os objetivos do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação constem nossas maiores defesas como investimento em tecnologia e inovação nos parâmetros da OCDE. Então, a gente acredita que devemos, sim, aumentar e sustentar esses investimentos. É preciso, mais uma vez, priorizar a ciência, tecnologia e inovação no nosso país a fim de alcançar o desenvolvimento produtivo e a competitividade da nossa economia. Precisamos criar uma imagem de um país, uma imagem construída na realidade, de um país que seja moderno, inovador e que, de fato, dê importância ao que vai gerar empregos – empregos de qualidade – para a nossa população.

Sobre a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, nós acreditamos muito na sinergia entre os vários setores. Então, a gente acredita que, na política, deve estar refletido, a gente tem que ter uma representatividade...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO – ...na política. Eu digo isso, Ministro Paulo, porque, na política nacional de inovação, a gente não participa, o setor empresarial nem o setor científico. Então seria importante, mais uma vez, que a gente tivesse uma participação nessa governança.

Em linhas gerais, nós entendemos que falta ainda uma estruturação a partir de projetos mobilizadores e encomendas de Estado. A gente acredita que a minuta do documento pode avançar no sentido de incentivar parcerias público-privadas com objetivos definidos, adotando o conceito de pesquisa orientada, missão, para parte dos recursos. Isso visaria aumentar o alinhamento das instituições de pesquisa e desenvolvimento com a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e o desenvolvimento, e poderia abarcar projetos em áreas como transformação digital, que já está presente no documento, mais sustentabilidade, e as áreas, inclusive, que o Ildeu colocou na sua apresentação: cadeias produtivas e setores nos quais o Brasil tenha e possa vir a ter competitividade. É possível também mencionar o complexo econômico e industrial da saúde, bioeconomia, nanotecnologia, o desenvolvimento sustentável da Amazônia e outros. Então, os itens e temas mencionados não são exaustivos.

É de se notar que a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação orientada a missões deve ter como base um debate amplo na sociedade para que seja possível definir democraticamente as missões a serem perseguidas.

Então, por meio da contemplação desses eixos temáticos e políticas orientadas a missões, entendemos ser possível fortalecer o documento de modo a sanar alguns pontos colocados e aqui tratados.

Eu queria dizer que estamos totalmente à disposição para continuar este debate, para aprofundar este debate. Trazemos aqui a visão da indústria, do setor empresarial, da MEI, que reúne hoje por volta de 500 das maiores lideranças empresariais do país. Temos a visão de que precisamos avançar juntos, porque nenhum setor vai resolver os problemas e os desafios do Brasil sozinho. Então, precisamos estar articulados e convergir para ter essa política e o sistema, o mais rápido que for possível, discutido de uma forma democrática.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem!

Obrigado, Gianna, ligada à CNI.

Ministro Paulo, um aparte?

O SR. PAULO ALVIM (Para expor.) – Primeiro eu quero agradecer as palavras da amiga Gianna.

A gente está em sintonia, esse é um processo de construção que não é fácil, mas, da mesma forma que o Ministro Sergio Rezende apontou um dos indicadores que estará na política, que é o percentual de participação no PIB, a Gianna apontou outro indicador fundamental, que são metas a serem perseguidas na política, que é a redução do *gap* 13 e 57: 13º em produção científica e 57º no índice global de inovação. Mas não é simplesmente reduzir na parte de inovação; nós temos que melhorar a produção científica, porque somos uma das dez maiores economias do mundo na produção científica, e trazer rapidamente, numa perspectiva de, no mínimo, para os próximos 12 anos, o número, que hoje é de 57, para algo em torno de 20.

Mas não é simplesmente reduzir na parte de inovação; nós temos que melhorar a produção científica, porque somos uma das dez maiores economias do mundo na produção científica, e trazer rapidamente, numa perspectiva, no mínimo, para os próximos 12 anos, o número que hoje é de 57 para algo em torno de 20. Isso é algo que, inclusive, temos discutido muito com os





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

colegas do Ministério da Economia, porque isso vai incrementar a produtividade, isso vai incrementar a competitividade.

Então, um outro indicador está aqui.

As discussões da política começaram a indicar metas que nós devemos perseguir, como aumentar a formação de mestres e doutores, melhorar a remuneração de mestres e doutores, levar mestres e doutores para dentro das empresas. Os indicadores estão construídos, ou seja, a política tem metas. Nós estamos construindo o documento. Tudo isso é fruto de muita discussão e de muito trabalho e que vai – desculpem-me insistir – à consulta pública, e não se paralisa a discussão.

O fundamental é que alguns nortes precisamos ter porque neste ano precisamos atualizar a estratégia nacional. Isso é obrigatório. E nós não podemos fazer um processo apenas de gabinete, nós temos que ouvir, e esses *inputs* servirem de base para toda essa construção de documentos de política.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente, Ministro. Inclusive lembro a todos que, nessa questão de redução de *gap* de *ranking* – claro que sabemos –, os outros nunca estão parados.

O SR. PAULO ALVIM – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, não adianta só você tentar andar que nem foguete; os outros também estão correndo. Então, a corrida é dupla. É que nem andar em esteira ao contrário.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO – Senador, a gente fala que é a boca do jacaré que está aumentando.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

Roberto, tudo bem?

O SR. ROBERTO MUNIZ – Tudo!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá?

Roberto Muniz, Presidente do Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais da Carreira de Gestão, Planejamento e Infraestrutura em Ciência e Tecnologia, bem-vindo!

O SR. ROBERTO MUNIZ (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Eu queria agradecer o convite feito pela Comissão, feito pelo senhor para que pudéssemos participar desta audiência pública. Isso para nós é muito importante. E também queria destacar e agradecer a sensibilidade da Comissão, a sensibilidade do Congresso, não só do Senado, mas do Congresso, para os temas de ciência e tecnologia.

Já foi falado aqui da importância de se ter derrotado o bloqueio dos recursos do FNDCT. Isso foi uma vitória fundamental e demonstrou essa sensibilidade dos Parlamentares em entender a necessidade do investimento em ciência e tecnologia. Isso ficou patente, e a gente tem que estar lembrando aqui.

Eu gostaria de fazer uma série de colocações, até com uma certa vantagem, porque eu pude escutar uma série de observações. Vou mudar um pouquinho o que teria para falar, mas eu queria situar de onde falo.

Nós estamos aqui representando, eu estou aqui representando um conjunto de servidores públicos federais que trabalha diretamente com ciência e tecnologia, são as carreiras públicas federais na área de ciência e tecnologia. Aqui eu represento os chamados gestores em ciência e tecnologia. É uma carreira federal, é uma das carreiras que tem maior titulação na Esplanada,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

com mestres e doutores, profundamente especializada e voltada para fazer gestão, planejamento e infraestrutura em ciência e tecnologia. Infelizmente – nós agradecemos por estar aqui –, nós não estamos inseridos neste debate, que é o debate da política nacional de C&T e do novo sistema, da regulamentação do novo sistema. E nós nos consideramos – e acho que isso não é uma pretensão, porque nós estamos cotidianamente trabalhando com ciência e tecnologia, implementando políticas públicas, elaborando políticas públicas para a área... Nós fazemos parte desse sistema, nós somos agentes desse sistema.

O pesquisador lá na ponta, que é um dos principais responsáveis para que o sistema funcione, que é o nosso objetivo, não faria o que faz hoje, apesar de toda a criatividade, apesar de todo o esforço, se a gente não tivesse um conjunto de servidores, um conjunto de máquinas públicas e instituições trabalhando para que ele pudesse desenvolver.

Então, nós somos uma engrenagem fundamental desse sistema, e, infelizmente, a gente não foi envolvido, não está envolvido nesse debate dessa política nacional de C&T e do sistema, que são fundamentais.

Eu acho que não há discordância aqui, Ministro, da importância de se discutir uma política nacional para C&T, de se discutir a formalização, a constituição do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Acho que isso é consenso. É uma demanda de muito tempo de que a gente tenha no Brasil uma política de Estado para ciência e tecnologia.

Nós, que somos agentes de Estado, e não agentes de governo, nós que trabalhamos para o Estado, para servir à população, e não ao governo de plantão, vemos e estamos reafirmando constantemente que o país precisa de uma política de Estado para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação.

Então, é dentro desse caráter que a gente queria trazer contribuições. Nós não estamos aqui para criticar por criticar, para fazer oposição. Nós queremos contribuir para o que nós achamos que temos condições e capacidade para contribuir. Nós não queremos criar obstáculo para ninguém; ao contrário, a gente quer avançar.

E aqui eu já deixo registrados os nossos agradecimentos ao Ministro, na figura do Ministro, porque, ao assumir o Ministério, claramente o Ministério mudou. A gente conhece a sua trajetória, conhece o esforço que o senhor está fazendo. Eu, que trabalhei dez anos com a memória da ciência e tecnologia no Centro de Memória do CNPq, conheço a sua trajetória e o compromisso que o senhor tem, assim como dos demais integrantes desta mesa.

Então, o que nós estamos trazendo não é uma crítica pessoal, Ministro, é uma contribuição para um processo. E, infelizmente, o que nós temos visto – e aqui eu faço uma primeira introdução bastante genérica – é que no Brasil nós estamos passando por um processo de banalização das coisas – e pior: banalização e empobrecimento. A nossa sociedade tem visto várias questões sendo banalizadas e ela está sofrendo um profundo empobrecimento. Isso atinge todas as áreas. Como eu falo de banalização, vamos pegar o que é mais comum: a violência. A violência está sendo banalizada e ela é levada para nós como se fosse uma coisa comum: "Não, acontece". Ora, não podemos aceitar isso.

A mesma coisa para a área da ciência e tecnologia. A gente repete que ela é importante, mas, na prática, o que a gente está vendo? Ela está sendo desconstruída.

Nós viemos aqui nesta Casa, no Senado, para diversas audiências públicas e fizemos questão de afirmar: estão desconstruindo o Sistema Nacional de C&T. Há um movimento proposital de desconstrução do sistema nacional. E isso se dá não só, Senador, nos cortes orçamentários, que são brutais – são brutais! Estão sufocando o Sistema Nacional de Ciência e





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tecnologia. O CNPq hoje está à míngua. Não fosse a ação deste Congresso em manter a liberação dos recursos do FNDCT, o CNPq teria praticamente fechado as suas portas.

Mas isso não acontece só em nível orçamentário; acontece em nível de infraestrutura. A nossa infraestrutura em C&T está sucateada. Laboratórios inteiros estão deixando de funcionar por falta de reagentes, por falta de material, por falta de equipamentos, não é?

E, terceiro, há uma carência gigantesca de recursos, recursos humanos, porque não há infraestrutura que funcione sem recursos humanos. É nas universidades, é nos institutos, é dentro do Ministério. O CNPq, que já teve mais de 800 servidores para atender todo o país, em nível nacional, hoje conta com menos de 300 servidores. E nós vamos ter que operacionalizar, e ainda bem que vamos ter que operacionalizar, mais de 80 editais, Presidente. Então é fundamental recompor essa força de trabalho. E isso tem que estar numa política, isso tem que ser considerado. Nós não podemos banalizar essas questões. Esse empobrecimento é real, está certo?

Então, feitas essas considerações, eu vou falar do que foi possível conhecer, já que nós não fomos inseridos nesse debate, não é? O que nós pudemos depreender do debate é: primeiro, é necessário o debate, está certo? Ele está em curso? Está. Mas existem algumas coisas que precisam ficar claras. O próprio Ministro e o Secretário colocaram aqui que ciência e tecnologia é diferente. Não é a mesma coisa fazer ciência e tecnologia e a gente pedir para o Ministério da Agricultura fazer determinadas ações. Não é a mesma coisa construir ponte e financiar projetos científicos, que são processos. E eu iria mais além: são processos de risco, porque, se a gente já tivesse segurança do que é que vai obter lá na ponta, não teria que fazer descoberta nenhuma. Se a gente vai lançar uma hipótese para ver se ela é verdadeira e já sabe a resposta, nós estamos brincando. Isso não é ciência. Então é um processo, ela está em constante construção, mas é preciso que a gente entenda que ela é de risco – é de risco! E nós precisamos apostar nesse risco, porque, se não apostarmos nesse risco, nós vamos ficar para trás. O Brasil vai perder não só autonomia e soberania, que para muitos parece uma coisa abstrata – e não é –, mas principalmente qualidade de vida para a sua população.

O planejamento é fundamental, Ministro. O senhor tem toda a razão. Mas, ao olhar os documentos que nos chegaram, eu vi, por exemplo, que falta um diagnóstico para propor a política. O CGE fez uma revisão bibliográfica, mas a maioria dos textos que estão lá são de 2008. Não existem estudos e levantamentos do próprio Ministério para fazer um diagnóstico de como está o sistema para propor a política.

Existe – e ela está em vigor – uma estratégia, a Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, cujo documento aponta que ela tem validade, Ministro, me desculpe, até 2025. Eu não sou especialista na Encti, que é a sigla que a gente usa, mas ela estaria em vigor até 2025.

Nós vamos propor uma política? Ótimo, vamos propor. Mas como é que a gente avalia essa estratégia, que já vem funcionando desde 2016? Quais foram os logros dela? Quais foram os gargalos dela? No que a gente conseguiu avançar e no que a gente não avançou? Esses são elementos do planejamento que o senhor levantou muito corretamente e dos quais a gente está sentindo falta. É necessário um diagnóstico.

O senhor tem uma área de planejamento e de estatística forte no Ministério. Existe o CGE, que tem competência. Mas não só o CGE, o CNPq também tem competência e tem bases de dados gigantescas que foram, inclusive, colocadas em risco por este Governo – não vamos esquecer o apagão dos sistemas do CNPq –, que precisam ser acionadas para que a gente possa, de fato, construir uma política de Estado da ciência e tecnologia.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um outro exemplo dessa questão do planejamento: o Ministério está certo, tem que agir. Mas nós não podemos agir querendo salvar as coisas de maneira intempestiva, porque nós estamos afundando. Então, o Ministério está querendo agir e está correto. Está querendo regular a Constituição? Está correto. Mas nós temos de tomar cuidado, porque, nesse clima de profundo empobrecimento, talvez a gente aponte, às vezes, as coisas de maneira equivocada. Agarra a tábua mais fácil, e ela talvez não seja a tábua de salvação. Não é a primeira que está passando.

Por exemplo, eu entendo que é preciso que o país tenha uma política nacional de inovação – e agora tem –, mas essa política nacional de inovação tem de estar em relação, conectada, com a política nacional de ciência, tecnologia e inovação. Não é possível se instituir, como foi feito, metodologicamente, primeiro uma política de inovação para, depois, construir uma política nacional de ciência, tecnologia e inovação. No documento dá para parecer que nós vamos moldar – moldar! – a política nacional de ciência, tecnologia e inovação à política de inovação. Olha, é um erro metodológica, está certo? Isso precisa ser acertado. A inovação é uma ponta dessa política mais geral, que tem esses desafios que estão bem colocados. Do que a gente sente falta é do debate; do que a gente sente falta é do aprofundamento; do que a gente está sentindo falta é da participação de todos os atores.

Ministro, o senhor sabe tão bem quanto eu: ciência e tecnologia são diferentes, não dá para pensar que um grupo, por mais qualificado... E eu conheço as pessoas que estão no CCT, não só pessoalmente, mas por sua trajetória, são pessoas da mais alta qualificação, mas não podemos pensar que essas pessoas vão ter todo o conhecimento e toda a visão para construir, mesmo que seja uma proposta. E o senhor sabe, por experiência própria, que audiência pública não é debate. O que nós estamos pedindo não é para colocar o documento a público em várias audiências públicas que são feitas, que as pessoas acessam pela internet e cada uma coloca lá uma sugestão. Isso não é debate. Nós avançamos na área de ciência e tecnologia com profundos debates. Não é só emissão de opinião; é debate, e debate pressupõe conhecimento, estudos, diagnósticos. O que nós estamos dizendo, Ministro – e eu sei que o senhor tem compromisso com o debate e quer ampliá-lo –, é que é preciso não restringir a essa forma legal. Audiência pública não resolve, porque não vai envolver os atores.

(Soa a campainha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ – A área precisa escutar os entes federais, os entes estaduais e os entes municipais.

Na proposta, inclusive, eu senti falta, porque nós estamos falando de um sistema, e um sistema pressupõe uma alta integração – e isso o Brasil tem, nós queremos é melhorar... Inclusive, o Brasil é um dos poucos países da América Latina que tem um sistema de C&T. Agora, é preciso que essa engrenagem esteja funcionando. Não há, claramente, na proposta, por exemplo, a distribuição de atribuições – não está claro. Nós temos algumas coisas, mas todo mundo está fazendo tudo. É claro que todo mundo precisa fazer. O ente federal, o ente estadual, o ente municipal quer fazer ciência, tecnologia e inovação, mas cada um precisa ter a sua atribuição, a sua delimitação, senão a engrenagem não vai funcionar. Um dos objetivos que é colocado no documento para o sistema é cooperação. Para que a gente coopere, essa engrenagem tem que estar azeitada e cada um sabendo exatamente o seu papel e como vai fazê-lo. A gente está sentindo falta disso no documento.

Outra coisa que acho importante destacar – não é possível discutir todos os detalhes dos documentos apresentados, eu estou falando aqui algumas coisas de âmbito geral – é o papel dos atores. E nós achamos, Ministro, que o que está sendo colocado leva a um empobrecimento





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Ministério da Ciência e Tecnologia, criado em 1985, foi uma forte reivindicação da comunidade científica, dos atores da área de ciência e tecnologia. Da forma como está colocado – e eu entendo as argumentações que foram colocadas pela Gianna –, eu vejo que há um empobrecimento, há um empobrecimento do Ministério. O Ministério não pode só acompanhar. O Ministério não pode só olhar se está sendo executado. O Ministério tem que ter a coordenação da política. Ele tem que participar do controle da política. É por isso que existe ministério. Nós não podemos delegar isso a um conselho, por mais importante que seja o conselho de C&T, que é um conselho para assessorar o Presidente, seja. Por mais importante que a gente possa achar que é necessário criar um outro ente, como a câmara, não se pode criar mais um patamar decisório de acompanhamento, de avaliação etc. esvaziando um ente fundamental como o é o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, eu vou parar por aqui com essas observações.

É preciso aprofundar o debate. É preciso envolver todos os atores do sistema.

E aqui eu faço a reivindicação daqueles que eu represento. Nós estamos excluídos desse processo, assim como estão excluídos outros atores. Eu posso citar – o Ildeu citou –, por exemplo, a participação dos estudantes de pós-graduação.

O sistema, como está sendo proposto aí, parece que traz um avanço, porque propõe que todas as instâncias colegiadas sejam tripartites: Governo, comunidade científica e empresários. Ora, em muitas áreas colegiadas, nós vamos ter é um retrocesso. Apesar de parecer bom, porque é tripartite, nós vamos ter retrocesso, porque vai impedir a participação de outros. A própria reformulação no Conselho, no CCT...

(Soa a campanha.)

O SR. ROBERTO MUNIZ – ... previa que eram os produtores e consumidores de C&T. A figura de quem consome desaparece. Se entra isso aqui em vigor, o Conselho Deliberativo do CNPq, por exemplo, que tem representação dos servidores, deixa de ter. O Conselho Diretor do FNDCT, que tem representação dos trabalhadores da área de C&T, deixa de ter.

Nós, trabalhadores, somos o quê? Comunidade científica, Senador? Não! Nós somos governo? Não! Nós somos agentes de governo, mas não somos governo, está certo? Empresários? Também não. Onde então nós vamos participar se a gente executa, se a gente planeja, se a gente faz o dinheiro chegar à ponta? Então, é preciso ter cuidado com essas coisas; é preciso olhar com uma lupa e ampliar essas discussões. Não vejo perversidade de ninguém nesse processo, porque cada um traz a sua bagagem e a sua visão, mas é preciso ter a humildade, a capacidade... Não se perde tempo com isso; pelo contrário, ganha-se se a gente incluir todos.

E eu termino aqui com uma frase que eu gosto muito, é um bordão que eu faço, que são palavras de um Prêmio Nobel na área de ciência, que diz assim: "Ciência e tecnologia não são caras". Isso porque todo mundo diz: "Ah, é muito dinheiro!" Não, não são caras; cara é a ignorância. E por quê? Porque um povo ignorante está submisso. Para desconstruir a ignorância, nós vamos gastar muito mais. Então, é preciso investir em ciência e tecnologia, combatendo a ignorância, e ela só vai ser combatida se a gente tiver a participação ampla de todos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem, Roberto! Obrigado pela sua participação.

Tendo a concordar – e já tenho dito isso – sobre essa história de conselhos, câmaras, que são sempre muito bem-vindos, mas que não podem, absolutamente, empanar ou tentar substituir





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o poder e a iniciativa do Executivo, que, afinal, nada mais é do que o reflexo do voto, e quem governa tem direito – está aqui um exemplo – de administrar a máquina e de fazer as políticas, mesmo que sejam adequadas a questões de Estado e a diretrizes de Estado.

Eu queria, finalmente, chamar o Fábio Guedes Gomes, que está pacientemente esperando o seu momento de fala, e dizer exatamente que é por último, porém absolutamente não menos importante, Fábio, porque o Ministro está aqui também e todos nós, com o quórum mantido por igual até agora, para ouvi-lo.

Portanto, com a palavra Fábio Guedes Gomes, Secretário-Executivo da Iniciativa para Ciência e Tecnologia no Parlamento.

Obrigado, Fábio.

O SR. FÁBIO GUEDES GOMES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador Jean Paul Prates. Eu queria muito agradecer pela oportunidade de estar aqui representando as entidades da ICTP – a SBPC, a ABC, o Confies, o Conif, a Ibrachics, o Confap, o Consecti e a Andifes.

E quero também cumprimentar os participantes desta audiência pública. Primeiro, o nosso Ministro da Ciência e Tecnologia, o nosso amigo Paulo Alvim; o Secretário-Executivo Sergio Freitas; a Gianna Cardoso, representante da CNI, Diretora de Inovação; o nosso amigo Prof. Ildeu de Castro, também ex-Presidente da SBPC e, agora, Presidente de Honra; e também o nosso colega Roberto Muniz, que é do Sindicato dos Gestores em Ciência e Tecnologia e inovação.

Quero também agradecer, claro, em nome das entidades da ICTP, a todo o Parlamento pela vitória desse dia 12 de julho, na qual, Senador, o senhor tem um papel fundamental, liderando também essa mobilização para a supressão do art. 59, assim como outros Senadores, a exemplo do Senador Izalci, e também os Deputados, que participaram ativamente dessa votação.

Não foi pouca essa vitória, foi uma vitória que mostra que o Parlamento tem um compromisso com a ciência brasileira e que nos faz acreditar.

Ficar por último, Senador, é uma vantagem quando a gente está no híbrido, porque, primeiro, a gente escuta todas as falas e nós economizamos as nossas, e não nos colocamos em uma situação de vulnerabilidade no discurso. E nos permite também fazer um lanche, porque a essa hora a gente tem aqui todo o serviço, que aí ao vivo ...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A nossa desvantagem é essa, porque a gente não pode fazer o lanche aqui senão a gente é demitido como o Vannucci, na Globo.

O SR. FÁBIO GUEDES GOMES (*Por videoconferência.*) – Essa é uma das vantagens, não é?

Pois bem, eu queria ratificar todas as posições em nome da ICTP, das entidades que foram colocadas, que nos antecederam. Inclusive, eu coloquei no *chat* aí tanto o documento que o Prof. Ildeu mencionou, que foi o documento que a SBPC, a ABC, a Andifes enviaram para o Ministro Paulo Alvim no dia 14 de junho.

Então, é um documento importante, e o Ildeu já fez uma explanação de boa parte do documento. Então, ele, de certa maneira, é um documento que contribui com a minuta que estava naquele momento sendo elaborada, com base nas discussões do CCT, em que ele coloca e lança luzes em cada ponto, em cada desafio, e o Secretário Sergio, muito bem e competentemente, apresentou.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é um documento que eu acredito que o Ministro Paulo Alvim está levando em consideração, porque é muito fácil... Nós estamos aqui conversando entre aqueles que são convertidos. Então, a facilidade do diálogo aqui é enorme. Então, eu não tenho dúvidas de que tanto a Comissão de Ciência e Tecnologia, que o senhor preside, Senador, como todos que estão aqui envolvidos nós temos mais consenso do que dissenso na construção de uma proposta de Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, esse documento vem das entidades – principalmente as três que o elaboraram – no sentido de contribuir com o documento que está sendo formulado no âmbito do ministério.

Como também a gente colocou aqui no *chat* os princípios de todas as entidades que também participaram na elaboração, que são princípios muito caros ao processo de desenvolvimento não só institucional, mas também político do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. E levou décadas – pelo menos 60 anos – para que a gente pudesse construir no Brasil esses princípios. Ele leva em conta e reforça vários deles que estão na Constituição Federal e que devem nortear tanto a lei de criação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, também incorporando vários temas e também várias instituições nascidas recentemente, como também a Política Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação.

Agora, é bom também destacar que o ministério tem feito um esforço enorme, claro, que de diálogo. No dia 12 de maio o ministro recebeu todas as oito entidades no seu gabinete. Nós conversamos a respeito dessa proposta do Plano Nacional de Ciência e Tecnologia e Inovação, tanto, que no dia 14 as três entidades enviaram um documento para o MCTI, nessa perspectiva de contribuir.

Mas o que nós mais enfatizamos, e o ministério tem consciência disso – e isso já foi enfatizado aqui tanto pelo Prof. Ildeu como pelo Roberto, como também pelo Ministro Sergio Rezende –, é que, de fato, há uma situação muito difícil de ser resolvida, é uma equação muito difícil.

Primeiro, o atendimento técnico-jurídico que o ministério tem que cumprir; o outro é o tempo. O tempo é uma variável fundamental. Na física, nós sabemos que é muito mais do que isso – como aqui temos vários físicos, não é? –, o tempo é uma coisa irremediável.

Então, como a gente ter uma proposta que represente todo o anseio da comunidade científica e acadêmica, de segmentos empresariais e também de segmentos que usufruem da ciência e tecnologia no Brasil, como também o tempo, a questão técnico-jurídica que o ministério tem que, de certa maneira, enfrentar. Não é fácil. Mais ainda levando em conta que estamos num contexto muito complexo, que é o contexto das eleições que se aproximam.

Além disso, tem uma questão também, um pano de fundo que é difícil de você tentar compreender, que é a comunidade científica e acadêmica e instituições, segmentos empresariais não estarem mobilizados para essa discussão neste momento. Percebe-se que a própria iniciativa de tentar colocar essa proposta como consulta pública, como o próprio Roberto Muniz colocou agora na sua fala, não vai ser suficiente. Não é suficiente você abrir uma consulta pública, via internet, sem aprofundar o debate. E esse é um ponto fundamental do documento que foi apresentado pelas entidades do ICTP ao ministério, no dia 14 de junho, que está aqui colocado já.

É preciso discutir amplamente isso, de maneira virtual e não virtual, indo aos segmentos do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, indo às comunidades. Por exemplo, eu, como representante também do Confap: é preciso ir ao Confap. O Confap sempre teve as portas abertas, sempre teve um diálogo espetacular com o ministério, mas essa discussão não chegou lá ainda, assim também com o Consecti, nas universidades também.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente não observa que há uma mobilização por parte do ministério, que é uma das suas atribuições liderar esse processo de discussão. Não há essa mobilização ainda de toda a comunidade científica e acadêmica, de instituições e de segmentos empresariais.

Além disso, falamos já de um tema da física. Nós não temos uma física condensada hoje, ou seja, uma força, uma energia condensada para essa discussão. Por quê? Porque ela está sendo centrifugamente dispersa com as várias bombas-relógio que o Governo tem enviado ao Congresso, que desmobilizam toda a comunidade científica e acadêmica e instituições, a observar por esse PLN 17 agora; a observar pela MP 1.112/2022, que retira recursos da área de P&D do setor de petróleo e gás; a observar a proposta do Ministério da Educação já para a Ploa 2023 de retirar mais recursos ainda das universidades federais, ou seja, a energia da comunidade científica e acadêmica das entidades acaba sendo gasta muitas vezes para enfrentar o próprio Governo e não para ajudar nessa discussão, que é muito complexa, é extremamente importante para nós, e que está sendo, de certa maneira, observada com muita preocupação e também com muita, digamos assim, capacidade técnica, inclusive do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Então, esta é a grande dificuldade: como trabalhar nesses contextos – num contexto de véspera de eleições, num contexto de um Governo que tem uma ilha, digamos assim, que difere completamente do restante das estruturas governamentais do Governo Federal, que é o Ministério da Ciência e Tecnologia. E a gente estar o tempo todo tendo que apagar incêndio vindo do próprio Governo. E como é que essa comunidade, esses segmentos, essas instituições podem ajudar o ministério quando a gente está se dispersando para lutar contra o próprio Governo através de sua tentativa de esvaziar mesmo, tanto as fontes de financiamento, como desestruturar o próprio sistema de desenvolvimento científico e tecnológico.

Um exemplo disso é que na audiência de segunda-feira, que aconteceu na Câmara dos Deputados, na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, foi encaminhado um convite para a Secretaria-Geral da Presidência e a Secretaria-Geral da Presidência reenviou uma resposta, dizendo que o tema das perdas de recursos da área de ciência, tecnologia e inovação não atende aos interesses da Secretaria-Geral de Presidência.

Como é que isso pode acontecer? Como é que uma Secretaria-Geral da Presidência da República responde à Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados dizendo que o tema não é do interesse da Secretaria-Geral de Presidência? Veja só o que a gente está discutindo. É de interesse ou não é de interesse do Governo a ciência, tecnologia e inovação? Pelo que estamos vendo, somente no Ministério de Ciência e Tecnologia há esse interesse, que é um interesse legítimo, porque nós temos pessoal e gestores comprometidos com a causa. Mas não vemos isso no restante do Governo.

E temos a sorte de termos gente comprometida no MCTI, porque nós não passamos o que o Ministério da Educação passou. Poderíamos estar numa situação muito pior, e não estamos porque tanto a comunidade científica, como os Parlamentares, como também vários segmentos empresariais e instituições têm sido vigilantes e têm também apoiado até mesmo o ex-Ministro Marcos Pontes e agora o Ministro Paulo Alvim.

Então, por essa razão, a grande – digamos assim – queixa das entidades, primeiro, é justamente o aprofundamento dessa discussão pública. E, segundo, é que não há contexto, não há uma situação política, neste momento, favorável, que permita uma discussão dessa complexidade. Agora, se ela for ao Congresso Nacional e o Parlamento reconhecer que é preciso aprofundar isso, como o próprio Senador agora colocou recentemente, que isso passará por uma série de trâmites dentro da Casa, isso de certa maneira dará uma possibilidade maior de a gente





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

adiar isso para 2023 e, de fato, independentemente de qual será Governo, nós termos legitimidade maior e também um tempo suficiente para que a gente possa discutir tanto o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia como o Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Então, é nesse sentido que eu gostaria de fazer a minha participação, em nome das entidades que fazem a ICTP.br.

Muito obrigado, Senador, e meus cumprimentos novamente a toda a mesa, aos participantes e aqueles que estão nos vendo pelas redes sociais do Senado Federal e da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Fábio. Eu acho que o que você fechou dizendo é fundamental.

Eu queria propor aqui, só para o andamento e o fechamento da nossa audiência, que considero extremamente produtiva, do ponto fulcral que ela se propôs a levar adiante, que era exatamente essa discussão de o que é que nós estamos discutindo, qual é o nível em que nós estamos dessa discussão da política e do sistema, para onde isso vai ainda, quais são as etapas e como se dará essa participação geral que me parece ainda um pouco preliminar e um pouco inibida de alguma forma.

Mas só para alinhavar alguns argumentos até que o Roberto também colocou, claro que tenho que colocar aqui, até como Líder da Minoria na Casa, que me preocupa muito algumas posturas – e vou fazer a ressalva aqui em relação às pessoas que compõem o MCTI, como o Fábio também o fez –, dessa imposição do Estado mínimo por sufocamento. Isso é uma outra forma de não discutir ideologicamente o assunto, ou de colocá-lo de forma até um pouco distorcida, seja em grupo de WhatsApp, seja em redes que não têm absolutamente a ver com a composição técnica e o nível elevado do debate sobre a estrutura do Estado. Além disso, praticar isso orçamentariamente, acabar levando, de uma forma ou de outra... E esse PLN não é diferente. Esse nós conseguimos salvar, mas outros muitos acabam chegando, passando, e, naquele roldão todo, não só na CMO, como, em geral, através de PLNs, acabamos sufocando o Estado, ele mesmo. E isso, Gianna, para a própria iniciativa privada é ruim.

Houve uma época em que, talvez, muitos da iniciativa privada, empresários, inclusive eu, que venho desse meio também, talvez até tivessem comprado a ideia de que o Estado mínimo é uma coisa boa, porque fica mais livre, o mercado resolve tudo, etc. e tal. Está comprovado que não. Veja o exemplo, hoje de manhã, na Comissão de assuntos agrários aqui da Casa, onde nós, mais uma vez, adiamos uma votação e falamos do tal projeto de lei do autocontrole? O que era o autocontrole? A necessidade de se fazer uma espécie de terceirização, através de veterinários, de técnicos, enfim, de fiscalização terceirizada, dos produtos agropecuários, porque teoricamente o setor agropecuário alega que cresceu demais e o Estado não acompanhou a possibilidade de fiscalizar as coisas nessa área.

Então, é preciso... Ah, vamos então aqui fazer com que ou prefeituras ou até os próprios produtores nomeiem os seus próprios fiscais etc. Tudo bem, acaba que faz sentido o argumento. Só que o que não faz sentido é, na raiz, você estar de fato sufocando o Estado. E isso vale também, grandiosamente, mais ainda, para a educação, para a ciência, tecnologia e inovação, para ficar aqui apenas nos temas afins. Evidentemente, se você vai praticando não a austeridade, mas o austericídio, a cada ano, você não tem o Estado no final para funcionar.

E aquela história, quem propõe o Estado mínimo, na verdade, está propondo matar a vaca para matar o carrapato. Não está curando, eventualmente, as disfuncionalidades de um Estado mastodôndico, ineficiente. Na verdade, você deixa de contestar isso e simplesmente diz: "Não,





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

o Estado não tem que fazer nada disso; vamos aqui tentar arrumar um jeito de privatizar, ou terceirizar, ou 'quarteirizar'", no caso aí, para resolver o problema.

E, às vezes, até na função mesmo de gestão, como você colocou, dos conselhos, câmaras e tal. Tudo quanto mais democrático, quanto mais debate tiver, melhor. Mas você dizer: "Não, o ministro agora vai acompanhar e uma câmara vai decidir por ele". Não. Não, porque eu, como cidadão, que não tenho nada a ver com ciência e tecnologia, que não tenho nada a ver com energia, ou nada a ver com política pública de saúde, tenho o direito de votar e ter um governante nomeado lá que tenha a sua visão de mundo, de Brasil etc. refletida no seu plano de governo.

E aí quero aproveitar essa ponte para dizer que acho que o ponto de honra desta audiência foi atingido, no sentido de trazer uma mensagem comum ao ministério de que a participação seja ampliada, seja democratizada. É claro que o ministério também já se colocou e deixou claro que há momentos, que há um processo evolutivo e que o processo está em curso, não está terminado. Mas ficou também claro que a consulta pública meramente documental talvez seja insuficiente para esse processo. Tenho certeza de que o Paulo e o Sergio não fazem parte desse grupo, mas muitas vezes a gente tem visto neste Governo pessoas que não estão simplesmente acostumadas com o processo participativo. Elas têm um certo receio. Falou em sindicato o cara já "não, o sindicato, não. Eu não sei o quê". Então, não quer ouvir, e ouvir não tira pedaço de ninguém. Quer dizer, colocar as pessoas numa sala, hoje até com recurso remoto, e ouvir as pessoas, deixá-las falar, fazer a catarse toda, ouvir tudo. Você não precisa concordar com tudo, você não precisa dizer que vai fazer tudo. Mas isso é um processo...

Eu mesmo aprendi isso quando fui para o Rio Grande do Norte ser Secretário de Estado de Governo. Foi a primeira vez que eu tive que interagir. Eu não era da política. Mas eu aprendi que essas coisas, que ouvir ensina, que ouvir atualiza a gente. Às vezes a gente acha que sabe a coisa, que é o maior especialista do mundo de uma coisa e a gente acha que sabe tudo daquilo. E aí vem uma pessoa simplesinha, que não tem nada a ver com o assunto, tira você do prumo ali e você diz: "Poxa, nunca tinha pensado por essa visão", porque às vezes você está tão entronado ali, tão enfiado num assunto só, que você perde um pouco a noção do contexto. E às vezes uma pessoa simplesinha dali, que está fora do seu contexto completamente, pode lhe dar um toque que muda completamente. Então, cria com outros olhos outras coisas.

Então, eu queria propor se alguém, se o Ildeu e o Fábio, que estão no remoto, ainda quiserem fazer alguma colocação, ou os que estão aqui, e deixar, honrosamente e com justa homenagem, ao Ministro Paulo Alvim as palavras finais. Em seguida, a cada um, se quiser, um minuto para completar alguma coisa, para não abusar também muito do nosso horário aqui de almoço – e tudo isso já foi para o espaço há tempos. Um minuto para cada um.

E deixaríamos o final para o Ministro Paulo, que – quero salientar mais uma vez – ficou aqui até o fim. Isso é raríssimo, Ministro Paulo. Quero agradecer-lhe muito, porque muitas vezes a gente faz audiências públicas aqui e as autoridades, infelizmente, ouvem uma ou duas falas ou fazem a sua fala e se retiram. E aí se perde a função da audiência. O Ministro está aqui ouvindo até agora, o Sergio também, levando essas contribuições que são riquíssimas para seus ministérios, para o seu processo. E acho que esse é o propósito dessas audiências.

Quem quer se inscrever para falar um minuto? Sinais aí! Fábio e Ildeu, se não quiserem, não se mexam.

Fábio mexeu o dedo e Ildeu também e Gianna também.

Então, vamos fazer o seguinte: pela ordem que vocês falaram, acho que Ildeu falou antes. Ildeu, Gianna, Fábio e Roberto.

Ildeu, por favor, com a palavra.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ILDEU DE CASTRO MOREIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigado, Senador.

Eu queria agradecer mais uma vez aos colegas e valorizar a participação no debate, a iniciativa da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Queria também comemorar as vitórias importantes desta semana, que não foram pequenas, mas lamentar que de fato a gente tenha aquilo que a Gianna dizia: que a gente tenha de gastar uma energia gigantesca para poder colocar aquilo que para gente é óbvio – recursos adequados para ciência, tecnologia e inovação.

E quero valorizar muito e destacar a presença do Ministro, do Secretário-Executivo, a participação deles aqui, e esse importante diálogo. E nós queremos diálogo e a ampliação dessa discussão para toda a sociedade brasileira. Ciência, tecnologia e inovação interessam a todo o mundo e, portanto, não podem ser limitadas a determinados círculos e setores. Então, eu acho que as entidades científicas têm batalhado nisso, em particular a SBPC, ao longo de todos esses anos.

E nós vamos lançar, Senador, na reunião anual da SBPC, proximamente, agora, em Brasília, de 24 a 29 de julho, a 30 de julho, um livro sobre a Constituinte, sobre o que se fez no processo da Constituinte para ter um capítulo de ciência e tecnologia, capítulos de educação, capítulos sobre meio ambiente, de que as nossas entidades participaram.

Então, o senhor já está convidado, mas, certamente, mandaremos isso com mais cuidado, porque é importante a gente refletir sobre as batalhas que fizemos para que a gente possa, novamente, neste processo de luta permanente, lutar pela ciência, tecnologia e inovação do país.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Ildeu, Presidente de Honra da SBPC.

Passamos à Gianna.

A SRA. GIANNA CARDOSO SAGAZIO (Para expor.) – Também gostaria de agradecer a oportunidade e o convite para que a CNI esteja presente nesta discussão, reforçar que nós somos muito a favor da ampliação da discussão, sem perder tempo. Então, vamos discutir e ampliar a discussão agora, sem esperar um novo Governo, e reforçar que nós também não somos a favor de um Estado mínimo, Senador.

A nossa proposta a gente pode chamar de outras formas. A única questão que nós estamos colocando com essa proposta é, exatamente, dar a importância e a prioridade que a área de ciência, tecnologia e inovação deve ter no Governo. Não é uma questão de Estado mínimo.

A gente reconhece e fortalece a importância do ministério, a gente trabalha muito em parceria – não é, Ministro Paulo? – e está sempre ali presente para reforçar. É uma questão de a gente ter um *locus* estratégico para ciência, tecnologia e inovação, porque a gente sabe que, no dia a dia, é muito difícil um ministro chamar o outro ministro e coordenar. Então, talvez, colocamos isso aqui para reflexão: um *locus* estratégico que reforce o papel prioritário e indutor do desenvolvimento seria muito adequado para o nosso país, na nossa visão, mas a gente sempre vai convergir, porque a gente quer construir junto com o Governo, com a academia, e avançar. Não podemos esperar para avançar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Gianna.

É muito bom ouvir isso porque a gente faz essa catequese todos os dias, junto, principalmente, ao empresariado, para não defender o Estado mínimo. O Estado necessário vá lá; o Estado suficiente, ótimo; jamais o ineficiente.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Roberto, por favor. Obrigado. (*Pausa.*)

É o Fábio, desculpa. (*Pausa.*)

O Ministro está atento aqui, viu? (*Pausa.*)

Fábio, por favor, com a palavra.

O SR. FÁBIO GUEDES GOMES (Para expor. *Por videoconferência.*) – No meu um minuto, eu gostaria de agradecer, novamente, Senador, a oportunidade, em nome da entidade ICTP, e também destacar, como o Ildeu destacou, o papel do Ministro Paulo Alvim e sua equipe.

Nós temos um Ministro, de fato, que tem um diálogo conosco, um Ministro que é de dentro do sistema, então, todo o nosso respeito ao Ministro Paulo Alvim e sua equipe. Não tenha dúvida de que estaremos sempre o apoiando naquilo que é em defesa da ciência, tecnologia e inovação.

Também quero desejar um bom recesso ao Parlamento e agradecer à CNI, ao sindicato dos gestores de ciência, tecnologia e inovação e às demais entidades que estiveram aqui presentes, por esse trabalho coletivo em torno da nossa vitória sobre o PLN 17, e dizer também que, agora mesmo, nós também escapamos de uma (*Falha no áudio.*) ... o Presidente da Câmara dos Deputados já declarou o recesso na Casa, e nós, de certa maneira – adiou-se essa votação da MP –, ganhamos aí pelo menos duas semanas. Eu tenho certeza de que, se ela passar na Câmara, o Senado vai olhar com muito cuidado essa MP 1.102, que tira também em torno de R\$3 bilhões da área de P&D, sobretudo no setor de petróleo e gás.

Então, bom recesso ao Parlamento, e meus cumprimentos a todos que participaram desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Fábio.

Certamente, estaremos atentos a essa tramitação ao vir para cá.

Roberto Muniz, por favor.

O SR. ROBERTO MUNIZ (Para expor.) – Brevemente, Senador, eu queria reiterar os nossos agradecimentos por poder participar, reiterar que a gente está aqui com o objetivo único de contribuir, e eu tenho certeza de que o Ministro Paulo Alvim tem sensibilidade e vai usar da sensibilidade e do poder que lhe é conferido para ampliar essa discussão, aprofundar essa discussão.

Eu vou pegar o gancho do Fábio. E aí, por favor, é só para reforçar aquilo que eu disse, guardadas as devidas proporções.

Às vezes, a gente levanta problemas que são sérios, como, por exemplo, o sucateamento da frota de caminhões no Brasil – é sério, o problema é correto, foi levantado corretamente –, mas, no açodamento ou por outros interesses por trás, busca-se a solução equivocada. A medida provisória do sucateamento retira recursos da ciência e tecnologia e transforma esses recursos, que são recursos para o futuro, em sucata. Não vai resolver o problema da frota e ainda vai penalizar o futuro do Brasil ao retirar recursos fundamentais da ciência e tecnologia.

Então, às vezes, a gente localiza o problema corretamente. O problema não é só localizar o problema. Nós temos que atacar esse problema, e a melhor forma de atacar os problemas é ampliar a discussão, escutar várias alternativas para poder escolher, entre elas, a melhor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Roberto.

Quero lembrar que, realmente, esse assunto é extremamente perigoso, porque pode gerar um precedente. Então, não tem absolutamente nada a ver a destinação dada com a original.





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu faço sempre o registro de que, em 1997, quando foram escritos os contratos de concessão, de 1997 para 1998, eu participei como consultor do Ministério de Minas e Energia e chefe da equipe que fez as minutas do contrato de concessão e escrevi essa cláusula, juntamente com Raimar van den Bylaardt, na época com Eloi Fernández Y Fernández, que era o Diretor da ANP que estava responsável por essa área, e jamais, jamais – se há algum momento em que você pode dizer: "Qual era a intenção do legislador ou da pessoa que redigiu isso?" –, nunca foi intenção, absolutamente, externa a tratar de ciência, tecnologia e inovação e desenvolvimento tecnológico da própria indústria de petróleo e, eventualmente, a alavancagem para a transição energética, que foi a exceção enfim aberta, saudavelmente, logo em seguida. Mas, se começar a abrir para toda e qualquer coisa, não faz sentido, porque parece que olham esse setor... Como é um setor que arrecada, e tem aí o pré-sal, o processo cresceu muito, ficou assim como se fosse uma caixa registradora ali esperando para, enfim, salvar situações específicas e de interesses de uns e outros. Mas não pode abrir o precedente de jeito nenhum.

Eu queria dizer a todos que nós estamos aqui duplamente agraciados pela representação do ministério. Então, eu queria, Sergio, que você também fizesse suas ponderações finais antes do Ministro.

Para que todos saibam, o Ministro estava com outro comprometimento de reunião do FNDCT justamente, e aí, como ela acabou antes, ele veio. Então, eu quero fazer esta colocação aqui, este registro de que ele veio presencialmente aqui, apesar de que o Sergio estava aqui para substituí-lo, e dizer que ficamos aqui agraciados com as duas presenças de vocês.

Sergio, por favor, suas palavras finais antes do Ministro.

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA (Para expor.) – Senador, vou agradecer ao senhor por ter me oferecido a oportunidade de falar, mas eu não vou prolongar o jejum do pessoal não!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, só para dar tchau! (*Risos.*)

O SR. SERGIO FREITAS DE ALMEIDA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É só para dar tchau mesmo! Obrigado, Sergio. (*Risos.*)

Ministro Paulo Alvim, por favor.

O SR. PAULO ALVIM (Para expor.) – Também não vou tomar muito tempo.

Primeiro eu queria, Senador, falar que a equipe do ministério estava aqui, e, em todas essas oportunidades, a gente incorpora sempre algo de novo para colocar na proposta. Essa tem que ter um prazo para ser concluída, mas ela está sempre incorporando. Eu tenho algumas pessoas da equipe aqui e uma parte no ministério acompanhando, porque a gente sabe que o bom é inimigo do ótimo, e essa é uma questão fundamental que a gente precisa, em determinado momento, concluir, principalmente – eu insisto – a questão da política.

No que se refere à proposta do projeto de lei, a gente não tem dúvida de que ele será amplamente discutido, porque ele vem para esta Casa, e nós entendemos, a exemplo de outras experiências que nós tivemos, de propostas que trouxemos para cá, que a grande discussão será aqui, e com uma vantagem: a gente também aprendeu ao longo do tempo. Quando você faz processos de participação anteriores, você acelera o processo no Legislativo, e isso é importante para a sociedade, principalmente quando falamos de ações de ciência e tecnologia.

Mas eu queria fazer um agradecimento, primeiro, por rever amigos na discussão e dizer que, mais do que qualquer forma, Roberto, nós, com esta audiência, aceleramos o processo de aprofundamento do debate. Isso é importante. E isto também nós aprendemos, Senador: todas as vezes que somos convidados ou convocados a vir a esta Casa, o ministério vem, o ministério





SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vem porque entende que esta é uma Casa de debates, e nós, da ciência e tecnologia, temos essa práxis. Os amigos Fábio e o Prof. Ildeu já falaram: nós somos a favor do bom debate e nós temos uma agenda do bem. É fundamental: nós queremos construir condições para que a ciência e a tecnologia brasileiras avancem.

E eu vou finalizar, Roberto, com uma questão: ciência é função do Estado, nós não temos dúvida disso no Ministério da Ciência e Tecnologia, e a tecnologia é fruto da parceria público-privada. Se nós não modularmos isso e construirmos modelos adequados a essa nova realidade, não conseguimos avançar. Não é um contra o outro, é construir modelos de convivência e com foco em ganhos para a sociedade. Então, é um pouco nesse espírito que se constrói a política, porque a gente acredita que o sistema é evolutivo e, hoje, com um fator diferenciado, com horizontes de avaliação, com horizontes de melhoria definidos previamente e não à margem de alguns gestores. Esse também é um processo que a gente acredita que facilita o processo de discussão e o processo de evolução.

Mais uma vez, Senador, quero agradecer o convite da CCT do Senado e dizer que estamos à disposição para novos debates e novas discussões em favor do país.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Ministro Paulo Alvim.

Mais uma vez, agradeço a todos que estiveram conosco aqui. Acho que fechamos com chave de ouro este primeiro semestre dos trabalhos aqui, neste Senado, neste último ano da legislatura.

Obrigado, Sergio Freitas, Secretário-Executivo. Obrigado à Gianna Cardoso Sagazio, Diretora da CNI; ao Prof. Ildeu, que está aí ainda resistindo também bravamente pela internet; ao Ministro Sergio Machado, que esteve aqui com a gente; ao Roberto Muniz; e ao Fábio Guedes.

Obrigado a todos vocês, em nome também do Presidente titular, Senador Rodrigo Cunha, que, certamente, está muito satisfeito por estarmos dando continuidade aqui ao trabalho com o mesmo ritmo que ele imprimia a esta CCT, competentemente; aos Senadores que estiveram presentes pelo remoto – Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Styvenson Valentim, Plínio Valério e Flávio Arns –; e a nós aqui presidindo esta Comissão.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta Comissão e esta sessão.

(Iniciada às 11 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 13 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às treze horas e cinquenta e nove minutos do dia três de agosto de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Nilda Gondim e Romário, e ainda do Senador não membro Tasso Jereissati. Deixa de comparecer a Senadora Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho. Finalidade:** Deliberar o Plano de Trabalho da Subcomissão. **Resultado:** Aprovado o Plano de Trabalho. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/08/03>

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem como objetivo deliberar sobre o plano de trabalho da Subcomissão.

Eu quero lembrar que esta Subcomissão é uma Subcomissão da Comissão de Assuntos Sociais, que aborda os temas relacionados à saúde, trabalho, previdência e assistência social, e, ao mesmo tempo, é vice-presidida pela Senadora Mara Gabrilli e tem como membros titulares a Senadora Zenaide Maia, a Senadora Nilda Gondim e também o Senador Romário, todas pessoas altamente vinculadas ao debate e à discussão dos temas relacionados às pessoas com deficiência em todas as áreas, é importante que se diga: deficiência intelectual, visual, auditiva, múltipla, espectro autista, altas habilidades, enfim, todas as áreas, surdez, cegueira... E esta Comissão, em primeiro lugar, quer se colocar à disposição da comunidade, de todos os que nos acompanham, dos Srs. Senadores, das Sras. Senadoras, do corpo funcional do Senado para debatermos todos os assuntos que interessam, que são de importância para o bem-estar, para a felicidade, para a promoção da cidadania da pessoa com deficiência, do apoio à família, do apoio aos profissionais que atuam na área, ser um canal de interlocução com a sociedade.

Eu quero lembrar também que o plano de trabalho que vamos aprovar no dia de hoje já foi enviado para todos os membros da Comissão, os cinco membros, várias sugestões foram apresentadas e incorporadas no plano de trabalho, que fica à disposição na página, no *site* da Comissão de Assuntos Sociais. E, como é um plano, naturalmente pode ser aprimorado à medida que os debates vão acontecendo, porque o que se deseja, como foi dito, é cidadania, realização de direitos, oportunidades, promoção da pessoa, do ser humano.

Então, fazendo uma síntese do que consta do plano, para que possa orientar a leitura posterior das pessoas, se faz no plano um histórico da legislação em relação à pessoa com deficiência, apontam-se eixos temáticos importantes para a Subcomissão. Eu leio os títulos:

O primeiro eixo temático é inclusão, regulamentação da Lei Brasileira de Inclusão, que é um tema bastante importante para que as garantias asseguradas na LBI possam ser concretizadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo eixo temático é assistência social e auxílio inclusão, um debate que nós temos que acompanhar na regulamentação e na interpretação das novas medidas.

O terceiro eixo temático é educação, lembrando que esta Comissão não é de educação, é de assuntos sociais. Porém, os temas relacionados à educação serão debatidos em conjunto com a Comissão de Educação, da qual eu, particularmente, também faço parte, uma Comissão extremamente importante, a de Educação, Cultura e Esporte.

O quarto eixo temático é o eixo do trabalho, que é uma das áreas também aqui da Comissão, não é? Temos que ter um olhar atento para isso, porque somente 1% do total de trabalhadores brasileiros é de pessoas com deficiência – 1%. Na área da educação, também temos um baixo percentual de pessoas com deficiência matriculadas dentre o total de alunos, o que dificulta o acesso ao mundo do trabalho, lembrando que educação significa a educação obrigatória dos quatro aos dezoito anos. Porém, nós temos antes a creche, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, em que há uma grande evasão, educação para o trabalho, educação de jovens e adultos, educação de populações indígenas, quilombolas, tudo isso conduzindo ao ensino superior e à pós-graduação.

O quinto eixo de abordagem da Subcomissão é educação e trabalho, ações intersetoriais. Quer dizer, no cruzamento da necessidade de que a pessoa com deficiência tenha acesso à educação, conclua os ciclos educacionais para poder ter acesso inclusive a trabalhos com oportunidades maiores. Educação não significa, na área da pessoa com deficiência, necessariamente a pessoa ler, escrever e concluir o ensino fundamental. Porque, se nós pensarmos na pessoa com deficiência intelectual, múltipla, em várias outras áreas também, nós vamos observar que educação significa se integrar na vida da família, da comunidade, ser independente, auxiliar, ser preparado para o mundo do trabalho, mesmo que isto signifique, do ponto de vista da educação, ter concluído as primeiras séries, a segunda ou a terceira série, ou, às vezes, nem isso, mas a pessoa pode plenamente se integrar de outras maneiras.

Nós queremos ter um sexto eixo, que é muito importante, que é o Senado Federal e a pessoa com deficiência, para dar visibilidade para todo o trabalho que o Senado Federal faz nessa área em termos de acessibilidade, da semana de valorização da pessoa com deficiência. Sempre o objetivo é que as pessoas olhem para o Senado e vejam que, no Senado, a legislação é cumprida. Já que nós elaboramos a legislação nacional junto com a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, nós temos que também dar o exemplo de valorização e de execução: "Cumpra-se a lei", em outras palavras, como a gente fala pelo Brasil todo.

Há inúmeras ações propostas nesse plano de trabalho: ações junto ao Ministério da Educação em função de todos os aspectos educacionais; uma posição junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Sempre, como qualquer pessoa, também a pessoa com deficiência depende da participação de um conjunto de ministérios, de secretarias estaduais, de secretarias municipais – é assistência ao trabalho, é educação, é o esporte, é a cultura –; ações junto com o Ministério da Saúde,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque também haverá debates importantes com o Ministério da Saúde; e ações que a gente pensa ser importantes, então, dentro do Congresso Nacional. Para fazer tudo isso, todos esses ministérios serão convidados para audiências públicas. E, com base nesse cenário, inicialmente estamos propondo a realização continuada, um trabalho continuado, permanente, de nove audiências públicas, que podem ser ajustadas, modificadas. Às vezes, uma audiência para um tema pode ser insuficiente; e, outros temas, podem ser inclusive inseridos nessa relação.

Então, aqui, eu só leio com mais cuidado para vocês terem uma ideia.

A audiência pública número um, dentro do quadro relatado, é situação e contexto da avaliação biopsicossocial. Então, isso é extremamente importante. A Comissão de Assuntos Sociais, quando o Senador Romário, que é membro titular desta Subcomissão, era o Presidente, adotou como tema do ano, como proposta do ano, a avaliação biopsicossocial, o atendimento da pessoa com deficiência. A Senadora Soraya Thronicke, na época, fez um belo relatório, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, mas o assunto precisa ser retomado, porque várias iniciativas de realização de direitos dependem da avaliação biopsicossocial.

A audiência de número dois é muito importante. Nós precisamos ter dados de matrícula, programas, ações de apoio e aprendizagem, acompanhamento, monitoramento de educandos matriculados nas redes de ensino, considerando acessibilidade, apoios técnicos, físicos, humanos, os dados em relação a essas pessoas, nas escolas das redes de ensino, de frequência, abandono escolar, formação e capacitação dos professores, essa radiografia atualizada, particularmente neste momento – ainda não é bem "pós", mas pelo menos a parte mais aguda – pós-pandemia; e ter dados da educação básica, educação infantil, ensino fundamental, médio, visando a melhoria dos índices de aprendizagem, conclusão da educação básica, essencial para o mundo do trabalho, matrícula no ensino superior e inclusão dessas pessoas no mundo do trabalho.

Então, esses dados... Pretende-se levantar os dados independentemente da audiência pública. Quando houver audiência pública, que os dados já estejam disponíveis para que todos possam se debruçar sobre eles. E, tendo isso, certamente teremos muitos estudos acadêmicos com base nos dados levantados.

Na terceira audiência pública, muito importante – aprovamos legislações já nesse sentido –, o tema são as necessidades dos educandos com transtornos específicos de aprendizagem – dislexia, déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), entre outros –, assim como encaminhamentos, o atendimento dessas pessoas, porque temos a legislação e, agora, chamaremos educação, assistência, mulher, direitos humanos, saúde para trabalharmos em função disso.

Na quarta audiência pública, haverá realização de ciclo de debates sobre a formação profissional e a inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: avanços, desafios – tanta coisa, não é? –, lei





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de cotas, nível de escolarização e trabalho, formação acadêmica, processo de habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, os contextos, as perspectivas.

A quinta audiência pública tem como tema o credenciamento das instituições de pessoas ou para pessoas com deficiência no Sistema Único de Saúde: atendimentos terapêuticos, assim como acesso de aquisição de órteses, próteses, meios auxiliares de locomoção por meio do SUS, incluindo convênios, valores atuais, reajustes, dentre outras necessidades e dificuldades relacionadas às pessoas com deficiência que necessitam ser discutidas e encaminharão os grandes problemas. As pessoas com deficiência – não só elas, a população em geral, mas estamos tratando delas – necessitam de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, serviço social, psicopedagogia, e já faz cinco anos, por exemplo, que esses valores não são reajustados. Então, uma terapia com R\$17 por terapia fica impossível quando o plano de saúde está, assim, investindo R\$100 numa terapia. Então, é uma coisa a ser debatida, discutida, mesmo no pós-pandemia, esse entrosamento de problemas, de transtornos mentais que ocorrem em função da pandemia – medo, depressão, angústia, ansiedade –, essa articulação, que são áreas da nossa Comissão, em conjunto com o trabalho e com a educação.

A Audiência nº 6 é sobre educação bilíngue: diretrizes, organização e oferta de educação bilíngue para pessoas surdas. Aprovamos a lei, neste ano – a lei é do ano passado, aprovamos neste ano –, a Lei 14.191, de 2021, que coloca a educação bilíngue da pessoa surda como modalidade de educação.

É bom sempre lembrar que através dessa lei não se pensou em eliminar outras possibilidades, porque nós temos que lembrar que na área da surdez temos perda leve, moderada, severa, profunda; cada uma dessas perdas exige um olhar diferente. Ao mesmo tempo, existem crianças que fazem o implante coclear, adolescentes e adultos, o que é uma outra realidade. Há as que usam prótese auditiva, o que também é uma realidade que precisa ser considerada. E, ao mesmo tempo, há pessoas surdas que são oralizadas. Mas ao mesmo tempo temos um percentual expressivo da população surda que tem libras como primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais, e a língua portuguesa como segunda língua. Então, há necessidade de uma educação bilíngue, das duas línguas, para a pessoa surda, porque senão ela nunca vai se integrar na sociedade. Então, nós temos que pensar em todos os sentidos de informações, orientações, diluir dúvidas, possibilitar consensos, para que as pessoas sejam beneficiadas na assistência, na saúde, no trabalho.

A Audiência nº 7 tem por objetivo instruir o Projeto de Lei nº 2.634, de 2021, que altera a Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para possibilitar a concessão de habilitação às pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as categorias de veículos. É um debate que já vem acontecendo, e já existe o projeto de lei que também veio da Câmara dos Deputados e deve ser objeto de debate por esta subcomissão voltada à pessoa com deficiência.

Audiência Pública nº 8. Audiência pública sobre educação hospitalar e domiciliar. Eu só quero lembrar, para todas as pessoas que nos acompanham, que aqui educação domiciliar não está relacionada





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao projeto de *homeschooling*, porque educação domiciliar *homeschooling* – e inclusive eu sou o Relator desse projeto aqui no Senado – seria outra coisa. Importante: aqui nós estamos falando de pessoas que têm problemas de saúde que exigem a sua internação em hospitais ou a continuidade do tratamento dos problemas de saúde nos seus domicílios, nas suas casas, e as pessoas precisam continuar sendo atendidas na saúde, na assistência, no trabalho, na educação. Então, esse debate... Aliás, já houve inclusive uma audiência pública sobre isso na Comissão de Direitos Humanos, mas é um debate que tem que acontecer aqui também.

E finalmente a Audiência Pública nº 9. Não é necessariamente nessa ordem, mas foi apontada pelos membros desta Subcomissão a importância de termos um processo de avaliação, diagnóstico e atendimento das pessoas dentro do espectro autista. É muito importante. Há muitas famílias angustiadas com o atendimento, particularmente com a questão do rol taxativo ou exemplificativo da ANS, mas também com a necessidade de termos o atendimento da pessoa dentro do espectro autista também incorporado no SUS, na educação, na assistência.

Já fizemos inúmeras audiências públicas sobre esse assunto em várias Comissões, inclusive com o apelo das famílias para que a gente leve muito a sério a expressão "espectro autista". Num lado do espectro, nós temos pessoas com autismo com altas habilidades; no outro lado do espectro, temos pessoas com autismo que necessitam de muito apoio, que fazem autoflagelação, por exemplo, ou que têm que usar o capacete em casa, e as famílias precisam ser apoiadas. Então, todas as pessoas dentro do espectro precisam ter os seus direitos assegurados.

Isso, eu lembro, inclusive em relação à pessoa, por exemplo, com deficiência intelectual ou múltipla. Nós temos pessoas com deficiência intelectual, num dos lados do espectro – a gente não costuma usar esta expressão "com deficiência intelectual", mas pode ser usada –, que estão indo para Olimpíada; com deficiência intelectual e participando de Olimpíadas, quer dizer, uma independência, uma participação, um desenvolvimento. E, no outro lado do espectro da deficiência intelectual, a gente tem aquelas pessoas que, na verdade, estão, por exemplo, em casa, na cama, com muita dificuldade, que precisam ser auxiliadas para respirar, deglutir... E a família precisa ser apoiada.

Por isso, é preciso um conjunto de políticas intersetoriais, interministeriais, porque, até para o BPC (benefício de prestação continuada), com a avaliação biopsicossocial, o que já foi mencionado aqui nas audiências, tendo-se isso se pode distinguir uma necessidade da outra, para que essa família que tenha uma pessoa que esteja na cama, usando fralda, indo para escola – também não pode ser negado o direito de ir para a escola – seja muito mais apoiada em função da necessidade muito maior do filho ou filha, com os pais, particularmente as mães, muitas vezes se anulando em função dos cuidados que os filhos demandam.

Então, basicamente são eixos temáticos, um trabalho muito grande aqui também no Senado Federal. Não existe a necessidade de fazermos levantamentos unicamente nas audiências públicas. A





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente pode fazer antes e depois fazer o debate também, mas o apelo que eu faço a todos que vão acompanhar esses trabalhos é que se inteirem dos temas, que apontem caminhos, sugestões.

Quero dizer que esta Subcomissão, Mara Gabrilli, Vice-Presidente da Comissão e também agora pré-candidata ou já candidata a Vice-Presidente, junto com a Senadora Simone Tebet... Mas a Mara Gabrilli está participando também da Subcomissão como Vice-Presidente, bem como o Senador Romário, a Senadora Nilda Gondim e a Senadora Zenaide Maia. Várias dessas pessoas também têm na família, como é o meu caso, um filho que tem uma deficiência e que tem que ter todos os seus direitos respeitados, assim como os filhos de todas as famílias, sejam eles da cidade, do campo, da zona urbana ou da zona rural, brancos, pardos, negros, indígenas, seja quem for. Temos que lutar por cidadania.

Então, basicamente, é isso.

Não sei se algum Senador ou Senadora da Subcomissão gostaria de se manifestar.

Passo a palavra à nossa amiga, Vice-Presidente da Subcomissão, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. Para discutir. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente, Senador Flávio Arns! É uma honra estar aqui, ao seu lado, nesta Subcomissão Temporária de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que a gente recriou em 2021 no âmbito da CAS.

Eu queria, Senador Arns, parabenizá-lo pelo Plano de Trabalho apresentado hoje, com plena confiança, com a convicção da importância da nossa atuação para favorecer a inclusão das pessoas com deficiência de maneira ampla, em todos os âmbitos da sociedade.

Além da necessidade de avançar nessas questões essenciais, para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, como a regulamentação da avaliação biopsicossocial – V. Exa. estava falando da deficiência prevista na Lei Brasileira de Inclusão –, vivemos tempos em que precisamos ainda enfrentar ameaças de retrocessos quanto aos direitos já conquistados, mas, sobretudo, protegendo-os. A gente tem um time de peso nessa missão nesta Subcomissão. Além de V. Exa., nosso Presidente sempre combativo, Senador Flávio Arns, ainda temos a querida Senadora Zenaide, a Senadora Nilda Gondim, o Senador Romário.

Eu também queria agradecer as contribuições da Senadora Soraya Thronicke, que recolheu sugestões e apresentou o relatório da avaliação da política de reconhecimento das pessoas com deficiência para fins do gozo de direitos previstos em lei, e da CAS, com o apoio da nossa sempre brilhante equipe da Consultoria Legislativa, que muito tem nos ajudado.

Os brasileiros com deficiência, Senador, antes de tudo, são pessoas, cidadãos com direitos e com deveres, cada qual com suas singularidades. São homens, mulheres, crianças, jovens, estudantes, profissionais, pais, mães, filhos com sonhos, lutas, preferências, escolhas, anseios. A deficiência é apenas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais uma de suas características. Essa característica humana requer mais apoio para efetivar a autonomia, a plena participação na sociedade. O fato de ter uma deficiência não impede a pessoa de estudar, de viajar, de namorar, de trabalhar, de ter família. O que impede as pessoas com deficiência de fazer qualquer coisa é a falta de acessibilidade, o preconceito e as barreiras físicas e de atitude que a gente enfrenta no dia a dia. Isso que é extremamente limitador, não é?

Desse modo, seguimos todos unidos, trabalhando e dedicando os nossos melhores esforços para promover a acessibilidade, garantir direitos e combater qualquer forma de discriminação.

Muito obrigada. Parabéns pelo grande de trabalho, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos a você, Senadora Mara Gabrilli, e fazemos esse reconhecimento para o Brasil inteiro, para as pessoas com deficiência, famílias, profissionais, pessoas que de alguma forma estão interessadas na área.

Que você – se me permite chamar assim, nós somos tão amigos...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SP. *Por videoconferência.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – ... continue firme, batalhando e conquistando aí tantos objetivos necessários. Você é uma liderança nesta área. Parabéns! Conte com a gente.

Eu quero lembrar que existe uma outra subcomissão nesta Comissão de Assuntos Sociais que é a Subcomissão de Doenças Raras. Doenças raras, em muitas situações, estão associadas a quadros de deficiências também. E esta Subcomissão de Doenças Raras é presidida pela Senadora Mara Gabrilli. Lembro que são poucas pessoas, mas muitas doenças, como se costuma dizer: aproximadamente 8 mil doenças raras, o que afeta 15 milhões de brasileiros – 15 milhões de brasileiros.

Na área da pessoa com deficiência – depende das estimativas e tudo – é um número importante: são praticamente mais de 20 milhões, 30 milhões de brasileiros, mas isso afeta o pai, a mãe, o irmão, o avô, a avó, a tia, o tio, a população inteira, não é? Quer dizer, a população está interessada em soluções para esta área.

Obrigado, Senadora Mara. Sucesso. Parabéns. Vamos em frente.

(Intervenção fora do microfone.)

Que bom!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que não temos outras pessoas que se manifestaram querendo também transmitir alguma mensagem, mas eu coloco, então, o plano de trabalho em – bom, já está sendo discutido – votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Agradeço a participação dos Senadores e das Senadoras, lembrando do Senador Romário, uma grande liderança na área, da Senadora Mara Gabrilli, da Senadora Zenaide Maia, também da Senadora Nilda Gondim e de mim; são cinco pessoas. Muito bom.

Então, antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e hum minuto do dia nove de maio de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota., sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença do Senador Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 9ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. **Temática** - acesso educacional: garantia de acesso à educação a todos na faixa etária obrigatória e ampliar o acesso nas demais etapas. Priorizar programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e combater a evasão escolar. **Participantes:** Mônica Rodrigues Dias Pinto, Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e Barbara Panseri, Coordenadora de Projetos na Área da Educação da Fundação Lemann. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/05/09>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a nona audiência pública desta Subcomissão, com a finalidade de debater o acesso educacional, a garantia de acesso à educação a todos na faixa etária obrigatória, a ampliação do acesso nas demais etapas, a priorização de programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e o combate à evasão escolar.

Eu tomo, inclusive, a liberdade de lembrar a todos e a todas que nos acompanham nesta audiência que esta Subcomissão realizou oito audiências públicas no ano passado e tem um relatório dessas audiências já apresentado para a Comissão no final do ano. É bom lembrar que, nesse relatório, foram apontados, como convergências das oito audiências públicas, seis eixos temáticos das quarenta recomendações da Subcomissão Temporária.

Eu acho que vale a pena a gente lembrar os seis eixos temáticos. O primeiro deles é o acesso educacional; então, realizar programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e combater a evasão escolar, que é objeto, inclusive, desta nossa audiência de hoje. O número dois é a permanência na escola, criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança sanitária, oferta de alimentação de qualidade e política de atendimento socioemocional. Isso foi bastante levantado. Então, é acesso educacional, permanência na escola. O número três é a recomposição de aprendizagem, instituir programa nacional para superar os prejuízos educacionais da pandemia com aumento da oferta da educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente. Muitas das perguntas que vinham no ano passado e mesmo hoje se referem a essa recomposição, recuperação, nivelamento, como alguns chamam, de aprendizagem. Número quatro, conectividade, garantir acesso a dispositivos com acesso à internet de alta velocidade aos estudantes e professores da rede pública de ensino. Esse foi o quarto item, sempre levantado também no decorrer das audiências. Número cinco, infraestrutura das escolas, assegurar que os estabelecimentos de ensino possuam instalações físicas adequadas para o pleno exercício do direito à educação. Então, escolas com água tratada, muitas ainda não têm isso, com banheiro, com biblioteca, com quadra de esporte, com luz elétrica, quer dizer, tem que haver a infraestrutura das escolas, inclusive identificando uma por uma onde cada um desses problemas acontece, em que estados, inclusive para possibilitar a articulação de Deputados, Senadores e sociedade. E número seis, orçamento da educação, elevar substancialmente os investimentos educacionais nos próximos anos, considerando que a execução orçamentária na educação tem sofrido severos cortes nos últimos exercícios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses seis eixos fazem parte de uma organização de tudo aquilo que foi dito, tentou-se sintetizar nos seis eixos: acesso educacional, permanência na escola, recomposição da aprendizagem, conectividade, infraestrutura das escolas e orçamento da educação.

Também lembro a todos e todas que nos acompanham que a audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria: 0800 0612211.

Algumas pessoas que participaram, e tomo a liberdade com as expositoras de já ler algumas perguntas que já chegaram.

Thiago Alcides, de São Paulo: "O que fazer para reverter os impactos da pandemia de covid-19 na educação? Em quanto tempo podemos reverter estes impactos?"

Jorge Lisboa, do Pará: "Quais medidas foram tomadas para contribuir no ensino dos alunos que não tiveram acesso ou estrutura em suas residências nesse período?". Está mais ou menos ligado também aos nossos eixos temáticos.

Bruna Castro, de São Paulo: "Como ocorrerá o nivelamento dos alunos que não conseguiram acompanhar as aulas remotas [...]?" – é a questão da recomposição da aprendizagem.

Arísia Maria, do Distrito Federal: "Quais estratégias podem ser adotadas para recuperar o atraso na aprendizagem provocado pela pandemia?"

Rogério Eich, de Rondônia: "É possível recuperar o conteúdo represado no período da pandemia?"

Maria Cecília, do Rio Grande do Norte: "Como o Estado vem agindo para minimizar os danos causados à educação [...] [na pandemia]?"

Então são seis eixos temáticos. O primeiro deles, acesso educacional, é o objeto dessa nossa audiência pública.

A Presidência concederá o prazo de 20 minutos para cada convidada, a quem já agradecemos antecipadamente pela presença, para fazer a exposição inicial. Em seguida, a palavra será concedida eventualmente aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que queiram fazer uso dela.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, a Sra. Mônica Rodrigues Dias Pinto, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), e a Sra. Bárbara Panseri, Coordenadora de Projetos na Área da Educação da Fundação Lemann. A gente agradece novamente a presença da Sra. Mônica e da Sra. Bárbara, representando duas instituições de muito prestígio na área da educação e cujas contribuições sem dúvida serão importantes nesses debates.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciando as exposições, eu passo a palavra, em primeiro lugar, para a Sra. Mônica Rodrigues Dias Pinto, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Então, com a palavra, Sra. Mônica.

A SRA. MÔNICA RODRIGUES DIAS PINTO (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas. Na pessoa do Senador Flávio Arns, eu gostaria de agradecer imensamente essa oportunidade, esse convite feito à Unicef Brasil. Como disse o Senador, eu me chamo Mônica Pinto, estou Chefe de Educação aqui do Unicef Brasil e gostaria imensamente de dizer que toda a nossa equipe está à disposição desta Comissão, dos parceiros e dos demais presentes aqui que estão nos ouvindo, para que a gente possa efetivamente disponibilizar todo o conhecimento acumulado, todas as metodologias e as estratégias que o Unicef vem desenvolvendo, em parceria com uma série de secretarias de educação, de parceiros implementadores, com a sociedade civil organizada, há muitos anos, especialmente neste momento da pandemia, para que todas e todos tenham educação de qualidade no nosso país.

Eu queria pedir licença, então, para começar a compartilhar com vocês uma breve apresentação. *(Pausa.)*

Acredito que vocês já a estejam vendo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Estamos vendo.

A SRA. MÔNICA RODRIGUES DIAS PINTO – Eu não vou me delongar, Senador e demais presentes, nesses dados, que já são do conhecimento aqui dos membros dessa Comissão. O Brasil, infelizmente, ainda no século XXI, possui uma série de indicadores que não nos orgulham. Nós temos muitas crianças fora da escola, e se vocês observam esses dados, especialmente na educação infantil, no final dos anos finais e no ensino médio, e mesmo às crianças que permanecem na escola, como disse o Senador, a gente precisa garantir o acesso, mas a gente precisa manter a permanência.

Infelizmente, nós não mantemos a permanência desses estudantes que entram na educação infantil e no fundamental I nas nossas escolas. A gente acumula dados ainda bastante alarmantes de abandono, reprovação, distorção idade-série. E, se formos observar, infelizmente essas crianças, esses adolescentes excluídos, em sua maioria, são meninos moradores de áreas de periferia, regiões de difícil acesso, são crianças pretas, pardas, indígenas, de famílias de menor poder aquisitivo.

E, como disse o Senador, diante do fechamento das escolas, com a perda de aprendizagem que sabemos que todos os estudantes, mesmo aqueles que conseguiram acessar atividades pedagógicas ao longo de quase dois anos, com cerca de 170 dias sem dias letivos presencialmente nas escolas, com todas as questões ligadas à saúde mental dessas crianças, das suas comunidades, das suas famílias, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometimento nutricional, com o aumento da vulnerabilidade social, das questões de violência, a gente chega a um cenário pandêmico bastante alarmante.

Essa apresentação vai ficar obviamente disponível para todos vocês, mas eu queria aqui realçar dois dados de Pnad e Unicef. Infelizmente, a gente observa que o percentual de crianças entre seis e sete anos que em 2021 não conseguem ler e escrever um bilhete simples é assustador, é assustador na América Latina e Caribe, é assustador no Brasil. É assustadora a quantidade de adolescentes que declaram não pretender voltar à sala de aula, ou porque não têm condições emocionais ou porque precisam trabalhar ou porque já se desengajaram da atividade pedagógica. E eu diria a vocês que entre 15 e 17 anos esse percentual chega a 30%, 40%.

Com isso, gostaria também aqui de destacar que, nesses últimos dois anos, segundo uma pesquisa recente que fizemos com Itaú Social e Undime, nós temos 80% das escolas das redes municipais com aulas totalmente presenciais. Mesmo no retorno da pandemia, ainda temos problemas sérios. Como disse o Senador anteriormente, muitas dessas escolas, uma parte significativa dessas escolas que temos no Brasil não conseguiram voltar à sua atividade presencial, seja porque são escolas que, ao estarem instaladas em situações de pior acesso, estão deterioradas, ficaram muito tempo fechadas, não têm as suas condições sanitárias regulares. Já não tínhamos a garantia de saneamento básico em todas as escolas, já havia uma série de problemas infraestruturais, sem falar da conectividade, que todos sabemos que é um problema maior ainda, mas a gente retorna a essa realidade presencial ainda com muitos problemas.

Eu diria, Senador e demais pessoas que estão aqui nos assistindo, que eu acredito que o Brasil já possui os dados de que a gente precisa para fazer um planejamento estratégico e emergencial. Eu acho que a gente não precisa mais se debruçar sobre dados, a gente precisa efetivamente identificar as metodologias, as estratégias que o Brasil já desenvolveu, aquilo que a gente sempre ouviu dizer, aprender com o Brasil, e efetivamente traçar um plano emergencial que seja nacional, mas que seja sensível e capaz de atender as especificidades locais, que tenha uma coparticipação e engajamento do poder público local, da sociedade civil organizada, para que de fato a gente faça a busca de todas as crianças, o acolhimento não só das crianças, dos estudantes, mas dos professores, dos técnicos, de todos aqueles que trabalham na comunidade escolar, para que a gente de fato possa acionar, atuar junto com a rede de proteção de direitos da criança.

Isso não é um trabalho apenas para a comunidade escolar, isso é um trabalho que precisa ser feito de forma intersetorial, para que de fato a gente tenha o engajamento dessas crianças e adolescentes na sua aprendizagem, para conseguir que a infraestrutura das escolas e que a conectividade seja um direito universal.

Então, eu passo agora, nesse momento, a falar de três estratégias. Nós temos outras aqui, mas eu gostaria de falar de três estratégias essenciais que o Unicef já há alguns anos vem desenvolvendo com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vários parceiros e que já são metodologias consolidadas, testadas e que estão disponíveis para que todos os presentes daqui e demais interessados possam plenamente implementar.

Aqui, abaixo da minha tela, vocês podem ver o *site* buscaativaescolar.org.br. Essa é uma metodologia que o Unicef começou a testar em torno de 2017. Hoje nós já temos 3,2 mil municípios aderidos. Esses 3,2 mil municípios são em todos os estados brasileiros. Temos 22 estados aderidos. É uma metodologia que faz parte do Selo Unicef. E agora, para os próximos quatro anos, a gente tem 2.030 municípios que já assinaram conosco o compromisso do Selo Unicef. E ao longo desse tempo, nós temos, infelizmente, essa marca de 700 mil alertas emitidos, mais de 250 mil casos em andamento, em análise, e ao longo dos últimos anos, a gente já conseguiu rematricular 105 mil crianças.

No próximo eslaide, eu gostaria então de falar brevemente sobre essa metodologia. Ela é uma metodologia que identifica, tem uma série de elementos que estão disponíveis, tem uma plataforma que é gratuita e pode ser acionada por todos os entes que atuam naquela determinada localidade. Nós temos cursos de formação. Nossa colega Daniela esteve agora no Estado do Espírito Santo, na última semana, fazendo formações para todo Estado. Estaremos agora no Mato Grosso. Então, essa metodologia ajuda a identificar as causas que levam as crianças daquela territorialidade a não estarem frequentando a escola. Essa metodologia faz esse acionamento dessa rede de proteção de serviços, ela fortalece essa atuação intersetorial e regime de colaboração que precisa envolver a assistência social, a saúde, a educação. Com isso, a gente tem toda a estratégia de matrícula e permanência dessa criança na escola e, a partir daí, então, estabelecemos esse diagnóstico essencial para que essa criança seja, de fato, rematriculada e acolhida nessa instituição, nessa comunidade escolar.

Gostaria, então, de passar para a nossa segunda metodologia, nossa segunda estratégia, chamada de Trajetórias de Sucesso Escolar. Como eu mencionava na minha fala no início, infelizmente, o nosso país é um país em que, ao final do Fundamental 2, a gente já começa a ter os adolescentes abandonando a nossa escola. Então, essa é uma metodologia que também, há alguns anos, o Unicef já vinha desenvolvendo. Nós temos uma série de cadernos pedagógicos que foram desenvolvidos, mapeando os motivos que levam os adolescentes a abandonar a escola, a não ter o seu direito de permanência e de aprendizagem com qualidade garantido. Neste momento nós temos dez estados que aderiram a essa metodologia com oito propostas curriculares específicas, três delas focadas em educação indígena, quilombola e do campo.

E como é que o Trajetórias de Sucesso Escolar atua? Ela atua basicamente focando no diagnóstico do que é preciso aprender, fazendo um planejamento customizado nessa comunidade, fazendo a adesão e a formação de toda a comunidade escolar e o desenvolvimento dessas estratégias. Nós temos alguns pilotos nesse momento envolvendo essas escolas e esse número de estudantes.

Outra estratégia que temos, alinhada à questão do Trajetórias de Sucesso Escolar, diz respeito à conectividade. É uma educação híbrida e uma conectividade. Um ponto essencial que eu gostaria de trazer aqui para vocês é que todos nós sabemos que, infelizmente, nós voltamos anos – tem uma pergunta de um





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos nossos ouvintes aqui sobre o quanto nós estamos atrasados –; infelizmente nós não voltamos para o ano de 2019, nós voltamos muitos anos para trás no Brasil nas questões educacionais. Nós temos que aproveitar essa crise para que a nossa escola avance. Os nossos estudantes, os nossos professores precisam de uma educação que seja mais engajadora, que utilize das metodologias e das possibilidades de conectividade, de uma educação que seja mais aderente ao que os adolescentes e os jovens procuram.

Então, aqui a gente tem alguns dados que eu também vou deixar à disposição de vocês. Nós sabemos que as escolas, por exemplo, que têm pior conectividade são as que estão no Norte e no Nordeste, na região do Semiárido, na Amazônia Legal, então é preciso olhar para essas regiões com mais atenção.

Por fim, terminando aqui meu tempo, nós temos várias outras metodologias e frentes de atuação, mas eu gostaria aqui de destacar o Educação que Protege. O Senador falava da necessidade de acolhida dessas crianças, adolescentes e de suas famílias e dos educadores e dos técnicos que trabalham na escola.

Essa acolhida não é uma acolhida que vai acontecer ou que está acontecendo apenas nos primeiros dias. É uma acolhida que precisa acontecer ao longo de muitos meses, para que a gente possa, de fato, superar todas as questões relacionadas às perdas e ao luto, as questões emocionais, as questões de saúde mental, o impacto econômico que essa comunidade escolar sofreu.

Aqui nós temos, então, um conjunto de cadernos e de cursos que estão disponíveis no sentido de apoiar as redes, os gestores das secretarias, os gestores das escolas, os professores, no acolhimento e na proteção dessas crianças. Essa formação e esses materiais estão focados não só nos profissionais da educação, mas sempre com esse conceito de intersetorialidade com os demais profissionais que precisam apoiar e proteger essas crianças.

Aqui, rapidamente, eu gostaria de apresentar para vocês que nós temos um *folder*, nós temos um guia para adolescentes, nós temos cartazes, nós temos *cards*. Eles também estão disponíveis nesse *link* que está na minha tela, à esquerda, embaixo, para que vocês possam depois observar esses materiais, para que eles sejam utilizados.

Novamente, além de todo o trabalho do Trajetórias de Sucesso Escolar, que identifica os conteúdos, os conhecimentos, como apoiar os estudantes a aprenderem a aprender, como estudar – esta é uma competência que também precisa ser desenvolvida –, essa metodologia ajuda também, com base na Base Nacional Comum Curricular, a identificar nos territórios o que é preciso ser feito para prevenir e identificar crianças e adolescentes que tenham sofrido ou que estejam sofrendo violências, para, com o marco da Lei 13.431, acionar o Sistema de Garantia de Direitos, para que essas crianças possam, de fato, ser atendidas a partir dessa identificação que a comunidade escolar precisa fazer.

Então, aqui, nós temos uma série de outras recomendações.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou encerrar, então, a minha fala, colocando-me à disposição, não só eu, mas toda a nossa equipe maravilhosa do Unicef, para que a gente possa avançar no entendimento, na concertação de um plano que, de fato, responda com a urgência, com a emergência necessária, de que as nossas crianças precisam.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço, Mônica Rodrigues Dias Pinto, Mônica Pinto, que é representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Até já antecipando, posteriormente à fala da Mônica, você poderia detalhar, tanto para a gente quanto para quem nos acompanha, como as pessoas podem aderir a tudo isso que o Unicef vem propondo? Isso é feito também à distância? Há aspectos presenciais ou à distância?

Eu acho que é um tema que vai interessar a muitos educadores no Brasil. A gente fala do acesso educacional, que é um dos eixos, para se realizarem programas com busca ativa. Queremos que todas as crianças e adolescentes estejam na escola. Agora, para eles estarem na escola, já vem um debate junto sobre o segundo item, que é a permanência na escola, que deve ser um ambiente acolhedor gostoso, agradável, em período integral, com infraestrutura, quer dizer, os itens todos estão relacionados, mas todos nós queremos que, na verdade, as crianças e os adolescentes que estejam na escola sejam chamados, sejam buscados. É busca ativa, porque não é só um direito, mas é uma obrigação. É um direito e uma obrigação da família, da sociedade, do poder público pedir, fazer, trazer a criança e o adolescente para o ambiente escolar.

Então, na sequência, depois da fala da Bárbara, também já antecipamos um pouco: como participar desse processo, não é, Mônica?

Muito bem! Passo, em seguida, a palavra para a Sra. Barbara Panseri, Coordenadora de Projetos da Área da Educação da Fundação Lemann, inclusive agradeço de novo porque a Fundação Lemann já participou, no ano passado, das audiências públicas. Eu acho que foi com você mesma, não é, Barbara? Ou não? Foi também...

A SRA. BARBARA PANSERI – Eu e a Camila.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Seja bem-vinda de volta, porque, no ano passado, foi para se fazer o levantamento, eixos temáticos, recomendações. Porém, neste ano, o Senado Federal, junto com toda a sociedade... Não existe um trabalho bom nessa área que você faça sozinho; todos nós juntos, isso que é importante para que isso seja concretizado.

Então, Barbara, com a palavra.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BARBARA PANSERI (Para expor.) – Perfeito, Senador.

Bom dia a todas e todos. É uma enorme alegria e honra estar aqui, participando desta audiência pública sobre um tema, como a Mônica trouxe, de ordem de urgência, falar aqui sobre garantia de acesso à educação.

Primeiramente, Senador, gostaria de agradecer aqui, em nome da Fundação Lemann, pelo convite para poder estar aqui novamente, podendo compartilhar um pouco do que a gente vem fazendo e, claro, trazendo tanto dados quanto ideias e soluções para esse debate tão importante.

Eu também, assim como a Mônica, vou compartilhar algumas telas aqui. Peço só que me confirme se estão conseguindo visualizar minha tela. *(Pausa.)*

Acho que sim.

Então, vou seguir aqui, Senador.

Bom, falando aqui sobre acesso à educação e pandemia, acho que a Mônica trouxe um panorama. A gente nem combinou aqui, não é, Mônica? Aproveito para cumprimentar e parabenizar os esforços da Unicef Brasil em torno do tema de busca ativa, que é tão relevante, ao redor de todo o território nacional. A gente não combinou o jogo, mas a gente trouxe muitos dados e propostas muito similares aqui, pelo alinhamento de todos os atores que já trabalham com esse tema.

Eu vou passar aqui a apresentação em duas etapas. Primeiro, vou trazer um pouco o contexto, alguns dados. Alguns dados a Mônica já ilustrou aqui; outros a gente vem acompanhando a partir de pesquisas com o Instituto Datafolha. Então, vou falar aqui sobre o contexto e, na sequência, sobre boas práticas que a gente acompanhando ao redor do Brasil.

Então, primeiramente, tendo esse panorama de fechamento prolongado das escolas, a gente sabe o quão desafiador, depois de dois anos de pandemia, tem sido tratar dos temas relacionados a acesso à educação. Falando em fechamento prolongado, a gente teve 178 dias letivos de escolas fechadas no Brasil, em 2020. A gente não consegue comparar esse dado usando o ano de 2021, porque, em 2021, a gente teve reabertura em cada região, município e estado de formas diferentes. Então, fica difícil de ter um comparativo internacional, mas, quando a gente compara, no ano de 2020, com outros países da OCDE, a gente tem o Brasil numa média muito acima, na primeira posição, de dias de escolas fechadas.

Se a gente segue olhando para esse segundo gráfico que trago aqui, quando a gente compara o desempenho no Pisa, uma avaliação internacional muito relevante, que está aqui na nossa matriz, com o número de dias letivos fechados, a gente vê que os países que tiveram o menor número de dias fechados têm o melhor desempenho no Pisa. Então, a gente realmente acredita que esse fechamento prolongado de escolas vai ter um impacto significativo não só no acesso e permanência desses estudantes, mas também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na aprendizagem. E a gente sabe que esse acesso foi desigual, como a Mônica também apresentou aqui em diversos dados.

Olhando especificamente para o ano de 2020, a gente tem essa pesquisa que mostra a distribuição dos municípios por percentual de escolas que estavam realizando aulas ao vivo, ou seja, aulas síncronas, e aqui a gente tem que um pouco menos do que a metade dos municípios brasileiros, nesse momento em que essa pesquisa foi realizada, não estava realizando nenhuma atividade síncrona, o que mostra esse acesso desigual, e a gente tem uma série de dados que também ilustram esse cenário.

Acho que esse gráfico resume bem, porque ele traz duas fotos, uma de maio de 2020, a que está em azulzinho, e uma de dezembro de 2021, que é bastante recente, agora do final do ano passado. O que é que a gente consegue ver? Que, no ano de 2020, em maio, a gente tinha 24% dos estudantes brasileiros que não tinham acesso à atividade remota para fazer em casa – a gente está falando de um em cada quatro brasileiros sem acesso a atividades remotas. Esse cenário foi mudando ao longo desse um ano e meio de pandemia, por diversas iniciativas, sejam elas públicas, de apoio do terceiro setor, iniciativas próprias de municípios de aumento de conectividade. Então, a gente chega a um cenário, que está em verde, em dezembro, muito mais favorável, reduzindo essas desigualdades, mas a gente consegue entender, por esse gráfico, o quanto Regiões como o Norte e o Nordeste tiveram acesso muito mais limitado, quando a gente compara com os indicadores das atividades remotas do Sul e do Sudeste.

Passando, aqui, ainda sobre conectividade, esse é um retrato recente, então, de 2021. Ainda que as desigualdades de acesso ao ensino remoto tenham sido mitigadas e reduzidas ao longo desse um ano e meio, dois anos de pandemia, ao contrário, a gente vê aqui que a conectividade permanece insuficiente. Em dezembro de 2021, 37% dos estudantes brasileiros ainda não tinham acesso à banda larga, e essa distribuição é desigual entre as Regiões do país: novamente, Norte e Nordeste com indicadores muito inferiores aos das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Acho que, quanto a esses próximos dois eslaides, a Mônica e a Unicef já trouxeram muitas informações ricas aqui sobre a descontinuidade da atividade escolar e o risco de abandono. Então, a nossa pesquisa mostra que, em dezembro de 2021, dois em cada dez estudantes corriam o risco de abandonar a escola, e, aqui no gráfico, a gente consegue entender quais são os motivos que levam a esse abandono escolar: a perda de interesse pelos estudos; o fato de não ter conseguido acompanhar as atividades, muito relacionado à dificuldade de acesso ao ensino remoto; o não acolhimento, o fato de não se sentir acolhido, o que também apareceu aqui na fala da Mônica, e eu vou retomar esse ponto já, já, adiante; e a questão de precisar trabalhar. A gente sabe que muitos estudantes, especialmente de anos finais do ensino médio, precisaram iniciar atividades remuneradas. Por isso que, olhando aqui o que está apresentado por etapa de aprendizagem – a gente vê que estão em amarelo os anos finais e o ensino médio em azul-escuro –, a gente tem um percentual significativo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente trouxe aqui algumas informações em relação a julho de 2021, de outra pesquisa. A gente fez, ao longo desse último um ano e meio, nove pesquisas, com o apoio do Instituto Datafolha, e essa, mostrando comportamentos e condições de saúde mental dessas crianças e como isso oscilou ao longo desse tempo de pandemia. A maior parte das crianças, durante esse tempo de pandemia, ganhou peso – 56%. E aí a gente tem uma série de mudanças de comportamento danosas que a pandemia trouxe. Então, crianças que passaram a ter oscilações no sono, ficaram mais agitadas, mais tristes, mais quietas, mais nervosas, com mais medo... E aqui, de novo, aparece a perda do interesse pela escola, com 34%.

Ainda sobre as condições de crianças e adolescentes que a gente está chamando aqui de condições de risco, a gente tem um aumento significativo da insegurança alimentar. Infelizmente a gente sabe que isso não é válido apenas para crianças e adolescentes, mas a gente tem aí o Brasil voltando para o mapa da fome e, com as escolas fechadas, uma distribuição também desigual de o quanto as crianças e adolescentes acessam a alimentação. Há essa ampliação da insegurança alimentar.

Esses próximos eslaides trazem novamente o aumento de evasão escolar e situação de crianças em risco aqui. Então, esse gráfico tem uma periodicidade, uma temporalidade maior, e a gente consegue ver, nesses últimos dez anos, de 2012 a 2021, que a gente vinha numa situação de queda de crianças fora da escola – aqui considerando especialmente a faixa etária de 6 a 14 anos, então, não inclui 15 a 17, em que a gente tem um maior percentual de crianças hoje fora da escola. A gente vê que chega a um número de 90 mil em 2019 e a gente tem uma curva acentuada crescente nesses últimos dois anos de pandemia.

O eslaide que está aqui na sequência são dados da própria Unicef, usando a Pnad, como a Mônica já trouxe, que traz o alarmante dado de que, em novembro de 2020, a gente tinha ali mais de 5 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos fora da escola ou sem atividades escolares.

Aqui eu vou passar, porque acho que são dados já conhecidos, já estavam presentes aqui na fala que veio antes.

Essa pesquisa é uma pesquisa que a Unicef roda com o apoio do Itaú Social – foi rodada em julho de 2021 –, que traz quais ações estão sendo implementadas pelas escolas para apoiar as atividades não presenciais. A gente vê que, já em julho de 2021, a busca ativa era uma das maiores prioridades para as redes municipais. Isso segue. A gente tem uma nova versão dessa pesquisa que saiu no início do ano, em que aparece novamente a busca ativa entre as primeiras três posições. Então, a gente sabe que as escolas estão preocupadas e que muitas ações estão sendo realizadas.

E aí eu passo para a segunda parte da minha apresentação, para contar um pouquinho sobre um trabalho que eu coordenei aqui na Fundação Lemann com o apoio do Instituto Natura, correalizador dessa ação, que foi um grande mapeamento.

Passo aqui para o seguinte eslaide.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente lançou um documento agora em fevereiro deste ano chamado de "Recomposição das Aprendizagens: Estratégias educacionais para enfrentar os desafios agravados pela pandemia", que trata do tripé de desafios. A gente não fala apenas de recomposição de aprendizagem, mas de recomposição, busca ativa e saúde mental como um tripé necessário a ser enfrentado. Esses três já eram desafios que existiam antes da pandemia, mas, como a própria Subcomissão, na fala que o Senador Flávio no início trouxe, os tópicos com os quais a Subcomissão está lidando, a gente entende que esses são os desafios urgentes e necessários de serem trabalhados. Então, nós da Fundação Lemann junto com o Instituto Natura lançamos esse documento ali em fevereiro. A gente levou esse documento para muitos gestores, a gente apresentou para muitas organizações, sejam elas da sociedade civil, terceiro setor, e a gente apresentou para as secretarias. Tivemos a oportunidade de apresentar para muitas instâncias: Undime, Consed... E agora a gente vem participando de eventos como esse para disseminar um pouco o material.

A gente tem 35 experiências mapeadas, sendo: nove de busca ativa, nove de acolhimento e saúde mental e 17 de recomposição – nos próximos minutos, eu vou apresentar um resumo aqui das iniciativas de busca ativa que a gente mapeou. O objetivo do documento não é outro que inspirar as redes de ensino à adoção de boas práticas em relação a esse tripé de problemas. E eu acho que o que tem de diferencial aqui é que a gente conseguiu fazer um detalhamento de oito dos casos; então, desses 35, em oito, a gente conseguiu trazer um detalhamento maior em profundidade, oferecendo para os gestores públicos recomendações para a implementação de desde qual é a governança sugerida, qual é a legislação necessária, qual é a estrutura de custos que está contemplada em uma estratégia similar a essa. E a gente traz aqui propostas de como escalar isso para redes, sejam elas pequenas, médias ou grandes. O material pode ser acessado. Eu deixo o *link* aqui na nota de rodapé e também deixei disponível com a equipe do Senador para a divulgação ao final da audiência.

E, só para reforçar, a gente falou aqui desse tripé de desafios, eu acho que talvez esse eslaide vá um pouco ao encontro de algumas das perguntas que fizeram no início, Senador; você trouxe, ali no início da nossa audiência, muitas dúvidas que chegaram sobre o que a gente pode fazer para que, de fato, consiga garantir que o estudante tenha um aprendizado adequado na idade certa. E aqui a gente está trabalhando com esse tripé, entendendo que a gente não vai conseguir falar apenas de aprendizagem se a gente antes não tiver o estudante dentro da escola, por isso a importância de políticas e programas de busca ativa escolar, aumento de permanência escolar. E a gente também vai precisar falar sobre a importância de acolhimento socioemocional e ações de saúde mental. Por isso que eu fiquei superfeliz de ouvir a fala da Mônica, que trouxe a iniciativa da Unicef, que também tem esse cunho.

Eu vou focar, então, aqui, nos próximos três minutinhos, num olhar amplo sobre o que a gente trouxe nesse mapeamento de busca ativa, passar esse eslaide só para a gente conseguir cumprir com o tempo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as nove iniciativas de busca ativa – esse aqui é o mapinha de distribuição –, a gente fez uma estratégia de mapear 200 iniciativas ao redor do Brasil e escolher algumas que pudessem ser representativas de outras. Então, vocês vão ver que aqui a gente tem três grandes blocos de iniciativa que eu apresento na sequência, com alguma distribuição entre estados, municípios e territórios ao redor do Brasil.

Vou passar para esse eslaide que consolida um primeiro tipo de agrupamento que a gente fez. Então, aqui a gente tem três programas estaduais que trazem uma articulação intersetorial e entre órgãos, seja o Ministério Público, com seus pilares, funções primordiais, e que prevê um sistema *online* de acompanhamento de infrequência. Aqui a gente está falando especialmente do caso de Santa Catarina, de Pernambuco e – perdão, falhou aqui – de Tocantins.

Quanto ao programa Apoia, em Santa Catarina – Apoia é uma sigla para Aviso por Infrequência do Aluno –, esse foi um dos programas em que a gente mergulhou em profundidade, então, a gente tem toda a estrutura de custos. O Ministério Público do Estado de Santa Catarina foi um enorme parceiro nosso em trazer todas as informações necessárias. Esse sistema já existia antes da pandemia, e a gente sabe que muitos estados no Brasil têm sistemas parecidos, similares. A gente traz aqui o exemplo do Voltei (*Falha no áudio.*) ... Ficha de Verificação Oficial Limitadora das Taxas de Evasão e Infrequência, é o que significa a sigla Voltei, que é uma ferramenta *online* que permite o acompanhamento de infrequência e evasão e as medidas necessárias para se dar sequência.

E, por fim, o Evasão Escolar Nota Zero, que é uma política de Tocantins. Também é uma ação articulada entre a Secretaria Estadual, o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e tantos outros órgãos necessários para que o combate à evasão aconteça e todas as medidas de encaminhamento aos órgãos de proteção. Então, esse é o primeiro bloco de soluções que a gente traz, focadas aqui em busca ativa e permanência escolar.

Em segundo lugar, a gente traz aqui os programas estaduais que têm a previsão de pagamento de bolsas. Eu aqui trago os exemplos do Ceará, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, sabendo que tem tantos outros exemplos ao redor do Brasil.

Aqui, a título de exemplificar, há o Bolsa do Povo – Ação Estudantes, que é um programa do Estado de São Paulo que prevê o pagamento de um auxílio financeiro a estudantes, especialmente de ensino médio, que estão em situação de vulnerabilidade econômica e que têm cadastro no CadÚnico.

Similar a esse programa, a gente tem o programa do Estado do Rio Grande do Sul que é o Todo Jovem na Escola, que também prevê a prestação de auxílio financeiro. Aqui, também tem o foco em estudante de ensino médio, um programa muito similar ao Bolso do Povo.

E, por fim, há o Aluno Monitor da Busca Ativa, que também prevê o pagamento de bolsa, mas aqui com uma peculiaridade, uma diferença bem clara: aqui o pagamento não é para que o aluno permaneça,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque esse aluno estaria fugindo por motivos de necessidade financeira, mas, sim, para que esse aluno seja um monitor e apoie na busca ativa dos outros colegas. Então, a gente tem aqui o estudante protagonista, solidário, envolvido no processo de busca ativa.

E, por fim, apresento a terceira seção: outras iniciativas de busca ativa escolar, sejam municipais, sejam estaduais. Tenho certeza de que a equipe da Unicef conhece muito bem, Mônica, porque muitas dessas – você trouxe aqui o mapeamento, e o sistema de vocês é fundamental hoje no Brasil – que a gente mapeou certamente estão no portal de vocês.

Aqui, eu apresento a Gincana X, que é uma iniciativa que aconteceu na cidade de São Paulo, mas que hoje ainda não tem aderência do estado inteiro. Ela foi pilotada em algumas escolas com apoio de Parceiros da Educação e de algumas outras parcerias e traz, como o próprio nome diz, a gincana. Então, é uma metodologia social que todo mundo conhece, que é barata, com baixo custo, que permite engajar a comunidade escolar em torno da atração dos estudantes evadidos. Ela também traz o protagonismo estudantil e tem uma série de ações criadas pela dona dessa solução, que é a ONG Livelab, que vem levando isso para outras redes, sejam municipais, sejam estaduais, ao redor do Brasil.

Aqui, a gente tem outro programa. Este é o busca ativa escolar mais básico que a gente tem, mas eu o trouxe como exemplo, porque ele vem se destacando. O Município de Olinda é uma rede que nós da fundação apoiamos por meio de Educar pra Valer. Chegou ao nosso conhecimento de como o programa Tô Voltando vem inspirando muitas redes da região. Se vocês virem aqui no cantinho direito, embaixo, a gente tem a rede de Igarassu, que é colada em Olinda e que tem um programa bem parecido que é o Tô de Volta. Então, às vezes, um município tendo a sua política também inspira os municípios que estão na sua região.

Por fim, há o Acolher para Permanecer, que foi um programa lançado no segundo semestre de 2021 pelo Estado de Goiás, que também prevê uma série de ações focadas em busca ativa.

Já estourei meu tempo aqui, Senador, mas, por fim, só queria reforçar o meu agradecimento e a colaboração necessária entre todos esses atores. Então, toda a nossa equipe aqui da Fundação Lemann está à disposição desta Subcomissão para qualquer outra discussão que envolva a gente falar da melhoria da qualidade da educação pública neste momento tão decisivo no nosso país.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu agradeço também a você, Barbara Panseri, por uma apresentação tão clara, tão lúcida, importante de iniciativas relevantes, você que representa a Fundação Lemann nesta audiência pública.

É muito importante, porque todos os itens, na verdade, estão inter-relacionados. Se você fala de a criança e o adolescente terem acesso educacional, como foi dito, tem que haver um trabalho muito bom





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de permanência na escola, de acolhida, de incentivo para recomposição da aprendizagem, ajuda na conectividade se possível, com uma escola que seja bonita, acolhedora, competente, com esgotamento sanitário, banheiro, biblioteca, quadra de esporte, que orienta e faz ter um fator assim muito relevante para tudo isso.

Então, eu gostaria só de perguntar a vocês também, diante das iniciativas que o Unicef trouxe e que a Fundação Lemann também apresentou: como é que as pessoas que nos acompanham podem se engajar nisso?

Eu penso assim que a Comissão... Tudo de que vocês estão falando, da parte do Senado a gente pode levar para a Comissão de Educação, para o Plenário, convidar o Ministério da Educação para também ter um papel importante. Há sempre o contato nosso com o Consed, o conselho de secretários estaduais, a Undime, os secretários municipais, os próprios estudantes, a UNE, a Ubes, as uniões que representam os estudantes brasileiros, a CNTE, os trabalhadores. Enfim, o que vocês recomendariam nesse sentido?

Eu quero também dizer que o que me impressionou também bastante na Mônica foram os números de crianças fora da escola de quatro e cinco anos. Aí tem que ter... Porque é um período inclusive obrigatório a partir dos quatro anos de idade. Quer dizer, isso é um número expressivo fora da escola.

E o número expressivo que a gente já poderia esperar também lá no ensino médio; e menos expressivo, porém importante, nas séries iniciais e nas séries finais.

É claro que as soluções assim para esse chamamento são diferentes, não é? Lá no ensino médio, até de acordo com a apresentação da Barbara e da Mônica também, o pessoal está ajudando, inclusive, a família a obter renda. Qual é a relação disso ou se há existe uma relação com programas como por exemplo Bolsa Aprendizagem e estágios para que esses alunos tenham renda? Mas que tenham renda estudando junto, tendo o Bolsa Aprendizagem, se profissionalizando. Seria o caso talvez, particularmente lá no ensino médio ou nas séries finais do ensino fundamental, ter essa parte? O que é que tem dado certo em termos assim de haver uma equalização de idade e série, para não haver essa distorção – o que desanima também muitos alunos –, quais as iniciativas voltadas para isso? E, principalmente, como se engajar, porque vocês têm tantas iniciativas bonitas e importantes. E vocês também na Fundação Lemann vêm tendo uma repercussão positiva para isso junto a estados e municípios?

Passo a palavra para a Mônica, para as considerações que você julgar importantes, Mônica, que representa o Unicef.

A SRA. MÔNICA RODRIGUES DIAS PINTO (Para expor.) – Muito obrigada, Senador, pela oportunidade aqui de complementar algumas das informações e ideias que eu havia trazido.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Barbara, é muito bom estar aqui com vocês também e trazendo aqui alguns exemplos concretos sobre o Brasil precisar aprender com o Brasil.

Então, Senador, vou tentar aqui explorar algumas das questões que o senhor está trazendo e que a gente também está vendo aqui no *chat* da nossa audiência.

O primeiro deles diz respeito a como acessar todas essas frentes de atuação, essas metodologias gratuitas que estão disponíveis e que são desenvolvidas aqui pelo Unicef. Como eu disse a vocês, elas são gratuitas, elas estão presentes naqueles endereços eletrônicos, naquelas plataformas. Só no Busca Ativa, a gente tem mais de 3 mil municípios que já aderiram a essa metodologia, 22 estados. Normalmente a adesão ao BAE (Busca Ativa Escolar), como a gente chama, é feita a partir das secretarias municipais e estaduais de Educação. Então, essa é a porta de entrada para o Busca Ativa. Falando no Trajetórias de Sucesso Escolar, a entrada precisa ser feita pelas secretarias estaduais de Educação. Hoje os municípios que já aderiram ao Selo Unicef – são 2.023 municípios no Brasil – também poderão fazer essa adesão. Os estados precisam buscar o Unicef, mas aos municípios que já aderiram ao Selo Unicef na edição de 2021 a 2024 o Programa Trajetórias de Sucesso Escolar já está disponível.

Eu, como pedagoga de formação, queria realçar dois aspectos aqui que eu acho essenciais nessa nossa fala. Por muito tempo, o nosso país, o nosso Brasil foi um país que, como diria o António Nóvoa, se conformou, naturalizou que nós tivéssemos crianças fora da escola. É muito recente essa nossa superação desse problema. Infelizmente, nós vivemos a pandemia escolar e voltamos a viver questões sociais nas quais há essa questão da não ida à escola, da necessidade de voltar a buscar crianças, estar em contato com a família com uma política intersetorial, entendendo o que acontece com determinados contextos do nosso território para voltar a estabelecer essa lógica de que toda criança, todo adolescente têm direito a estar na escola. Então, nós precisamos infelizmente voltar a combater um fenômeno que o Brasil ainda vivia no final dos anos 90. Essa é uma questão. E só uma política intersetorial tem condição de reverter isso.

O segundo ponto diz respeito ao que o senhor trazia e outros também sobre uma educação de qualidade. Infelizmente o nosso país, em pleno século XXI, mesmo antes da pandemia, aceitava que nós tivéssemos crianças de até oito anos que não estivessem plenamente alfabetizadas. Nós precisamos acabar com isso. Isso é intolerável! Nós temos que, enquanto brasileiros e brasileiras, ser indignados com isso. Enquanto não conseguirmos garantir que toda criança brasileira seja alfabetizada na idade certa, nós não podemos nos conformar.

Então, essa questão da educação infantil, da primeira infância, precisa ser extremamente cuidada. Infelizmente a gente ainda está longe de garantir esse direito a todas as crianças. E, sem uma alfabetização plena, sem um letramento digno, nós não vamos conseguir garantir a permanência dessas crianças, com uma aprendizagem engajadora, uma aprendizagem adequada, uma aprendizagem agradável e feliz em que todas as crianças consigam avançar no seu processo escolar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se nós formos observar os nossos indicadores, os dados do Saeb em Matemática, a gente vê que, tanto na questão do letramento quanto do numeramento, as crianças não têm os seus direitos de aprendizagem garantidos já nos primeiros anos. E, quando as crianças se tornam adolescentes, no nosso fundamental II, que é um segmento que precisa ser muito cuidado, nós começamos a viver todos esses fenômenos da distorção idade/ano, que é o que acaba levando muitos adolescentes, diante às vezes de questões de violência no local onde vivem ou diante de questões socioeconômicas, questões de violência, questões de gravidez precoce, dificuldade de sobrevivência, a viver esse fenômeno do desengajamento. Como o Senador disse, não conseguir se sentir bem no ambiente de aprendizagem, associado a todas essas questões socioemocionais, faz com que esse adolescente abandone a sua escola.

Nós também temos no país uma série de estudos de que, quanto menor a escolaridade, menor é a renda desse estudante, desse adulto. Então, um adolescente ou um adulto que não conclui a sua educação básica com qualidade no futuro vai estar muito mais suscetível à violência, à deterioração da sua saúde, a uma renda ruim. Assim, ele dificilmente conseguirá ofertar para si próprio, para a sua comunidade, para o seu estado e para o seu país uma vida próspera. Então, a primeira coisa que nós temos que garantir para todo brasileiro e brasileira é uma educação básica de qualidade na idade certa. Nós temos que garantir que todos, até os 17, 18, 19 anos, tenham acesso a uma educação básica de qualidade.

Em segundo lugar, precisamos cuidar, para esses adolescentes e jovens – e eles dizem isso –, que essa escola seja uma escola que os prepare para o mundo do trabalho. A Unicef também tem uma outra iniciativa chamada Um Milhão de Oportunidades, associada a trajetórias de sucesso escolar, em que a gente quer garantir que esse jovem ou essa jovem conclua sua educação básica, mas já possa, à medida que conclua a sua educação básica, ter a oportunidade de trabalho digno; ou, ainda estudando, se ele não concluiu o ensino médio, que, via Lei da Aprendizagem, ele conclua a sua educação básica e já viva uma situação dentro de uma empresa, de uma micro ou pequena empresa, de uma empresa maior, mas sempre garantindo que ele tenha uma formação adequada.

Então, nesse momento que o Brasil viveu a pandemia que viveu – concluindo já –, além de todos esses marcos mais amplos que eu coloquei, nós vivemos dois anos em que crianças, adolescentes conseguiram aprender alguma coisa ou muita coisa, mas a gente sabe que a maioria aprendeu muito pouco e que um percentual de criança e adolescente praticamente não aprendeu nada. E nós sabemos o que a comunidade escolar sofreu sem condições de trabalho, tendo que, numa situação emergencial, encontrar saídas, mecanismos, formas de levar essas crianças e adolescentes a estudar.

Neste momento, é preciso que a comunidade escolar como um todo faça um trabalho diagnóstico muito preciso das habilidades e competências estruturantes que precisam ser desenvolvidas junto a essas crianças. Mesmo que elas não aprendam agora todos os conteúdos e conhecimentos que estão previstos para a sua série ou para o seu ano escolar, elas precisam aprender aquelas habilidades, aqueles conhecimentos fundamentais, aprender a estudar, acessar metodologias que as ajudem a ir em frente. E, a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir daí, ao longo dos anos, a gente recuperar plenamente tudo aquilo que as crianças, ao término de cada etapa de ensino, precisam saber e conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem, Mônica. Agradeço.

Até eu quero ainda fazer, tanto para você como para a Barbara, uma pergunta que veio lá de Alagoas, em que se indaga se é certo alunos terem sido aprovados durante a covid e o conhecimento defasado, a aprendizagem defasada. É a pergunta da Marta Íris, lá de Alagoas também.

Eu passo, em primeiro lugar, para a Barbara, depois eu retorno para você, Mônica, se puder ser assim.

Barbara, com a palavra, que representa a Fundação Lemann.

A SRA. BARBARA PANSERI (Para expor.) – Perfeito, Senador.

Então, vou tentar trazer aqui uma fala final respondendo a alguns dos pontos e indagações que chegaram, que o senhor trouxe aqui para a gente, e complementando a Mônica, que já trouxe uma excelente fala e um panorama geral da importância de a gente garantir o direito à aprendizagem, o direito ao acesso à educação e isso ser algo inegociável, a gente não pode tratar como algo que dá para a gente abrir mão. Então, acho que devemos começar por esse lugar de não deixar nenhuma criança para trás.

Queria direcionar a minha fala para dois públicos que eventualmente estão aqui nos assistindo. Gestores escolares de redes, onde a gente ainda não tem programa de Busca Ativa significativo, coordenado, dentro da rede seja ela municipal ou estadual, queria deixar aqui o apelo para que navegue no *site* da Unicef, no Busca Ativa Escolar. Lá no *site* tem o curso direcionado tanto a redes municipais quanto estaduais, sempre é uma referência que a gente aqui na fundação parte. O curso eu mesma já fiz, adorei. A gente tem lá o *link* de Crises Emergenciais, em que há uma série de materiais com orientações e recomendações importantíssimas para esse período de crise, porque a gente hora ou outra fala que é pós-pandemia, mas a gente ainda está passando por um momento de crise. Então, esses materiais são extremamente adequados.

E queria convidá-los para que acessem o documento, a publicação que nós aqui da Fundação Lemann junto com o Instituto Natura publicamos em fevereiro. E leiam, de forma mais aprofundada, o detalhamento das soluções que a gente trouxe e pensem sobre a urgência de ter uma política. E a gente fala sobre o papel dos empreendedores de políticas públicas, do empreendedor público: não existe só o empreendedor que está aí abrindo negócios, mas temos o papel de defender agendas dentro da administração pública. Então, o meu apelo aqui, meu convite é para que gestores de redes onde a gente ainda não tem programa naveguem por todos esses materiais, e vamos buscar aumentar, ampliar esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

número, tanto da adesão ao Portal da Unicef, como também dessa troca de práticas e aperfeiçoamento das práticas existentes.

E aí, para ir para um segundo público, queria falar especialmente sobre os gestores de rede onde a gente já tem, porque a gente sabe que na maior parte do Brasil a gente tem programas coordenados, organizados, ativos, mesmo antes da pandemia, de busca ativa escolar e foco no aumento da permanência estudantil. Queria reforçar a importância de esses gestores disseminarem essas boas práticas ao redor do Brasil.

Eu estive na última semana em dois lugares. Eu estive na rede municipal de Fortaleza, visitando escola, Senador e Mônica, e foi muito emocionante ver o engajamento que vem desde a secretária ao professor, passando pelo coordenador pedagógico, a diretora, os agentes de busca ativa internos e externos, cada um ali tem um papel. Então, para os gestores que estão em mandato, aqui direcionando a fala para secretários, é muito importante que a gente engaje toda a rede, a rede inteira faz parte desse trabalho de busca ativa. É claro, existem programas aqui que trazem o protagonismo do próprio aluno, como é o Aluno Monitor da Busca Ativa, do Ceará, ou a Gincana X, que eu comentei aqui, mas há a importância de a gente trazer essa mensagem, independentemente de ter uma bolsa, da importância de cada um dentro da escola realizar as campanhas de busca ativa. A gente tem realidades Brasil afora em que muitas vezes é o segurança, é o porteiro, é a faxineira, é toda a comunidade que atua no chão da escola envolvida em ir lá na porta do aluno. A gente precisa ter esse engajamento.

Eu trouxe o caso de Fortaleza porque lá, mesmo diante de todos os prejuízos que a pandemia trouxe, eles estão com uma taxa de evasão baixíssima, porque de fato eles têm um acompanhamento diário. Esse acompanhamento tem que ser na menor granularidade possível, e lá eles fazem um trabalho de gestão à vista: todo dia, se o professor vir que faltaram dois alunos, ele vai colocar na porta da sala de aula o nome dos dois alunos que faltaram, o agente de busca ativa vai passar, vai checar no mesmo dia, vai ligar para saber o que aconteceu. Então, tem um trabalho diário.

É muito importante que a gente possa circular essas informações. Eu trouxe aqui... Eu estava em Fortaleza, mas eu também estive no fórum da Undime Piauí, e lá foi muito rico poder acompanhar a troca de experiência entre gestores e dirigentes municipais de educação. Então, aqui saúdo o Prof. Luiz Miguel, da Undime Nacional, mas queria reforçar a importância de os secretários se mobilizarem, seja via Undime, seja por outras organizações que a gente tem que trabalham com essa troca de experiências. A gente precisa fazer chegar essas boas práticas a todos os lugares do Brasil, porque a gente tem uma diversidade enorme de municípios, que muitas vezes não têm estrutura, não têm ali recurso garantido para ter monitores de busca ativa ou para ter agentes externos, e aí a gente pode levar boas práticas. Tem lugares que fazem a contratação desses monitores a partir da lei X ou Y. Então, a gente precisa fazer essas informações circularem.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Em complemento à fala da Mônica, que já foi riquíssima, queria deixar esse apelo aqui para gestores municipais e estaduais, para a gente disseminar, para a gente fazer essas iniciativas chegarem. O nosso material contribui, mas certamente ele não é o único; a gente tem muita gente trabalhando. E a gente vai precisar de todo mundo para não deixar nenhuma criança para trás. Aqui a gente está falando de garantir o acesso, e aí a gente tem que garantir a qualidade. A discussão é riquíssima.

E só para fechar, Senador, você trouxe aqui algumas perguntas que chegaram sobre recomposição de aprendizagem. Eu não mencionei aqui, mas nesse trabalho robusto dele foi com um foco em recomposição. E a gente sabe que tem muitas iniciativas bacanas no Brasil sendo realizadas, especialmente com foco em recuperar a aprendizagem básica de alfabetização. A gente tem muitos estudantes que hoje estão no quinto ano, que passaram terceiro e quarto anos em pandemia, ou estudantes que estão no terceiro ano do ensino fundamental e que passaram o primeiro e o segundo anos, ou seja, a etapa, segundo nossa base nacional prioritária de alfabetização, com uma alfabetização que não se concluiu.

Hoje, aqui na Fundação Lemann, a gente tem como objetivo, grande meta que nos guia nesses próximos dez anos, uma atuação centralizada, focada em alfabetização – uma delas, não é? E a gente vem se preocupando. E há essas crianças que seguiram para as etapas posteriores sem terem as habilidades necessárias básicas de matemática e português consolidadas... E existem muitas boas experiências de como a gente faz para recuperar isso, seguindo toda a legislação vigente, usando os recursos humanos que a gente tem, ou às vezes com a necessidade de contratação de novos recursos, mas existem muitas estratégias. E acho que nosso guia nesse sentido também pode contribuir.

Vou encerrar aqui. Acho que só para não me estender no horário, sei que a Mônica ainda tem uma última fala aqui. E agradeço enormemente, me coloco à disposição aqui pessoalmente, Senador, em nome da Fundação Lemann, para colaborar com todos os esforços relacionados à alfabetização, recomposição de aprendizagem e à necessária busca ativa desses estudantes.

Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu que estava com o som fechado aqui, me desculpe.

Agradeço, Barbara. Passo a palavra para a Mônica de novo.

A SRA. MÔNICA RODRIGUES DIAS PINTO (Para expor.) – Obrigada, Senador; obrigada, Barbara, pelas reflexões que você traz.

E eu queria sublinhar um ponto que você traz na sua fala, Barbara, de que nós não vamos conseguir fazer isso sozinhos. E contamos o tempo todo com a parceria excepcional da Undime, dos Secretários Municipais de Educação, do Congemas, do Conasems, enfim, do Consed. É preciso, é essencial que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente, de fato, esteja junto, porque uma das coisas que preocupa a mim e a toda a nossa equipe aqui no Unicef é que nós temos muitos exemplos muito bons do que está sendo feito neste momento, mas a gente também sabe de muitas redes ou de muitas escolas que estão enfrentando muitas dificuldades.

Então, se a gente já, enfim, acumulava indicadores muito desiguais na educação, a chance de a gente ampliar ainda mais essas desigualdades é assustadora. E é preciso que a gente tenha uma política emergencial, mas uma política que, de fato, chegue a todos e a todas. Então, quando a Marta Iris traz essa questão que o Conselho Nacional de Educação trouxe, essa possibilidade de que os anos letivos de 2020 e 2021 fossem considerados como um único ano letivo, o princípio dessa possibilidade era de que, como o Estado brasileiro, todos nós enquanto sociedade não estávamos ofertando às crianças e aos adolescentes condições para que de fato eles aprendessem, que eles não fossem punidos por isso, pela questão de que a sociedade brasileira não estava conseguindo ofertar.

Mas a Marta levanta outro ponto. Essas crianças, esses adolescentes não foram reprovados, mas o estado brasileiro, a sociedade brasileira não pode fingir que os direitos de aprendizagem desses adolescentes e desses jovens foram garantidos, porque sabemos que não foi. Então, agora, a responsabilidade nossa de todos aqui é: o que faremos para que essas crianças e adolescentes que foram aprovados, a médio prazo, de fato tenham seus direitos de aprendizagem garantidos? Essa é a questão. Crianças e adolescentes estão sob a nossa guarda, sob a nossa responsabilidade. Então, o que as redes, o que os professores, o que os educadores, o que as políticas intersetoriais têm que fazer para que de fato essas crianças e adolescentes aprendam na velocidade e na qualidade que é preciso?

E, de novo, muitas crianças, muitos adolescentes desaprenderam a estudar. Já é difícil... Nós sabemos aqui. Nós somos pais, mães, avós, tios e tias. A gente sabe quantas vezes a gente precisa dizer para crianças e adolescentes "vamos fazer assim, ou não vamos fazer assim; vamos fazer dessa forma". Então, o hábito do estudo, as metodologias, isso tudo precisa ser resgatado pela escola. Nós precisamos acolher essas crianças, entender o que elas passaram, entender o que elas estão passando e, a partir daí, estabelecer um planejamento pedagógico onde possamos garantir que as aprendizagens estruturantes sejam as primeiras a serem garantidas, para que ao longo dos anos elas aprendam tudo que é essencial no fundamental e depois no médio.

Então, de novo, nós não vamos voltar para a mesma escola que a gente tinha em 2019, isso é impossível! Nós precisamos, ao longo de 2022, 2023, 2024, ter outro planejamento pedagógico, para que de fato essas crianças aprendam o que não foi possível aprender nesses dois últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bom.

Eu, pessoalmente, apreciei muito essa audiência pública, as contribuições que vocês trouxeram nas exposições, Mônica Pinto, representando Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), e também





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você, Barbara Panseri, que é Coordenadora de Projetos na Área da Educação, da Fundação Lemann. Foram importantes, interessantes, esclarecedores em tantos sentidos, que a gente vai procurar manter um contato bem próximo, para que possamos, como foi dito por vocês, fazer esse trabalho em conjunto.

Ninguém vai conseguir fazer esse trabalho sozinho. É uma grande articulação que tem que acontecer no Brasil, com a sociedade, com os pais, com os alunos, com os órgãos de gestão, Congresso, Câmaras de Vereadores, todo mundo, todos engajados no grande objetivo de fazer com que a educação de qualidade, a educação básica, do zero até os 17, 18, 19 anos, como foi dito, possa fazer com que as pessoas sejam protagonistas de uma vida sempre melhor.

Quero agradecer muito Mônica, Barbara, vocês foram, de fato, maravilhosas, esclarecedoras. Continuem firmes nesta caminhada e continuem inspirando os órgãos e entidades porque vocês representam tanta gente pelo Brasil. Está bom? Muito obrigado.

E agradeço também a todos e todas que nos acompanharam pelos meios de comunicação do Senado. Ficamos à disposição. A ideia nossa neste ano é de, a cada 15 dias, nos encontrarmos para debatermos os eixos temáticos apontados pelas audiências públicas do ano passado. E, no meio do tempo, vamos conversando, dialogando, achando estratégias para tornar realidade tudo aquilo que vem sendo dito; já está se tornando realidade, mas para todos nós podermos colaborar ainda mais.

Muito obrigado.

Então, encerradas as exposições e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Wellington Fagundes e Zenaide Maia, e ainda dos Senadores não membros Izalci Lucas e Fabiano Contarato. Deixa de comparecer o Senador Confúcio Moura. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 10ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. Temática - acesso educacional: garantia de acesso à educação a todos na faixa etária obrigatória e ampliar o acesso nas demais etapas. Priorizar programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e combater a evasão escolar. **Participantes:** Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME); e Naércio Menezes Filho, Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). **Resultado:** Audiência pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/05/23>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Quero lembrar que esta Subcomissão tem como membros, além da minha pessoa, a Senadora Zenaide Maia, como Vice-Presidente, o Senador Wellington Fagundes e o Senador Confúcio Moura – antes, também, o Senador Anastasia, que agora é membro do Tribunal de Contas da União.

Realizaremos hoje a décima audiência pública, conforme já foi colocado, desta Subcomissão, com a finalidade de debater o acesso educacional: garantia de acesso à educação a todos na faixa etária obrigatória e ampliar o acesso nas demais etapas também. Priorizar programas de busca ativa para trazer os alunos de volta à escola e combater a evasão escolar.

Eu quero lembrar que nas audiências públicas anteriores dentro de todos os debates foram identificadas seis áreas principais sobre as quais todos nós temos que nos debruçar na busca de uma educação de qualidade pública para todos. Essas áreas são: o acesso educacional, chegar na escola, ir à escola, busca ativa de alunos está incluída no acesso, a permanência na escola, educação em tempo integral. Merenda, condições dentro da escola. Terceira área, bem sinteticamente: a preocupação com a recomposição de aprendizagem – inclusive, nas audiências públicas, o Ministério da Educação apontou para o entrosamento que estava sendo feito com a Universidade Federal de Juiz de Fora para identificar essas lacunas de aprendizagem na pandemia, que, aliás, é um processo que eu particularmente conheço, é bem interessante. O quarto aspecto é infraestrutura da escola: banheiro, água potável, eletricidade, quadra de esporte, biblioteca... A escola ser bonita e acolhedora é importante. Conectividade é o quinto aspecto, como algo importante que foi levantado. E o orçamento, o orçamento da educação. Inclusive, eu uso uma expressão do Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que fala que, do zero aos 18 anos, ou seja, na área, na faixa da educação básica, nada pode faltar – nada pode faltar. Isso significa orçamento, recursos caso a gente queira um país diferente. Isso foi abordado, então, nas audiências anteriores.

A audiência de hoje será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania ou pelo telefone da ouvidoria. Antes, inclusive, de continuar, já quero ler perguntas que chegaram.

Angélica Maria, do Maranhão: "Existem políticas públicas para auxílio das crianças que foram prejudicadas pelo ensino à distância?"

Ana Beatriz, do Rio de Janeiro: "Existe alguma medida que vise ajudar e recuperar crianças que não estão alfabetizadas, mas mesmo assim continuam passando de série?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Guilherme Cezar, da Bahia: "Que medidas cabíveis para regularização do calendário escolar afetado no período da pandemia?".

Cristiane Moura, do Rio de Janeiro: "Quais têm sido medidas adotadas para os estudantes de escolas rurais diante do atual cenário desafiador do pós-covid?".

Maria Cecília, do Rio Grande do Norte: "Quais são os métodos utilizados pelo Estado para inserir as crianças de baixa renda nas aulas *online*?".

Patrick dos Santos, de Santa Catarina: "Existe alguma proposta para aulas de reforço no contraturno para o seguimento do fundamental inicial e final?".

Jeferson Cristhian, do Ceará: "O ensino no formato híbrido veio para ficar em definitivo?".

Camila Mose, do Rio de Janeiro: "A pandemia pode estar acelerando a aprovação para o ensino domiciliar?" – é um debate.

Rosimeire Alves, do Piauí – comentários, não perguntas: "Tem que continuar com a educação e melhorar muito o aprendizado. O futuro destas crianças deve ser melhor, perdemos muito tempo [...] [neste período]".

Adriana Abreu, do Amazonas: "Meu filho autista severo regrediu a zero após esses dois anos de aula remota e isolamento social pois eu não podia expor [...] [o meu filho] ao vírus".

Samanta Rodrigues, do Piauí: "A pandemia foi algo ruim, mas pela educação, no meu ver, era tudo que eu estava esperando: poder dar aulas a meu filho em casa".

Então, esses são os comentários. Até eu peço para o Thiago também, se possível, enviar essas perguntas e comentários tanto ao Prof. Naércio como ao Luiz Miguel.

A Presidência considera o prazo de 20 minutos... Nós sempre temos só dois expositores justamente para que possam explicar com mais calma também. A Presidência considera 20 minutos para cada convidado fazer a sua exposição.

Participa desta reunião, por meio de videoconferência – agradeço –, o Prof. Luiz Miguel Martins Garcia. Temos participado de tantos eventos em conjunto, e o Prof. Luiz Miguel sempre presente, sempre atuante na condição de uma entidade das mais importantes do Brasil, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Obrigado, Prof. Luiz Miguel.

Também participa o Prof. Naércio Menezes Filho, Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), também sempre colaborando como entidade, como instituição. Agradeço ao Prof. Naércio pela presença.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos começar. O Prof. Luiz Miguel, como Presidente da Undime, Prof. Naércio, pode inclusive dar um panorama sobre o qual você pode refletir depois também.

Iniciando as exposições, então passo a palavra ao Sr. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Bom dia, Luiz Miguel. Com a palavra.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Bom dia, Naércio.

É um momento muito oportuno e importante para participarmos aqui deste debate, sobretudo porque nós estamos dialogando, estamos interagindo. Essas perguntas, já anotei várias delas, certamente são muito importantes para que nós possamos fazer esse processo de planejamento das nossas ações.

Eu vou compartilhar algumas informações para subsidiar a nossa discussão, Senador. Só confirmando: vocês conseguem ver?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Conseguimos.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Ótimo. Ótimo. Então, está bom.

O objetivo é principalmente que a gente possa depois, na sequência, tendo acesso a esses dados, cada um ampliar as suas reflexões em todo o país.

Quero agradecer ao Senador Flávio pelo convite neste momento e ao Senado Federal, na figura do Presidente Pacheco, e, sobretudo, lembrar, como o senhor colocou, que nós estamos há mais de dois anos num processo de um trabalho muito intenso. E esse trabalho é o que permitiu que a educação se mantivesse em pé, com todas as suas dificuldades, e que permite, neste momento, olhar para a frente. Eu acho que a gente precisa fazer essa garantia.

Eu trago algumas informações para incentivar o nosso debate no que diz respeito à questão do acesso, e o acesso neste momento, para que a gente possa também, com o olhar do Naércio, aprofundar, e com a colaboração de quem nos acompanha.

Quero agradecer o acompanhamento de todos que estão também nas redes sociais construindo conosco este momento.

Bom, no que diz respeito à questão do acesso educacional, nós já temos um desafio de ser um país muito diverso. E, neste momento, nós temos ainda o desafio de superar aquilo que foi agravado com a pandemia. Não houve muita novidade no sentido de dizer que, infelizmente, quem já sofria passou a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofrer muito mais com esse processo do distanciamento. Temos consciência de que não dava para ser diferente. Nós tínhamos um choque de versões e de informações e uma falta de alinhamento nacional para trabalhar essas pessoas e dar segurança, não é? Então, muitas vezes, trazíamos informações. Na grande mídia, com a repercussão das informações, elas acabavam entrando em choque.

O fato é que nós tivemos um período de aumento das desigualdades e dificuldades de chegar a muitos alunos. Daí o fato de que hoje nós temos como um grande elemento a preocupação com relação à evasão escolar e ao abandono. Então, o primeiro elemento que nós temos trazido é a respeito da questão da importância de se fazer uma busca ativa, e não deixar nenhum aluno fora da escola, nem os que já estavam e nem aqueles que passaram a ficar nesse momento.

Parece um trabalho... Nós já estamos quase no meio do ano, mas é um trabalho de longo prazo a que nós precisamos dar continuidade, até porque a educação como direito tem esse tripé de família, Estado e sociedade. Nós não podemos abrir mão da nossa responsabilidade nesse processo.

A Undime parte de uma conceitualização... Para quem está nos acompanhando pela primeira vez, é a entidade que representa os dirigentes municipais de educação e existe para fazer a defesa da educação pública baseada nestes princípios: uma educação pública laica, gratuita, com qualidade social e inclusiva. E representamos os 5.568 municípios, que têm uma diversidade muito grande. E é nessa diversidade que nós temos o desafio – e é muito bom ter o profissional Naércio, do Insper – de ter modelos de gestão, possibilidades de gestão que atendam a essa diversidade.

Nós temos desde municípios com mais de 10 milhões de habitantes a municípios com menos de mil habitantes, e peculiaridades. Nós temos aqui o número de matrículas da educação básica. Nas matrículas da educação básica, nós temos 49,6% dos alunos nas redes municipais, 32% nas redes estaduais, 17,4% nas redes privadas e 0,8% na rede federal. Então, veja bem, o papel supletivo da União é muito importante para a garantia da educação básica. O aluno está, sobretudo, na rede...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Luiz Miguel, só vou interromper um pouco, porque eu acho que você gostaria que os quadros estivessem passando já... Ou não? Está no primeiro ainda.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Eles não estão passando? Desculpe, então.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não. Estamos no direito à educação... Desculpe estar atrapalhando a sua exposição.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Não, sem problemas. Vou interromper e vou retomar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Porque está no quadro nº 1.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Tá. Vou interromper...
(Pausa.)

O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Isso, agora passou.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Passou? Eu vou por aqui mesmo, mantendo as miniaturas ao lado.

Assim está passando, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está, está passando.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Está ótimo.

Então, vejam bem – eu acho que é importante essa visualização –, nós temos aqui, Senador, como eu estava trazendo, nessa divisão, apenas 0,8% dos alunos da educação básica na rede federal. Por isso é que o papel supletivo da União é fundamental para que a gente tenha de fato a educação básica acontecendo. Os municípios têm a menor estrutura, o menor poder de arrecadação. E aí uma questão importante: nós aumentamos, as redes municipais cresceram, em 2021, 1,2 ponto percentual. De onde vêm esses alunos? Sobretudo da rede privada. A rede privada tinha mais de 18%, quase 19%, e sofre essa retração em função da crise no trabalho, das dificuldades que o país vem enfrentando.

Bom, durante a pandemia, nós realizamos sete pesquisas. Essas pesquisas foram muito importantes para que pudéssemos ter a observação de cada instante da pandemia e, a partir dela, organizássemos as ações da gestão. Então, na primeira onda, por exemplo, Senador Arns e quem nos acompanha, nós tínhamos mais de 40% dos municípios sem fazer nenhuma ação com o aluno. Os alunos estavam todos parados e assustados. Com esses resultados, nós mapeamos em cada um dos estados brasileiros, e as nossas seccionais – a Undime tem seccionais estaduais – organizaram um trabalho. Na próxima onda de pesquisa, dois meses e pouco depois, nós tínhamos menos de 4% dos municípios que não estavam pelo menos buscando alternativas.

Então, o que eu trago agora são alguns resultados, para fomentar o nosso debate, da sétima onda, que foi realizada em março – e teremos uma nova agora no início do próximo semestre de novo. Então, nós vemos aí que, em março, 95% dos respondentes informaram que o ano letivo de 2021 foi concluído





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até dezembro de 2021, e 86%, que o ano letivo foi iniciado até fevereiro. Hoje nós temos informações de que o Brasil todo já retomou o presencial. Há problemas isolados de algumas escolas, mas não redes, por algumas questões muito pontuais que podem ser desde algum problema específico da unidade escolar até problema de gestão também.

O que é importante dizer aqui, em que pese praticamente todo mundo tenha concluído o ano letivo de 2021, é que nós não podemos achar que ele sequer se assemelha a um ano letivo convencional. Então, é importante assumirmos isso, não ser um faz de conta para que a gente depois tenha condição de recuperar todo esse processo.

Então, vejamos bem, mais de 80% das redes respondentes ofertam educação totalmente presencial nas diferentes modalidades de ensino.

E aqui, para quem quiser analisar mais segmentado, nós trazemos os dados organizados por creche, pré-escola, anos iniciais, finais e educação de jovens e adultos. E, também dentro de cada um desses segmentos, nós trazemos o urbano, o campo e a educação especial. Então, veja que educação especial sempre traz um desafio maior, um processo híbrido maior, com uma parte presencial e outra parte remota. Ainda é uma área para a qual a gente tem que lançar um olhar muito mais profundo, é onde a gente tem desafios bem estruturantes.

A grande maioria das redes oferecerá algum tipo de atendimento educacional especializado nessa volta. Esse atendimento vai acontecer preferencialmente ou está acontecendo preferencialmente na escola, na própria unidade escolar. Há trabalhos que também foram destacados como relevantes, como a orientação presencial aos pais e ainda um atendimento remoto.

Vale dizer aqui desse atendimento na escola. Durante esse período, Senador, ficou muito evidente que a escola é o ambiente em que tudo acontece. Na escola, há essa preocupação do gestor. O diálogo da direção com a secretaria municipal se fortaleceu nesse período. E é no ambiente da escola que as soluções estão sendo encontradas e construídas pela comunidade escolar, pelo professor, pela família, pelos diretores.

Isso reforça, Senador – permita-me fazer um parêntese neste momento – a importância do aluno na escola. Lugar de aluno, lugar de estudante, lugar de criança é a escola. Nesse processo aqui, esse período foi a grande demonstração de que *homeschooling*, que é a educação domiciliar – o que nós estamos vivendo agora confirma isso ainda mais –, não é a solução para o processo educacional. Ele agrava os processos de isolamento. Mas eu pretendo falar um pouco mais disso depois.

Esses dados ali já mostraram que a solução para os problemas está sendo encontrada no ambiente de cada unidade escolar, de cada turma, com o professor fazendo interação com as famílias e com os alunos, com os alunos convivendo. Essa convivência foi um grande buraco que ficou nesse período. E, neste momento, ela está sendo suprida por essas retomadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como eu disse aqui, a discussão entre professores, diretores e equipes de apoio está sendo um elemento fundamental para a realização de análises diagnósticas, de avaliações não só das questões de aprendizagem, mas também das questões socioemocionais e das reações. Na mídia, está estampada a consequência de muitos desses momentos, como aumento da agressividade e crises nervosas, assim por diante.

Há outros elementos muito lembrados aqui, já assumidos pelas redes, como esse trabalho de suporte aos diretores e a Busca Ativa Escolar. A Busca Ativa Escolar é um programa desenvolvido pela Undime e pela Unicef que tem, inclusive, uma plataforma de controle. Não é só trazer o aluno e colocá-lo na escola. É buscar o aluno e acompanhá-lo, monitorá-lo. Por que isso é muito importante? Porque, ao estar na escola, toda uma rede protetiva vai sendo acionada, e esse aluno vai sendo atendido. Nós temos mais informações a respeito desse processo nos eslaides. Podem acompanhar com mais atenção.

Como principal achado neste momento, nós temos um conjunto de reflexões, e algumas respondem até às questões já pontuadas. Por exemplo, as redes têm implementado atividades de recomposição e de recuperação: dentro do turno, 69%; no contraturno, 54%.

Senador, tem uma questão muito complexa aqui, quando a gente fala: o ideal neste momento seria ter um grande programa nacional que permitisse ampliação de jornada, que permitisse ter esse aluno agora de fato implementando jornadas de tempo integral, para que nós pudéssemos não só sanar essas lacunas agora, como retomar um movimento anterior de incentivo à educação em tempo integral e até em período integral gradativamente, porque grande parte do mundo já não tem mais uma educação em dois turnos, três turnos, como a gente chega a ter no Brasil. Então, esse seria o ideal, no entanto, para que possa atender sobretudo os mais fragilizados, que têm dificuldade de acesso à escola, cuja família às vezes não consegue garantir a sua presença, a recuperação dentro do turno tem sido uma estratégia muito utilizada.

Então, as secretarias municipais têm proposto muito os trabalhos de recomposição, de recuperação, a questão do diagnóstico dessas defasagens, olhando de que forma? Sempre para a Base Nacional Comum Curricular, para os direitos de aprendizagens, e, a partir daí, construindo um plano. Então, a nossa orientação é: cada uma das redes, cada uma das escolas construam um plano de diagnóstico, acompanhamento, monitoramento, recuperação e recomposição. Esse plano vai se esgotar até o final de 2022? Impossível. Isso vai levar mais algum tempo. Então, é muito importante que tenhamos essa consciência.

Eu trago aqui, já caminhando para concluir minha fala inicial, um conjunto de dados que mostra um pouco o tamanho dessa preocupação. Nós temos aí um abandono no ano de 2020, número total de estudantes das redes municipal e estadual que abandonaram a escola, de 342.806 alunos, 1,2%. E aí os dados fragmentados, para que possam ser analisados com mais cuidado. Então, nós temos aí os dados fragmentados por gênero, cor e raça. De novo nós temos aí um agravamento do processo, que a gente já





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxerga na sociedade, de exclusão. Na distorção idade-série, ou seja, o que o aluno aprende, onde ele está e onde ele deveria estar em termos de aprendizado com relação à idade dele, nós também tivemos aí um processo de agravamento, chegando a um número de distorção na faixa de 20,4%. Isso é muito forte, um trabalho muito grande que nós teremos que fazer neste período. De novo, nós temos na área rural um aumento ainda mais intenso, chegando a 25%. Quando nós pegamos a distorção idade-série nas pessoas pretas, nós fomos a 29%; do indígena, 38%. Então, isso mostra o quanto esse momento impactou as minorias. O processo de reprovação, em que pese ainda termos o contínuo curricular, também traz um pouco desse impacto. E aí eu quero chamar a atenção dos dirigentes, dos pais, das redes para o uso da estrutura da plataforma da Busca Ativa Escolar, não tem custo nenhum, está à disposição. Então, aqui nós temos todo um contexto sobre o processo de adesão da Busca Ativa Escolar, que está à disposição, para fazer essas orientações quando necessário.

Então, Senador, essa é a minha abordagem inicial e me coloco à disposição para discutirmos e avançarmos nesse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Prof. Luiz Miguel Martins Garcia – reforçando novamente –, Presidente da Undime nacional, que é a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Parabéns pela exposição muito clara, muito boa, como sempre, aliás!

Abraços.

Depois a gente continua, também em função do que o Naércio colocar e de algumas solicitações que já vêm chegando também.

Passo a palavra, agora, ao Sr. Naércio Menezes Filho, Professor do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper).

Agradeço, Naércio, a presença, a disposição em debater e a continuidade, que certamente haverá, a partir desta audiência pública, nas reuniões que houver junto com o Ministério da Educação, o Consed, a Undime, movimentos sociais, para, juntos, colaborarmos na construção de soluções para os desafios colocados.

Está com a palavra, Naércio. É uma alegria tê-lo conosco.

O SR. NAÉRCIO MENEZES FILHO (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. É um prazer participar aqui da audiência.

Eu vou fazer uma apresentação também para a gente poder debater depois. Então, eu vou compartilhar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Eu preciso de autorização, acho, para compartilhar a minha apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – O pessoal aí da Secretaria já ajuda também.

O SR. NAÉRCIO MENEZES FILHO (*Por videoconferência.*) – Sim, agora consegui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Deu certo.

O SR. NAÉRCIO MENEZES FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ótimo.

Bom, aqui o objetivo é falar um pouco sobre o que aconteceu com o aprendizado e o acesso à educação durante a pandemia.

Como todos sabem, nós tivemos o fechamento das escolas, como uma medida para conter a disseminação do vírus, e os estudantes passaram a depender de atividades escolares à distância. Só que os alunos possuem condições domiciliares distintas, em termos de infraestrutura e ambiente de estudo, e houve uma diferença muito grande das redes de ensino, na qualidade do ensino à distância proporcionado. Além disso, a frequência escolar parece ter diminuído em algumas faixas etárias.

Então, nesse estudo, a gente gostaria de responder às seguintes questões: que grupos socioeconômicos passaram a ter mais dificuldade de receber atividades escolares durante a pandemia; se esses grupos já tinham desempenho pior antes da pandemia; se a realização dessas atividades escolares durante a pandemia está relacionada à falta da internet ou à gestão escolar; e se houve evasão escolar e que alunos foram mais afetados.

A gente vai usar dados das pesquisas domiciliares do IBGE, basicamente, então, são dados disponíveis publicamente. A gente tem os dados da Pnad Covid, que acompanhou os alunos de agosto a novembro de 2020, e a gente pode combinar esses dados da Pnad Covid, do IBGE, com a Pnad Contínua. Isso nos dá um panorama do que aconteceu na pandemia. E, depois, a gente vai usar os dados de 2022 para saber como está a frequência escolar dos alunos.

Foi muito mais difícil para os mais pobres acompanharem as atividades escolares à distância durante a pandemia, primeiro porque tem muito mais pessoas em casa – isso é a densidade de moradores por dormitório por classe de renda. Então, quanto aos pobres, na Região Norte, por exemplo, tem quase três pessoas morando em casa em cada dormitório, dividindo quarto; ao passo que, quanto aos ricos, uma pessoa e meia. E a classe média está no meio do caminho. Então, o primeiro ponto é que, no Norte e no Nordeste, ou mesmo quanto aos pobres no Sudeste e no Sul, tem muita gente dividindo quarto, pouco espaço – pouco espaço para poder aprender e realizar as tarefas. E, além disso, os pais não conseguem ajudar os mais pobres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a proporção dos estudantes cujos pais têm ensino médio completo ou mais. Entre os mais pobres, no ensino fundamental, só 36% dos pais têm ensino médio completo – e a mesma coisa no ensino médio – ao passo que, entre os ricos, 93% têm ensino médio completo ou mais. Então, primeiro ponto: eles não tinham espaço para poder estudar. Os pais não têm escolaridade suficiente para ajudá-los nas tarefas de casa durante a pandemia, porque, entre os mais pobres, os pais têm muito pouca escolaridade, então é muito difícil ajudar as crianças, ao passo que, entre os ricos, os pais têm muito mais condições de ajudar a criança no desempenho das tarefas.

Então, aqui tem uma tabela da Pnad Covid que pergunta: "Na semana passada, foram disponibilizadas atividades escolares para realizar em casa?". Se a mãe era analfabeta, 60% dizem que sim, que realizaram tarefas; se a mãe tinha ensino superior completo ou pós-graduação, 84%. Então, 40% das crianças com mães analfabetas não realizaram atividades escolares durante a pandemia, ao passo que, entre os mais ricos, mesmo com o superior completo, 16% não realizaram tarefas. Então, isso é muito importante, muito assustador, porque, se esse quadro se repetiu em 2020 e 2021, praticamente 40% dessas crianças não tiveram aula, não aprenderam basicamente nada – entre os analfabetos. Esse quadro é bastante assustador.

E quanto tempo por dia passaram fazendo atividades? Entre os analfabetos, dos que fizeram atividades escolares, 37% ficaram entre uma e duas horas por dia só e 48%, de duas a quatro horas; ao passo que, entre os mais ricos, com mães escolarizadas, 54% ficaram entre duas e quatro horas e 10% ficaram cinco ou mais horas, ou seja, os mais pobres, além de muitos deles não terem nenhuma atividade, uma parcela grande deles ficou menos de duas horas por dia fazendo atividades à distância, ou seja, é muito pouco.

Aqui a gente pode comparar escolas públicas e privadas. A barra verde mostra o acesso à internet dos estudantes das escolas públicas e privadas. Podemos ver que, do lado direito aqui, tem muito mais acesso à internet entre os alunos das escolas privadas, particulares, do que das públicas. Ora, sem acesso à internet, é muito difícil você realizar as atividades escolares à distância. Então, quanto às atividades escolares, houve uma proporção muito maior sendo feita nas escolas privadas do que nas públicas, sendo que as notas da Prova Brasil de português e matemática já eram bem maiores nas escolas privadas do que nas públicas, como se mostra nessas barras azuis. Então, a pandemia, ao afetar a realização de atividades à distância, deve aumentar a desigualdade de aprendizado no país, porque, nas escolas que já tinham notas maiores, os alunos tiveram mais condições de realizar atividades escolares do que nas escolas que tinham notas mais baixas. Então, isso deve aumentar a desigualdade.

E é interessante notar que há diferenças importantes entre as redes: por exemplo, no Ceará, que já tem um ensino fundamental muito bom, 92% dos alunos realizaram atividades escolares na pandemia; no Rio de Janeiro, 80%; no Pará, 50%. Então, a gente vai ver um aumento na desigualdade regional em termos de aprendizado, de educação, de escolaridade, porque só metade dos estudantes do Pará realizaram atividades escolares, ao passo que, no Ceará, mais de 90%. E veja bem, isso tem a ver com a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organização da rede também, porque o acesso à internet era parecido no Pará e no Ceará – em torno de 70% –, e maior até no Rio de Janeiro. Entretanto, no Ceará é que quase a totalidade dos alunos realizaram atividades escolares. Então, não foi só o acesso à internet; foi a organização da rede que dificultou a busca ativa, o fornecimento de material e uma série de coisas que poderiam ter sido feitas para aumentar a realização de atividades escolares. E a barra azul mostra que, por isso, o Ceará já tinha uma nota muito boa de matemática antes. Então, a organização da rede e a gestão escolar também são muito importantes e tiveram a sua importância aumentada durante a pandemia.

E o que aconteceu com a frequência escolar, que é um dos temas da audiência? Aqui a gente vê o acesso à escola das crianças de cinco e seis anos, que deveriam estar na pré-escola ou no primeiro ano do ensino fundamental, por mães mais escolarizadas, que é a linha laranja, e menos escolarizadas. Então, a gente vê esse grande aumento de frequência escolar, principalmente na pré-escola, desde 2002 até 2017, e depois uma queda entre 2017 e 2022. Então, mesmo após a pandemia – estamos falando de 2022 –, a frequência escolar caiu entre as mães menos escolarizadas e entre os filhos das mães mais escolarizadas também, mas menos. Então, a gente estava com um quadro muito positivo antes da pandemia, mas agora temos uma preocupação aqui principalmente entre os mais pobres, especialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

Eu citei um quadro ano a ano na mesma figura, e a gente vê que em 2012, 2013, 2014 estava aumentando a frequência. Aí veio a pandemia, tem uma queda muito grande. Nos filhos das mães mais escolarizadas voltou; ainda não atingiu o nível pré-pandemia, mas voltou. Entre os menos escolarizados está bem distante de atingir o nível pré-pandemia. Então, temos uma preocupação muito grande com as crianças nessa faixa etária, até porque sabemos que a pré-escola é fundamental para adquirir habilidades cognitivas e socioemocionais que vão possibilitar que as crianças aprendam mais na escola, não repitam de ano, consigam concluir o ensino fundamental e médio. Então esse é um problema bastante sério.

No ensino fundamental a frequência vinha aumentando também, houve a queda na pandemia, mas recuperou. Então, no ensino fundamental II, por exemplo, não há problema de evasão se comparado com a tendência anterior, nem no ensino médio; houve uma volta. No ensino superior houve uma queda e não recuperou ainda em 2022.

Então, quais são os principais problemas que a gente está tendo aqui de frequência escolar? Ensino infantil – pré-escola – e ensino superior. São os dois extremos que estão com dificuldades.

E em termos de qualidade da educação? Aqui foi feito um estudo da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal sobre o efeito da pandemia de covid no aprendizado e bem-estar das crianças, usando dados de crianças matriculadas em escolas privadas ou conveniadas no Rio de Janeiro, ou seja, o estudo não analisou as escolas públicas, onde o quadro deve ser mais grave. E esse estudo comparou a evolução desses indicadores ao longo da geração que estava na pré-escola em 2019, portanto, antes da pandemia, com a geração que estava na pré-escola em 2020 e foi afetada pela pandemia ao longo do ano – o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprendizado ao longo do ano. E os resultados mostram que as crianças que estavam na pré-escola em 2020 aprenderam somente 64% do que havia sido aprendido em matemática pelas crianças de 2019. E as crianças mais pobres aprenderam somente metade do que havia sido aprendido em 2019, ou seja, obviamente a pandemia afetou bastante o aprendizado, e isso está em linha com resultados do Estado de São Paulo, que mostrou, na sua avaliação censitária, uma queda muito grande na proficiência no quinto ano e no nono ano. Isso permaneceu em 2021, porque as escolas também ficaram fechadas em 2021, ou seja, essas crianças mais pobres, nesses dois anos, aprenderam metade do que deveriam ter aprendido se o ensino fosse presencial.

E agora, o que a gente pode fazer dado este quadro: um quadro de não realização de atividades escolares para uma parcela significativa da população mais pobre em alguns estados, em 2020 e em 2021; queda na frequência escolar após a pandemia, na pré-escola; e efeitos significativos no aprendizado na pré-escola e no ensino fundamental e médio, com queda significativa do aprendizado, principalmente nas escolas mais pobres, o que pode gerar um aumento da desigualdade? O que a gente pode fazer? Primeiro, gestão, melhorar a gestão. Então, o Fundeb já prevê alterações na distribuição de gastos para os municípios da cota-parte do ICMS e 10% desses recursos devem ser repassados com base em aprendizagem. Então, é preciso melhorar, incentivar os municípios e estados a melhorarem a gestão e recuperarem seu aprendizado.

Eu diria que como meta todas as redes estaduais e municipais deveriam, ao fim de 2023, recuperar o nível de aprendizado que existia antes da pandemia. Então, em 2022 e em 2023, os alunos têm que ter um aprendizado de matemática e português em média, em todos os níveis, igual ao que tinham em 2019; ou seja, quem não fez atividade escolar nenhuma em 2020 e 2021 vai ter que, em 2022 e 2023, ter quatro anos letivos. Eles têm que aprender o currículo de 2020, 2021, 2022 e 2023 em dois anos. Esse é o desafio que a gente tem para recuperar o aprendizado.

Além disso, usar a estratégia saúde da família para buscar os alunos em idade pré-escolar nas suas casas. A Estratégia de Saúde da Família é um programa da saúde muito bem-sucedido e que pode, indo ao domicílio das pessoas mais pobres, alertar as famílias para a importância do estudo.

E também, no caso, como que a gente vai conseguir aumentar o aprendizado? Escolas em tempo integral. Os alunos vão ter que passar mais horas na escola, porque eles vão ter que aprender – lembrando, reforçando – quatro anos de aprendizado em apenas dois anos letivos. Então, eles vão ter que estudar em tempo integral basicamente. Tem que haver um aumento no número de horas-aula para que possa aprender o conteúdo que não foi aprendido. Os alunos basicamente têm que estudar em 2022 o conteúdo da série em que eles estão e da série anterior. A mesma coisa em 2023.

Para as redes que não conseguem ainda fornecer um estudo em tempo integral, mesmo com a ajuda do Fundeb, deveria haver o uso de novas tecnologias que foram apreendidas durante a pandemia. Mas tem que ter disponibilidade de acesso à internet para todos os alunos pobres, para que eles possam



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhar essas atividades a distância e não como aconteceu na pandemia, que os mais pobres ficaram sem acesso.

É preciso ter ensino em tempo integral, como eu falei; aumentar a duração das aulas e, se necessário, dobrar o tamanho das turmas para que os alunos possam fazer o ano que perderam no contraturno; como eu falei, usar novas tecnologias e busca ativa de alunos para trazê-los de volta para a sala de aula.

Então, é um desafio imenso, as redes não podem se furtar a tomar essas medidas. Temos que fazer avaliação de saúde mental, habilidades socioemocionais e aprendizado numa mostra do Brasil de escolas públicas e privadas, rurais e urbanas, nas diferentes regiões, para saber o que foi perdido em termos de aprendizado no Brasil durante a pandemia.

Não podemos deixar essas crianças sem um reforço intensivo, caso contrário a geração covid vai se tornar cada vez mais desigual, os jovens vão se tornar nem-nem, haverá aumento da informalidade, necessidade de novos programas de assistência social, perda de produtividade e aumento da criminalidade. Então, é muito importante as redes terem a responsabilidade de recuperar o nível de aprendizado e a frequência escolar que havia antes da pandemia.

Em conclusão, nós temos uma questão já grande de desigualdade, mobilidade intergeracional, que existia antes da pandemia e que foi aumentada com a pandemia, com o fechamento das escolas, e a distância educacional entre filhos de pais...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Fique tranquilo.

O SR. NAÉRCIO MENEZES FILHO (*Por videoconferência.*) – ... mais ricos e menos ricos aumentou durante a pandemia. As desigualdades regionais vão ficar mais explícitas com alunos de estados maiores e com o ensino que já era de pior qualidade aprendendo ainda menos durante a pandemia; e estados que já tinham uma gestão muito boa, como o Ceará, conseguindo atravessar a pandemia com menos dificuldades. Os alunos mais pobres vão ter perdido grande parte da sua oportunidade de aprender durante esses dois anos, por morarem em casas lotadas, sem celular, sem internet, com pais que não têm escolaridade suficiente para conseguir ajudá-los, ao passo que os alunos em condições mais favoráveis contrataram professores, tutores, têm internet, têm espaço para poder aprender a distância. Então, é urgente que tomemos medidas para fazer com que as redes recuperem o aprendizado desses alunos antes que seja tarde demais.

E assim eu concluo a minha apresentação e fico à disposição para perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Prof. Naércio Menezes – repetindo –, Professor do Instituto de Ensino





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e Pesquisa (Insper). Foi uma apresentação muito interessante, teoricamente e concretamente também, com várias indicações do que deveria e poderia ser feito, assim como a do Prof. Luiz Miguel Martins.

Vieram alguns comentários também e perguntas inclusive elogiando a estratégia, Prof. Naércio, de usar o mecanismo da Saúde da Família para a identificação das crianças na idade pré-escolar e que eventualmente estejam fora da escola – lembrando, na faixa obrigatória constitucionalmente de frequência à escola, que é dos quatro, inclusive um pouco antes, aos dezessete anos de idade. Então, é algo assim bastante interessante.

Veio a lembrança também dessa questão das desigualdades, número de pessoas por dormitório, se por um acaso vocês têm dados também sobre situações em que nem dormitório a família tem. Acontece muito em Curitiba, onde eu moro. Eu, inclusive, ia com os meus alunos de Pedagogia para o meio de comunidades bem vulneráveis, e uma quantidade grande em Curitiba. Eu imagino a situação vendo na televisão o drama pelo qual o Estado do Amazonas, por exemplo, está passando com as enchentes. Eu fico imaginando a situação das famílias, com todos aqueles trajetos de madeira altos para não alagar a casa, mas, ao mesmo tempo, as dificuldades educacionais pelas quais o estado e tantos outros locais vêm passando. Mas, da minha parte, achei muito interessante a sua abordagem também.

E até o pessoal levantou, o Prof. Luiz Miguel também, a questão da recomposição da aprendizagem. É que o MEC, como eu havia colocado no início desta nossa audiência, no ano passado, apontou para o fato de que estaria, junto com a Universidade Federal de Juiz de Fora, que tem mecanismo também de avaliação – talvez haja outros, mas foi levantado o da Universidade Federal de Juiz de Fora –, fazendo um levantamento de como está a turma, a escola, o aluno e as dificuldades ou necessidades específicas desses alunos em Português, Matemática e outras disciplinas, para que você possa ajudar a orientar o professor em relação à situação praticamente individualizada de cada aluno, o que seria algo assim bem interessante.

E isso também na discussão com as instituições de ensino superior, onde a orientação para os professores seria feita com base nas necessidades que os alunos apresentam, para que esses professores possam orientar os professores, o que talvez ajudasse nessa questão da distorção idade-série, na recomposição, como o Prof. Naércio colocou e o Prof. Luiz Miguel também, dos quatro anos: para se concretizar em dois anos aquilo que seria necessário praticamente em quatro anos.

E a internet também, a conectividade... Eu não sei se a Undime já tem esse levantamento das escolas em relação à conectividade, ao acesso à internet, que foi um dos aspectos levantados também, não só na escola, como foi colocado, mas na casa do aluno, conforme o Prof. Naércio colocou, porque, apesar de não substituir aspectos importantes, é uma ferramenta importante para colaborar com isso tudo.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, eu deixo a palavra para o Prof. Luiz Miguel e para o Naércio para as considerações que julgarem importantes em função das perguntas iniciais e de outras observações que vieram no decorrer das falas de vocês.

Prof. Luiz Miguel.

Eu só quero lembrar-lhes, Miguel, que a apresentação do Prof. Luiz Miguel e do Naércio, tão importantes, vão estar disponíveis no *site* da Comissão de Educação para quem quiser depois se debruçar sobre elas, olhar e pensar melhor também no que foi apresentado.

Desculpe interromper de novo.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (*Por videoconferência.*) – Imagina, Senador!

Senador Flávio Arns, eu quero parabenizar o Naércio por sua apresentação também. Eu fiquei bastante impressionado com a forma como os nossos dados dialogam.

Nós trabalhamos, na Undime, inserimos a questão das pesquisas, procuramos colocar método, colocar ciência em nossas pesquisas. E eu fico muito feliz em ver que, nesse estudo do Insuper, sob a sua coordenação, esses dados dialogam muito.

Então, Senador Arns, Senadora Zenaide, que me aparece agora também, e quem nos acompanha, o que a gente já pode tirar disso é que o caminho está dado, as informações e o cenário estão muito claros, muito explícitos. No nosso ambiente, no que diz respeito à gestão das redes, os nossos esforços estão concentrados nesses pontos. Nós não esperamos o tempo passar, nós fomos buscando essas alternativas. O Parlamento foi muito importante. Quando o Parlamento compreendeu a importância do novo Fundeb e quando fez concessões a processos de reorganização da rede, isso foi muito importante.

Nesse momento agora, chama muito a atenção exatamente o quê e como fazer. Eu quero chamar a atenção, como o Senador Arns colocou: existem algumas plataformas, inclusive gratuitas, que as redes podem utilizar para esse processo de diagnóstico. A Undime trabalhou muito intensamente junto ao MEC buscando... Porque o MEC tem um papel de estruturar isso nacionalmente e tem, inclusive, condições materiais para isso. Junto com a Secretaria de Educação Básica, nós conseguimos que fosse desenvolvido um projeto de uma plataforma de avaliação. Então, aquela plataforma que inicialmente surgiu lá – CAEd, com o apoio da Undime, Consed e também de entidades do terceiro setor – se expandiu, e hoje há esse recurso, os municípios podem buscar junto ao Ministério da Educação esse recurso da plataforma de avaliação. Também foi lançado, nesta semana, um material que permite o trabalho nessa sequência agora, que possa ser utilizado.

Agora, o que tem de muito relevante nisso tudo, e é o próximo passo que nós já colocamos para o MEC: nós precisamos institucionalizar programas, como o Naércio colocou, mas, infelizmente, Naércio, quando a gente olha esse cenário que o Senador Arns colocou, da diversidade do Brasil, eu tenho medo de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dizer que até 2023 a gente consegue, que em dois anos a gente consegue, porque as diferenças são muito grandes, a dificuldade de acessibilidade para poder acelerar e potencializar isso, de conectividade e mesmo de material é muito grande. Eu tenho medo de simplesmente achar que dá. Eu acho que tem que haver metas, mas o Brasil é muito diferente.

Então, nós precisamos, Senador... E aí eu peço a ajuda do Senado da República, do Parlamento como um todo para que nós incentivemos o Governo a ter um programa que seja longo, realista e que permita agora implementar. As condições estão dadas. Nós temos, inclusive, materiais já desenvolvidos e disponíveis, mas precisamos de recursos, por exemplo, para imprimir as provas, as avaliações, equipar e garantir de uma vez por todas internet em todas as escolas, internet com qualidade. Nós estamos falando das escolas. E o segundo passo é garantir isso que o Prof. Naércio trouxe, que são as conexões para cada um dos alunos.

Então, a Lei 14.172, de 2021, faz a distribuição lá de R\$3,5 bilhões do Fust. Esse recurso precisa ser discutido pelos estados com o município. Por uma questão da elaboração da lei, esse recurso vai para os estados – para chegar à rede municipal, que é quem mais precisa, vai precisar da sensibilidade do estado e de uma discussão forte para que isso vá impactar. Para a gente ter uma noção, Senador, esse recurso dos R\$3,5 bilhões – o senhor, inclusive, nos acompanhou em audiência no Supremo, junto com a Deputada Dorinha e outros da Comissão de Educação – representa dez vezes o que se aplica anualmente no Programa de Inovação Educação Conectada. Então não dá para falar em fazer conectividade para todas as escolas investindo R\$350 milhões por ano no programa, que tem não a ousadia, mas o mínimo de se entregar um ponto de conectividade em cada escola.

E, já para fechar, por que eu estou insistindo neste ponto? Porque eu acho que agora nós precisamos ter um plano de ação escrito, organizado, com cronograma, com olhar para isso. Nós precisamos ter um apoio e uma estruturação nacional que vai permitir que esse plano seja executado com recurso financeiro, com recurso técnico. E nós precisamos ter condição de ir além disso, que é a inserção de novas possibilidades pedagógicas. E é neste momento que a tecnologia entra de uma forma muito efetiva, porque se todas as escolas do Brasil tiverem uma boa conexão, elas podem, inclusive, ser um *hub*, e, numa comunidade isolada da Amazônia, como o senhor colocou, podem, para além dos alunos, também replicar e gerar conectividade para o uso social.

Eu até acho, Naércio, que a gente poderia cruzar um pouco das informações e até escrever – te proponho isso – um texto conjunto, porque os nossos dados dialogam e eu acho que a gente pode complementar.

Senador, essas são as minhas considerações. Eu acho que agora nós precisamos pensar neste programa que vai fazer essa extensão das atividades. Sem isso a gente não vai conseguir, efetivamente, fazer essa recuperação, essa recomposição; e, fazendo isso, a gente pode potencializar e, lá na frente, andar com mais rapidez e eficiência.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É muito importante tudo o que foi colocado, Luiz Miguel. Vamos de fato nos dedicar a esse esforço de articulação de todas as forças do Congresso, da sociedade, a favor dessas ações, a favor daquilo que é necessário.

Antes de lhe passar a palavra, Naércio, se você me permite, eu passarei a palavra à Senadora Zenaide Maia.

Pode ser, Senadora? (*Pausa.*)

A Senadora Zenaide Maia é do Rio Grande do Norte, é médica, é professora também e Vice-Presidente desta Subcomissão.

Nós estamos aqui com o Luiz Miguel, que é o Presidente da Undime, e com o Prof. Naércio Menezes Filho, Professor do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa).

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Os dois palestrantes já falaram?

Bom dia, Presidente Flávio Arns!

Os palestrantes já falaram? Se não falaram, eu posso esperar. Mas eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eles já falaram.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Então, é o seguinte: eu acho que educação pública neste país tem que estar alerta. A gente já sabe da retirada de recursos para a educação, que chegam, no máximo, a 4% do orçamento. Quando a gente olha, a gente vê 4%.

Mas o que me chama a atenção? Eu queria dizer aos senhores palestrantes e ao Brasil como um todo – estamos aqui eu e o Flávio Arns – que a gente tem visto um ataque sistemático à educação pública deste país. A gente vê a sequência de projetos de lei que vêm para a gente e que a gente tem tentado segurar com audiências públicas, para dar maior visibilidade.

Eu fico muito feliz em ver esta preocupação de a gente repor o que faltou na pandemia para aqueles estudantes que não têm condições, que, como a gente sabe, não têm acesso à tecnologia. Mas o que a gente vê? A primeira coisa é que foi isentada a prestação de contas dos recursos da educação durante a pandemia para Prefeitos e Governadores, porque disseram que eles não tiveram como gastar. A gente sabe, como Flávio Arns e outros defensores da educação pública: como não tinham em que gastar? A gente está mostrando aí as dificuldades que esses alunos tiveram por falta de acesso à tecnologia, não só eles, mas os professores também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo, eu estou com dois projetos aí e já estou chamando a atenção de reitores e de todos para o investimento de fundos privados nos institutos federais e nas universidades públicas. O projeto original parecia inócuo. Apenas uma empresa queria investir em um laboratório de determinada escola. Mas o substitutivo que está no Senado... Esses fundos privados vão querer isenções, Flávio Arns, e fazer parte... Vão tirar a autonomia das universidades, dos institutos federais, dos reitores. Eles vão administrar. A gente tem que mostrar para a sociedade que eles não estão dando nada, porque, na hora em que isenta esse povo de Imposto de Renda... Desse recurso, boa parte iria para a educação pública.

Eu também pedi vista e quero pedir já o apoio de todos... Há um projeto de lei aí, que acho que é do Senador Irajá, que permite que o contribuinte e seus dependentes possam isentar totalmente, em qualquer grau de instrução, 100% do Imposto de Renda. Hoje é possível três mil e pouco, e a gente sabe que isso é, no mínimo, botar os alunos da escola pública para financiar a escola privada, porque essa isenção total são recursos que vão sair da educação pública. E a gente faz um apelo aqui por ver que isso é sistemático – é sistemático isso.

A gente viu, com o voto contrário meu e de Flávio Arns, por exemplo, o financiamento do Prouni, para escola privada, mais uma vez, e a gente sabe que o Prouni tem vagas limitadas, mas foi aprovado tanto na Câmara como no Senado. E eles não precisam, há a dispensa, da documentação comprobatória de que a família recebe até três salários mínimos. Isso é um ataque ao financiamento da educação pública. Na educação pública, nós estamos discutindo aqui a dificuldade para repor, há ataques, retirada de recursos sistemática. Ou seja, hoje, o Prouni, que foi criado para a escola pública, tudo bem, vão botar para a privada, mas por que dispensa a documentação comprobatória de que realmente é preciso ter aquela renda? Foi tirado isso, e o Brasil nem sabe disso. E, como o número de vagas para o Prouni é limitado, é claro que os alunos da escola pública... Então, vejam isto: não prestam conta dos recursos, o que eu achei um absurdo, seguido desse Prouni – já tirou da escola pública –, e agora tem esses fundos privados financiando as escolas públicas, universidades e institutos federais, mas deduzindo do Imposto de Renda. Desse último, desses dois últimos, eu pedi vista e estou marcando audiências públicas. Simplesmente você pode deduzir integralmente – integralmente. Tudo bem, vamos aumentar essa escala de R\$3 mil para R\$6 mil, mas integralmente o Imposto de Renda para qualquer curso que o contribuinte ou seus familiares estejam fazendo é botar os alunos da escola pública para financiar os alunos da escola privada.

Então, eu acho que, em termos de educação, nós tivemos o grande avanço do Fundeb e tudo, mas esses projetos de lei que estão aí assustam, e quem defende a escola pública está com esse olhar diferenciado, porque só são projetos que aparentemente são salvadores da pátria, mas, na verdade, retiram aquele recurso que obrigatoriamente, independentemente de que governo for, têm que repassar para a educação. Isso não é uma doação, gente – isso não é uma doação!



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é aquele meu apelo que eu faço aqui a quem defende a escola pública deste país: observe o que está sendo proposto. É tudo para tirar de quem já não tem para botar para quem tem.

Parabenizo por esta audiência. Eu já sei do meu amigo aí a importância disso. A gente teve o Fundeb, tivemos ganhos, mas eu estou vendo aqui que a gente tem que mostrar à sociedade que, quando se faz renúncia fiscal de Imposto de Renda, é retirada da veia dos recursos para o ensino público.

Não tem outra saída. E nós estamos num momento em que não podemos abrir mão disso, porque estamos vendo como repor as aulas, como diminuir esse distanciamento entre os alunos que têm condições neste país e os que não têm. Então, temos que barrar isso.

E, agora, outro projeto que não tem nada a ver, mas sobre o qual a gente já vai se debruçar, Flávio, é o da escola em casa, *homeschooling*. Isso é... Entendeu?

Então, o que o Brasil precisa saber é que tem uma escalada de maneiras de tirar a obrigação da educação pública, que é do Estado brasileiro, passá-la para a iniciativa privada, e quem vai pagar o preço caro são esses mais de 75% de alunos, que estão na escola pública em todos os níveis.

Obrigada, meu amigo.

Desculpe desviar um pouco a atenção do que está proposto aqui, mas é porque me preocupa o que está aparecendo para a gente. E eu estou conseguindo fazer audiência pública para dar visibilidade ao que realmente está acontecendo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – E muito obrigada pelos (*Falha no áudio.*)...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço à Senadora Zenaide Maia.

Todos e todas podem ter absolutamente convicção de que a Senadora Zenaide Maia é uma defensora ferrenha e competente da educação e dos direitos do ser humano em todas as áreas. Tem dado demonstrações contínuas nesse sentido, nas manifestações, nos votos e nas relatorias. E o que ela aponta é uma questão essencial: o orçamento, o financiamento.

Foi bem levantado também pelo Prof. Naércio e também pelo Luiz Miguel que o Fundeb foi um avanço importante. Tornou-se permanente na Constituição, com um aporte maior de recursos e também, na verdade, com critérios diferenciados, aprimorando aquilo que havia antes. E o Prof. Naércio, inclusive,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apontou para a questão do Vaar (Valor Aluno Ano Resultado), dentro dessa nova dinâmica de olharmos para esse aspecto, bem como para a questão do ICMS, que foi colocado também no Fundeb – e que já consta, assim, por exemplo, para o Estado do Ceará há muitos anos – para valorização da educação. Então, o lugar para a gente cuidar de aluno, de professor, da escola é o orçamento, sempre.

Eu passo a palavra ao Prof. Naércio também, para as suas considerações.

Prof. Naércio, por favor.

O SR. NAÉRCIO MENEZES FILHO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. Estamos bem alinhados.

Obrigado, Luiz, também, pelas palavras; e à Senadora também.

Eu acho que a gente tem que ter um plano – acho que isso é o mais importante –, um plano para recuperar a aprendizagem. As perguntas que foram colocadas também pela plateia vão nessa linha. O que fazer para recuperar o aprendizado? Devemos aumentar o número de horas-aula? Casos específicos de alunos que perderam muito durante a pandemia.

Eu acho que a preocupação da sociedade é esta: não podemos ficar somente de braços cruzados assistindo a essas crianças terem cada vez mais dificuldades para acompanhar o ensino, porque, se a criança não aprendeu a ler e escrever corretamente, ela não consegue aprender os demais currículos, ela não consegue responder às questões, ela não consegue escrever redação; tudo isso vai se acumulando.

Então, o que eu acho é que tem que ter um plano nacional de recuperação de aprendizado que envolva o Governo Federal, as redes estaduais, os municípios, a Undime e que isso seja feito através de estratégias bem definidas, respeitando, como salientou o Luiz, as diferenças de cada rede, de cada estado, de cada município. Obviamente, cada município tem sua particularidade, não seria uma só medida para todos; mas eu acho que a meta teria que ser realmente uma recuperação do aprendizado até o final do ano que vem, senão vai ficar muito tarde para tentar recuperar o aprendizado dessas crianças. E esse plano de recuperação, essa estratégia deveria envolver um aumento do tempo de ensino presencial – na medida do possível, porque cada município tem suas limitações de vagas, de tempo integral e demográficas também – e do ensino à distância. Eu acredito que há um alinhamento aqui entre todos nós com relação a essas possibilidades.

Se tem uma coisa positiva que aconteceu na pandemia foi que a gente aprendeu a usar mais as tecnologias de reunião e de ensino à distância, como estamos usando agora. E isso pode ser usado desde que todas as crianças pobres tenham o acesso ao ensino remoto e que as redes avaliem o progresso de todos os seus alunos nessa modalidade.

Então, se isso for feito, aproveitando, como foi colocado pelo Senador, as regras do Fundeb e as condicionalidades que estão presentes na regra do novo Fundeb, para estimular as redes a alcançarem esse



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

objetivo... Uma das possibilidades seria, quando formos implementar a regra de qualidade, as redes receberem os recursos adicionais dependendo dos seus resultados. Eu acredito que a gente poderia colocar uma cláusula de recuperação do aprendizado aos níveis de 2019. Então, as redes que conseguissem fazer isso receberiam mais recursos do novo Fundeb. Seria uma maneira de estimular as redes a atingirem esses objetivos.

Então, temos um certo alinhamento. Agora é ir em frente. Temos que cobrar do Governo Federal as medidas, o plano, a avaliação e cobrar dos estados e municípios estratégias com resultados bem definidos, que sejam avaliadas no seu devido tempo, para que possamos recuperar essa geração e não deixar que eles sejam prejudicados, no longo prazo, pela perda de aprendizado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço ao Prof. Naércio.

Passo a palavra ao Luiz Miguel, que levantou a mão, inclusive, querendo se manifestar, não é?

Com a palavra, Luiz Miguel.

O SR. LUIZ MIGUEL MARTINS GARCIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador.

Eu só quero trazer um ponto no que diz respeito ao Vaar, a esses 10% em função dos resultados, e trazer esse ponto de reflexão com o Naércio. Nós temos que tomar cuidado, nesse sentido, para que a gente não beneficie quem já tem estruturas para isso. Neste momento, é tão delicada e tão frágil a infraestrutura dessa recomposição no Brasil que a tendência, se nós não tomarmos cuidado, é de dar mais dinheiro para quem já tem, porque é quem vai conseguir mais rapidamente fazer esse processo de recuperação. Essa lógica do mercado não consegue funcionar quando você está num estado de muito distanciamento um do outro. Então, é o senão que eu coloco aqui, é a observação, Naércio, de que a gente precisa estar atento.

Ontem, eu estava revendo uma videoconferência que foi transmitida no Conviva, que é uma plataforma nossa da Undime, e, sobre os dados do Inep, o Inep trazia dados que mostravam que, mesmo com o aumento do fator de ponderação que determina o financiamento da educação infantil, mostravam lá que, em alguns pontos, até se beneficiava mais o município que estava em melhores condições, porque já tinha vaga na educação infantil, e o que mais precisava ainda não tinha nem aquela vaga para receber aquele recurso, precisava de um financiamento para estruturar e fazer aquilo acontecer. Então, é só uma observação nesse sentido, para que a gente não coloque os recursos, que já são muito limitados, numa ação e num momento em que o que a gente precisa é romper essa inércia.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E um outro ponto interessante, quando traz a questão da Estratégia Saúde da Família, o programa Busca Ativa Escolar é bastante interessante, porque integra as secretarias de saúde – aí o Programa Saúde da Família, a Estratégia Saúde da Família é um importante braço disso – e integra também a assistência social. Então, ele é desenvolvido com esse suporte, com esse aporte. E, com isso, a gente consegue encontrar, porque nós só sabemos do aluno que está fora da escola, aquele aluno que esteve na escola. O pessoal do Saúde da Família conhece outros e o pessoal da assistência social também outros que estão mais à margem desse processo ainda, não é?

Então, não tenho dúvida de que é um momento de grande união nacional para que esse plano efetivamente possa dar resultado com União, estados e municípios, terceiro setor, academia funcionando ativamente com esse foco.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu quero dizer que foram pontos muito bem lembrados, inclusive na observação dos resultados, foi o debate que nós fizemos dentro do Fundeb, para que, na regulamentação, não fosse o número apontado, mas critérios que valorizassem o crescimento e diminuíssem o fosso entre as pessoas que estivessem mais bem colocadas e as outras. E, ao mesmo tempo, essa articulação da assistência da saúde e da educação realmente é essencial, é algo essencial.

Eu só passo a palavra ainda ao Senador Izalci Lucas. É uma honra tê-lo participando, nosso Presidente da Frente Parlamentar Mista da Educação. É uma alegria, Senador Izalci!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Senador Flávio, obrigado pela oportunidade.

Eu estou em São Paulo, não pude participar do debate desde o início, mas essa questão da covid trouxe realmente para a educação um prejuízo imenso. Nós precisamos realmente encontrar uma saída para auxiliar a retomada das aulas depois da covid, não só com relação aos alunos, mas também aos professores. Nós estamos aí com os professores com a questão psicológica comprometida, há falta de monitores, de auxiliares. Houve uma perda muito grande com relação a isso, Senador Flávio, e a gente precisa ter uma alternativa. Aqui em Brasília mesmo, nós tivemos muitos alunos sem aula durante os dois anos, imagine aquele aluno que estava no segundo ano, hoje está na quinta série, no quinto ano, sem saber ler, sem saber escrever. Há uma questão muito séria com relação à questão psicológica mesmo dos alunos. Essa pandemia trouxe realmente um prejuízo muito grande.

Então, eu acho que esse debate é importante. A gente precisa encontrar formas de ter um mecanismo de recuperar um pouco essa questão aí da pandemia.

Eu parablenizo pelo debate. Eu estou aqui em São Paulo, mas amanhã estaremos aí na Comissão.

Obrigado, Senado Arns.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem. Obrigado, Senador Izalci Lucas, que, assim como a Senadora Zenaide Maia, é uma liderança importante em várias áreas, mas também na área da educação.

Quero agradecer ao Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da Undime – obrigado de novo, porque nos encontramos tantas vezes nesses debates e a sua participação é essencial – e também ao Prof. Naércio Menezes Filho, com uma apresentação brilhante também, pesquisa muito interessante.

Eu quero, inclusive, apontar que, como vocês disseram hoje, vamos nos reunir de novo para somarmos esses esforços, Congresso, estados, municípios, todos a favor de ações concretas. Não devemos ficar esperando, como foi colocado, mas devemos agir para termos o que é necessário para que a educação seja a grande mola impulsionadora do bem-estar da sociedade, da garantia de cidadania.

Quero agradecer muito à Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente desta Subcomissão da Educação na Pandemia, agradecer a todos que participaram com perguntas, comentários – todo o material estará à disposição no *site* da Comissão –, ao nosso Secretário Thiago e a toda equipe da Comissão também, que sempre têm sido extremamente solícitos com tudo que é feito. Agradeço, então, a participação de todos.

Encerradas as exposições e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. Grande abraço.

(Iniciada às 10 horas e 06 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 31 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e um minuto do dia trinta de maio de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota, sob a Presidência da Senadora Zenaide Maia, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença do Senador Confúcio Moura, e ainda do Senador não membro Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Flávio Arns e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 11ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. **Temática - Permanência na escola:** criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança sanitária, oferta de alimentação de qualidade e política de acolhimento socioemocional. **Participantes:** Silvia Lima, Gerente de Projetos do Instituto Ayrton Senna; e Franci Alves, Gerente Pedagógica do Instituto Sonho Grande. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Zenaide Maia

Vice-Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/05/30>



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a 11ª Audiência Pública desta Subcomissão, com a finalidade de debater a permanência na escola: criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança sanitária, oferta de alimentação de qualidade e política de acolhimento socioemocional.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania ou pelo telefone da Ouvidoria.

A Presidência concederá o prazo de 20 minutos para cada convidada fazer sua exposição inicial. Em seguida, a palavra será concedida às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, a Sra. Silvia Lima, Gerente de Projetos do Instituto Ayrton Senna, e a Sra. Franci Alves, Gerente Pedagógica do Instituto Sonho Grande.

Eu queria pedir licença, antes de passar a palavra às nossas expositoras, e já passar as perguntas feitas pelos nossos ouvintes do e-Cidadania, porque, como eu falei inicialmente, já parabenizando e agradecendo a presença das nossas duas expositoras, é um tema que é importante demais para a sociedade brasileira e para o mundo – a gente aqui não está inventando o oito nem a roda –, quando a gente sabe que a educação é a base de tudo, a educação é que reduz a violência, a educação é que diminui a desigualdade social. Então, eu queria passar aqui para as nossas duas expositoras já saberem o que é que nossos ouvintes que estão nos assistindo estão querendo perguntar.

Adriana Marques, do Paraná: "Quais as prováveis soluções para diminuir os efeitos da desigualdade de aprendizagem que se acentuou por causa da pandemia?"

Andréa Mazariolli, de São Paulo: "Há previsibilidade de investimentos na saúde mental?"

Anna Beatriz, da Paraíba: "Haveria possibilidade de um tipo de revisão dos anos atingidos pelos impactos da pandemia? E as crianças que não tinham acesso ao virtual?"

Nell Ormond, do Rio de Janeiro: "Como evitar a evasão escolar para jovens e adultos no pós-pandemia, tendo em vista a necessidade de reintegração no mercado de trabalho?"

Júlia Alves, de Minas Gerais: "A continuação do ensino remoto na educação básica é prejudicial no desenvolvimento educacional das crianças?"

Natália Evangelista, de Minas Gerais: "É possível recuperar o conhecimento perdido durante a pandemia pela precariedade do ensino?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vítor Oliveira, do Rio Grande do Sul: "Existe previsão para os impactos que serão causados aos estudantes de hoje em dia para daqui dez anos, por exemplo?".

Marcelo Amagai, de São Paulo: "Em cada escola haveria a possibilidade de ter dois profissionais, um psicólogo e um psicopedagogo, para dar atendimento às crianças?".

Giovanilson Fernandes, do Maranhão: "Há algum projeto por parte do Governo Federal a fim de melhorar a segurança à saúde do corpo discente e docente no âmbito escolar?".

Láucia Cruz, de Minas Gerais: "Como tratar os danos emocionais causados pelo covid-19 nos educandos de baixa renda, tendo em vista que as escolas não contam com psicólogos?".

Para as nossas expositoras verem que a população está querendo... A gente vê aqui, em vários estados, as pessoas se preocupando justamente com este tema que a gente vai discutir hoje aqui: o impacto causado aos estudantes – inclusive ali alguém se preocupando daqui a dez anos. Eu costumo dizer: quatro anos de retrocesso na educação de um país, a gente pode até ver esse retrocesso físico de escolas abandonadas, sem condições, mas a educação, no mérito da educação, segundo alguns especialistas, precisa de, no mínimo, 50 anos para recuperar.

Mas eu já passo aqui a palavra, imediatamente, para a nossa convidada – agradecendo mais uma vez a presença – Silvia Lima. Com a palavra, Silvia, por 20 minutos.

A SRA. SILVIA LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senadora Zenaide. Obrigada, Senador Flávio, pelo convite para participar aqui, representando o Instituto Ayrton Senna, deste debate, que é tão importante, de um tema tão caro para todos nós, tanto políticos como educadores, pais, todos que estão envolvidos e preocupados com a educação de vários estudantes, que, com certeza, foram impactados nesse período da pandemia.

Quero também agradecer e parabenizar aqui Franci, do Sonho Grande, que é um parceiro também, há algum tempo, no instituto, em especial, no trabalho em Santa Catarina.

Vou aqui colocar um cronômetro para cuidar do tempo, fazer a gestão do tempo. Depois abro para aquele momento de diálogo com todos.

Vocês já estão visualizando, possivelmente, a minha tela, não é?

Então, eu quero agradecer por este espaço de fala, em nome do Instituto Ayrton Senna e, em especial, da nossa Presidente Viviane Senna.

Como eu disse, esse tema é muito importante e muito caro para nós do instituto e para todos que estão envolvidos com a educação. E ter essa oportunidade de falar com todos e também dialogar... Não temos resposta para todas essas questões. Eu fui tentando anotar, mas foram muitas. Não temos resposta para todas essas questões, mas ter esse fórum de debate e começar a dialogar já é fundamental, porque a



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

resposta virá muito do nosso trabalho, da nossa prática, do nosso conhecimento, e a ideia é somarmos forças.

Então, o que é importante indicar? Que o instituto, nesse período, há 27 anos, é parceiro das escolas, dos educadores de todo Brasil, com foco no desenvolvimento, em criar oportunidade de desenvolvimento desses estudantes e educadores, pensando sempre em inovações, descobertas sempre pautadas em evidências, que contribuam com a educação integral desses atores, que são tão estratégicos no processo de educação. Há décadas, o instituto também participa de debates como este, que visam a melhorar a educação do nosso país. Por isso é tão importante para nós esse espaço aqui de diálogo e colaboração.

Um dos itens do tema aqui é falarmos sobre a questão de política de acolhimento socioemocional. Então, para estarmos todos na mesma página ou tentarmos estar todos na mesma página, vou trazer aqui o que nós do instituto entendemos e temos comprovado com pesquisas sobre o que significam competências, ou pensar em desenvolvimento socioemocional.

O que nós chamamos de competência socioemocional? São as capacidades individuais que se manifestam nos diferentes sujeitos por meio de seus pensamentos, sentimentos, comportamentos, atitudes e valores para que eles possam viver e conviver melhor consigo e com os outros. Então, é isso que nós estamos entendendo como competências socioemocionais. Há anos, em diferentes programas, projetos do instituto, em várias redes no Brasil, desenvolvemos esse trabalho...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Silvia, não está passando a apresentação, só está assim...

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Nossa, para mim está. Interessante... Vou deixar de compartilhar e tentar de novo. Vamos ver. (*Pausa.*) Veja se está compartilhando. Vou parar de compartilhar e volto. (*Pausa.*) Vocês podem confirmar se estão vendo?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Não. Está só parado em "audiência pública".

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Para mim está avançando cada eslaide. Não sei dizer o que está acontecendo, e eu costumo trabalhar com o Zoom.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Agora sim.

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Vamos ver agora.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Agora sim.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Estão visualizando?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Sim.

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

Como eu estava comentando, o instituto, há 27 anos, já trabalha com foco no desenvolvimento integral de estudantes e de educadores, pensando sempre numa promoção de educação integral, e por isso é tão fundamental participar de debates como esse, que visam a melhorar a educação do nosso país. Um dos temas, que até a própria Senadora retomou aqui, para o debate de hoje é pensarmos em política de acolhimento de...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Silvia, travou de novo. Está só na biografia...

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – O que será que está acontecendo? Porque para mim avança.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Agora avançou.

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Vamos ver.

Então, o que nós estamos chamando... Aqui, um dos itens que a Senadora destacou é pensarmos nessa política de acolhimento socioemocional, e, ao falarmos de socioemocional, estamos indiretamente falando do desenvolvimento de competências não só cognitivas como socioemocionais, que, como eu já tinha comentado, se manifestam em pensamentos, sentimentos, comportamentos, atitudes e valores, para que as pessoas possam conviver, viver melhor consigo e também com as outras pessoas. E isso pode ser desenvolvido de forma intencional.

Agora vamos lá. Avançou, espero. É só fazer o sinal.

E nós do instituto já trabalhamos há anos nas redes públicas municipais e estaduais de educação, visando ao desenvolvimento, via práticas, trabalho em sala de aula entre educadores e estudantes, do que nós chamamos de macrocompetências, diferentes competências que ao todo somam 17 competências, que vão de competências relacionadas à autogestão, à resiliência emocional – vou destacar aqui tolerância ao estresse, tolerância à frustração, autoconfiança –, também algumas relacionadas à relação com o outro, como empatia, respeito e confiança, que estão na macrocompetência amabilidade, e assim se somam, num trabalho intencional com desenvolvimento de 17 competências.

E por que é tão importante falarmos desse acolhimento, de desenvolvimento socioemocional? Porque na própria BNCC, que é um marco legal e que traz diretrizes para a educação do século XXI,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

destaca-se a necessidade de se pensar na singularidade e na formação integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos. Quando a gente fala em desenvolvimento integral, é desenvolvimento pleno, considerando os aspectos cognitivos, mas também o socioemocional, em que se tem cuidado com a pessoa, com os seus sentimentos, com as suas emoções, apoiando-a no desenvolvimento dessas competências.

Eu retomei aqui, pensando nesses desafios da pandemia, que foram trazidos nas diferentes perguntas dos colegas que colaboraram: por que é tão importante pensar na permanência dos estudantes na escola e criar condições reais, verdadeiras, para que eles se sintam bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança, com oferta de alimentação e com uma política de acolhimento socioemocional? Destacamos aqui alguns dos motivos. Vejam que eu...

Não avançou. (*Pausa.*)

Avançou?

Vejam que eu trouxe aqui algumas reportagens que justificam o porquê desse cuidado e uma pauta como essa. Há o destaque: "Evasão escolar bate recorde durante a pandemia". Foi o que muitos de vocês trouxeram. Há cerca de 240 mil estudantes fora da sala de aula; desistiram por "n" questões. "Alunos enfrentam dificuldades de aprendizagem na retomada das aulas presenciais." Incidentes em escolas crescem. Traz aqui um alerta quanto à saúde mental dos estudantes brasileiros. E também há aqui um destaque de como a pandemia, esse período de isolamento que os estudantes vivenciaram – em especial, há um destaque para os de 6 e 7 anos –, impactou o saber ler e escrever. Então, houve um aumento de estudantes com maior dificuldade em aprender a ler e a escrever, segundo o IBGE, na Pnad de fevereiro de 2021.

Além disso, destaco aqui também uma pesquisa feita em um território, em uma rede de educação, em que somos parceiros, que indica que, a partir de uma avaliação que acontece, que nós costumamos realizar junto a essa rede de ensino, 70% dos estudantes relataram sintomas de depressão ou ansiedade, indicando uma necessidade de serem olhados. Olhem esse número, que representa 642 mil alunos que responderam a essa pesquisa. Então, é um número muito grande e significativo. Também nós temos relatos dos próprios professores que foram ou estão sendo impactados por essa questão da pandemia.

Diante desse cenário, o instituto já vem trabalhando, durante todo o período da pandemia, com educadores, com gestores, para apoiá-los nesse momento tão desafiador, que foi o momento da pandemia. Nós tivemos uma parceria com a Undime e com o Consed, que são órgãos que apoiam, órgãos gerenciais de redes estaduais e municipais de educação. E, paralelamente a isso, nesse trabalho, graças a essa interface com esses educadores, com esses gestores públicos, o instituto criou uma proposta de apoio a essas redes, a esses educadores, e traz aqui algumas estratégias de acolhimento pós-isolamento social, pós-pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a esse guia, o que é interessante destacar é que ele traz informações importantes sobre o impacto de isolamento no período da pandemia e esse retorno às aulas, sobre a necessidade de olhar não só para a recuperação da aprendizagem, mas também para o desenvolvimento de competências socioemocionais desse retorno e apresenta dicas, pontos de atenção e atividades para ajudar no desenvolvimento de um trabalho de retomada. E tudo isso pautado em evidências, já que o instituto dispõe de um centro de pesquisa que nós chamamos de EduLab21. Então, isso é muito pautado em evidências científicas e também na interface com educadores.

E o que é importante considerar sobre as competências socioemocionais? É fundamental olhar para as competências socioemocionais. E foram indicadas, entre algumas daquelas 17, as mais estratégicas para serem trabalhadas de forma intencional na retomada dessas aulas. Competências tais como foco, que visa redirecionar o olhar da comunidade para essa nova realidade, entendendo aí os impactos da pandemia não só sobre o aprendizado, mas também sobre a vida dessas pessoas; a empatia, que é levar em consideração as demandas, as necessidades desses profissionais; também o respeito e o cuidado com essas pessoas ao promover relações saudáveis e com foco e atenção na saúde mental tanto dos estudantes como dos educadores.

Há o destaque também aqui à tolerância ao estresse, porque se observa um aumento também no índice de violência entre estudantes e educadores para com estudantes devido a esse grau de ansiedade, de transtornos e desafios oriundos da pandemia, e também a necessidade de se pensar em formas de lidar com esses desafios aí presentes no momento e em como a gente vai se projetar daqui para frente para, de modo proativo, resolver ou minimizar os impactos dessa pandemia.

Então, traz aqui a necessidade de se pensar claramente e de desenvolver essas competências. E também há um destaque aqui para cinco pontos de atenção. E esse guia detalha – e eu vou falar de forma rápida aqui sobre cada um deles –, como a própria Senadora destacou, o restabelecimento de uma sensação de segurança. E isso vai se dar no diálogo e no combinado entre todos do que precisa ser cuidado para que as pessoas se sintam confortáveis e seguras num contexto de pandemia, pós-pandemia, mas que ainda a gente está vivendo. Corremos o risco aí, estamos na emergência de uma quarta onda. Então, precisa-se pensar em protocolos de segurança, de modo que as pessoas se sintam confortáveis e acolhidas nesses ambientes.

Há também aqui o destaque para o restabelecimento de uma estabilidade, de uma rotina que precisa ser retomada, em especial com os estudantes. E nós estamos vendo que gradativamente os educadores, junto dos seus gestores, estão conseguindo fazer isso, visto que, com a pandemia, houve uma alteração aí dessa rotina por parte dos estudantes.

É fundamental promover espaços de escuta e debate para que as pessoas possam indicar como elas estão se sentindo, o que as tem afligido, como elas podem colaborar entre si, considerando os desafios e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as possibilidades do espaço escolar, que não dá conta e não vai conseguir abarcar tudo – é fundamental que isso seja destacado.

Já era, sempre foi e é fundamental a ampliação, o fortalecimento da relação da família e da escola, visto que a família foi muito estratégica nesse período da pandemia – as que conseguiram apoiar os seus. E é fundamental que a escola esteja próxima da família, pensando em ações, de forma integrada, visando a uma parceria e a uma continuidade do trabalho, considerando o papel de cada uma dessas instâncias.

Também é importante o cuidado com a relação dos estudantes, professores e profissionais da escola. Então, aqui há um destaque do olhar não só para os estudantes, mas para os educadores, e que se abra espaço de troca e escuta nas escolas sobre o que eles estão vivenciando e o que eles pensam que pode ser feito para resolver esses desafios.

Estou avançando aqui, quase terminando a minha fala.

O que é fundamental destacar? Eu trouxe bem em linhas gerais o que esse guia apresenta. Ele traz contribuições para este trabalho de pensarmos nessa saúde mental pós-pandemia de todos os atores envolvidos, em especial os estudantes. Esse guia apresenta 18 atividades para cada etapa escolar, para cada segmento, ou seja, da educação infantil ao ensino médio, trazendo proposições de atividades que os educadores podem desenvolver com seus estudantes e – quem sabe? – até entre si também, como esse espaço de atenção à saúde, ao cuidado, às emoções de cada um.

Esse material está disponibilizado, é gratuito e pode ser acessado facilmente por todos via *site* do Instituto Ayrton Senna – não só esse material bem como outros. Deixo aqui o convite para que vocês de fato possam conhecer, acessar. E, caso tenham questões que queiram debater conosco, fiquem muito à vontade. Nós estamos à disposição, eu estou à disposição.

Para finalizar, retomando o foco da nossa conversa, ao pensarmos numa política de acolhimento socioemocional, o que é importante ser destacado? O que compete a todos nós, cada qual no seu papel?

O primeiro item é pensar em um currículo que garanta e que tenha como foco o desenvolvimento integral dos estudantes. Então, o que está na BNCC precisa ser materializado no currículo junto às redes nas diferentes secretarias. É fundamental também, ao pensar numa política de educação integral, de fomento socioemocional, que se tenha espaço na grade curricular para se trabalhar com o socioemocional. Então, que não fique só no desejo, mas que se deem condições, viabilizem-se espaços de um trabalho intencional.

Há um destaque aqui também necessário à formação de gestores e professores para que esse trabalho aconteça – formações iniciais e formações continuadas –, porque é a partir da experiência deles que nós avançamos, aprendemos e podemos ir aprimorando esse trabalho com o socioemocional.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faz-se necessária também a disponibilização de materiais didáticos, para que eles de fato possam fazer uso.

E fundamental também nesse ciclo é pensar no monitoramento e no acompanhamento desse trabalho por todos: pelos estudantes, pelos professores, pelos gestores, pela rede como um todo.

Eu quero agradecer, finalizando aí, deixando os nossos contatos, tanto do instituto como o meu, para continuarmos este debate e trazermos aí outros pontos, porque a gente entende que 20 minutos dão para apresentar, mas não dão para abordar com a intensidade necessária este tema tão importante. Então, obrigada. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Oi, Silvia?

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Ouço, pode falar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Terminou a sua apresentação?

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Terminei.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Silvia Lima.

Eu passo imediatamente à Franci Alves, Gerente Pedagógica do Instituto Sonho Grande.

Sabe, Silvia, sua palestra praticamente respondeu – tirando a da previsibilidade, que foi perguntada por alguém – quais os danos a médio e longo prazo. Você, com sua palestra, já respondeu muita coisa do e-Cidadania, se a gente for ver. Depois você vai enumerar e, quando for fechar, pode responder melhor, mas não tenho dúvida de que já respondeu muita coisa.

Profa. Franci Alves, com a palavra por 20 minutos.

A SRA. FRANCI ALVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia.

Gostaria de agradecer a oportunidade de participar desta Comissão que tem tratado de importantes debates para a recuperação do nosso país frente aos impactos da pandemia.

Nesse sentido, saúdo os que me acompanham na pessoa do Senador Flávio, que coordena a Subcomissão para Acompanhamento da Educação na Pandemia, bem como a Senadora Zenaide, que ora nos acompanha.

É uma honra também dividir este espaço com a Silvia, representante do Instituto Ayrton Senna.

Espero que a gente consiga contribuir para este debate tão importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou compartilhar aqui uma apresentação. (*Pausa.*)

Vocês conseguem visualizar?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Sim.

A SRA. FRANCI ALVES (*Por videoconferência.*) – A gente trouxe aqui, pegando aí até mesmo um ponto que a Silvia trouxe, a questão da importância de um currículo que traga resposta para realmente todo esse impacto que a gente tem em relação à permanência do estudante pós-pandemia.

Antes de iniciar o tema em si, trago aqui um pouco de um contexto em relação ao Instituto Sonho Grande. A gente é uma organização sem fins lucrativos que trabalha em colaboração com alguns estados parceiros – hoje são 19 estados, quase 3 mil escolas e mais de 6 mil estudantes que a gente acompanha –, e o nosso foco realmente é o ensino médio integral. E aí, dentro dessa perspectiva, a gente acompanha não só toda a proposta pedagógica de gestão como também a gente sempre investe em estudos e pesquisas para trazer também um pouco de evidências, mas o nosso foco realmente é a aprendizagem dos jovens e a redução das desigualdades socioeconômicas no nosso país.

Aqui a gente traz um pouco do que a gente já tem visto. Acho que a Silvia trouxe alguns dados, a gente só reforça isso. A gente sabe que estudos indicam que o risco de abandono vai ser mais de 300% durante esse período. A gente sabe que também vai ter uma lacuna de aprendizagem aí em relação à aprendizagem de língua portuguesa como também de matemática. Então, a gente entende que a gente vai precisar fazer um esforço coletivo, de fato, para conseguir recuperar todo esse leque que vai ficar não só em relação às questões cognitivas de aprendizagem do estudante, mas também às questões socioemocionais que já foram citadas aqui.

Aí um ponto é: por que e como o ensino médio integral pode ajudar na recuperação de aprendizagem e retenção de estudantes nas escolas? Então, para trazer essa resposta, a gente vai compartilhar com vocês um pouquinho também dessa proposta curricular que a gente apoia e que está sendo desenvolvida na rede brasileira.

Ensino médio integral: conceito e pilares. Quando a gente fala em educação integral, é aquela educação realmente que prepara o jovem em sua plenitude, trabalhando não só aspectos cognitivos, mas também socioemocionais, trazendo uma proposta pedagógica multidimensional que vai fazer com que o estudante esteja preparado não só para seguir a sua carreira, mas também para a vida.

E aí, olhando um pouco para esse currículo, um ponto que a gente trouxe aqui em destaque é o acolhimento. O acolhimento já é uma prática supercomum nas escolas integrais, mas a gente sabe que, após a pandemia, após esse retorno, tem sido um aspecto muito importante, porque o acolhimento faz com que exista uma aproximação, com que o estudante se sinta pertencente à escola, para que enxergue





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realmente aquele momento em que se sente seguro e apoiado para o seu desenvolvimento. O acolhimento geralmente acontece diariamente. Os estudantes são recebidos na porta da escola pela equipe gestora, pelos professores, até mesmo por outros jovens. Então, isso cria uma relação realmente de que: "Estão me dando importância, eu sou importante aqui nessa escola".

Aí tem um outro ponto também que é importante a gente perceber: após dois anos de pandemia, a gente precisa ter um olhar muito sensível para saber em que ponto esses estudantes estão. Então, a gente está investindo bastante na questão da perspectiva da recuperação de aprendizagem do estudante. Quando a gente traz aqui a ideia do nivelamento, não é um termo pejorativo. Na verdade, é para tentar identificar quais são as competências e habilidades que os estudantes não aprenderam e trabalhar num planejamento de recuperação de habilidades e competências não aprendidas, para que ele se sinta confortável e nivelado, ou seja, no mesmo ponto de partida. É aquela ideia: "Eu vou correr; se tem alguém que sai alguns metros à frente, a chance de ele chegar primeiro que eu é maior". Então, a ideia é que que todo mundo tenha essa oportunidade igual e a oportunidade realmente de aprender coisas novas.

Para que isso tudo aconteça, tem a ideia do acolhimento, tem a ideia realmente de a gente entender o ponto em que o estudante está, mas, para isso também, nas escolas integrais, eles têm um tutor, uma pessoa, um educador que faz esse acompanhamento diário das aprendizagens, não só da aprendizagem cognitiva, ou seja, se ele está indo bem ou não em alguma unidade curricular, em algum componente curricular, mas também para entender se ele está passando por alguma situação mais delicada, de vulnerabilidade, se ele está com algum problema, para aí fazer um acompanhamento, um direcionamento qualificado para essas questões. Então, o tutor faz um acompanhamento diário do estudante não só olhando para as questões cognitivas, mas também para as questões comportamentais e socioemocionais, dando apoio para que ele consiga resolver e desenvolver o seu projeto de vida.

E, lógico, um outro aspecto também que a gente tem nesse currículo são as aulas de estudo orientado, em que o estudante tem ali um apoio a partir de técnicas de estudo que ele aprende e que vão facilitar com que ele consiga aprender, encontrar o melhor caminho para que possa aprender com mais qualidade e um tempo adequado realmente, desenvolvendo o autodidatismo, a capacidade de organização, a corresponsabilidade pelo seu processo de aprendizagem e, lógico, também o protagonismo. A ideia realmente é que esse acompanhamento seja bem estruturado e seja de forma diária e permanente na escola.

E, lógico, não dá para falar de tudo isso sem falar sobre a importância do projeto de vida, sobre o protagonismo juvenil e a educação socioemocional.

Falando em projeto de vida, existe todo um contexto de aulas com um planejamento intencional, estruturado para fazer com que o estudante faça uma reflexão sobre quem ele é e aonde ele quer chegar. E ele sente ali apoiado também não só pelo professor de projeto de vida, mas é importante trazer que todo esse currículo precisa ser integrado. Esse trabalho precisa ser dialogado entre todos na escola. E, lógico, é





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante, como a Silvia mesma colocou, abrir espaços para a escuta ativa, para que o estudante se sinta confortável, acolhido e seguro em falar das suas inquietudes, em falar o que está incomodando, em falar dos seus desejos, em falar realmente das suas perspectivas. E aí a ideia é que a gente construa não só com a abertura da participação em clubes juvenis, grêmios estudantis, líderes de turma, mas que sejam construídos espaços e tempos intencionais para que o estudante realmente possa desenvolver aí a sua liderança, o seu senso crítico, a sua capacidade também de resolução de problemas e que ele sinta também que ele está fazendo parte de todo esse processo de construção, que é o momento realmente em que ele vai estar ali desenvolvendo o seu caminhar junto com o apoio de toda a escola.

E, lógico – acho que a Silvia trouxe muito bem –, não tem como a gente falar de tudo isso sem um olhar realmente para a educação socioemocional. Então, nas escolas integrais, a gente construiu, junto com as redes, uma matriz socioemocional, com competências e habilidades, com dimensões priorizadas. E a gente entende que a educação socioemocional deve estar na aula de língua portuguesa, ela deve estar na aula de projeto de vida, ela deve estar em todos os momentos; na verdade, ela deve estar na vivência e no cotidiano da escola, desde o professor, o estudante, a equipe gestora, a merendeira, o porteiro... Todo mundo tem que ter esse olhar empático, sensível e estar comprometido também com tudo isso que precisa ser trabalhado. A gente tem visitado escolas e tem percebido realmente o quanto os jovens estão se sentindo inseguros e despreparados.

Visitei uma escola recentemente e ouvi de uma turma de 3º ano: "Nós não estamos aguentando a pressão. Ficamos dois anos parados. Tem o Enem. A gente recebe uma cobrança e a gente sabe que, além da nossa, tem uma cobrança também da sociedade em relação ao sucesso". Então, eles estão bem fragilizados. É importante realmente um grande investimento com o olhar sensível para, além da questão cognitiva, a questão também da educação socioemocional, não só do estudante, mas de toda a escola. Se o professor também não tiver trabalhado a sua educação socioemocional, ele não consegue apoiar o estudante.

E aqui a gente tem um exemplo de um resultado de um trabalho que a gente traz só para exemplificar. No caso do Estado de Pernambuco, que é um estado precursor em relação à educação integral, a gente percebe, por esses dados, o quanto a gente conseguiu, em pouco tempo, reduzir realmente a questão da evasão escolar. E tudo isso é porque realmente o estudante se sente participante de todo esse processo e encontra sentido realmente para essa escola.

Aqui a gente trouxe alguns exemplos de algumas boas práticas em relação realmente à questão da permanência. Então, tem incentivos de busca ativa. A gente trouxe para ilustrar uma iniciativa que está acontecendo de maneira geral, que é promovida realmente pela Unesco, mas a gente sabe que, para além dessa iniciativa de busca ativa geral, as escolas e as redes estão promovendo realmente todo um esforço muito grande em relação a essa questão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro exemplo também é como você pode potencializar e desenvolver projetos voltados para o protagonismo e para a atratividade do estudante. A gente trouxe aqui o programa Gira Mundo, que é um programa muito bacana que acontece na Paraíba em relação a intercâmbios de jovens estudantes. Isso é um incentivo para eles, é um estímulo.

Aqui a gente trouxe uma outra prática também muito interessante que aconteceu numa escola em Sergipe, em que eles tinham um índice de evasão escolar muito alto e eles identificaram que um dos motivos eram várias mães jovens que abandonavam a escola porque tinham engravidado. Então, a escola diagnosticou o problema, trouxe soluções para o problema, realizou parcerias na comunidade com assistência social. Essa é uma estudante que, mesmo sendo mãe, conseguiu acesso ao ensino superior, tá? E a escola criou todo um momento para acolher essas crianças e para fazer com que essas jovens estudantes não abandonassem. Eles chegaram quase a zerar a evasão escolar e o abandono.

E aqui tenho um outro exemplo interessante que é o estudante monitor, ou seja, criar espaços também para que os estudantes possam apoiar os seus colegas, criando realmente essa cultura de protagonismo, de compartilhamento, de identificação. E, nesse caso aqui, são experiências em que esse estudante monitor recebe uma bolsa, porque a gente sabe que várias famílias perderam seus empregos. E é um incentivo também para que eles consigam permanecer e não tenham que deixar a escola por outras questões.

E, de maneira geral, pensando em política pública, a gente entende a importância do reforço federal ao programa de fomento ao ensino médio em tempo integral. O olhar realmente estadual, de investimento estadual para expansão dessa proposta em diferentes etapas e, lógico, também a gente traz aqui como solução a replicação toda essa proposta curricular como, realmente, um olhar mais sensível para a formação integral do estudante, para que ele se sinta pertencente à escola, para que ele traga sentido também para sua atuação enquanto jovem estudante e que ele consiga realmente finalizar essa etapa da educação básica.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Encerrou, Franci?

A SRA. FRANCI ALVES (*Por videoconferência.*) – Sim, sim. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Quero agradecer mais uma vez. Queria dizer como essas duas palestras das senhoras professoras com essa experiência foram esclarecedoras. O que elas mostram? A primeira, Sílvia Lima, mostrou a importância da educação integral, vendo esse lado cognitivo e afetivo, inclusive falou de evidência científica. A gente sabe o porquê da importância, porque hoje a ciência mostra que as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologias são importantes, mas não são tudo. Inclusive, crianças e adolescentes que mostram o problema: eles podem crescer cognitivamente, mas a parte socioafetiva deixa muito a desejar.

Eu sou médica de formação, e já existem alguns estudos mostrando que algumas crianças, às vezes, têm até o diagnóstico do espectro autista, mas na verdade é a falta de comunicação com os outros, porque a tecnologia, o desenho, tudo fala e o próprio desenho responde. Então, essa presença na escola, isso não é para ser negociado, tem que ter...

Eu digo que a escola... Eu vejo a Sociedade Brasileira de Pediatria pedindo para botar o máximo possível a criança na creche, porque num instante ela evolui e ela começa a respeitar o espaço dos outros, a convivência é essencial. E a gente diz o que a gente sabe... Por exemplo, no ensino médio, Franci, a gente tem o exemplo dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia. Eu sou uma grande defensora dos Institutos Federais, e essa interiorização fez a diferença neste país. No meu estado, são 23 *campi*. E eu tenho ajudado, porque têm sido retirados muitos recursos da educação pública. Acho que é preciso ter esse olhar. Educação não é despesa, gente. Educação é investimento! Educação pública – quando eu digo é pública ou privada –, mas a pública, porque atende quase 80% dos alunos, dos estudantes deste país, é a única prevenção de fato para reduzir a violência, a criminalidade. A educação é a principal prevenção para a saúde; povo educado é povo mais saudável. Então, a gente vê que, nos institutos federais, não se vê o aluno interessado em sair. Eu visito muito os institutos federais. Termina aquele primeiro turno de aula, em que eles tiveram acesso à alimentação; há um segundo turno, com biblioteca, para ter esse lado humano. Então, é como vocês falaram aqui, sentem-se abraçados, a escola passa a ser um ambiente atrativo. E a gente sabe como esses filhos exercem uma influência nos pais. E num país onde há milhares de famílias que agora que têm o primeiro filho que teve acesso a uma universidade, mais importante ainda.

Mas eu quero dizer que informação é poder, e é isso que vocês duas fizeram agora: empoderaram quem está nos assistindo ou quem vai replicar. Existe um diagnóstico e vocês estão mostrando aqui como tratar com recursos para se ter o máximo de crianças e jovens em tempo integral numa escola pública de qualidade. E isso faz com que, como o jovem aprende mais rápido... Se a gente pudesse sonhar e dizer que agora nós vamos botar praticamente para todas as escolas, por que não seguir o exemplo do segundo grau dos institutos federais? Infelizmente, essa não é a realidade, mas a gente tem que lutar por isso. Sem educação não tem, gente, como eu costumo dizer... Às vezes, eu vejo a televisão dizer assim: "tem emprego, tem vaga, mas para pessoas qualificadas". E nós temos que qualificar o nosso povo, até por uma questão de... Se não se vê esse lado de inclusão social, de reduzir as desigualdades sociais, vamos olhar o lado econômico. O país não cresce economicamente se não tiver pessoas com qualificação, e a gente precisa continuar isso aí.

Então, Silvia Lima, Gerente de Projetos do Instituto Ayrton Senna, parabéns por vocês estarem dando essa aula para a gente, dando visibilidade, empoderando os pais, as mães, para saber da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância de se ter um aluno numa escola pública de qualidade, ou na privada, mas sabendo que o filho é uma maneira de... Eu não consigo imaginar, eu sou filha, meu pai e minha mãe são pequenos agricultores, somos dezesseis irmãos, mas, graças a Deus, meu pai era de 1911, éramos oito mulheres e oito homens, e ele dizia, naquela época, ele e mamãe, que mulher, mesmo quando as mulheres eram preparadas para casar, que a gente tinha que se formar para poder casar. Acreditavam na educação, duas pessoas que não tinha nem o primário, como a gente chamava, completo. Isso teve uma influência muito grande, e a gente sabe que a gente tem que ter esse olhar. E saber que tem duas instituições como o Instituto Ayrton Senna e o Instituto Sonho Grande nessa defesa, com respaldo científico, mostrando na prática, é muito importante, gente. Muitíssimo obrigada.

Uma audiência pública como esta vale a pena. E não tenha dúvida de que nós empoderamos muitas pessoas neste momento para fazer uma reflexão, ver como a educação é importante e mostrar o que o mundo já mostra, não é? Eu vi uma vez, numa reunião da Angela Merkel, que era a Primeira-Ministra da Alemanha, os médicos reclamando porque os professores estavam com um salário maior. Ela só olhou assim – achei interessante porque ela sempre foi uma mulher muito prática – e disse: "Senhores, os senhores querem ganhar mais do que seus mestres?". Então, a valorização dos docentes, a valorização de nossos jovens e crianças é importante.

Muito obrigada a vocês.

Vou dizer ao Flávio Arns que fiquei muito feliz em poder substituí-lo aqui, mas, com certeza, ele vai ter conhecimento de tudo que foi falado aqui.

Eu passo a palavra para vocês para as considerações finais de cada uma.

Vai falar primeiro a Silvia?

A SRA. SILVIA LIMA (*Por videoconferência.*) – Pode ser.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Ou você, Franci, quer fazer as considerações?

A SRA. SILVIA LIMA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu, de novo, quero agradecer esse espaço, essa interlocução com atores tão fundamentais para pensar a educação deste nosso país, em especial para que essa nossa conversa, esse nosso diálogo chegue às escolas, chegue aos educadores, que estão bravamente lutando para promover uma educação de qualidade. Nós estamos aí nessa parceria, seguimos, como instituto, nessa parceria, nesse apoio, visando a contribuir no que for necessário para o desenvolvimento desses profissionais enquanto docentes e que precisam também ser olhados com carinho, ser cuidados, ser formados e orientados e ter espaço de escuta também, assim como os estudantes.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o que é fundamental, Senadora? É garantir, viabilizar espaços para que, de fato, esse trabalho aconteça. E isso passa por uma ação de rede. Entre todos nós, um dos que fizeram uma pergunta aqui falou assim: "Mas agora como lidar com tantos desafios emocionais dos estudantes e nossos, ter psicólogos, ter psicopedagogos?". O que é fundamental é a gente se pautar nas nossas redes. Então, é todos nós secretários de educação, gestores escolares, professores, a rede de apoio, como pais, como órgãos públicos, equipamentos públicos de saúde que tem aí, somarmos forças, porque sozinhos nós não vamos conseguir.

E o Instituto Ayrton Senna, o Instituto Sonho Grande e várias outras instituições também estão de mãos dadas com vocês para ajudá-los nesse período. Então, no que precisar nós estamos à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Franci Alves, para suas considerações finais.

A SRA. FRANCI ALVES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Para além do que já foi dito aqui, considero bastante importante que a gente realmente tenha um olhar sensível e dê abertura para que a gente consiga promover escuta ativa, ouvir os estudantes, ouvir suas famílias, ouvir os educadores, ouvir a equipe gestora, ouvir as pessoas que realmente estão passando por dores após esse período – essas dores acabam impactando realmente num processo de aprendizagem, de formação dos jovens estudantes – e que, a partir dessa escuta ativa, a gente consiga realmente, de forma integrada, fazer um trabalho de planejamento conjunto, porque uma ação isolada não vai conseguir resolver esse problema que é tão grande e, como as pesquisas já evidenciam, vai levar muito tempo.

Então, a gente tem que ter um pouco de tranquilidade para entender que esse trabalho integrado precisa contar com a ação realmente de todos os atores, desde a instância local até instâncias federais, para que a gente consiga, de forma conjunta, enquanto sociedade, trazer avanços com esse olhar mais sensível, entendendo que a gente vai cuidar, sim, das questões voltadas para a aprendizagem do estudante em relação à sua formação acadêmica, mas a gente precisa também entender a importância de olhar para as questões socioemocionais de todos. Só assim a gente vai conseguir avançar.

Então, reitero aqui o nosso trabalho enquanto instituição, mas o trabalho também de todos que estão aqui neste momento, cada um com o seu papel e com a sua contribuição, também lembrando que aqui do nosso lado, tanto quanto no do Ayrton Senna, estamos sim trabalhando, cumprindo com o nosso papel para que a gente consiga realmente fortalecer essa rede, consiga dar um amparo e consiga realizar a concretização de um avanço na educação, mesmo após um período de pandemia.

Eu acredito, nós acreditamos na proposta de educação integral. E é ela realmente que vai fazer com que a gente consiga entender o quanto a gente vai preparar esses jovens estudantes para enfrentar os desafios em sociedade e consiga realmente contribuir de forma positiva com a sociedade.

Muito obrigada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência.*) – Obrigada, mais uma vez.

Se vocês puderem mandar a apresentação, o endereço é senado.leg.br/ecidadania. Eles estão pedindo as apresentações de vocês duas, Sílvia e Franci Alves, para a gente ter essas duas apresentações, que foram excelentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia seis de junho de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota., sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Confúcio Moura e Wellington Fagundes. Deixa de comparecer a Senadora Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 14ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. **Temática - Permanência na escola:** criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança sanitária, oferta de alimentação de qualidade e política de acolhimento socioemocional. **Participantes:** Rosana Cipriano Jacinto da Silva, Coordenadora-Geral de Currículo, Metodologia e Material Didático, da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP) - MEC; Cinthya Vernizi Adachi de Menezes, Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Paraná - UFPR; Ana Carolina Lopes Venâncio, Professora do Programa de Escolarização Hospitalar de Curitiba - PR; e Maria Odhile Lopes, Professora do Departamento de Educação Inclusiva da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realizaremos hoje a 12ª audiência pública desta Subcomissão com a finalidade de debater o seguinte tema: permanência na escola, criar condições para que o estudante se sinta bem no ambiente escolar, com protocolos de segurança sanitária, oferta de alimentação de qualidade e política de acolhimento socioemocional.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211.

Eu quero lembrar que, no decorrer do ano de 2021, realizamos inúmeras audiências públicas que resultaram em um relatório final apresentado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Dentro de todos os debates, as sugestões e os desafios foram incorporados em seis itens básicos. O primeiro item é o acesso à escola, inclusive com requerimento aprovado de busca ativa de alunos e alunas. O segundo aspecto foi a permanência na escola, criar um ambiente acolhedor, com merenda, com trabalhos, com educação em tempo integral, entre outras coisas. O terceiro aspecto foi a recomposição de aprendizagem: como dar conta daquelas questões que envolvem as perdas que aconteceram no período da pandemia. O quarto aspecto levantado, dentro das inúmeras audiências públicas, foi a conectividade, a importância de se ter internet, de se colocar internet, equipamentos na escola, com muita coisa sendo levantada não só na escola, mas também na parte do ambiente residencial, da casa, doméstico em relação a equipamentos dos alunos também, na parte de a comunidade escolar ser atendida. O quinto aspecto foi a infraestrutura das escolas, porque ainda temos no Brasil um percentual muito grande de escolas sem as condições mínimas de funcionamento, como, por exemplo, banheiro na escola, água potável na escola, esgotamento sanitário, energia elétrica, biblioteca escolar, quadra de esportes, para que a gente tenha um ambiente adequado.

E o último item sempre é a questão do orçamento da educação, para que haja os recursos necessários. Inclusive, eu sempre repito uma frase do Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, que diz – e eu acho que é tão importante essa frase que nós teríamos um Brasil diferente caso ela fosse concretizada – que, de zero a 18 anos, ele diz, nada pode faltar – nada pode faltar! Isso significa, entre outras coisas, tudo aquilo que foi mencionado nas audiências públicas. E, nas audiências públicas, sempre foi mencionada a questão saúde do ponto de vista, particularmente, da saúde mental, porque a pandemia, de fato, trouxe um desequilíbrio nas relações pessoais, sociais e na saúde mental tanto de alunos, de profissionais da educação, dos familiares, que tem que constituir um objeto de preocupação, tanto que, já no ano passado, a própria Subcomissão colocou isso por escrito para o Ministério da Educação e para o Ministério da Saúde, para atenderem conjuntamente a questão da saúde mental, porque não é só uma questão com a qual os professores ou os profissionais vão lidar. Tem que haver uma participação efetiva do profissional da saúde também, orientando, discutindo e achando os caminhos para isso, inclusive, para a questão, que já aprovamos, do atendimento de crianças na saúde escolar, no projeto saúde escolar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, ao mesmo tempo, fomos procurados por um grupo professores da Universidade Federal do Paraná para discutir a questão do atendimento hospitalar e do atendimento domiciliar em função de problemas de saúde. Isso constituiu-se uma preocupação durante a pandemia e sempre é um objetivo cuja qualidade deve ser buscada durante a pandemia e depois da pandemia também. A criança está lá no hospital em tratamento de saúde por 15 dias, um mês, dois meses, três meses, seja lá o tempo que for, e não pode interromper o período escolar enquanto estiver sendo atendida em saúde, mas, ao mesmo tempo, como todos sabem – todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação sabem –, essa criança vai para casa também e tem atendimento domiciliar; nem sempre continua no hospital, mas tem que ficar em casa para atendimento do aspecto de saúde. E precisa desse atendimento hospitalar e de atendimento domiciliar; a atividade escolar não pode ser interrompida, porque a criança tem o direito constitucional de receber educação nesse período, não pode haver essa interrupção. Então, a Universidade Federal do Paraná vem debatendo esse assunto, um grupo bastante forte, bom, capacitado, qualificado. A Secretaria da Educação do Paraná tem esse atendimento também, e o próprio MEC (Ministério da Educação) tem essa preocupação.

Então, nesse sentido, nós vamos, em primeiro lugar, dar a palavra para a Universidade Federal do Paraná, que trouxe essa necessidade de debate na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal que está relacionada aos desafios da pandemia ou não – particularmente da pandemia. Em seguida a gente dá a palavra para a Secretaria da Educação do Estado do Paraná e na sequência para o próprio Ministério da Educação.

Então, eu quero dizer que participam desta reunião por meio...

Acho que ficou bem clara a contextualização da nossa videoconferência.

Participam desta reunião, por meio de videoconferência, a Sra. Cínthya Vernizi Adachi de Menezes, que é técnica em assuntos educacionais da Universidade Federal do Paraná; a Sra. Eneida Simões da Fonseca, Professora da Universidade do Rio de Janeiro (Uerj); a Sra. Ana Carolina Lopes Venâncio, Professora do Programa de Escolarização Hospitalar de Curitiba, Paraná; também, por parte da Secretaria da Educação, está presente – me permita chamar a senhora, sempre a gente se relacionava bastante próximos – a Sra. Maria Odhile Lopes, Professora do Departamento de Educação Inclusiva da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná – está ao lado da Maria Odhile a Profa. Claudia Camargo, que é pedagoga também da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, com uma larga experiência nessa área e em outras áreas também –; e, por último, a Sra. Rosana Cipriano Jacinto da Silva. Por que por último? Porque é interessante a gente observar o que a universidade vai falar, o que a secretaria vai falar e finalmente, em razão das exposições, o que o MEC considera importante ser ressaltado. A Sra. Rosana Cipriano Jacinto da Silva é Coordenadora-Geral de Currículo, Metodologia e Material Didático da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), MEC.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nesse sentido, nós já temos várias coisas, e os internautas já nos apresentaram em termos de perguntas. Eu sempre lembro que é bom a gente de alguma forma também relacionar com esse ambiente de pandemia.

Sabrina Lobato, do Amapá: "Qual a estimativa de tempo para podermos observar uma recuperação no déficit de aprendizagem ocorrida em [...] [função da pandemia]?"

Iuran Mello, do Distrito Federal: "Como minimizar os impactos [...] nos alunos que estavam em fase de alfabetização [...]?"

Suely Rezende, do Rio de Janeiro: "Qual a faixa etária mais afetada pela pandemia? [...]?"

Artur Baptista, de São Paulo: "[...] Como podemos mapear quais foram as defasagens no ensino de nossas crianças?"

Essas também são preocupações permanentes.

Vitor Oliveira, do Rio Grande do Sul: "Existe possibilidade de ensino híbrido para as crianças, ou é prejudicial para o desenvolvimento delas?"

Wendel Oliveira, do Rio de Janeiro: "Quais medidas a serem tomadas em relação aos alunos que foram aprovados automaticamente durante a pandemia?"

Josefa Gerislândia, da Paraíba: "Qual a possibilidade de existir o ensino médio completamente online?"

Thaís Pinheiro, de Goiás: "Quais as principais dificuldades das escolas para a implantação do ensino remoto?"

César Soeiro, da Bahia...

Vocês podem até explicar como é que vocês fazem no atendimento hospitalar e domiciliar presencial e remoto.

César Soeiro, da Bahia: "Quais as melhores medidas para lidar com a ressocialização das crianças e adolescentes nas escolas públicas?"

Tatiane Almeida, do Rio Grande do Sul: "O que fazer para que crianças e adolescentes tenham acesso a algum tipo de aprendizagem se 17% da população brasileira não têm acesso à internet?"

Há um comentário de Sandra Schmidt, do Rio de Janeiro: "Aulas presenciais são fundamentais. Há um momento de casos de ansiedade e depressão, além dos problemas diretos na educação". É aquilo que havíamos comentado agora há pouco e que é uma preocupação.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em primeiro lugar, com muito prazer, passo a palavra para Cinthya Vernizi Adachi de Menezes, da Universidade Federal do Paraná, que, permita-me dizer, é a universidade mais antiga do Brasil, a primeira.

V. Sa. está com a palavra, Profa. Cinthya.

A SRA. CINTHYA VERNIZI ADACHI DE MENEZES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada.

Muito bom dia a todas e todos!

Eu gostaria de saudar aqui especialmente o Senador Flávio Arns, destacando a sua importante atuação na defesa do direito à educação, e a sua equipe, que prontamente nos atendeu e discutiu conosco, o Diogo, a Ivanilde e a Meroujy.

Eu gostaria de saudar também a equipe organizadora desta audiência, nas pessoas da Fernanda e do Thiago, as demais autoridades que nos estão acompanhando, os professores, os pedagogos, os estudantes de graduação e de pós-graduação, os gestores e técnicos das Secretarias de Educação e os demais profissionais interessados pela área.

Cumprimento as colegas que estarão contribuindo na discussão de hoje: a Rosana, do MEC; a Profa. Eneida, que teve um probleminha de acesso – não sei se ela vai conseguir entrar –; a Profa. Ana Carolina, que vai dividir a fala comigo; a Maria Odhile e a Cláudia, parceiras sempre na formação dos professores que atuam no Sareh do Paraná.

Eu gostaria de parabenizá-los pela iniciativa desta audiência e dizer que, especialmente para mim, trazer algumas inquietações sobre essa área que me é tão cara me faz lembrar o processo do qual pude participar, o de concepção, fundamentação e implantação do Sareh. O Sareh é o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar do Paraná, que foi institucionalizado enquanto política de atendimento escolar, hospitalar e domiciliar para os estudantes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio no ano de 2007.

Então, a normatização oficial desse atendimento possibilitou um envolvimento desafiador dos profissionais do quadro próprio do magistério do estado que começaram a atuar com essa faixa etária, já que o programa de escolarização hospitalar do município era um pouco mais antigo e já estava consolidado para atender a educação infantil nos anos iniciais desde 1988.

Nesse sentido, hoje, aqui, a gente representa, junto com a Profa. Eneida e com a Profa. Ana, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito à Educação: âmbito hospitalar e domiciliar, que foi criado em 2016 e que conta com esses profissionais pesquisadores do Sareh e do programa do município, mas que se ampliou e agrega também pesquisadores, professores, estudantes de graduação de diferentes instituições de ensino e regiões do país e também fora do nosso país.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso grupo se pauta na defesa do direito à educação articulado ao direito à saúde, pois essa situação impeditiva que a doença ocasiona não pode deixar de lado a continuidade desse processo escolar, entendendo aqui que o estudante em tratamento de saúde é aquele e aquela que pertencem aos diferentes níveis e modalidades da educação básica.

O grupo de estudos se debruçou desde o início do isolamento social no estudo e na pesquisa de alternativas que possibilitassem uma forma adequada de atendimento a essa demanda e que viessem ao encontro das políticas propostas para os professores e pedagogos que atuam nesses espaços, com o compromisso e o respeito a uma educação de qualidade, aos estudantes e às suas famílias.

Nesse sentido, hoje, para nós aqui, este é um momento muito importante, porque uma das ações que nós pudemos realizar foi o estudo do documento intitulado "Orientações para o atendimento educacional em ambiente hospitalar: classe hospitalar e domiciliar", orientações de 2021, do MEC. Esse documento foi proposto pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e foi apresentado no dia 15 de outubro de 2021, no 11º Encontro Nacional de Atendimento Escolar Hospitalar e Domiciliar, realizado no Rio de Janeiro. Então, nós procedemos a uma análise qualificada desse documento, sob o ponto de vista teórico e técnico, visando ao encaminhamento de considerações e sugestões para futuras diretrizes nacionais de atendimento escolar hospitalar e domiciliar. Nós encaminhamos uma nota técnica, então, à Secretaria de Modalidades Especializadas do MEC, no último dia 4 de abril, e alguns pontos nós trataremos hoje aqui nesta audiência pública.

É de extrema relevância uma construção colaborativa de um documento dessa natureza, por meio de um debate ampliado, como este que estamos fazendo hoje nesta audiência pública, pois consideramos, como essencial, esse processo de escuta junto aos profissionais, aos gestores das secretarias de educação e das instituições de ensino superior que atuam na área, verificando as reais demandas para efetivar o atendimento escolar hospitalar e domiciliar na realidade contextual de cada região brasileira, porque temos muita diversidade, diferentes formas de organização existentes, e, muitas vezes, essas formas acabam refletindo uma ausência de diretrizes nacionais.

Nesse sentido, nós destacamos como fundamental o subsídio histórico e legal que respalda a criação, o acompanhamento e a expansão de serviços de programas de educação hospitalar e domiciliar para que esse campo possa ser publicizado e para que se possa também garantir o direito à educação dos estudantes em tratamento de saúde.

Nós tivemos um grande avanço na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2018, com a inserção do art. 4º-A no escopo do direito e do dever de educar na nossa Ldben. Por quê? Aí nós temos de forma geral, para todos os estudantes, a garantia do direito à educação em tratamento de saúde.

E o desconhecimento legal, muitas vezes, pode gerar interpretações simplistas, desconsiderando essa obrigatoriedade da oferta e gerando o desrespeito a esse direito à educação básica. Então, nós



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

consideramos, após todo esse estudo, a urgente revisão realmente do documento que foi publicado em 2002. Nesse sentido, essa iniciativa do MEC em intencionar uma nova publicação é de extrema relevância. Nós defendemos a publicação de um novo documento orientador que estabeleça, sim, diretrizes nacionais para o atendimento escolar hospitalar e domiciliar em caráter normativo realmente, considerando a realidade do nosso Brasil, valorizando os saberes e práticas daqueles que atuam e pesquisam sobre essa temática. Estabelecer as diretrizes nacionais significa oficializar as regras a serem cumpridas pelos estados e municípios.

E aqui é muito importante também a gente destacar a questão de um mapeamento nacional oficial. Nós temos o mapeamento datado de 1999, que foi publicado pelo Inep, coordenado pela Profa. Eneida, e nós precisamos de uma atualização desses serviços em nível nacional. Assim também precisamos de uma aproximação com as instituições de ensino superior nas propostas de projetos de pesquisa, de extensão, de apoio e com as secretarias municipais e estaduais de educação.

No estabelecimento das diretrizes que nós defendemos, elas vêm ao encontro de instituir formas de atendimento escolar ao estudante em tratamento de saúde, consolidando políticas educacionais fundamentadas por um ordenamento legal da nossa federação brasileira, destacando-se aqui responsabilidades orçamentárias e de financiamento e também responsabilidades técnicas. Então, quais são as atribuições dos governos, das secretarias de educação, das secretarias de saúde? Quais são as responsabilidades dos hospitais, das clínicas, das casas de apoio, dos profissionais que atuam nesses serviços?

Então, tudo isso deve ter uma diretriz, um encaminhamento, uma orientação, a criação, o acompanhamento, a expansão desses serviços para que nós possamos ter realmente um fortalecimento de uma política específica que contemple as características e especificidades das condições dos estudantes em tratamento de saúde, possibilitando a equivalência de frequência e aproveitamento escolar, garantindo, assim, o seu direito à educação.

Agradeço muitíssimo a atenção e me coloco à disposição.

E passo a palavra, então, para a Profa. Ana.

A SRA. ANA CAROLINA LOPES VENÂNCIO (*Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e todas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Ana, só um minutinho, por favor.

A SRA. ANA CAROLINA LOPES VENÂNCIO (*Por videoconferência.*) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu só queria destacar, ressaltar a presença do Senador Confúcio Moura, que é um



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

dos membros da Subcomissão e uma das lideranças importantes no Senado Federal na área da educação. Fazem parte também da Subcomissão a Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente, e também o Senador Wellington Fagundes. O Senador Confúcio Moura é uma pessoa extraordinária também nessa área. Seja bem-vindo, Senador!

Pode continuar. Desculpe ter interrompido, Ana.

A Ana Carolina Lopes Venâncio é professora do Programa de Escolarização Hospitalar de Curitiba. Então, é uma pessoa, agora, também com a mão na massa, como o ditado popular fala.

Por favor.

A SRA. ANA CAROLINA LOPES VENÂNCIO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador. Na sua pessoa, agradeço a todos que estão aqui, agradeço este espaço de fala.

Reforço a necessidade do que a Cinthya falou do mapeamento dos serviços e programas de escolarização hospitalar e domiciliar. Por que esse mapeamento é importante? Para a gente saber o que já está em execução e poder ampliar e criar novos serviços, porque atualmente o que se apercebe pela fala das pessoas que atuam diretamente em campo é que a gente ainda não tem suficientes profissionais para atender a demanda dos estudantes em tratamento de saúde, não é?

E, assim, também existe uma forma de organização bastante diversificada. Há programas de extensão de universidades, há iniciativas privadas dos próprios gestores do hospital e há serviços e programas municipais e estaduais. Eu vou dar o exemplo do Programa de Escolarização Hospitalar da Prefeitura Municipal de Curitiba, do qual eu faço parte, que atende os Hospitais Pequeno Príncipe, Evangélico, HC e casas de apoio.

Nesse sentido, eu referendo que as casas de apoio também deveriam ter professores nos seus quadros para poder atender as crianças em tratamento de saúde, assim como as clínicas, por exemplo, de hemodiálise ou de oncologia, na quimioterapia, para que essas crianças pudessem, enquanto se tratam, ser assistidas no seu direito à educação também.

E, destacando essa necessidade de mapeamento dos serviços e programas e dessas formas de organização, a gente também sinaliza a urgente necessidade de formação específica para as pessoas que atuam em hospitais e domicílios. Isso tanto na graduação geral, na necessidade de disciplinas que abordem e publicizem esses campos na graduação em educação – não necessariamente somente em Pedagogia, mas em qualquer graduação de educação, como também nas especializações *lato e stricto sensu*.

A gente tem visto que têm aumentado as publicações na última década, mas, ainda assim, a gente precisa de divulgar melhor esse campo de serviço, que às vezes nem é conhecido e aí não pode ter a sua importância reconhecida.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma que a gente aborda essa necessidade de formação inicial, a gente coloca a formação em serviço. Atualmente a gente, quando entra no campo, no trato com as crianças e com a equipe de trabalho, é que a gente vai desenvolvendo um perfil docente adequado à demanda; através das comunidades de prática que se formam, dos grupos de apoio entre professores, a gente vai criando um repertório.

Por que que eu digo isso? Porque precisa de um perfil específico. Não basta dominar as técnicas da docência; você tem que ter um perfil socioemocional, um perfil de flexibilização de conteúdos e saberes adequado ao ambiente de saúde. E para isso você precisa necessariamente saber trabalhar em equipe de uma forma multidisciplinar, porque você vai trabalhar com psicólogos, enfermagem, médicos, nutricionistas, dentistas, fonoaudiólogos, fisioterapeutas. Há uma infinidade de pessoas com as quais você vai ter que se engajar junto no trabalho e contextualizar os conteúdos escolares de forma a reconquistar a criança, porque a época da pandemia foi bem difícil, como o Senador assinalou no início da sua fala, mas para nós que trabalhamos com crianças em tratamento de saúde não é incomum haver lacunas, porque essas crianças ficaram grandes períodos sem frequentar a escola, e não são todos os hospitais, clínicas, casas de apoio que têm professor. O que que isso ocasiona? Isso ocasiona lacunas de aprendizagem, que por sua vez trazem defasagens e muito muitas vezes acabam, como consequência, trazendo uma dificuldade de aprendizagem, onde ocorre a evasão, o abandono escolar. O que é muito triste, porque aí a gente está burlando um direito em detrimento ao outro.

Então, o perfil do profissional tem que ser bem específico: um professor com capacidade de flexibilização curricular, metodológica e avaliativa que tenha um repertório grande de atividades, que saiba trabalhar em equipe e se organizar de uma forma pedagógica, motivadora e mobilizadora de sentidos positivos para a criança e para o adolescente para resgatar o vínculo com o aprender.

E qual é o nosso público? O nosso público são as crianças da educação básica, crianças e jovens em tratamento de saúde em diferentes níveis e modalidades. A gente tem muitas crianças da educação especial, com múltiplas eficiências, síndromes raras, enfim, e tem muita gente do ensino regular. Na minha experiência, eu considero que uma das áreas mais inclusivas, falando em inclusão educacional, é realmente o ensino domiciliar e hospitalar, em que a gente atende individualmente ou em pequenos grupos. No Pequeno Príncipe, a gente não tem classe hospitalar; nós temos o atendimento no leito e em ambulatórios. A gente atende a todas as crianças, seja em UTI ou em qualquer outro setor hospitalar.

Respondendo à pergunta que foi feita no início, de como que nós nos organizamos na pandemia e até agora estamos nos organizando, a gente usa muito videochamada no celular, porque a maior parte dos pais não domina o Meet ou o Zoom, tem dificuldade com esses aplicativos; e a gente pode também entregar atividades. E a gente conta, por exemplo, no posto onde é tratado covid e onde nós não temos permissão para ir, para o nosso cuidado e para o cuidado do aluno paciente, com as enfermeiras, que, às vezes, disponibilizam seus próprios aparelhos e que se colocam à nossa disposição para fazerem esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

intercâmbio com a família. E, quando a família não possui celular, o que também não é raro, elas às vezes assessoram esse contato, há essa orientação para que a criança possa ser atendida da melhor forma possível.

Na questão da oferta, ali na LDB se prevê a questão do atendimento em tempo prolongado. Eu gostaria de refletir um pouquinho sobre o que significa tempo prolongado, porque, para um professor, 15 dias de aula, duas semanas é um tempo bastante prolongado de afastamento para a criança. Dependendo do nível e modalidade em que essa criança estuda, se está no início da alfabetização ou se está no ensino fundamental II, na inserção de conteúdos novos praticamente semana a semana, perder o encadeamento dessa sequência de aprendizagem pode ser extremamente prejudicial. Os atestados, para o atendimento domiciliar, aqui em Curitiba, são de 60 dias e, para o Estado do Paraná, são de 90 dias de afastamento para garantirem esse atendimento em casa. Então, a gente precisa pensar, em tempos menores, em como a equipe escolar vai apoiar essa criança e essa família, lembrando que a pandemia deixou bem evidenciado que familiares não têm o conhecimento técnico para gerenciar o ensino; puderam perceber claramente a relevância do papel do professor na mediação qualificada, técnica, que é necessária para o ensino dos conteúdos.

Dito isso, despeço-me aqui e agradeço este espaço de fala.

Peço especial atenção conosco, do ensino hospitalar e domiciliar. Que a gente possa também ser pessoas que possam contribuir não somente com a escrita do documento, mas com a formação de um contingente de trabalho de professores. Que esses professores sejam da própria carreira do magistério, porque nós acreditamos, enquanto pesquisadores e professores – porque eu também sou pesquisadora na área –, que é muito prejudicial que haja troca de pessoas, porque com cada enfermaria, cada setor do hospital, cada regional onde a gente trabalha no ensino domiciliar a gente cria vínculos, e esses vínculos afetivos, vínculos técnicos, vínculos de trabalho no geral são extremamente importantes para a nossa ação pontual. Então, ter um contingente de trabalho do próprio quadro do magistério e que possa criar raízes nos espaços para que possa ter um conhecimento aprofundado e uma diretriz clara para melhorias, para poder pensar junto em como servir a essa criança, a esse jovem nas suas necessidades singulares é extremamente importante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço à Ana Carolina Lopes Venâncio, por enquanto. Depois também, em função das observações que as demais pessoas fizeram, assim como o MEC, a gente retorna tanto para a Cinthya como para a Ana Carolina. Os Senadores talvez queiram fazer perguntas e comentários, e podem fazê-los sempre, a qualquer momento.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Passo, em seguida, a palavra para a Maria Odhilie Lopes, que é Professora do Departamento de Educação Inclusiva da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná.

Com a palavra, então, Maria Odhilie.

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Bom dia a todos. Presidente, muito obrigada pela oportunidade de falar um pouquinho do Sareh, do nosso serviço aqui no Paraná. A Profa. Cláudia também, minha coordenadora...

A SRA. CLAUDIA CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, bom dia, Senador Flávio Arns, cumprimento os demais participantes, a equipe organizadora, os nossos colegas, Profa. Cinthya, com a qual já tivemos um trabalho, Profa. Ana, um prazer também, e, para nós, enquanto Secretaria de Estado, é um prazer estar aqui para a gente poder falar um pouquinho do serviço que a gente faz nessa área, não é?

A Profa. Odhilie vai fazer a apresentação dos dados que nós temos até o presente momento, os atendimentos que nós ofertamos no estado, as instituições que têm parceria conosco, e vai falar um pouquinho dos diagnósticos que a gente tem no atendimento domiciliar, os meninos que estão chegando para nós, que estão apresentando alguma comorbidade... Então, a gente vai fazer uma apresentação dos dados e como está estruturado o serviço aqui no Estado do Paraná.

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Acho que eu preciso da autorização para compartilhar a tela...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – O Thiago providencia isso para vocês. (*Pausa.*)

Thiago...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Thiago... (*Pausa.*)

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Já está autorizado? (*Pausa.*)

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Som...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Por enquanto, não apareceu ainda.

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Não apareceu ainda?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Ele não está liberando, Thiago, para o PDF. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Alguma orientação, Thiago, para... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Voltou ao original, Maria Odhilie. Nas anteriores, estava sendo encaminhado bem.

Olha aí, ó.

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Aí. Está aparecendo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não. Só uma tela em branco. Pelo menos para mim...

Uma tela totalmente em branco.

A paisagem anterior estava linda, que você estava mostrando...

Olha aí, ó. (*Risos.*)

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Então, eu acho que a gente vai...

Eu não estou conseguindo, Thiago. Por que será?

Ele não está liberando para o PDF... (*Pausa.*)

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Já está em tela cheia. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Compartilhar a tela cheia. Primeiro, tela cheia.

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Daí ele não aceita o PDF... (*Pausa.*)

Deixe-me só um pouquinho... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Talvez...

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Bom, ele vai tentando e eu vou falando um pouquinho os dados.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bom.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Então, nós trabalhamos com Sareh (Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar). Hoje nós temos há 15 anos... Esse ano, em 2022, há 15 anos.

Então, o que é o Sareh no Paraná hoje? É um atendimento pedagógico para a continuidade da escolarização, para a garantia desse direito ao estudante. Então, o Paraná e a secretaria hoje estão muito preocupados na garantia desse direito ao estudante hoje no Paraná e, como sempre, com o objetivo da continuidade e da inserção ou também da reinserção na escolarização.

Hoje, no Paraná, o Sareh está dividido... Dividido não; a gente diz que é uma continuidade. Hoje, no Sareh, no Paraná, nós temos o hospitalar e o domiciliar. Então, hoje, a partir do momento em que a escola tem a ciência de que esse estudante está em tratamento de saúde, de que esse estudante está sem condições de estar no ambiente escolar, nós já começamos o atendimento. Então, a escola tem ciência; no dia seguinte, a gente já começa esse atendimento ao estudante. Nós começamos o atendimento à família, nós começamos atendimento nas atividades, a princípio trabalhando sempre a escola, o núcleo e a Seed, com envio de atividades até a contratação desses profissionais que vão para o domiciliar.

Os nossos estudantes que estão no hospitalar, como foi colocado pelas colegas, a gente sabe que muitas vezes têm essa continuidade desse tratamento em casa, o que não possibilita ou dificulta ele estar no ambiente escolar. Então, nós também já fazemos... A partir do momento em que a gente sabe que ele está no hospital e que ele vai ter essa continuidade, a gente, a partir disso, já trabalha todo esse encaminhamento para esse atendimento em casa.

No Sareh hospitalar, agora no ano de 2022, até abril, a gente já fez mais de 5 mil atendimentos pedagógicos. Então, nós temos hoje 20 unidades sendo atendidas – 20 unidades de saúde, como nós chamamos. Então, a gente começou em 2007 com o Sareh. De 2007 até 2010, nós tínhamos oito unidades de saúde, entre hospitais e clínicas. Nós começamos só com hospitais, e nós percebemos a necessidade de atender as clínicas porque o tempo de internamento nas clínicas é um tempo prolongado – 30 dias, 60 dias, 90 dias que esse estudante está afastado do ambiente escolar. Em 2014, o Paraná contava com 18 unidades. De 2017 a 2021, ele contava com 19 unidades. E a gente tem a honra de dizer que, em 2022, nós temos mais uma unidade. Então, em 2022, o Paraná abriu mais uma clínica psiquiátrica na cidade de Maringá. Então, nós contamos hoje com clínicas, unidades hospitalares e casas de apoio, onde temos equipe de professores como pedagogos e professores de área trabalhando diretamente com os nossos alunos. Nós trabalhamos nos leitos, trabalhamos nas clínicas com as classes, com os grupos, e trabalhamos também nos ambulatoriais. Então, o Paraná tem uma frente dentro das unidades de saúde de trabalho direto com esses estudantes.

Nós atendemos, de 2007 a 2010, 10 mil estudantes, com 40 mil atendimentos; em 2016, 7 mil estudantes, com 29 mil atendimentos; em 2018, 9 mil estudantes, durante o ano, com 28 mil atendimentos; em 2019, 5 mil estudantes, com 34 mil atendimentos. Todos esses atendimentos, todo esse





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalho nos hospitais é coordenado sempre com os técnicos dos núcleos regionais da educação e diretamente com a secretaria estadual.

Conversando um pouquinho sobre a época da pandemia, nós fomos pegos em várias situações, várias entidades, com a situação da pandemia, em dificuldade de estar nos hospitais por conta da covid, por conta dos protocolos de segurança. Então, nós passamos um ano ali nos preparando. Nós mantivemos as equipes do Sareh hospitalar e nós fizemos grupos de estudo para pensar e estudar como seria esse atendimento, como a gente ia lidar com essa nova situação no Paraná. Então, todos os encaminhamentos partiram de estudos das próprias pessoas, dos profissionais, das pedagogas, dos professores que estavam trabalhando nas unidades hospitalares junto com o núcleo e com a secretaria. Nós ficamos algum tempo nos preparando, estudando possibilidades de atendimento e, no retorno, nós voltamos a partir da especificidade de cada cidade, de cada unidade e do que ela possibilitava. Nós voltamos a trabalhar remotamente em alguns casos, voltamos a trabalhar com atividades impressas nos hospitais. Em alguns hospitais, nós fizemos NIT, a gente conseguiu aparelho, computadores... Nas clínicas, como os estudantes já estavam em isolamento, nós conseguimos voltar para o serviço presencial, mantendo os protocolos de segurança. Então, nós fomos acompanhando cada caso, cada unidade, dentro das condições que a gente tinha e do que era possível no momento.

Ficamos extremamente orgulhosos dos serviços de algumas equipes porque fomos solicitados – não é, Profa. Cláudia? – por alguns hospitais pelo retorno do nosso trabalho quando possível, pela importância que a escolarização tem até no tratamento de saúde e de como isso interferia. Várias unidades nos procuraram pelo retorno desses nossos profissionais. Nós passamos essa época trabalhando dessa maneira no Sareh domiciliar. Hoje nós retornamos todo o serviço presencial, estamos nas 20 unidades com o serviço presencial e acompanhamento direto desses estudantes.

No Sareh hospitalar, principalmente nas clínicas, nós temos uma demanda muito grande até de reinserção no ambiente escolar. Então, nós procuramos a matrícula, nós fazemos esse acompanhamento, nós procuramos escolas. Então, nós procuramos a matrícula, nós fazemos esse acompanhamento, nós procuramos escolas.

Em questão do Sareh domiciliar, nós temos equipes a partir do atestado médico. Como eu falei, o atestado é entregue, independentemente de ser de 15, de 20, de 30, 60, 90 dias, e nós já começamos esse acompanhamento pedagógico, não necessariamente o Sareh, mas o acompanhamento pedagógico. Como bem a Profa. Ana falou, um dia o estudante longe do ambiente escolar, ele necessita do acompanhamento, ele necessita do nosso olhar. Então, a gente já vai fazendo esse acompanhamento, a gente já vai encaminhando atividades e vai organizando todo esse serviço para encaminhar o professor até a residência. Hoje nós temos professores do domiciliar atendendo em casas de apoio, em residências e também até em casas de apoio ao tratamento de saúde dos hospitais. Então até agora, final do mês de abril e começo do mês de maio de 2022, nós temos 320 estudantes do Paraná nos 32 núcleos, sendo atendidos com professores em seus domicílios.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desses 320 estudantes, a maioria pertence ao fundamental, 51% estão do sexto ao nono ano, e 38% estão no ensino médio. E voltando ao que o Senador Flávio Arns colocou, nessa questão do retorno, nós percebemos assim... Nós acompanhamos esses dados diariamente. Cada estudante do domiciliar é acompanhado pela escola, pela equipe pedagógica, pelo núcleo e pela secretaria. Nós acompanhamos o plano de trabalho docente desses professores, os relatórios pedagógicos, todo o atendimento. E nós percebemos realmente o que o Senador Flávio Arns colocou: a dificuldade de retorno de saúde mental desses estudantes. O tempo de afastamento médio desses estudantes: 360 dias, 90 dias. Um quarto desses estudantes estão há mais de três meses afastados e um quarto desse total de 320 vão ficar o ano letivo inteiro afastados.

A maioria dos CIDs dos laudos que a gente atende hoje, 45% dos estudantes são casos de saúde mental. E a gente viu um número muito grande, que nos chamou atenção até para fazer um trabalho como Secretaria de Educação, de casos de ansiedade, fobia social, síndrome do pânico e dificuldade desses estudantes, principalmente do ensino médio, de retorno ao ambiente escolar.

Depois desses dados, nós temos os números de questões de câncer, traumatismo e doenças degenerativas. Então, são os maiores índices que a gente atende.

A idade dos estudantes é, em média, 14, 15, 13 e 18 anos. Então, esses seriam os dados que nós, como Secretaria de Educação, achamos pertinentes apresentar.

Acho que a Profª. Claudia quer terminar, fazer a...

A SRA. CLAUDIA CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Então este trabalho a gente tem feito mesmo no período da pandemia, como a Odhile colocou: um trabalho de repensar algumas ações, em função do atendimento que a gente também oferta como Estado. E o que nos traz – é um ponto de atenção, como o próprio Senador coloca, acho que para todos os que estão atuando frente à educação – é a forma como os nossos estudantes estão retornando para as nossas escolas, a questão da saúde mental não só do estudante, mas também do professor. Isso está refletindo nas solicitações que a gente vem recebendo para o afastamento e atendimento domiciliar. É um número muito grande que a gente tem: hoje, final de maio, início de junho, já há 320 atendimentos de estudantes principalmente com maior índice nesta área da saúde mental. E também um ponto que nos chama atenção é a questão do autismo, que a gente também vem recebendo, porque o menino não está conseguindo permanecer no ambiente da escola. Então, são dois pontos de atenção que a gente tem trabalhado para tentar reorganizar algumas ações para que, neste período, ele esteja afastado para tratamento em domicílio, mas que ele possa também voltar ao ambiente da escola, porque todos trabalhamos nessa perspectiva de estar fazendo com que ele retorne ao ambiente escolar. Então, foram esses dois pontos que nos chamaram atenção agora no retorno do presencial.

E, mais uma vez, a gente agradece.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Odhilie quer...?

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Só uma...

Cabe ressaltar que todos os nossos estudantes da educação especial, quando eles são atendidos pelo Sareh domiciliar, eles não deixam de ter o atendimento educacional especializado aqui no Paraná. Nós continuamos com esse atendimento, com o professor da sala de recurso fazendo um trabalho colaborativo com o professor do Sareh. Então, nós continuamos atendendo, na especificidade da educação especial, os nossos estudantes.

A SRA. CLAUDIA CAMARGO (*Por videoconferência.*) – Era isso.

Obrigada.

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (*Por videoconferência.*) – Obrigada, obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem, agradeço à Profa. Maria Odhilie e também à Profa. Claudia Camargo.

Eu tive conhecimento de que a Profa. Eneida Simões da Fonseca conseguiu entrar na nossa audiência. Isso corresponde? (*Pausa.*)

Não conseguiu ainda, não conseguiu! Mas tudo bem. Se conseguir daqui a pouco, a gente dá a palavra, porque ela é professora da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Muito bem, a Profa. Rosana Cipriano Jacinto da Silva eu vejo que está ligada também, não é? Está presente a Profa. Rosana Cipriano Jacinto da Silva? (*Pausa.*)

O Thiago... (*Pausa.*)

Ah, sim, está presente.

Muito bem, Profa. Rosana. Não, é que havia, mas não havia a imagem, o som estava presente. Agradeço, em primeiro lugar, a presença da senhora. A Profa. Rosana é Coordenadora-Geral de Currículo, Metodologia e Material Didático da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação do MEC.

Então, com a palavra, Profa. Rosana.

A SRA. ROSANA CIPRIANO JACINTO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Flávio Arns, na pessoa de quem cumprimento todos os que estão presentes nessa audiência e todos que nos assistem em todo o país! Devo reconhecer que é um momento muito singular para todos nós envolvidos com a temática da educação especial e com um recorte muito importante no atendimento educacional domiciliar e hospitalar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de iniciar fazendo uma pequena autodescrição. Eu sou uma mulher de pele clara, cabelos castanhos na altura do ombro, neste momento sentada numa sala do gabinete aqui da Semesp do MEC. Uso roupa preta de manga longa e também uso óculos. Então, bom dia a todos os que me ouvem!

Eu queria agradecer especialmente o convite feito ao Ministério da Educação e dizer que é uma honra enorme. Neste momento eu também faço a substituição da Profa. e Diretora Nídia de Sá, que se encontra em missão oficial em outro país, portanto a gente vai assumir agora essa participação no desejo de que a nossa contribuição realmente seja efetiva e se una a todas as falas que me antecederam. Cumprimento as professoras, a UFPR, a UFRJ, que, sem dúvida nenhuma, vieram aqui agregar um valor indescritível a essa audiência.

Eu vou apresentar rapidamente algumas telas para que possamos, então, nos situar como representante do Ministério da Educação.

Nesta audiência então a gente traz informações...

Passando.

A primeira tela nos traz o objetivo deste momento, que já foi falado anteriormente, que é de debater a permanência bem como as condições para a efetividade do direito à educação ao público da educação especial nessa perspectiva inclusiva; discutir os efeitos da pandemia, e eu acrescento aqui os impactos da pandemia do covid-19 que, desde 2021, nos convoca para reflexões bem profundas, bem como assegurar o atendimento também aos estudantes das redes públicas de ensino em situação de internação em hospitais ou mesmo em atendimento domiciliar.

Bom, a política educacional, para todos que nos ouvem aqui em todo o país, é uma política que dá atenção aos estudantes públicos da educação especial, ela é transversal a todos os níveis e modalidades de educação e oferece recursos e serviços para promover o acesso à participação e à aprendizagem aos estudantes com deficiência, do transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação. Faço um recorte aqui, ou mesmo um *zoom*, de que esse é o público da educação especial da qual a Diretoria de Educação Especial aqui na Semesp faz toda a sua atuação.

Nesta tela eu acho importante destacar dados que nos situam em âmbito nacional sobre número. Então, as matrículas da educação especial na educação básica, segundo os dados de 2021, são de 1.350.921 estudantes regularmente matriculados. Destaco em seguida que matrículas da educação especial em escolas públicas com um percentual aí de cerca de mais de 95% estão nas classes comuns do sistema público de ensino de todo o país. Esse número de 1.156.539 representa um percentual de 85,6% do total de matrículas na educação especial na educação básica. Em seguida, 14,4% de estudantes estão matriculados na rede privada. Então nós devemos observar que mais de 85% desses estudantes estão no sistema público de ensino.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima tela nos traz informações sobre a cobertura do AEE, que é o Atendimento Educacional Especializado. Ali eu tenho dados como total de escolas com matrículas, que é de 124.072, destacando que são dados do último censo. Nesse total nós temos 32.531 escolas com salas de recurso, ou seja, 26,2%. A cobertura do AEE: dentro dos 1.350.921 alunos, eu tenho 506.848 estudantes, 37,5%, recebendo o atendimento educacional especializado.

Um dado sempre nos chama atenção, por isso temos unido esforços, e nesse sentido, eu faço aqui um convite muito especial ao FPR. Destaco que a UFRJ se encontra conosco na Rede Nacional de Formação Continuada. E aguardamos, então, a interlocução muito rápida, Senador Flávio Arns e professora da UFPR, para que a gente possa dialogar sobre a contribuição da universidade na formação continuada aqui por meio da nossa rede. Para quê? Para que o impacto nos próximos dados do censo seja de um tamanho saltando de 5,8% para percentuais bem superiores. Já adianto que os investimentos feitos pelo Ministério da Educação nos trazem a expectativa de que, nos próximos dois anos, teremos aí um acréscimo de cerca de 5% tanto na formação continuada quanto nas salas de recursos, com recebimento de recursos públicos para essa finalidade.

Por fim, os professores do AEE com formação em educação especial. Temos, no último dado, que 43% desse número de professores ainda carecem de formação continuada, mas também entendemos que esse dado já está em processo de ser impactado e alterado, tendo em vista financiamentos e ofertas de vagas – cerca de 40 mil vagas ofertadas – nos anos de 2020, 2021 e 2022.

Aqui, a gente tem um gráfico, em que, para muitos, a compreensão é também é muito boa: é a evolução da oferta do AEE, ou seja, houve queda em 2020, mas, em 2021, nós observamos uma recuperação dessa oferta ao estudante da educação especial.

Na efetividade do direito, no contexto das ações do MEC para garantia desse direito, nós destacamos: orientações e normativas, que já estão publicadas e também divulgadas; ações estruturais, condições das escolas, por meio de programas como Escola Acessível, com sala de recursos multifuncional e bilíngue de surdo, formação continuada de professores, havendo o Programa Incluir, que não se encontra aqui, que é uma ação que também está sob nossa gestão, mas que dá atenção ao estudante da educação superior; ações gerais para os sistemas de ensino; ações específicas visando ao público da educação especial.

Acompanhamento. Aí, nesse sentido, a gente faz destaque a algumas ações que foram implementadas nesses últimos dois, quase três anos corridos de pandemia.

Houve o convite aos sistemas públicos de ensino dos estados para reuniões. Nós fizemos reuniões com 27 (26 mais o Distrito Federal) dirigentes, secretários, gestores da educação especial para levantamento de informações e acompanhamento dos impactos da pandemia e das efetivas ações desenvolvidas pelos estados para minimizar esses danos. E registro aqui que cumprimento os estados, que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos surpreenderam com experiências tão incríveis de atenção ao nosso estudante que culminou, inclusive, com uma ação de publicação desses relatos de experiências que, em breve, estaremos divulgando.

Aqui eu cito o Painel de Monitoramento, que traz informações importantes, na ação da Secretaria de Educação Básica, por meio de questionários e de dados que já foram, inclusive, analisados.

Outra ação da nossa diretoria tem sido a parceria com a Unesco para realização de consultorias tanto no âmbito da formação de professores quanto no de atendimento educacional especializado e no de altas habilidades ou superdotação. São consultorias ora já encerradas ou outras em curso, que estão à disposição para consultas ou mesmo para diálogos nessa área.

E orientações para o atendimento hospitalar e domiciliar são ações que... Eu fiquei bastante feliz, Senador, ao perceber que as falas anteriores deram destaque a esse atendimento hospitalar e domiciliar. Eu sou uma professora de estado, sou do Distrito Federal, tive o prazer de implantar projetos nessa área. E, ao chegar ao Ministério da Educação em 2020, essa foi uma temática que nós retomamos para trazer as orientações atualizadas após 20 anos, como já foi citado, porque a nossa última orientação é de 2002.

Bom, nessa direção, o atendimento em classes hospitalares e domiciliares, que é um destaque do ministério desde 2018, por meio da Renafor, faz a oferta de vagas, através das instituições de ensino, com o financiamento do Ministério da Educação, para professores que atuam ou desejam atuar nesse atendimento. Em 2020, 2021 e 2022, a federal do Mato Grosso do Sul ofertou curso ou cursos em serviço de atendimento educacional em ambientes hospitalares e domiciliares, também um tema que foi trazido em fala anterior, curso em serviço.

Nós realizamos uma das nossas consultorias, que será agora publicada, divulgada e lançada por meio do Avamec, que é a plataforma virtual do Ministério da Educação. Ali todas as secretarias têm espaço para a oferta de vagas de formação. Então, nós estamos, há cerca de um ano, trabalhando com essa consultoria e lançaremos agora, a partir de julho – assim esperamos –, 15 cursos. Um deles é um curso para professores que farão ou fazem o atendimento em classes hospitalares e domiciliares. O objetivo dessa consultoria é, somado a ações outras, especialmente pela *(Falha no áudio.)* ... de que o país tenha acesso a essas formações.

Outras ações estão destacadas para reforçar o que foi dito anteriormente sobre o atendimento em classes hospitalares.

Aqui eu trago uma tela com dados novamente de estudantes da educação básica, os espaços de escolarização da educação especial, que são dados que a gente utiliza inclusive para desenvolver novas políticas públicas.

Algumas diferenças entre os públicos – e isso penso que numa próxima audiência ou mesmo numa próxima oportunidade poderemos trazer novamente, essas discussões a respeito do que traz o documento





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 2002 e o que a gente está propondo aqui no documento das orientações das classes hospitalares em 2022, após todas as participações, como também todas as classes.

Pode seguir, porque essas informações já constam nos documentos.

Essa é a estrutura do documento das orientações que estão em curso para publicação no Ministério da Educação, também para vistas e novas interlocuções.

Por favor, pode passar.

Organização do serviço. Pode passar.

Aqui, Salas de Recursos. Nós tivemos R\$490 milhões investidos no Salas de Recursos desde 2020, atendendo cerca de 20 mil escolas.

Por favor.

Novamente o Avamec.

Pode passar.

Formação continuada.

Enfim, correndo para não tomar mais tempo, eu quero agradecer e deixar aqui a nossa disposição e disponibilidade para conversar, para responder e para continuar construindo, de forma muito colaborativa, ações em favor do nosso público.

Obrigada. E bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço à Rosana Cipriano Jacinto da Silva, que é do MEC.

Pergunto ao Senador Confúcio Moura se gostaria de trazer observações em relação às falas apresentadas, lembrando que o Senador Confúcio Moura presidiu uma Subcomissão permanente – não é, Senador Confúcio Moura? – durante a pandemia. Vários ministérios semanalmente passaram pela Comissão – aliás, não é Subcomissão, mas Comissão Especial do Senado –, quando os relatos eram feitos semanalmente também. Então, essa questão da educação sempre foi um tema recorrente nos debates ali, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura.

Não sei se V. Exa. gostaria de fazer alguma... O microfone está fechado aí.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador Flávio Arns.

Cumprimento a todas as palestrantes desta audiência pública extremamente importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É muito bom ouvir as experiências já em prática nos estados, particularmente pelo que ouvi do Estado do Paraná, com esse serviço domiciliar e hospitalar de educação complementar em casos de doença dos alunos.

A experiência que a gente tem no passado antigo – minha área é saúde, eu sou médico – justamente era copiar Londrina, no Paraná, e outras experiências de atendimento na área de saúde domiciliar. E agora eu vejo que também, além do atendimento de saúde em domicílio, há uma exigência maior e uma participação mais ativa na atenção ao aluno doente tanto em domicílio quanto também em regime de internação.

Eu pude observar, sim, com grande alegria, as experiências bem-sucedidas, estatísticas elevadas apresentadas pela Secretaria da Educação do Estado do Paraná e também as experiências isoladas de outros estados e municípios.

São muito importantes essas experiências porque elas vão irradiando. Nós estamos saindo dessa pandemia, deixando um estrago ainda não dimensionado nas crianças, e é um acervo de adoecimento já diagnosticado e outros em processamento de entendimento. São muito importantes essas experiências estaduais e municipais – são muito importantes. E justamente esta audiência vem aqui chamar a atenção e mostrar ao país essas experiências, essas vivências.

Então, eu fico satisfeito. Não tenho uma pergunta pronta para nenhuma das palestrantes. Apenas cumprimento pela boa vontade, ousadia e boas práticas iniciadas nos estados e também no Ministério da Educação. É importante que o ministério seja esse organismo irradiador e compartilhador dessas experiências jogadas no dia a dia das escolas, porque o drama é grande.

Muito bem. Então, eu vejo que esse nome do Paraná é Sareh, que é mais ou menos como fossem agentes educacionais em domicílio ou em regime hospitalar, que eu cumprimento e saúdo.

Nada mais eu tenho a acrescentar, Senador Flávio Arns, a não ser agradecer pela oportunidade de falar e muito mais de ouvir. Eu achei que valeu a pena estar aqui presente nesta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem. Agradeço ao Senador Confúcio Moura, ressaltando que é uma das maiores lideranças no Senado Federal, particularmente na área da educação, como médico também, em todos os debates sobre a pandemia.

Obrigado, Senador Confúcio Moura.

Eu passo a palavra novamente para a Cinthya, Ana Carolina, Maria Odhile, mas eu queria também fazer duas ou três observações. Se pudessem, de alguma forma, também abordar... Eu considero o atendimento hospitalar e também o atendimento domiciliar muito importantes. É uma questão de garantia do direito à educação enquanto a criança ou o adolescente, essa pessoa, estiver com algum problema de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, com alguma doença, ou tiver passado por cirurgia ou por hospitalização de alguma maneira. O que tem sido levantado nas audiências públicas, como foi levantado, aliás, aqui também, é a questão da saúde mental. Então, saber... Mesmo sendo cursos para professores e profissionais da educação, a gente sabe que é necessária a participação de profissionais da saúde também. Aliás, foi bem dito, bem colocado o trabalho multiprofissional. A Ana Carolina se referiu a isso. A gente tem que trabalhar numa dimensão multidisciplinar. Como é que vem acontecendo essa parceria particularmente na área da saúde mental? Há ansiedade, medo, depressão, tantas coisas, não é? Mas isso não é só para os alunos: também até poderíamos expandir um pouco para atender a essa necessidade durante a pandemia, na pandemia, mas particularmente agora, quando as pessoas estão vacinadas, após a pandemia.

Há outra observação que eu coloquei, porque a gente atua muito na área da educação da pessoa com deficiência também há muito anos, até como uma opção de vida. Foi mencionada a questão do autismo. Nós fizemos uma observação na audiência pública com os diretores e com os pais de pessoas autistas, do espectro autista, de Brasília. Eles, inclusive, disseram... Os pais disseram que há adolescentes e adultos dentro do espectro autista – eu nunca uso a palavra "dificuldade" – com mais necessidades. Do outro lado do espectro, há pessoas com altas habilidades, mas, de outro lado, há pessoas que estão se autoflagelando, com problemas, e que até têm que usar capacete, muitas vezes, porque correm risco de vida. Os pais estão com dificuldade, não estão encontrando escola alguma para o atendimento em Brasília e, inclusive, estão mencionando uma fila de mais de cem pessoas que aguardam algum acesso.

Foi mencionado que, eventualmente, no autismo, esse atendimento seria domiciliar. Eu até me arrisco a dizer que, em relação à pessoa com deficiência, de uma maneira geral, nunca generalizando, a participação na vida educacional é o oxigênio da criança e do adolescente. Eu menciono até uma situação de alunos de APAEs que, às vezes, não entendem que determinado dia é feriado e ficam esperando o ônibus – eles esperam que o ônibus passe – ou que ficam tristes e chateados quando começam as férias. Então, o atendimento domiciliar nesse sentido... Até para a gente dizer que o que os pais mais esperam é o atendimento educacional, eu diria, de uma maneira geral, dentro do ambiente escolar, dentro do ambiente público, numa escola comum, mas há esses casos com necessidades mais acentuadas que não têm atendimento algum até o momento. Estão em casa, e os pais dizem: "A gente quer escola para os nossos filhos". Isso em Brasília, mas deve acontecer em outros estados também.

Particularmente nessa área, porque a Claudia e a Maria Odhile mencionaram bastante o número de casos significativos na área da saúde mental – não só no caso de uma doença física, vamos dizer assim, porque saúde mental também é um tratamento que exige uma atenção especial –, como é que isso vem acontecendo nessa parceria? E há dúvidas que a Cinthya também queria eventualmente levantar com a própria Rosana sobre a regulamentação do atendimento.

Então, vamos dar, assim, no máximo, cinco minutos. Estariam bem cinco minutos para cada manifestação? (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Começo pela Cinthya.

A gente começa pelo mesmo roteiro anterior. Pode ser?

A SRA. CINTHYA VERNIZI ADACHI DE MENEZES (*Por videoconferência.*) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Então, está bom.

A SRA. CINTHYA VERNIZI ADACHI DE MENEZES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador. Obrigada pela mediação e pelas considerações, agradecendo também as contribuições do Senador Confúcio Moura, sempre muito importantes para o fortalecimento das nossas discussões.

São questões desafiadoras, eu diria, principalmente nesse tempo de retomada das atividades presenciais, como a Odhilie, a Claudia e a Ana colocaram, nos ambientes hospitalares e domiciliares, lembrando, como eu falei, que esse estudante que passa por tratamento de saúde é um estudante da educação básica e pode pertencer à educação infantil, ao fundamental anos iniciais ou anos finais, ao ensino médio. A gente tem muitos casos de EJA também em atendimento hospitalar. E essa possibilidade da garantia da continuidade da escolarização é ofertada para esses estudantes no tratamento da saúde.

Eu diria que esse desafio, como o Senador coloca, da saúde mental – e nós conversávamos isso também há um tempo atrás, na própria universidade, não é Senador? –, dos centros de apoio, das casas de apoio, dos CAPS, dos atendimentos psicossociais é um desafio permanente agora para essas equipes de trabalho, assim como as questões que o Senador também levantou e as meninas levantaram em relação ao autismo. Eu diria que é um se debruçar sobre essas novas demandas que têm que ser atendidas, porque, se a gente for buscar lá no decreto de 1969, que ainda é vigente, há uma lista de doenças que tem que ser ampliada – a Claudia e a Odhilie estão ali. Quer dizer, esse Decreto-Lei 1.044, que é lá da década de 60, é defasado no atendimento ao citar essas doenças.

Então, eu vejo que, em termos de políticas, pela experiência que eu tive quando participei da criação do Sareh e de toda essa implantação, é realmente ir ampliando de acordo com as demandas que vão surgindo. E às vezes o modelo que está pronto – lembrei-me de um caso agora, que foi de síndrome de Wolfram, de que as meninas devem se recordar –, o modelo que é posto às vezes não atende. Então, a gente tem, sim, de ter alternativas para não deixar ninguém, nenhum aluno de fora. Então, se ele tem essa situação da saúde mental, está afastado ali por 30, 60, 90 dias, e ela não está no rol daquelas doenças atendidas no hospital, o estado, o município vai ter que dar conta disso. A gente não pode cercear, segregar esse estudante, assim como na área das deficiências como um todo.

Eu vejo também, em relação ao que o Senador aponta, essa parceria com o MEC, essa discussão com o MEC como muito salutar. Fico feliz de a Rosana sinalizar isso à nossa universidade e, especialmente, ao nosso grupo de pesquisa, que é um grupo que batalha muitíssimo, milita muitíssimo na





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão do direito à educação, para a gente poder se aproximar e possibilitar, sim, uma discussão desse documento, uma revisão no sentido da nota técnica que encaminhamos também junto ao MEC, à equipe do Senador, para que possamos ter realmente diretrizes fortalecidas após 20 anos – o que é muito tempo, 20 anos – do primeiro documento orientador do atendimento escolar hospitalar e domiciliar, o qual merece muitíssimo ser revisitado, ser reconsiderado, não deixando os elementos e os marcos históricos de fora, mas olhando para esse caminho que nós temos à frente e com esses desafios, como a questão da saúde mental, do autismo e de tantas outras situações que aparecem para a educação nos dias de hoje.

Não sei se respondi, Senador, se colaborei, mas acho que é isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Cinthya. É uma alegria você ter participado também desta audiência pública.

Passo a palavra para a Ana Carolina Venâncio, Professora dessa área.

A SRA. ANA CAROLINA LOPES VENÂNCIO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Quanto à questão da saúde mental, ela é primordial nas escolas regulares, tanto mais numa situação de adoecimento.

Vou me remeter novamente à minha experiência no Hospital Pequeno Príncipe. Eu trabalho especificamente na oncologia e no setor de transplante de células hematopoiéticas, o TMO (transplante de medula óssea), como é mais facilmente conhecido, e lá a gente tem desenvolvido um projeto, aprovado em comitê de ética no hospital, falando da necessidade do trabalho multidisciplinar e do apoio estruturado às famílias e pacientes e também aos colaboradores, aos funcionários. Então, a gente faz um perfil sociodemográfico das famílias, com apoio da assistência social, e a gente também faz um acompanhamento psicoterápico das famílias e dos alunos pacientes no sentido de prover um apoio emocional e prático para as dificuldades que possam surgir.

Nesse movimento, a gente entra, como o Senador bem colocou, como oxigênio; a educação acaba se tornando um oxigênio, uma atividade diferenciada em um ambiente onde a questão do adoecimento está exacerbada. A gente tem casos bastante complexos no Hospital Pequeno Príncipe, de média e grande complexidade. Então há casos bastante complexos que a gente acompanha. Eu faço parte do grupo dos cuidados paliativos, dos cuidados de fim de vida, e ali a gente faz um trabalho bastante articulado no sentido de prover tudo o que a gente pode para melhorar a qualidade de vida de quem é atendido. A gente dá aulas segundo as condições e necessidades específicas da criança, mas sempre trabalhando de uma forma motivadora e mobilizadora, com jogos, brincadeiras, pintura em tela, modelagem, sempre seguindo as instruções do setor de infectologia, mas sempre garantindo que a criança tenha acesso ao melhor material e a um planejamento individualizado, personalizado. Muitas mães, às vezes, precisam do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cuidado específico. Então a gente tem uma biblioteca virtual, a gente proporciona atividades também diferenciadas para essas mães, como tocar um violino, um kâtele, um violão, contar uma história. Eu sou contadora de histórias profissional. Então eu faço algumas contações de história para trabalhar as questões que surgem ali, as dúvidas, os questionamentos. A gente acaba se tornando uma equipe entrelaçada no sentido de proporcionar um atendimento humanizado, porque, quando os recursos terapêuticos médicos se esgotam, não se esgota a possibilidade do cuidado. Este é o nosso lema: cuidar e humanizar esse atendimento da melhor forma possível. E também é o nosso lema dentro da escolarização.

A questão da saúde mental tem estado bastante latente no retorno às escolas. As crianças estão com bastante resistência, com lacunas bastante sérias de aprendizagem. Então a gente manteve as aulas virtuais mesmo para aqueles que voltaram para a escola no sentido de promover a alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática, para ser uma ponte a mais. Então a gente trabalha no hospital e, muitas vezes, a gente estende horários ou trabalha até no nosso horário de estudo para poder fazer esse trabalho que é um trabalho de apoio, mas é um trabalho que a gente faz de muita boa vontade. Não estou falando aqui para uma autopromoção, mas é algo que a gente faz prazerosamente, tendo em vista que aquela criança fica anos com a gente e a gente tem a satisfação de, muitas vezes, vê-la na faculdade, nos contando do sucesso que teve na sua vida.

Na parte de saúde mental dos colaboradores, a gente conta também com uma equipe de psicologia que também nos atende nas nossas demandas. Quando é um caso de um óbito que se torna um vínculo muito forte no decorrer dos anos, a gente é humano e também sente. E, se a gente não tiver a possibilidade de chorar, de se emocionar, de se vincular amorosamente com essas pessoas, eu acho que é melhor, daí, pensar numa aposentadoria. Então, assim, não existe cognição sem afetividade – é no que a gente acredita.

No caso do autismo, a gente tem bastantes casos. Inclusive eu participei da escrita de um protocolo para auxiliar a equipe de enfermagem, a equipe de saúde, assim como os nossos professores, na abordagem dessa família: a batida na porta, que não pode ser muito alta, entrar, como abordar a família, como abordar a criança, o uso de recursos figurativos para demonstrar, por exemplo, como é que se coloca um acesso, um procedimento de ressonância com figuras, mostrando o passo a passo para poder dar essa antecipação necessária para que a criança se sinta segura e acolhida. Então, a gente tentou fazer um protocolo e humanizar os ambientes de procedimento e tudo mais da melhor forma possível.

E aqui eu queria fazer um adendo para diferenciar o atendimento pedagógico domiciliar do *homeschooling*, porque muitas vezes, como o Senador muito bem pontuou, existem filas para atendimento às crianças com deficiência, às crianças e jovens com deficiência. Não tem escolas, às vezes nem escolas especiais, preparadas para demandas. E, quando se trata de uma demanda de saúde, Senador Flávio, ainda é mais difícil. Por exemplo, uma criança que precisa de oxigênio, uma criança que tem uma traqueostomia e precisa ser aspirada, uma criança com gastrostomia. Essas crianças normalmente acabam indo para atendimento pedagógico domiciliar porque na escola especial não existe equipe de saúde – e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deveria existir, porque normalmente vão se agravando os quadros clínicos dessas crianças com o passar dos anos, mas isso não deveria limitar o seu direito a ter acesso à escolarização. Então, muitas crianças que eu atendo não têm nem o APD nem a matrícula formal por conta das suas condições. Isso eu estou falando de condições de grande complexidade, mas algumas nem tanto.

Uma vez me perguntaram como eu avaliava se uma criança que não tem resposta verbal ou motora estava aprendendo. E aí eu falei que, quando eu tocava música para essa criança, a saturação dela melhorava, ela tinha menor espasticidade, ou seja, aquele olhar que a gente tem que é pedagógico torna-se também aguçado para uma leitura clínica daquele trabalho que a gente está efetivando às vezes em uma UTI. Ou seja, com trabalho de música, que é um conteúdo que está no nosso currículo, a gente pode, sim, sensibilizar e fazer com que o tempo daquela criança naquele espaço seja um tempo mais produtivo.

Para finalizar a minha fala, eu gostaria que a gente tivesse outros momentos de discussão, porque são várias as situações e várias as questões que se colocam, como, por exemplo na terminologia "necessidades educacionais especiais". Como pesquisadora, já verificando o movimento já em toda a Europa, seria "necessidades educacionais específicas", porque a necessidade não é especial, ela é específica daquela criança. Então, para a gente também atualizar a nossa nomenclatura legal em benefício das crianças e ampliar essa visão da importância de que todos nós temos possibilidades e podemos evoluir se a gente tiver a estimulação necessária.

E é isso, gente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Só quero dizer que foi uma fala muito importante, interessante e necessária. Vamos continuar conversando, para acharmos e construirmos os caminhos que você, a Cinthya, a Rosana, todos considerem importantes. Muito bom!

A SRA. ANA CAROLINA LOPES VENÂNCIO (*Por videoconferência.*) – E o senhor é muito ativo, Senador, com a Dra. Mara. Eu já o vi várias *lives* sobre síndromes raras e outras situações. Então, em nome das mães do Hospital Pequeno Príncipe, que têm um apreço enorme por você, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – A Dra. Mara é uma pessoa que vem nos auxiliando o tempo todo e muito na área de doenças raras. Parabéns pelo trabalho!

Profa. Maria Odhilie.

A SRA. MARIA ODHILIE LOPES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, em relação às parcerias, ao acompanhamento, nós fazemos todo esse acompanhamento tanto da escolarização pedagógica, no Sareh domiciliar, como do plano de trabalho docente, uma vez que tem que estar a escolarização de acordo com o ano e série. Nós consideramos toda a especificidade do tratamento de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, as condições, as adaptações, as flexibilizações. Então, para nós, cada Sareh domiciliar é único, é único com toda a necessidade dele. Nós temos a síndrome de Wolff, que a Profa. Cinthya colocou, que ainda está conosco, último ano, e está fazendo o terceiro ano do ensino médio. Nós temos outras síndromes degenerativas. Nós temos UTIs dentro de casa também, para o estudante que tem dificuldades. Então, cada caso é analisado, e é feito um acompanhamento pedagógico trimestral. Nós sabemos, como a secretaria, o plano de trabalho docente, com tudo que está sendo trabalhado, todas as adaptações e relatórios. A gente trabalha diretamente com o ano e série.

Em relação às questões de saúde mental, nós temos uma parceria com a Sesa, por causa das instituições, então nós também fazemos todo esse acompanhamento. Nós fazemos uma equipe multidisciplinar – conversamos com os psicólogos, os psiquiatras, a equipe pedagógica, o núcleo – para fazermos essa reinserção, e, de acordo com a possibilidade do tratamento de saúde, eles normalmente vêm para o Sareh domiciliar até a estabilidade da medicação. Nós temos toda uma conversa com esses profissionais para o tratamento de saúde, sobre o que isso está interferindo no processo de aprendizagem e como vamos continuar essa escolarização, sempre trazendo esse retorno. Então, nós estamos fazendo um acompanhamento constante de todos esses estudantes.

Claudia!

A SRA. CLAUDIA CAMARGO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Com relação ao autismo, os atestados que a gente recebe com relação ao afastamento de estudantes autistas se dão no período em que se precisa fazer o ajuste medicamentoso. Então, ele fica por um período curto conosco e depois fazemos todo um trabalho de retorno à escola com os profissionais da escola onde ele está matriculado. Existe, sim, um número significativo que a gente recebe, vem recebendo, mas o período em que ele fica com a gente no atendimento domiciliar é um período de adaptação de medicamentos.

Nós vimos de um processo de pandemia em que os meninos estão chegando para nós agora com situações bem extremas, como o Senador coloca, de agressividade, de não conseguirem estar naquele ambiente da escola. Precisa-se de um ajuste. Então, é nesse sentido que, muitas vezes, as famílias acabam optando por estar nesse período afastado e depois a gente trabalhar no processo de retorno à escola. Mas a gente tem desafios constantes na escola, como as meninas trazem, com relação ao autismo; casos, assim, extremamente significativos, com outros aspectos que ele traz, em função dos quais muitas vezes a gente não consegue possibilitar a esse menino uma condição melhor de aprendizagem. Então, os desafios são constantes.

Hoje na rede estadual – hoje, 2022 –, nós iniciamos o ano com mais ou menos 1,2 mil atendimentos de Professor de Apoio Educacional Especializado, que é o professor Paee, que a gente fala aqui na rede estadual.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos hoje, em início de junho, com 1,8 mil. Então, nós tivemos um número significativo de demandas que nós precisamos atender. E, como disse a Ana, a questão da especificidade: cada um é um, a gente precisa atender de acordo com o que ele demanda para nós. Existe a necessidade sim, existe, mas é para a especificidade que a gente tem que ter um olhar diferenciado. Então, aqui, com relação ao autismo, é isso.

E os desafios são diários, principalmente com os professores que atuam nas disciplinas e que ainda precisam ter esse olhar e essa formação em exercício; bem como muitas vezes dos nossos professores especialistas em educação especial, que ainda também deparam com algumas situações, alguns casos que realmente, no momento, não sabem, ou lhes faltam subsídios para essa condução da situação. A gente vem em constante trabalho de formação em exercício com esses professores, considerando os desafios, e a gente está aí com a questão do domiciliar justamente para atender a esses meninos, que, neste momento, precisam – e, aí, num processo de reinserção no ambiente escolar, que a gente sabe que é um ambiente em que eles precisam estar, não é? É como disse o Senador: eles precisam desse ambiente. As famílias também precisam ter um tempo para respirar, para buscar outros apoios. Então, ele precisa, sim, desse espaço da escola.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Prof. Claudia, também Maria Odhile. Muito bom.

Foi muito boa a explicação também da medicação, da adaptação, do desejo da família, da orientação do médico... Muito bom.

Profª Rosana Cipriano, do MEC, para as suas considerações também.

A SRA. ROSANA CIPRIANO JACINTO DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Ouvir as falas anteriores nos motiva ainda mais, porque, sem dúvida nenhuma, as articulações intersetoriais das diversas áreas são fundamentais para o atendimento dos objetivos que todos nós almejamos, especialmente na temática que esta audiência propõe. A própria LDB já prevê e já nos faz alertas o tempo todo quando nos orienta o cumprimento da obrigatoriedade do ensino, independente da condição desses estudantes. Então, o atendimento domiciliar e o hospitalar – muito bem feita a distinção aqui pela colega que me antecedeu – são, sem dúvida, uma atenção importante aos pesquisadores e ao poder público, aos legisladores, para que não se perca de vista o que está na lei e especialmente quem está lá na escola, que é o alvo das nossas ações.

Nós sabemos que o número de estudantes com TEA é o número que mais cresce no censo, e sabemos também que educação e saúde precisam estar alinhadas para o atendimento pleno desses





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudantes. Nesse sentido, eu destaco ainda que a Lei 12.764 nos deixa também claro que o estudante com TEA não é um estudante doente: ele é uma pessoa com deficiência. E, por isso, ele é público da nossa política, é público da nossa educação especial. Portanto, é uma condição que requer toda essa atenção.

Inclusive, Senador Flávio, uma audiência dessa natureza, dessa magnitude – porque informação é também um dever do Estado, onde cada um de nós levamos informação e formação –, na sequência certamente vai trazer um cenário modificado no âmbito da escola, da saúde e da sociedade.

Destaco, de todas as falas, o que é uma compreensão geral: a efetividade da prática faz da lei algo de sentido, de significado, que é atribuir responsabilidade às áreas envolvidas. Então, eu considero que destacar educação e saúde nesse atendimento, sim, é importante e, para além disso, as interlocuções e as ações dessas duas áreas, fazendo legitimamente a diferença no atendimento, como foi dito anteriormente, de um público, de um estudante que cresce vertiginosamente aí nos dados e no âmbito das escolas públicas do nosso país. E, para tanto, caminha-se na direção – o Ministério da Educação aliançado aí com as outras esferas e daí com os outros setores – no sentido de se ter essa estrutura bem organizada para o atendimento integral. Isso realmente só se dá quando se entende legitimamente o conceito de parceria, uma parceria consciente, uma parceria alinhada com os princípios e preceitos da legislação e das experiências, como trouxe a Profa. Ana Carolina, de quem está nos hospitais, de quem está nas escolas. E que bom que essa audiência congrega profissionais com essa experiência para além da *expertise*, tanto acadêmica quanto prática, que nos faz conhecer.

Eu tive a oportunidade de também desenvolver um projeto, por um tempo, dentro de um hospital para o atendimento pedagógico desses estudantes, como também professores no sistema público de ensino. E, sem dúvida, as informações lançadas nessa audiência se conectam e nos trazem a compreensão do quão importante é o realizar e do quanto se tem para fazer, para se construir nessa direção.

Então, mais uma vez, nos colocamos aqui à disposição como Ministério da Educação, por meio da Semesp, viu, Senador? Temos aqui sempre a oportunidade de receber os colegas para essas conversas ora informais, mas que nos direcionam para atos formais, a exemplo das orientações para o atendimento domiciliar e hospitalar. E, como também foi citado pela Cinthya anteriormente, estamos aqui abertos para esse diálogo, para essa revisão. Todas as coisas cooperam para o bem dos que têm boas intenções. E eu sei que nós estamos congregados e reunidos com esse objetivo.

Então, nós desejamos que, muito em breve, esse ato histórico de 20 anos, essa pausa nas orientações esteja substituída por um novo documento, um documento que considere essa legislação que sofreu alterações importantíssimas tanto no âmbito nacional quanto mundial. Eu tenho a oportunidade de estar num estudo em outro país que se debruça sobre essas preocupações e até convido a Ana Carolina para a gente conversar depois, porque eu percebi que ela traz aí uma citação europeia, onde também eu tenho alguns vínculos. E a gente tem tentado trazer essa contribuição. É nesse sentido e nesse rumo que nós precisamos caminhar.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

E, já finalizando, agradeço a oportunidade. A nossa equipe é composta pela nossa Diretora, por mais uma Coordenadora-Geral, mas é um trabalho muito uníssonos sob uma gestão da Semesp.

E eu queria contribuir com um rápido relato, Senador. Eu tenho uma filha de 11 anos, que não é público da educação especial, mas é uma criança desse tempo, uma criança atendida com todas as transformações que a contemporaneidade faz, inclusive e principalmente na infância.

Ontem, para compor a minha fala, eu chamei a minha filha para me ajudar. Eu disse: "Filhota, fala para a mamãe do que você sente falta na escola, depois desses dois anos de uma pandemia com que ninguém sonhou, imaginou, e que tem nos chamado tanta atenção?". Ela foi uma criança muito impactada, eu percebi traços de depressão, muito choro no período de isolamento mais forte. E ela disse assim: "Mamãe, se eu tivesse que falar alguma coisa para os professores, eu diria para que eles saibam acolher melhor os seus alunos e para que, quando a criança estiver triste na carteira, não a exponham para todos os colegas". E eu fiquei imaginando que ela pode ter vivido essas experiências também... Que ela acolha, que ela vá falar baixinho no ouvido dela para saber o que está acontecendo e lembrar que a pandemia magoou muito os nossos corações. Então, eu ouvi muito, ao longo dos dois anos, a minha filha dizer isso. E rapidamente eu pulei para o meu universo dos estudantes da educação especial, que certamente também foram muito magoados – foi a palavrinha que ela utilizou. "Então, que os nossos professores, mamãe, nos ensinem com mais amor e, quando a gente tiver dificuldade, não fiquem insistindo para a gente dar conta porque a gente não dá conta".

Eu quero encerrar com essa fala, dizendo que a minha filha representa as crianças desse país, sim, porque estão eles tentando superar de forma muito resiliente algo que vai levar bastante tempo. E quero terminar agradecendo a honra de ter composto com vocês essa mesa, esse fórum de debate, de contribuições e aprendizado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem!

Agradeço à Profa. Rosana e quero dizer que foi muito interessante, muito proveitoso e estimulador.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal tem a Presidência do Senador Marcelo Castro, do Piauí. Esta audiência pública é de uma Subcomissão, a Subcomissão da Educação na Pandemia – e nos desafios também decorrentes de tudo isso –, que é composta pelo Senador Confúcio Moura, que participou desta audiência pública; pelo Senador Wellington Fagundes, e pela Senadora Zenaide Maia, que é a Vice-Presidente, inclusive.

Eu quero agradecer. Fico à disposição, agradecendo à Profa. Cinthya, à Ana Carolina, à Maria Odhile, à Profa. Claudia, e também à Profa. Rosana. Deixo um abraço a todos os que compõem a Comissão de Educação, por toda a infraestrutura, o Thiago e todos os demais membros da Comissão, e também a todos os meios de comunicação do Senado Federal que acompanharam esta sessão, este debate,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta discussão, que também darão a repercussão devida a todos esses debates e apresentações que aconteceram na manhã de hoje.

Agradeço a todos, a todas, e a vocês, expositoras, de uma maneira muito particular. Parabéns pelo trabalho, e vamos em frente! Nós estamos juntos com vocês nessa caminhada, com certeza.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado e abraços.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 48 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia treze de junho de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota., sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Confúcio Moura e Wellington Fagundes. Deixa de comparecer a Senadora Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 13ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. **Temática - RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM:** instituir programa nacional para superar os prejuízos educacionais da pandemia, com aumento da oferta de educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente. **Participantes:** Roberta Guedes, Representante do Fórum Nacional de Educação - FNE; e Leda Regina Bitencourt da Silva, Coordenadora da Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação - MEC. **Resultado:** Reunião realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/06/13>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Esta Subcomissão, eu quero esclarecer, é uma subcomissão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é constituída, além de pela minha pessoa, pela Senadora Zenaide Maia, Vice-Presidente, pelo Senador Wellington Fagundes e pelo Senador Confúcio Moura. Tinha também a participação do Senador Anastasia, que, agora, como todos sabemos, é membro do Tribunal de Contas da União.

Já é a 15ª Reunião e a 12ª audiência pública desta Subcomissão, que hoje vai discutir o tema: Recomposição da aprendizagem: instituir programa nacional para superar os prejuízos educacionais da pandemia, com o aumento da oferta de educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente.

Eu quero lembrar, para contextualizar, inclusive, a audiência de hoje, que o que eu acabei de ler é fruto das conclusões a que chegamos como Subcomissão no ano passado, quando foram apontadas seis áreas principais de abordagem decorrentes das necessidades da pandemia. Primeira delas: acesso dos alunos à escola, com ênfase na busca ativa de alunos. Segundo aspecto: permanência do aluno na escola, com programas de educação em tempo integral, merenda, transporte, enfim, todos esses aspectos que foram levantados nas audiências públicas. Um terceiro aspecto: conectividade, acesso aos meios de internet, internet banda larga, e tecnologias tanto na escola como nas casas dos alunos. O quarto item: recomposição de aprendizagem. Inclusive, no ano passado, o próprio MEC levantou a situação de um sistema de avaliação nacional para justamente apontar as dificuldades, necessidades, desafios dos alunos nas diversas disciplinas acadêmicas e como isso poderia ser abordado. O quinto item é a infraestrutura das escolas, olhar o banheiro, o refeitório, a sala de professores, o esgotamento sanitário, água potável, eletricidade, porque milhares de escolas, apesar de tudo, não apresentam essa infraestrutura básica mínima, e a escola tem que ser bonita, bem construída, prédio referência na comunidade, com bibliotecas também, quadras de esporte, enfim, tudo mais. E o outro item, o último: orçamento da educação.

Então, não fomos nós que levantamos os seis itens; foram itens sempre abordados nas diversas audiências públicas. Aliás, se a gente conseguisse, através dessa articulação de esforços do Governo Federal, estaduais e municipais, abordar esses itens que foram levantados, eu tenho absoluta convicção de que o quadro da educação poderia ser sempre melhor.

Até o Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, usa uma expressão que eu tenho repetido. De zero aos 18 anos, no período da educação básica, a frase que ele usa é: "Nada pode faltar!". Nada pode faltar – nada –, nada de tudo isso que a gente vem falando. Mas isso custa. Custa, mas é muito melhor investir esses recursos na educação para, daqui a 18 anos, quando essa geração passar pela educação básica, termos um país muito melhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem! A audiência de hoje será interativa, assim como as demais anteriores, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, 0800 0612211. Cumprimentamos, inclusive, todos e todas que nos acompanham.

Nós vamos conceder, para as pessoas convidadas, o tempo de 20 minutos – de 15 a 20 minutos –, porque assim poderão falar com calma. Nossas audiências têm tido a duração de uma hora, uma hora e quinze, uma hora e vinte, para todo mundo ter a sensação de quero mais, como o povo fala. Em seguida também, a gente passa a palavra, eventualmente, aos Senadores e Senadoras que queiram se manifestar.

Está participando desta reunião, por meio de videoconferência, a Sra. Roberta Guedes. Seja muito bem-vinda! A gente já a conhece também há bastante tempo, ela é representante do Fórum Nacional de Educação, do qual tenho a alegria de fazer parte também, representando a Comissão de Educação, Cultura e Esporte; a Sra. Myrian Caldeira Sartori, Diretora de Políticas e de Diretrizes da Educação Básica do MEC; também a Sra. Leda Regina Bitencourt da Silva. Sejam muito bem-vindas, Leda e Myrian! A Sra. Leda é Coordenadora da Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação do MEC.

Eu quero, inclusive, antes de iniciar, já ler algumas perguntas e comentários que vieram pelo e-Cidadania, que eu mencionei agora há pouco e que podem fazer parte também das observações, dos comentários e das falas das expositoras.

Katlyn Mamani Canasa, do Mato Grosso do Sul: "Em relação à pandemia na educação, causou mudanças tanto para alunos e professores, que tiveram que se adaptar". É um comentário.

Elionara Lima, do Amazonas: "Os impactos educacionais devido à covid-19 mudaram muitas coisas na vida das crianças e jovens".

Isabelle Sant'Anna Silva de Lana, do Rio de Janeiro: "Penso que a pandemia ocasionou impacto na educação, principalmente no ensino público".

Adriano Rosa, de São Paulo: "A questão agora é: como podemos nos antecipar ou nos prevenir diante de um possível acontecimento no futuro?". Como podemos estar preparados na educação?

Margareth Avelino, do Amazonas: "Tenho comigo que foram bastante impactantes as aulas remotas. Contudo, isso foi muito difícil para os alunos com difícil acesso à internet".

Adriano Rosa, de São Paulo: "A pergunta é: por que não temos um plano para nos prevenir, caso possa ocorrer algo parecido no futuro?".

Adriano Rosa, de São Paulo, a mesma pessoa: "Tivemos o impacto da pandemia no setor educacional sim, e o setor sofreu. Por que não temos um plano de emergência para nos prevenir?".



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem! São comentários. Os comentários e as perguntas são muito bem-vindos no decorrer da nossa audiência pública.

Então, eu passo, em primeiro lugar, a palavra à Sra. Roberta Guedes, agradecendo a participação de novo, que é representante do Fórum Nacional de Educação.

Roberta, eu gostaria até que você explicasse para os que nos acompanham a constituição do Fórum Nacional, onde toda a sociedade está representada, onde o Governo também está representado, onde há bons debates. É uma boa instância de discussão, de diálogo, de entendimento. Eu considero isso muito importante.

Com a palavra a Roberta.

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos e a todas!

Eu faço parte do Fórum Nacional de Educação, que é um espaço privilegiado de interlocução da sociedade civil com o Estado brasileiro. É uma reivindicação histórica o Fórum Nacional de Educação, previsto na nossa Constituição. Ele é um fórum permanente. Ele existe desde 2010, publicado no *Diário Oficial da União*. Ele tem como principal objetivo o monitoramento do Plano Nacional de Educação. Nesse sentido, são educadores que representam diversas entidades. Eu, por exemplo, sou da Anec (Associação Nacional de Educação Católica). Nós temos representação quilombola e indígena; a Anup, das universidades; a Abiee, das evangélicas; 50% do Governo e também a comunidade LGBTQI+. Então, é um fórum constituído em prol da educação brasileira. Acho que esse é um ponto *sine qua non*.

Para esta conversa de hoje – eu peço licença para falar que é uma conversa, porque, como educadora, eu acredito no diálogo –, mais do que nunca, nós precisamos de políticas públicas que dialoguem com o setor público e com o setor privado. Então, quando falamos desses seis grandes pontos, não dá mais para pensar que é uma questão apenas do Governo, do Estado; é uma questão da sociedade brasileira.

A Profª. Leda e a Profª. Myrian, que estão à frente do MEC, sabem o quanto é complexa a política pública educacional no nosso país, pela extensão, pela diversidade, por todas as questões que nós temos emaranhadas a partir da pandemia, que só deixou isso mais complexo ainda.

Então, vemos, como Fórum Nacional de Educação, que é preciso um esforço coletivo e um esforço que dialogue; que seja uma política pública, uma política para todos, de educação de qualidade social. Nesse aspecto, nós entendemos que o Governo Federal, o estadual e municipal sozinhos não dão conta. Eles precisam desse pacto interfederativo e precisam, sim, de uma construção com impacto social, que envolva inclusive as instituições privadas. Aí nós conseguimos caminhar, porque, enquanto nós continuarmos vendo a educação por pedaços, nós não teremos uma educação verdadeiramente social.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos entender que uma criança tenha ficado esse tempo todo, mesmo com as aulas remotas, ainda apartada do seu direito primeiro, que é o da aprendizagem. Nós precisamos nos unir nesse sentido. Quem é gestor sabe o esforço que fez para ser oferecida essa educação, e ninguém mediu esforços, mas nós também precisamos ter clareza e consciência de que, se havia – se havia – um distanciamento da educação pública para a privada, sinto dizer: hoje não há um distanciamento; hoje há um rombo entre a educação pública e a educação privada, um rombo enorme, no sentido de que (*Falha no áudio*).)... nós tivemos perdas significativas de aprendizagem.

E aí, pensar nessas perdas significativas, senhores e senhoras, é pensar hoje que os nossos professores estão adoecidos, emocionalmente adoecidos. Nós precisamos ter muito clara essa situação. O adoecimento emocional docente... E aí também o dos gestores educacionais, porque só quem está sentado numa cadeira de gestão na escola sabe o que tem passado nesses últimos tempos. Só quem está dentro da sala de aula sabe o que tem passado nesses últimos tempos. E aí nós não podemos negar também que as nossas famílias e os nossos estudantes estão profundamente impactados e dilacerados emocionalmente com a pandemia. Isso é um fato, e contra fatos não há argumentos.

Então, quando pensamos aqui nessa recomposição da aprendizagem, no acesso e permanência desse aluno, obviamente nós estamos falando da educação pública, mas obviamente nós estamos falando também da responsabilidade da educação privada junto com a educação pública, porque muitas vezes esse professor da rede pública também está na rede privada. Os senhores e as senhoras sabem disso. E nós não podemos deixar nenhuma criança fora do acesso à educação, seja do público, seja do privado.

Senador, nós temos que unir forças hoje, reais, para que haja verdadeiramente ações lá na base.

Eu morei no Norte. Eu me formei em Manaus, no Instituto de Educação do Amazonas. E nós sabemos o quanto já é desafiador, nas nossas regiões, a educação. Em pandemia, então, foi muito mais desafiador; em pandemia, foi muito mais gritante.

Então, que ações concretas nós podemos fazer? Primeiro, com a formação docente. Vamos juntar as forças de pesquisa e de extensão da universidade pública e da universidade privada para formar os nossos professores. Vamos ampliar os programas de residência pedagógica, de Pibid, para levar esse aluno da licenciatura para as escolas públicas. Vamos trazer a formação compartilhada da escola privada para escola pública. Isso é possível. É fato que isso é possível de ser feito. Vamos falar de educação. São sistemas diferentes, com complexidades diferentes, mas nós precisamos urgentemente unir forças. E falar de formação docente é entender que o Conselho Nacional de Educação trouxe uma diretriz curricular de formação inicial: trouxe a Base Nacional Comum Curricular para a educação básica e a Base Nacional Comum Curricular de formação docente.

E, senhores e senhoras, nós estamos implantando isso em plena pandemia – porque eu não tenho receio nenhum de falar que nós continuamos na pandemia; com outras complexidades, mas continuamos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que nós vamos falar de perdas de aprendizagem se a gente não falar desse professor, que precisa ter valorização, que precisa ter condições trabalho, que precisa ter formação adequada? Porque está caindo no colo dele um novo ensino médio, só que ele não foi formado para isso. Então, nós precisamos urgentemente começar do começo, que é formação inicial e formação em serviço, e aí potencializar os programas, as políticas e as ações da rede pública e da rede privada.

Algo que é fato e que a gente não pode deixar de trazer aqui nessa discussão de recomposição de aprendizagem é que as pessoas não querem ser professores. Estou mentindo? Vejam o quadro de número de pessoas que aderem a uma graduação de licenciatura, senhores e senhoras. É cada vez menor e, na pandemia, foi menor ainda. Nós estamos chegando ao colapso da educação brasileira de falta de professores – e professores qualificados.

Para falar da educação básica, eu tenho que falar, sim, do ensino superior. E o Fórum Nacional de Educação está muito preocupado com isto: não é apenas com o cumprimento das metas do plano nacional de educação, mas sim com ações concretas que nós possamos, senão atingir as metas, chegar ao mais próximo possível.

É nesse sentido que a gente fala também de otimização das infraestruturas. Nós temos colégios que não têm quadra e estamos falando da educação física. Nós temos colégio que não têm sala de aula e nós estamos falando de perdas de aprendizagem. Então, nós precisamos potencializar o uso dos equipamentos estaduais, municipais e também da rede privada, porque nós temos diversas instituições da rede privada que têm salas ociosas.

E nós podemos fazer parcerias, convênios; fazer essa busca ativa dos alunos que não estão frequentando a escola; trazer processos complementares de aprendizagem. É muito significativo que nós não estejamos economizando forças para que a educação dê certo no nosso país. Penso que todos nós, homens e mulheres dessa instituição ou dessas instituições e desta reunião, temos clareza disso.

E aqui enquanto fórum nós vimos trazer esta fala, o diálogo de uma política educacional que não seja de partido político, mas que seja de nação brasileira. A valorização da escola – esta é a pauta emergencial –, a valorização da escola e da aprendizagem. Isso não pode sair do foco das nossas decisões do Senado, da Câmara e de todas as instâncias.

Obrigada pelo momento de fala. E contem com o Fórum Nacional de Educação, com as associações que compõem o Fórum Nacional de Educação para fazermos uma política de educação de qualidade social.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço, Roberta Guedes, pela apresentação, que é muito importante, aponta para situações bastante necessárias, para atitudes dentro da área da educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já fui Secretário de Educação no Paraná também. E a falta de professores a gente sempre dizia que estava relacionada também à necessária valorização dos professores e profissionais da educação, com plano de carreira, salário, concursos públicos, para que a pessoa tenha segurança, perspectivas de vida; piso nacional salarial, mas uma carreira para frente; que não haja tantos professores, como ainda existem aí nos estados, pelos processos seletivos simplificados. Eu acho que tudo isso até, se pudesse, depois, na sequência, abordar um pouco... Professores adoecidos, angustiados, agoniados, inclusive na área da saúde mental, em função da pandemia. Isso sempre foi levantado. Quando você está angustiado, com depressão, medo, tudo isso... Essa necessária articulação entre a saúde e a educação, não só para os professores, mas para os alunos, para as famílias, todo mundo. Inclusive, esse temor, como os comentários apontaram, de eventualmente ceder a alguma coisa nova, repetitiva, e como é que a gente está se preparando para isso.

Muito bem. Antes de passar a palavra à Sra. Leda Regina Bitencourt da Silva, eu queria apontar também à senhora uma situação. A senhora é Coordenadora da Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação do MEC, à qual esse tema está bastante relacionado. Até já fazendo um comentário, só para pensarmos juntos aqui, quando eu fui Secretário de Educação, eu verifiquei que não havia nenhum sistema de avaliação, no Estado do Paraná, da educação pública estadual. Fizemos naquela época um contato com a Universidade Federal de Juiz de Fora, que vinha desenvolvendo um sistema de avaliação em vários estados do Brasil, e começamos, junto com a Universidade Federal de Juiz de Fora, a fazer isso no Paraná também. E realmente havia a possibilidade de a gente ter, através do sistema de avaliação proposto, uma ideia muito clara da educação no Paraná, em cada região, em cada município, em cada escola, em cada turma, para cada aluno, inclusive. Dentro da possibilidade de se ter para cada aluno, a gente podia dizer "O João tem necessidades que devem ser abordadas na matemática em tais e tais áreas; em português, aqui e lá", para que a gente pudesse, assim, atender bem à necessidade específica de cada aluno.

E a gente fala em recomposição de aprendizagem. E aí houve várias reuniões com as universidades estaduais, que, no caso do Paraná, são sete, mas temos as universidades federais, as comunitárias, as particulares. Falamos com os pró-reitores para que fizesse parte da formação de professores e profissionais da educação o caso bem concreto de como atender à necessidade específica identificada na avaliação, dentro do aspecto da formação continuada. Nós temos muita formação continuada, formação inicial e formação continuada, mas havia a necessidade de abordar o problema bem específico.

No ano passado, Leda, até quando o MEC participou de uma audiência pública, o MEC mencionou que estaria se dedicando a isso também para ter um sistema nacional, para que o estado não buscasse isso individualmente, mas para que tivesse um esforço nacional nesse sentido atrelado à formação. Avaliam-se a criança, todo o Estado, a escola, a turma; e aborda-se com o professor ou educador como lidar com aquela necessidade. Então, na sua fala, se pudesse abordar se esse esforço continua ou não, se há uma intenção do MEC nesse sentido ou se já vem acontecendo, e a gente desconhece...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra à Sra. Leda Regina Bitencourt da Silva. Seja bem-vinda, em primeiro lugar. É um desafio. Eu sou professor também, sei que a formação docente é essencial, assim como a valorização, como eu mencionei agora há pouco, dos profissionais da educação.

Eu gosto das palavras "profissionais", também professores, mas nós temos uma infraestrutura de demais profissionais dentro da escola que precisa ser valorizada.

Então, com a palavra, Leda. Obrigado pela presença.

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador. Obrigada pelo convite. Bom dia, Roberta. Bom dia, pessoas que estão nos acompanhando. Para nós é o momento de nós estarmos apresentando. Então, a gente agradece em primeiro lugar o convite.

Eu vou ver se eu consigo compartilhar aqui. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está aparecendo.

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Vocês estão vendo?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Estamos vendo. Estamos vendo.

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

Então, no contexto de pandemia, a gente sabe que 99% das escolas ficaram fechadas, suspenderam atividades presenciais; 90% não retornaram em 2020 e 4% das escolas que retornaram concomitantemente com o presencial e não presencial.

Aqui é só uma média do número de dias em que as escolas ficaram com atividades não presenciais. Então, nós tivemos no Brasil uma média de 279 dias não presenciais.

E, com isso, quais foram os desafios que a gente tem da educação básica? E para isso foi publicado um decreto em cima desse desafio. É o Decreto 11.079, de 23 maio de 2022; é agora, recente. Quais são esses desafios? Nós temos que elevar a frequência escolar com a redução de índices de evasão e abandono, que nesse retorno se comprovaram muito altos. A Roberta até falou que tanto professores quanto estudantes estão voltando com outro perfil. A gente não sente essa segurança. Há a recuperação e a aceleração das aprendizagens, então a gente sabe que houve uma defasagem com a inclusão digital, uso tecnologias, inovação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra coisa também: nos comentários que o Senador leu logo no início, algumas pessoas comentaram que o sistema tem que se preparar, porque podemos ter outra situação dessa. Então, é o que a gente está chamando de aumento de resiliência dos sistemas de ensino.

Eu sou professora de educação básica aqui do DF e eu acredito que, no dia 10 de março de 2020, se alguém nos falasse que, dia 11 de março, a escola estaria fechada, a gente não iria acreditar. Então, os sistemas precisam se organizar, ter essa resiliência para que, se acontecer outra situação dessa, também tenham mais condições de agir.

E essa política nacional com o que vem? Ela vem com alinhamento estratégico dos sistemas de ensino pensando em acesso e permanência, atendimento individualizado aos estudantes e às suas famílias. Então, a gente sabe que tem estudante que não tem acesso – a gente sabe disso –, mas também nós temos realidade de estudantes que têm acesso, mas que não conseguem estudar de forma virtual. Também é uma realidade. E, para isso, a gente precisa pensar tanto no estudante quanto na família.

A formação docente é um pilar nisso, a gente concorda, tanto na formação inicial quanto continuada; a resiliência dos sistemas de ensino, e, para isso, pesquisas e avaliações internas e externas. Como o Senador Flávio já falou também, a importância de a gente, neste momento, ter esse sistema de ensino funcionando.

Bom, quais são as ações que o MEC tem feito? Tem o Disque 100 Brasil na Escola, que a pessoa liga e pode fazer de uma criança, de um adolescente, que esteja fora, e o Observatório Nacional, a Plataforma de Integração com Rede de Proteção e o Sistema de Alerta Preventivo.

E, para isso, nós temos esses parâmetros de avaliação.

Aí tem, Senador, junto com o CAEd, da Universidade Federal de Juiz de Fora, essas avaliações diagnósticas e formativas, em que a escola que faz adesão. Aí pode fazer. Tem as avaliações lá, que podem ser baixadas, e isso está disponível tanto para escolas públicas quanto privadas. E faz-se a avaliação em português e matemática e já sai um resultado de quais são as maiores dificuldades, quem está no nível 1, 2, 3, 4... Então, isso está disponível hoje, desde o final do ano passado, para todas as escolas, como eu falei.

Nós temos o Programa Pensando na Família, Educação e Família. Então, esse programa faz parte do programa PDDE, que é Programa de Dinheiro Direto na Escola.

Educação em Família pensa em fomentar e qualificar a formação da família. Então, a escola que fez a adesão.

Em 2021, houve 5.081 escolas. Foram 14 milhões investidos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A escola, para fazer a adesão, apresenta um projeto de como é que ela está pensando em trazer essa família para a escola, coisas que são viáveis. Então, tem escola que está preparando gincana, tem escola que está preparando alguma peça teatral com a participação da família... Cada escola, a partir da sua realidade, apresenta esse projeto, e o MEC, através do PDDE, põe o dinheiro, e, depois, ela presta conta de como é que foi investido.

A inclusão digital, o uso pedagógico das tecnologias...

Aí nós temos o Avamec, que é o programa do Ministério da Educação de formação continuada.

Só para vocês verem, em março de 2020, em todas as formações ofertadas no Avamec, nós tínhamos 43.173 profissionais da educação. Eu peguei os números de agora, de 2020: só as formações para o novo ensino médio, nós temos 219.531 profissionais inscritos, participando dessas formações. Então, de 500 mil professores de ensino médio... E, aí, mais uma vez englobando professores das redes tanto privada quanto pública, nós já temos hoje 219 mil profissionais fazendo formações.

O MEC também fez uma parceria junto com a Federal do Piauí, para que esteja certificando com especialização professores que fizeram essas formações para o novo ensino médio.

Temos uma formação da educação infantil em que temos mais de 73 mil professores inscritos e lançamos também uma formação para o retorno, pensando no retorno desses profissionais, no bem-estar no contexto escolar, pensando no retorno de profissionais, de estudantes, de pais, de todos. Temos mais de 115 mil profissionais inscritos. Então, é um programa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Leda, só um minutinho. Só para... Eu não sei se esses números que você está mencionando estão em alguma projeção, porque aqui...

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Não estão, mas eu posso passar depois, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Então, não tem problema. É que eu achava que talvez tivesse algum problema, porque está aparecendo o quadro da inclusão digital e uso pedagógico das tecnologias.

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está bem. Desculpe-me por tê-la interrompido.

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Não, fique à vontade. Está bem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o outro é o LabCrie. Mais para frente, eu vou falar dele.

Outra coisa começou a funcionar agora: um aplicativo em que o professor faz a adesão e põe o texto do aluno, e esse aplicativo já faz a avaliação das produções textuais, o que também está disponível para toda a rede de ensino. E aí sai a correção aqui. Quando faz a correção lá da redação do aluno, já sai a tipologia, se tem coesão, se aquele texto está no nível 1, 2, 3 ou 4, o que está bom, o que precisa melhorar. Já sai uma ficha de avaliação completa de acordo com o nível educacional do estudante.

E o LabCrie é um espaço para a formação continuada de professores. Esse espaço está voltado para o uso das tecnologias. Ele pretende promover a formação de professores e gestores, porque aí também o gestor precisa conhecer e fomentar a inovação e a tecnologia para os 26 estados e o Distrito Federal. A gente teve adesão de 25 estados e do Distrito Federal. Então, estamos em fase de montagem e de inauguração. Já inauguramos alguns e os estamos entregando. São espaços de formação que pretendem contemplar, como eixos formativos, a cultura digital, a metodologia ativa e a cultura *maker*, em que vêm o pensamento computacional e a robótica. Então, ele já vai com um guia para implementar. Esse vai como *kit* de equipamentos, mobiliário e cesta de insumos. Esse é o espaço. Aqui é a foto dos que já foram inaugurados.

A gente se coloca à disposição do Senador para as questões.

Muito obrigada.

Deixe-me encerrar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Eu agradeço...

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Saiu, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Como?

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Acabou a apresentação, não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Certo. Voltou... Está Avamec, não é?

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Ah, voltou? Não parou a apresentação? (*Pausa.*)

Parou, não é? Pronto.

Obrigada.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Parou.

Muito bem. Eu agradeço à Leda Regina Bitencourt da Silva, que é Coordenadora da Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação.

Se fosse possível – não sei se é da sua área – particularmente detalhar um pouco mais o esforço que vem sendo feito junto com o sistema de avaliação da Universidade de Juiz de Fora e que a senhora colocou que já estaria disponível para as escolas. Eu só quero destacar que isso é muito importante não só para saber o desafio do aluno, mas para como uma escola pode trabalhar na formação de professores para atender àquela necessidade específica.

E eu sempre tenho levantado a situação, Leda, de que a gente tem que ter a valorização dos profissionais – do professor, o profissional da educação – concursados, para terem salário, plano de carreira, uma perspectiva de vida inclusive para atrair os jovens no sentido de que, se eles entrarem numa carreira docente, possam, pelo salário que perceberem, ter uma vida digna, boa, adequada, uma perspectiva de vida boa.

Contudo, a gente vê que há muitos professores seletivos ou o que eles falam de processo de contratação simplificada, porque, às vezes, faltam professores. E isso é, aliás, importante, porque alguém pode ficar doente, ter um acidente... Tem que ter o Processo Seletivo Simplificado. Porém, isso passou a ser a regra – passou a ser a regra. O MEC tem algum número que indique, na rede de profissionais da educação básica, quantos são concursados, quantos estão no Processo Seletivo Simplificado? Esse número existe?

Muito bem...

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Sim, Senador, esse número é coletado pelo Censo Escolar. Então, o último número que nós temos, que é do Censo Escolar de 2021, traz o dado de que 44% dos professores das redes públicas, somando-se estadual e municipal, são temporários. Aí nós temos tanto o processo simplificado como ainda temos alguns de CLT.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – São 44%, quer dizer, a metade da rede básica. É bastante, não é?

Pensando na valorização do profissional da educação, esse professor, depois de um ano, dois anos, dependendo do estado ou do município, tem o contrato obrigatoriamente interrompido, o que dificulta todo o processo de formação continuar, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só se pudesse... A Roberta também, com quem a gente falou antes, não é, Roberta? Aí a gente volta à senhora, Profa. Leda. É bom porque a senhora é professora de educação básica, como a Roberta também o é, e percebe concretamente, dentro da própria escola, as necessidades.

Eu passo a palavra de novo à Roberta para as considerações que quiser fazer, não sem antes fazer mais algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania.

Adriana Santos da Silva Lessa, do Rio de Janeiro: "Para as crianças que estavam se alfabetizando quando veio a pandemia, existe algum plano para que o ensino não fique tão prejudicado?". Quer dizer, alfabetização. "Temos visto aumento nos casos de covid. As escolas estão preparadas, se houver um novo isolamento?".

Priscila Sodré, de Minas Gerais: "Se for necessário fechar as escolas novamente, existe algum plano eficaz para as aulas desses alunos de maneira que não gere tanto impacto? Tem algum estudo que sugira que a alfabetização pode ter sido comprometida em razão do ensino remoto?".

Sueli Encarnação, do Rio de Janeiro: "Que medidas serão tomadas para reduzir o impacto educacional causado pela pandemia na população negra e indígena?".

Celso Menezes, de Minas Gerais: "Qual medida será tomada caso volte o isolamento? Quais medidas serão tomadas no caso de alguma outra paralisação ser necessária? Sugestão: investir em equipamentos e internet para os alunos".

Josefa Gerislândia Natécia de Alencar Sá, da Paraíba: "Quais métodos estão sendo utilizados para diminuir o impacto negativo que a pandemia gerou na educação, principalmente infantil?". *(Falha no áudio.)*

A SRA. ROBERTA GUEDES *(Por videoconferência.)* – Travou só para mim ou para todos?

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA *(Por videoconferência.)* – Travou para mim também.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Roberta.

Está escutando, Roberta?

A SRA. ROBERTA GUEDES *(Por videoconferência.)* – Vocês me escutam bem, Profa. Leda?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Sim, escutamos bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROBERTA GUEDES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Apenas, primeiro: a alfabetização foi, sim, muito atingida e nós temos vários dados que mostram isso, vários relatórios de instituições de pesquisa em educação. O Todos pela Educação apresentou esses dados e o MEC tem ciência do quanto a alfabetização foi afetada.

Obviamente, nós vemos aí algumas questões.

Primeiro, o ensino remoto foi iniciado de forma tardia – isso é um fato – e, segundo, o ensino remoto não consegue contemplar todo o processo de alfabetização que é necessário – isso também não é um fato. Então, ele foi algo importante, que precisava ter sido feito de forma mais intempestiva. Nesse sentido, a escola privada, com todos os desafios, implementou, sim, mais rápido que a educação pública, e a gente entende que os sistemas são diferentes e que têm complexidades diferentes.

Pontos que a gente sinaliza que são significativos. Nós estamos, sim, numa quarta onda – isso é fato –, e a gente não pode negar essa questão. Então, as questões sanitárias de saúde não podem ser questões políticas. Elas têm que ser questões de saúde sanitária. E a escola já passou por um momento de fechamento e será uma perda muito grande se ela tiver que passar novamente por outro momento de fechamento. Então, isso tem que estar no nosso radar, isso tem que estar no nosso cuidado enquanto gestores da educação.

Um terceiro ponto que eu apresento é que, se não tivermos programas – programas! – de reconstrução, de ressignificação e de recursividade de aprendizagem para a alfabetização, nós teremos um problema aí para dez anos de meninos que estão com graves problemas na alfabetização.

E aí não tenho receio nenhum, como pesquisadora e como técnica da área, de dizer que não é só uma questão da alfabetização, é um profundo impacto em letramento e também, se observarem as crianças que vieram para a educação infantil – e aí eu estou falando da primeira infância –, verão que elas trouxeram problemas seriíssimos socioemocionais. Elas estão tendo um problema muito grande na adaptação, agora, na escola, esses meninos da pandemia. Então, vejam que isso interfere profundamente na alfabetização, tanto na que está sendo feita agora quanto na daquelas crianças que foram alfabetizadas de forma remonta.

Os programas do MEC de literacia familiar são bons, mas não são suficientes – isso é um fato. Por isso, novamente, eu coloco para vocês: precisamos unir forças para que nós possamos trabalhar incansavelmente uma escola de tempo integral, com a qualificação docente e, consequentemente, com a retomada de um processo de aprendizagem recursiva de alfabetização. Eu não tenho receio nenhum de falar, porque os dados mostram claramente isto, Senadores e todos que nos ouvem, que nós temos meninos que estão hoje no 5º ano que são semianalfabetos, e isso é muito sério.

Quando a gente fala da diversidade – dos indígenas, dos quilombolas, dos negros –, também é fato, e nós precisamos pôr o dedo na ferida, que as composições de maior vulnerabilidade são as que mais





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sofreram. Os mais pobres, os negros, os índios, são esses que mais sofreram. Então, se houve uma perda de aprendizagem e um sofrimento para as classes B, A, C, para D e E foi muito mais brutal. E aí eu também tenho que colocar nessa fala as nossas crianças com necessidades educacionais especiais. A inclusão desse grupo de maior vulnerabilidade exige de nós políticas afirmativas urgentes, exige de nós um esforço redobrado, porque eles estão à margem do processo de educação de qualidade oficial.

Então, esses são elementos muito significativos que precisam estar contemplados. E nós estamos num momento de avaliar o Plano Nacional de Educação e construir um novo plano. Que esse novo plano não fique quatro anos esperando aprovação, como foi o que está vigente, mas que ele seja assertivo, que tenha metas muito claras e cabíveis, principalmente para essas questões de maior vulnerabilidade, e que as CONAEs que nós estamos realizando nos municípios e nos estados sejam propositivas de ações concretas e realmente trabalhem essa política afirmativa, essa política de uma educação para todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Roberta, as observações muito importantes e as várias perguntas também das pessoas que nos acompanham, a quem a gente agradece de novo, porque, quando se refere a populações indígenas, quilombolas, da periferia, pessoas com deficiência, são grupos dos mais vulneráveis e, particularmente, em certas áreas da deficiência, ou de necessidades, como você coloca, necessidades específicas, por exemplo, intelectuais, transtorno do espectro autista, as pessoas ainda estão com muita dificuldade de abordagem, inclusive com falta de programas na área do autismo, por exemplo. É um drama das famílias, das mães, das crianças a inexistência de iniciativas que atendam, na integralidade, em toda a sua caminhada, às necessidades da pessoa dentro do espectro autista e também à necessidade de formação de profissionais, de valorização dos profissionais nessa área.

Agradeço à Roberta.

Passo a palavra para a Profa. Leda Regina Bitencourt da Silva, do MEC também, para as considerações que julgar importantes.

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Nós sabemos que aconteceram, como a Roberta falou, defasagens. O que a gente está fazendo são esses programas de avaliações e estamos investindo também na formação de professores, tanto inicial quanto continuada, para que possam melhor atuar com esses estudantes. Estamos lançando, estudando várias formas de como avaliar, como fazer para minimizar esse impacto.

Então, da nossa parte, do ministério, todos os esforços estão sendo envidados para tentar amenizar. A gente sabe que houve perdas – e perdas grandes. É fato que a gente tem estudante hoje que está no terceiro ano, que só teve aula de forma virtual, que já era para estar alfabetizado de acordo com a base do segundo ano e que tem essas defasagens.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, o ministério lançou essa política nacional para a recomposição das aprendizagens, e a gente tem trabalhado muito nessa perspectiva, Senador. Estamos realmente trabalhando, todas as secretarias do MEC têm trabalhado nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – O.k.

Em relação à questão de Juiz de Fora, da universidade federal, é possível detalhar um pouquinho a mais, se for o caso, Profa. Leda?

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Eles têm essas avaliações formativas, que é um *site*. A escola entra lá, faz o cadastramento, baixa. Eles têm alguns testes, de acordo com a série – então, há para o primeiro ano, o segundo ano, todas as séries –, de português e matemática. A escola faz essa avaliação com os estudantes, lança lá os resultados, e sai um quadro.

Então, esse quadro, por exemplo, vai sair por grupos: Grupo 1, Grupo 2, Grupo 3 ou Grupo 4. Para cada grupo, já saem as orientações do que precisa ser trabalhado mais com aquele estudante que está nesse grupo. Então, já sai a relação toda pronta. Só a escola tem acesso a esse relatório, até por causa da Lei Geral de Proteção de Dados. A escola tem acesso a saber o que precisa ser trabalhado com cada estudante.

A outra plataforma agora, que começou neste ano, é a de correção dos textos dos estudantes também. E aí, por meio da inteligência artificial, também já sai o resultado de quais são as dificuldades apresentadas por aquele estudante e aquilo em que o professor precisar dar ênfase.

Então, são duas plataformas diferentes, mas que estão disponíveis a todas as escolas e professores, porque, às vezes, a escola não faz, mas o professor pode fazer. Há casos em que o professor fez o seu cadastro lá e lançou as avaliações dos seus estudantes, para que possa depois ter esse resultado. É uma forma já de dar um direcionamento. Às vezes, como as turmas... É lógico que a gente sabe que as turmas sempre foram heterogêneas, que não há turma homogênea, mas, neste momento, além dessa heterogeneidade estar mais acentuada, há a busca por uma educação mais personalizada, porque cada estudante está apresentando uma defasagem. Eles tiveram uma forma de interação com essa aula virtual. Então, as plataformas estão disponíveis para escolas e professores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Isso!

Há só mais uma pergunta, Profa. Leda. Não sei se a senhora tem a informação. Quantos professores ou escolas no Brasil acessaram essas duas plataformas?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEDA REGINA BITENCOURT DA SILVA (*Por videoconferência.*) – Eu não estou com essa informação atualizada, Senador. No momento, eu não poderia responder.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Mas não tem problema.

Eu só gostaria, em função da explicação e do fato de conhecer o programa, de recomendar, através desta nossa audiência pública, que as escolas acessassem esta possibilidade de terem essa avaliação da situação específica de cada aluno. Isso vale a pena porque aí você pode ter o direcionamento do professor para essa finalidade.

Eu só penso que isso deve estar bastante atrelado a um programa também de formação de professores, de dar formação continuada e até a formação inicial. A realidade do Brasil aponta dificuldades, por exemplo, no desenvolvimento da matemática e do português em tais e tais aspectos ou na alfabetização. Como é que isso pode ser trabalhado com os alunos? Então, essa formação inicial não seria algo teórico, seria em função da realidade que existe no Amazonas, no Paraná, em Santa Catarina, na zona rural, na zona urbana, até para mostrar para os alunos universitários a diversidade existente: "Olhem, na zona rural, estamos com essa dificuldade e, na zona urbana, com essa". Podemos ver se são as mesmas ou se são diferentes ou se a formação pode ser – é claro que vai ser – diferenciada.

São informações, eu diria, muito importantes para a recomposição e reestruturação dessas lacunas de aprendizagem. Senão, a gente fica imaginando: "Vamos fazer um curso para os professores que estejam dando aula de Matemática do 6º ao 9º ano". Então, como ensinar, como planejar, como avaliar, em função de uma realidade já diagnosticada. Fica algo extremamente concreto. Então, eu só recomendo para os que nos acompanham que isso possa ser observado.

Nós temos a participação do Senador Confúcio Moura. Como eu já mencionei antes, o Senador Confúcio é uma liderança importante em várias áreas, mas na área da educação, no Senado Federal, sem dúvida alguma, e é membro dessa Subcomissão de educação na pandemia.

Nós temos hoje, Senador Confúcio, a participação da Roberta Guedes, que é representa aqui hoje o Fórum Nacional de Educação, e da Sra. Leda Regina Bitencourt da Silva, que é também professora de educação básica, mas coordenadora no MEC justamente da parte de formação docente e de valorização dos profissionais da educação.

Então, foram falas bastante interessantes e importantes dentro do aspecto da recomposição da aprendizagem. Houve lacunas, desafios, problemas. Os internautas apontaram bastante a dificuldade particularmente na área da alfabetização. E a Profa. Roberta enfatizou bastante isto – como recuperar, e tem que recuperar: educação em tempo integral, ferramentas à disposição, formação de professores para isso, para que os prejuízos não venham a se tornar ainda maiores.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Não sei se V. Exa. gostaria de cumprimentar o pessoal aí também.

Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos. Bom dia ao Senador Flávio Arns, que é, como eu posso falar, um profeta da educação, que sai semeando a sua preocupação com a educação.

Eu ouvi um bom pedaço aí da Profa. Roberta Guedes e da Profa. Leda Regina Bitencourt. Eu fico assim numa aflição... Até a Profa. Roberta falou que vamos provavelmente gastar ou consumir os próximos dez anos para recuperação desses meninos não alfabetizados. E, no entanto, a gente observa que é uma perda de tempo gigantesca dez anos. E o Brasil, mesmo com todos os reveses e mesmo antes da pandemia, já vinha tendo um resultado muito bom na quantidade de educação. Vem evoluindo passo a passo. Bons exemplos nacionais têm acontecido.

E eu fico assim observando como é que nós vamos fazer para dar essa virada, rodar a baiana na educação, para que a gente possa fazer com que o nosso discurso aqui numa audiência pública, o discurso do Plenário, o discurso de um Governador, o discurso da campanha eleitoral se transformem em algo revolucionário. Eu só acredito que a gente vá poder melhorar o país se a gente fizer uma revolução educacional.

E revolução a gente não faz sem armas, não! Vamos buscar os meios; não a arma, o tiro, nenhuma metralhadora, nenhum míssil, mas uma arma, assim, de uma vontade, de um desejo que está represado em nós todos. Nós todos estamos com vontade demais de que a educação vá para frente. Nós estamos, assim, desesperados para que a educação vá para frente, para que melhore a qualidade da educação e a gente possa salvar crianças, principalmente as mais pobres, promover a igualdade, esses discursos. Esses são discursos, mas nós queremos agora, além do discurso, algo mais prático.

Eu não sei por onde a gente começa: se começa pelo MEC, se começa pelos estados... Porque os municípios já têm feito muitos bons exemplos. Eu sou de Rondônia, e lá em Rondônia, o senhor precisa ver, tem alguns municípios fantásticos, com excelentes resultados. Por exemplo, o município campeão lá é um município pequeno, que é o Município de Nova Brasilândia D'Oeste. Eles têm feito um trabalho lindo, assim como outros municípios menores. Agora, precisamos que isso se esparrame, precisamos desse contágio, dessa onda boa, desse vento elísio que possa correr o Brasil de ponta a ponta, não é?

Então, é isto que eu desejo, Profa. Roberta Guedes e Profa. Leda Regina: que os seus discursos maravilhosos repercutam nesses corações de pedra que tem por aí afora. Que a senhora consiga penetrar nesses corações duros. Parece que a senhora fala, fala, fala, fala, e o pessoal não consegue assimilar o conhecimento que vocês duas têm – eu vejo aqui –, tão grande! São pesquisadoras, são pessoas importantes, que conhecem a educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Prof. Flávio Arns, eu quero cumprimentar V. Exa. por ser esse peregrino, esse missionário.

É um missionário! Flávio Arns é um missionário da educação. Ele é incrível! Então, como ele, eu faço coro. Eu sou um discípulo dele, eu vou atrás. Ele vai carregando o peso lá, e eu vou compartilhando com ele aqui atrás, sobre a educação.

Então, é isso que eu quero. Eu estou aqui neste Senado, ainda tenho mais quatro anos e pouco pela frente e quero gastar meu tempo falando em educação. Vou discursar pra caramba aqui falando de educação.

Um grande abraço para vocês e um bom dia.

Um abraço, Profa. Roberta. Fiquei encantado!

Profa. Leda Regina, muito obrigado à senhora pelo seu tempo, por esparramar o conhecimento por essas ondas da televisão e das mídias sociais.

Um abraço para vocês duas. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bem. Agradeço ao Senador Confúcio Moura.

Eu vou atrás de você também. Você abre o caminho, e eu vou seguindo você aí, porque você é uma liderança importante. Vamos juntos!

Não sei se a Profa. Roberta ou a Profa. Leda desejam acrescentar alguma coisa. (*Pausa.*)

Não? Tudo em ordem? (*Pausa.*)

Muito bem.

Então, eu agradeço ao Senador Confúcio Moura; agradeço à Profa. Roberta Guedes, com um trabalho tão importante na área da educação, representando aqui o Fórum Nacional da Educação.

Peço, inclusive, para a sociedade toda ficar atenta ao fórum. Lá todo mundo está sentado para discutir a educação, governo e sociedade.

Agradeço à Sra. Leda Regina Bitencourt da Silva, Coordenadora da Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação. Eu me convido para conversar mais com a senhora também, para olharmos juntos e vermos como podemos contribuir para que essas plataformas de avaliação das crianças e de currículos possam ser mais difundidas, tornadas mais públicas para que as pessoas possam ver a avaliação da criança, a necessidade específica, para atender a essa necessidade e formar os professores, o que é muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a participação de ambas nesta audiência pública e de todos os internautas que nos acompanharam.

Agradeço sempre pela infraestrutura ao pessoal da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, coordenados pelo Thiago e pelo Ronaldo hoje também, e também aos meios de comunicação do Senado, que estão dando a ênfase e a importância necessárias para que este debate sobre educação nesta Subcomissão sobre educação na pandemia aconteça.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e dois minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Wellington Fagundes, Zenaide Maia e Nelsinho Trad, e ainda dos Senadores não membros Jean Paul Prates e Izalci Lucas. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 14ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. **Temática - RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM:** instituir programa nacional para superar os prejuízos educacionais da pandemia, com aumento da oferta de educação em tempo integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente. **Participantes:** Alessandra Gotti, Presidente-Executiva do Instituto Articule e representante do GAEPE Brasil; Carolina Ilidia Faria, Representante do Instituto Natura; e Getúlio Marques, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lembro sempre a todos e todas que nos acompanham que esta é a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, presidida pelo Senador Marcelo Castro, e esta é uma Subcomissão com a participação de cinco membros: eu próprio; também a Senadora Zenaide Maia, que é Vice-Presidente; o Senador Confúcio Moura; o Senador Wellington Fagundes; e o quinto membro era o Senador Anastasia, que foi indicado pelo Senado Federal para uma das vagas e agora é Ministro do nosso Tribunal de Contas da União (TCU).

Realizaremos hoje a 14ª audiência pública desta Subcomissão, com a finalidade de debater a recomposição da aprendizagem, ou seja, instituir programa nacional para superar os prejuízos educacionais da pandemia, com o aumento da oferta de educação integral e dos investimentos em formação e capacitação do corpo docente.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria.

Eu quero lembrar que teremos hoje a participação de três expositores. Quero dar as boas-vindas também às expositoras e ao expositor: o Sr. Getúlio Marques, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte; à Sra. Alessandra Gotti, Presidente Executiva do Instituto Articule e representante do Gaepe-Brasil; e à Sra. Carolina Ilidia Faria, representante do Instituto Natura, que, aliás, já esteve com a gente – e a gente agradece sobremaneira – no decorrer do ano passado nas primeiras audiências públicas.

Antes de passar a palavras às expositoras e ao expositor, eu gostaria inclusive de destacar a presença da Senadora Zenaide Maia – seja sempre muito bem-vinda! A senhora é extremamente estimada, batalhadora e guerreira de todas as causas que são importantes para o povo brasileiro; e a do Senador Confúcio Moura. Também já havia visto o Senador Izalci Lucas, que é da Frente Parlamentar Mista pela Educação.

Antes de passar a palavra a quem participa hoje como expositor ou expositora, já quero ler algumas perguntas e comentários que chegaram pelos meios de comunicação do Senado.

Lara Abreu, do Espírito Santo: "O prejuízo decorrente do afastamento das crianças em idade de alfabetização das escolas é reversível?". Ela pergunta: "O que tem sido feito nesse sentido?".

Giovanna Figueira, de São Paulo: "Como realizar a flexibilização de forma correta quando se trata de crianças e adolescentes?",

Matheus Camilo, do Distrito Federal: "Acredito que o covid-19 impactou muito na socialização das crianças durante a quarentena e aulas *online*. Como remediar essa situação?".

Maria Luce, do Mato Grosso do Sul: "Durante a pandemia, foram prejudicadas as crianças no seu rendimento escolar. O que será feito para recuperar?".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fabiano Paraguaçu, da Bahia: "Como fazer com que as crianças menores de dez anos cumpram as normas referentes à pandemia?"

Dois comentários também da Lana Ribeiro, do Rio de Janeiro: "Nunca pensaríamos em precisar alfabetizar uma criança a distância. Os impactos dessa ruptura talvez só venham a ser sentidos em alguns anos".

Daniel Barbosa, do Distrito Federal: "Infelizmente, os sistemas educacionais não estavam devidamente preparados para esse colapso, o que prejudicou muito o aprendizado".

Eu quero também destacar que, nessas audiências públicas realizadas desde o ano passado – foram 14, no total – houve uma convergência para seis itens neste debate: o acesso à escola, primeiro item; segundo item, permanência na escola, inclusive a educação em tempo integral; terceiro item, recomposição da aprendizagem pelas dificuldades apontadas; quarto item, tecnologia, pensar-se nisso na escola; quinto item, infraestrutura da escola em termos de energia elétrica, banheiro, biblioteca, quadra de esportes, esgotamento sanitário, que constitui ainda um desafio no Brasil; e sexto item, orçamento da educação.

É claro que todos os itens estão relacionados uns com os outros, não podem ser vistos de forma independente, porque, se nós pensamos na recomposição da aprendizagem, a escola precisa ter um ambiente adequado, bom, tranquilo, acolhedor, infraestrutura, tecnologia à disposição. Então, todos os itens, de alguma forma, são relacionados, mas a gente também tem que pensar especificamente em cada um deles.

Muito bem. Eu penso, então, que vamos passar em primeiro lugar...

Quero agradecer novamente à nossa querida Vice-Presidente, Senadora Zenaide Maia, que está também nos acompanhando, ao Senador Confúcio Moura.

Iniciando as exposições, eu passo a palavra para... Eu posso começar com você, Alessandra Gotti? *(Pausa.)*

Passo a palavra à Sra. Alessandra Gotti, Presidente-Executiva do Instituto Articule e representante do Gaepe Brasil. A senhora pode, inclusive, explicar a natureza do instituto e o trabalho que é desenvolvido.

Então, com a palavra, Alessandra.

A SRA. ALESSANDRA GOTTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador.

Eu queria, antes de mais nada, agradecer o convite para participar desta audiência pública da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Pandemia na Educação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui a Senadora Zenaide Maia, cumprimentar o Secretário de Educação do Rio Grande do Norte, Getúlio Marques, a Carolina Ilidia Faria, que aqui representa o Instituto Natura, e todos aqueles que nos assistem.

Eu vou projetar aqui uma apresentação para explicar um pouco mais. Eu estou sem compartilhamento de tela aqui para... Não sei se alguém poderia viabilizar o compartilhamento de tela para eu conseguir projetar a apresentação no Zoom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Já está compartilhada. Veja se você consegue acessar, Alessandra.

A SRA. ALESSANDRA GOTTI (*Por videoconferência.*) – Agora, sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Isso. Apareceu.

A SRA. ALESSANDRA GOTTI (*Por videoconferência.*) – Já está em modo apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sim.

A SRA. ALESSANDRA GOTTI (*Por videoconferência.*) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Só um minuto.

Não está em modo apresentação, Alessandra. Se pudesse... Está aparecendo a figura? Isso, agora está.

A SRA. ALESSANDRA GOTTI (*Por videoconferência.*) – Agora está em modo apresentação?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está bem. Pode retornar ao primeiro quadro.

A SRA. ALESSANDRA GOTTI (*Por videoconferência.*) – Vamos iniciar.

Para contextualizar um pouquinho e explicar o que são os GAEPs eu queria, antes demais nada, apresentar o Instituto Articule para que todos possam entender de onde eu falo.

O Instituto Articule é uma organização do terceiro setor que tem como propósito contribuir para avanços nas políticas públicas sociais e para redução da desigualdade social que nós temos no Brasil por meio de um modo muito peculiar, que é fomentando o maior diálogo e a articulação entre os três Poderes, órgãos independentes e a sociedade civil. No Articule, a gente tem clareza que, para gente ter políticas públicas mais eficientes e para que a gente possa reduzir a nossa desigualdade social, a gente precisa de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investir na criação de espaços de diálogo e colaboração que unam diversas entidades, diversos atores para trabalharem juntos. E foi justamente com esse espírito que o Instituto Articule idealizou os GAEPEs, que são operacionalizados em parceria com o Instituto Rui Barbosa e com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas no Brasil. Os GAEPEs são instâncias de diálogo e articulação que unem gestores, secretários de educação, conselhos de educação, o Legislativo, Tribunal de Contas, tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria, área da saúde, todos pensando juntos, todos reunidos para pensarem soluções mais eficazes em prol da educação.

Essa governança foi criada inicialmente para apoiar esses atores na articulação de medidas de combate à pandemia na educação. Então, surgiram os Gabinetes de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação há dois anos, o primeiro deles em Rondônia, em abril de 2020. E hoje essas governanças já se transformaram em governanças permanentes para também trabalharem medidas estruturantes. Então, agora já foram renominadas para Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação.

A premissa é criar uma agenda comum que una todos esses atores que participam do ciclo da política pública desde a regulamentação ao planejamento, à execução, à fiscalização e ao julgamento em prol de temas prioritários que exigem esse olhar de várias instituições para que, com isso, a gente possa ter uma atuação mais articulada, coordenada e colaborativa entre todos os membros, o que faz com que ganhem em resolutividade, para construir consensos e, com isso, reduzir a insegurança jurídica na tomada de decisões administrativas, inclusive mitigar a judicialização; também para qualificar as decisões administrativas, valendo-se de estudos, notas técnicas, construção conjunta de soluções e, o que é fundamental, fortalecer o regime de colaboração entre União, estados e municípios em prol da educação.

Hoje nós já temos cinco GAEPEs, e amanhã o sexto será inaugurado. Nós temos o Gaepe-Brasil – e aqui eu reforço a importância de a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal participar das reuniões do Gaepe-Brasil. Como eu disse, todas essas governanças envolvem todos os segmentos: de gestores, do sistema de justiça, órgão de controle, Legislativo, conselhos de educação. A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados tem tido participação bastante importante no Gaepe-Brasil. E, além do Gaepe-Brasil, que atua em termos de escopo nacional, nós temos o Gaepe-Rondônia, o Gaepe-Mato Grosso do Sul, Goiás, o Gaepe municipal em Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, e amanhã vai ser instalado o Gaepe-Arquipélago do Marajó. Eu, inclusive, estou aqui em Belém para essa atividade. Esse é um projeto-piloto que vai se iniciar nos municípios, nos 17 municípios do Arquipélago do Marajó, e que busca o fortalecimento da educação no Pará.

O que nós, então, a partir dessa governança, temos buscado é pensar ações para esse cenário desafiador que nós enfrentamos após 30 meses de pandemia, com uma média de 279 dias sem aulas presenciais, segundo o Inep. E sabemos que, em muitos municípios, na verdade, praticamente, nós ficamos quase dois anos sem aulas. Mas temos aqui – já respondendo a uma das perguntas que foram





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazidas por aqueles que estão participando, acompanhando esta audiência pública – que essas perdas são reversíveis se nós tivermos foco. Agora, são perdas que a gente ainda vai identificar ao longo do ano. Por isso precisamos ter muito foco, muito engajamento e união de esforços.

Só para nós vislumbrarmos um pouco dessas perdas, foi feito, pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, com os dados da Prova Brasil, um levantamento que identificou que, das escolas municipais de São Paulo, apenas 6% dos alunos de 9º ano tiveram nível de aprendizado adequado em Matemática, e, dentre os alunos de 6º ano, 85% deles não aprenderam o que era esperado. Já no Rio Grande do Sul, foi identificado pela Secretaria Estadual de Educação que, dos alunos de 3º ano do ensino médio, apenas 1% deles tiveram um desempenho adequado em Matemática – esses todos dados colhidos em 2021. Também mais um aspecto aqui que exige a nossa atenção: segundo o Censo Escolar, dos 3,2 milhões de alunos do ensino médio que fizeram avaliação de Português e Matemática, que tiveram também aqui um impacto muito negativo, apenas 27% deles conseguiam ter conhecimentos básicos em Matemática e 50% deles em português.

Além disso, além desses aspectos relacionados à aprendizagem, nós temos outros desafios que se relacionam também à aprendizagem.

A gente sabe que o Brasil foi um dos países que mais tempo ficou com as escolas fechadas, e isso... A evasão... O fato de as escolas terem ficado fechadas traz aqui um grande desafio com relação à evasão escolar. No ensino médio, a gente verificou que, de 2020 para 2021, a taxa de abandono escolar dobrou, de 2,3% para 5%.

Além disso, temos um outro aspecto que já foi pontuado aqui também, nos comentários iniciais daquelas pessoas que estão nos acompanhando, relacionado ao impacto na socialização das crianças. Segundo uma pesquisa que foi feita pelo Instituto Ayrton Senna com estudantes do 5º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio em São Paulo, 70% deles relataram quadros de depressão ou ansiedade no retorno ao ensino presencial, o que demanda todo esse esforço também de intersectorialidade, de a educação trabalhar junto com a saúde para responder a esses desafios relacionados à saúde mental.

Como nós podemos lidar com esse desafio gigantesco, com esse passivo de aprendizado que os estudantes tiveram ao longo de 279 dias, em média, sem aulas? Acho que, mais do que nunca, nós conseguimos perceber a importância da escola e a importância dos alunos e do professor em sala de aula. Há várias evidências de que, durante o ensino remoto, os alunos aprenderam cerca de um quarto do que eles aprenderiam se estivessem em sala de aula.

Aqui eu vou apontar alguns caminhos que têm sido discutidos no âmbito dos GAEPEs. Há pontos aqui em comum, que são identificados nos GAEPEs para assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem desses alunos no pós-pandemia. Primeira coisa, a premissa é que haja o retorno às aulas presenciais, e é necessário também fazer a busca ativa por meio de um trabalho intersectorial que una





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação, assistência social e saúde. E aqui é importante apontar que a plataforma Busca Ativa Escolar da Unicef e da Undime busca articular todas as autoridades no território – educação, saúde e assistência social – para garantir a busca ativa e o retorno dessas crianças à sala de aula.

É fundamental também ter um diagnóstico, uma avaliação diagnóstica informativa. Nós precisamos partir de dados para identificar qual é o nível de deficiência que os alunos têm, fazer um trabalho personalizado para recuperar a aprendizagem desses alunos e aí trabalhar nesse conceito de recomposição. A gente sabe que foi um desafio o ensino remoto diante da desigualdade de acesso à internet que nós temos. Então, precisamos recompor essas aprendizagens a que os alunos não tiveram acesso durante esse período e recuperar a aprendizagem de pontos em que ainda há deficiência de aprendizagem.

No âmbito do Gaepe-Brasil, que, como eu disse, trabalha temas de escopo nacional, foi feita uma manifestação sobre a recomposição e a recuperação de aprendizagem em dezembro do ano passado, e nós estamos trabalhando em uma nova manifestação que deve ser divulgada ainda ao longo do mês de junho.

Em síntese, foi pontuada a importância da Busca Ativa Escolar, para que a gente possa reverter esse quadro que foi apontado pela Unicef de um retrocesso de praticamente 20 anos nos indicadores que nós tínhamos de abandono escolar.

É fundamental que a gente parta do diagnóstico do que foi aprendido. E aqui há iniciativas do MEC que já foram apontadas nas audiências anteriores com relação à avaliação diagnóstica. É fundamental que a gente possa partir desses dados para criar um verdadeiro pacto nacional pela aprendizagem.

É fundamental ter mais tempo na escola, para que esses alunos possam, de fato, recompor a aprendizagem e recuperar a aprendizagem, seja pela ampliação da escola em tempo integral, seja por mais tempo na escola de forma presencial ou híbrida.

É fundamental também trabalharmos a formação continuada de professores e garantirmos mais tempo para planejamento. Aqui há também o Programa Brasil na Escola, que tem como um dos eixos trabalhar a formação de professores.

É preciso aqui a gente se conscientizar de que esse plano para recuperação e recomposição de aprendizagem deve ser um plano de longo prazo. Obviamente, a gente ainda não sabe quais vão ser os reflexos na aprendizagem desses alunos ao longo dos próximos anos. Isso vai exigir que nós nos dediquemos a isso e acompanhemos, ao longo dos próximos anos, a aprendizagem desses alunos, de modo a recompô-la de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, fazendo uma priorização curricular em sintonia com que o que for diagnosticado nas avaliações, e também a recuperar e aprofundar as habilidades e competências que foram parcialmente desenvolvidas.

Outro ponto de destaque sobretudo no âmbito do Gaepe-Brasil foi pontuado pelos Conselhos de Educação e também pelo Ministério Público, pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pela





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Copeduc (Comissão Permanente de Educação) do Ministério Público: contemplar o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira e também ações ligadas à educação inclusiva, para fortalecer o acolhimento e a permanência desses grupos mais vulneráveis e evitar a evasão.

É preciso também dar atenção aos jovens privados de liberdade e envolver todos esses atores, em especial os Conselhos Estaduais e Municipais de Educação e, obviamente, as Secretarias de Educação, nesse esforço de recomposição de aprendizagem.

Aqui há outros pontos também que eu julgo fundamental destacar, como a importância de mais tempo na escola. Aqui é ponto-chave a gente poder ampliar a oferta de educação em tempo integral. Essa é uma das medidas, inclusive, que está no documento Educação Já, que foi feito pelo Todos Pela Educação. Tenho o prazer de ter sido uma das especialistas que ajudou a compor esse documento. Essa é uma das práticas importantes para a gente avançar na educação. Nós precisamos priorizar os estudantes mais vulneráveis com acesso ao tempo integral, à educação em tempo integral, e inclusive pensar também, para assegurar a permanência desses estudantes mais vulneráveis na escola em tempo integral, em apoio financeiro. Há pelo menos dez estados que têm estratégias de apoio financeiro a esses estudantes. E a gente sabe que agora, com a crise econômica, há mais chances de o jovem ter que abandonar a escola para trabalhar. Então é fundamental pensarmos nessas estratégias de apoio financeiro, para garantir a permanência.

Também mais tempo de atividades escolares, seja de forma presencial ou em formato híbrido. Para isso, é fundamental a gente avançar na conectividade de todas as escolas e garantir, como eu disse aqui, com apoio financeiro, a permanência e condições de dedicação aos estudos dos jovens. Para isso, certamente a gente precisa de recursos. É preciso garantir um investimento crescente e bem aplicado de recursos.

Felizmente, na discussão do Projeto de Lei Complementar 18, o Senado Federal conseguiu evitar um impacto maior no Fundeb – e a Câmara aprovou essa proposta do Senado –, mas é fundamental a gente ter ainda atenção para políticas que ainda precisam de esclarecimento, como é o caso do novo Fundeb, e garantir que esses recursos possam ser mobilizados com segurança jurídica.

Por fim, um aspecto aqui que diz respeito à ação intersetorial: como a gente identificou que existem problemas de socialização, problemas decorrentes desse longo tempo de distanciamento da escola, é fundamental o acolhimento, o apoio psicológico e emocional a esses estudantes e um apoio social para identificar vulnerabilidades e para que as políticas públicas possam ser direcionadas para esses estudantes, sejam políticas de assistência social ou mesmo também ligadas à área da saúde.

Eu penso, Senadores, que nós precisamos de fato mobilizar toda a sociedade, unir esforços, para a gente lidar com esse grande desafio que nós temos no pós-pandemia, porque apenas por meio da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação nós conseguiremos ter um país verdadeiramente desenvolvido tanto economicamente como socialmente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu agradeço a você, Alessandra Gotti, que é Presidente-Executiva do Instituto Articule e representante do Gaepe-Brasil. Obrigado pela fala também.

Em seguida, eu passo a palavra para o Sr. Getúlio Marques, a quem eu já conheço também há algum tempo e é muito ativo em todos os debates sobre educação no Brasil, inclusive com uma participação muito grande em relação ao Fundeb, assim como a Governadora do Rio Grande do Norte também. Passo a palavra, então, ao Sr. Getúlio Marques, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte.

Com a palavra, Getúlio. *(Pausa.)*

O som está fechado, viu? *(Falha no áudio.)*

... abrir o som aí do seu computador.

Continua fechado. É só apertar o...

O SR. GETÚLIO MARQUES *(Por videoconferência.)* – Agora sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agora deu.

O SR. GETÚLIO MARQUES *(Para expor. Por videoconferência.)* – Bom dia. Bom dia, Senador Arns. É um prazer estar aqui mais vez, na presença de V. Exa., que tem sido um dos grandes mentores de todos esses projetos em favor da educação. Nós já estivemos juntos em diversas audiências, e eu queria estar em mais, porque naquelas audiências que o senhor preside a gente sempre vê que, ao final... E aqui quero até agradecer a grande participação de V. Exa. durante a aprovação do Fundeb, fazendo toda aquela sintonia entre os projetos que nós, como secretários e como representantes do Consed, dos Governadores, trazemos e esta Casa parlamentar. E aí faço um agradecimento mesmo a todos aqueles que fazem a educação no Brasil, por toda a articulação que o senhor fez e que deu num Fundeb que não é aquilo que nós precisamos, mas é aquilo que foi possível durante aquele momento.

Queria também parabenizar aqui a Profa. Alessandra, Presidente do Articule, que fez agora uma bela apresentação. E essas apresentações estão sintonizadas com tudo aquilo que a gente vem discutindo na educação brasileira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, depois de todos esses anos de pandemia, é importante frisar que essas questões vindas na pandemia, essas desigualdades educacionais apenas afloraram durante esse período, mas elas são constituídas historicamente, elas decorrem das marcantes desigualdades que a gente sabe que existem e que caracterizam a sociedade brasileira. Não é uma coisa simples de se resolver, mas é o que nós temos buscado, todos nós educadores. Aqui eu estou falando hoje em nome do Consed, do nosso conjunto de secretários, então vou fazer uma fala em cima daquilo que a gente vem discutindo, daquilo em que nós acreditamos e daquilo que nós entendemos ser necessário para que o Brasil saia dessa situação.

Durante alguns anos, eu digo que houve, durante alguns governos... E aí eu digo que fomos orientados por debates. Quem participou da Conae, em 2010 e 2014, das discussões que aconteceram do Plano Nacional de Educação para 2014 a 2024, sabe que metas foram planejadas para esses dez anos, mas infelizmente muitas foram desconsideradas, Senador e todos aqueles que estão presentes aqui nesta audiência. Foram desconsideradas, e, a partir de 2016, 2017, 2018, a gente viu que se perdeu um pouco aquilo que nós víamos com essa discussão. E aí a gente está sempre tendo, Senador – desculpe-me –, que recomeçar.

Temos os projetos que foram discutidos naquela época – e o senhor também já participava –, garantindo a universalização da educação básica em todas as etapas, modalidades, o acesso, a permanência, as inovações pedagógicas para intervir nas aprendizagens, a valorização dos profissionais com formação, com condições dignas de trabalho, a gestão democrática que está ali presente, a educação profissional, a educação integral e outras estratégias que assegurassem um financiamento necessário para mudar radicalmente esse contexto da educação pública e gratuita, que é destinada especialmente para as camadas mais vulneráveis. E, infelizmente, a gente vê que houve uma mudança de rota. Enquanto naquele momento nós tínhamos a academia, os educadores, um Congresso, um Governo voltados para uma mesma direção, nós nos últimos anos temos passado quase que por disputas com o Governo. No próprio Fundeb, havia uma preocupação, digamos, de fazer com que o Fundeb deixasse de ser o Fundeb que nós temos hoje e, sim, que se tirasse essa possibilidade de nós termos um recurso assegurado para a educação.

Durante essa pandemia, é claro, tivemos esses alunos de que a gente está falando, que são os alunos das camadas mais vulneráveis, aqueles mais pobres. A gente luta para que eles estejam dentro das escolas, mas o que a gente viu foi um aumento do abandono escolar, das desigualdades. Os alunos abandonaram as escolas; aqueles que não puderam ir, mesmo sem querer, que não queriam abandonar, não tinham as ferramentas adequadas. O país, como um todo, também não resolve tudo só pela educação. Não havia a conectividade necessária para continuar acompanhando o que vinha sendo trabalhado em sala de aula, e foi o que nós vimos: aumento de desigualdades e isso tudo, inclusive, que já foi falado há pouco pela querida Alessandra Gotti. Os estudantes, alguns, começaram a voltar a trabalhar para ajudar no orçamento doméstico. Isso também contribuiu para o abandono escolar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas o que a gente pode dizer é que, na pós-pandemia, esses problemas são muito mais complexos do que a gente imagina. Não é só oferecer ferramentas tecnológicas, conectividade, tornar a escola mais interessante por tempo integral; passa por outras questões, passa por várias áreas do Governo. A área social, como falou também a nossa querida Presidente do Instituto Articule, é muito por financiamento. Por mais que se diga que há alunos – e a gente sabe disso –, não é só financiamento; tem que haver gestão, tem que haver outras ferramentas, mas o financiamento é que vai dar as condições para que isso aconteça, para a gente poder atender a diversidade das demandas dos alunos: aprendizagem, alimentação, transporte e, principalmente hoje, os problemas psicossociais por que esses alunos passam.

Gestores, professores, todos os que estão hoje nos quadros das escolas veem que, nesse novo contexto, vai ser preciso fazer alguns trabalhos individualizados, aluno por aluno. Nós não podemos aceitar que não tenhamos como ir buscar os alunos que abandonaram a escola. Nós temos que buscá-los, mas, para isso, nós temos que ter os recursos necessários para que essa situação possa acontecer em todas as escolas brasileiras.

Formação de professores, avaliação, educação híbrida, tudo isso está na nossa pauta. Então, o que é que a gente quer dizer com isso? É que, para que a gente possa superar esses prejuízos – agora que nós estamos implantando no ensino médio também a Base Nacional Comum Curricular, com todos os seus defeitos, digamos assim, mas também com muita coisa nova que a gente entende, como educador, que era preciso existir –, era preciso se fazer essa reforma, para que a gente pudesse ter um novo ensino médio. Mas, ao mesmo tempo em que a gente precisa ter esse novo ensino médio, nós precisamos também entender que, para isso, as escolas, os estados, os municípios precisam do apoio, precisam de uma centralidade.

Eu acho que este seminário, Senadores e presentes aqui neste debate, é o início para que a gente possa resgatar tudo o que nós já conhecemos de anos anteriores, de estudos anteriores e, a partir daí, estabelecer um planejamento educacional articulado entre todos os entes federados, um sistema nacional articulado de educação que envolva municípios, estados, que as universidades estejam presentes, os institutos federais, todos os colaboradores do terceiro setor que possam estar juntos para vencer esse desafio. Mas para isso os municípios hoje que têm essa dificuldade... Mas, para isso, os municípios hoje que têm essa dificuldade... Vejam que a gente tem o Fundeb, que assegura uma boa parte dos recursos educacionais, mas na maioria dos municípios esse recurso paga, às vezes, só o salário, só dá para pagar o salário do professor. Então, a gente tem que garantir, sim, um financiamento complementar para os municípios e estados – e eu sei que o senhor é um dos municipalistas que defende isso –, com iniciativa planejada por municípios e estados, para melhorar as condições de aprendizagem.

Nas escolas, isso tem que ser associado a uma garantia de financiamento, como estava previsto no PNE. O Plano Nacional de Educação previa, em 2017, que nós estivéssemos utilizando 7% do PIB para educação e, em 2024, 10% – nós usamos menos de 6% nesses últimos anos. Então, o que foi feito, o que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi estudado é que nós precisaríamos desse recurso para poder dar essa girada, para poder o Brasil entrar no mesmo nível daqueles países que são hoje referenciados no mundo, que fazem a OCDE.

Recuperar essas ações sociais com fortalecimento de renda das famílias não é uma coisa que a gente faça por fase ou em períodos eleitorais; a gente tem que ter um programa social de fortalecimento de renda, como diversos países têm, como programa de renda mínima que associa essa renda à permanência dos alunos na escola, como sempre foram os nossos programas assistenciais; que promova essas condições para superar as desigualdades sociais, as desigualdades educacionais. Precisamos, senhores, de fortalecer essas estratégias também já ditas na fala anterior, especialmente com o programa Busca Ativa Escolar do Unicef. O Busca Ativa hoje é um grande programa, tem uma grande plataforma, e quem o está utilizando vê como é importante esse permanente contato com as famílias dos estudantes que não estavam matriculados; minimiza mesmo o abandono escolar, mantém o vínculo com a escola e garante o sucesso educacional. Então, nesse programa com o Unicef, nós temos que ter, senhores, uma forma de, em um programa nacional, ampliar para todas as instâncias e, a partir dessa ampliação, nós poderemos, sim, dar uma boa resposta, principalmente para esses alunos mais vulneráveis.

Ao mesmo tempo, dentro da sala de aula, tem que haver processo de avaliação diagnóstica, com formação de professores, esses processos que dimensionem as necessidades de aprendizagem dos estudantes e que orientem os estudantes nos estudos; e avaliações formativas, que contemplem os conhecimentos e as habilidades que são desenvolvidas durante o período de suspensão da aula. Vejam que, no período de suspensão das aulas, os estudantes realmente perderam a noção do que seria a sequência da sua aprendizagem. Então, eles têm que ser associados, cada um, a um plano de curso e a um componente curricular que leve esse plano de curso e esses componentes curriculares alinhados ao projeto político pedagógico de cada escola.

Para isso também seria importante a gente sair um pouco dessa questão de *ranking*. O *ranking* nacional é importante que exista, mas a forma como ele é apresentado desconsidera especialmente quando a gente faz essa avaliação institucional – como o é o Ideb, que considera dois elementos apenas, o desempenho dos estudantes e o fluxo escolar, quando a gente vai fazer a avaliação das aprendizagens.

Mas tem que se considerar também essas condições estruturais, pedagógicas para o desenvolvimento das aprendizagens nas escolas. Algumas escolas que têm uma situação mais difícil, às vezes crescem muito mais, ou seja, o ideal seria a gente comparar escola por escola com elas mesmas, o quanto elas vêm crescendo, para colocar, ao final, as escolas que mais cresceram, os estados que mais avançaram, os municípios que mais avançaram, e não uma disputa desigual entre estados que já estão mais organizados, que têm uma economia muito mais pujante, quando saísse esse *ranking* de comparação com outros municípios ou estados que não têm. Em alguns casos, as pessoas dizem: "Mas tem municípios que, com todas as dificuldades, apresentam indicadores bons". É verdade, mas aí são pontos fora da curva. A gente não pode trabalhar com esses pontos fora da curva.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu aproveito até para colocar essa questão do ponto fora da curva, que ia vir agora também na apresentação. A gente coloca alguns números... Eu sempre estou procurando colocar os números de 2020-2021 como números não comparáveis. Não é possível que a gente queira comparar, quando a gente tem todo um processo histórico em que você tem, pegando, por exemplo, os indicadores de abandono – vamos dar só como exemplo –, que é muito alto no Brasil, mas que vinha num processo de redução, claro, pelas aplicações de cada uma das ferramentas que cada um dos estados tem, especialmente a jornada em tempo integral. Essa é uma daquelas que diminui muito o abandono. Mas nós temos uma série histórica que mostra essa redução ou ampliação desse abandono. Ele não pode ser comparado em 2020 e 2021. Pegue o abandono médio no Brasil: ele reduz para três e depois volta para cinco. E a gente está trabalhando com esses números que cresceram, quase dobraram, mas a gente tem que pegar a média histórica. Vamos ver, de dois em dois anos, o que acontece para ver se isso vai se manter na sequência. Nós acreditamos que precisamos fazer muito, porque o abandono, independentemente se ele diminuiu ou aumentou, é muito alto. Abandono de três, no ano passado, já era alto; de cinco... Nós queremos abandono zero, mas, para isso, é preciso ter recurso.

E eu vou bater em uma das teclas que eu sempre falo: que a organização dessa ampliação da educação em tempo integral e integral também seja para todos os outros níveis. Deveria, inclusive, aí no nosso humilde entendimento, ter começado pelos anos iniciais. Então, o aluno já chegaria ao ensino médio, aos anos finais do ensino fundamental com essa cultura. Hoje não, nós começamos dando muito aporte para o ensino médio, e o ensino fundamental não tem, que é onde mais precisam os alunos para que se amplie essa jornada. E essa jornada não se amplia se nós não tivermos esse recurso. E eu vou bater no que eu sempre falo: se não obedecermos ao Plano Nacional de Educação no que se refere a investimentos, a financiamento para educação, nós vamos ter belos projetos, belas falas, muitos e muitos seminários, mas não vamos chegar a lugar nenhum, porque há uma dificuldade. A maioria dos municípios brasileiros precisam, sim, de recurso para melhorar o seu desempenho educacional.

É uma fala inicial. Agradeço pela oportunidade. Vamos ouvir aqui as demais pessoas que vão falar após a minha fala, para poder ver se a gente chega a um consenso, Senador. Aproveito mais uma vez para lhe agradecer e dizer que é com essa luta, com esse trabalho feito em conjunto com o Congresso Nacional que nós vamos conseguir fazer mudar o processo educacional brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço ao Sr. Getúlio Marques, que é Secretário de Educação do nosso querido Estado do Rio Grande do Norte. Obrigado pela fala, pela apresentação. É um prazer revê-lo também. Desejo amplo sucesso na condução da educação no estado.

Em seguida, passo a palavra à Sra. Carolina Ilidia Faria, que é representante do Instituto Natura.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, Carolina, agradecendo de novo, já que a senhora tem colaborado bastante com esta Subcomissão, já estando presente, inclusive, no ano passado, numa das audiências. Obrigado. Com a palavra.

A SRA. CAROLINA ILIDIA FARIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Arns. Bom dia, Senadora Zenaide, Secretário Getúlio, Alessandra e demais membros desta Comissão.

Primeiro, eu queria começar pedindo desculpas pelo ruído de fundo. Eu tive um problema no voo, mas já estou quietinha no aeroporto. Espero que isso não atrapalhe o entendimento da minha fala, mas, se atrapalhar, peço que me interrompam para que eu repita.

Eu queria, primeiro, contar que, nesta fala de hoje, vim trazer o resultado de um estudo recém-publicado aqui no Instituto Natura sobre o impacto da educação de qualidade em taxas de homicídios no Estado de Pernambuco. Então, esse é um estudo que a gente se orgulha muito de ter concluído, foi um estudo bem difícil por questões específicas de metodologia, foi um estudo longo. A gente celebra, porque é um estudo que traz de volta a esperança. Ele mostra para a gente que a educação pública bem implementada, com resultados consistentes, pode trazer muito mais do que resultados de aprendizagem, de permanência do aluno, de recomposição de aprendizagem pós-pandemia, como a gente estudou muito neste processo, pois ela também impacta os indicadores socioeconômicos da sua comunidade e do seu estado. Então, o que acontece quando essa política pública é bem implementada e esses resultados transbordam para os outros indicadores socioeconômicos que existem naquela comunidade?

Eu vou pedir licença para apresentar aqui, bem rapidamente, o estudo. Peço que me avisem se vocês já estiverem vindo em modo apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Estamos vendo a tela... Agora, sim. Agora está no modo apresentação.

A SRA. CAROLINA ILIDIA FARIA (*Por videoconferência.*) – Muito bem.

Nesse estudo de impacto, a gente resolveu estudar o impacto da política de ensino médio em tempo integral de Pernambuco nos indicadores de homicídio do estado. A motivação para o estudo veio do próprio relato das comunidades. Muitas comunidades mais violentas solicitavam aos estados, não só Pernambuco como outros em que a gente atua, que implementassem escolas de tempo integral para que houvesse uma redução de criminalidade naquela região.

O Instituto Natural, atualmente, apoia 21 estados do Brasil na implementação do ensino médio em tempo integral. O Instituto Natura é uma ONG, a gente é vinculado à Natura e a gente atua fomentando as agendas de alfabetização em regime de colaboração e as agendas do impacto do ensino médio integral. Além disso, a gente apoia toda uma agenda mais ampla da educação brasileira. Inclusive, foi por isso que a gente já teve contato com esta Comissão outras vezes, discutindo recomposição de aprendizagem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhando para todas essas redes e para todo o impacto que a gente vem percebendo, a gente resolveu estudar um dos efeitos desse impacto que é a redução de homicídios, que vinha sendo relatada por secretários estaduais, diretores de escola, professores, enfim, toda a comunidade. Esse estudo foi conduzido pelo Leonardo Rosa, que é um pesquisador, ele estava em Stanford à época, pelo Raphael Bruce e pela Natália Sarellas. Eles tiveram autonomia para realizar o estudo, que, obviamente, contou com o nosso apoio e o apoio da Secretaria de Pernambuco para finalizá-lo.

Por que Pernambuco? Pernambuco tem a décima maior taxa de homicídio entre os estados brasileiros, e 62% das mortes dos homens de 15 a 19 anos têm como causa homicídios. Então, esse gráfico mostra claramente a oscilação de homicídios no estado, com alguns picos, e aí a oscilação de homicídios para jovens dessa faixa etária. E aí por que a gente resolveu estudar o Estado de Pernambuco? Pernambuco foi o estado pioneiro da implementação do modelo de ensino médio integral em tempo integral e, quando esse estudo foi realizado, que foi no ano passado, ele já tinha 62% das matrículas do ensino médio nas escolas de tempo integral. A implementação do estado aconteceu de forma constante, paulatina, desde 2004, e a rede atualmente tem um percentual muito grande de matrículas na rede. O percentual de matrículas de tempo integral hoje já supera o de tempo parcial.

A entrada dos municípios de escolas em tempo integral oscilou muito nos municípios. Então, a gente teve uma entrada gradual de municípios que foram se integrando à política de tempo integral. As escolas integrais são escolas estaduais, e o estado optou por expandir nos seus municípios. Hoje 185 municípios do estado recebem o programa em anos distintos.

Aqui é só um desenho, o mapa geral do estado na linha do tempo. Essa era a composição de escolas em 2006; em 2010, o estado já tinha quase 100% dos municípios; e atualmente todos os municípios do estado têm escola de tempo integral – isso acontece desde 2014.

E a gente tem uma variação da taxa de homicídios nesses municípios. Então, 95 foi a taxa de homicídios de jovens de 15 a 19 anos em Olinda, por exemplo, em 2010, e 50 foi a mesma taxa no Município de Caruaru. Então, comparando municípios diferentes, a gente tinha também percentuais diferentes.

E aí qual foi a metodologia que a gente utilizou? A gente mergulhou... Os pesquisadores mergulharam fundo nos dados de violência, então, entenderam qual era a taxa de homicídios dos jovens de 15 a 19 anos para todos esses municípios de Pernambuco, no período de 2002 a 2018. A gente buscou a listagem de escolas de tempo integral nesse período, e aí sempre identificando ano a ano quando é que essas escolas entravam na política. E, por último, a gente utilizou dados auxiliares, como localização geográfica dos municípios, PIB *per capita*, IDH e população, para calibrar os dados.

A metodologia é a metodologia de comparação de diferenças. Então, a gente comparou as taxas de homicídios entre os municípios que receberam as escolas de referência, que são as escolas integrais, e os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios que ainda não receberam. Entendendo: municípios semelhantes, a única diferença é que um tinha recebido a escola, o outro não, como que a taxa de homicídio tinha se comportado. E a gente também fez uma comparação específica para os municípios que estão na divisa entre Pernambuco e os outros estados, para entender se tinha diferença também no resultado. E o que a gente tem de resultado é muito emocionante e muito estimulante: a gente tem que a implementação de escolas em tempo integral tem um efeito de 12 pontos percentuais na redução de homicídios a partir da implementação do programa, ou seja, a implementação das escolas integrais promove uma queda de 30% a 40% nas taxas de homicídio dos jovens ao longo de dez anos a partir da entrada das escolas em tempo integral.

Esse resultado foi confirmado por oito modelos estatísticos diferentes em que a gente se aprofundou para entender até que ponto tinha robustez científica e metodológica para sustentar essa informação. E os resultados sugerem que o efeito é maior quanto maior é o tempo de implementação da política. Então, a escola se transforma em tempo integral e a gente já percebe uma redução de homicídio, mas, quanto maior o tempo de implementação dessa política, mais a comunidade sente o efeito. E existe uma hipótese em que a gente vai se aprofundar agora, na segunda etapa do estudo, que é a de que isso acontece porque, de fato, a comunidade se integra mais a esse modelo de tempo integral. Então, professores, alunos, pais e a própria comunidade escolar, enfim, todo mundo envolvido próximo da escola integra melhor essa metodologia; projeto de vida, protagonismo, discussões sociais mais amplas acabam fazendo parte do contexto dessa comunidade. A gente ainda tem algumas limitações metodológicas, por isso eu digo que a gente vai ter que se aprofundar nessa discussão para entender até que ponto o tempo de implementação aumenta ou não esse impacto.

Por último, só queria deixar claro que esse estudo é o primeiro passo de um aprofundamento desses resultados do impacto do integral nos indicadores sociais. A gente tem uma fase agora de aprofundamento nesses dados, mergulho, trocas e outras análises. A gente pretende cruzar esses dados, que já são muito robustos, com outros igualmente robustos acrescentados pelo estado e por outras áreas, não só educação. E a gente precisa estender essas análises para outros indicadores socioeconômicos, por exemplo: gravidez na adolescência, acesso à saúde, entre outros.

Então, era isso que eu tinha para trocar com vocês, contar um pouco desse impacto do tempo integral nos indicadores de homicídios, mostrando que uma política pública bem implementada é capaz, sim, de reduzir as taxas de homicídios na sua região. A educação pública bem implementada pode, inclusive, impactar outros indicadores socioeconômicos, como gravidez na adolescência, acesso à renda, acesso a ensino superior, melhoria de renda do aluno egresso. E eu acho que a gente tem o tempo integral como uma das grandes evidências para conseguir reverter o impacto da pandemia na aprendizagem dos nossos alunos, especialmente os do ensino médio, que estão finalizando a etapa da educação básica e vão seguir o seu projeto de vida.

Obrigada, Senador.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço a você, Carolina Faria. Só quero dizer que é muito interessante, muito bom, isso está relacionado diretamente a todas as audiências públicas também da Subcomissão de educação na pandemia, que aponta a necessidade de termos educação em tempo integral, ao mesmo tempo, inclusive, no Plano Nacional de Educação. E eu aproveito para convidar todas as pessoas que nos acompanham, porque hoje à tarde vamos ter uma sessão de debate temático no Senado sobre os oito anos do Plano Nacional de Educação, às 15h. E lá está bem apontado também como uma das metas você ter 50% das escolas públicas, até 2024, em tempo integral e, na verdade, também 25% dos alunos. Então, a meta está sendo amplamente conquistada pelo Estado de Pernambuco, com os benefícios apontados por você.

Eu passo a palavra à nossa Vice-Presidente, a Senadora Zenaide Maia, com prazer.

Por favor, V. Exa. com a palavra. *(Pausa.)*

Só vejo que o microfone está fechado ainda. *(Pausa.)*

Isso.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interperlar. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero aqui parabenizar esse grande homem parlamentar, o Senador Flávio Arns, e também o nosso Secretário de Educação aqui do meu estado, Prof. Getúlio Marques. Getúlio, foi, Flávio Arns, Secretário Nacional dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, responsável pela interiorização, pelo aumento dessas escolas e sempre defendeu o tempo integral. Os institutos federais, a gente tem esse olhar diferenciado para eles, porque eles já oferecem... Mas, como foi mostrado aqui, eu queria dizer da importância de Getúlio. O Rio Grande do Norte se orgulha de ter um professor, um secretário de educação que tem esse olhar diferenciado.

Quero aqui cumprimentar a Profa. Alessandra Gotti. Eu sou médica de formação. A senhora falou que é como tudo, a sociedade tem que dar as mãos. Eu acho que o que a senhora nos mostrou já é praticamente um diagnóstico do que está acontecendo neste país.

Quero cumprimentar agora a Carolina. Essa pesquisa é essencial, é a prova viva de que realmente a prevenção da violência é uma educação pública de qualidade. Se me perguntassem hoje, Flávio Arns, qual a pior doença do nosso país, falando como doença, é a desigualdade social. E a gente sabe que não tem como tratar isso sem uma educação pública de qualidade em tempo integral. Entendeu?

Eu me pergunto que tudo isso aqui, acesso à escola, permanência na escola, tecnologia na escola, infraestrutura das escolas, porque a gente sabe que a escola tem que ser um lugar atrativo para as crianças e para os jovens da gente... Então, essa reticência em se investir em educação, porque eu digo, gente, educação não é despesa, é investimento...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fico feliz numa audiência pública como esta e queria dizer aos nossos palestrantes que o que a gente faz aqui é dar visibilidade à população brasileira – pais, mães, avós, tios que cuidam, que lutam por uma educação pública de qualidade para seus filhos – e mostrar que existe como corrigir, mesmo a gente sabendo a importância que teve a pandemia nesse abandono de escola, nessa depressão, nessa perda de aprendizado. A gente tem que ir atrás mesmo.

Eu fico olhando aqui: 33 milhões de brasileiros e brasileiras estão com fome, e, no meio dessa fome, como se mostra, estão as crianças, gente! Há outra coisa: a educação levaria... Eu não estou falando só de integração social. A escola é insubstituível em tudo, inclusive na saúde, porque povo educado é povo saudável, porque é povo que tem conhecimento e que sabe a importância da ciência e dos avanços.

Quero dizer aqui o seguinte – o Prof. Getúlio e todos são conscientes: se não se mover investimento, você não tem como fazer uma educação pública de qualidade em tempo integral. Aquelas crianças que estão na rua ou em casa com fome, com seus pais, se estivessem numa escola de tempo integral, pelo menos a alimentação teriam, com a merenda escolar.

A gente sabe que antes dessa crise... A gente sabe que não se pode culpar só a pandemia, porque, em dezembro de 2019, Flávio, a gente já tinha 13,5 milhões na extrema pobreza. Como nós vamos corrigir isso? Gerando emprego e renda! E quem vai ficar com bons empregos e boa renda? Os que foram educados, os que estão sendo educados.

Então, eu queria dizer a todos, ao Secretário de Estado do Rio Grande do Norte, à nossa Alessandra Gotti, que veio aqui, que agradecemos. A população brasileira tem que tomar conhecimento disso, porque o que a gente ouviu muito é se dizer assim... O que é que Paulo Freire fez aqui, como experiência, na cidade de Angicos? Eles dão a entender que as pessoas estão com fome ou fora da sala de aula, desempregadas, como se fosse por acaso ou porque Deus quis – eu ouço isso. E, na verdade, eles são pobres não porque Deus quis, eles estão empobrecidos e com fome não porque Deus quis, mas, sim, por uma política perversa que tira recursos da educação, da saúde e da segurança pública.

Eu, neste momento, Flávio, não poderia deixar de dizer da nossa preocupação com esse projeto de lei que foi aprovado e que retira o ICMS dos municípios para reduzir o preço dos combustíveis, quando a gente sabe que não vai resolver. Vai reduzir, no máximo, em R\$0,20 o litro de gasolina e tirar da educação. Gente, o ICMS... Quando se tiram os recursos do ICMS... Sessenta por cento dos recursos do ICMS são a base do Fundeb, como Flávio e nós falamos no dia, preocupados com isso. Vai faltar o quê, gente? Educação. Cadê os professores, a merenda escolar, a segurança pública?

Para finalizar, quero dizer o seguinte: quero agradecer, mais uma vez, a esses três palestrantes.

Vocês estão empoderando os brasileiros e as brasileiras com conhecimento e com informações corretas. Informação é poder! Nada empodera mais o povo do que saber, como foi mostrado aí, e ter um diagnóstico, saber o que pode ser corrigido e o que pode ser feito aqui a curto, médio e longo prazo, ou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, educação pública de qualidade em tempo integral e escolas com estrutura que atraia os jovens, crianças e jovens.

E esta Subcomissão me orgulha, porque nós temos um Presidente como o Senador Flávio Arns, que é uma referência. E quero dizer o seguinte: nós conseguimos no Fundeb constitucionalizar, aumentar os recursos, mas foram retirados agora com essa política. Isso é muito preocupante, me preocupa demais, porque eu sou a prova viva de uma educação pública. Eu me formei em Medicina na Universidade Federal de Pernambuco. Apesar de ser daqui, do Rio Grande do Norte, nunca estudei numa escola privada. Nada contra as escolas privadas, mas nós temos que ter ciência de que o Estado brasileiro deve uma escola pública de qualidade e de tempo integral às suas crianças e a seus jovens.

Obrigada, Sr. Presidente. Desculpe se me estendi demais.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós que agradecemos a você – permita-me assim chamá-la –, Senadora Zenaide Maia, sempre atuante, combativa, com posicionamentos firmes, seguros, na área da educação, da saúde e em tudo aquilo que favoreça o ser humano.

Eu só quero destacar, Senadora Zenaide Maia, que todos nós nos empenhamos muito, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, a favor da aprovação do novo Fundeb, que representou um aspecto permanente na Constituição, não está mais no Ato das Disposições Transitórias, com aumento de recursos por parte da União e também com critérios melhores de distribuição justamente para atender a diversidade social, econômica, cultural e de resultados pelo Brasil. Se tivéssemos aprovado o projeto de lei do ICMS sem o destaque que foi aprovado, estaríamos retirando todos os ganhos do Fundeb deste ano, por causa da questão dos combustíveis. Então, R\$20 bilhões seriam retirados do Fundeb. E a gente sempre diz, como V. Exa. coloca: educação é tudo. Então, o destaque foi aprovado no Senado Federal e foi aprovado na Câmara dos Deputados, para mostrar a importância dessa iniciativa, e com a participação efetiva dos membros da Comissão de Educação, inclusive com a participação segura de encaminhamento desse tema pelo Senador Marcelo Castro, que foi muito elogiado e enaltecido pela posição firme a favor da educação básica em nosso país.

Então, o apelo que a gente faz, inclusive nesta audiência pública, é que esse destaque não seja vetado pelo Governo, porque, se for vetado, significará a perda total – total – de R\$20 bilhões neste ano, que representariam os recursos do Fundeb. Então, isso é importante. Já há perdas em outros sentidos, porque o Fundeb constitui 20% dos 25% que estados e municípios têm que aplicar na educação – 20% dos 25%, ou seja, 75% dos recursos.

Já há diminuição nos outros 5%, porque são verbas de manutenção e desenvolvimento da educação, mas, no Fundeb, a gente sempre disse: olha, todo brasileiro é a favor da redução de impostos, de uma reforma tributária no fundo, que seria, vamos dizer, a discussão de todo o panorama tributário,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

mas não às custas de recursos para a população que mais precisa, como a Carolina mostrou. Quer dizer, se você tem educação em tempo integral e por vários anos, isso significa, só esse aspecto significa diminuição da taxa de homicídios, e, obviamente, mais gente terminando o ensino médio, integrando-se no trabalho.

O remédio para o que o Brasil precisa é educação, de fato. Nada pode faltar particularmente na educação base; se isso acontecer, mais gente irá para o ensino superior sem dúvida alguma. As pessoas precisam se animar, ter trabalho, ensino profissionalizante, técnico, educação em tempo integral, alfabetização na idade certa, valorização de professores, tudo isso que está previsto, inclusive, no Plano Nacional de Educação.

Então, eu me estendi um pouquinho só para parabenizar V. Exa., que, quero testemunhar para o povo do Rio Grande do Norte, é uma batalhadora nessa área. Parabenizo o povo do Rio Grande do Norte por tê-la conduzido ao Senado Federal, onde representa muito bem a população que mais precisa da sua participação.

Eu quero passar novamente a palavra aos expositores, para acrescentarem alguma coisa – a Alessandra, o Getúlio e a Carolina – nas considerações finais, uns dois minutos para cada um. Até pergunto para a Alessandra como as pessoas podem se engajar na iniciativa também, o que devem fazer para que participem também, como há seis locais de articulação a favor do que é importante. Como as pessoas podem fazer, os municípios podem fazer para participarem desse processo?

Ao mesmo tempo, também lembro a questão interssetorial: 70% dos alunos que apresentam algum problema emocional decorrente da pandemia no retorno às aulas... Não é só com os alunos; obviamente também, todos sabemos, com os professores, com as famílias e tudo. Uma das maiores dificuldades que sentimos é justamente essa articulação entre a saúde e a educação, porque o professor vai até um certo ponto; ele acolhe o aluno, gosta do aluno, valoriza, e isso é muito bom e tem que acontecer, é a missão do professor, mas há a necessidade também da participação, em muitas ocasiões, do profissional da área da saúde, o psicólogo, eventualmente até o psiquiatra e outros profissionais, para auxiliar nessa missão do professor e da professora.

Então, eu passo a palavra novamente a vocês: Alessandra, depois o Getúlio e a Carolina para encerrarmos. Pode ser?

Muito bem.

A SRA. ALESSANDRA GOTTI (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador Flávio.

A gente entende que, de fato, é fundamental a gente criar uma cultura de mais trabalho conjunto e articulado entre todos os Poderes, órgãos independentes e também de forma interssetorial entre as várias





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pastas do Governo – saúde, educação, assistência social –, para, assim, a gente conseguir dar uma resposta mais adequada a todos os desafios que nós temos em um país tão desigual como o nosso.

Aqui o Instituto Articule tem uma missão ousada de desenvolver uma governança em cada um dos estados da Federação. Nós estamos em três; a partir de amanhã, no quarto, aqui no Pará, e há essa governança de âmbito nacional. E a ideia é que essas governanças se proliferem para que a gente, de fato, consiga consolidar esse trabalho que deve mobilizar todos mesmo pela educação. Eu acredito que, para a gente superar os desafios que nós temos na educação no país, nós precisamos que todos os Poderes, todos os órgãos independentes e a sociedade civil trabalhem juntos na construção de soluções, porque assim a gente vai ter políticas mais bem desenhadas, com mais agilidade e o que eu acho que é fundamental: um ambiente de mais segurança jurídica para a tomada de decisões administrativas. Então, a ideia é que a gente possa paulatinamente ampliar essas governanças nos outros estados, envolvendo todos esses diversos atores, e beneficiar, dessa forma, os municípios.

Eu queria só fechar aqui a minha fala pegando o ponto que a Senadora Zenaide mencionou de que o Estado brasileiro deve às crianças e aos jovens uma educação de qualidade. E, sobretudo agora, diante dos desafios que nós temos na pós-pandemia para recompor a aprendizagem desses estudantes, para resgatar os estudantes que evadiram, a gente precisa trabalhar com três pontos fundamentais: com foco, com engajamento e com união de esforços.

Então, precisamos, como o Secretário Getúlio mencionou, fazer um planejamento articulado e aí monitorar essas iniciativas que o MEC desenvolveu, seja a plataforma de avaliação diagnóstica, seja o Programa Brasil na Escola, de modo que as avaliações diagnósticas possam trazer dados daquilo que é mais deficitário e isso também ser um indicador, um dado utilizado para formação dos professores, para que os professores possam, então, responder esse desafio de recomposição de aprendizagem.

Eu acredito, assim como a Senadora Zenaide, o Senador Flávio Arns e todos aqui que estão nesta sala, que a educação é o único caminho para que a gente possa desenvolver o nosso país e o único caminho para que as crianças e jovens possam fazer escolhas, ter oportunidade de fazer escolhas e construir seus sonhos.

E aqui eu quero me lembrar de Fernando Pessoa, que disse que o homem é do tamanho dos seus sonhos. Que nossas crianças e jovens da escola pública possam ter grandes sonhos e realizá-los por meio da educação!

Muito obrigada.

Eu me coloco à disposição, o Articule à disposição, Gaep-Brasil, para que a gente possa unir forças e colaborar pela educação no nosso país.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bom!

Agradecemos a você, Alessandra Gotti.

Passo agora a palavra ao nosso Secretário de Educação do Rio Grande do Norte, Getúlio Marques. *(Pausa.)*

Você deve abrir o microfone de novo, Getúlio.

O SR. GETÚLIO MARQUES (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, mais uma vez, Senador Arns, pela oportunidade de estar aqui com vocês.

Cumprimento, mais uma vez, e parabênzo a Alessandra, porque foi, Alessandra, muito importante tudo aquilo que você passou na primeira lâmina. Vi como nós temos acúmulo de questões para as quais já temos a solução – só falta aplicá-la.

Depois, a Carolina também segue na mesma sequência, e é muito legal, Carolina, quando a gente percebe tudo isso por que vocês já vêm passando – o Instituto Natura. E, como disse a minha querida Senadora Zenaide, sobre quem já falarei, o Instituto Natura... A gente coloca tudo aquilo que a Senadora colocou: instituições públicas, terceiro setor, instituições privadas... Ninguém é contra nada disso. O que a gente quer é que haja uma articulação.

Hoje nós temos um caminho de recursos que são colocados – eu digo até no próprio terceiro setor – porque, às vezes, com os mesmos caminhos, repetimos processos em que, se estivéssemos bem articulados, estaríamos trabalhando um pouco melhor, todos nós juntos, cada um tentando estabelecer aqui metas e trabalhos coerentes com aquilo que a gente sempre discutiu a vida toda.

E aí, Senadora Zenaide, eu já estava aqui lhe pedindo desculpas porque, como eu recebi a senha no meio do processo, o meu convite não tinha senha. Quando me passaram a senha, eu entrei e não vi a sua presença, não sabia quem estava à mesa, só estava vendo o Senador Arns e os convidados aqui. Uma contrariedade com esse valor, e eu não tinha conseguido fazer a referência que você merece pela sua generosidade, pela sua luta.

O que a gente precisa para o Brasil neste momento é união em torno da educação... Eu coloquei você no PIN aqui para não perdê-la. Eu vi quando o Jaime – você ainda tentou tirar, mas não deu tempo – se despediu de você de uma forma carinhosa e amorosa, e é disto que a gente precisa para o Brasil: um Brasil mais amoroso, um Brasil mais generoso e com mais educação.

Eu vou me inspirar em todos vocês – Zenaide, Senador Arns, Alessandra, Carolina – e na minha Governadora Fátima Bezerra, que sempre defendeu a educação ao longo da sua vida, para que a gente possa chegar à essa transformação. Vamos juntos fazer uma grande corrente e trabalhar para que a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação nacional realmente consiga sair desse ponto e a gente chegue a poder se comparar com a OCDE, mas, para isso, precisamos de investimento. Não dá para ficar comparando com o investimento que a gente tem, com o professor ganhando cinco vezes menos do que o pessoal da OCDE, e a gente comparar o que está acontecendo lá com o que acontece aqui.

Foi só um recado, desculpem. Agradeço, mas vamos continuar juntos na luta.

Obrigado, Zenaide, um grande abraço para você.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço a você, Prof. Getúlio Marques, Secretário de Educação do Rio Grande do Norte. Peço que transmita à Governadora Fátima Bezerra o nosso abraço. Ela já esteve aqui na Comissão de Educação também como Presidente e é grande liderança nessa área no Brasil.

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Carolina Faria, que representa o Instituto Natura nesta audiência pública, parabenizando-a novamente pela pesquisa e dizendo para todos e todas que nos acompanham que o material apresentado nesta audiência pública, assim como nas anteriores, está disponível no *site* da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Com a palavra, Carolina.

A SRA. CAROLINA ILIDIA FARIA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

O Prof. Getúlio e a Alessandra também trouxeram alguns pontos muito relevantes para a gente refletir neste momento de transição de política pública por que a gente passa – tanto transição política quanto transição pós-pandemia. Eu queria adicionar um item, que é a questão de evidências.

Esse estudo traz evidências claras de que a manutenção do investimento em políticas públicas que tragam resultados é capaz de gerar impactos, inclusive numa temática complexa como é a temática de violência e segurança pública. Então, a gente precisa continuar investindo em políticas públicas que tenham evidências de sucesso e investir onde a gente já sabe que está dando resultado. A gente tem muito material, todos os estados produziram muitas políticas públicas, muitos institutos fizeram estudos e pesquisas, assim como universidades. Então, a gente tem o mapa do caminho, a gente sabe que esse caminho é longo, vai ser árduo, mas eu queria chamar de novo o peso da evidência para este debate, este debate rico que a gente está promovendo aqui.

E aí eu queria estender um pouco as evidências do integral para outros indicadores de que a gente falou aqui. É uma política capaz de reduzir, e muito, a taxa de evasão e abandono. É uma política que melhora a renda do aluno no pós-médio. Enfim, são evidências sociais múltiplas. E a gente está mergulhando nas evidências dessa política para tentar ampliar o debate e trazer ainda mais endosso para o investimento, a manutenção e a ampliação dessa política. Neste momento em que a gente passa, especialmente, por um momento de muita crise na área de segurança, com aumento da violência, com



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

aumento de roubo, enfim, tantas questões, a gente sabe que já existe uma política pública capaz de reduzir esses indicadores. Por que não expandir?

O apelo que eu faço são estes dois: a gente olhar para quem traz evidência e conseguir ampliar o investimento dessas políticas, garantindo a extensão delas, a perenidade a todo custo.

E coloco o Instituto Natural à disposição para ampliar o debate, trazer outras evidências, outros estudos para subsidiar debates.

Obrigada, Senador, pelo espaço.

Obrigada, Senadora Zenaide.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço, Carolina Faria. Muito bem lembrado o impacto dessa política pública em termos de muitos aspectos que vêm sendo enfrentados como desafios nos dias de hoje pela sociedade.

Agradeço também toda a infraestrutura da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, sempre solidários e solícitos.

Agradeço aos meios de comunicação do Senado por valorizarem também todo este debate e colocarem o Senado e os expositores e as expositoras em contato com a população.

Agradeço novamente a vocês – permitam-me chamá-los assim –: Carolina Faria, Instituto Natura; Getúlio Marques, Secretário de Educação do Rio Grande do Norte; Alessandra Gotti, Presidente do Instituto Articule e representante do Gaepe-Brasil. Agradeço, então, pela participação, pelas exposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 27 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e zero minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença dos Senadores Wellington Fagundes e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Confúcio Moura. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 15ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. **Temática - CONECTIVIDADE:** garantir acesso a dispositivos com conexão à internet de alta velocidade aos estudantes e professores da rede pública de ensino. **Participantes:** Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Secretário de Telecomunicações-substituto (representante de: Ministério das Comunicações); Lilia Asuca Sumiya, Professora-Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; e Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo, Diretora-Presidente do Centro de Inovação para Educação Brasileira - CIEB. **Resultado:** Audiência Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/06/27>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a 15ª audiência pública desta Subcomissão, com a finalidade de debater a conectividade, ou seja, garantir acesso a dispositivos com conexão à internet de alta velocidade aos estudantes e professores da rede pública de ensino.

Esta audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria.

Eu quero sempre destacar que esta reunião, como já foi dito, é de uma Subcomissão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para todos e todas que nos acompanham, é presidida pelo Senador Marcelo Castro, do Estado do Piauí. E, nesta Subcomissão, além da minha pessoa, a Vice-Presidência está com a Senadora Zenaide Maia, do Rio Grande do Norte, com uma atuação muito importante no Congresso Nacional em todas as áreas e também na educação; também o Senador Wellington Fagundes, também um batalhador na área da educação; assim como o Senador Confúcio Moura. Então, são quatro Senadores. Havia um quinto, o Senador Anastasia, que agora é membro do Tribunal de Contas da União.

Eu quero dizer que, como eu falei, esta é a 15ª audiência. Já no ano passado foram definidas, nas audiências, seis áreas básicas que deveriam receber atenção como consequência dos efeitos da pandemia na educação. A primeira delas: acesso à educação, acesso à escola. Isso significa, entre outras coisas, busca ativa de alunos e alunas que porventura não estejam na escola, entre outros aspectos.

A segunda área: permanência na escola, uma escola acolhedora, bonita, prazerosa, educação em tempo integral, o que é muito importante.

O terceiro aspecto é a infraestrutura da escola: olharmos se a escola está com banheiro, eletricidade, água potável, esgotamento sanitário, que são as coisas mais fundamentais, mas também biblioteca, quadra de esportes, para que a escola seja um ambiente adequado para a educação. Então, essa seria a terceira área.

A quarta área é a questão do orçamento na educação – então, termos orçamento, e não termos perdas de orçamento. Uma preocupação enorme para todos nós da Comissão de Educação é a perda que vai haver caso a gente não derrube o veto do Senhor Presidente da República na Lei do ICMS, porque 60% dos recursos do Fundeb, por exemplo, são oriundos dos ICMS. Então, a maior fonte de aporte de recursos no Fundeb, que é o fundo de valorização da educação básica e do magistério, vem do ICMS. Então, temos de tomar cuidado. Tem que haver dinheiro, recursos para a área da educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O quinto aspecto é a recomposição de aprendizagem. Como fazermos, articularmos, trabalharmos em conjunto para que não haja perdas de aprendizagem ou que haja a recomposição da aprendizagem em função do tempo que as crianças e os adolescentes ficaram fora da escola.

E o outro aspecto, o sexto, que nós vamos debater hoje também, é a conectividade, ou seja, o acesso dos alunos e alunas da rede pública de ensino, mas em todas as redes também. A gente sabe que isso já vem acontecendo de uma maneira mais efetiva, não total, na rede particular, mas vamos discutir a conectividade, o acesso da escola, dos estudantes, dos professores. E, quando a gente fala dos estudantes, não só na escola, mas também na casa dos alunos, para que eles possam ter o complemento das atividades escolares em casa e os equipamentos necessários para isso. Então, este é o objeto desta discussão de hoje: a conectividade.

Nós vamos conceder o prazo de 20 minutos para cada convidado, caso precise desse tempo, para que possa fazer a sua exposição.

Participam dessa reunião, por meio de videoconferência, a Sra. Lilia Asuca Sumiya, Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, quero dar as boas-vindas para a Profa. Lilia; a Sra. Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo, Diretora-Presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira, também as boas-vindas à Sra. Lúcia; e o Sr. Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Secretário Substituto de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, a quem também damos as boas-vindas.

Iniciando as exposições, eu passo a palavra Sra. Lilia Asuca Sumiya, Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, de cujo estado também é a nossa querida Vice-Presidente, Senadora Zenaide Maia.

Com a palavra, Profa. Lilia.

A SRA. LILIA ASUCA SUMIYA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos e a todas! Muito obrigada.

Primeiro de tudo, gostaria de agradecer o convite feito a mim pela equipe e o prazer de estar aqui debatendo um tema muito importante para a educação não só potiguar, mas, imagino, do Brasil.

Eu acho que eu não vou usar todos os 20 minutos, mas, primeiro de tudo, eu organizei minha fala do ponto de vista das desigualdades. Então, a conectividade já era um fator que indicava a desigualdade educacional no Brasil, e eu acredito que, após a pandemia, isso ficou muito mais evidente. Então, aqui eu estou colocando... Não sei se dá para todos vocês verem.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sim.

A SRA. LILIA ASUCA SUMIYA (*Por videoconferência.*) – Eu coloquei tudo isso no estudo...



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Estamos vendo a tela *Conhecer para Transformar*. Está certo?

A SRA. LILIA ASUCA SUMIYA (*Por videoconferência.*) – Isso.

A minha fala está do ponto de vista de uma pesquisadora, que é de um grupo de estudos que nós temos aqui dentro da UFRN sobre políticas educacionais. E, do ponto de vista da desigualdade, fizemos um estudo a partir dos microdados do Inep – é esse aqui que eu estou mostrando; ele está disponível em forma de *e-book* –, que é *Conhecer para Transformar: Diagnóstico das Desigualdades Educacionais no Rio Grande do Norte*, organizado por mim e pela Profa. Sandra, do Departamento de Políticas Públicas. Esses dados são a partir de microdados até 2019, portanto, antes da pandemia, mas isso já nos indica um pouco em que situação estamos.

E aí eu gostaria de colocar que a desigualdade existe em todas as esferas, em todas as frentes, mas, especificamente sobre a conectividade, eu gostaria de destacar três grandes questões. Primeiro, nosso estado é um estado formado por vários municípios de pequeno porte e na pandemia se mostrou que a própria Secretaria de Educação, o próprio município não contava com um provedor de internet de banda larga. Tive alguns projetos de extensão desenvolvidos no período, em que o contato com a gestão da secretaria, dos gestores, foi complicado por falta dessa conectividade de banda larga – e isso obviamente afeta o trabalho das secretarias. Então, a falta de um equipamento adequado e conexão já nos indicavam, no dia a dia do nosso trabalho enquanto pesquisa de extensão da universidade...

Para além da secretaria, essa falta de conectividade também afeta principalmente as escolas. E aí esse diagnóstico – eu não vou mostrar tudo, mas só dando uma rápida olhada nesse estudo que fizemos – está distribuído entre sete eixos temáticos: o do aprendizado; depois, o do perfil demográfico e socioeconômico do alunado; o do acesso à escola, a evolução das matrículas no Estado do Rio Grande do Norte; o das condições de infraestrutura das escolas no Rio Grande do Norte, eu vou me ater um pouquinho mais a essa frente daqui a pouco, mas só para mostrar como ela está organizada; o Eixo Temático 5, o de docentes na educação básica do Rio Grande do Norte; o Eixo 6, o da evolução e desigualdades no financiamento da educação; e o Eixo 7, o da gestão municipal da educação.

Então, nesses dados, na parte da infraestrutura, é muito claro que os dados do Inep já mostram que principalmente as escolas rurais, às vezes, não contam nem com uma infraestrutura básica, seja de banheiro, de biblioteca, quem dirá conexão à internet. Então, esse é um ponto que fica bem evidente sobre as escolas rurais e, principalmente no nosso estado, que é formado por vários municípios de pequeno porte, essa falta de conexão chega a ser bastante evidente.

Por outro lado, também conseguimos destacar, a partir dos dados do Inep, que, nesses últimos dez anos, de 2008 a 2018, houve um considerável aumento de escolas com acesso à internet. Então, se, de um lado, a gente pode comemorar, sim, que há um aumento melhor; de outro, ainda isso não é suficiente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E uma das questões – e aí eu vou diretamente à p. 157, em que estão os dados que mais nos interessam neste momento –, lá se diz que as escolas municipais têm menos condições. Então, a partir dos dados de 2018, nas escolas do ensino fundamental, a gente tem 64% das escolas com acesso; nas escolas estaduais, a gente tem 92%, um dado maravilhoso. Mas aqui eu chamo a atenção para a necessidade de que a gente precisa, na verdade, ter também pesquisas mais qualitativas no que se refere a esse acesso.

Então, nesses 92%, que são as escolas estaduais nossas que têm o acesso, muitas vezes, o que acontece é que essa escola pode até ter o acesso por meio da secretaria para eles enviarem algum dado, alguma comunicação com a secretaria, mas isto não acontece: o acesso para os alunos, para os professores poderem desenvolver um projeto pedagógico, um projeto de aprendizado com as novas tecnologias educacionais. Isto eu posso dizer, inclusive, visitando as escolas da região metropolitana aqui de Natal, da capital do Rio Grande, já me deparei com escolas da rede estadual que estão dentro desse percentual de 92%, mas a capacidade da internet não é suficiente para 400, 500 alunos; e não só isso, não existe laboratório de informática. Então, laboratório de informática ainda é um percentual baixo. Tenho uma impressão, isso não é um dado ainda, de que, depois da pandemia, a própria importância do laboratório de informática ficou um pouco deixada de lado, porque se entendeu que todos os alunos têm, que muitos alunos têm acesso ao celular e tudo mais.

E aí eu quero destacar que, se a gente fala de aprendizado dos alunos, muitas vezes, ter este equipamento, um computador, um *notebook* que tem acesso a novas tecnologias é fundamental. Uma coisa é ter acesso, outra coisa é a equipe dos professores saber desenvolver uma atividade relevante dentro do contexto do aprendizado dos alunos para que as novas tecnologias sejam a favor do aprendizado desses alunos.

Então, nessas condições, esse número, esse percentual de 92% eu diria que não retrata um pouco a realidade e as dificuldades dos alunos em relação a esse acesso à conectividade.

Atualmente estou desenvolvendo uma pesquisa bem simples com um projeto de aluno da iniciação científica, e nós visitamos duas escolas para preencher um questionário sobre como foi o aprendizado durante a pandemia. Nós estamos tendo uma dificuldade maior do que imaginávamos nessa coleta de informações, porque os alunos também, apesar de ser um questionário *online*, não conseguem ter de fato acesso a esse questionário para poder responder. Então, são vários percalços que nós estamos vivendo.

E eu diria que, sim, faltam ainda dados não só do Rio Grande do Norte, mas nacionais. Quando eu vejo o acesso a algumas pesquisas, nós estamos falando muito de números quantitativos. O Cetic, por exemplo, o centro regional, faz um trabalho bem bacana de dados de acesso dos alunos. Agora tem o Painel TIC Covid-19 - 4ª edição, em que eles mostram usuários de internet que frequentam escolas e universidades por dispositivo utilizado com maior frequência. Então, em termos de dados, nós temos pesquisas bastante interessantes. Obviamente, esse dado também nos indica o que já sabíamos, o acesso é muito voltado a esta grande desigualdade: quem tem um grau de instrução de familiares com ensino



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

superior teve mais acesso com computadores e equipamentos de conectividade; as classes sociais A e B tiveram muito mais do que as classes C e D. Portanto, sobre esse ponto, eu acho que é muito importante a gente ter também dados qualitativos do quanto a falta de acesso vai impactar, no fim, na aprendizagem dos alunos e alunas da nossa instituição. Isso eu diria que não só em escolas municipais talvez, que teriam maior dificuldade, mas nas estaduais e, inclusive, nas federais. Eu, como professora, tendo acesso aos alunos que vieram dois anos após a pandemia, nós vemos isto diariamente na sala de aula: a dificuldade também de ter acesso, mesmo no âmbito de uma universidade federal, é muito evidente.

Então, eu acho que a minha fala por enquanto fica por aqui.

Obrigada, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu que agradeço, Profa. Lília. Muito boa a sua fala, muito interessante, muito concreta também.

Eu quero destacar só, talvez você já tenha conhecimento, que o Senado Federal mais para o início da pandemia fez também uma pesquisa, através do DataSenado, sobre os aspectos envolvidos na aprendizagem, o acesso à tecnologia. E a pesquisa fica à disposição também.

Quando nós falamos de conectividade, pelo menos eu falo, sempre falo, é assim: na escola ter, mas o aluno e o professor também terem acesso ao equipamento necessário para que isso aconteça, porque há muitos professores que não têm o equipamento também adequado, e verificar a conectividade, se possível, na casa do aluno, porque, se esse aluno, seus irmãos e os pais puderem fazer pesquisa, dar continuidade ao que viram na escola em casa, eu penso que isso pelo menos vai ajudar muito na possibilidade de a pessoa se desenvolver.

E é caro, não é? Mesmo que seja uma internet mais barata, o que você está pagando por satélite é muito mais caro. Pelo menos, pessoalmente, eu posso falar que eu pagava R\$500 por uma qualidade que não era boa, R\$500 por mês. Na conectividade, com provedor local, ainda ficam R\$139, R\$140, o que é muito para muitas famílias também.

Então, depois, se você pudesse só ainda detalhar, seria interessante ver os dados qualitativos. Você já se aprofundou, mas poderia dar um reforço nisso também. Muito bom!

Passo, em seguida, a palavra à Sra. Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo, Diretora-Presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira.

A SRA. LÚCIA GOMES VIEIRA DELLAGNELO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Flávio e Senadora Zenaide. Obrigada pelo convite.

Eu sou, como já foi falado, Diretora do Cieb. O Cieb é um centro, uma organização sem fins lucrativos que visa promover o uso da tecnologia e da inovação para melhorar a qualidade da educação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira. O nosso principal instrumento para conhecer e orientar as secretarias de educação sobre como fazerem essa transformação digital da educação é uma ferramenta chamada Guia EduTec. Nós temos dados hoje de mais 105 mil escolas brasileiras, escolas públicas, escolas grandes e pequenas, sobre o grau de adoção de tecnologia nessas escolas.

Quando a gente fala de uso de tecnologia na educação, nós não estamos falando só da presença de computadores e de conectividade. Nós temos uma visão do que é uma escola conectada, que é uma escola que tem uma visão estratégica e planejada para o uso da tecnologia incorporada no seu currículo e nas práticas pedagógicas. Ela tem uma equipe tanto de gestores quanto de professores com competências digitais, sabendo usar essa tecnologia para a aprendizagem. Ela tem um conjunto de recursos educacionais digitais alinhados ao seu currículo e, é claro, tem que ter a infraestrutura em termos de computadores e acesso à internet, para que a tecnologia seja usada. Nós pesquisamos muito o impacto da tecnologia, principalmente olhando para outros países, e fica claro que, se essas quatro dimensões não forem contempladas, dificilmente a tecnologia tem um impacto na educação. Então, pode se gastar muito dinheiro sem ter um retorno em termos de qualidade e equidade, principalmente, na educação pública brasileira.

Eu separei a minha fala em aspectos positivos, boas notícias que nós temos no Brasil... Ultimamente, está difícil ter boas notícias. Então, eu optei por começar pelas boas notícias e depois falar um pouquinho dos desafios que nós temos na nossa frente.

Um dos pontos positivos é que, pela primeira vez na história do Brasil, nós temos informações precisas sobre a questão da conectividade e temos recursos alocados, já em cima da mesa, prontos para serem utilizados, para melhorar a infraestrutura de tecnologia das escolas brasileiras.

Vamos começar por informações. Hoje, num esforço coletivo, várias organizações, Cieb, NIC.br, Cetic, conseguiram formar o Mapa da Conectividade na Educação, mostrando, escola por escola, qual é a situação de conectividade. Em algumas escolas, nós temos muitas informações, porque elas têm, além das informações que reportam para o centro, o Simet, que é o medidor da velocidade da qualidade da conexão que está chegando a essas escolas; em outras, temos menos informações, mas a verdade é que esse Mapa da Conectividade na Educação conseguiu juntar mais de sete bases de dados. O MCom foi um parceiro – agradeço já ao Pedro –, disponibilizando essas informações, porque cada um tinha um pedaço desse retrato do que é a conectividade nas escolas brasileiras.

E nós temos um problema que estamos trabalhando com o Inep. É que, nas informações que o censo recolhe sobre conectividade, essas informações são muito vagas e não nos fornecem um retrato fidedigno do que é a conectividade nas escolas. Só para vocês terem uma ideia, o censo pergunta para a escola: você tem internet, sim ou não? E, depois, pergunta, se ela responde "sim": você tem internet para aprendizagem? E a gente fica sem saber o que se está perguntando ali, não é? Se é a conectividade dentro da sala de aula, se é um laboratório de informática. Então, nós estamos trabalhando também com o Inep





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora para aprimorar essas informações do censo escolar para que a gente entenda a situação de conectividade. Mas, pela primeira vez, nós conseguimos, então, integrar essas diferentes bases de dados e temos hoje um retrato de todas as escolas brasileiras em relação à conectividade.

A outra boa notícia é que nós temos hoje recursos alocados, disponíveis para investimento em conectividade. E esses recursos vêm pela regulamentação do Fust, pelo leilão do 5G, que gerou quase R\$3,5 bilhões a serem aplicados na conectividade e na educação; tivemos a Lei 14.172, do Congresso, que também destinou R\$3,5 bilhões para a conectividade de professores e de estudantes; e, além disso, mapeamos aí no Congresso Nacional vários projetos, como o Wi-Fi Brasil, vários Senadores e Deputados que vêm propondo projetos específicos de lei para a questão da conectividade. Então, nós temos informações e temos esses recursos.

Quais são os perigos? Quais são os pontos de atenção de que nós precisamos? É preciso criar uma visão compartilhada do que é uma internet e uma conexão de qualidade para as escolas brasileiras. O risco que nós corremos é cada um desses recursos... Parece muito, não é? São R\$10 bilhões, mas, se nós não tivermos essa visão compartilhada, esses recursos podem ser fragmentados, e a gente pode não conseguir enxergar, depois da sua implementação, uma mudança significativa no cenário da conectividade para a educação.

E o que é essa visão compartilhada? Hoje as organizações internacionais estão falando de conectividade significativa. Não é só você ter acesso à internet, mas existem alguns critérios de qualidade desse acesso que determinam se você vai ter realmente uma relação produtiva e educativa com a conectividade ou simplesmente você vai constar lá como usuário de conectividade, como usuário de internet, mas você não vai ter a sua vida educativa ou profissional transformada por esse acesso à tecnologia.

E esse conceito de conectividade significativa diz o seguinte: que o uso não pode ser esporádico. E as nossas pesquisas, infelizmente, ainda só captam uso esporádico, porque a pergunta que se faz na pesquisa para a gente ver se o brasileiro é usuário ou não de internet é: nos últimos três meses, você acessou a internet alguma vez para alguma atividade? E o conceito de conectividade significativa diz que o uso tem que ser cotidiano, você tem que usar para diferentes funções; é você ter a capacidade de usar todo dia a internet.

O segundo critério é o dispositivo através do qual você acessa a internet. O acesso pelo celular hoje é o mais comum, é o mais ubíquo, mas ele limita o tipo de atividades que você consegue realizar na internet. Por exemplo, atividades educativas por meio do celular são inadequadas, limitam a capacidade do estudante de interagir, de criar atividades. Então, é importante? É, mas ela não é suficiente para nós garantirmos a qualidade da educação. Então, o tipo de dispositivo – e aí, claro, o computador, o *notebook* –, quanto mais completo for, mais permite o enriquecimento das atividades educativas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra coisa é o acesso ilimitado. Eu sei que, durante a pandemia, muitas redes tiveram que fazer os dados patrocinados, então "se você acessar esse *site* da Secretaria de Educação, você não paga internet". Mas isso limita a grande janela para o mundo que é a internet, a grande riqueza da internet; você a limita quando se limitam os dados que você pode acessar e os que você não pode acessar na internet.

E, por último, esse conceito que tem esses quatro critérios, que é a competência digital para você ser um usuário crítico e responsável quanto ao que você acessa na internet. Então, é para você ser capaz de discernir, por exemplo, o que é uma informação verdadeira, o que não é uma informação verdadeira; saber as implicações do que você publica, tanto para você quanto para as outras pessoas, ou seja, ter essa criticidade e ser um usuário responsável, ético e crítico do que você vê.

Então, o desafio hoje no Brasil é usar todos esses recursos que nós temos agora alocados para a gente conseguir essa conectividade significativa. Não é mais ir lá e colocar o sinal da internet na escola, mas desenvolver todas essas condições para que a internet, a conectividade realmente gere uma transformação na educação brasileira. E aí muitos me perguntam assim: "Lúcia, você não está sendo sonhadora demais, não? Nós estamos muito longe, quando ainda temos problemas muito básicos na educação brasileira, de pensar nessa conectividade significativa". E a boa notícia é que nós não estamos tão longe de conseguir essa transformação.

Quando a gente fala de quais são essas condições mínimas para o uso da tecnologia numa escola, nós estamos falando de 1 mega por estudante. Nós desenvolvemos junto com parceiros toda uma fórmula para você calcular o quanto de velocidade deveria ter numa escola para ter essa conectividade significativa, e chegamos a essa velocidade de 1 mega por aluno. Isso significa, gente, que numa escola média brasileira... Uma escola média brasileira tem 170 alunos no seu maior turno. Isso significa ela conseguir contratar um pacote de 200 megas de qualquer operadora vigente na região, o que custa hoje cento e poucos reais. Então, nós não estamos falando de um custo... Quando, claro, a gente pensa em escolas de mil, dois mil alunos, esse custo é muito mais alto, mas, lembrando, a média das escolas brasileiras tem de 200 a 500 alunos e não passam de 170 por turno. Então, é um custo... Quando a gente faz essa conta, a gente vê que é uma conta possível de ser paga com os recursos que nós já temos alocados hoje para conectividade na educação.

Outra questão que me perguntam é em relação a dispositivos: "Ah, Dra. Lúcia, a senhora está dizendo que nós temos que comprar um computador para cada aluno brasileiro?" É claro que seria o ideal, mas nós hoje já temos também a possibilidade de ver um número de pelo menos um dispositivo para cada cinco estudantes. E aí, de novo, fazendo essa mesma conta que nós estamos fazendo hoje, de 170 alunos por turno, nós estaríamos falando de 34 computadores para uma escola média no Brasil. Trinta e quatro computadores, de novo, não é nenhuma conta que hoje o orçamento da educação não consiga pagar. Os computadores não precisam ser um para um, mas eles podem estar num carrinho onde eles circulam pelas



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

escolas e os professores usam a verdadeira educação híbrida, integrando momentos de atividades *online* e atividades não online, claro, com outras atividades nas escolas.

E por que cinco? Porque isso permite o uso cotidiano pelo menos uma vez por semana e porque essa é média dos países da OCDE. No Brasil hoje a gente tenta fazer uma conta para ver quantos computadores estão na escola e nós temos quase 40 alunos para acessar um computador. Isso não permite que o uso seja frequente, seja cotidiano e tenha impacto na educação.

E, por fim, nós precisamos desenvolver as competências digitais dos professores para que eles consigam realmente incorporar essas tecnologias, essa infraestrutura disponível nas suas práticas pedagógicas. A tecnologia não deve ser algo substituível do papel do professor, mas, ao contrário, deve permitir ao professor ampliar e diversificar as experiências de aprendizagem que ele propõe para os seus alunos.

Então, o meu recado aqui é dizer que hoje nós já temos um número e precisamos garantir que todos esses investimentos que serão feitos agora, com esses recursos disponíveis para a infraestrutura da escola, persigam essa visão comum de garantir a todas as escolas brasileiras esse mínimo que permita o uso da tecnologia. E aí, entre outras discussões que eu acompanhei aí no Senado que foram muito interessantes, uma delas é se esses recursos também não deveriam ser direcionados para alunos e professores fora da escola. Sem dúvida, deveriam e devem ser, mas o que os outros países do mundo estão fazendo é incluindo nos seus programas de repasse de renda uma bolsa internet; garantindo que as famílias mais vulneráveis recebam recursos tanto para dispositivos quanto para acesso à internet. E, como política educacional, a gente concentrar na escola como esse lugar de acesso democrático, de acesso que garanta equidade do acesso à internet e a dispositivos.

Então, era essa a minha contribuição. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem. Agradeço a fala da Profa. Lúcia, também muito interessante, muito prática, indicativa do que pode ser feito, há condições de ser realizado com alternativas, assim como da Profa. Lília também.

Vamos escutar agora também o Sr. Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo – sempre professor também, porque está orientando a comunidade, a sociedade –, que é Secretário Substituto de Telecomunicações do Ministério das Comunicações. É muito importante, em função das falas que aconteceram, ter a palavra agora do Ministério das Telecomunicações.

Com a palavra, Sr. Pedro.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Senador. Aproveito aqui também para agradecer o convite ao Ministério das





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Telecomunicações para participar desse evento. É uma honra poder aqui representar o ministério no evento de hoje.

Também cumprimento aqui minhas colegas de painel, de debate, e também a Senadora Zenaide Maia.

Eu vou tentar passar aqui uma apresentação para orientar a minha fala, porque acho que fica um pouco mais didático. Deixe-me ver se eu consigo compartilhar aqui. Dois segundos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Isso.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Vocês estão conseguindo enxergar, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está compartilhado.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Ótimo, então. Vocês estão vendo a tela inteira ou vocês estão vendo o PowerPoint? A tela inteira, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É. Está tranquilo, viu, Pedro. A tela inteira.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Está ótimo então. Agradeço, Senador. Obrigado.

Bom, qual era a ideia no evento aqui do dia de hoje? Era dar primeiro uma perspectiva um pouco geral a respeito de como é a relação entre de um lado as políticas públicas de telecomunicações e o tema de conectividade para fins educacionais. E aí eu queria começar a minha apresentação meio que chamando atenção para um aspecto que às vezes é pouco destacado nas discussões e tem esse envolvimento das políticas de telecomunicações e o tema de conectividade para fins educacionais. É o fato de que aqui, do ponto de vista das políticas de telecomunicações, a gente tem uma abordagem um pouco diferente daquela que é adotada quando o tema de conectividade é tratado no bojo das políticas educacionais.

Quando a gente está falando de políticas públicas federais para educação, a conectividade para fins educacionais é um meio, é mais um insumo entre vários outros que são necessários para se obter os resultados almejados, talvez sequer o principal. A gente está falando que tem que ter professores, tem que ter proposta pedagógica; o Sr. Senador mencionou a necessidade de infraestrutura básica para que uma escola seja de fato interessante, atrativa e eficiente no processo de ensino-aprendizagem para os alunos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, do ponto de vista das políticas públicas de educação a conectividade é um meio, é mais um insumo. Para nós, aqui em telecomunicações, é um fim em si mesmo.

Do ponto de vista das telecomunicações, a gente quer, sempre do ponto de vista das políticas públicas, ampliar o acesso da população em geral aos serviços de telecomunicações e em particular a conectividade, em particular o acesso à internet banda larga. Um dos públicos prioritários – a gente sempre chama de uma das áreas prioritárias – é a conectividade para fins educacionais. Mas aqui, conectividade é um fim em si mesmo. Isso, no fim das contas, acarreta algumas mudanças em termos de abordagem, em termos de política, da maneira como elas são desenhadas.

Outra coisa para que eu acho que é interessante a gente chamar um pouco a atenção é como esse debate de conectividade para fins educacionais evoluiu ao longo do tempo. Até não muito tempo atrás, a gente estava muito focado em conectividade para escolas. Com o passar do tempo se pensou – até como a colega Lúcia mencionou – que é importante você incorporar ao processo pedagógico ferramentas tecnológicas que permitam que o professor entregue um aprendizado de maior qualidade. Então, começou a se pensar: "Olha, a gente tinha que disponibilizar, de alguma maneira, conectividade também para professores, e, no limite, em última instância, para os próprios alunos". Aí, como a Lúcia mencionou, tanto no ambiente escolar quanto, eventualmente, agora alguns países já avançam no sentido de prover conectividade ou alguma solução nesse sentido fora do ambiente escolar.

Então, essa também é uma discussão que vem acontecendo, e as políticas de telecomunicações, de alguma forma – e eu espero deixar isso claro aqui, nos próximos eslaides –, também, de alguma maneira, vêm se adaptando a essa nova realidade. As políticas de telecomunicações, sempre no início – e continuam –, foram muito focadas na conectividade para escolas, mas, gradualmente, começam também a dar uma certa atenção para a conectividade não só do ponto de vista coletivo, no estabelecimento, mas também para professores e alunos.

Aqui, nesta primeira sessão da minha apresentação, eu vou tentar simplesmente recuperar, recobrar como o tema de conectividade para fins educacionais aparece nas principais políticas de telecomunicações, nas principais normas que regem o setor de telecomunicações no Brasil, as políticas públicas de telecomunicações. E a gente começa logo pela norma máxima do ponto de vista de telecomunicações, que é a Lei Geral de Telecomunicações, que deixa claro que já tem um compromisso com o atendimento de oferta de serviço para estabelecimentos públicos de ensino. Então, lá em 1997, o legislador já apontava para a necessidade de dar uma priorização para estabelecimentos públicos de ensino.

A Lei Geral de Telecomunicações também é complementada pelo Decreto de Política Pública de Telecomunicações, que é o instrumento por meio do qual o ministério, o Governo Federal estabelece as prioridades, as diretrizes gerais das políticas de telecomunicações. E lá, nesse decreto, que é o Decreto 9.612, de 2018, também a gente deixa claro principalmente lá no art. 9º. O art. 9º é um artigo bastante





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante porque, hoje em dia, talvez seja o principal instrumento de políticas públicas de telecomunicações. É por meio desse artigo, desse dispositivo que permite que a gente utilize atos regulatórios da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que normalmente redundariam em arrecadação de recursos econômicos, envolvem recursos econômicos e, potencialmente, poderiam redundar em arrecadação de recursos, arrecadação para o Tesouro Nacional, e a gente consegue converter receitas, valores econômicos regulatórios em obrigações de fazer, em compromissos de investimento. Então, esse art. 9º está tratando de políticas públicas de expansão da infraestrutura de telecomunicações, mas, mesmo assim, ele já aponta para a necessidade de você orientar para o atendimento de escolas públicas também.

Seguindo a hierarquia, temos a lei, há o decreto. Esse decreto, por sua vez, é regulamentado por uma portaria, e essa portaria, que estabelece as prioridades do ponto de vista de aplicação dos recursos de telecomunicações, também aponta para a cobertura de escolas públicas como algo priorizado pelas políticas públicas de telecomunicações.

Mais recentemente, já foi mencionado aqui, pela Lúcia inclusive, a gente teve a alteração da Lei do Fust. O Fust foi instituído há muito tempo, logo depois da privatização, com um foco muito específico. O foco do Fust (Fundo para Universalização dos Serviços de Telecomunicações) estava aderente com a demanda da época. Qual era a demanda da época? A universalização dos serviços de telefonia fixa tradicional. E a preocupação do legislador à época, quando do momento da privatização, foi exatamente garantir a continuidade, a manutenção do serviço e a expansão e a universalização daquele serviço, que, à época, era considerado essencial e que era a telefonia fixa tradicional. Pois bem, isso, claro, mudou. Recentemente, a gente conseguiu mudar a norma que rege a utilização dos recursos do Fust para que ele abranja também tecnologias da informação e comunicação de maneira geral, inclusive o acesso à internet em banda larga. Então, a gente agora já tem a lei do Fust. O fundo também foi regulamentado por meio de um decreto. O comitê gestor foi instituído – nós realizamos a primeira reunião do Fust recentemente –, e a perspectiva é de que, ainda neste ano e nos próximos, a gente consiga levar adiante e executar projetos de conectividade de escolas e também de alunos, para fins educacionais de maneira geral, com recursos do Fust.

Então, a lei do Fust já deixa claro que tem um objetivo de conectar escolas, o decreto do Fust reforça esse compromisso e menciona, inclusive, a obrigação de se aplicarem 18% dos recursos do Fust para essa finalidade, e o decreto também – aqui chamo atenção, como mencionei logo no início da minha apresentação – já dá uma evidência daquela sutil alteração que eu mencionei: pelo menos do ponto de vista das políticas públicas de telecomunicações, quando se referiam à conectividade para fins educacionais, estavam sempre muito concentradas, com foco muito forte na conectividade de escolas. Com o Fust, no decreto do Fust, a gente já vê aqui uma menção à conectividade para estabelecimentos públicos de ensino e de alunos da rede pública. A gente já começa a ver uma mudança no sentido de se ter de ir além: não só prover a conectividade para o estabelecimento, mas também para os alunos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é só para dar um pouco de perspectiva histórica a respeito de como a conectividade para fins educacionais foi tratada, do ponto de vista das telecomunicações. O primeiro programa significativo da área de telecomunicações – eu não estou mencionando aqui programas de conectividade, por exemplo, que foram estabelecidos no passado, como o ProInfo, que eram programas especificamente do Ministério da Educação, da área de educação; eu estou falando de programas de políticas públicas de telecomunicações voltados para a conectividade para fins educacionais – foi o Programa Banda Larga nas Escolas públicas urbanas, que a gente chama de PBLE e que foi instituído ainda em 2008. Ele foi imposto às concessionárias de telefonia fixa, que ficaram obrigadas a prestar banda larga fixa para as escolas públicas urbanas de ensino médio e ensino fundamental. Eu sempre gosto de chamar atenção para esse programa porque ele foi instituído lá em 2008 ainda. Hoje ele é um programa que, de certa forma, envelheceu mal, tem algumas velocidades defasadas, mas, ainda assim, é um programa com muita abrangência, e, no caso de muitas escolas, continua sendo a única conectividade disponível na escola. Então, ele envelheceu mal, ele tem uma velocidade defasada em relação à que hoje é praticada no mercado de maneira geral, mas ele foi muito importante e continua sendo muito importante, talvez a única conectividade de algumas escolas.

Só para dar um pouco de perspectiva, a gente tem a última posição, os dados mais atualizados disponibilizados pela Anatel. De acordo com o Censo Escolar 2021, a gente tem um universo de quase 85 mil escolas públicas urbanas de ensino básico. Nessas quase 85 mil escolas, quase 70 mil são abrangidas pelo PBLE. O FNDE faz a lista de escolas elegíveis para o PBLE e aponta, então, quase 70 mil escolas que estariam elegíveis. Dessas 70 mil, quase 65 mil hoje estão conectadas por essas conexões gratuitas que são providas pelas empresas de telefonia, o.k.?

Como eu estava mencionando, aqui há um gráfico que mostra um pouco a distribuição da velocidade média de *download* que é praticada nessas escolas que são atendidas por meio desse programa. Você vê que existem alguns *outliers*, algumas observações discrepantes. Em algumas regiões, dependendo de algumas empresas, elas entregam uma velocidade maior para as escolas, mas, de maneira geral, as velocidades estão ali entre 3Mbps e 10Mbps de *download* para as escolas ao longo do Brasil. O próximo gráfico deixa isso um pouco mais claro.

Aqui é um outro gráfico de distribuição, só que não está separado por unidade da Federação nem por empresas; estão agregados. Então, a gente vê que 68% das conexões do PBLE estão ali na faixa de 2Mbps a 5Mbps e tem outros 21% entre 6Mbps a 10Mbps. Então, *grosso modo*, a gente fala – eu acho que é razoável a gente dizer – que, *grosso modo*, a conexão do PBLE é de aproximadamente 5Mbps. É a conexão mais típica, mais tradicional desse programa.

Da mesma forma, também lá, em 2012, como uma iniciativa de política de telecomunicações, também derivado de um ato regulatório, a gente também promoveu a conectividade de banda larga em escolas públicas rurais. Então, a gente já tinha um programa para escolas urbanas, que foi instituído em





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2008, e aí, em 2012, a gente instituiu o Programa Banda Larga nas Escolas públicas rurais. Se, lá em 2008, o programa foi instituído por meio de obrigações impostas às concessionárias de telefonia fixa – ainda que elas sejam concessionárias de telefonia fixa, elas foram obrigadas a prestar serviço de banda larga fixa –, aqui, no ano de 2012, já foi por ocasião de um edital de licitação de radiofrequência. Agora também todo mundo está um pouco mais familiarizado com esse conceito por conta do edital do 5G. Então, a gente tem o edital de lá de 2012, que foi o primeiro edital 4G. E aí a gente aproveitou aquela oportunidade para impor compromissos de investimento, compromisso de atendimento de escolas rurais. E aí, então, aquele compromisso lá do PBLE se estende de 2008 até 2025, que é quando vencem os contratos de concessão de telefonia fixa, que é o que a gente chama de STFC. E essas obrigações aqui de 2012 vigoram de 2014 até 2027, que também coincide com o período de autorização que essas operadoras do serviço móvel têm para explorar aquela faixa de radiofrequência. Lá, então, no Banda Larga nas Escolas públicas urbanas, era banda larga fixa e eram obrigações impostas a concessionárias de telefonia fixa; aqui nesse caso, pode ser banda larga fixa ou móvel, e a obrigação foi imposta para as operadoras móveis, que são as operadoras que normalmente a gente conhece mais – então a gente está falando de Vivo, Claro, TIM e Oi aqui nessas obrigações.

Aqui, como é no meio rural, são escolas mais afastadas do centro urbano, a velocidade que foi imposta também era menor, era menos arrojada. Então, a gente está falando que hoje a obrigação de atendimento dessas escolas é de uma velocidade de *download* de 1Mbps. Já foi 256Kbps, então já houve uma evolução, o programa já embutia uma evolução. Começou com uma obrigação de ofertar simplesmente 256Kbps e hoje é 1Mbps.

Lembrando: do ponto de vista de política de telecomunicações, o que é a área rural? Área rural é um conceito um pouco complexo em telecomunicações. Ela é assim: 80% da área que está até 30km da margem do distrito urbano do município. Então, tem uma definição precisa do que vem a ser área rural do ponto de vista do cumprimento dessa obrigação.

De novo, o FNDE elabora a lista de escolas elegíveis, e a Anatel fiscaliza o cumprimento da obrigação.

Eu fiz aqui uma arte parecida com o que tinha lá para o PBLE, agora para escolas rurais. Então, hoje, a gente está falando de um universo de quase 53 mil escolas públicas rurais de ensino básico, das quais 46 mil aproximadamente são abrangidas pela obrigação. Lembro que a obrigação são 80% e até 30km da sede. Então 46 mil são abrangidas pela obrigação, e, dessas, 34 mil estão efetivamente conectadas pelo programa. Assim, ainda que seja um programa já antigo... A gente está falando que o PBLE é de 2008 e que o de atendimento rural é de 2012. Lá, o PBLE tinha quase 65 mil atendidos, e aqui a gente tem quase 35 mil. Então, isso é só para dar uma ideia da dimensão de políticas, programas específicos de conectividade voltados à educação que foram executados pelas políticas de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicações. Então, a gente está falando de, mais ou menos, 100 mil escolas que são atendidas por esses dois programas.

Aqui, no caso da velocidade rural, também eu acho interessante mostrar... Se lá na escola urbana a gente viu que *grosso modo* a velocidade típica era em torno de 5Mbps, aqui no caso das escolas rurais a média Brasil está mais em torno de 3Mbps. Este gráfico aqui mostra qual a velocidade, o que cada empresa entrega em cada unidade da Federação e apresenta a média Brasil.

Também, da mesma forma como eu fiz para o PBLE, aqui tem um outro gráfico de distribuição que mostra – como eu acabei de mencionar – que a maioria das velocidades que são entregues por meio desse programa estão concentradas nesta faixa de até 5Mbps. Isso não é meio, metade e metade – metade é até 2Mbps; e outra metade, *grosso modo*, entre 2Mbps e 5Mbps. Está o.k.?

Isto aqui tudo, para ser também bastante transparente e claro e para chamar atenção para algo que a Lília e a Lúcia mencionaram, é aquela questão da conectividade – de que nem sempre é uma conectividade adequada para fins educacionais. Mas eu sempre gosto de destacar este aspecto: esses programas, quando eles foram instituídos, foram bastante inovadores, arrojados no sentido de criar essas obrigações de atendimento de unidades escolares. Inclusive, durante muito tempo... Isto hoje não é mais verdade, mas, durante muito tempo, se você pegasse esses indicadores que eu acho que a Lília mencionou também, por exemplo, do Cetic, que falam sobre penetração domiciliar do acesso à internet... O que é penetração domiciliar do acesso à internet? É a proporção de domicílios no Brasil que têm acesso à internet. Se você fizesse o indicador semelhante a esse para as escolas, fizesse a proporção de escolas que têm acesso à internet, durante muito tempo no passado – até um passado recente – a proporção de escolas conectadas era maior do que a proporção de domicílios conectados no Brasil.

Então, essas políticas realmente cumpriram seu papel e foram importantes para difundir a internet entre os estabelecimentos de ensino. Hoje em dia, ficaram um pouco defasadas, e é por isso que eu quero mostrar agora a segunda parte da minha apresentação, que é um pouco no sentido de mostrar o que a gente está fazendo hoje para, de certa forma, ir além, avançar para além dessas primeiras políticas que foram bastante arrojadas, abrangentes – o que a gente está fazendo para ir além.

E, aí, a primeira política é o Wi-Fi Brasil, que também é conhecido como Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac). No caso do Wi-Fi Brasil, ele é concentrado principalmente no provimento de banda larga gratuita via satélite, com velocidades entre 10Mbps, 15Mbps e 20Mbps. Pode parecer pouco, pode parecer limitado, mas o Wi-Fi Brasil chega exatamente àquelas escolas que não têm qualquer outra alternativa de conectividade, porque elas não são alcançadas por rede terrestre. Então, o satélite é a única solução tecnológica disponível para o atendimento dessas escolas. Escolas que não tinham conectividade nenhuma passaram a ter uma conectividade de qualidade, que, como eu mostrei, são velocidades superiores àquelas que são dos programas mais antigos, de 2008 e de 2012.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Programa Wi-Fi Brasil não é voltado exclusivamente para escolas, mas as escolas são as principais beneficiárias, as escolas rurais principalmente. Aqui tem um painelzinho que mostra mais ou menos, em linhas gerais, quais são os números do Wi-Fi Brasil. Hoje, a gente tem 17.446 pontos do Wi-Fi Brasil instalados; eles estão instalados por mais de 3 mil municípios. Vocês veem aqui, na primeira barrinha amarela horizontal, que, dos 17 mil pontos do Wi-Fi Brasil, 11.789 são escolas. Então, quer dizer basicamente que o Wi-Fi Brasil é voltado para o atendimento de escolas. Claro que a gente também tem unidades de saúde, telecentros, associações comunitárias, pontos de segurança pública, tem inclusive pontos instalados em aldeias indígenas, mas o principal atendimento é realmente para escolas e exatamente aquelas escolas mais afastadas dos centros urbanos, onde realmente é mais carente de infraestrutura de telecomunicações.

E recentemente o Wi-Fi Brasil foi ampliado. O ministério está agora fazendo uma inovação. Exatamente indo na linha do que a Lúcia e a Lília mencionaram – e tenho clareza a respeito da necessidade de avançar do ponto de vista da qualidade que é entregue para escola para fazer um uso significativo para fins pedagógicos –, o Wi-Fi Brasil falou assim: "Olha, a realidade do Brasil mudou, ela é dinâmica. A gente tem vários prestadores de acesso à internet que atuam em municípios menores, atuam no interior, e a gente consegue chegar eventualmente a escolas que até bem pouco tempo atrás não eram alcançadas por linhas terrestres e cuja única alternativa era o satélite. Eu acho que vale a pena a gente mapear para ver se a gente consegue atender com uma velocidade diferenciada, com outro tipo de tecnologia essas escolas".

E foi isso que o Ministério das Comunicações propôs. O ministério fez um chamamento público para o atendimento de 8.341 escolas. Então, o Ministério das Comunicações identificou 8.341 escolas, principalmente rurais: "Olha, a gente acha que as escolas deveriam ser priorizadas, porque elas têm pouca velocidade, elas têm mais de 15 alunos, elas têm ensino fundamental, ensino médio, e a gente queria ver se tem acesso à internet terrestre sem ser via satélite". E esse chamamento foi muito bem-sucedido. Foram 8.341 escolas. O ministério fez o chamamento público por meio da RNP, e, para todas as escolas, apareceu pelo menos uma empresa, um provedor de acesso à internet que se mostrou disposto e habilitado a prestar um serviço de maior qualidade.

E de que tipo de serviço que a gente está falando? Eu listei no eslaide. Principalmente... O chamamento público falava: "Eu queria que você entregasse fibra até a escola, fibra ótica com uma velocidade, no mínimo, de 100Mbps de *download*". Claro que o ministério fez um TR flexível, um termo de referência flexível, porque a gente sabe que não tem fibra em todos os lugares. Então, o TR foi desenhado da seguinte forma: "Olha, idealmente fibra ótica, com essa velocidade. Se não houver, eu aceito fibra até um ponto próximo. E aí eu quero que você entregue pelo menos 60Mbps. Se nem sequer houver fibra próxima, pode ser um enlace de rádio, pode ser via rádio. Nesse caso, eu exijo no mínimo 40Mbps". E assim por diante. Mas *grosso modo*, de maneira geral, salvo algumas exceções, a gente conseguiu identificar provedores que são capazes de entregar fibra ótica nessas 8 mil escolas, com pelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos 100Mbps. E recentemente, na semana passada, foi divulgado o primeiro lote para conexão, que é composto por 2.885 escolas.

O programa está indo por lotes por duas razões: porque a gente tem que homologar as propostas comerciais que foram feitas pelos provedores. Você pode imaginar que foram milhares de provedores que apresentaram propostas. Então, a gente tem que confirmar: "Olha, você apresentou uma proposta. Você realmente assina embaixo dessa proposta, tem que negociar?". E o outro é que a gente tem uma certa dificuldade para consultar as escolas. Isso é uma coisa com que muito provavelmente a Lília e a Lúcia já devem ter deparado em outras discussões a respeito de conexidade das escolas. A gente tem que ter certeza aqui do ministério, porque: "Olha, a gente está disposto a entregar essa conectividade, e você está disposto a recebê-la, Sr. Diretor?". Essa é a pergunta que a gente faz para o secretário municipal de educação, para o diretor da escola, e muitas escolas até falam – a gente fez essa consulta por meio de um sistema que foi aberto em parceria com o Ministério da Educação –, informam: "Olha, não, eu não preciso, eu já tenho uma conectividade, tá? Não preciso. Apesar de aparecer aí nos seus registros que eu não tenho e ser elegível para esse programa, eu não tenho necessidade".

Essas 2.585 são o primeiro lote em que a gente conseguiu fazer a confirmação dos dois lados: de um lado, o fornecedor de fato, o provedor de acesso à internet dizendo que tem condições e está disposto a atender naquelas condições; do outro, a escola informando que tem interesse, sim, em ser abrangida pelo programa. Então esse é o primeiro lote que vai ser atendido nos próximos meses, com esse tipo de conexão bem mais veloz do que aqueles outros programas que eu mencionei.

Além disso, a gente tem os Programas Norte e Nordeste Conectados, que são o quê? Eles são programas do ministério de implantação de infraestrutura de rede de telecomunicações. Então você conecta tanto cidades do Nordeste quanto cidades do Norte com redes de alta velocidade. Às vezes você implanta uma rede do zero, como é o caso do Norte, ou, no caso do Nordeste Conectado, você usa uma rede que está subutilizada, por exemplo de empresas do setor elétrico, para começar a trafegar dados em alta velocidade, e você cria uma rede não só de longa distância, conectando diferentes cidades, mas dentro da cidade você faz o que a gente chama de uma rede metropolitana, um anel ótico que faz com que a fibra ótica chegue perto dos pontos de interesse público, entre eles as escolas.

Então essa é uma iniciativa também – essas infovias tanto do Norte quanto do Nordeste Conectado – que, por meio de parceria com o Ministério da Educação, vai redundar também em conexão de escolas. Hoje já há cerca de 460 – eu não vou saber o número exato – escolas do Nordeste que são conectadas por meio do Nordeste Conectado. Então o Ministério das Comunicações faz a conexão de longa distância entre as cidades, faz o anel ótico, a rede metropolitana, e aí, por meio de uma parceria com o Ministério da Educação, é providenciado aquilo que a gente chama de infraestrutura de última milha: a conexão desse anel ótico, dessa rede metropolitana com a escola, entregando uma velocidade de, no mínimo, 100Mbps também, por meio de fibra ótica. E o mesmo modelo vai ser adotado no Norte Conectado. No





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Norte, as infovias ainda estão sendo implantadas, mas, quando elas forem implantadas, concluídas, vai ter o anel metropolitano e também vai haver conexão das escolas.

Aqui é um mapinha do Programa Amazônia Integrada e Sustentável. Também tem o Programa Amazônia Conectada. As infovias... A gente sempre chama atenção para isto: o Norte Conectado é um conjunto de infovias subfluviais, então fibras óticas que são implantadas nos leitos dos rios da Amazônia. E aí tem dois programas que são complementares: o Pais, que é administrado aqui pelo Ministério das Comunicações, que é o Programa Amazônia Integrada e Sustentável, e tem o PAC, o Programa Amazônia Conectada. Os dois juntos geram essas infovias todas. E aí, como eu falei, tem a infovia; uma vez que você tem essa conexão de longa distância, depois você faz a rede metropolitana dentro dos municípios e aí você consegue conectar, em última milha, as escolas e outros pontos de governo também – não se restringe às escolas.

Sobre o Nordeste eu já havia falado.

Aqui está um número que eu tinha esquecido: são 462 escolas públicas que já estão sendo atendidas com conexões de fibra, com velocidade mínima de 100Mbps.

E a gente tem outras iniciativas de infovia aqui no ministério, que também sempre têm a mesma abordagem: se a gente vai implantar uma rede de – isso aqui é importante, é o recado que eu queria passar para vocês – telecomunicações para aumentar a capacidade disponível, a expansão da infraestrutura, a gente aproveita e, quando há recurso disponível, conecta escolas. Então, escola sempre é contemplada nos programas do Ministério das Comunicações.

E a gente tem o Edital do 5G, que, no fim das contas, é o que a gente sempre fala: ele tem vários efeitos positivos do ponto de vista de conectividade para a educação. O primeiro deles, que eu mencionei ali, são as infovias do Pais. Grande parte daquelas infovias que estavam naquele mapa, aquele mapa lá da Região Amazônica, vão ser custeadas com recursos do Edital do 5G. Uma outra maneira, uma outra iniciativa que é mais direta é a execução de projetos de conectividade de escolas. O Edital do 5G incorporou a obrigação de projetos de conectividade de escolas, sobre os quais eu vou falar mais detalhadamente adiante. Além disso, claro, quando o edital vem para impulsionar a implantação do 5G e ampliar a cobertura do 4G, acaba também beneficiando as escolas de maneira indireta, pela maior disponibilidade de infraestrutura, de maneira geral, no território brasileiro.

Eu vou falar aqui sobre os projetos de conectividade de escolas. Eu sou representante do Ministério das Comunicações no Gape, que é Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas. E, aí, o que é que nós temos, então, nesse grupo? A gente tem R\$3,1 bilhões para executar projetos de conectividade de escolas. As operadoras que ganharam uma determinada faixa lá do Edital do 5G aportaram esses recursos e uma entidade privada... Isto é uma coisa importante mencionar: a gente tem um modelo de governança desses projetos que é diferente. A gente tem um grupo que é composto por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representantes de entidades públicas e também das operadoras que venceram o edital de licitação, a licitação, o leilão, e essas operadoras privadas criaram uma entidade não governamental, uma entidade privada que vai executar os programas, vai executar os projetos, mas vai executá-los sob a orientação desse grupo que tem representantes da administração pública federal. Então, a gente tem o Gape, que é esse grupo gestor, por assim dizer, desses projetos, e a gente tem a Eace, que é essa Entidade Administradora da Conectividade de Escolas, que vai ser responsável por esse projeto. Como eu falei, o Gape define as diretrizes, apresenta ao Conselho Diretor da Anatel, o Conselho Diretor da Anatel aprova, e a Eace, que é essa entidade privada, executa os projetos.

Recentemente, no dia 9 de maio, nós, os membros do Gape, publicamos uma portaria, na verdade, uma portaria Anatel, que aprova as diretrizes para o desenvolvimento de projetos de conectividade de escolas públicas de educação básica. Convido a todos – está no *site* da Anatel –: fiquem à vontade para entrar lá e verem quais são as diretrizes de que a gente está tratando, todas muito alinhadas com que a Lúcia e a Lília mencionaram.

Por último, e, aí, de novo, mais além daquilo que, lá no início da minha apresentação, eu mencionei, o dispositivo do decreto regulamentador do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, o Fust, que mencionava a conectividade para alunos. Destaquei também que o Fust é bem mais amplo até do que o próprio acesso à internet. Ele fala de tecnologias da informação e comunicação de maneira geral. Então, a gente está falando também de dispositivos, de recursos educacionais digitais. E eu falo aqui de um outro programa, que é o Internet Brasil, que vai também na mesma linha, um pouquinho além da disponibilização do acesso à internet na escola, tentando alcançar, dar conectividade para os alunos.

No que consiste o Internet Brasil? O Internet Brasil, então, é um novo programa do Ministério da Comunicações que foi instituído pela Medida Provisória 1.077, de 7 de dezembro de 2021, que foi convertido em lei, na Lei 14.351, agora, no dia 25 de maio. A primeira fase do programa também já foi disciplinada por meio de uma portaria interministerial do Ministério das Comunicações e do MEC, a Portaria 5.193, de abril de 2022.

A que se propõe o programa Internet Brasil? A gente se propõe a dar o seguinte benefício: um *chip* com um pacote de dados de banda larga móvel. Aqui há uma inovação em relação a outros programas do ministério. Como eu mencionei, sempre era acesso à internet para fins coletivos, para uso coletivo, para um estabelecimento, no geral um estabelecimento de ensino, escola pública. O Wi-Fi Brasil também pode ser para um ponto de acesso comunitário, um outro ponto de acesso coletivo, mas de maneira geral para escolas. E essa daqui é a primeira iniciativa do Ministério das Comunicações, um programa de inclusão digital voltado ao acesso à internet para uso individual. Nesse caso, quem são os beneficiários? Alunos da educação básica da rede pública de ensino que integram famílias inscritas no Cadastro Único.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o objetivo do... São vários os objetivos do programa: permitir o acesso a recursos educacionais digitais; atividades pedagógicas não presenciais; ampliação do acesso à internet e inclusão digital da família dos alunos; e também servir de plataforma, isso no futuro, de conectividade para outras políticas públicas que não do setor educacional.

A gente sempre destaca: isso aqui é um programa do Ministério das Comunicações, é um programa de inclusão digital que usa os alunos como vetor de inclusão digital. Essa internet, esse acesso à internet que a gente vai fornecer para os alunos tem o objetivo, sim, de permitir que aqueles alunos tenham acesso a recursos educacionais digitais e, eventualmente, participem de atividades pedagógicas não presenciais, mas é acesso à internet de maneira geral. Até porque, como a Lúcia mencionou, é muito difícil a gente estabelecer *a priori*, de antemão, quais são os *sites*, quais são os recursos, quais são os conteúdos relevantes para o processo de ensino aprendizagem. Então, aqui a gente está falando de inclusão digital, e o beneficiário é o aluno não por outra razão, porque o nosso objetivo principal, claro, é recuperar, potencializar o processo de aprendizagem educacional, mas é acesso à internet de maneira geral.

É uma parceria também, lógico, com o Ministério da Educação e é operacionalizado por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, que é nosso parceiro em vários outros programas. Ele prevê uma implantação gradual, isso é importante também. Neste ano, a gente conseguiu recursos de 139,5 milhões, que são suficientes mais ou menos para beneficiar mais ou menos 700 mil alunos, por 12 meses. A primeira fase do programa – é um programa de implantação gradual, vai ampliar a medida da disponibilidade técnica, inclusive orçamentária também, claro – começa pelo Nordeste Conectado, por municípios do Nordeste Conectado. São aqueles municípios lá que eu mencionei, que a gente conseguiu chegar com a rede metropolitana. Então, a gente já tem escolas parceiras nesses municípios, escolas que aceitaram, receberam a conexão do Nordeste Conectado em fibra, já estão engajadas num processo de transformação digital. E a gente aproveitou essas escolas para instituir também esse novo programa de que em breve a gente vai estar entregando aí os primeiros *chips*. Então, são os municípios de: Caicó, Campina Grande, Caruaru, Juazeiro, Mossoró e Petrolina.

E aqui eu acho importante, eu vou perder um pouquinho de tempo nesse eslaide pelo seguinte: porque isso faz um *link* com o início da minha fala. Olha, as políticas de telecomunicações estão mudando um pouquinho, e com elas a nossa abordagem de conectividade para a educação. Então, o Internet Brasil, claro, surgiu no contexto da pandemia, impacto socioeconômicos e principalmente, como o Senador mencionou na fala de abertura, uma necessidade também de recompor o aprendizado. A gente sabe que há os prejuízos que já foram registrados, você tem que recompor esse aprendizado, tem recuperação para ser feita. E, claro, não só isso, não só do ponto de vista educacional, mas socioeconômico de maneira geral. As famílias mais vulneráveis, aquelas do Cadastro Único, foram muito afetadas pelo contexto da pandemia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a pandemia também ressaltou uma outra coisa – eu acho que a gente sempre fala sobre isso aqui no Ministério das Comunicações –, do ponto de vista de política de telecomunicações, tudo mudou: tem um mundo antes e depois da pandemia, porque, se as pessoas ainda não tinham essa clareza, eu acho que hoje está difundido como é essencial o serviço de acesso à internet. Então, depois da pandemia, é impressionante como mudou a percepção sobre a essencialidade. Para a gente, é claro, que trabalha há anos na área de telecomunicações, isso já era muito claro. A gente sabe o potencial transformador do acesso à internet, mas, para a população como um todo, está muito clara a essencialidade do serviço de acesso à internet.

E é claro que o Ministério das Comunicações tem o compromisso já histórico de inclusão digital, reparando que, recentemente, a gente conseguiu fazer vários avanços do ponto de vista da oferta, do aumento da disponibilidade de infraestrutura, principalmente com o Edital 5G. Com o Edital 5G, a gente está trazendo uma tecnologia de ponta e está aproveitando para interiorizar o acesso 4G. É claro que não é perfeito, está longe de estar perfeito, com várias lacunas, mas a gente espera, sim, que, com os compromissos de investimento decorrentes do Edital do 5G, várias dessas lacunas sejam supridas.

Pois bem, parece que agora a gente tem que dar um passo adicional, porque a gente tem uma parcela da população... É claro, como mencionei também, que a gente conseguiu avançar nessas políticas voltadas para a conectividade de escolas. Então, parece natural que as políticas de telecomunicações e também as de conectividade para fins educacionais evoluam no sentido de tentar alcançar aquelas pessoas que, de repente, já estão cobertas pelos serviços de telecomunicações, que têm disponibilidade de serviços de telecomunicações na área, mas que não têm, por exemplo, disponibilidade de renda para pagar por aquele serviço. Então, é aquele momento de a gente dar o segundo passo na inclusão digital. O primeiro passo na inclusão digital é você disponibilizar o serviço, você garantir que a rede de telecomunicações alcance, abranja a população de interesse. Agora, a gente tem que promover o acesso efetivo a esse serviço, e o Internet Brasil é um passo nesse sentido. Está o.k.?

Só como referência, eu deixo aqui também... Eu acho que é sempre importante... Falam assim: "Ah, o Ministério das Comunicações está dando toda essa prioridade para a conectividade na educação, está reorientando as políticas públicas. Como é que isso se reflete na prática?". Eu queria só compartilhar com vocês aqui um detalhe que é um pouco burocrático, mas eu acho relevante compartilhar isso com os senhores, até para os senhores se localizarem institucionalmente, caso queiram fazer aqui uma interlocução com a gente.

A Secretaria de Telecomunicações do Ministério das Comunicações está dividida em três departamentos: o Departamento de Política Setorial; o Departamento de Investimento e Inovação, do qual eu sou o Diretor; e o Departamento de Projetos de Infraestrutura. Cada departamento tem pelo menos uma política pública voltada à conectividade na educação. Então, o Departamento de Política Setorial é o responsável pelo Fust e, em particular, pelos projetos de conectividade que vão ser executados por meio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Fust. O meu departamento, que é o de Investimento e Inovação, é o responsável pelos projetos do Gape, do Edital do 5G, daqueles projetos de conectividade, e pelo Internet Brasil. E o Departamento de Projetos de Infraestrutura é responsável pelo Wi-Fi Brasil, tanto na versão via satélite, quanto na via terrestre, quanto naqueles projetos de infovias. Está o.k.?

Eu deixei aqui... Depois eu não sei se a apresentação vai ser compartilhada. Eu deixei aqui também, só como referência – não vou falar sobre elas –, outras políticas do Governo Federal. Algumas já foram mencionadas aqui pela Lúcia e pela Lília. Eu as deixei só como referência, mas já concluí o meu recado.

Agradeço mais uma vez pelo convite, pela oportunidade de participar aqui com vocês hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos a você, Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, que é Secretário Substituto de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Inclusive, o tempo disponibilizado foi maior, para que não só nós, mas todas as pessoas que nos acompanham pelos meios de comunicação do Senado Federal pudessem ter o conhecimento da abrangência do projeto.

Em seguida, antes de passar a palavra para a Senadora Zenaide Maia, é muito importante...

Pedro, eu acho que, na verdade, nós temos que nos encontrar mais e também divulgar e discutir o trabalho, que é muito importante. É muito interessante o que foi apresentado por você. Meus parabéns!

Eu só quero destacar que temos aqui, no Plenário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a presença da Sra. Lídia, que é Presidente da Associação Medianeirense de Surdos... Sirlei... Pois não, Lídia. Lídia, Lília, Lúcia e Sirlei. A Sirlei... Seja bem-vinda, Sirlei! Associação Medianeirense de Surdos do Município de Medianeira, perto, entre Cascavel e Foz do Iguaçu, no oeste do nosso estado. E parabéns pelo trabalho que é desenvolvido na associação! Uma alegria tê-la aqui com a gente, não é? Que bom, não é?

Passo em seguida a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discursar. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente desta Comissão, meu colega Flávio Arns, já parabenizando por essas audiências públicas, que são essenciais para que a população entenda o que a pandemia fez, os impactos da pandemia, pela covid, mas, mesmo assim, a gente sabe que antes disso a gente já tinha, não só na educação, pessoas, crianças e jovens sem direito a uma escola de qualidade em tempo integral. Mas a pandemia, eu digo que escancarou essas diferenças de inclusão social.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chamou-me a atenção, primeiro, a Lilia Asuca. Eu também sou da universidade, Lilia, do Hospital Onofre Lopes. É um prazer tê-la aqui, debruçada sobre a universidade. A academia sempre esteve presente nisso aí, de pesquisar. A universidade federal, também com os institutos federais, aqui têm essa união, que a gente sabe que precisa de todos – academia, Estado e setor privado – para a gente botar para a frente.

Eu quero aqui cumprimentar a Lúcia, Profa. Lúcia Gomes Vieira, que representa o CieB, e também Pedro Lucas por essa exposição. Confesso que é necessário, mas teve muita coisa que deixou... Uma coisa que me chamou atenção aqui é, por exemplo: Lilia tem esse diagnóstico dessas situações de escolas no Rio Grande do Norte, mas Lúcia diz que tem o diagnóstico das necessidades das escolas no Brasil e que tem recursos. Existe o diagnóstico e existem os recursos. A ela eu vou continuar falando, mas pergunto: o que é que falta para se executar?

Terceiro: também o Paulo... Paulo, não; Pedro Lucas, que Paulo não eu não sei se está aqui presente. O Diretor de Inovação para Educação do CieB. E está claro para gente, Flávio Arns, isso deixa a gente tranquilo. Tem o diagnóstico, tem os recursos, segundo os dois falaram aqui, existe uma política, o serviço de telecomunicações prioriza as políticas públicas para a educação. Perguntaria: quando nós vamos ter escolas conectadas?

E é claro que a gente sabe que não é só botar as estruturas, a internet lá; a gente precisa envolver, qualificar os alunos. E, dentro desses seis itens que a gente prioriza, dessas seis áreas básicas, como foi dito aqui na Comissão, a gente sempre está trabalhando sobre isso, o acesso à escola. E a busca ativa é extremamente essencial, a permanência na escola depende de infraestrutura, de conectividade.

Eu queria dizer que nós temos um exemplo ainda de escolas públicas, como os institutos federais, que eu visito aqui no Rio Grande do Norte: são 23 *campi*. E os alunos, devido ao acolhimento, não têm interesse em ir para casa. Uma grande maioria, Flávio Arns... Não sei se no seu estado é assim. Eu visito muito, porque os institutos federais... Eu sou do interior e sei que a gente só tinha dois *campi*. E, mesmo que eu fosse selecionada, sou do interior, como viria morar na capital? Então, essa interiorização de uma escola pública de qualidade... Ali é de qualidade. Então, a infraestrutura está também ligada a uma escola acolhedora. É claro que nada substitui os educadores, os recursos humanos.

Outra coisa: o orçamento da educação. Que bom ouvir aqui do Ministério das Comunicações que existem recursos tanto do Fust como do leilão da 5G. E, por isso, a pergunta: quando acha que vamos ter nossas escolas públicas conectadas, com infraestrutura e com professores também preparados para isso? Porque, claro, é como você construir um hospital, que está lá todo montadinho, mas, se não tiver uma equipe de saúde preparada para botá-lo para funcionar, não funciona. A pergunta é esta: diante de uma realidade que a gente tem agora... Além de os recursos estarem sendo retirados da educação – a gente sabe que estão sendo retirados –, agora nós tivemos uma grande derrota em relação ao PL 18, que a gente,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com muita luta... Aquele que reduz o ICMS, como foi falado aqui pelo nosso Presidente; 60% vai para o Fundeb. Para isso, nós botamos um destaque, aprovamos na Câmara e no Senado, e o Presidente vetou.

Então, fico feliz... É imprescindível que a população brasileira... Essas audiências públicas, gente, dão visibilidade ao povo brasileiro de como funcionam as escolas públicas, a educação pública, de quem financia essas escolas e das decisões políticas que não respeitam a educação. Eu costumo citar Paulo Freire, Flávio Arns. Naquela experiência que ele fez aqui em Angicos, no Sertão seco, o maior ensino que Paulo Freire fez foi mostrar àquelas famílias que elas estavam em condições de extrema pobreza não porque Deus quis, nem por acaso; eram políticas públicas de um Estado, de um país que não investe na educação, mesmo sabendo que a educação é um dos fatores primordiais na diminuição da violência, na prevenção de doenças. Povo educado, povo que tem conhecimento adoece menos, porque ele tem um olhar diferenciado, sabe a importância da ciência e sabe como se prevenir.

No todo, quero agradecer a cada um e agradecer a Flávio Arns. Esse cara é um grande homem, um cara que tem uma visão política do bem comum. E, nesse bem comum, o Flávio pensa como uma parte de nós Congressistas e do povo brasileiro, que nessa política do bem comum o centro tem que ser o ser humano, a redução das desigualdades sociais, o que não se faz sem educação pública de qualidade e em tempo integral.

Então, ficam as duas perguntas aí para me responderem: se há a lei, existem os recursos, uma política do Ministério das Comunicações que prioriza a educação pública dirigida para isso, o que está faltando para ser executada?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Nós é que agradecemos a você, Senadora Zenaide Maia, também do Rio Grande do Norte. Como já enfatizei no início desta audiência pública, uma pessoa batalhadora, a favor do bem comum, usando a expressão que V. Exa. mesmo utilizou.

Que tenhamos políticas públicas boas, permanentes, a favor da promoção da cidadania, do ser humano, particularmente das pessoas que mais necessitam!

Eu quero, indo para a parte final da nossa audiência pública, passar de novo a palavra para a Profa. Lília, para a Sra. Lúcia e para o Sr. Pedro, para que façam os comentários gerais que julgarem importantes durante cinco minutos, no máximo, se for necessário.

E digo a todos e todas que nos acompanham pelos meios de comunicação que os materiais utilizados nesta audiência pública estão todos disponíveis no *site*, no endereço da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal. Acho muito importante que as pessoas acessem esses materiais para que possamos pensar em conjunto com o Sr. Pedro, inclusive, responsável por essa área, uma das áreas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Ministério das Comunicações, e com o próprio Ministério da Educação sobre a efetivação dessa conectividade com a qual todos nós, sem dúvida, concordamos, que é um instrumento, uma ferramenta extremamente importante. É um meio para a educação e é um fim, como o Sr. Pedro colocou, para o Ministério das Comunicações. E também respondendo às perguntas da Senadora Zenaide Maia.

Então, Profa. Lilia Asuca Sumiya, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A SRA. LILIA ASUCA SUMIYA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, quero agradecer novamente esta oportunidade de estar nesta manhã com todos vocês. Aprendi muito com as falas da Lúcia, do Pedro e da Senadora Zenaide. E fico muito feliz, na verdade, em saber que o Governo Federal hoje, por meio do Ministério das Comunicações, tem iniciativas que podem chegar, de fato, às escolas.

Por outro lado, respondendo bem objetivamente à provocação da Senadora Zenaide, eu entendo que, muitas vezes, os pequenos municípios, as escolas rurais não têm como acessar essas oportunidades que o Governo Federal coloca. Já há vários estudos de como os programas federais acabam não chegando de fato até a escola. Então, é preciso também, sim, o Governo Federal pensar em iniciativas de fortalecimento de capacidade estatal institucional dessas redes, para que esse acesso de fato chegue aos alunos e aos professores. Então, eu coloco também que, sim, o acesso é bastante ainda desafiador para de fato chegar na ponta, aos alunos.

Outra coisa que eu gostaria de destacar também... Ouvindo todas as falas, eu acho que a gente precisa também destacar algumas iniciativas que estão ocorrendo. Hoje eu faço parte do comitê acadêmico da rede do Observatório de Tecnologia, uma iniciativa do BNDES que tem o monitoramento da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Ele é muito interessante, mas ainda assim é um programa que está apenas, se não me engano, com oito redes públicas do Brasil. Então, no Rio Grande do Norte, nós não temos nenhum. E a implementação desses programas mostra claramente o grande desafio que as redes têm de fato para acessar esses recursos do BNDES, mas não é só isso. Ela vem com o pacote completo, passando para outro desafio para além do acesso, que é principalmente o que a Lúcia já colocou muito bem, que é essa conexão significativa para os alunos e também para os professores. Então, se é uma formação continuada dos professores, das escolas... Se esse acesso às tecnologias, aos recursos tecnológicos não chegar para uma formação, somente o acesso não vai ser suficiente.

Eu digo que um dos grandes desafios que o Brasil pouco discute em relação a esse acesso é, por exemplo, os riscos que as crianças têm no acesso às redes sociais, ou outros riscos de acesso a informações que não são adequadas para a idade. Então, por exemplo, um grande desafio que o Pisa já coloca é que os alunos brasileiros têm grandes dificuldades de distinguir o que é uma notícia que é um fato de uma que é opinião. E, sem pensar numa conectividade qualificada, apenas na conexão, o acesso só vai ampliar esse desafio de fornecer uma informação que é *fake news*, porque hoje em dia a gente tem muitos riscos de dar acesso, mas não ter a qualificação desse pensamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa, por exemplo... Eu falo agora, então, do ponto de vista de uma mãe que tem filhos em idade escolar. Recentemente, a escola que eles frequentam pediu uma atividade para postar um vídeo e marcar lá a escola. E aí, quando eu questionei a escola sobre o objetivo pedagógico dessa atividade, para que eles queriam que meu filho tivesse que abrir uma conta na rede social e ainda marcar a escola, não obtive essa resposta. Então, fica de fato uma atividade que é para aparecer nas redes, mas não houve uma resposta da escola sobre qual é o objetivo, a finalidade daquela atividade pedagógica que daria melhor reflexão para os alunos.

Então, eu coloco que essa qualificação da informação – não só o acesso que, ainda assim, vai continuar como um desafio, principalmente nesses municípios que não têm condições – também tem que vir, sim, com um programa completo, tem que ter formação para os professores, tem que ter formação para os gestores escolares, para os gestores municipais, para que, de fato, esse objetivo seja alcançado.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Muito bem! Agradeço imensamente a sua participação, Profa. Lilia.

Quero dizer a todos e todas que a Profa. Lilia tem a sua origem no Estado do Paraná, no Município de Londrina, e foi importada pelo Estado do Rio Grande do Norte para ser professora, com bastante mérito, da nossa Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Parabéns!

Passo a palavra à Sra. Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo, que é Diretora-Presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira.

Com a palavra, Sra. Lúcia.

A SRA. LÚCIA GOMES VIEIRA DELLAGNELO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Respondendo bem objetivamente, Senadora Zenaide, à sua pergunta, por que a gente ainda não resolveu esse problema no Brasil? Nós passamos 20 anos sem ter uma política de tecnologia para a educação. Enquanto os países estavam todos – Singapura, por exemplo, China –, a cada dois anos, renovando a sua política de tecnologia para a educação, frente a todo o desenvolvimento tecnológico que aconteceu nos últimos 20 anos, desde 1997 nós não tínhamos uma norma política de tecnologia para a educação. Nós tínhamos o ProInfo, que, na época em que foi lançado, foi uma política muito inovadora, muito de vanguarda. O Brasil estava igual, na mesma posição que os vários países que estavam pensando na tecnologia para a educação, mas depois nós passamos esse hiato de 20 anos sem fazer os investimentos necessários para que a tecnologia pudesse ter um impacto positivo na educação. Então, essa é uma das razões.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda razão – e acho que o Pedro mostrou na apresentação dele – é que as questões ligadas à conexão da escola estão intimamente ligadas à questão de infraestrutura do país e de investimentos privados. Nenhum país no mundo resolveu a sua questão de conectividade apenas com políticas públicas, mas também são necessárias políticas e diretrizes de desenvolvimento econômico que incluem essas questões de infraestrutura. Eu até sou contra que isso entre no orçamento da educação. Quando nós falamos de conexão de escolas, estamos falando de infraestrutura de cidades, de infraestrutura básica. Inclusive, muitos países hoje consideram o acesso à internet um direito social básico que deve ser assegurado a todos os seus cidadãos. A Espanha, por exemplo, já considera acesso à internet um direito social básico, porque entende que você conseguir acessar a internet hoje permite que você viva plenamente todos os aspectos da sua cidadania.

Então, nós tivemos um atraso de renovação de políticas de tecnologia educacional, nós tivemos uma demora de alguns investimentos privados em infraestrutura do Brasil que prejudicaram não só a educação, mas também outros setores da economia. Mas, olhando para o copo cheio, nós estamos hoje num ponto em que estamos prontos, com os recursos e com a informação necessária para virar esse jogo, para conseguir garantir essa conectividade para todas as escolas brasileiras. Então, estamos com o copo meio cheio e meio vazio, não é? Eu acho que agora, com essas novas políticas do Ministério das Comunicações, com as novas políticas aprovadas, a Piec (Política de Inovação Educação Conectada) aprovada pelo MEC, nós estamos na direção certa para conseguirmos garantir essa infraestrutura mínima nas escolas.

Nós ainda temos que endereçar o problema da compra dos dispositivos. Então, provavelmente nós teremos que fazer um investimento significativo na compra de computadores para os alunos. E a minha sugestão aqui é que nós redirecionemos alguns dos recursos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que gastava muitos dos seus recursos não na compra do livro em si, mas na logística de distribuição dos livros para todos os lugares do Brasil. Hoje, se nós tivermos conectividade em todas as escolas, nós não precisaremos investir tanto em distribuição física do livro, mas conseguir distribuir esses materiais por meio digital e aí, sim, redirecionar esses recursos para a compra desses dispositivos.

Talvez o desafio mais importante e mais complexo seja preparar a comunidade escolar para fazer uso da tecnologia. Nós precisamos modificar tanto a formação inicial dos professores, que não contempla essa incorporação de competências digitais, quanto a formação continuada oferecida pelas secretarias de educação. E aí não é dar um curso a cada cinco anos para o professor. A tecnologia muda tão rapidamente, as possibilidades do uso de tecnologia mudam tão rapidamente que a gente tem que garantir pelo menos uma formação anual para os professores em relação ao uso da tecnologia.

Para terminar, nós temos um retrato hoje no Cieb das competências digitais dos professores brasileiros. Nós desenvolvemos uma ferramenta que já tem quase 110 mil professores que respondem sobre as suas competências digitais, e eles dizem abertamente: "Eu sei que é importante, mas eu não sei como usar a tecnologia para promover a aprendizagem dos nossos alunos". A boa notícia depois da



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

pandemia é que os professores estão abertos, estão querendo desenvolver essas competências. Antes, havia uma resistência do uso da tecnologia, e hoje os professores dizem abertamente: "Eu não sei, mas sei que é importante e quero aprender". Então, estamos diante de uma oportunidade importante para a história da educação no nosso país.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Somos nós que agradecemos a você, Lúcia Gomes Vieira Dellagnelo, Diretora Presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira. Foi muito bom, muito interessante, assim como a apresentação, a exposição da Profa. Lília. Agradecemos bastante e vamos conversar mais sobre isso para que o Senado Federal possa também se articular com as iniciativas que são estão sendo desenvolvidas e apoiá-las, na medida do possível e do necessário também.

Passo a palavra ao Sr. Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Secretário Substituto de Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

Com a palavra, Pedro.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Em resposta à Sra. Senadora Zenaide Maia, vou tentar dar aqui a minha contribuição, da maneira como eu enxergo e com base em alguma experiência já tratando em telecomunicações com esse tema de conectividade há algum tempo. Ainda que a colega Lúcia tenha mencionado que hoje em dia a gente tem os dados, eu acho que ainda falta um pouquinho um trabalho a ser feito em termos de dados para a gente conseguir alcançar o objetivo de conectar todas as escolas.

E aqui eu vou dar um exemplo, Sra. Senadora. A gente pretende, nos próximos dias, lá no âmbito do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas – aquele grupo que foi criado em decorrência dos compromissos do edital do 5G –, publicar um painel de dados público, juntando, consolidando as informações do censo com as de todos os nossos registros administrativos de políticas públicas de conectividade. Então, a gente vai pegar o que a escola declara no censo, alguns dados que a Lúcia já compartilha lá no mapa de conectividade, de velocidade do NIC.br, com os nossos dados: aquela escola está conectada pelo programa Wi-Fi Brasil? Aquela escola está conectada pelo Programa Banda Larga nas Escolas públicas urbanas? Está conectada por alguma obrigação de atendimento rural? Está conectada por alguma infovia, por exemplo aquelas escolas do programa Nordeste Conectado, o qual eu mencionei na minha apresentação? E a gente vai juntar os dados. E eu acho que isso vai servir para gente ter uma visão um pouco mais estruturada e sistematizada a respeito do desafio. A gente já tem uma visão preliminar, claro, porque a gente vem discutindo a consolidação desses dados. E a gente identifica situações como essa que eu vou mencionar para senhora agora.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, de acordo com o Censo 2021, o Brasil tem 221 mil escolas de maneira geral. Dessas, 180 mil estão em atividades, grosso modo. Dessas 180 mil em atividade, a gente tem 138 mil que são públicas. Então, esse é o nosso público. A gente não está... Do ponto de vista aqui das políticas de telecomunicações, de educação, a gente está preocupado com a rede pública. Então, 138.803 escolas estão em atividade. A gente vai entrando em alguns detalhezinhas como, por exemplo: dessas 138.803 escolas, 137 mil têm pelo menos uma matrícula. Então, são essas coisas. A gente chega lá no censo, a gente vê que tem escola em atividade, mas, poxa, quantos alunos estão matriculados naquela escola? Tem um numerozinho aí pequenininho, mas tem. A gente tem que tomar esse cuidado para focalizar a utilização dos recursos públicos. Então, a gente foca naquelas 137 mil que têm algum aluno. Dessas 137 mil, 108 mil dizem ter internet. Está consistente com aqueles números que eu mostrei para os senhores, porque, de certa forma, é como eu falei: a gente tem aquele atendimento lá do PBLE lá de 2008, que atende mais ou menos 68 mil escolas. A gente tem 35 mil escolas que são atendidas por força da obrigação de atendimento rural. A gente tem outras 11.789 escolas atendidas no Wi-Fi Brasil. A gente tem 462 escolas que estão lá no projeto Nordeste Conectado. Então, assim, está mais ou menos consistente. Então, ficam faltando – ora, 138 mil escolas públicas, 108 mil conectadas –, assim, grosso modo, 30 mil escolas aproximadamente, que declaram não haver conexão.

Só que aí, nesse trabalho lá do Gape, a gente começa a cruzar os dados que a gente tem. Dessas 30 mil, a gente começa a ver que tem escola que declara não ter acesso à internet, mas, segundo os nossos registros administrativos, são atendidas por políticas públicas – são atendidas. E não são poucas, não. Quase metade desse contingente são escolas que dizem não ter acesso à internet, e a gente olha que o meu registro administrativo do Wi-Fi Brasil diz que está atendida. Ou, então, lá o da obrigação da escola pública urbana diz que está atendido. Então, a gente tem esse trabalho de consolidar essas bases para a gente não desperdiçar recurso público – nossa primeira preocupação. E a gente vai usar esses dados que a gente chama higienizados, sanitizados, com avaliação crítica, para gente conseguir – e aí a segunda parte que eu acho que é importante – coordenar, que eu acho que é outra coisa que sempre faltou. A gente vai coordenar.

Então, não foi por outra razão, uma das razões pelas quais eu mostrei aquela estrutura lá da nossa secretaria de telecomunicações... Olhe, cada departamento tem uma iniciativa de educação, mas a gente está aqui sob a mesma secretaria, e todos os nossos fóruns têm participação também no Ministério da Educação – é claro. Então, a gente sai a coordenar as diferentes iniciativas, e a gente vai ter certeza de que, olhe, a iniciativa aqui do Wi-Fi Brasil, seja via satélite, seja terrestre, não vai atender a mesma escola que vai ser atendida por algum projeto que será executado por meio do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust). E, da mesma forma, a gente vai atuar lá no Gape (Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas) (*Falha no áudio*)... não vai atender a mesma escola que são atendidas por essas outras políticas. Então, a gente vai coordenar para somar esforços, evitar sobreposições e assim aumentar a eficiência, maximizar a abrangência da conectividade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu acho que a gente consegue avançar muito rápido, Sra. Senadora Zenaide, porque a gente tem o satélite. Assim, o Ministério das Comunicações já anunciou recentemente o nosso alvo lá de conectar 15 mil escolas até o fim do ano, exatamente essas 8 mil escolas por rede terrestre. E a gente está ampliando também o atendimento via satélite. E a gente consegue ampliar também fazendo... Por isso é que a base de dados pode parecer algo muito burocrático: "Poxa, o problema do Brasil vai ser resolvido com base de dados". Não, mas é porque, olhe só, quando eu sei uma base de dados, eu sei que uma escola está atendida, eu posso tirar um ponto de via satélite daquela escola para dar para uma escola que não tem. Isso aí é otimizar recurso público. Então, de repente, eu estou lá colocando duas políticas públicas na mesma escola, e eu posso dar uma para uma, e outra para outra. Então é uma questão meio que de equidade, de redução de desigualdade.

Então, a gente vai fazer isso, e a gente aposta muito em ampliar o contrato de de... O contrato já foi ampliado; então, a gente já tem alguns pontos para conectar via satélite. Vai conectar terrestre, tem o Gape e tem o Fust, e eu acho que com todos esses esforços somados, a gente consegue sim.

Agora, um aparte aqui, só um aparte, o da cautela, não é? Sempre lembro que a gente está numa parte da conexão em que são duas iniciativas que a gente tem que fazer em paralelo. Isso é uma coisa que vai estar clara naquela portaria que eu coloquei no meu eslaide a respeito das diretrizes que a gente vai adotar lá no Gape e que eu acho que vai adotar de políticas públicas de maneira geral. Não é só levar qualquer conectividade: existem escolas que, apesar de hoje terem conectividade, de repente é aquela conectividade que eu mencionei de 2Mbps, de 5Mbps. Essa escola não merece ter a sua conectividade ampliada? Muito provavelmente sim, principalmente se for uma escola, como a Lúcia mencionou, que estiver acima da média, uma escola que além, no turno de maior... no turno simultaneamente, tem mais do que 60, 70 alunos por turno, que merece ter uma conectividade melhorada. E, às vezes, a gente não pode esquecer que é esse tipo de coisa que a gente fica debatendo nos nossos grupos, em que a gente fica tentando estabelecer diretrizes. É uma discussão que gente tem que fazer. Qual que é melhor: eu levar internet para uma escola que hoje não está atendida, uma escola rural, que tem 15 alunos; ou ampliar a velocidade de conexão daquela escola estadual que está numa região metropolitana e tem 5 mil alunos? Essa é uma discussão que vale a pena acontecer, e a gente conta com entidades como Cieb e outras entidades que participam do debate para fornecer subsídios para orientar a execução de políticas públicas, porque sempre tem um custo-benefício a ser feito, não é? O recurso nunca dá para tudo, e a gente tem que priorizar. E a gente conta também, claro, com o Congresso Nacional para fornecer subsídios e orientações para a gente executar as políticas.

E aí eu sempre falo, a gente tem desafio...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Pedro, só um minutinho.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (Por videoconferência.) – Perdão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu acho que a Profª. Senadora e médica Zenaide Maia quer fazer algum... Ela é professora da universidade também, e quer fazer uma observação. (*Pausa.*)

É só abrir o microfone, Senadora.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Isso que o Pedro falou me chamou atenção: são 138 mil escolas. Eu conheci isso bem de perto. Cada pessoa botava uma escola. Eu fui Secretária de Saúde de um município da Grande Natal, São Gonçalo do Amarante, e a gente fazia educação para a saúde, a gente trabalhava com educação. E me chamou atenção que ele falou que mais de 100 mil têm alguma conectividade, mas que teria que ser ampliada. Eu sou a favor. E me chamou atenção porque a Profª. Lúcia disse que em 20 anos ninguém investiu em tecnologia na educação.

Mas é só isso. Obrigada. Eu estou muito feliz com o que a gente está vendo aqui, com essa possibilidade de a gente cumprir uma das seis áreas básicas da educação.

Eu acho que, de todas que a gente falou aqui, Senador Flávio Arns, a conectividade, pelo que eu estou vendo, é a que vai mais avançar, não só ampliando a conectividade... Mas eu já queria dizer, Sr. Pedro, que vai ser difícil com essas escolas: uma de vinte alunos e a outra com cem. Eu sentia dificuldades de a gente oferecer a uma escola maior e a escolas pequenininhas em uma mesma comunidade. Não é fácil de fazer isso, mas, como se diz, tem que ter uma escola.

Não tenho dúvida que ampliar a conectividade de quem já é conectado é importantíssimo.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Antes de pedir que o Sr. Pedro conclua o pensamento, só quero dizer que foi importante o que a Sra. Lúcia trouxe: por exemplo, na Espanha, a conectividade já é considerada um direito social básico. Então, se você tem uma escola com 150 alunos e outra com 15 e eventualmente prioriza a escola com 150 alunos, isso vai aumentar o fosso, naturalmente, entre os mais vulneráveis e aqueles que têm acesso à conectividade. Então, a ideia, o conceito de direito social fundamental básico é muito importante. É como o direito à saúde, que é um direito universal, e o direito de acesso à conectividade é um direito universal também. É nesse sentido que está sendo abordado.

Então, só para concluir...

A SRA. LÚCIA GOMES VIEIRA DELLAGNELO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senador, eu vou ter que pedir licença. Eu tenho que ir para um outro compromisso agora ao meio-dia, mas eu agradeço muito o convite. Foi muito bom, Pedro e Lília, poder trocar também essas informações. A gente sempre aprende muito. Então, agradeço o convite. Um abraço para todos.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Agradeço novamente a você.

Vamos continuar conversando.

Pedro, para concluir o pensamento, porque eu havia interrompido você para dar a palavra à Senadora Zenaide Maia.

O SR. PEDRO LUCAS DA CRUZ PEREIRA ARAÚJO (*Por videoconferência.*) – Obrigado, Senador. Eu que peço desculpas, porque eu estou abusando da paciência de todos e extrapolando todos os limites de tempo.

Era só para mencionar que a gente está também numa fase... A gente tem que lembrar qual o desafio que a gente tem agora. Então, são vários. Como eu falei, já temos cem mil escolas atendidas por políticas públicas, e a gente está chegando agora à necessidade de conectar exatamente aquelas escolas mais desafiadoras. Quando você analisa os dados, você vê quais são as escolas que hoje ainda estão desconectadas: a maioria, a grande maioria está nas Regiões Norte e Nordeste; são escolas municipais – também tem uma diferença do ponto de vista de capacidade de gestão e de capacidade de atendimento entre as redes estaduais e municipais; e a maioria rural – como eu mencionei, do ponto de vista telecomunicações, é a parte mais complicada, porque você fica longe da infraestrutura terrestre de redes de telecomunicações.

Além disso, não é que as 5.692 escolas não têm só conectividade à internet; não têm conectividade à internet e não têm sequer acesso à rede pública de energia elétrica.

Então, a gente realmente tem esse desafio e a gente só vai conseguir superar, de maneira geral – agora só para concluir –, realmente somando esforços. O Ministério das Comunicações... A política de telecomunicações vai até um ponto: ela dá a conectividade. Acho que a Senadora percebeu bem: o desafio da conectividade talvez não seja o mais difícil, o mais complexo. A gente está conseguindo resolver, com coordenação, com um pouco de inteligência. Agora, a gente só vai conseguir fazer a transformação digital do processo de ensino e aprendizagem tendo realmente o reforço robusto das políticas educacionais, e isso envolve, pela característica do nosso sistema, que é federativo, a rede municipal, estadual e o MEC articulados para, dentro da escola, fazer essa transformação. Não adianta só entregar acesso à internet; precisa, do outro lado, reforçar as políticas de conectividade, está o.k., Senador?

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu agradeço de novo, Pedro. E quero enfatizar que todas as apresentações estão disponíveis no *site* da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para reflexão, discussão e encaminhamentos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer ao Pedro Lucas da Cruz Pereira, também à Sra. Lúcia Dellagnelo e também à Profa. Lília Sumiya, agradecer aqui ao Thiago e a toda a infraestrutura aqui da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, também aos meios de comunicação do Senado, que possibilitaram que qualquer pessoa pudesse acompanhar ao vivo também esta audiência pública ou revisita-la, se assim julgar adequado, interessante. Quero novamente agradecer à Sra. Sirlei Brod, que está aqui presente, grande amiga, Presidente da Associação Medianeirense de Surdos do Município de Medianeira, Estado do Paraná – que bom que você está aqui presente –, e agradecer a todos e todas que nos acompanharam.

Então, foi a 15ª audiência pública desta Subcomissão e, tendo cumprido os seus objetivos e nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REUNIÃO REMOTA.

Às dez horas e zero minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e dois, no Reunião remota., sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença do Senador Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 16ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. **Temática - CONECTIVIDADE:** garantir acesso a dispositivos com conexão à internet de alta velocidade aos estudantes e professores da rede pública de ensino. **Participantes:** Yasmim Melo, Pesquisadora em Equidade na Educação, Doutoranda em Administração Pública e Governo (FGVEAESP) e Pesquisadora-Consultora na Vanderbilt University; Sra. Ariana Britto, Coordenadora de produção de conhecimento do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais - CEIPE; e Romualdo Portela de Oliveira, Diretor de Pesquisa e avaliação do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária - CENPEC. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/08/08>





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a 16ª audiência pública desta Subcomissão, com a finalidade de debater o seguinte tema: conectividade – garantir acesso a dispositivos com conexão à internet de alta velocidade aos estudantes e professores da rede pública de ensino.

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que é o 0800 0612211.

Eu quero destacar, antes de iniciar, que a Subcomissão, como já foi dito, está realizando a sua 16ª audiência pública, e foram apontadas, nessas 16 audiências públicas, seis eixos temáticos relacionados a medidas que devem ser tomadas em função da pandemia e em função, também, dos desafios que a educação apresenta.

Rapidamente, eu relembro o primeiro eixo, que é o acesso dos alunos à escola. Isso significa, entre outras coisas, busca ativa dos alunos. Inclusive, este é o ano nacional da busca ativa dos alunos, para que ninguém desista da escola, para que o aluno vá para a escola. E está incluído aí, inclusive, que foi muito levantado, o transporte dos alunos, como na Região Norte, por exemplo, com barcos, na Região Sul com ônibus, ou seja, ter o transporte, o acesso do aluno à escola, entre outras coisas.

O segundo eixo é a permanência do aluno nas escolas, permanência que significa uma escola acolhedora, boa, bonita, para que o aluno se sinta bem na escola e, inclusive, o que também foi muito levantado, a necessidade de se cuidar da saúde mental dos alunos, dos professores, das famílias, enfim, de toda a comunidade escolar. Inclusive, esse esforço tem que ser feito em parceria com o Ministério da Saúde também.

O terceiro eixo é a infraestrutura. Para o aluno permanecer na escola, a infraestrutura deve ser boa em termos de saneamento, de água, de energia elétrica, de biblioteca, enfim, toda uma infraestrutura que deve ser sempre aprimorada no decorrer dos anos.

O quarto item, o quarto eixo temático se relaciona a algo que é essencial, que é a valorização de quem faz a educação, a valorização do professor, do pedagogo, do profissional, da educação, ter uma carreira atraente. É, assim, chamar pela valorização de modo que muitos jovens se interessem, porque poderão ver que podem ter uma vida boa, digna, salário adequado, uma carreira assim importante.

O quinto item... Os itens não são necessariamente nessa ordem, mas o quinto eixo abordado nas audiências foi a questão da recomposição da aprendizagem. Nós temos uma diversidade tão grande no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil: escolas rurais, urbanas, quilombolas, indígenas, da periferia, de centros urbanos do Norte do país, do Sul do país.

Então, seria olharmos a situação de aprendizagem de cada aluno, particularmente em relação àquilo que se perdeu na pandemia e recompor isso. E há instrumentos bons, inclusive, à disposição pelo próprio MEC, com trabalhos em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, onde se pode ver a situação de cada aluno, a dificuldade e a facilidade de cada um. Então, é um instrumento colocado à disposição.

E o sexto item ou sexto eixo – e não é o último eixo em absoluto –, um eixo que se mostrou cada vez mais importante e evidente na pandemia, um instrumento essencial, é o que vamos debater hoje, que é a conectividade, ou seja, aquilo que foi falado, garantido o acesso a dispositivos com conexão à internet de alta velocidade aos estudantes e professores da rede pública de ensino.

Então, esse acesso aos equipamentos necessários eu costumo dizer, inclusive, que é o acesso para o aluno na escola, mas o acesso para o aluno na casa dele também, para ele fazer pesquisas, os trabalhos, a família se interessar, e a gente poder ter, assim, uma ferramenta de alto valor à disposição da comunidade escolar. Esse é o objeto da nossa audiência de hoje.

Eu, inclusive, destaco que as perguntas podem ser feitas pelos meios de comunicação que eu já mencionei. E já recebemos algumas perguntas, que eu vou ler antes de passar a palavra, em primeiro lugar, para a Ariana Britto. Mas já recebemos perguntas:

Atilio Alves, de Goiás: "Quais os principais impactos negativos causados pela [pandemia de covid] na educação?"

Luis Lago, de São Paulo: "Como os governos estão se preparando para outros eventos desse porte? [e sempre relacionando isso ao tema de hoje que é a conectividade] O que foi aprendido/feito para não parar o sistema?"

Anderson Rosa, do Espírito Santo: "Qual o caminho para solucionar problemas de conectividade ou acesso a recursos tecnológicos [...]?"

Arllys Salgado Silva, do Maranhão: "Um dos principais problemas causados na educação foi a evasão de muitos alunos. Como reverter [...] [essa] situação?"

Emily Gabriela, do Ceará: "A taxa de matrícula durante a pandemia aumentou ou reduziu?"

Sempre pensando em como a conectividade pode contribuir em relação às perguntas que estão sendo feitas.

Lincoln Rodrigues, do Distrito Federal: "Quais foram os principais impactos na educação infantil?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero inclusive lembrar, mas, antes, eis a última pergunta de Estephane Oliveira, do Rio de Janeiro: "Como tornar possível o acesso à internet para estudantes em situação de vulnerabilidade?" Isso, sem dúvida, é um grande desafio.

Eu quero lembrar a todos e a todas que nos acompanham com perguntas de que todo o material de todas as audiências públicas está disponível no *site* da Comissão de Educação, na página da Comissão, assim como vai estar o material da audiência pública de hoje. Com isso, todos poderão também acessar, refletir, contribuir e, inclusive, enviar à Comissão, a esta Subcomissão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, as contribuições que desejarem fazer, em função do que já foi falado, do que foi dito. Nós vamos fazer um relatório agora, no mês de outubro.

Estamos indo para o final do mês de agosto e tudo isso me parece... Pelo menos a mim, que sou professor também e já fui secretário de educação, estão muito claros, através de todas as audiências públicas, os caminhos que devem ser percorridos, entre outros. Mas os principais deles, pelo menos, fruto dessas audiências públicas.

Então, eu vou passar a palavra às expositoras e ao expositor, que participam desta reunião por meio de videoconferência: Sra. Ariana Britto, Coordenadora de Produção de Conhecimento do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe); Sra. Yasmim Melo, pesquisadora em equidade na educação, doutoranda em Administração Pública e Governo e Pesquisadora-Consultora na Vanderbilt University; e o Sr. Romualdo Portela de Oliveira, Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Agradeço, então, as presenças novamente.

Quem bom que estamos juntos para um tema tão importante, tão desafiador e tão atual que é a conectividade para educação e para a cidadania de uma maneira geral.

Então, iniciando as exposições, passo a palavra à Sra. Ariana Britto – seja bem-vinda de novo! –, Coordenadora de Produção de Conhecimento do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais.

Com a palavra, Ariana.

A SRA. ARIANA BRITTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador Flávio Arns! Bom dia a todos!

Bom, primeiro, quero agradecer o convite.

É um prazer dividir a mesa com o Romualdo Portela, que é uma pessoa com quem tenho trabalhado bastante – talvez tenhamos, inclusive, sinergia em algumas das nossas falas hoje. E, Yasmim Melo, é um prazer também dividir hoje este espaço com você.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, eu vou compartilhar a minha tela, com uma breve apresentação, na verdade, para organizar um pouco as ideias para vocês e abrir o assunto pra essas duas pessoas incríveis que vão falar depois de mim.

Então, só um minutinho. Vou compartilhar com vocês e aí vocês me dizem se estão vendo e em modo apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Estamos vendo.

A SRA. ARIANA BRITTO (*Por videoconferência.*) – Que bom!

O nosso tema hoje é conectividade. Para começar a minha fala, quando eu vejo o tema de conectividade e especificamente do objetivo da nossa fala aqui hoje, a gente tem algumas palavrinhas-chave dentro dessa frase: garantir acesso a dispositivos com conexão à internet de alta velocidade a redes públicas de ensino. Então, a gente tem primeiro a palavrinha-chave "acesso"; uma segunda palavrinha-chave "dispositivos", e aqui eu talvez use a expressão, que é como eu costumo falar hoje nos projetos que eu coordeno, relacionados à conectividade e uso de tecnologias na educação, que são recursos educacionais digitais, e a gente está falando de uma terceira palavrinha, "alta velocidade". A educação pública perpassa todas essas três palavras: acesso, recursos educacionais e uma internet de qualidade.

Uma breve contextualização, na verdade, de onde que eu parto nessa minha fala, ou de onde eu parto para a gente começar a pensar a conectividade na educação e, sobretudo, o uso de tecnologias na educação. Aqui dentro do Ceipe a gente está partindo de um marco conceitual, que é conhecido em inglês como *four in balance*, mas aqui a gente está falando da expressão em português, quatro em equilíbrio. Esse marco conceitual está dentro do Picc, o Programa de Inovação Educação Conectada, que começou lá em 2017. É um programa do MEC que, em 2021, se tornou uma política, política inovação conectada. Esse marco conceitual é hoje o que a gente entende como ponto de partida para se pensar o melhor uso de tecnologias na educação, sobretudo educação básica, que é o nosso foco aqui.

Em rápidas palavras, de que que se compõe esse modelo de quatro em equilíbrio, que são essas quatro dimensões? É o nosso ponto de partida do que quer dizer uma escola conectada e sobretudo para a gente usar a tecnologia de forma mais efetiva, mais eficiente, com qualidade e de forma justa. Essas quatro dimensões – depois vocês vão entender um pouquinho melhor porque eu estou falando sobre elas – pressupõem atuar em equilíbrio. Então, é por isso que a gente tem esse circulozinho, que é a nossa escola. E o que é esse equilíbrio, e quais são essas quatro dimensões? A gente está falando de uma primeira dimensão, que é a visão. Essa dimensão pressupõe que o uso efetivo de tecnologias na educação seja compartilhado por todos os atores das escolas, todos os atores das redes educacionais. Eu estou falando aqui de gestores educacionais – secretários, subsecretários – eu estou falando de diretores escolares, eu estou falando de professores e eu estou falando de alunos. Então, todos os atores escolares,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que a gente tenha um uso efetivo de tecnologia – e aí a conectividade faz parte desse uso adequado de tecnologia –, têm que compartilhar o potencial pedagógico do uso dessas tecnologias na educação.

Para além da dimensão, a gente tem que formar os nossos atores escolares no uso de tecnologias da educação.

Então, a gente está falando de um conjunto de formações, sobretudo, continuadas. A gente não vai entrar no mérito aqui, mas a gente tem, enfim, toda uma discussão sobre o currículo dos professores, sobre o currículo dos cursos que formam professores. Como eles não atendem este tema como um todo, a gente precisa incluir isso numa formação continuada.

Então, a gente está falando aqui que precisamos, sim, pensar formações incluindo competências e habilidades para esses atores escolares que estão dentro da sala de aula. Ou seja, nós estamos falando aqui, sobremaneira, do professor que vai fazer o uso pedagógico dessa tecnologia.

Isto é importante: a gente está pensando aqui no uso pedagógico.

E essa formação parte do pressuposto de que a gente tem professores nos níveis mais distintos de conhecimento digital, professores que já fazem uso de tecnologias da educação e professores que estão começando a entender como a tecnologia pode fazer parte do processo pedagógico.

A partir daí a gente está falando da incorporação de recursos educacionais digitais dentro do processo pedagógico. É importante deixar muito claro que, quando a gente fala do uso de tecnologias da educação, você abrir um vídeo sem nenhuma contextualização, você abrir uma ferramenta como o Google ou como qualquer buscador sem nenhuma contextualização não pressupõe o uso de recursos educacionais digitais. Então, a gente tem que sempre deixar claro que é a incorporação dentro do processo pedagógico.

Por fim, a gente pode compartilhar a percepção, a gente pode formar professores, a gente pode identificar todos esses recursos educacionais, mas, se a gente não tiver uma infraestrutura que garanta as instalações físicas para a conectividade, para o uso dessas tecnologias na educação, isso tudo não faz sentido.

Então, esse modelo do *Four in Balance*, esse modelo do Quatro em Equilíbrio pressupõe que pensar o uso de tecnologias na educação, no que a gente acredita, dentro do Ceipe, que faz parte da política hoje de inovação conectada, são essas quatro dimensões funcionando em equilíbrio.

Bom, essa é a contextualização em que a gente está hoje.

Já respondendo algumas perguntas que foram trazidas no contexto da conectividade – eu vou pedir que, quando eu estiver no finalzinho do meu tempo, vocês me avisem porque, como professora, a gente sai falando e se esquece do horário –, eu vou trazer alguns breves indicadores de como a gente está.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, a minha ideia em mostrar alguns desses números foi pensando o seguinte: um primeiro dado que a gente tem hoje para construir um diagnóstico de adoção de tecnologias vem do CieB, que é Centro de Inovação para a Educação Brasileira, a partir do Guia EduTec.

Eu participei da produção do Guia EduTec lá atrás, há mais ou menos quatro anos. O Guia EduTec é um instrumento de diagnóstico para uso de tecnologias na educação, considerando três atores: gestores, professores e alunos. Ele é respondido pelos gestores das escolas. Ele está sendo respondido neste momento, porque o Guia EduTec hoje é incorporado ao PDDE. Então, todas as escolas que tenham interesse em fazer parte e em receber algum recurso do PDDE precisam preencher o Guia EduTec.

Este dado é de ontem à noite. A gente tem até o momento cerca de 15 mil escolas que preencheram o Guia EduTec, mais ou menos 2,7 mil escolas da rede estadual, quase 12 mil escolas da rede municipal e algumas escolas da rede privada que também preenchem. Ele não é condicional, mas é um diagnóstico. E quando eu falar, lá no finalzinho, como a gente faz para melhorar a conectividade, um dos passos essenciais é realização de diagnóstico.

Isso está previsto na Política de Inovação Conectada, mas pressupõe apoio técnico e financeiro para as redes educacionais, para que elas possam, não só preencherem o diagnóstico, mas saberem o que fazer com esse diagnóstico a partir daí.

E aqui é um dado, só para vocês terem ideia da situação hoje, quando a gente olha o nível de adoção de tecnologia considerando as quatro dimensões. Então, o Guia EduTec foi construído a partir do modelo teórico de quatro em equilíbrio. Ele é todo tabulado, todo organizado, em termos de dados estatísticos, a partir do equilíbrio entre as quatro dimensões. Se a gente olhar aqui — eu acho que eu não tenho o *pointer* — mas, aqui no nível básico, o que a gente vê? Que, em média, a gente está falando de 46% das escolas que responderam com uma infraestrutura no nível básico; 29% com recursos educacionais digitais nesse nível básico; 26% das competências, da formação dos professores, também em nível básico, e, em visão, só 15% dessas escolas estão no nível básico.

Quando a gente está falando de nível básico o que a gente quer dizer aqui? Que essa tecnologia é usada de forma muito simplificada pelos professores e alunos dentro da sala de aula. Quando a gente fala de gestores, por exemplo, eles utilizam apenas alguma produção de planilha em Excel, algum documento em Word, ou seja, uma utilização muito simplificada do que é possível fazer com o uso de tecnologias na educação, partindo do pressuposto de que o uso de tecnologias compreende tanto o processo de gestão educacional, quanto o processo pedagógico e o desempenho do aluno ali no final, que é o nosso objetivo. Então o que a gente consegue ver é que a gente já tem algumas escolas, aqui, no nível intermediário... O Guia EduTec é construído, é um instrumento que permite que a escola identifique em que nível ela está, para cada uma das dimensões, e o que ela precisa fazer para subir um degrauzinho e entrar no nível intermediário, entrar no nível avançado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente pensou, lá atrás, o guia, a gente entendeu que essa construção numa forma de escadinha facilitaria o entendimento dos gestores para saberem: "Bom, o que eu preciso fazer e, sobretudo, em quais dimensões eu preciso focar, com um pouquinho mais de urgência ou um pouquinho menos de urgência?".

O que a gente vê aqui, por exemplo, é que, em termos de infraestrutura, o nosso nível básico é de quase metade. Se a gente juntar aqui emergente, é basicamente o nível zero, é ausência de tecnologia nas escolas e nas redes educacionais. Então a gente está falando aqui, isso é um dado agora, de ontem, de 2022, quase 50% das escolas, sobretudo da rede municipal, declaram a quase inexistência de infraestrutura tecnológica. Ou seja, para a gente pensar em educação, a gente, na verdade, tem que dar um passinho atrás e pensar: "Bom, primeiro, como que a gente garante a infraestrutura?".

Por que esse modelo é importante? Porque durante muito tempo a gente pensou o uso de tecnologia na educação apenas como infraestrutura. E ter um computador em sala de aula não garante o uso pedagógico das tecnologias.

Bom, alguns outros dados mais recentes. A gente está falando – esses são dados do Censo Escolar 2021, que é o que a gente tem disponível –, por exemplo, a gente está falando que 23% das escolas não têm acesso à internet e que 58% não possuem *wi-fi*.

Então, quando a gente está pensando em conectividade, a gente pode olhar pelo copinho mais cheio: "Ah, mas eu estou falando de 75%, 74% das escolas com acesso à internet", mas eu estou falando de duas a cada dez escolas sem acesso. Eu estou falando de cerca de 24% de professores apenas que consideram a qualidade da internet adequada dentro das suas escolas, eu estou falando de apenas 31% dos estudantes do ensino fundamental que possuem acesso à internet. Ou seja, eu estou falando que sete em cada dez estudantes do primeiro ao quinto ano não têm acesso à internet. Esse dado vai subindo um pouquinho no ensino médio, mas a gente também está partindo do pressuposto de que todos os alunos em todas as etapas escolares, e isso inclui pré-escola, a gente está falando... Ou seja, a inclusão de conectividade, inclusão de tecnologias, inclusive para a pré-escola. E aqui a gente está falando que 21% dos municípios que declaram possuir um conselho municipal de educação para a discussão de questões educacionais não têm acesso à internet.

Então, são dados muito simplificados, muito gerais, mas para a gente entender em que contexto a gente está para pensar a conectividade.

Outro dado. A gente está falando de... Aqui é um dado da pesquisa da qual eu faço parte. O Romualdo também apoia nessa pesquisa. A gente está falando de pouco mais de metade das escolas que possuem conectividade adequada. Para a conectividade adequada tem uma medida internacional que pressupõe que cada aluno tenha, no mínimo, 100 kbps – e a gente tem hoje o Medidor Educação





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Conectada – para garantir essa conectividade nas escolas. E a gente está falando hoje de um pouco mais da metade das escolas nos territórios aqui da iniciativa que possuem essa conectividade adequada.

Daqui a pouquinho eu vou fechar com o que é essa iniciativa.

Esse é um número que sempre também me abala um pouquinho, mas é um número bem recente, de 2022, que é o número médio de alunos por computador nos territórios da iniciativa. São seis territórios, seis estados e 11 municípios. Com 60 alunos por computador, obviamente, não é possível fazer nada, nenhuma ação pedagógica, mas é só para a gente entender qual é a dimensão dessa desigualdade de que a gente está falando em termos de permitir esse uso pedagógico das tecnologias na educação.

Esse último dado aqui é da TIC Educação, um dado de 2020, que mostra a qualidade da conectividade brasileira para a pandemia. E, incrivelmente, o que a gente olha, só com esses dois indicadores, a velocidade de *download* e um dado de latência, ele é um dado que está aberto por região... E, basicamente, o que a gente olha – isso aqui é ao longo de 2020, ou seja, o auge da pandemia – é que todas as regiões, à exceção da Região Norte, que é essa roxinha, melhoraram a sua velocidade de *download*, que é a rapidez com que você consegue baixar um arquivo da internet. Então, por exemplo, a Região Sudeste saiu de 17,4, de antes da pandemia, janeiro e fevereiro, e chegou a 23,3. A gente está falando aqui da Região Centro-Oeste, que saiu de 9,5 e chegou a 11,8 em Mbps. Isso de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Ou seja, em termos de como a gente conseguiu se adequar àquele momento em que houve o auge do uso das tecnologias no ambiente em casa, a gente percebe que, à exceção da Região Norte, todas as regiões conseguiram manter alguma qualidade de conexão, lembrando que – isso é superimportante – essa avaliação da TIC só vale para quem tinha acesso à rede antes da pandemia. Então, só para vocês terem uma ideia: em 2019, um a cada quatro brasileiros não acessavam a internet; entre os mais pobres, quatro em cada dez. Então esse dado só fala para parte da população brasileira.

Esse é um outro dado de latência, é um dado que, quanto mais alto, mais desigual. O que a gente está falando aqui? Que à exceção... Todas as regiões basicamente mantiveram o seu grau de latência ao longo de 2020. Então, por exemplo, a Região Nordeste saiu de 57,1 para 57,5; a Região Sudeste, de 23,5 para 23,6. De novo: à exceção da Região Norte, que saiu de um tempo de latência de 100,2 para 116, todas as outras regiões conseguiram manter uma infraestrutura minimamente adequada durante o principal ano da pandemia.

Por que esse dado é importante? Porque foi um ano em que a gente não estava preparada para o que ia acontecer e, de repente, a gente precisou muito da infraestrutura da internet brasileira. E o que esses dados mostram é que a infraestrutura conseguiu minimamente responder; a infraestrutura que nós já tínhamos, as operadoras de tecnologia conseguiram minimamente responder à urgência do uso de tecnologias. Aqui entra tanto o *home office*, obviamente, tanto o trabalho quanto a educação. É só para a gente ter uma ideia, para responder a esta pergunta: será que a nossa infraestrutura deu conta?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aparentemente ela deu conta; para quem já tinha acesso, não houve uma perda significativa na qualidade da informação.

Ah, só corrigindo: a medida de latência é o tempo para a mensagem ir e voltar, então é o congestionamento na rede. A gente imaginava que, com a pandemia e o uso excessivo da internet, a gente teria um congestionamento maior na rede, mas a gente percebe que não, basicamente em todas as regiões, à exceção, de novo, da Região Norte, que, sim, tem um pequeno aumento de congestionamento.

Senador, abriu o microfone?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não, eu só queria dizer, Ariana, que está muito interessante.

Mais 5 minutos estaria bem?

A SRA. ARIANA BRITTO (*Por videoconferência.*) – Ótimo!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está muito bom, parabéns! Muito didático e interessante. Parabéns!

A SRA. ARIANA BRITTO (*Por videoconferência.*) – Obrigada!

Bom, esses pequenos e breves indicadores dão uma ideia para a gente em vários contextos, não só para a educação em geral. Essa pesquisa da TIC Educação foi feita em 2020 também, então os dados foram divulgados no ano passado. Aqui, no final da minha apresentação, tem todos os *links* de onde esses dados foram retirados, todas as informações que eu coloquei aqui para vocês vão estar no finalzinho da apresentação que eu compartilho depois.

Bom, e onde a gente quer chegar quando a gente pensa em conectividade e uso de tecnologias na educação de forma eficiente? A meu ver – e aí é como eu vou fechar a minha fala –, a gente tem três passos, que são os pontos de partida essenciais.

Primeiro, não tem como a gente pensar – isto é algo que provavelmente o Romualdo divide comigo e a Yasmim também – qualquer tipo de política pública sem produção de evidência científica, qualquer tomada de decisão, lembrando aqui que sou economista também: recursos públicos são escassos e têm que ser usados de maneira eficiente e equitativa, e, para isso, a gente tem que produzir evidências científicas.

Segundo, tem muita coisa no Brasil que está dando certo, inclusive em termos de uso de tecnologia na educação e conectividade. Então, um segundo passo é como a gente reconhece – e isso está associado ao item um –, como que a gente dissemina o que já está dando certo, o que vem sendo feito de maneira interessante no Brasil e também o que deu errado, para a gente não replicar, para a gente não seguir esse caminho. Então, às vezes, a gente fala de boas práticas; as boas práticas incluem o que deu errado





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também, porque alguém já tentou, alguém já testou e viu que esse caminho não, e, então, vamos descartar.

Tendo essa informação, o que hoje a gente sente mais falta dentro do Ceipe, trabalhando com rede de educação, é... O primeiro passo é a gente saber qual é o meu cenário. Então, eu estou falando de municípios, estou falando de estados, estou falando de redes educacionais, que precisam elaborar o seu diagnóstico sobre conectividade. Qual é a situação da conectividade no meu município? Porque – e vou reforçar – só a partir da elaboração de um diagnóstico é que eu vou poder entender qual é o meu retrato de problemas, aí vou olhar e conversar sobre qual é o meu orçamento disponível, para saber que não vou conseguir tratar todos esses problemas, mas quais problemas eu vou conseguir tratar e como organizar minha agenda para os problemas que não consigo tratar neste momento, mas que vão precisar ser direcionados ao longo dos anos.

É óbvio que tem vários outros passinhos aqui, mas o meu primeiro olhar é produzir evidência, disseminar o que a gente já sabe e elaborar o diagnóstico para o passo seguinte, que é construir política pública de qualidade e equitativa.

Em termos do que a gente já tem hoje de produção de evidências, não tinha como não falar sobre isto. Dentro do Ceipe, eu coordeno a IEC-BNDES (Iniciativa Educação Conectada). Lá no início, eu falei para vocês que, em 2017, o MEC lançou o Programa de Inovação Educação Conectada, que veio a se tornar política. A expectativa era que se tornasse política em 2022, não sei por que foi antes, prefiro não entrar no tema, mas se tornou política em 1º de julho de 2021, quando o Picc virou uma política. E qual o meu papel dentro disso tudo? O Ceipe, junto com diversos parceiros que estão aqui, foi convidado para fazer o monitoramento e a avaliação do Picc. Então, essa iniciativa foi criada com o objetivo de prototipar o Picc e gerar evidência científica, gerar uma série de aprendizados para formulação de políticas públicas. A iniciativa começou em 2018, então, logo depois que o Picc foi implementado. Nós obviamente não esperávamos, assim como todos vocês, uma pandemia no meio do caminho. Isso fez a gente mudar bastante o nosso caminho.

A IEC está falando desses territórios aqui. Então, a iniciativa, ou seja, o que a gente está prototipando hoje, se divide nestes seis estados: Tocantins, Paraíba, Sergipe, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul, incluindo 100% das escolas da rede estadual, 50% das escolas da rede municipal.

Agora em 2022, a gente finaliza. Vou colocar primeiro trimestre de 2023, não é, Romualdo? É melhor. A gente finaliza a estratégia de monitoramento e avaliação do Picc, com a produção de resultados de efetividade sobre o que foi implantar esse programa, o que foi passar esse programa por uma situação de pandemia durante dois anos e qual é a situação hoje do Programa Inovação Conectada, que agora é uma política.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu só estou dando uma ideia para vocês do que foi que a gente produziu em termos de evidências científicas ao longo desses três – 2019, 2020, 2021 e 2022 – ou quatro anos de projeto. Então, nós aqui dentro do Ceipe – e eu coordeno a estratégia de monitoramento e avaliação – produzimos evidências científicas, e elas estão à disposição de qualquer pessoa que queira acessar o *site* otec.net.br, com informação de relatório de boas práticas, informações de relatórios de implementação da iniciativa. Hoje, a gente já sabe o que deu certo, o que dá errado em termos de conectividade, quais são os principais gargalos. E eu vou fechar: um dos principais gargalos para a gente, que a gente identifica nos territórios, é aquisição de infraestrutura. Os territórios têm muita dificuldade de lidar com os editais de compra de equipamentos. E isso pressupõe um vai e volta nos editais, que aí, dentro daquele modelinho de quatro em equilíbrio, se a infraestrutura trava, todas as outras dimensões, ainda que tenham andado, que foi o que aconteceu com a gente, não têm tecnologia. Então, isso tudo vai estar aqui, todos esses *links* aqui são clicáveis. Então, todas as informações que eu coloquei vocês podem acessar por aqui, para entender o que é que a gente tem hoje sobre conectividade e sobre tecnologia da educação.

E eu agradeço esse tempinho, agradeço por ter falado sempre demais, mas é assim mesmo que a gente faz, a gente fala pra caramba. Aqui tem o meu contato; se alguém tiver alguma pergunta, quiser saber de mais alguma informação, por favor, eu estou à disposição.

Agradeço muito, Senador, pelo convite e pela oportunidade de falar sobre este tema que me é tão relevante.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Ariana Britto. Você foi muito didática, competente. Parabéns pelo trabalho desenvolvido. Não poderia ter sido mais clara. Pena que o tempo seja limitado, mas você está colocando à disposição não só nossa, mas de todos que nos acompanham todo o material. E isso é muito importante. Eu acho que, a partir de uma reflexão dessas, a gente pode ampliar os horizontes, mas foi muito claro, muito interessante. Parabéns pelo trabalho todo.

A SRA. ARIANA BRITTO (*Por videoconferência.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Em seguida, eu passo a palavra à Sra. Yasmim Melo, que é Pesquisadora em Equidade na Educação, Doutoranda em Administração Pública e Governo e Pesquisadora-Consultora na Vanderbilt University. Com a palavra, Yasmim.

A SRA. YASMIM MELO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Olá, bom dia a todas e todos.

Gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns, Presidente desta Subcomissão, pela condução dos trabalhos, assim como as demais Senadoras e os demais Senadores que compõem a Subcomissão. Gostaria de cumprimentar também meus colegas de mesa, a Ariana Britto e a Romualdo Portela, e as cidadãs e os cidadãos brasileiros que estão acompanhando a gente nesta audiência pública.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma honra estar hoje aqui nesta Casa para debater os desafios da educação no contexto da pandemia da covid-19, em especial relacionados à conectividade.

Agradeço imensamente o convite desde já, Senador Flávio. Muito obrigada.

Eu gostaria de iniciar a minha fala destacando que a educação possui um conjunto de sentidos e funções sociais. O Prof. Fernando Abrucio sintetiza quatro sentidos para a educação: primeiro, a socialização dos indivíduos; a formação dos cidadãos; a formação de capital humano – e aí a Ariana falaria muito bem disso –; e a promoção da equidade. A partir das duas primeiras funções, a socialização dos indivíduos e a formação dos cidadãos, a gente entende que as escolas não são apenas um espaço de transferência de um saber formal, mas um espaço de construção de valores democráticos, de competências, de habilidades, de valores e atitudes que são necessários para uma vida em sociedade. No sentido da formação do capital humano, a gente entende que o investimento em educação é essencial para o desenvolvimento econômico sustentável de uma nação. No sentido da promoção da equidade, a gente entende que a educação é um instrumento essencial para uma sociedade mais justa e igualitária. É nesse sentido que eu quero focar hoje, como pano de fundo, para discutir o nosso tema da conectividade.

Ao longo das últimas audiências e agora com a exposição da Ariana, a gente está vendo vários dados alarmantes sobre o cenário da educação no Brasil e também sobre a conectividade.

A nossa educação tem vários desafios que foram ampliados e potencializados com os efeitos da pandemia. Neste momento, neste contexto em que a educação à distância e remota foi uma alternativa para a continuidade, para assegurar a oferta da educação diante de um cenário de fechamento das escolas para a redução da transmissão de vírus, a gente teve que esse cenário e essa solução se mostraram insuficientes.

Complementando os dados que a Ariana já apresentou, cito aqui um estudo da conectividade das escolas públicas que foi conduzido pela MegaEdu, uma instituição do terceiro setor, que afirma que 25% das escolas públicas no Brasil, cerca de 35 mil escolas, não possuem acesso algum à internet. Das escolas conectadas, cerca de 50% não utilizam a internet para uso pedagógico, porque não têm uma velocidade adequada para isso. Apenas 9% das escolas conectadas têm uma velocidade adequada para uso pedagógico.

Nesse contexto, o problema de conectividade é mais forte no Norte e no Nordeste, que possuem mais escolas rurais e municipais. E aí tem esses desafios todos, técnicos, citados, na última audiência, pelo Ministério das Comunicações, e também alguns enfatizados aqui pela Ariana, como esse da dificuldade de cobertura de internet e de todas as especificações técnicas de infraestrutura.

No contexto brasileiro, a gente tem várias políticas educacionais – inclusive o Plano Nacional de Educação, que tem a estratégia de prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica – que buscam assegurar um padrão mínimo de qualidade da educação, independentemente de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qual estado, município ou área esse estudante está. No entanto, os dados do Censo Escolar nos mostram que ainda existe uma enorme desigualdade entre escolas de uma mesma rede que estão situadas em área rural ou urbana e escolas de diferentes redes. A gente sabe que os dados educacionais são mais frágeis nas escolas municipais, de maneira geral, que possuem maiores desafios de provisão de recursos, de capacidade técnica e todos esses fatores.

Além disso, os programas educacionais de conectividade têm uma tendência a focar, inicialmente, em escolas urbanas, excluindo duplamente as escolas rurais que têm todos esses desafios técnicos de infraestrutura que a gente já discutiu aqui hoje e que também já foram discutidos na última audiência. Se a gente considerar o caso, por exemplo, do Programa Banda Larga nas Escolas, que surgiu em 2008, focando nessa provisão de recursos para uso pedagógico de uma conectividade adequada, esse programa foi lançado em 2008, focando nas escolas urbanas, mas, apenas em 2012 e com previsão de ser implementado apenas em 2014, é que surgiu um programa similar para pensar na conectividade das escolas rurais.

Atualmente, a gente tem que cerca de 65% das escolas rurais são atendidas pelos programas de conectividade nas escolas, e acho que aí a fala da Ariana é superimportante: a gente pode olhar pelo copo cheio de que 65% das escolas rurais têm conectividade, mas a gente também precisa entender que 35% dessas escolas estão sem internet em um contexto em que o acesso à internet foi essencial e foi o único caminho para a garantia do direito à educação no contexto de pandemia, no contexto de escolas fechadas.

As desigualdades entre escolas urbanas e rurais em itens de infraestrutura são gritantes, em especial no item de conectividade. No meu Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, uma pesquisa realizada pela universidade federal identificou que, em relação a laboratório de informática, apenas 41% das escolas municipais no estado possuem laboratório; nas escolas rurais, esse quantitativo cai para 28%. Se a gente falar de acesso à internet, apenas 49% das escolas rurais possuem acesso à internet.

É importante ressaltar que nós sabemos que existem vários desafios para prover o acesso à internet para escolas rurais, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, mas isso não pode ser um argumento para que essas escolas continuem sem esses itens de infraestrutura. Dados do Censo Escolar também mostram para a gente que não só em relação a acesso à internet e a laboratórios de informática e de ciências, mas em relação a itens de infraestrutura básica, essencial, como banheiros para pessoas com deficiência, quadras e bibliotecas, essas escolas também possuem uma defasagem de recursos de infraestrutura.

Diante disso, o argumento que eu coloco aqui, utilizando todos os dados que a gente está discutindo, os que a Ariana apresentou nesta audiência e os que foram apresentados na audiência anterior, é que a gente precisa pensar em políticas educacionais para corrigir desigualdades sociais.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pesquisas recentes mostram que o fechamento das escolas gerou um efeito nefasto de exclusão. Em 2019, cerca de 1 milhão de crianças estavam fora das escolas; em novembro de 2020, esse quantitativo subiu para 5 milhões de meninas e meninos sem o direito à educação.

A pandemia também, como o Senador já citou no início, gerou efeitos no desenvolvimento socioemocional e na saúde mental da comunidade escolar e uma perda de aprendizagem de ampla dimensão, isso tudo potencializado nas famílias e nos grupos mais vulnerabilizados em que as desigualdades educacionais se sobrepõem as de classe, de gênero e de raça e criam um efeito perverso no desenvolvimento das crianças.

Um estudo recente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal sobre educação infantil em Sobral – um caso de sucesso na educação em nosso país – estimou que crianças de nível socioeconômico mais baixo aprenderam quase metade do que as crianças de nível socioeconômico mais alto aprenderam no contexto da pandemia. Esse resultado é feito de uma sobreposição das desigualdades sobre os grupos mais vulnerabilizados.

Eu gostaria de pedir licença aqui para até a gente refletir que a gente está falando de educação e de conectividade num cenário em que 33 milhões de brasileiros não têm o que comer, conforme matéria publicada recentemente. Conforme uma matéria publicada ontem no Estadão, apenas 26% das crianças, de dois a nove anos de idade, fazem três refeições por dia. Como é que as nossas crianças aprenderão se elas estão com fome?

Se a gente pensa em acesso à educação, em recursos que garantam o aprendizado, um acesso à educação com qualidade, um desenvolvimento integral dessas crianças, a gente percebe o quanto o nosso cenário é assustador, o quanto essa insegurança alimentar impacta no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes e reduz oportunidades educacionais e, no futuro, oportunidades de melhores colocações no mercado de trabalho e de acessos a postos importantes em nossa sociedade. Então, para corrigir essas desigualdades é necessário adotar uma visão sistêmica da educação para a política educacional e princípios equalizadores como norteadores da política pública.

O Projeto de Lei Complementar 235, de 2019, que instituiu o Sistema Nacional da Educação, de autoria do Senador Flávio Arns e relatoria do Senador Dário Berger, aprovado de forma unânime nesta Casa, é um primeiro passo de grande importância para ressignificar a maneira como a política educacional é gerida no Brasil, equilibrando atribuições e competências entre os entes federados para uma oferta mais equitativa de educação, independentemente do local onde o estudante resida e estude, em todas as áreas. Isso impacta em todos os eixos que a gente está discutindo nas audiências, inclusive a conectividade.

É preciso formular e implementar políticas educacionais e programas articulados de uma maneira intersetorial e articulados com outros programas de proteção social que considerem esses contextos de



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

cada estudante. A gente não pode tratar os estudantes em situação de vulnerabilidade da mesma forma como a gente trata estudantes que estão situados em outras áreas. Os nossos modelos de avaliação educacional precisam também considerar essas desigualdades. É importante que a gente corrija essas desigualdades sobre grupos historicamente excluídos e vulnerabilizados a partir de uma distribuição proporcional de recursos visando a uma promoção de justiça social e inclusão no ambiente escolar.

Então, pensando nisso tudo, eu gostaria de encerrar a minha fala – desculpem-me se eu estou me alongando – com cinco diretrizes, cinco medidas que a gente pode pensar para que a educação cumpra totalmente a sua função social nos seus diferentes segmentos. O primeiro deles é promover uma igualdade real de oportunidades para além de uma igualdade formal, a partir de uma alocação prioritária de recursos para as escolas localizadas em áreas de vulnerabilidade social e que atendam a grupos historicamente excluídos, visando a garantir uma infraestrutura adequada para todas e todos os estudantes e profissionais de educação; prover bibliotecas, laboratórios de ciência, informática e internet para todas as escolas da rede pública de ensino.

Acho que é importante que a gente pense nessa alocação prioritária de recursos para essas escolas que não possuem acesso a esses itens de infraestrutura básica, que são essenciais para o desenvolvimento dos estudantes; realizar parcerias com o Ministério das Comunicações e atores do segmento de telecomunicações – iniciativa privada e terceiro setor – visando a garantir o acesso à internet de qualidade em todas as áreas da rede pública de ensino, inclusive em áreas que atualmente estão sem cobertura; assegurar o acesso de todas e todos os estudantes brasileiros a equipamentos de conectividade, inclusive para além do ambiente escolar, pois é necessário pensar conectividade e acesso a dispositivos eletrônicos não apenas na escola mas fora dela, visando a mobilizar esses recursos para uso em atividades extraclasse para recomposição de aprendizagem e também para o desenvolvimento integral desses estudantes; e continuar a mobilização para aprovação do Sistema Nacional de Educação, continuar a articulação, pensando na sua implementação em todos os estados e municípios brasileiros, visto que essa é uma política pública de governança que tem um potencial enorme para corrigir as desigualdades educacionais no nosso país.

Eu agradeço, desde já, a oportunidade, o convite, e fico à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço a você, Yasmin Melo, que é pesquisadora e, inclusive, pesquisadora consultora na Vanderbilt University, que é muito importante também, além do trabalho desenvolvido no Brasil.

Muito interessante, muito boa a sua intervenção, apontando inclusive para a importância... Realmente, a gente pensar que estamos discutindo conectividade e 33 milhões de brasileiros estão passando fome. Quer dizer, qual seria a prioridade, o que fazer e como tomar essa decisão?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sistema Nacional de Educação é uma ferramenta interessante, importante, histórica, necessária, mas já vamos, assim, até discutir um pouco mais sobre isso também.

Obrigado, Yasmin, e parabéns! Continue firme na sua caminhada como pesquisadora e consultora, que é muito importante. Obrigado, por enquanto, pela participação.

Passo a palavra ao Sr. Romualdo Portela de Oliveira.

Bem-vindo, Romualdo!

Ele é Diretor de Pesquisa e avaliação do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Com a palavra.

O SR. ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador.

Eu queria, inicialmente, cumprimentar pela iniciativa, saudar os demais Senadores presentes, saudar a Yasmin e a Ariana, com quem nós temos trabalhado, no Cenpec, na avaliação das experiências de educação conectada no Rio Grande do Sul e no Paraná, e queria também agradecer o diagnóstico apresentado pela Ariana e pela Yasmin, que torna a minha apresentação mais fácil, e eu vou tomar ambas como ponto de partida, porque me parece que elas trouxeram elementos muito importantes para a reflexão que nós estamos fazendo aqui.

Eu queria abordar a questão de um ponto de vista macro e, depois, chegar especificamente à questão da conectividade, porque os problemas da educação... Não existe bala de prata, não é? Nós temos que pensar em uma abordagem sistêmica, em um conjunto de ações, e eu vou tentar sistematizar as reflexões que nós temos feito no Cenpec a respeito e que permitem a gente colocar essa discussão sobre o aumento da conectividade em um contexto mais amplo.

Eu entendo que a pandemia trouxe três consequências que são importantes para a gente pensar as políticas educacionais daqui para frente.

A primeira delas é que ela aumentou a exclusão escolar. Então, o percentual da população brasileira de quatro a 17 anos que está em idade de educação compulsória fora da escola se ampliou com a pandemia. Nesse particular, nós realizamos, em 2021, junto com o Unicef, uma publicação sobre a evasão e sobre o acesso à educação no Brasil e, com os dados da Pnad Covid-19, de novembro de 2020, já ficava evidente, na ocasião, que a pandemia estava ampliando essa exclusão – e, portanto, o percentual da população fora da escola –, mas com uma novidade absolutamente preocupante, porque entre os que estavam sendo excluídos da escola havia um percentual crescente de crianças do ensino fundamental 1 e do ensino fundamental 2; e isso é particularmente preocupante porque é uma reversão de tendência.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre que a gente discute a educação no Brasil, a gente fala: "nós temos muitos problemas, mas nós temos tido sucesso na inclusão dentro do ensino fundamental". E a pandemia reverteu esta trajetória. E isto, portanto, traz de volta problemas que, de alguma maneira, nós estávamos equacionando, provavelmente num ritmo mais lento do que deveríamos, mas, digamos, a reversão de expectativa é muito pior... de tendência.

E também nesse trabalho nós constatamos que a evasão, quer dizer, que a parcela da população fora da escola está altamente correlacionada com pobreza. Noventa e um por cento das crianças e adolescentes fora da escola em idade de escolarização obrigatória viviam, na ocasião desse dado – praticamente não deve ter sido alterado –, em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo.

Como a pandemia representou um empobrecimento da população brasileira, essa exclusão da escola aumenta correlacionada com esse empobrecimento. Portanto, o primeiro elemento que eu queria trazer à discussão – que de alguma maneira a Yasmim já mencionou – é que as políticas de busca ativa que o Senador mencionou no início e a necessidade de criarmos políticas para trazer de volta para a escola essa população afastada da escola tem que estar associada, claro, com políticas de geração de renda e de melhoria das condições de vida da população brasileira, mas também com programas bastante ousados de renda cidadã.

Ou seja, essa é uma receita de sucesso que nós tivemos no passado recente que tem que ser intensificada e que me parece ser o primeiro ponto de consequência da pandemia ao qual devíamos estar atentos.

A segunda dimensão é que o acesso à escola, quer dizer, o funcionamento do nosso sistema escolar durante a pandemia foi bastante precário.

Nós tivemos que recorrer emergencialmente ao ensino remoto e nos deparamos com dois níveis do problema. O primeiro deles é que uma parcela grande da população, algo em torno de 50%, pelos dados que a Ariana apresentou, não teve acesso à internet e portanto não teve acesso às tentativas mais ou menos bem-sucedidas que as redes de ensino empreenderam durante esse período. E isso traz consequências para o aprendizado nesse retorno.

Então, nós temos aqui dois problemas. O primeiro deles é que a pandemia acelera a incorporação das tecnologias à educação. É um processo que tinha, digamos, um crescimento quase vegetativo, e que foi brutalmente acentuado com a pandemia. E não tem volta. Portanto, é necessário nós criarmos condições para que toda a população brasileira em idade escolar tenha acesso a meios remotos de ensino-aprendizagem. É claro que isso não substitui o ensino presencial, mas se torna uma ferramenta importante de combinação da ação remota e presencial ou o que seja que poderia se chamar de ensino híbrido.

Isso significa, em primeiro lugar, conectividade e equipamentos para as escolas. Os dados apresentados mostram que nós estamos absolutamente defasados das necessidades deste momento. Mas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representa também conectividade e acesso para os estudantes. Portanto, nós temos que pensar na retomada de programas como, por exemplo, a do computador de US\$100. Podia ser outro valor em dólares, mas, de toda maneira, eu entendo que as tecnologias, do ponto de vista de equipamentos, incorporaram-se, com a pandemia, ao *kit* de material didático a que todo estudante tem que ter direito. Nós não podemos mais pensar que é possível, em pleno século XXI, um estudante que não tenha o acesso à internet como parte do seu material escolar cotidiano, que ele vai usar em casa, na escola, etc. Então, nós temos aqui o desafio de aumento da conectividade da garantia tanto de acesso à rede quanto de equipamentos. E me parece que esse é outro ponto importantíssimo.

A terceira consequência da pandemia foi que nós tivemos prejuízos inegáveis no aprendizado e que nós ainda não temos condições de aquilatar as suas dimensões. Nós não tivemos nenhuma prova nacional que mostrasse isso. As provas localizadas, como a Yasmim citou e a Unesco tem divulgado estudos sobre o assunto também, já nos mostram que a situação é assustadora, no sentido de que nós teremos um desafio grande, que deve ser compreendido como uma ação nos próximos anos.

Acho que esse é o terceiro ponto, que parece absolutamente importante. E aí eu queria recuperar os pontos que a Comissão tem desenvolvido para trabalhar, que me parecem muito importantes, particularmente aqueles que dizem respeito às condições de trabalho dos professores, de carreira. É ponto de partida para a gente enfrentar o problema da qualidade a necessidade de termos equacionado a questão de salário e de condições de trabalho dos professores. Mas, em particular, no que diz respeito ao aprendizado dos alunos, eu queria enfatizar a necessidade de a gente pensar que essa é uma ação para os próximos anos, ou seja, não é possível a gente pensar que vai recuperar os prejuízos ocorridos durante a pandemia em um semestre, em um ano, ou seja, que no ano que vem vai estar tudo normal. Isso significa que nós temos que ter uma reestruturação dos planos curriculares das escolas e dos sistemas de ensino e nós temos que pensar que esta tarefa de garantir a todos o aprendizado implica também no repensar das condições de funcionamento das escolas e do objetivo de garantir o aprendizado para todos. Ou seja, nós continuamos tendo taxas de reprovação, que são essencialmente excludentes, muito altas, e índices de defasagem série-idade muito grandes. Portanto, isso tem que ser enfrentado. E a incorporação das tecnologias pressupõe também a formação de professores. E aí eu queria chamar atenção para um aspecto que me parece que é evidente que isso tem que ser incorporado aos cursos de formação de professores, mas tem que ser incorporado também à formação continuada dos docentes que estão em exercício, porque uma coisa é nós pensarmos que estamos discutindo os cursos de formação de professores e esses conteúdos têm que ser incorporados à formação de novos docentes. O problema é que esses novos docentes só vão se tornar docentes em alguns anos, e nós temos este problema para hoje. Portanto, nós temos que pensar na formação continuada para os docentes atualmente em exercício, o que significa a necessidade de desenvolvermos programas de formação continuada que abranjam o conjunto do magistério no Brasil de hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra consequência para a qual eu queria chamar a atenção, que me parece importante nós pensarmos, é que o atendimento a essas populações mais vulneráveis também tem que ser objeto de políticas públicas. Já foi citada a Região Norte, e eu queria incorporar o Semiárido, que é também uma região onde nós temos índices de exclusão bastante grandes, e é onde se concentram os bolsões de pobreza, de um lado; e de outro, as regiões periféricas das grandes cidades, o que também impacta a necessidade de termos políticas específicas para esses grupos.

Eu queria chamar atenção que o Fundeb, aprovado no ano passado, teve uma importância muito grande nessa perspectiva de redução das desigualdades, mas dentro do Fundeb nós introduzimos um dispositivo que me parece essencial neste momento, que é a ideia do custo aluno/qualidade, que é a ideia de que você tenha condições de funcionamento mínimas, que sejam capazes de garantir qualidade, no nível de cada escola, porque o problema que nós temos no Brasil hoje, do ponto de vista de financiamento e da redução da desigualdade, é que nós temos pensado muito numa redução da desigualdade entre redes, o que certamente é uma coisa muito importante. O problema é que numa rede muito grande – quanto maior a rede, esse problema é maior –, há uma desigualdade de financiamento por aluno no nível escola. Por exemplo, uma rede como a de São Paulo, onde nós temos, nas regiões centrais, uma concentração menor de alunos por classe, tem um custo por aluno muito maior do que o custo por aluno nas regiões periféricas, que atendem em geral as populações mais vulneráveis. Portanto, nós temos que incorporar essa ideia do combate à desigualdade no nível escola. É um patamar a mais do que nós temos feito no combate às desigualdades tomando como referência as redes de ensino. Isso me parece um outro aspecto importante para a gente considerar no próximo período.

Por último, eu queria chamar a atenção porque essa experiência que a Ariana relatou – uma experiência piloto de educação conectada, que está trazendo uma série de aprendizados, que são desafios que nós vamos enfrentar quando nós pensarmos em escalar essas iniciativas pelo Brasil todo – tem que ser incorporada.

Essa preocupação de a gente fazer as nossas ações baseadas em evidências, em resultados de estudos sistemáticos é muito importante para nós pensarmos a generalização dessas políticas em nível nacional.

Aí eu queria finalizar chamando a atenção para a necessidade de reforçarmos a criação ou a ampliação das plataformas públicas de acesso à internet. Nós temos tido um crescimento disso, mas muito ancorado em plataformas privadas, que têm a instabilidade, têm o problema dos custos e têm o problema da democratização.

Portanto, eu acho que um componente importante para a gente pensar a conectividade em nível nacional é nós reforçarmos as plataformas públicas de acesso à internet.

Parece-me que é outro ponto que deveria ser contemplado nos trabalhos da Comissão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu pararia por aqui, para a gente ter um tempo para conversar e interagir.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço, Romualdo Portela de Oliveira.

Muito adequado, muito bom.

Destaco, inclusive, a sua tranquilidade, a sua segurança, a paz que transmite no seu argumento. Isso é muito importante também.

O senhor é Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, um órgão de alto prestígio, Cenpec.

Muito bom.

Eu penso que, de fato, tendo audiências públicas, audiências se somando e podendo todos nós convergirmos para caminhos e indicadores de caminhos, realmente fica clara a situação do que deve ser feito: transformar a realidade, transformar o argumento em realidade.

Isso é muito importante.

Eu vou passar de novo a palavra para a Ariana, para a Yasmim e para o próprio Romualdo apontando só algumas coisas. Muitas coisas poderiam ser ditas.

Inclusive, a Ariana apontou, de maneira, assim como tudo, muito adequada, mostrando a necessidade da evidência científica para os trabalhos e também a disseminação de práticas que ocorreram pelo Brasil, inclusive apontando até as práticas que não deram certo, porque, às vezes, a pessoa teve a intenção, se organiza e não deu certo. Mas o fato de não ter dado certo vai conduzir à prática de alguma coisa que possa dar certo. Então, nunca devemos nos interiorizar pelo fato de alguma coisa não ter dado certo. Por que não deu certo? Deve-se fazer uma reflexão em cima disso.

Sobre o terceiro item, que eu penso que está muito relacionado com o que o Dr. Romualdo falou, que é o diagnóstico e a construção de soluções locais, eu penso muito nisso, porque observo, às vezes, as pessoas pensando na conectividade, em termos nacionais, por satélite, por isso, por aquilo, e a gente vê, às vezes, o provedor local, pequenininho, com fibra ótica, fibra ótica às vezes muito melhor do que a solução por satélite, ou regiões montanhosas, que têm que ser ajudadas a fazer a rede de conexão também.... E depois eu penso que essa não é uma tarefa que não possa ser abordada, porque nós temos 5.570 necessidades de planos no Brasil, que é o número de municípios. E como que isso poderia ser feito em relação a essa necessidade local? Como é que os municípios podem ser orientados a fazerem isso? O Dr. Romualdo, inclusive, apontou nesse sentido também, que às vezes o Custo Aluno Qualidade, no centro, na periferia, na zona rural... Quer dizer, as necessidades são diferentes. A equidade, eu sempre penso em equidade como a justiça no caso concreto. Equidade é a justiça no caso concreto. Então é o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aluno da periferia, de zona rural, de centro urbano, de uma região mais desenvolvida ou menos, é tudo assim, algo que as pessoas precisam ser orientadas a fazer para que os resultados sejam alcançados.

A Yasmin levantou a questão, muitas questões importantes, a gente poderia se debruçar sobre elas, mas a criação é prevista inclusive na Constituição. Então estamos muitos anos atrasados no Plano Nacional de Educação quanto à criação do Sistema Nacional de Educação. E a palavra que eu gosto sempre de usar... Às vezes as pessoas dizem: "Não, mas nós estamos fazendo reuniões, e tal, Governo Federal, governos estaduais e municipais". Isso não é sistema nacional de educação, em que você estabelece objetivos, diretrizes e usa uma palavra: "pactuação". Na conectividade, o que nós vamos pactuar? O que o Governo federal vai fazer, ou os governos estaduais, municipais? Essa palavra "pactuação" é uma palavra forte, no meu ponto de vista. Vamos abordar juntos, como um sistema nacional, e depois um sistema estadual de educação, em que estados e municípios têm que pactuar. Às vezes a gente pensa, Ariana, e Yasmim também, em termos de Região Norte, Região Nordeste, mas eu sou do Paraná e a gente observa dentro do estado, também, regiões extremamente empobrecidas, vulneráveis.

Então as pessoas não podem esquecer isso, quer dizer, o Estado do Paraná, um estado aparentemente bem desenvolvido, porém com regiões altamente empobrecidas e vulneráveis. Citando, por exemplo, o Vale da Ribeira, a divisa com São Paulo, o sul do Paraná, o norte pioneiro, até o centro do Paraná, dentro de programas internacionais de desenvolvimento, como o lá de Guarapuava, que é um município próspero, assim, um centro empobrecido. E, às vezes, até é interessante observar, para a gente pensar nessa vulnerabilidade, que temos regiões extremamente prósperas no estado, como Cascavel e Toledo, aí no sudoeste, cooperativas fortes, mas, às vezes, ao lado de um município rico há um município extremamente empobrecido. Então, nós temos... Isso, aqui, dentro de um sistema estadual de educação, teria que ser abortado. Sistema nacional é uma coisa, o sistema estadual... A pactuação para o desenvolvimento harmônico. Quem é próspero, rico, que continue, eu acho que é importante, mas alavancarmos a possibilidade também de termos esse acesso dentro de... Não termos essa disparidade de possibilidades dentro do próprio estado.

Então, eu gostaria, sim, de passar a palavra novamente aos três para essa condução final, e, depois, no relatório final também a gente, inclusive, vai procurar mandar para vocês, se nos permitirem, para lerem e verem as indicações, e isto já vai acontecer agora em outubro também.

Então, Ariana, passo a palavra novamente a você, com muita alegria, e, depois, à Yasmim e ao Dr. Romualdo.

A SRA. ARIANA BRITTO (*Por videoconferência.*) – Obrigada, Senador.

Vocês me ouvem?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Ouvimos, sim.

A SRA. ARIANA BRITTO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, muito obrigada por esta fala final e por ter resumido de forma tão brilhante tudo que foi falado aqui, de uma forma extremamente rápida e sensível, da questão da conectividade, da questão da equidade no uso de tecnologias na educação.

Vou falar especificamente do ponto que você sugeriu, que está relacionado ali ao meu terceiro passo.

Em termos de elaboração de diagnóstico e planos locais, isso vem da própria necessidade... E, na verdade, nesse ponto, eu não estou criando nada, não estou falando algo que, inclusive, é desconhecido, porque isso faz parte do Picc. Dentro da Política de Inovação Educação Conectada, está colocada lá como passo para se pensar a garantia à universalização do acesso de tecnologias na educação a construção de diagnósticos e planos locais.

Você colocou muito bem a questão desse pacto e do que a gente olha quando está falando de um sistema nacional de educação, de um sistema estadual de educação. Então, às vezes, os municípios, quando a gente fala de elaboração de diagnóstico, olham como algo, como se a gente estivesse falando de algo extremamente complexo, ou como se a gente estivesse falando de algo em que eles não necessariamente – isto é superimportante – dispõem das informações... Muitos dos dados que eu apresentei aqui, como o Censo Escolar, por exemplo, são dados produzidos pelas próprias redes. Então, o que eu sinto hoje, já nessa atuação com redes educacionais é que – talvez este seja o passo zero que a gente tenha que dar –, muitas vezes, o corpo técnico das secretarias tem uma certa dificuldade de entender "bom, o que significa elaborar um diagnóstico?" E aí você pensar "tá, mas a gente já tem um outro passinho, que é o guia EduTec".

O guia EduTec foi construído para gerar informações desse diagnóstico e ele está disponível para todas as redes educacionais brasileiras. É um instrumento público, é um instrumento em que os dados – aí vou falar uma palavrinha –, os microdados, a partir do preenchimento, já são disponibilizados pela própria plataforma. E, a partir daí, o que a gente tem que fazer? Bom, aí sim, a gente tem um exercício enorme: vamos olhar esses dados com cuidado, vamos entender onde estão os nossos gargalos para, então, preparar esses planos locais.

Quando a gente fala dos planos locais e, dentro da iniciativa, a gente participou muito disso, naqueles onze municípios, naqueles seis territórios que eu mostrei para vocês... Aí, dentro do Paraná, a gente tem Guarapuava e Campo Mourão, e a gente percebe como você colocou: são onze municípios em seis territórios com contextos muito diferentes, pensando que a entrada na iniciativa em muitos deles aconteceu no mesmo período, os recursos financeiros disponibilizados foram recursos contextualizados,



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

então eles foram recursos disponibilizados para atendimento das necessidades desses municípios. E uma das coisas que hoje acende uma luzinha aqui para a gente é: por que a adesão, inclusive ao programa, aconteceu de forma tão distinta quando você leva apoio técnico e apoio financeiro? E foi isso que aconteceu e é o que a gente está avaliando em termos de iniciativa. Os municípios receberam apoio técnico, os municípios receberam apoio financeiro, e o que a gente tem percebido é como o contexto importa e, para além do contexto, como as relações, a criação desses sistemas, desses microssistemas, ou seja, de grupos de trabalho, de redes municipais que conversem com as redes estaduais, de redes... Como você mesmo colocou: eu tenho um município que faz algo muito legal próximo do meu; por que é tão difícil criar essa conectividade entre as pessoas, de eu poder pegar o secretário de educação de um município e conversar com outro secretário de educação de outro município? Trata-se de entender o que aquele município está fazendo certo e o que não está dando tão certo assim.

Então, pensar esses planos locais pressupõe que, sim, a gente vai ter que sentar e, a partir do diagnóstico, a gente vai construir: bom, o que a gente precisa fazer, como a gente precisa fazer e em que tempo a gente precisa fazer? Esse tempo – e aí eu fecho a minha fala falando algo que talvez nós, pesquisadores, se canse de falar, e a gente ainda vai ter que continuar falando disso um tempinho –, o tempo da melhoria da educação, é muito diferente do tempo político, muito, muito, muito, e ele vai continuar sendo muito diferente por algum tempo.

Então, essa construção desses grupos de trabalho, essa construção dessas falas para pensar o diagnóstico e, a partir daí, olhar para a questão do uso de tecnologia na educação, pressupõe que cada um desses atores entenda que, com certeza, ele não verá naquele momento os frutos desse seu esforço, mas ele vai ver, sim, daqui a quatro anos, daqui a dez anos, e ele vai lembrar que "eu coloquei a primeira pedrinha lá atrás, eu participei dessa construção".

Acho que, se a gente conseguir só começar a colocar essa luzinha de que esses tempos são diferentes e que, portanto, talvez o meu passo aqui seja produzir o diagnóstico e pensar um plano de trabalho e que talvez outros atores conduzam esse diagnóstico, a gente já sai ganhando bastante em termos de política pública.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bom. Obrigado, Ariana. Depois, leia as conclusões do relatório para, antes de publicarmos, você também contribuir ainda mais. E continue feliz e alegre como você é na apresentação. O pesquisador tem que ser uma pessoa extremamente feliz também, e você tem essa característica. Obrigado.

Yasmim Melo, que é Pesquisadora em Equidade na Educação – equidade é uma palavra, sempre digo, tão forte –, Doutoranda em Administração e Pesquisadora-Consultora na Vanderbilt University. Com a palavra, Yasmim.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. YASMIM MELO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada, Senador, muito obrigada pelas palavras finais.

Também quero agradecer à Ariana e ao Romualdo pela parceria. Aqui, foi uma troca bastante interessante. Acho que as nossas falas se complementaram bem para tentar trazer um pouco da complexidade deste tema de maneira breve e acessível.

Focando no tema sugerido, Senador, o SNE, como o senhor falou, a pactuação, de fato, é uma palavra forte, e acho que o SNE tem justamente essa busca para garantir os efeitos que um modelo de federalismo cooperativo, que as cooperações vertical e horizontal entre estados e municípios e a União pode trazer de benefício para a política educacional, como já traz em outras áreas de política social, como o SUS e o Suas. Então, eu gostaria de destacar um dos objetivos do SNE que é de garantir, inclusive, uma relação adequada entre aluno e equipamentos educacionais, como laboratório de ciência, de informática, de internet. Acho necessário que a gente pense, quando eu faço questão aqui de enfatizar esta palavra equidade, nas escolas que atendem aos grupos mais vulneráveis, que estão localizadas em áreas periféricas, ribeirinhas, rurais, quilombolas e indígenas, e que a gente consiga pensar uma provisão, uma distribuição igualitária de tratamento e de recursos pedagógicos para esses estudantes, para que eles consigam receber uma educação de qualidade, alcançar seu pleno desenvolvimento e ter acesso a oportunidades educacionais e a outras oportunidades. Acho que, quando a gente consegue trazer como princípio, como diretriz focar nessas escolas que têm um histórico de falta de provisão desses recursos, a gente pode, sim, pensar numa educação de fato para todas e todos os estudantes. Acho que o SNE ou tenho certeza de que o SNE – vou fazer como a Ariana – é um instrumento que tem muito potencial para que a gente consiga atender a esse objetivo.

São importantes as nossas discussões aqui sobre as melhores formas de alcançar essas áreas, considerando todos os desafios técnicos que exigem provisão de banda larga, de cobertura, qual o melhor tipo... Acho que a gente tem caminhado nessa discussão, e podemos continuar. Sigo à disposição para ajudar no que for necessário, mas a gente precisa, sim, continuar pensando nessa distribuição proporcional de recursos para esses grupos a partir dessa priorização. Acredito que as cooperações vertical e horizontal podem nos ajudar muito para conseguir alcançar esse objetivo.

Agradeço, mais uma vez, a oportunidade.

Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Nós é que agradecemos a você, Yasmim. Sucesso no curso de doutoramento também. Envie para a gente depois a pesquisa em que você está envolvida para concluir o doutorado. E, no que depender da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, vamos depois divulgar também o resultado da sua pesquisa. Obrigado pela participação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E passo a palavra ao Dr. Romualdo Portela de Oliveira, que é Diretor de Pesquisa e Avaliação do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

O SR. ROMUALDO PORTELA DE OLIVEIRA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Eu queria agradecer ao Senador o convite. Para nós do Cenpec, é uma honra participar desta atividade. Agradeço a partilha com a Ariana e a Yasmim.

E queria retomar dois pontos que eu falei, que me parece que são importantes para a gente pensar o futuro. O primeiro deles, que a gente costuma falar no Cenpec, é que o combate à desigualdade, no caso da educação, pressupõe o combate à exclusão da escola e à exclusão na escola. A exclusão da escola é que nós temos que olhar para parcela grande da população brasileira até os 18 anos – a mais velha também, mas, no caso, é aquela coberta pela educação compulsória – que está fora da escola. Nós temos que criar políticas públicas para trazer essas crianças e esses adolescentes para a escola e para não permitir que se repita o processo de exclusão a que eles já foram submetidos, porque os que estão fora da escola no Brasil, na grande maioria, tiveram alguma experiência não bem-sucedida na escola. Então, isso implica criar as condições materiais para que eles voltem – aí eu estava pensando nos programas de renda cidadã – como também mudar as políticas, no interior da escola, que tenham gerado, no passado, a exclusão. E isso implica nós termos uma educação que respeite as diferenças, que seja uma educação antirracista, uma educação antissexista, uma educação que garanta a todos o direito de aprender. E isso é outro aspecto importante. Eu acho que o aumento da conectividade, a disponibilização de meios eletrônicos de aprendizado tem que estar inserida dentro dessa ideia de que a educação é um direito de todos. Nós costumamos dizer que, se tem um fora, se a um não é garantido esse direito, ele já não é um direito, porque o direito é para todos ou não é. E, portanto, a preocupação das nossas políticas educacionais tem que ser garantir o aprendizado a todas as crianças e todos os adolescentes do país.

E, para isso, eu acho que já foi destacada aqui a importância do Sistema Nacional de Educação. A Ariana lembrou a diferença dos tempos, os tempos da educação e os tempos dos governos. E a resposta que nós historicamente temos tentado construir para isso é a ideia dos Planos Nacionais de Educação, quer dizer, seriam planos que transcenderiam os limites de um único governo.

Nós temos aprendido com os planos. Eu costumo dizer que, se a gente pegar o primeiro Plano Nacional de Educação lá de 1963, ele só tinha metas. Em 2001, nós aprendemos que as metas têm que vir junto com a provisão dos recursos.

Em 2014, nós aprendemos que não bastava ter metas e a provisão dos recursos, tínhamos que ter os organismos capazes de acompanhar a execução, eventualmente ajustar ritmos, fazer um ajuste de metas etc.

O problema é que nós continuamos sem ter planos nacionais de educação. Portanto, eu acho que o desafio do próximo período é a gente criar as condições para que os planos não possam ser objeto de





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arbítrio dos governos cumprirem ou não cumprirem. Eu acho que é esse o desafio. A ideia é a de que a gente tem que ter políticas de Estado para a educação e não políticas de governo. Exatamente porque os tempos da educação não são os tempos dos governos. Nessa perspectiva, acho que pensarmos como é que nós criamos políticas educacionais que não possam ser destruídas pelo desejo ou pela falta de desejo dos governos é absolutamente fundamental. E é nessa perspectiva que eu acho que a gente teria de pensar os planos de ampliação da conectividade e do acesso para o conjunto da população brasileira.

Queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade e cumprimentar o Senador pelo excelente trabalho na Comissão de Educação do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Nós é que agradecemos.

Eu quero, inclusive, aproveitando a fala do Dr. Romualdo, dizer, repetir, reforçar que esta é uma Subcomissão da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, que é presidida pelo Senador Marcelo Castro, que dá todo o apoio ao trabalho da Subcomissão. Essa Subcomissão, Yasmim – você que é do Rio Grande do Norte, como mencionou –, tem como Vice-Presidente a Senadora Zenaide Maia, que é Senadora do seu Estado, do Rio Grande do Norte, e também a participação do Senador Confúcio Moura, que também se dedica muito à área da educação dentro dos debates do Senado Federal; do Senador Wellington Fagundes. E tínhamos a participação – que agora está TCU –, uma participação muito importante do Senador Anastasia.

Quero lembrar a todos e todas que nos acompanham que o Plano Nacional de Educação tem a sua vigência de 2014 a 2024. Inclusive tivemos, há cerca de um mês mais ou menos, uma audiência temática – por isso acontece no Plenário – para discussão, reflexão e avaliação das metas. Foi um momento importante, mas toda a sociedade já deve começar – já está mobilizada, muita gente – a se mobilizar para a elaboração do novo Plano Nacional de Educação.

Eu só quero dizer, também, que eu tenho utilizado uma frase que foi mencionada pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, quando ele disse o seguinte, referindo-se à educação: "Dos 0 aos 18 anos [ele queria dizer em relação à educação básica] nada pode faltar". Se a gente pensar, é o apoio, o acesso, a permanência, o custo aluno-qualidade, conectividade, valorização do professor. Se nós conseguirmos cumprir isso, eu diria, em 18 anos – porque não é um governo, é o compromisso de vários governos – nós poderemos ter um país muito melhor, com merenda, banheiro, saneamento, biblioteca, nada pode faltar.

"Ah, mas nisso vai ser necessário investir 40 bilhões, 50 bilhões." É muito melhor investir nisso do que em prisão, em segurança, em falta de apoio, em fome, porque essa criança e esse adolescente estariam na escola também com alimentação, que é a merenda escolar, com o livro, com a conectividade, com





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas para a família desse aluno também, para haver a promoção social não só do aluno, mas da família. Então, nós teríamos um país diferente em 18 anos, desde que fizéssemos isso.

Eu agradeço muito a participação novamente da Ariana Britto, da Yasmin Melo e do Dr. Romualdo Portela de Oliveira. Quero agradecer a todos e todas que nos acompanharam pelos meios de comunicação e dizer que todo esse material está disponível na página da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Agradeço aos próprios meios de comunicação do Senado, que acompanharam e tornaram possível a interatividade no decorrer desta audiência pública. Agradeço ao pessoal aí da Comissão de Educação. Hoje o Thiago, o Secretário, não está presente, mas está sendo substituído pela Fernanda e por todo o pessoal da Comissão.

Quero dizer que foi um bom momento para, em conjunto, refletirmos sobre a educação e, particularmente, sobre a conectividade.

Obrigado novamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro, portanto, encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DA EDUCAÇÃO NA PANDEMIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2022, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, REMOTA.

Às dez horas e quatro minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e dois, no Remota, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia com a presença do Senador Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura e Zenaide Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa. Finalidade:** 17ª audiência pública destinada a avaliar os impactos da pandemia de covid-19 na área educação, com o fim de garantir a continuidade das atividades de ensino, especialmente na forma remota, bem como acompanhar e avaliar o planejamento e as ações quanto a um possível retorno das aulas presenciais. Temática - INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS: assegurar que os estabelecimentos de ensino possuam instalações físicas adequadas para o pleno exercício à educação. **Participantes:** Talita Dal'Bosco, Coordenadora-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; e Daniel Cara, Professor da FE /USP e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Presidente da Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2022/08/15>

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Fala da Presidência. *Por videoconferência.*) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Subcomissão Temporária para Acompanhamento da Educação na Pandemia, criada pelo Requerimento nº 1, de 2021, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Realizaremos hoje a 17ª audiência pública desta Subcomissão, com a finalidade de debater o seguinte tema "Infraestrutura das Escolas: assegurar que os estabelecimentos de ensino possuam instalações físicas adequadas para o pleno exercício da educação".

A audiência será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria.

Eu quero, antes de prosseguir com os encaminhamentos da audiência pública, destacar, como já foi dito, que é a 17ª audiência, ao mesmo tempo, inúmeros itens foram levantados no decorrer dessas audiências, desde o ano passado até hoje. Um dos itens – são seis itens essencialmente – é o acesso do aluno à escola, inclusive com essa diversidade que existe no Brasil em relação a transporte escolar e, algo que já aprovamos no Senado este ano, busca ativa dos alunos para participação, porque muitos alunos deixaram de participar da educação básica depois da pandemia.

O segundo aspecto é a permanência do aluno na escola. A permanência, entre outros aspectos, aborda a questão da educação em tempo integral, da merenda escolar, de uma escola acolhedora, da interação com a área da saúde, que foi muito debatida por causa dos efeitos colaterais da pandemia: depressão, medo, angústia, ansiedade e tudo mais.

O outro aspecto foi conectividade, que é uma ferramenta, obviamente, extremamente importante, e se demonstrou a importância disso no decorrer da pandemia. Inclusive, tivemos uma audiência muito importante e bonita, na semana passada, debatendo esse tema.

O outro aspecto foi a questão da recomposição da aprendizagem, porque muitos alunos não tiveram acesso aos meios suficientes no decorrer da pandemia. E – eu sei porque já foi abordado também – os instrumentos que o MEC coloca à disposição para avaliar o desempenho de cada aluno, a dificuldade, os pontos fortes, fracos, inclusive numa parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, já estão à disposição do público para que a aprendizagem, as facilidades e dificuldades possam ser abordadas.

O outro aspecto foi o orçamento da educação, com a valorização dos profissionais da área, professores, para o pessoal administrativo, pedagogos, para que a educação se torne sempre atraente para a formação, para o desejo de ter, na educação, a profissão também que muitos possam escolher.

O último aspecto, que não é o último em termos dessa sequência, mas só em termos da minha fala, justamente é a questão da infraestrutura das escolas. Questão de banheiro, de água potável, biblioteca, quadra de esportes, enfim, toda a infraestrutura para que possa ser uma escola acolhedora, agradável, bonita. Então, isso é muito importante.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, na questão da infraestrutura, através da interação com as pessoas, nós já tivemos algumas perguntas que eu leio já no início.

Adriana Marques, do Paraná, pergunta: "Como era feito o acompanhamento da infraestrutura das escolas antes da pandemia? Como está sendo feito no momento?"

A Nathaly Santos, de Pernambuco, pergunta: "Hoje em dia as escolas têm uma boa infraestrutura para enfrentar acontecimentos como uma pandemia novamente?"

A Marília Gabriela, do Distrito Federal, pergunta: "Há planejamento para o manejo das dificuldades advindas da pandemia, sejam elas pedagógicas ou comportamentais?"

E justamente eu mencionei agora há pouco que isso vem sendo abordado, até para dizer para todos os internautas que todos os conteúdos de todas as audiências estão disponíveis na página da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da qual esta Subcomissão faz parte.

O Gabriel Ronconi, de São Paulo, pergunta: "A necessidade de adaptação das atividades remotas na pandemia seria uma força motivadora para incluir mais tecnologia no ambiente escolar?"

E o Arthur Félix, do Rio de Janeiro, pergunta: "Quais investimentos estão sendo realizados nas infraestruturas das escolas para recuperar os anos perdidos na pandemia?"

Até lembrando que, no novo Fundeb – e isso certamente vai ser abordado hoje também –, nós temos o dispositivo agora constitucional do CAQi, que é o conceito do Custo Aluno-Qualidade Inicial, que é justamente esse aspecto: quanto nós temos que investir para que o aluno, a aluna, a escola e o professor tenham as condições adequadas de funcionamento.

Então... Nós temos, participando desta reunião, por meio de videoconferência – e já agradeço de antemão –, a Sra. Talita Dal Bosco – seja muito bem-vinda, Talita –, Coordenadora-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e o Sr. Daniel Cara, que é professor da Faculdade de Educação da USP e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Muito bem-vindo de novo, Dr. Daniel Cara, Professor.

Iniciando as exposições, eu passo a palavra para a Sra. Talita Dal'Bosco, que é Coordenadora-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Obrigado pela presença, de novo, à Talita. Com a palavra.

A SRA. TALITA DAL'BOSCO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senador, bom dia a todos. É um prazer enorme estar aqui nesta Comissão discutindo a infraestrutura escolar. O FNDE tem uma boa *expertise* nesse assunto. E eu vou tentar apresentar aqui para vocês um pouco do desenvolvimento dos nossos trabalhos e tentar esclarecer o que mudou, que esforços o FNDE vem desenvolvendo na melhoria da infraestrutura educacional. Vou compartilhar uma apresentação e depois



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

abrimos aos questionamentos, já que o Senador informou que é uma audiência interativa; mas primeiro eu gostaria de expor um pouco o nosso trabalho.

Só um minuto que farei o compartilhamento. Colocar em modo apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Se você colocasse tela cheia...

A SRA. TALITA DAL'BOSCO (*Por videoconferência.*) – Vamos ver aqui o modo apresentação. Só um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Isso. Está perfeito.

A SRA. TALITA DAL'BOSCO (*Por videoconferência.*) – Excelente, então.

Como o Senador me apresentou, obrigada novamente. Eu me chamo Talita Dal'Bosco. Atualmente estou à frente da Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional da nossa diretoria, a Digap, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Entre as diversas atribuições da nossa diretoria, uma delas é a infraestrutura escolar, que é diretamente vinculada à minha coordenação.

A nossa coordenação trabalha com a missão de prestar assistência técnica e financeira para os municípios, para os entes federativos município e estado, proporcionando melhoria nas instalações físicas do ambiente escolar. Então, o MEC e o FNDE têm essa assistência para execução de obras, construção, ampliação e reformas para educação básica aos entes federados por meio do PAR (Plano de Ações Articuladas), fornecido em caráter suplementar e por emendas através do orçamento impositivo.

O PAR (Plano de Ações Articuladas) é um mecanismo de planejamento plurianual, operacionalizado de quatro em quatro anos. Atualmente estamos no PAR 4, que é de 2021 até 2024, por meio do qual os municípios cadastram suas necessidades de melhoria na rede pública. É por meio deste mecanismo, deste instrumento, o PAR, que o município pode elaborar o planejamento da educação dele.

No PAR 4 nós temos a resolução que estabelece diretrizes para a operacionalização do PAR. Então, os municípios precisam elaborar o planejamento. Quando eu falo municípios, são os entes federados, estados, municípios e Distrito Federal. Eles precisam, por meio do PAR, elaborar o diagnóstico da sua rede educacional, com os objetivos de atingir as metas previstas no PNE.

Então, os interessados devem cadastrar neste planejamento do PAR as suas necessidades. São os seus interesses em buscar financiamento junto ao Governo Federal para melhorar a sua rede pública de ensino. E dentre diversas iniciativas... O PAR possui hoje 27 iniciativas e, entre elas, possui três iniciativas voltadas exclusivamente para infraestrutura escolar no quesito físico.

Então, nós temos as iniciativas de construção, reforma e ampliação de unidades escolares.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Além dessas três iniciativas, temos iniciativas de mobiliários, equipamentos de cozinha, material didático-pedagógico, material esportivo, instrumentos musicais diversos, transportes... É diversa a gama de iniciativas dentro do Plano de Ações Articuladas.

Toda essa operacionalização do PAR é realizada por meio do Simec, que é o Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação. Nesse sistema, que possui diversos módulos, o gestor municipal ou estadual acessa com *login* e senha exclusivos, dá permissão à sua equipe técnica também para acessar, e é dentro desse sistema que ele elabora o planejamento da sua rede escolar. Então, primeiro, ele inicia com um diagnóstico, apresentando todo o atual cenário... E já respondendo a uma pergunta de como era feito o controle, é por meio desse diagnóstico que o município informa a sua necessidade, a sua carência. Então, lá vai ter uma pergunta: "Possui água potável? Sim ou não?". "Possui esgoto sanitário? Sim ou não?". Então, tem todo um diagnóstico da rede escolar muito amplo em vários quesitos e não só na infraestrutura. São diversos questionamentos nesse diagnóstico.

Depois de elaborado o diagnóstico, ele inicia o planejamento da sua necessidade da melhoria da educação pública, onde ele solicita as iniciativas, sejam elas de mobiliário, construção, reforma ou ampliação – tudo operacionalizado por meio desse sistema. Nesse sistema, nós do FNDE temos acesso aos dados. É claro que também contamos com o apoio do Censo Escolar realizado pelo Inep, que operacionaliza o Censo Escolar todo ano, por meio do qual todas as escolas preenchem a sua situação atual, dados muito importantes que são migrados também para o Simec, por meio do qual a gente também faz a compatibilização de informações para verificar a real necessidade apresentada pelo gestor, compatibilizando com a informação do Censo Escolar elaborado.

Em relação aos projetos, o FNDE, dentro da iniciativa de construção e ampliação, apresenta uma carteira que a gente chama de carteira de projetos, visando a proporcionar melhores projetos – quando eu falo projetos, eu estou citando aqui peças técnicas de arquitetura e engenharia. Então, visando a auxiliar os municípios que, por vezes, não possuem uma grande capacidade de equipe técnica profissionalmente habilitada para elaborar os projetos, o FNDE tem em sua carteira o que a gente chama de projetos padronizados, que são projetos elaborados pela autarquia com os profissionais da autarquia e disponibilizados para os entes federativos. Dentro da nossa carteira, nós temos escolas para educação infantil, escolas para ensino fundamental e também temos projetos de quadras e coberturas de quadras.

Todo o nosso projeto é elaborado em cima de alguns princípios. Então, nós temos as diretrizes técnicas. Temos manuais que são seguidos para elaborar os nossos projetos, normas técnicas produzidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, também usamos as diretrizes curriculares elaboradas pelo Ministério da Educação e outras instruções normativas do Governo Federal – a exemplo, aqui, eu cito as normas de acessibilidade. Então, todo esse material é analisado pela equipe para elaborar um projeto de qualidade, que possua uma infraestrutura mínima adequada para proporcionar o melhor ambiente de ensino e aprendizagem para essas crianças.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns parâmetros técnicos na concepção do projeto levam em consideração as políticas públicas que deverão ser implementadas, os programas de necessidades para o atendimento dessas políticas públicas. Também temos um quesito de desempenho, que é uma análise da vida útil dessa edificação, o seu uso, operação e manutenção. Então, no momento em que eu idealizo um projeto... O projeto padronizado do FNDE não pensa apenas no momento da construção, um projeto que seja de fácil construção, mas, sim, que possua materiais duradouros, materiais que proporcionem longa vida e que, ao mesmo tempo, também tenham um baixo custo de manutenção, uma grande resistência ao uso e à operação para justamente aumentar a vida útil dessa edificação.

Também pensamos em alguns quesitos de sustentabilidade, em que nós tenhamos materiais que proporcionam conforto térmico, conforto acústico, uma segurança estrutural para essa edificação, uma segurança de combate a incêndio, segurança contra estanqueidade, para que não tenha problemas em relação a infiltrações por águas das chuvas, então nós temos vários quesitos, além, claro, de reúso água, uma preparação toda para captação de placas fotovoltaicas.

Também, nos nossos projetos, a gente leva em consideração as especificações técnicas, buscando sempre materiais de fácil acesso no mercado. Mesmo que não tenha na cidade pequena, mas é um material de fácil transporte; então, ele pode chegar a qualquer lugar. E também utilizamos um orçamento com tabelas de referências, como o Sinapi.

Apresentamos um pouquinho dos nossos projetos.

Para a educação infantil nós temos um projeto que a gente denomina Creche Pré-Escola – Tipo 1, que tem aproximadamente 1,5 mil metros quadrados de área construída e tem capacidade para turno integral de 180 alunos.

Apresento aqui o que a gente chama de planta baixa, onde a gente pode observar os setores. Nós temos nesse projeto um setor administrativo, de serviço e pedagógico, com todos os ambientes necessários para o bom funcionamento da creche e também para o correto aprendizado da criança. Nós temos uma área de serviço no canto inferior à direita, que possui refeitórios e toda uma cozinha, conforme as regras da Vigilância Sanitária, com entrada de alimentos e saída de lixo, para que não haja contaminação. Então, é um projeto todo pensado para garantir essa segurança. Temos uma área administrativa, e ali, em cima, no canto superior, temos a área de berçários para as crianças de até um ano, que possui toda uma área de infraestrutura de berços, com banheiras para dar banho nas crianças; uma área de amamentação, uma área de lactário.

Entre os dois blocos, nós temos uma área verde, um parquinho e um pátio coberto para as crianças brincarem e, no bloco à esquerda, nós temos toda a parte em que funciona a creche, que é das crianças de um até cinco anos, a creche e a pré-escola.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todas as salas são pensadas para ter a segurança para essas crianças, a segurança do usuário; então, com pisos que proporcionem conforto para as crianças caminharem, engatinharem, todo um ambiente que proporcione um bom espaço pedagógico de aprendizagem. E todas as salas estão abertas ao exterior para um solário – a gente chama de solário –, que é um pátio interno cercado para manter a segurança das crianças e o controle do professor, mas, ao mesmo tempo, para que essa criança possa ter uma integração com o ambiente externo, trazendo uma iluminação natural e ventilação natural para esses ambientes. Então, cada pedaço da escola é pensado para a melhor aprendizagem, com cores que tornem o ambiente lúdico, pequenos objetos. Qualquer ambiente serve como um ambiente pedagógico para auxiliar na criatividade dos professores.

A Creche Tipo 2 é similar à Tipo 1 só que menor; ela atende, em turno integral, 94 alunos. Então, a planta baixa dela é exatamente a mesma, só que com metade do tamanho.

Para a escola nós temos um projeto que a gente denomina de uma sala e duas salas de aula. São muito utilizadas em zonas rurais e, às vezes, você tem uma sala multisseriada. Possui, então, uma sala com um pequeno espaço administrativo e de cozinha para dar apoio a essa escola de zona rural.

Temos agora – recentemente foi lançado, ano passado, a partir do PAR 4, no ano de 2021 – novos projetos para a escola de ensino fundamental. Nós tínhamos antigamente um projeto que denominávamos de quatro, seis e doze salas. Esses projetos já não atingiam mais a legislação vigente, os normativos. Então, eles foram descontinuados e trouxemos novos projetos – cinco, nove e treze salas de aula –, que atendem todos os quesitos de sustentabilidade, todos os quesitos de segurança estrutural, segurança contra incêndio e também atendem agora o novo ensino de cinco e nove anos.

São escolas de cinco salas. Há um exemplo, uma escola de quase 3 mil metros quadrados, com capacidade de 175 alunos em turno integral. Essa escola possui ambientes de setor administrativo, setor de serviço, setor pedagógico, áreas de higiene, refeitório e quadra. É importante destacar aqui que as salas são salas grandes, são salas de aproximadamente 80m², onde para os alunos, dentro da própria sala, o professor pode trazer o estudo da ciência, da química, da física para dentro da sala de aula, sem necessidade de ter tantos espaços de laboratórios espalhados pela escola e esse deslocamento dos alunos que às vezes se perde. Então, o professor traz isso para dentro da sala de aula!

Também temos uma área de biblioteca e salas de multiúso, onde, nessas salas de multiúso, pode-se ter ali um espaço de leitura, um espaço para um aprendizado da parte de informática. Temos também uma sala de recursos multifuncionais, que é para a inclusão da criança que precisa de um atendimento especial. Então, ela é atendida nessas salas de recursos funcionais, além, claro, de muito espaço de área verde, da quadra, de uma área de *playground*.

Esse é o projeto novo. Ele já vem diferente dos projetos que nós descontinuamos, ele já vem com toda a infraestrutura para a instalação de aparelhos de ar-condicionado nas regiões que necessitam. Então,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele já tem a tubulação pronta; basta o município adquirir o equipamento e instalar – não precisa de reformas. Ele já possui também todo um cabeamento estruturado, que é a rede de internet em todas as salas, em todos os ambientes, possui um ponto de *wi-fi* ou um ponto de plugar um cabo para internet – basta o município adquirir o sistema, a operadora disponibilizar a internet, porque toda a infraestrutura já está preparada.

Temos uma captação de água de chuva da quadra por meio de cisternas, que serve para limpar o jardim ou para aguar essa área verde toda, essa captação de água de chuva, e também, claro, para um fim pedagógico muito importante: ensinar às crianças a importância do reúso. Também temos essa escola com a estrutura da cobertura, que já está preparada para receber placas fotovoltaicas, para também o uso de energias renováveis.

Então, esse projeto todo foi pensado para proporcionar o melhor ambiente de aprendizagem, não somente no que será ensinado, mas que a escola tenha também na sua infraestrutura um ambiente de aprendizagem.

Então, as cinco salas. Agora vou mostrar. Os projetos são todos muito parecidos, eles só aumentam de tamanho; então, não há muito o que se explicar.

Aqui, seriam nove salas de aula térreas para 315 alunos em turno integral. Imagens do pátio, do refeitório. A planta muda um pouco, porque aumentam, na parte de baixo, inferior, em mais quatro salas. Temos nove salas em dois pavimentos, que seria para um terreno um pouco menor. Então, o município também pode adquirir, solicitar esse projeto de dois pavimentos, também para 315 alunos. Temos o projeto de 13 salas, muito similar ao de cinco, com um bloco ampliado, com as outras salas, com capacidade de 455 alunos em turno integral.

Também disponibilizamos projeto de quadra, em que nós temos uma quadra aberta com vestiário e uma quadra fechada com vestiário, para regiões que possuam muitos ventos ou que sejam muito frias. Essa nomenclatura, 35m/s e 45m/s, é em relação à velocidade do vento. Então, a partir do momento em que o município deseja uma quadra coberta ou uma cobertura de quadra, o próprio sistema já identifica, por meio de um mapa, que já é estudado, de isopletras, qual é a velocidade média do vento daquele município. O próprio sistema, então, já encaminha o projeto correto. Isso faz com que a gente evite problemas num futuro, de destruição da cobertura por conta de altos ventos.

Esse seria um exemplo da cobertura de quadra pequena e grande. São para áreas que já possuem a quadra e precisam apenas da cobertura. Esses são os projetos padronizados.

Além disso, de fornecermos esses projetos, os municípios também podem solicitar o que a gente denomina de projeto próprio. É um projeto elaborado pelo município, pela equipe técnica do município e apresentado para o FNDE.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, para apoiar esses municípios que desejam elaborar o seu projeto, nós temos disponíveis, no site do FNDE, alguns manuais de orientações técnica. São manuais para seleção de terreno, são manuais para orientação de elaboração de projetos para educação infantil e elaboração de projetos para ensino fundamental – são manuais muito didáticos

Seria isso que eu gostaria de apresentar e estou à disposição para maiores discussões.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Agradeço à Talita. Até você me desculpe, porque eu não havia avisado antes que há o tempo de 20 minutos para exposição e automaticamente vem esse aviso. Mas, se você quiser completar alguma coisa, esteja à vontade.

A SRA. TALITA DAL'BOSCO (*Por videoconferência.*) – Seria isto, Senador: é só importante destacar o apoio do FNDE por meio do nosso portal do FNDE, porque temos muitos documentos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está bom.

Depois ainda há possibilidade de, em função da apresentação do Prof. Daniel Cara, também completar eventualmente alguma pergunta a mais que venha. Mas eu agradeço muito, por enquanto, a sua apresentação, Talita Dal'Bosco, que é Coordenadora-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Eu passo, em seguida, a palavra ao Prof. Daniel Cara, que é Professor da Faculdade de Educação da USP e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, agradecendo também tanto ao FNDE como ao Prof. Daniel Cara a presença frequente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e particularmente nesta Subcomissão.

Com a palavra, então, Prof. Daniel Cara. (*Pausa.*)

Eu acho que tem que liberar o som.

O SR. DANIEL CARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, antes de mais nada, bom dia a todas e a todos!

É sempre um prazer estar na Comissão de Educação do Senado Federal e participar também desta Subcomissão. E é sempre um prazer trabalhar de forma contínua, constante, com o Senador Flávio Arns, que tem feito um trabalho brilhante em defesa do direito à educação, foi Relator do Fundeb e teve um processo de relatoria extremamente democrático, e, além do Fundeb, tem outras iniciativas que são decisivas para a qualidade da educação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento também a Talita Dal'Bosco, representante do FNDE. É importantíssima a presença do FNDE.

Eu vou fazer uma apresentação aqui, Senador Flávio Arns e estou tentando compartilhar aqui a minha tela. Solicito aí para a Comissão... Eu estou apertando aqui o *share screen*, mas não está...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Pessoal, já está autorizado, Thiago?

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Pronto! Acho que agora sim. Agora está ótimo. Agora foi. Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Você só coloque na tela cheia, que...

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Veja se consegue colocar...

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Agora está aparecendo para todos vocês?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está aparecendo, mas não na tela cheia, ainda.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Uai? Que estranho!

Deixe-me ver aqui... (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – É que aparece nos quadros ao lado, não é? Foi, mais ou menos, a dificuldade inicial da Talita também.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Mas para mim aqui aparece tela cheia. Não sei se, de repente, não é o caso... Não sei se...

A SRA. TALITA DAL'BOSCO (*Por videoconferência.*) – Talvez, Prof. Daniel, o senhor precise descompartilhar e compartilhar a tela que o senhor enxerga como tela cheia.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Então, vamos lá.

Olha, eu não estou nem conseguindo descompartilhar aqui. (*Risos.*)

Espere aí.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora não está mais compartilhando para vocês, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não, agora sumiu o conteúdo.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Tá. Agora eu vou colocar aqui *share*, vamos ver. Está em tela cheia ou não?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Ainda não, mas conseguimos ver bem.

O SR. DANIEL CARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Tá, vamos lá então.

Bom, peço desculpas aqui. Eu estava em uma reunião aqui na universidade e acabou que eu cheguei um pouco atrasado. Certamente isso gerou um prejuízo para organização aqui do aprendizado sobre tela e etc., mas vamos lá.

Bom, eu vou apresentar aqui uma discussão sobre a questão da infraestrutura escolar e o atraso da educação no Brasil. É sempre bom lembrar – o Senador Flávio Arns falou com muita propriedade – que agora nós temos o Custo Aluno Qualidade na Constituição Federal, vinculado ao art. 211 da Constituição Federal, e esse é um resultado da Emenda Constitucional 108, de 2020, que teve como Relator no Senado Federal o Senador Flávio Arns. Então, concretamente, essa questão está endereçada pela própria Constituição. É importante frisar que já estava endereçada antes, mas não tinha um mecanismo estruturado para poder garantir efetivamente que, a partir de agora, a gente possa exigir, inclusive, uma infraestrutura escolar adequada.

Sempre é necessário ressaltar que o Custo Aluno Qualidade vai além da infraestrutura das escolas. Custo Aluno Qualidade... No dia 26 de agosto de 2020 – isso foi superinteressante –, o próprio país acabou tomando consciência sobre a importância do Custo Aluno Qualidade. Até a forma como a imprensa relata a aprovação do Fundeb no dia 26 de agosto, a promulgação do Fundeb no dia 26 de agosto de 2020 retrata o Custo Aluno Qualidade como sendo uma grande conquista. A reportagem, inclusive, do Jornal Nacional que retrata a aprovação e promulgação do Fundeb pelo Congresso Nacional trata do Custo Aluno Qualidade essencialmente, e a mensagem é muito clara: que toda escola pública tem que ter profissionais da educação com piso, com política de carreira; número adequado de alunos por turma; e todas as escolas – e aí entra na questão da infraestrutura – com bibliotecas com bom acervo, laboratórios de ciências, laboratórios de informática, quadra poliesportiva coberta, internet banda larga e estrutura para uma alimentação nutritiva e transporte escolar digno. Ou seja, esse tema está endereçado na Constituição Federal. O que nós precisamos é tirá-lo do papel, sempre ressaltando que, desde a Constituição e também a LDB, esse tema é um tema central da política nacional e que consta de praticamente todo o marco legal brasileiro.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

A questão concreta é por que isso não se realiza. Eu vou trazer aqui uma fala sobre isso e apresentar a questão das desigualdades na infraestrutura. Eu só espero que com a dificuldade aqui de compartilhamento da tela não fique prejudicada a visualização de quem nos acompanha e também do Senador Flávio Arns e da Talita Dal'Bosco.

Primeiro, é sempre bom lembrar que a luta pela infraestrutura escolar é uma luta pela qualidade da escola pública. Essa era uma das questões principais trazidas pelo Anísio Teixeira, que, junto com Paulo Freire, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, são os grandes defensores da educação nacional e da escola pública, em especial o Anísio Teixeira,

Inclusive, poucos meses atrás, Senador Flávio Arns, eu estive com a viúva do Paulo Freire, Anita Freire, e ela dizia que o Paulo Freire considerava o Anísio Teixeira o maior lutador pela escola pública da geração do Paulo Freire. Até brinquei com ela que ele é de uma geração anterior a do Paulo Freire, mas de qualquer maneira eles tiveram uma interlocução, e a luta do Anísio Teixeira centralmente se dá por uma luta que compreende também a infraestrutura escolar. Ele considerava que a educação integral depende de uma escola adequada para a realização do processo de ensino-aprendizagem. E foi assim que ele fez intervenção na Constituição da Bahia e, em especial aí em Brasília no Plano das Construções Escolares do Distrito Federal, em que ele acreditava que a cidade deveria ser concretamente uma escola, articulando desde a educação infantil até a universidade. Infelizmente, os planos dele não surtiram o efeito necessário. O próprio Darcy Ribeiro, que é o implementador dessa ideia, chega a essa conclusão, mas concretamente a semente que ele planta é uma semente correta, e a gente precisa agora fazer com que ela, de fato, frutifique.

Concretamente, uma escola com uma infraestrutura adequada dá as condições para os professores ensinarem e para os alunos aprenderem. E essa é essencialmente a agenda básica para garantia do direito à educação. Então, a questão da infraestrutura escolar...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Daniel, me desculpe estar interrompendo, mas eu acho que está travado no primeiro eslaide.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Sim. Eu vou passando aqui. Eu estou nele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está bem.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Ah, não passou não passou o do Anísio Teixeira? Vocês não estão vendo o Anísio Teixeira?



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Não passou. Está na questão...

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Que estranho, gente! Aqui para mim está funcionando normalmente. Vamos lá. Eu vou tentar de novo.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Está no primeiro.

Agora, Anísio Teixeira.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Então, não está funcionando aqui o meu... Bem, computador de universidade... A gente está falando sobre infraestrutura escolar. Estão vendo? Peço desculpas.

Bom, mas o Anísio Teixeira é o grande defensor dessa causa no Brasil. Os primeiros trabalhos dele sobre infraestrutura escolar são da época em que ele era superintendente da educação e do ensino no Estado da Bahia. Ele começa muito cedo, com 20 anos, com quase 20 anos, e ele já trata a questão da infraestrutura escolar como um tema central. E ele já trazia, Senador Flávio Arns, o debate essencial de que a infraestrutura é um elemento central para o processo de ensino-aprendizado, o que é evidente, é intuitivo, é óbvio até, mas que ainda é um uma questão que não avança no Brasil.

E as ideias do Anísio Teixeira... Recentemente, eu até escrevi um artigo científico que faz essa retomada, sendo uma parte dele até publicada num livro feito pelo Inep, agora, recentemente, mesmo no âmbito do Governo Bolsonaro. Nele a gente mostra que as ideias do Anísio Teixeira é que subsidiam filosoficamente o projeto do Custo Aluno Qualidade. E a gente tem que se perguntar no Brasil, concretamente, por que o Custo Aluno Qualidade não avançou. É importante contar rapidamente uma história.

Nós temos um parecer do Conselho Nacional de Educação, de 2010, que foi aprovado por unanimidade. Esse parecer, que praticamente implementa o Custo Aluno Qualidade, que significa, repito, todas as escolas com profissionais da educação recebendo um piso profissional, especialmente os professores, todos os profissionais com política de carreira – isso inclusive é congruente com o art. 206 da Constituição Federal –, todas as escolas com número adequado de alunos por turma – também é congruente com várias aprovações e normativas, tanto do Conselho Nacional de Educação como dos conselhos estaduais e municipais de educação – e todas as escolas com biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática – que nós já convertimos para ser um laboratório de mídias –, internet banda larga, alimentação condigna, transporte escolar também digno, ou seja, uma escola que garanta as condições para os professores trabalharem e para os alunos aprenderem. E a pergunta que sempre fica é uma reflexão sobre por que isso não avança.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, é importante retratar aqui um fato concreto. Existem questões que são questões nacionais específicas, não é? A infraestrutura de escolas tem um custo; é um custo inclusive não tão difícil de ser saldado – a Talita sabe disso. Hoje o Brasil tem, como estratégia de custo, muito mais dificuldade de garantir uma boa remuneração dos profissionais da educação: para vocês terem uma ideia, na série histórica brasileira, a remuneração dos profissionais da educação gira em torno de 75% a 80% dos custos, e isso é no mundo inteiro. Aliás, para trazer aqui um dado internacional, eu dirigi uma pesquisa de educação comparada, e nos outros países esse valor chega a 90%, 95%, ou seja, educação é necessariamente investimento em profissionais da educação. A educação é uma tarefa humana. O Senador Flávio Arns, como educador, sabe disso, que o essencial é a interação entre professor e aluno e a interação também entre os alunos – e essa também é uma lição da pandemia.

É importante, a diferença da educação presencial é concretamente esta: os alunos poderem interagir entre si e interagirem com o professor, criando-se uma comunidade de aprendizagem. Isso já vinha sendo apontado pela ciência da didática e foi confirmado na pandemia. A ciência da didática aponta isso desde o século... Para dizer aqui, não seria uma ciência, naquela época era uma filosofia da didática, mas desde o século XVI até os dias de hoje, já como ciência, a didática tem reiterado a importância da interação para o processo de ensino-aprendizagem. Agora, só a interação não resolve problema.

Vou contar uma passagem, para não falar do caso brasileiro: alguns anos atrás, eu estive na Universidade de Londres, numa mesa de debate, e a responsável pelo DFID no Reino Unido – DFID é a agência de desenvolvimento e de financiamento de outros países do Reino Unido – dizia que em Angola eles tinham um projeto espetacular que fazia com que os alunos aprendessem em qualquer situação, inclusive embaixo de árvores, e que eles aprendiam melhor do que os alunos britânicos, o que concretamente não é verdade, porque os alunos britânicos tinham... Primeiro que é óbvio que não é verdade, até por conta dos resultados educacionais do Reino Unido, mas os alunos britânicos tinham uma escola, uma infraestrutura muito mais adequada do que aquela que se afirma em Angola.

A questão que eu estou trazendo aqui, que é uma questão internacional, também é uma questão brasileira: concretamente, quando se fala de infraestrutura escolar – e esse é um aspecto que é trabalhado por vários intelectuais de forma direta e indireta, tanto Paulo Freire como Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes, José Murilo de Carvalho quando fala sobre subcidadania, mais recentemente Jessé Souza –, existe o fato concreto no Brasil de que o equipamento público sempre é considerado pelas elites econômicas e políticas como equipamento do outro, nunca como equipamento de todos. Essa era a grande questão do Anísio Teixeira. Ele dizia que educação e escola não podem ser um privilégio, têm que ser um direito. O problema real no Brasil – e esta é uma questão específica concreta – é que, tanto em relação ao Sistema Único de Saúde como em relação à educação, a escola pública e o sistema público não atendem as elites concretamente, as elites políticas e as elites também econômicas. O Senador Cristovam Buarque – eu me encontrei com ele recentemente em Recife – brincou comigo, o que ele sempre faz. Raramente, uma autoridade pública brasileira matricula seu filho na escola pública. Eu não quero entrar aqui no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate sobre a decisão de cada família. Mas isso é um reflexo de que a escola pública não é considerada a escola de todos. E essa era a mensagem essencial do Anísio Teixeira.

Então, o entrave para se garantir uma escola pública de qualidade a partir da infraestrutura também é um entrave sociológico brasileiro. Isso está mais do que comprovado, praticamente é um consenso científico entre aqueles que estudam as tomadas de decisão em termos de políticas públicas no Brasil.

Agora é importante frisar que esse debate não está só relacionado a uma questão nacional. Existe também um cenário internacional em que o Brasil, Senador Flávio Arns, entra de forma equivocada no debate, até porque... Em 2015, eu conversei com o principal economista que formula essas teses, que é o Eric Hanushek, num congresso internacional. Eu era delegado brasileiro no Fórum Mundial de Educação. Eu fui delegado brasileiro no Fórum Mundial de Educação em Incheon. E esse economista, o Eric Hanushek, me disse que ele nunca afirmou que essas teses que ele defende eram válidas para países em desenvolvimento, como o Brasil.

Mas basicamente o que acontece a gente pode aqui resumir numa dualidade, que é uma dualidade que, no norte, é presente hoje, mas que não cabe para o sul. E, mesmo no norte, ela é equivocada, porque é uma ideia de que é preciso pensar a política educacional em termos de provimento, que é a ideia do Estado de bem-estar social, que é uma escola de qualidade – em termos curriculares, nos Estados Unidos, ela é pautada pelas ideias de Dwayne –, *versus* uma escola que é uma escola eficiente, que está vinculada a reformas econômicas, em geral, dentro de uma agenda que Michel Foucault e Bourdieu vão chamar de uma agenda neoliberal. Outros autores a determinam de outra maneira, mas é uma agenda de reformas econômicas buscando uma escola eficiente. O que Hanushek vai dizer – já adianto para vocês – é que, no Brasil, como você tem uma absoluta falta de infraestrutura escolar e de salários de professores, esse debate não cabe. O que ele está dizendo é que, para os países do norte, só o provimento não basta, é preciso garantir uma escola eficiente. Eu discordo até da visão do Hanushek, não vou entrar aqui no debate sobre isso, no debate sobre as reformas econômicas no norte global, mas, concretamente, o que acontece é que o Brasil importa uma agenda que é inadequada para o Brasil.

É bastante relevante aqui a fala da Talita, trazendo as soluções que esse Governo tem apresentado em relação à infraestrutura de escola, sempre lembrando – isto é importante – que existe uma continuidade de política. O Plano de Ações Articuladas é constituído no Brasil a partir de 2007. Isso é importante e significa que o Brasil agenda, ainda que insuficientemente, essa questão da infraestrutura escolar. Mas esse é um debate em que, para garantir efetivamente uma infraestrutura de qualidade – vou falar isso no final, porque é até a pergunta dos internautas –, a gente precisa avançar muito em termos orçamentários.

Mas quais foram essas reformas econômicas nos Estados Unidos que, até hoje, influenciam o debate brasileiro? Aí, na tela, inclusive, vocês não estão conseguindo ver todas elas, porque uma delas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está travada. Eu vou pedir para trocarem o meu computador aqui da sala, falando em infraestrutura escolar. Mas vamos lá.

Bom, as reformas econômicas da educação dos Estados Unidos começam com um texto no Governo Ronald Reagan de 1983 que se chama "Uma Nação em Risco", que busca determinar um imperativo de reforma educacional nos Estados Unidos que vai concretamente dizer que é preciso fazer com que todo o recurso investido em educação tenha como resultado o aprendizado em avaliações de larga escala. Isso avança depois para um outro texto que é do Hanushek de 1994, que é o principal ideólogo. Esse texto é muito influente, é financiado por uma instituição, uma fundação empresarial e é praticamente o que muda o debate educacional no mundo, porque ele faz com que a agenda da educação do país mais rico do mundo, do país mais desenvolvido em termos mundiais se altere, passe a ser uma agenda de eficiência, que é o livro *Making Schools Work* (*Fazendo as escolas trabalharem: melhorando a performance e controlando custos*), que é do Eric Hanushek. Esse trabalho gera depois uma lei, que é a *No child left behind* (Nenhuma criança para trás), que é de 2001 e que vai determinar o que a gente está vivendo no Brasil: uma espécie de Common Core – uma Base Nacional Comum Curricular, no nosso caso, aqui – e uma preocupação concreta em garantir melhoria de qualidade a todo custo. O resultado concreto disso é que existem inúmeros problemas, fraudes. A principal implementadora dessa política, minha colega da Universidade de Nova York, a Diane Ravitch, já abdicou dessa política. Concretamente essa política tem um fracasso, e depois tem uma nova política em 2015, em que todo estudante pode ser bem-sucedido, que é até uma resposta a essa *No child left behind*, que demonstra que as teses que estavam sendo discutidas nos Estados Unidos estavam equivocadas.

Então, o que eu estou trazendo para vocês concretamente é que o debate brasileiro está anos atrasado em relação ao debate dos Estados Unidos. E isso é mais dramático no Brasil, apresentando aqui de maneira muito rápida, pelo nível socioeconômico, na questão da infraestrutura de escolas.

Esses dados, Talita, eu não sei se você tem – certamente, no âmbito do Governo, isso deve ser distribuído –, mas concretamente a gente vê que, pelo índice socioeconômico calculado pelo Inep, a gente tem uma enorme desigualdade em relação à infraestrutura de escolas. Então, o grupo um, que é o mais vulnerável, vai ter menos acesso a tratamento de esgoto, água filtrada e até mesmo eletricidade, o que é assustador. Vocês percebem a partir do índice socioeconômico aqui: no grupo socioeconômico três, 100%; no um e no dois, não é de 100% o acesso à eletricidade. Um outro dado aqui que é impressionante, acesso ao computador, também é bastante desigual. Computador em escola, tá? Copiadora, que é uma coisa extremamente básica, também é bastante desigual. Com copiadora e impressora, também existe uma enorme desigualdade. Copiadora aqui é na prática, inclusive, o mimeógrafo; o velho mimeógrafo ainda é utilizado em muitas escolas públicas brasileiras.

Quanto à infraestrutura de alimentação – isto é interessantíssimo –, porque o grupo menos vulnerável, mais favorecido tem menos acesso à alimentação, porque ela é menos necessária nessas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolas, ainda que essa ideia seja equivocada, pois ela é necessária em todas as escolas universalmente. Mas, segundo o que se aponta nas pesquisas com professores e diretores de escola, eles dizem: "Olha, o nosso alunado – como está aqui no grupo seis – não depende tanto de merenda escolar". É uma ideia equivocada, mas é uma ideia presente.

A cozinha também cai bastante. Agora o refeitório – olha só, Senador Flávio Arns, o que é assustador –, quando eu observo o refeitório, para o grupo do Índice Socioeconômico nº 1, que é o mais vulnerável, o grupo um, o que se verifica é que o acesso ao refeitório é superbaixo, ou seja, o que acontece é que esse grupo come praticamente a quentinha, que é uma alimentação escolar de baixa qualidade. A merenda de qualidade é feita dentro da escola com alimentação orgânica. Observem que, para o grupo seis, o acesso ao refeitório é bem maior do que para o grupo um. Então, praticamente, em quase todas as escolas em que tem alimentação, ela se dá em refeitório. Essa é uma prova do quanto a gente trata a questão da desigualdade como uma questão central até mesmo para a infraestrutura das escolas, ou seja, a gente pode dizer que a infraestrutura das escolas, em termos científicos, é sistêmica, ela representa uma função sistêmica das desigualdades brasileiras.

Aqui eu acho que é o elemento mais central, o acesso à biblioteca, à sala de leitura: 92% para o grupo seis, que é o mais favorecido, ao passo que são 49% para o grupo um.

A sala de atendimento educacional especializado também representa desigualdades. Aqui o grupo seis tem poucos alunos com deficiência, então isso também representa uma estratégia de exclusão das escolas dos grupos mais favorecidos, das pessoas com deficiência. Mas percebam aqui a curva – não é? –, e isso vai se reproduzir também em laboratórios de informática e em quadra poliesportiva coberta. Ou seja, até mesmo nas escolas públicas, a questão da renda beneficia aqueles que são favorecidos, o que prova mais uma vez que a educação ainda se trata de um privilégio.

Bom, o que resolveria isso? Custo Aluno Qualidade. Sobre infraestrutura de escolas, excluindo, excetuando a questão da remuneração dos profissionais da educação, que é central, excetuando a questão dos profissionais da educação, hoje, para a gente garantir uma infraestrutura de escolas adequada no Brasil, a gente deveria investir por ano cerca de R\$20 bilhões a mais em educação, o que é extremamente factível em termos de investimento, até porque isso vai se dar numa função de poucos anos, porque, depois, o desafio na infraestrutura não é de investimento, mas de manutenção. O problema concreto é que, em termos de investimento, essa foi a função do orçamento do Ministério da Educação que menos avançou a partir do Governo Temer, ou seja, a educação para de investir adequadamente em infraestrutura de escolas. Isso explica também toda a dificuldade que nós tivemos na pandemia.

Agora, o caminho pior que a gente pode tomar em relação ao Custo Aluno Qualidade e à própria resolução do problema de infraestrutura das escolas é o que está sendo proposto pelo Governo Bolsonaro. Recentemente, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), contradizendo a própria visão do Anísio Teixeira, que nomeia o instituto, que é o Patrono do instituto,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determina uma ideia de valor ótimo para a educação, ou seja, que você deve determinar como Custo Aluno Qualidade um valor que garanta praticamente melhoria dos índices relacionados às avaliações de larga escala.

Em primeiro lugar, esse valor ótimo, Senador Flávio Arns, tem um erro de 50%, ou seja, se você investir R\$7,5 mil, que é a proposta do Governo Bolsonaro, como padrão do Custo Aluno Qualidade, só 50% das escolas vão ter qualidade da educação; os outros 50% não vão ter. E por que os outros 50% não vão ter qualidade da educação? Porque esse valor de R\$7,5 mil não está vinculado à melhoria da infraestrutura das escolas e à remuneração dos profissionais da educação. O que se comprova no Brasil? Se você determina um valor ótimo, ou seja, que toda escola deve receber no mínimo, por aluno, ao ano, R\$7,5 mil, você não tem certeza de que esse recurso vai ser bem gerido e vai ser bem executado pelos Prefeitos, pelos Governadores e, obviamente, pelos seus secretários municipais e estaduais de educação.

Então o caminho que está sendo trilhado no Brasil, depois do acerto do Senado Federal e da Câmara dos Deputados em aprovar o Custo Aluno Qualidade, é um caminho que é contraditório com a melhoria da infraestrutura das escolas e da qualidade da educação. Não vai ser um orçamento secreto, mas é um caminho que vai estabelecer concretamente uma forma de gestão da educação que vai abrir enorme margem para o processo de corrupção, ao passo que o Custo Aluno Qualidade diz onde tem que ser investido – o valor inclusive é maior do que R\$7,5 mil por aluno, ao ano, na média –, determina como deve ser investido ponto a ponto, rubrica a rubrica, e por isso ele é defendido pelos tribunais de contas tanto da União como também dos estados e dos municípios e também pelo Ministério Público Federal.

A boa notícia, Talita – você sabe disso, não é? –, pela própria lógica do que vem sendo executado pelo FNDE, é que com o Custo Aluno Qualidade o FNDE vai ter inclusive maior facilidade de administrar o próprio Plano de Ações Articuladas e todos os programas que vocês têm executado e a sociedade vai ter maior controle também sobre o recurso do FNDE. Então, o caminho que está sendo trilhado por nós é um caminho de garantia da qualidade da educação e de combate concreto ao desperdício e à corrupção.

A gente espera que isso seja implementado o mais rápido possível. Certamente essa tem que ser uma agenda da próxima gestão federal, já que nós estamos agora no momento de eleições.

Então, agradeço aqui a oportunidade de me pronunciar no Senado Federal, representando a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e agradeço, mais uma vez, a liderança do Senador Flávio Arns na manutenção do Custo Aluno Qualidade na Constituição Federal.

Acredito que um dia, Senador, a gente vai certamente conseguir realizar, o mais rápido possível – é necessário –, o sonho de ter toda escola pública brasileira capaz de garantir o processo de ensino-aprendizagem e fazer com que os nossos alunos possam colaborar no desenvolvimento do país.

Muito obrigado. É um prazer, mais uma vez, estar aqui com vocês.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Prof. Daniel Cara, que é Professor da Faculdade de Educação da USP e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Nós vamos ainda passar para a Profa. Talita e, depois, para você durante cinco minutos. Permita-me chamá-lo de você, Daniel?

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – É que a gente se conhece, assim como conheço também a Talita Dal'Bosco, que é Coordenadora do FNDE na parte de infraestrutura.

Agora eu gostaria só de fazer uma observação para a Profa. Talita e também para o Prof. Daniel Cara; três observações, na verdade.

A primeira delas, Talita, é que eu já fui Secretário de Educação aqui no Paraná, cerca de dez anos atrás, concluindo o meu período há cerca de oito anos, e o que observávamos e continuamos observando é que a rede de escolas é uma rede mais antiga. Há escolas novas obviamente, mas é uma rede mais antiga. E muitos conceitos novos vieram no decorrer desse tempo.

Por exemplo, sala de professores: uma época atrás era aquela sala para o professor tomar o cafezinho ou se reunir ou puxar o fôlego na hora do recreio; hoje em dia a sala de professores precisa ser um espaço bonito, acolhedor, inclusive para atender a ora atividade dos professores, pedagogos. Refeitório: uma época atrás não existia também refeitório na escola, e as escolas tiveram que adaptar espaços para os refeitórios, e muitas vezes o refeitório fica numa situação bastante desagradável dentro da escola, na saída de escadas, com muita gente correndo, quando tem que ser um lugar, na minha opinião pelo menos, tranquilo, adequado, inclusive para a criança, o adolescente ter um espaço para conversar, discutir.

Se a gente vai para a educação, outras atividades complementares importantes que você mencionou, Talita, na planta, como salas multiúso, também são importantes dentro de uma escola de construção antiga, ou seja, essas escolas precisam ser ampliadas. "Ah, estamos pensando em contraturno, educação em tempo integral", então aquelas escolas precisam ter o espaço ampliado. Mesmo em creches, educação infantil, a gente vê com Prefeitos a importância que muitos deles e delas, Prefeitas, colocam, no sentido de: "Eu quero arrumar a minha creche, quero ampliar, melhorar o banheiro, o banheiro não é bom".

Eu, inclusive, me lembro de uma situação de uma escola que eu achei tão interessante, tão bonita, mas o banheiro da escola estava... Eu, quando era Secretário, entrava no banheiro, na cozinha, na despensa, na sala de professor, em todos os cantos da escola, sempre acompanhado da direção, eu pedia





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o grêmio estudantil estivesse junto, que os pais estivessem juntos, íamos visitar a escola. Mas banheiros assim precisam, no geral, ser reformados, para que o banheiro seja adequado. O banheiro daquela escola foi reformado, colocaram pastilha, uma coisa mais nova, mais higiênica. Inclusive, eu perguntei para o aluno: "Como é que está o banheiro agora?". Ele disse: "Olha, agora nós temos banheiro de *shopping*". Banheiro de *shopping*, ou seja, banheiro bonito, adequado, bom, limpinho – achei interessante a observação.

E, mesmo nas quadras cobertas, Talita, o que a gente observa é que muitas escolas, às vezes, não têm espaço para uma quadra coberta, mas precisam de um pátio coberto – de um pátio coberto.

O grande desafio das escolas, eu quero dizer com isso, é o que você mencionou como reforma e ampliação, reforma e ampliação, e não tanto – também é necessário, obviamente – construção, porque, mesmo nas creches, a gente observa o Prefeito dizer: "Não, eu tenho a creche, só que eu preciso melhorar a minha creche, a minha pré-escola, pintar, reformar, ampliar e tal". E a gente sabe da dificuldade – não é, Talita? – que as pessoas têm em colocar essa perspectiva.

Eu, na sexta-feira – hoje é segunda –, fui a seis escolas aqui do Paraná, colégios estaduais, fui visitar. Eu continuo visitando, não tanto quanto na época de Secretário, obviamente, mas eu gosto de ver o que é que está acontecendo. E há essa necessidade de reforma e, eventualmente, de ampliação, que é essencial para o novo conceito de construção em função dos novos conceitos educacionais que surgiram no decorrer do tempo.

A segunda observação que eu queria fazer é em relação ao diagnóstico. Nós temos 5.570 municípios no Brasil. Eu diria que é perfeitamente possível a gente ter um bom diagnóstico da educação básica nos 5.570 municípios, inclusive para ver onde é que está localizada a educação municipal e estadual, se o acesso está adequado ou se não está e para ajudar o município a fazer esse planejamento, a fazer bem esse diagnóstico, para saber. Todos nós falamos – eu próprio coloquei no relatório da aprovação do Fundeb – em tantas escolas sem esgotamento sanitário, em tantas escolas sem água potável, em tantas sem eletricidade, inclusive. Eu digo: "Meu Deus do céu! Como é que alguém inaugura uma escola sem isso tudo na escola?". Foi mais ou menos o que o Daniel colocou. A gente precisa ter um diagnóstico preciso, que diga tais e tais municípios, ter a lista, para a gente, inclusive nas emendas impositivas que você mencionou no início, poder ter a perspectiva de valorizar aqueles municípios que... Pois, então, como é que está esse diagnóstico da infraestrutura?

O primeiro ponto é a reforma e a ampliação, que sempre era difícil, na minha época, conseguir com o FNDE – eu não sei se mudou a realidade –; e a segunda coisa é essa.

No PAR, ao mesmo tempo, a gente sente muita dificuldade, por parte das prefeituras, de terem uma infraestrutura em relação à elaboração do Plano de Ações Articuladas. Então, que tipo de iniciativa pode ser dada? É porque, para cumprir uma diligência, acompanhar, ter acesso, a gente sabe que é uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dificuldade. A prefeitura deveria se interessar também o tempo todo, obsessivamente até, mas, no fundo, a pergunta é: por que é que nós não poderíamos achar um mecanismo, Talita, de descentralizar esses recursos, para que os municípios, estados, de alguma maneira...? Seria como acontece com o Fundeb: você tem o valor, tem o diagnóstico e você pode criar mecanismos, diagnósticos, como o PAR, o conceito de uma nova escola, para descentralizarmos esses recursos e aí cobrarmos.

Eu penso que, no Sistema Nacional de Educação, essa pactuação pode ser feita, com Governo Federal e governos estaduais e municipais se sentando e dando atribuição para cada um, mas, enquanto isso não é aprovado, como que a gente poderia fazer? Não sei se você me entende, Talita. É uma coisa mais prática nesse sentido, porque há a preocupação, que era da minha época e continua sendo hoje: o pessoal tem que vir para Brasília, tem que discutir, isso é um custo também para a prefeitura, eventualmente tem uma fila gigantesca, alguns são prejudicados... Agora, seria ter uma métrica, eu diria assim: "Olhe, vamos fazer o diagnóstico. Tem esse recurso. Qual que é a sua prioridade? E vamos acompanhar para ver se isso está sendo feito". É esquecer um pouco, assim... Por exemplo, a quadra de esportes é importante, mas uma quadra de esportes de mil metros quadrados, pensando, são uns R\$3 milhões mais ou menos, e, às vezes, a escola está precisando de uma área coberta, porque, quando chove, é aquela gritaria dentro da escola; com o sol forte, o pessoal não tem proteção. E isso poderia ser menos e atender a necessidade específica daquela escola.

São dúvidas que a gente traz. Obviamente, deve ter muita gente – usando uma expressão que é muito usada popularmente – buzinando no seu ouvido "faça isso, faça aquilo", mas eu acho que a gente poderia pensar em uma metodologia que facilitasse, que estivesse de acordo com aquilo que cada município sente como necessidade, cada estado também.

Passo a palavra a você, Talita, e depois ao Daniel também.

Com o Custo Aluno Qualidade, a gente caminha para isso. Não é só isso: é o professor, queremos merenda boa, queremos transporte bom, acesso bom, valorização dos profissionais... E só lembro que, dentro do Fundeb, nós aumentamos de 60% para 70% da participação, mas eu defendo realmente plano de carreira, valorização, concurso público. Mesmo aqui no Paraná, eu acho que mais da metade dos professores estão contratados temporariamente. Eu digo que temos que buscar uma qualidade definitiva também para a educação.

Por favor, Talita. Agradeço também. A distância às vezes não permite a gente ser tão claro, mas por favor...

A SRA. TALITA DAL'BOSCO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Claro, são apontamentos importantes.

Realmente eu concordo com o senhor, Senador. A evolução da infraestrutura realmente mudou dos últimos anos para cá. Aquele ambiente que era pensado de uma forma hoje já não faz mais sentido. Como





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, nós temos o laboratório de informática, onde você tinha ali 20 computadores, sendo que hoje a maioria das crianças trabalha em *tablets*, *smartphones*. Então, esse conceito começa a mudar: você não precisa hoje ter um espaço físico enorme para pôr 20, 30 máquinas de computador; você pode ter um ambiente compartilhado. E da sala de professor realmente se mudou a filosofia: ela tem que ser um ambiente que proporcione, além de um descanso, também um ambiente de trabalho para o professor no período pós-aula. Isso tudo é pensado pelo FNDE e está disponível nos nossos manuais de orientações técnicas.

É muito importante que todos os profissionais ou gestores que tenham interesse em elaborar projetos – e, quando eu digo, Senador, elaborar projetos, quero dizer que são também projetos de reforma e de ampliação – que busquem apoio nesse manual. O nosso manual traz para cada ambiente da infraestrutura escolar a necessidade mínima, necessidade de iluminação, ventilação, ventilação natural, tamanhos de aberturas de janelas e portas, dimensões do espaço... Como o Prof. Daniel comentou, há um número máximo de alunos para a sala de aula, que tem de comportar essas crianças. Então, eu não posso imaginar 50 crianças em 10m². Hoje a gente trabalha com 20 a 25 alunos dentro da sala de aula, e a média é de 1,5m² por aluno. Isso tudo está no nosso manual. Então, cada ambiente do manual do FNDE possui uma dimensão em relação ao número de alunos: tantos metros quadrados; ou, por exemplo, em sanitários, é necessário um lavatório para cada 20 alunos, um vaso sanitário para cada 15 alunos... O nosso manual aborda toda esta questão: o tamanho do refeitório, a melhor posição, a melhor posição dos ambientes para eles se integrarem, para ter um bom fluxo no desempenho da função daquele ambiente... Os nossos manuais proporcionam esse entendimento técnico para o profissional que precisa elaborar esse projeto.

Em relação à reforma e à ampliação, elas são duas iniciativas do PAR. Hoje no PAR 4, trazendo números, nós temos quase 6 mil propostas cadastradas, e 30% delas tratam de reforma e ampliação de escolas. Então, nós temos essa iniciativa. E o município precisa apresentar o projeto da reforma, o projeto arquitetônico e complementar da reforma ou da ampliação. Os nossos manuais também são orientativos, porque, se ele quer ampliar um refeitório, ele precisa buscar a informação técnica no nosso manual para saber qual é a forma mais adequada de elaborar esse refeitório. O pátio coberto também entra como uma ampliação. Concorde, plenamente, Senador, no sentido de que não há necessidade de pôr uma quadra coberta se, às vezes, ele precisa de um pátio coberto. Então, o pátio coberto pode entrar, sim, como uma ampliação dessa escola.

Todos esses projetos e iniciativas são analisados por nossa equipe técnica. A nossa equipe técnica presta toda a assistência técnica necessária. Se o município tem dúvida, nós promovemos atendimento *online* para que o município não precise se deslocar até Brasília. Hoje a gente tem quase que diariamente atendimento *online* com os municípios. Muitos solicitam pelo PAR Fale Conosco, encaminham por lá a sua dúvida, às vezes, até pedem atendimento *online* via PAR Fale Conosco, e a nossa equipe técnica agenda uma reunião *online* em que esclarece todas as dúvidas em relação ao projeto ou até ao cadastro da iniciativa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão do PAR, nós temos três manuais publicados também no *site* do FNDE que ensinam como preencher o PAR não só na parte de construção, ampliação e reforma, mas também como preencher o diagnóstico, como elaborar o planejamento no PAR... São manuais importantíssimos de que todos os gestores devem tomar conhecimento para melhor elaborarem o seu diagnóstico escolar e o seu planejamento. Esses manuais estão disponíveis no nosso *site* também. Então, temos esse apoio e também prestamos assistência técnica caso o município tenha dúvida no preenchimento. O atendimento *online* também serve para isso e não só para tirar dúvidas de projeto.

Hoje a nossa maior dificuldade realmente é a questão orçamentária, como comentou o Prof. Daniel. Nós temos uma baixa disponibilidade orçamentária e, então, infelizmente, não conseguimos atender às 6 mil iniciativas que tem no PAR. O orçamento está muito pequeno, e isso está disponível na lei para que todos busquem o acesso. A ação orçamentária de obras se divide em duas: nós temos a 00SU que é uma ação orçamentária exclusiva para a educação infantil, e nós temos a ação orçamentária 20RP. Na 20RP são todas as iniciativas do PAR, não só a construção. Então, nessa ação orçamentária, a construção, a reforma e a ampliação competem ali com as necessidades também de transporte, de mobiliário, de equipamentos, que estão todas na mesma ação orçamentária, e nós temos dificuldade de orçamento.

Em relação ao que o senhor comentou sobre pensar em uma nova metodologia para disponibilizar esse recurso, acho interessante, sim, mas é um esforço que o FNDE já faz. A gente já pensa em como melhorar e em como promover sempre essa questão da melhoria contínua em nossas ações de infraestrutura. O maior dificultador seria: como faremos isso, como se irá mensurar um valor a ser repassado? Porque cada escola, dentro de um mesmo município, possui necessidades diferentes. Então, às vezes, a reforma de uma escola é apenas uma pintura, como ela pode ter uma necessidade de uma reforma total. E qual o valor será mensurado? Vou mensurar por metro quadrado? Qual o valor por metro quadrado? É difícil estabelecer um parâmetro. Mesmo que você use a tabela Sinapi como referência do custo por metro quadrado, o custo por metro quadrado é para uma construção. A própria tabela de referência da Sinapi não consegue absorver essa questão da reforma e da ampliação, porque é difícil mensurar nesse sentido. Por isso, eu acho que hoje a melhor estratégia do FNDE é realmente que cada município cadastre a necessidade daquela escola – tem uma necessidade de uma reforma, o que você precisa reformar? – e que o município insira lá a sua necessidade, porque, com base nisso, a gente consegue, de fato, liberar e planificar o valor orçamentário que aquela escola necessita, não em cima de metragem quadrada, não em cima de fatores que não são fáceis de quantificar. Depois, ao final, há uma prestação de contas desse recurso público empregado. Então, se eu coloco dificuldades na disponibilização ou se é muito fácil a disponibilização desse recurso, eu tenho que pensar lá na frente em como esse gestor municipal vai prestar contas e em como a equipe técnica irá analisar. Claro, eu acho que vale a pena um esforço contínuo de se pensar em melhorias para vencer essas barreiras. Digo para o senhor: não é porque hoje pensamos assim que no futuro não pode ser diferente. Realmente, a nossa



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

coordenação trabalha continuamente para pensar em ações inovadoras, em melhorias, em propostas e em soluções para que a gente possa disponibilizar e melhorar a infraestrutura educacional do nosso país.

Acredito ter respondido, Senador. Se ficou mais alguma dúvida, estou à disposição. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Tem que abrir o meu microfone também! *(Risos.)*

Agradeço à Talita Dal'Bosco.

Passo a palavra agora para o Prof. Daniel Cara.

O SR. DANIEL CARA (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito bem, Senador.

Bom, em primeiro lugar, eu acho que a sua explanação foi muito feliz e concretamente esse mecanismo de descentralização é o próprio Custo Aluno-Qualidade. Essa que é a ideia do mecanismo que já está posta na Constituição Federal, consta do Plano Nacional de Educação e também é um mecanismo que tem amparo em outras normas e leis tanto nacionais como subnacionais.

É importante dizer que essa preocupação que o senhor traz é extremamente assertiva e acertada de como se dá a necessidade em cada município brasileiro – vou dizer mais até –, em cada pequena região de cada município, porque, dentro das cidades, o senhor sabe disso, na própria cidade de Curitiba, que eu conheço bem, existe uma desigualdade muito grande entre os bairros; então, até mesmo para essa precisão de geoprocessamento, hoje, o Brasil conta com o SimCAQ, um sistema que foi desenvolvido em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação que consegue dar uma precisão, inclusive geoprocessada, analisando todos os indicadores de demanda que existem das bases de dados brasileiras somados com todos os indicadores de oferta que existem também nas bases de dados brasileiras, especialmente no Inep, e consegue dizer precisamente onde precisa ser reformada cada escola.

O senhor tem toda razão de que o desafio não é só um desafio de construção de escolas; é também um desafio de construção de escolas, mas essencialmente de reforma de escolas. Então, o caminho que o senhor traz é o caminho em que a gente deve avançar. E esse mecanismo concretamente tem que ser o Custo Aluno-Qualidade, mas observe, Senador, a gente precisa avançar em relação à própria lógica do orçamento impositivo, a gente precisa ter um mecanismo que seja automático de distribuição de recursos, inclusive que seja um mecanismo de controle social.

Qual é a grande questão do Custo Aluno-Qualidade que é desenvolvido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação? O pai de aluno, Talita, vai saber o que tem que ter na escola do filho dele, qual é o direito dele em relação àquilo que precisa constar na escola do filho dele e, ao mesmo tempo, o gestor público vai ser cobrado pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, pelos tribunais de contas – alguns tribunais de contas municipais, quando existem, estaduais e da União – para que aquele recurso seja executado conforme o que está planejado via Custo Aluno-Qualidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um debate sobre Custo Aluno-Qualidade que é enviesado. Então, por exemplo, tem gente que diz: "Olha, mas, na Amazônia, não dá para ter a mesma escola que se tem em São Paulo, no Paraná, no Rio Grande do Sul". Isso é verdade, cada região vai ter que adaptar a escola, por exemplo, no caso da biblioteca, vai ter que adaptar o acervo. Mas o que não dá para não ter é biblioteca numa escola da Amazônia.

Eu estive, alguns anos atrás, em Moju, no interior do Pará. Tinha mais de 5 mil professores lá para discutir junto comigo a Base Nacional Comum Curricular, comigo e com outros professores universitários, outras pessoas, outros ativistas pelo direito à educação. E o que eles querem concretamente é que tenha biblioteca, inclusive nas escolas indígenas e quilombolas, porque essa era uma crítica que nós recebíamos ao CAQ, que, de repente, na escola indígena, não tem que ter biblioteca, o que é claramente uma discriminação. Na escola indígena, tem que ter biblioteca, mas a definição do acervo não pode ser feita em Brasília; a definição do acervo tem que ser feita lá no local, segundo o Projeto Político Pedagógico da escola, como reza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Senador, rapidamente eu vou procurar aqui, porque eu acho que a sua fala é totalmente congruente com aquilo que eu iria falar, mas é importante frisar aqui as perguntas que vieram dos internautas, até para que a gente dê uma resposta para eles, em relação àquilo que eles trazem como dúvida, como debate, como necessidade de aprofundamento neste momento em que a gente está em audiência pública sobre infraestrutura escolar.

Rapidamente, vou responder aqui à Adriana Marques: "Como era feito o acompanhamento da infraestrutura das escolas antes da pandemia? Como está sendo feito no momento?". Basicamente, Adriana, isso é feito pelos órgãos de controle, em especial tribunais de contas, Ministério Público, mas de forma muito desorganizada. Por isso que é preciso ter um mecanismo, como o Custo Aluno Qualidade, que, como bem disse o Senador Flávio Arns, deve constar do Sistema Nacional de Educação.

A Nathaly Santos, de Pernambuco, pergunta: "[...] Hoje em dia, as escolas [...] tem uma boa infraestrutura para enfrentar acontecimentos, como uma pandemia novamente?". Claramente, não. A gente precisa avançar nessa questão. A própria pandemia comprovou essa dificuldade que nós temos, inclusive em relação, por exemplo, ao acesso à água potável.

A Marília Gabriela, do Distrito Federal: "Há planejamento para manejo das dificuldades advindas da pandemia, sejam elas pedagógicas ou comportamentais?". Em alguns estados, sim; em outros estados, não. Concretamente, o que falta é uma coordenação nacional, o que reitera a necessidade do Sistema Nacional de Educação. Também é um tema que está sendo debatido pelo Congresso Nacional e que agora se encontra na Câmara de Deputados.

O Gabriel Ronconi, de São Paulo: "A necessidade de adaptação a atividades remotas na pandemia seria uma força motivadora para incluir mais tecnologia no ambiente escolar?". Como a própria Talita





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse, com muita precisão... Talita, até no Custo Aluno Qualidade, a gente tem a clareza de que, hoje, um laboratório de informática do passado tem um custo até menor do que a distribuição de *tablets*, ou seja, as nossas planilhas estão sempre sendo atualizadas e, concretamente, esse desafio da tecnologia no ambiente escolar é algo altamente factível de nós resolvermos.

Eu estive, na época, com o Ministro André Figueiredo, hoje Deputado Federal, em 2015, discutindo, em 2015 e 2016, a universalização do acesso à internet em todas as escolas públicas brasileiras, inclusive fazendo ponte de fibra óptica na Região Amazônica, no Sertão nordestino. Naquele momento, o custo para universalizar a infraestrutura para as escolas que precisam de informática era de cerca de 11 bilhões. O Ipea fez um estudo recentemente, inclusive com professores da UnB, meus colegas, e chegaram à conclusão de que é 3,8 bilhões. O Congresso Nacional, inclusive com forte incidência do Senador Flávio Arns, aprovou legislações para a garantia da universalização do acesso à informática pelos alunos e professores. Quer dizer, essa é uma questão que dá para tirar do papel. Existe espaço orçamentário, mas há uma questão central, Senador Flávio Arns: é preciso revogar a Emenda Constitucional 95, de 2016, que é o teto dos gastos públicos federais.

Por último, o Arthur Felix, do Rio de Janeiro, pergunta: "Quais os investimentos estão sendo realizados na infraestrutura das escolas para recuperar os anos perdidos na pandemia?". Arthur, é o que a Talita respondeu. Existe hoje, orçamentariamente, dificuldade de investimento, inclusive por conta dessa Emenda Constitucional 95, de 2016. A gente precisa, concretamente, superá-la, a gente precisa revogar essa emenda, desarmar. Para vocês terem uma ideia, quando, em 2016, eu estive com o Gordon Brown, foi até retratado pelo jornal *O Globo*, pela Agência Brasil. Eu estive com ele, na Assembleia das Nações Unidas, em 2016, em Nova York, apresentando uma denúncia contra a Emenda 95, de 2016.

E o Gordon Brown, que foi Primeiro-Ministro do Reino Unido, disse que essa era a medida econômica mais cruel dos tempos recentes na humanidade. Depois, o próprio Fundo Monetário Internacional fez um questionamento ao Ministro Henrique Meirelles, isso em janeiro de 2017, dizendo que era uma medida completamente inviável para um país em desenvolvimento e que isso iria gerar fome e iria gerar retrocesso em termos de qualidade da educação, de qualidade da saúde e de acesso à renda. É exatamente o que está acontecendo hoje.

Então, não estão sendo feitos esses investimentos necessários, e, para que isso ocorra, é preciso avançar em termos de revogação dessa medida e avanço – um avanço mais do que necessário – de qualidade da educação, a partir de investimentos adequados e com base no Custo Aluno Qualidade.

Por último, aqui eu recebi uma pergunta do Adriano Santos, que é professor de informática do Instituto Federal de Minas Gerais. Ele pergunta: "Como fazer para que a educação pública coloque os alunos em pé de igualdade com as escolas particulares, para que tenham o mesmo nível de educação para, por exemplo, fazerem um curso em uma boa universidade?". Isso está acontecendo parcialmente em relação à Lei das Cotas, de 2012. Eu, como professor universitário... Só no próximo ano, Senador Flávio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arns, a USP adere a um mecanismo quase equivalente ao que acontece nas federais. Eu fui Conselheiro, por dois mandatos, da Universidade Federal de São Paulo, e é um sucesso a política de cotas. Espero que a Universidade de São Paulo, a minha universidade, faça ou trilhe exatamente o mesmo caminho das federais. Mas, para além da política de cotas, Adriano, é importante ressaltar que o mecanismo, inclusive, passa pela qualidade da infraestrutura das escolas.

O Senador Flávio Arns – para finalizar – trouxe algo que eu considero essencial no debate, Talita, e que a gente precisa... É que esta deve ser uma questão basilar para o FNDE, e a gente precisa tratar disso com muito cuidado, com muito afinco: ele fala sobre a necessidade de espaço bonito e adequado. Como sempre acontece, eu até vou ficar arrepiado aqui – eu já sei disso –, mas, logo quando eu comecei a coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, nós organizamos um livro sobre a educação infantil, Senador Flávio Arns, e perguntamos, numa metodologia cientificamente adequada para os bebês... Bebês não, não é? Crianças, porque já tinham que expressar de alguma forma ou por desenho ou por fala – crianças acima de três anos. A gente perguntou para eles o que é uma pré-escola de qualidade, e eles falaram que a pré-escola de qualidade é aquela que é mais bonita do que a casa deles. O que se descobriu ao longo do tempo, em relação à infraestrutura de escolas, é que a qualidade da infraestrutura da escola, o espaço bonito, facilita o aprendizado e amplia o repertório das crianças.

Eu estive, alguns anos atrás, num seminário na Universidade de Harvard sobre primeira infância, e a conclusão a que se chegou quando se faz pesquisa séria é que a qualidade do prédio – tanto para o ensino fundamental, anos iniciais, como também para a educação infantil, mas principalmente para o ensino médio – engaja mais os estudantes em relação ao ensino-aprendizado. E, quando o instituto Porvir, depois das ocupações de escolas, Senador Flávio Arns, fez uma pergunta para os estudantes sobre aquilo que eles consideravam prioridade para as suas escolas, eles disseram que querem ter uma escola no século XXI que seja efetivamente do século XXI, com tecnologia, e uma escola agradável para eles poderem aprender dentro dessas escolas.

Então, o caminho que o senhor trilhou, em termos de argumento, é essencial: espaço bonito garante aprendizado. E os nossos alunos merecem um espaço bonito, um espaço adequado desde a educação infantil até o ensino médio. E, certamente, eu acho que esse é o caminho que o Senado Federal tem que trilhar, liderando o Congresso Nacional na aprovação de um Sistema Nacional de Educação que tenha a capacidade de tornar uma realidade concreta no país o Custo Aluno Qualidade.

Então, é isso que eu queria trazer.

Muito obrigado.

E agradeço aos internautas também pela interação conosco. Isso é sempre importante e salutar para a construção democrática.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Obrigado a você, Prof. Daniel Cara.

Não sei se a Profa. Talita Dal'Bosco gostaria de complementar alguma coisa...

A SRA. TALITA DAL'BOSCO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Para finalizar, apenas quero agradecer ao Prof. Daniel Cara. Foi um prazer enorme conhecê-lo e estar aqui presente e compartilhar tanto conhecimento.

E realmente eu concordo com essa pesquisa: um bom prédio escolar motiva. Ele dá um poder de pertencimento para essa criança e faz com que ela tenha prazer e bem-estar em estar naquele local. E é isto que o FNDE procura por meio dos seus projetos padronizados e por meio dos seus manuais: fornecer subsídios técnicos para que os profissionais da área tenham onde buscar a informação e promover e proporcionar cada vez mais esse ambiente adequado.

É um prazer imenso, Senador, estar aqui presente. O FNDE está sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Muito bom! Eu quero novamente agradecer a presença de – e me permito chamar de "você" – Talita Dal'Bosco, que é Coordenadora-Geral de Infraestrutura Educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e também do Prof. Dr. Daniel Cara, que é Professor da Faculdade de Educação da USP e dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Lembro ainda a todos que todos os materiais tanto da Profa. Talita como do Prof. Daniel estarão disponíveis, como os de todas as audiências anteriores, na página da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Então, agradeço de novo a presença de vocês. Agradeço muito mesmo.

E, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

Aliás, antes de declarar encerrada mesmo, quero agradecer a todos os meios de comunicação do Senado, que permitem essa interatividade com toda a sociedade brasileira, e também à infraestrutura da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, presidida pelo Senador Marcelo Castro e coordenada pelo Thiago.

Quero dizer também que esta Subcomissão também tem a participação da Senadora Zenaide Maia, do Senador Confúcio Moura e também do Senador Wellington Fagundes.

Então, novamente, agradeço e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado. Abraços. (*Pausa.*)



**SENADO FEDERAL**

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Tchau, tchau, Senador. Prazer!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Abraço para vocês.

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Abraço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Talita e Daniel. Vamos em frente!

O SR. DANIEL CARA (*Por videoconferência.*) – Vamos em frente! Tchau, tchau.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Por videoconferência.*) – Tchau.

(Iniciada às 10 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

